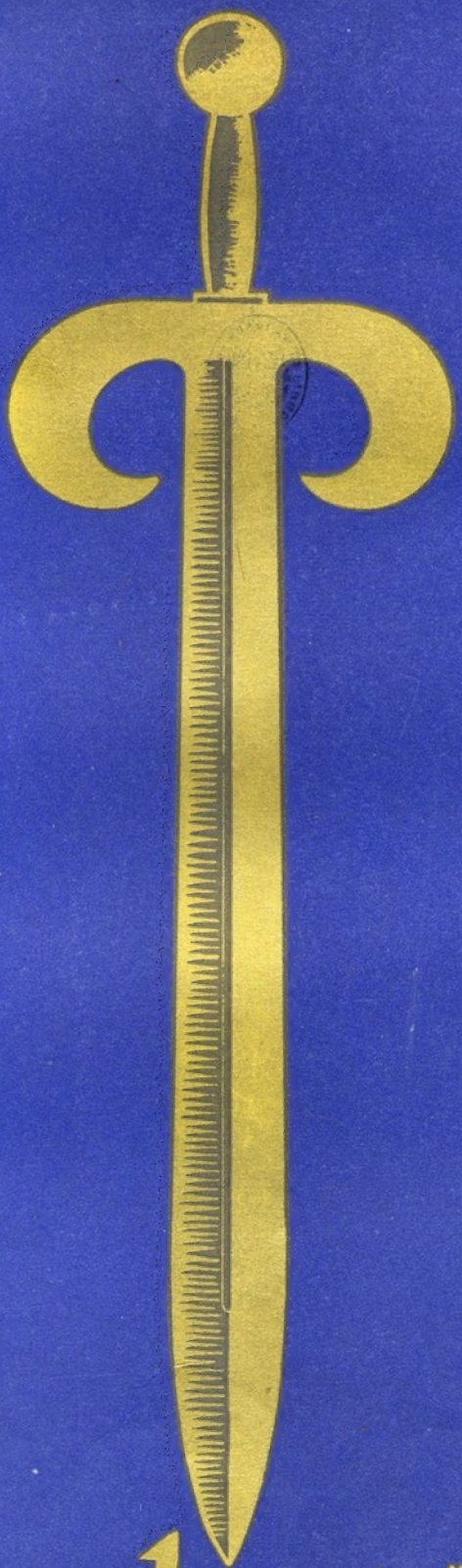
1140



1640 1940

Diário da Manhã

NÚMERO COMEMORATIVO DO DUPLO CENTENÁRIO

Diário da Manhã

Orgão da União Nacional — «Nada contra a Nação — Tudo pela Nação» — Ano XV da Revolução Nacional

Domingo, 1 de Dezembro de 1940 — Suplemento ao n.º 3449—Ano X

Telef. 2 9088-2 9089 (P. A. B. X.) — Redacção, Administração e Oficinas Rua da Misericórdia, 95 — Director: M. PESTANA REIS — Prop. da Comp. Nacional Editora Editor: António da Fonseca — Endereço Teleg. «Damanhã»

Portugal glorioso

Publica-se êste número especial do «Diário da Manhã» quando a Exposição do Mundo Português fecha as suas portas de «palácio das mil maravilhas» ao público. Muitos dirão que chega tarde. E, no entanto, o que se pretendeu com êle foi apenas fixar para o futuro, embora pàlidamente, alguns dos sonorosos ecos das Comemorações, repercutidos na consciência publica. Porque o presente já é passado, é a imagem deste que queremos guardar no escrínio da nossa saüdade duma visão esplendorosa de oito séculos de História, que durou um momento e passou como um sonho glorioso...

* * *

O «Diário da Manhã» acompanhou devotadamente tôdas as fases da preparação, organização e execução das Comemorações Centenárias. Recolheu nas suas páginas os mais importantes depoimentos escritos e orais, sôbre elas, de portugueses e estrangeiros que desde o princípio concorreram a apoiar e a festejar a iniciativa do sr. Presidente do Conselho.

Fixou as imagens das mais imponentes solenidades ou cerimónias, descrevendo-as com patriótico entusiasmo e carinho. De tudo se ocupou com o propósito não só de bem informar e esclarecer o público, mas também de cumprir o melhor possível a obrigação de colaborar com as entidades e organismos oficiais encarregados das mesmas Comemorações, cujo êxito dependia muito da boa propaganda pela Imprensa, um e outra considerados por nós de superior interêsse nacional.

* * *

A ideia de comemorar o oitavo Centenário da Fundação da Nação Portuguesa e o terceiro da Restauração da sua Independencia teve dois fins principais que reputamos plenamente atingidos, a-pesar-das graves contrariedades dos tempos. O primeiro deles consistia em despertar na consciência dos portugueses o orgulho indomável de ser português e em dar ao estrangeiro, por meio de imagens simples e claras, a visão da omnipresença da nossa unidade moral e política, no tempo e no espaço. O segundo tenderia a demonstrar a nossa capacidade de realização, actual, no campo material e espiritual, dos ofícios e das artes, da técnica, da ciencia e da própria literatura. Por um lado, a Exposição do Mundo Português, a festa de Guimarães, a Nau Portugal, a Exposição dos Primitivos, os Congressos, as solenidades religiosas e cívicas celebradas por tôda a parte e, por outro, as importantíssimas obras públicas levadas a cabo aqui, nas Ilhas e nas Provincias Ultramarinas em grande profusão, provaram as qualidades de trabalho da nossa gente e a existência dum escol intelectual capaz de levar ávante o grande esfôrço de engrandecimento nacional a que a Nação meteu ombros com Salazar. Engenheiros, arquitectos, escultores, pintores, professores, escritores, oradores, jornalistas, todos se empenharam em dar á tarefa comum uma parcela do seu talento e esfôrço de maneira a alcançar triunfo e glória condignos do valor que a obra empreendida e executada representava — o ideal da Pátria imortal!

Chegou, portanto, o momento de dizer que as deficiências porventura verificadas não empanaram o brilho das obras realizadas e que há lugar para fazer justiça a todos os obreiros maiores e menores do pensamento de Salazar, objectivado com tanta sobriedade e equilíbrio na iniciativa e plano das Comemorações.

* * *

A Exposição do Mundo Português encerra-se definitivamente em 2 de Dezembro. Somos dos que nunca se entusíasmaram com a ideia da sua reabertura no próximo ano. Em primeiro lugar porque a experiencia mostra não ser recomendável a repetição, em anos sucessivos, destes certames ou espectáculos. O entusiasmo desaparece. O insucesso coroa invariavelmente a tentativa de reanimar um fogo que se deixou arrefecer sob as cinzas. Por outro lado, verificamos que se cumpriram inteiramente os seus fins que eram tanto os já assinalados por nós como o de se realizarem as Comemorações em data própria, isto é, durante o ano de 1940. Esta consideração prevaleceu quando sobreveio a guerra e se pensou na conveniencia de as adiar: mais será de atender agora que são menos importantes os motivos que se invocam para justificar a continuação das festas em 1941.

* * *

Os portugueses que tiveram a ventura de celebrar oito séculos da sua História nacional retemperaram o seu patriotismo á luz de verdades eternas da Religião e da Pátria, vendo e meditando a grandeza dos princípios e raízes deste nacionalismo que vem de Afonso Henriques a Salazar a operar prodígios incomparáveis na fundação do Reino e na fundação dos três Impérios, na restauração da Independência e na Revolução de Maio, e de tudo tiraram motivos de confiança nos destinos de Portugal eterno. Patriotas e nacionalistas, com a consciência cívica das enormes responsabilidades da Nação no Mundo das Nações, em face dos grandes problemas da hora presente, sentem-se com ânimo varonil para todos os combates e sacrifícios em defesa da Pátria e da integridade do Império e, por isso, fazem ardentes votos para que no ano de 2040 outros portugueses, seus descendentes e continuadores, celebrem as glórias de Portugal — se é possível — com mais orgulho, ardor e alegria, num ambiente inteiramente varrido de sombrias apreensões de guerra.

A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS FOI INAUGURADA OFICIALMENTE NO DIA 23 DE JUNHO DE 1940, COM UMA SESSÃO SOLENE NO SALÃO DO TEATRO DA MESMA EXPOSIÇÃO NA QUAL DISCURSOU O COMISSARIO GERAL, DR. AUGUSTO DE CASTRO, E ESTIVERAM PRESENTES O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, GOVERNO, CARDIAL PATRIARCA, EMBAIXADAS ESPECIAIS E NUMEROSOS CONVIDADOS. O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA ARVOROU A BANDEIRA DA EXPOSIÇÃO NO MASTRO DE HONRA, AO MESMO TEMPO QUE EM TODOS OS MASTROS DA VASTA PRAÇA DO IMPERIO ERAM IÇADOS CENTENAS DE ESTANDARTES HISTÓRICOS PORTUGUESES E FLAMULAS DOS PAÍSES AMIGOS. O ESPECTACULO TEVE EXTRAORDINARIA BELEZA E GRANDEZA. VINTE MIL POMBOS VOARAM NO ESPAÇO TRANSPARENTE, CRUZADO POR AVIOES, CHEIO DE MIL RIBOMBOS DE FOGOS ARTIFICIAIS E DOS CANHÕES DA MARINHA PORTUGUESA. FORÇAS DO EXERCITO, DA ARMADA, DA «MOCIDADE» E DA «LEGIÃO» ESTACIONAVAM NAS AVENIDAS CENTRAIS EM FACE DO PAVILHÃO DE HONRA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS NO QUAL HAVIA INSCRIÇÕES EXPRESSIVAS, RESPEITANTES AO ESPIRITO E ACTO DAS COMEMORAÇOES, COMO ESTA, COM PALAVRAS DE SALAZAR: — «NÓS DEMOS AO VELHO MUNDO NOVOS MUNDOS. SOMOS PÁTRIA E NAÇÃO HA OITO SECULOS»

O GOVERNO QUE PRESIDIU ÀS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

A participação do Brasil

nas Comemorações Centenarias

A maneira fidalga como o Brasil participou nas Comemorações dos Centenarios da Fundação e da Restauração da Independencia de Portugal justifica que se lhe faça referencia especial nestas colunas. A Embaixada presidida pelo General José Francisco Pinto, o Pavilhão do Brasil construído sob a direcção de Lima Junior, a Secção Historica do Brasil Colonial organizada por Gustavo Barroso, o Congresso Luso-Brasileiro, a visita de tantos brasileiros ilustres e as continuas manifestações de solidariedade e aprêço dos seus mais representativos homens de Estado, das Ciencias e Letras, e da sua Imprensa impressionaram profunda e gratamente a alma portuguesa. Sentiu-se que Portugal e Brasil são povos da mesma estirpe, da mesma família, que têm de comum o passado histórico, a língua e a religião, e, sobre esses eternos alicerces, largas perspectivas de colaboração fraterna e amiga no Mundo das Nações. Por tudo o que nos trouxe o Brasil de tesouros de inteligencia, de compreensão, de amizade, de beleza artistica e literaria, de homenagens da sua Historia á nossa Historia, lhe estamos muito reconhecidos e se pode dizer que se cumpriram inteiramente os votos de Salazar, expressos na «Nota» de 26 de Março de 1938, nestes termos: — «Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na Historia portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinaria realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria».

POPULAR 1918 — P 2555 A.

Realizadores do pensamento de Salazar

ENGENHEIRO DUARTE PACHECO
Ministro das Obras Publicas e Comunicações

Não são apenas as individualidades ilustres que apresentamos nesta galeria, as que contribuíram para fazer do pensamento de Salazar sôbre as Comemorações Centenárias uma realidade viva, perdurável e esplendorosa. Muitas outras deram o seu esfôrço valioso. Foi mesmo desse harmónico conjunto de altos valores sociais e de actividades diligentes que surtiu o êxito triunfal das Comemorações, em que tôda a Nação colaborou, aliás, com a sua fé e entusiasmo patriótico. Isto significa que a todos são devidos louvores e justiça, mesmo quando o seu papel, função ou lugar foram dos mais modestos.

Os realizadores do pensamento de Salazar nas Comemorações Centenárias que apareceram em primeiro plano com as maiores responsabilidades de direcção e de execução foram, sem dúvida, as nomeadas nestas páginas. A homenagem que lhes dedicamos estende-se naturalmente a todos os seus colaboradores.

Todavia, há um nome que falta nesta galeria — o do malogrado Embaixador Alberto de Oliveira que foi dos primeiros a dar ao sr. Presidente do Conselho a solidariedade e o aplauso sinceros da sua alma de poeta e de patriota ardoroso. Levou-o a morte antes que visse o êxito completo do seu grande sonho. E' legítimo que dediquemos à sua memória estas palavras de estima, de admiração e de saüdade.

* * *

O programa das Comemorações dividia-se em duas partes: uma respeitante a manifestações propriamente comemorativas como a Exposição do Mundo Português, outra relativa a obras públicas como a Estrada Marginal, o Estádio, o aeropôrto de Sacavém, etc. Acêrca destas escreveu o sr. Presidente do Conselho, na «nota oficiosa» de Março de 1938, que à volta da preocupação de preparar bem o País para as festas e a visita de estrangeiros deviam «ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos ou apetecíveis, pelo interêsse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que tem aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no pôrto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavem; algumas, senão todas as estradas de acesso imediato à capital; o apêrto de certas malhas na rêde de estradas com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e aperfeiçoamento de serviços dos hoteis de Lisboa e da Provincia; estabelecimento de certo numero de pousadas em recantos provincianos onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilancia na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas ou-

Agradecemos aos srs. António Ferro, Julio Dantas, Augusto de Castro, Reynaldo dos Santos, Manuel Murias, Gustavo Barroso, Henrique Galvão, Cotinelli Telmo e Sá e Melo, os preciosos autógrafos que publicamos com as suas fotografias.

Durante oitocentos anos, tôdas as nações da Europa se transformaram; todas elas sofreram, no caos obscuro de fôrças em que se gera a história, modificações mais ou menos profundas: Portugal, porém, permaneceu igual a si mesmo, espectador oito vezes secular dos incêndios, das devastações, das tempestades do Mundo, como se a sua couraça indestrutível fôsse a própria mão de Deus. Eis o facto primacial, eis o acontecimento transcendente que nós hoje comemoramos.

Julio Dantas

As Comemorações Centenárias de Portugal representaram, sob o ponto de vista nacional, a consagração da glória heroica, religiosa, política, artística do passado e do presente da nossa Pátria. Mas, sob o seu aspecto universal, representaram mais alguma coisa que, neste momento, tem um valor simbólico: uma data na história do Ideal Humano.

Augusto de Castro

Os Centenários foram essencialmente um exame de consciência da personalidade histórica da Nação e das suas actuais capacidades de realização.

De uma saíu-se com glória e da outra com dignidade e gosto.

Reynaldo dos Santos

Foi tão grande o esfôrço dos portugueses de hoje, tão milagroso, tão criador, que os portugueses de amanhã, os portugueses de 2040, hão-de sentir a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiasmo e reconhecimento, o Centenário de 1940, o Centenário dos Centenários!

António Ferro

nas Comemorações Centenárias

tras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem».

Ora as grandes e pequenas coisas sugeridas nesta passagem da «Nota» foram realizadas, umas integralmente, outras parcialmente. Basta visitar o País para ver que nada se descurou desse plano, pelo menos na parte principal. Algumas obras ficaram incompletas ou demoradas por causa da Guerra como por exemplo a transferência da fábrica do gás. Mas nem essas pararam ou foram postas de parte. Continua a construír-se estradas, a reparar monumentos, a higienizar o País.

Nesta vasta emprêsa, o sr. Engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, pôs caprichosamente tôda a sua incansável actividade. Dirigiu e animou com inteligencia, fé e pulso firme, repartindo ainda pela Camara Municipal de Lisboa, pelos Caminhos de Ferro e pela Exposição do Mundo Português o seu esfôrço empreendedor. Venceu dificuldades, que pareciam invenciveis, ultrapassou obstáculos que pareciam intransponiveis. Como sucede em geral a todos os grandes homens de acção, o trabalho e a luta são para o Engenheiro Duarte Pacheco estímulos para mais fortemente se dedicar á sua obra, ao seu ideal de acção.

*
* *

Na Exposição do Mundo Português intervieram, além do Ministro das Obras Públicas, que a tudo presidiu, a Comissão Executiva dos Centenários, aqui representada pelo seu ilustre Presidente. Dr. Julio Dantas, o Comissário Geral, Dr. Augusto de Castro, Antonio Ferro, Dr. Reynaldo dos Santos, Dr. Manuel Múrias, Gustavo Barroso, capitão Henrique Galvão, Arquitecto Cotinelli Telmo e engenheiro Sá e Melo. A tarefa que a cada um coube é hoje conhecida e admirada por todos os portugueses que acompanharam, dia a dia, a organização e a celebração das Comemorações Centenárias, principalmente durante êste inesquecível «Ano Aureo» da nacionalidade. Julio Dantas e Augusto de Castro em notáveis discursos e artigos; Antonio Ferro na concepção dos Pavilhões de folclore, artes e costumes regionais, das aldeias portuguesas, do arranjo artístico de miradouros e pousadas, da ornamentação artística das montras, dos bailados portugueses e da propaganda das festas; Reynaldo dos Santos na Exposição dos Primitivos; Manuel Múrias na organização dos Congressos; Gustavo Barroso na Secção do Brasil Colonial e no Congresso luso-brasileiro; Henrique Galvão na Secção Colonial, no Cortejo Imperial e na festa de Guimarães; Cottineli Telmo e Sá e Melo na feliz traça, construção e arranjo da Praça do Império e da Exposição do Mundo Português; todos mostraram, em elevado grau, o valor muito apreciável da sua colaboração intelectual, literária, artística ou técnica. São nomes que ganharam legitimamente direito à nossa admiração e reconhecimento.

As Festas Centenárias ficarão na História de Portugal com o valor de um dêsses feitos do Passado que julgávamos impossivel repetir-se no nosso tempo.

De todas as lições que delas recebemos há uma, porém, que não devemos esquecer: começámos na descrença e acabámos de mãos dadas: criemos de futuro, e sempre, um ambiente de optimismo e confiança áqueles a quem demos o encargo de elevar o nome de Portugal.

Não se fez a evocação de todo o passado histórico de Portugal só para recordar o que lá vai. Nêsse passado mergulham as próprias raizes da nossa vida presente e do futuro de Portugal. Creio que, depois de tudo o que se fez durante um ano — obra de eruditos, artistas, homens de acção, — nós ficámos a conhecer melhor e a compreender melhor o nosso destino.

As Comemorações Centenárias foram uma grande lição de história e a demonstração concreta da vitalidade de Portugal que, olhando seu glorioso passado de oito séculos, dêle recebe as energias com que se mostra no presente e olha, cheio de confiança, o futuro.

Aqueles que estiveram em Guimarães não terão que se interrogar, durante a vida que lhes restar viver, sobre o alcance e os resultados das Comemorações Centenárias.

O seu alcance foi fazer sentir a vida e a elevação dos sentimentos que, naquela hora do meio dia, demonstraram a saude e vigor das fundas raízes em que a nacionalidade se prende. Dos seus resultados dirá o desenlace desta hora trágica que o Mundo vive e que há-de deixar ouvir no Mundo o eco de uma outra hora em que completamos oito séculos de idade como Nação livre e independente.

As Comemorações Centenárias dão-nos o direito e o dever de nos sentirmos orgulhosos da nossa Pátria.

DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO

inaugurando, em sessão solene realizada a 2 de Junho nos Paços do Concelho de Lisboa, as comemorações oficiais de 1940

Senhores:

Inicia-se hoje o ciclo das Comemorações Centenárias e cabe-me como Chefe do Estado o encargo de o abrir; mas este encargo é para mim honra e ventura e tão grande que fixo o momento e me detenho um pouco para o medir e agradecer á Providencia o alto destino da minha vida.

*

Celebramos dois centenários, mas em verdade esta comemoração abrange toda a vida da Nação através de oito séculos bem cheios e intensamente vividos.

Há oito séculos que a Nação existe; nenhuma outra na Europa pode dizer-se, tem mais antigo brasão, nem definiu mais cedo os seus limites geográficos e criou um espírito nacional, uma individualidade inconfundível. E se esta antiguidade é bastante para lhe dar nobreza velha, a sua origem é ainda mais antiga, porque a reconquista é a restituição dos que, com fisionomia própria, já muitos séculos antes ocupavam o território.

A individualidade vem-lhe da natureza, mas ultrapassa os traços da terra, da economia ou da defesa, porque é nos sentimentos que encontra a sua causa forte. E' uma alma e um corpo mas é mais alma do que corpo — ainda que êste seja definido e diferenciado — pois o traço que une as almas é tão espontaneo e homogéneo que em nenhum outro povo é mais perfeita a unidade de essencia. Por isso nunca houve aqui divisões profundas; a diversidade das ideas e dos sentimentos foi sempre acidental e nenhuma visou a modificar o rumo do nosso destino. Pelo contrário, esta individualidade, histórica, ideológica, espiritual, gerou um pensamento uno e direcção una, pois todos, desde o começo, caminharam para um objectivo comum, como se fôssem predestinados para realizar a mesma missão. Por isso esta obra, que é de todos porque todos os que hoje vivem e os que viveram demandaram e demandam acima de tudo um objectivo comum: a glória e a grandeza de Portugal.

Há oito séculos que o povo português caminha na História.

Que impressionante, estranho cortejo: os grandes e os humildes, os que defenderam as fronteiras, os que sulcaram os mares, os que lavraram a terra e cultivaram a ciencia ou arte, ou propagaram a Fé!

Mas este cortejo não tem grandeza apenas pelas unidades que o compõem e pela diversidade de qualidade e aptidões dos que o constituem; tem grandeza pela elevação das suas aspirações e pelos feitos que realizou. Viveu, desenvolveu-se e projectou mesmo em traço imorredoiro a expressão do seu génio na vida do Mundo. E é assim que quem quiser analisar a vida do povo português há-de examiná-lo na sua formação, no seu labor interno e também, no modo como contribuiu para o progresso da Humanidade.

*

Na vida interna, procuramos valorizar a riqueza natural com trabalho e sacrifício, vencendo as dificuldades do tempo e das condições materiais.

Lavramos a terra, exploramos as minas, fazemos o comércio, trabalhamos nas fábricas, vivemos enfim á nossa custa. Mas não procuramos apenas valorizar, caminhamos sempre no sentido de não criar nem deixar desenvolver diferenças profundas, intransponíveis, entre as classes da Nação, nem permitimos que os seus bens fôssem património exclusivo de privilegiados. Cêdo, mercê de várias circunstancias, quem teve qualidade e méritos ascendeu a todos os lugares, pôde desfrutar todas as situações sem que a origem obscura constituísse obstáculo. As instituições que faziam da riqueza monopólio de alguns, pouco actuaram entre nós; e ainda que tivessemos de acompanhar a evolução de outros povos, a verdade é que nem a situação dos humildes foi aqui desprezivel nem a dos poderosos razão para tornar inhabitavel ou indesejavel a terra. Com pouco ou muito todos aqui se têm sentido bem, e nem a riqueza própria foi motivo para deprimir, nem a pobreza fundamento de inssurreição. Cada um ocupou o lugar que a natureza e as fôrças imutaveis lhe marcaram, mas nem as instituições nem os homens tornaram a ninguém odiosa a Pátria.

Neste tão largo transcurso de tempo fomos um momento da vida da Humanidade — quando um dia iniciámos e realizámos quási inteiramente o maior acto da História: os descobrimentos. Outros o poderiam ter feito e sem duvida a outras nações reconhecemos capacidade para o realizar, mas a nós coube essa missão, fomos nós que desvendámos e cruzámos todas as rotas, cruzando todos os mares e passando por todos os continentes. Em toda a parte existem ainda os sulcos da nossa passagem e essa nossa grande, estranha aventura abriu horizontes novos, criou novas condições de vida ao Mundo inteiro e enriqueceu a Humanidade. E se da emprêsa tirámos vantagem material há-de dizer-se por ser verdade que o impulso primeiro esteve no desejo de desvendar o desconhecido e de realizar a vocação missionária que os factos demonstraram possuirmos.

Nesta marcha através da História criámos três Impérios: o Império brilhante do Oriente que tem para nós a fascinação doirada de uma emprêsa que mede a audácia e o brilho de um povo; criámos o Império do Brasil, em que revelámos o sentido que possuíamos da obra civilizadora e que constitue um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje á Civilização; e afinal o Império de Africa, de que nos podemos justamente envaidecer pois em iguais paragens outros não fizeram mais nem melhor.

Foi nossa grande parte do Mundo, possuímos grandes riquezas, dominámos o comércio e a navegação mas de nada temos que censurar-nos. Ocupámos as terras vagas ou onde a civilização não existia e, nas regiões civilizadas, apenas quisemos estabelecer as condições de comércio e de permutação de riquezas — sem desconhecer as civilizações locais e as suas autonomias.

Comerciámos, mas não trouxemos pelos mares corsários nem vivemos da fazenda alheia: ocupámos, mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão vivo da personalidade humana que convizinhámos dos homens e de outras civilizações, nunca levantando entre eles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente. Disso nos têm acusado, mas nós pensamos que valem mais as ideas impressas no coração do que as expressas nas filosofias, e, porque ideas de bondade e de humanidade viviam em nós, não tiveram a sorte das concepções que se fazem e desfazem mas a das que perduram e se projectam pelos tempos fora.

Toda essa expansão extra-continental foi feita mais com o coração do que com a espada, porque esta só a brandimos para nos defendermos e defender a civilização que haviamos feito germinar. Inscrevemos na História do Mundo factos que não podem ser esquecidos, nomes que não podem ser ignorados. Sempre se falará da acção dos portugueses no mar e na colonização; e todas as galerias do Mundo recordarão o Infante de Sagres, o Gama, Albuquerque, Cabral, Camões e muitos outros ainda.

Mas repartindo tantos de nós a vida pelo Mundo nenhum esqueceu a pequena casa lusitana. Aqui continuámos a nossa vida, o nosso labor, com sorte vária, procurando todavia acompanhar o movimento de cada época. E chegados a este momento da existencia podemos dizer, que se não vamos á frente nas grandes realizações materiais todavia nem nos queixamos, nem sentimos inveja, nem desanimos. O lote que nos coube na Terra nem sempre se afeiçôa ás modalidades da fortuna de cada época, mas existe em nós o raro espírito de nos sentirmos contentes com o que temos, e ao mesmo tempo redobrarmos de esforços quando a dificuldade aumenta e também o de sermos generosos na riqueza e corajosos na adversidade.

Vivemos a vida em todas as suas alternativas, mas não fazemos nenhuma restrição ao espírito patriótico de cada geração. Cremos sinceramente que cada um cumpriu o seu dever, e se algumas épocas nos foram adversas aí se deve ver a fôrça invencivel dos acontecimentos, as desventuras que assombram e esmagam os povos, e nunca desfalecimentos da alma nacional.

*

A nossa vida de projecção não nos deminue. Cêdo pensámos que nenhum país pode e deve viver isolado dos outros países, e muito menos organizar a sua vida na base da miséria ou da desgraça alheia e que, pelo contrário, é da prosperidade de todos que resulta a prosperidade de cada um. A estas ideas nos mantivemos fieis em todos os tempos. Por isso podemos dizer com orgulho que fomos em toda a História elemento util, pequeno ou grande, conforme as épocas, da solidariedade internacional e nunca elemento perturbador.

Tivemos com os outros povos aqueles conflitos que a História refere, mas sempre os procurámos resolver com a justa compreensão dos direitos e deveres reciprocos e chegamos a este tempo, podendo considerar todas as nações como amigas, sem qualquer reserva nem ressentimento e sendo certo também, que nenhuma se deverá considerar agravada de nós.

*

Estamos em 1940; há oito séculos que existimos e a mesma fé dos nossos maiores anima e inspira os nossos actos. Desejamos ser êle util e construtivo na cadeia das gerações, e queremos que o contributo que pudermos prestar fortaleça o nosso País e seja também prestimoso aos outros povos.

Para isso ás intenções havemos de ajuntar as obras e certamente ninguém se poupará a sacrifícios, nem apresentará desculpas, nem esconderá atrás de aparencias enganadoras egoismos dissolventes.

Um povo, uma Nação, quere dizer muito mais do que um povo, quere dizer que todos os que a constituem hão-de repartir entre si, com justiça os trabalhos e os benefícios e tudo se há-de aceitar sempre de boa mente.

Procedendo assim, nós não excederemos nenhuma das gerações passadas, mas seremos certamente relembrados no futuro e as gerações que vierem hão-de deter-se um pouco na História que fizermos e essa será a mais alta consagração do nosso esfôrço.

*

E' isto que neste tempo comemoramos. Estariamos em festa e cheios de júbilo se o Mundo não sofresse neste momento uma das suas grandes crises. Não esquecemos nem fechamos os olhos a tão grande desventura, mas tendo o dever de recordar o que fomos e, prestada sincera homenagem á dôr alheia, é com enorme orgulho que lembramos os factos da nossa História e a vida da nossa gente.

Estão aqui os altos funcionários da Nação, os que a representam, e toda uma assistencia brilhante, mas a projecção desta hora não cabe nesta casa. A minha palavra que é a sua expressão transpõe estas paredes e será ouvida em cada canto da terra portuguesa do Continente ou do Ultramar, e em cada coração de português aonde quer que êle se encontre. Este dia é de todos porque cada um, quem quer que seja, representa uma família, um nome do passado, modesto ou nobre, celebrado ou desconhecido, alguém que na sucessão dos séculos serviu o seu País com préstimo, brilho e heroísmo.

E, para terminar, Senhores:

Recordemos todos os que viveram antes de nós, evoquemos a sua memória, e admiremos o sulco que deixaram na terra, inclinemo-nos ante a sua obra e ratifiquemos a promessa que eles tantas vezes fizeram de permanecer fieis á sua fé patriótica; e, juntando a nossa aspiração viva á sua aspiração já agora espiritual, ergamos os corações para Deus e solicitemos para a terra portuguesa a sua eterna protecção.

CELEBRAMOS DOIS CENTENÁRIOS, MAS EM VERDADE ESTA COMEMORAÇÃO ABRANGE TODA A VIDA DA NAÇÃO ATRAVÉS DE OITO SÉCULOS BEM CHEIOS E INTENSAMENTE VIVIDOS.

... ...

Palavras de S. E. o Cardial D. Manuel Gonçalves Cerejeira, na Sé de Lisboa

a 2 de Junho, ao iniciar-se as comemorações do Ano Aureo

Portugueses de aquém e além mar; vós todos que trazeis, onde quer que estejais, Portugal no coração; os da metrópole, onde a Mãe de Deus pôs o berço da Nacionalidade; os que continentes e mares separam dele sem os desunir da Pátria, habitantes desses pedaços dela que são a sua imagem, reflectida noutros continentes e entre outros povos; e os que andais espalhados por todas as partes do Mundo, que nossos antepassados aumentaram e alargaram, devassando o mistério dos mares tenebrosos (que — tantos deles amortalharam no imenso lençol das suas águas profundas), e restituindo á terra e a Deus as opulentas terras longinquas ignoradas ou inacessiveis; — e vós, brasileiros nossos irmãos, que aqui no «solar da raca», como lhe chamou um dos vossos, não sois estrangeiros, pois a nossa História é apenas o prefácio da vossa, e aí, sob a luz brilhante do Cruzeiro do Sul, continuais, na mesma língua, na mesma Fé, no mesmo sangue, uma epopeia que quisestes escrever só por vossas mãos; — portugueses, brasileiros, ouvi! ouvi! ouvi!

A' moda antiga, sobe o Patriarca de Lisboa, cabeça da Pátria e do Império, precedido pela cruz de ciro do segundo Rei de Portugal, que tanto sol de glória e triunfo beijou, e pela espada gloriosa do primeiro, que abençoada por S. Teotónio, traçou, neste extremo do velho Mundo «onde a terra se acaba e o mar começa», para durar até ao fim do Mundo, os limites da Nação portuguesa — sobe ao terraço que cobre a galilé da velha catedral romanica, coeva da fundação da Monarquia, para vos anunciar, elevando ao mesmo tempo o coração a Deus, criador e senhor das nações: que faz agora oito séculos que Portugal nasceu!

Quem vos fala é o sucessor de tantos Bispos que, desde o Rei Fundador, foram nesta vetusta Sé os interpretes perante Deus, dos votos e das acções de graças da Nação Portuguesa. Aqui vieram os reis, e os governos, e a nobreza, e o povo, todos os que fizeram Portugal e o engrandeceram, cantar o «Te Deum» das horas heroicas da Pátria. Esta augusta Catedral é como o coracão da Pátria: não houve dôr nacional que a não fizesse chorar, como não houve alegria nem vitória, nem glória que a não fizesse estremecer jubilosamente em cantico triunfal. Ela presenciou, e sentiu, e santificou toda a vida histórica da Pátria, durante a vária peregrinação de oito séculos Hoje, ela restaurada dos estragos dos tempos e dos homens, como a própria Nação que espanta o Mundo com o milagre do seu rejuvenescimento, recebe festivamente dentro dos seus muros sagrados o venerando Chefe do Estado, que tão dignamente preside aos destinos gloriosos da Pátria; e o Govêrno do País, operário do nosso renascimento com a nobre e prestigiosa figura do seu Presidente; e o preclaro Nuncio do Vigário de Cristo, que abençoou e amparou Portugal ao nascer, com o Corpo Diplomático acreditado neste cantinho do Mundo, onde no século XVI, os poetas podem cantar de novo a «doce paz doirada» que a Providencia lhe tem dado por especial mercê; e a Embaixada brasileira, sem a qual faltaria á mesa dêste festim nacional alguém que é da família; e os ilustres representantes da Nação; e a Comissão Nacional das Comemorações Centenárias, que com tão fino sentido cristão, patriótico e artístico as organizou; e as altas autoridades publicas, civis e militares; e distintos membros do clero, nobreza e povo; para cantar o solenissimo «Te Deum laudamus» de acção de graças nacional.

Portugueses, brasileiros, com os corações ao alto, nesta data do Natal da Nação Portuguesa, que pode dizer, para quási todas as outras, ainda as maiores, ao contar os seus oito séculos de História, como Heródoto conta que lhe disseram os sacerdotes egipcios: — Vós outros sois crianças! — gritemos como era usança antiga (e certamente muitas vezes foi dito deste mesmo terraço) todos á uma tão alto que nos olça o Mundo inteiro: — arraial, arraial, arraial, por Portugal!

NO DIA 24 DE NOVEMBRO EFECTUOU-SE A DOAÇÃO AO ESTADO PELA COLONIA PORTUGUESA, DO PALÁCIO DA INDEPENDENCIA. ASSINARAM ESCRITURA COMO REPRESENTANTES DAS DUAS PARTES, RESPECTIVAMENTE, OS SRS. DR. ANTONIO LUIZ GOMES E COMENDADOR ALBINO DE SOUSA CRUZ. O ACTO REALIZOU-SE NO TERREIRO DO PAÇO COM GRANDE SOLENIDADE PERANTE FORMAÇÕES DA «LEGIÃO PORTUGUESA» E «MOCIDADE PORTUGUESA», REPRESENTAÇÕES DA UNIÃO NACIONAL, E ORGANISMOS CORPORATIVOS E MUITO POVO. NA GRAVURA VÊ-SE A «MOCIDADE PORTUGUESA» EM FORMATURA DE CONTINENCIA, NO LARGO DE S. DOMINGOS, EM FRENTE DO PALÁCIO DA INDEPENDENCIA, DEPOIS DO CORTEJO CIVICO COMPOSTO DE MILHARES DE PESSOAS, QUE VIERA DO TERREIRO DO PAÇO, PELA RUA AUGUSTA, ATÉ ALI.

COMEMORAÇÃO DA BATALHA DO SALADO, EM EVORA: GUARDA DE HONRA FEITA POR CAVALEIROS MEDIEVAIS

Comemoração da Batalha do Salado, em Evora, d'ante das ruínas do templo de Diana, no momento de içar as Bandeiras Nacionais de Portugal e Espanha. Nesta solenidade estiveram presentes delegados especiais do Govêrno espanhol, o Sr. Embaixador D. Nicolau Franco, os directores dos jornais diários de Madrid, o presidente da Comissão Executiva dos Centenarios que representava o Govêrno português, o Senhor Bispo de Beja e muitas entidades oficiais militares, civis e eclesiásticas, além de muito povo

A lição cultural e nacionalista do Congresso do Mundo Português

Na notabilíssima nota oficiosa de Março de 1938 acentuava o sr. Presidente do Conselho que, como complemento de algumas das exposições projectadas, haveria oportunidade de promover alguns congressos de carácter internacional. E acrescentava: — «De entre os possíveis destaco apenas um Congresso do Mundo Português, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciencia estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História». Os desejos do sr. Doutor Oliveira Salazar cumpriram-se amplamente, porque, na verdade, o Congresso do Mundo Português revestiu-se, dentro do quadro geral das Comemorações Centenárias, duma importancia excepcional. Manifestação cultural por excelencia, essa assemblea grave de eruditos, de historiadores de investigadores especializados na ciencia do passado, foi, na realidade, o texto documentado da deslumbrante Exposição de Belém, elaborando uma série de capitulos fundamentais da crónica nacional através de oito séculos gloriosos e fecundissimos para a civilização universal.

O Congresso do Mundo Português foi, com efeito, o Congresso da História de Portugal. Assegurada por esta forma a unidade do tema, houve a necessidade, por razões de método, de adoptar a divisão clássica em secções. Procedendo-se á distribuição das materias por cada uma, verificou-se que as secções constituiam, pela vastidão e complexidade dos respectivos estudos, outros tantos congressos independentes, solidarios pela definição do tema geral, mas com programas próprios e campo de acção individualizado. Assim se criou um sistema complexo, mas unitário, que correspondeu integralmente ao objectivo que se desejava atingir.

Todos os grandes problemas da História de Portugal foram revistos e discutidos á luz da mais moderna critica e da mais recente documentação. Centenas de memórias e comunicações ficam atestando o interesse desvelado que o nosso escol erudito consagra ao estudo do passado.

No primeiro Congresso, que se reuniu no Pôrto e que se ocupava da pre e proto-história portuguesas até á Reconquista cristã e também da antropologia pre e proto-história, analisaram-se as questões que dizem respeito á vida do homem na faixa ocidental da Peninsula, anteriormente á organização do condado portucalense. E as conclusões dos mais notaveis trabalhos apresentados por sábios nacionais e estrangeiros são de molde a marcar a perfeita individualidade portuguesa no conjunto étnico peninsular.

Portugal medieval foi objecto do segundo Congresso, que teve a sua sede em Coimbra. Nele foram incluidos os factos que, a partir da Reconquista e consequente formação dos Estados peninsulares, determinaram a fundação da nossa Nacionalidade. As conquistas dos primeiros Reis — a galeria admiravel dos Afonsinos —; o povoamento; a criação e desenvolvimento das instituições que consolidaram o reino nascente; a obra económica e cultural de D. Deniz e D. Fernando; a crise de 1938 e, finalmente, após Aljubarrota, a consolidação política e a reorganização de Portugal, sob a égide de D. João I, até ao início da expansão (Ceuta 1415) — todos êsses capitulos empolgantes foram revistos pelas mais altas individualidades nacionais e estrangeiras que aos estudos medievais se consagram.

O terceiro Congresso — Descobrimentos e Colonização até á crise de 1580 — constituiu a mais alta e mais bela lição de nacionalismo Tôda a nossa epopeia de Quinhentos — a expansão ultramarina e a formação do Imperio — o esfôrço do descobrimento da terra, os trabalhos de exploração e aproveitamento dos territórios descober-

(CONTINUA NA PAG. 11)

CELEBRAÇÃO DE ALGUNS CASAMENTOS CATÓLICOS DE INDIGENAS DO IMPÉRIO, NA CAPELA DAS MISSÕES DA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

S. E. o Senhor Cardial Patriarca proferindo o discurso no Templo dos Jerónimos, durante a Missa de Pontifical e Acto Imperial, cerimónia imponentissima que marcou o apogeu das Comemorações Centenárias, na qual estiveram presentes o Sr. Presidente da Republica, o Govêrno, o Duque de Kent, as Embaixadas Especiais do Brasil, Espanha e outros paises estrangeiros, elemento oficial, civil e militar e muito povo. Depois da solenidade religiosa da Sé, esta foi a mais brilhante e comovedora no seu forte simbolismo patriótico. No seu discurso o Senhor Cardial Patriarca disse, referindo os Jerónimos: — «Este é um dos lugares do nascimento do mundo moderno. Luiz de Camões cantou em poema imortal esta épica história. Mas o reverso da epopeia é o martirologio português. Os «Lusíadas» não devem ler-se sem a «História Trágico-Marítima». Para dar ao mundo os novos mundos, Portugal abriu maternalmente as velas. O mundo moderno nasceu assim, na glória e na dôr, na esperança e na saudade, na fé e no heroismo — nasceu de aqui».

A Agência Geral das Colónias e as Comemorações Centenárias

E' de toda a justiça registar a importante contribuição dada pela Agencia Geral das Colónias ao brilhantismo das Comemorações Centenárias com uma série de valiosas publicações sôbre assuntos da nossa actividade colonizadora tanto em Africa como no Brasil.

Toda a Imprensa se referiu com aplauso a esta iniciativa que todos esperam ver continuada em relação a outras obras ainda inéditas ou esquecidas e que, pelo seu valor histórico, cientifico ou documentário, merecem a luz da publicidade. O seu conhecimento contribuirá muito para a formação tão necessária duma consciencia imperial pela elevação do nível da educação e da mentalidade cívica do nosso povo.

As publicações a que nos referimos são principalmente as seguintes:

— *«Padre António Vieira no Brasil»* (2 volumes). Colectanea de sermões respeitantes á vida religiosa, politica e social do Brasil, organizada e prefaciada pelo dr. Ernani Cidade;

— *Tratado da Esfera de D. João de Castro;*

— *Carta das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* (1506-1508) por A. Fontoura da Costa;

—*Roteiros dos portugueses, Inéditos, da Carreira da India do Sec. XVI.*

— *Roteiros de D. João de Castro*, compreendendo o 1.º vol. (1538) o 1.º Roteiro de Lisboa a Góa e o 2.º e 3.º vol. (1538-1539) os Roteiros de Góa a Diu e Album das Tavoas;

— *Roteiro da Navegação e Carreira da India*, por Gaspar Ferreira Reimão;

— *Roteiro da Africa do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança ao das Correntes* (1576) por Manuel Mesquita Perestrelo;

— *A Marinharia dos Descobrimentos* por A. Fontoura da Costa;

— *Nuno Alvaro Botelho* por A. Botelho de Sousa;

— *Relação verdadeira dos trabalhos que o Governador D. Fernando de Souto e certos Fidalgos portugueses passaram no descobrimento da Provincia da Flórida*, por Gavazzo Perry Vidal;

—*Pela Fé e pelo Império*, poema de Silva Tavares;

— *Francisco Barreto, Restaurador de Pernambuco*, por Pedro Calmon;

— *Martim Soares Moreno*, por Afranio Peixoto;

— *Luiz Barbalho*, por Bernardim José de Sousa;

— *Rui Freire de Andrade*, por José Gervásio Leite;

— *Manuel Cerveira Pereira*, por Gastão de Sousa Dias.

O BAPTISMO DE NEÓFITOS DE CÔR, NATURAIS DO IMPÉRIO CELEBRADO NA CAPELA DAS MISSÕES DA SECÇÃO COLONIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, ORGANIZADA E DIRIGIDA SUPERIORMENTE PELO OAP, HENRIQUE GALVÃO QUE ESTÁ PRESENTE NESTA CERIMONIA RELIGIOSA

O Senhor Bispo de Beja discursando na inauguração do padrão comemorativo da Batalha de Ourique. Esta cerimónia fez parte do programa das festas regionais dos Centenários, que se efectuaram em todo o País — cidades, vilas e aldeias

Sentido e lição do "Ano Aureo"

Quando toca o seu fim o *ano aureo* das grandes Comemorações Centenárias, é sem duvida chegada a oportunidade de reflectir um pouco sôbre a idea que a elas presidiu e sôbre os efeitos que delas resultaram para todos nós.

Logo na nota oficiosa em que lançou a admiravel iniciativa, Salazar definiu com luminosa precisão o sentido das festas a celebrar:

— «Ter oito séculos de idade é caso raro ou unico na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade politica se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quási desde o principio, com o esforço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na Peninsula Iberica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituição de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao ultimo os próprios chefes tinham nas veias o mesmo sangue português».

No dia 27 de Maio, os velhos colonos do Império chegados pouco antes a Lisboa, visitaram, acompanhados do Sr. Ministro das Colónias, Dr. Vieira Machado, o Sr. Presidente do Conselho a quem um deles, pedindo licença para o abraçar, disse estas palavras: — «Bendito seja Deus, que pude ver o maior Homem, que até hoje nasceu em Portugal»

Assim marcada a persistência da Nação Portuguesa *no seu próprio ser*, a sua fidelidade ao mesmo contorno inicial como ás mesmas leis de desenvolvimento coerente — Salazar disse ainda:

— «Liberto de todas as perturbações da Europa, donde foram surgindo uns após outros os Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido, mas realizando através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e vaiiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é: não durou porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização».

Estes dois trechos modelares tão cheios de densidade espiritual e nacional — resumem as grandes directrizes que orientaram as jornadas evocadoras do ano que finda. Em primeiro lugar, quis-se sublinhar bem quanto o Portugal de hoje é identico, na sua substancia fisica e nas suas constantes morais, ao Portugal nascido há oito séculos, talhado pela espada heroica do Fundador. Em segundo lugar, recordou-se, em forma de apêlo viril, aos portugueses de hoje, que se a Pátria assim atravessou, una, coesa, integra, longas eras e vicissitudes inumeras, não se deve tal facto á mera fortuna do acaso ou ao fácil comodismo de uma apatia inerte — mas, pelo contrário, ás virtudes dos chefes e da gente, á sua clara vontade, á sua tenacidade indómita, ao génio que lhes deu tantas vezes a força de se ultrapassarem a si mesmos. Esta Pátria, com efeito, *«não durou porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu»*.

Eis aqui, portanto, um conceito positivo e construtivo, uma doutrina *tónica* do nosso papel e dos nossos direitos históricos. Dentro dela, e para melhor a alicerçar e fecundar — nesta campanha pela reeducação integral do povo português, há tanto tempo esquecido ou afastado das suas raízes profundas — é que se festejaram, com a máxima solenidade, as datas representativas da criação do Portugal Independente e da Restauração de Portugal. E não apenas essas duas datas culminantes: todas as que manifestam o nosso alto esforço e a nossa triunfal actividade de guerreiros, de descobridores, de evangelizadores de Mundos. Foi-se a Guimarães e a Ourique, mas também se foi a Sagres, se evocou o Salado, se prestou homenagem, diante do tumulo de Pedro Alvares, ao descobrimento do Brasil e á nossa obra gigantesca além-Atlantico. Na Exposição de Belém, apresentou-se o eloquente e impressionante panorama da nossa inigualavel contribuição, em todos os dominios, para a civilização e para o progresso da humanidade. Ao pronunciar as solenes palavras de 4 de Junho, o Chefe do Govêrno exaltou, a-par das glorias da Fundação, a bandeira sobre a qual se via, «como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa».

NO DIA 9 DE JUNHO DE 1940, CELEBROU-SE A ROMAGEM À SÉ E AO CASTELO DE S. JORGE, UM ESPECTACULO MARAVILHOSO DE FÉ PATRIOTICA DO POVO DE LISBOA, QUE EM NUMERO DE MUITOS MILHARES DE PESSOAS TOMOU PARTE NO CORTEJO. NA GRAVURA VÊ-SE A «MOCIDADE PORTUGUESA», JUNTO ÀS MURALHAS DO CASTELO, COM O SEU ESTANDARTE E AS BANDEIRAS HISTORICAS DA FUNDAÇÃO, DE D. JOÃO I, DE D. MANUEL, DA GUERRA PENINSULAR E DAS ORDENS MILITARES DE AVIZ, SANTIAGO, TEMPLO E HOSPITAL-CRISTO

O CASTELO DE S. JORGE, ESTÁ, POR DESEJO E ORDEM DO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO, SENDO RECONSTITUIDO NA SUA TRAÇA ANTIGA, PARA O QUE SE DESEMBARAÇOU DE TUDO O QUE PREJUDICAVA A REALIZAÇÃO DESSE «DESIDERATUM»

*

Deste modo, Portugal foi outra vez colocado diante da sua imagem real e completa, tal qual os seculos a desenharam e consolidaram.

Apenas para se orgulhar de um esplendido passado? Seria pouco — já que teremos de continuar a *viver se* nos anima o propósito de continuar a *durar*. Ao abrir de 1940, o Chefe do Estado pôs em lucido relêvo «as especiais responsabilidades» que aos portugueses deviam sugerir as comemorações do *ano aureo:*

— «Somos na verdade os herdeiros duma grande tradição, os depositários duma riqueza inapreciavel constituida pelos sacrificios, feitos heroicos, empreendimentos de toda a ordem, descobertas, conquistas de gerações sucessivas. Ao seu esforço devemos a existência e independência da Nação, a grandeza da sua História. A nós cabe continuar essa História gloriosa com o sacrificio e esforços que bem podem não ser inferiores, embora despendidos em muito diversos empreendimentos».

Modelados por catorze anos de tranquilidade na ordem, de fecunda harmonia, de impulso progressivo — é para nós seguro que os portugueses de 1940 hão-de corresponder bem a êste apêlo, honrar as «especiais responsabilidades» do momento actual. Hão-de mostrar-se dignos dos portugueses de 1140 que, á volta do seu Rei moço e vitorioso, se dispunham a criar uma grande Pátria e a lançá-la nos mais amplos rumos — e dos portugueses de 1640 que, á volta do *Feliz Restaurador*, sacudiram o jugo estrangeiro, e, em campanhas de quási trinta anos, defenderam e impuseram o axioma da nossa Independência. O passado inteiro reviveu, colaborou no presente, ajudou a preparar o futuro, desejado por todos nós.

Escreveu certo pensador notável: «não devem os homens instalar-se no passado, mas inspirar-se no passado». Inspiremo-nos no passado, sem nele nos instalarmos, presos á sua beleza e á sua gran— mas para erguer, á sua luz, sob a forte claridade da sua magnifica lição espiritual e heroica um Portugal á altura das suas tradições de grande povo apostólico e imperial!

J. A.

CHEGADA A LISBÔA DOS VELHOS COLONOS DE MOÇAMBIQUE E ANGOLA COM O SR. MINISTRO DAS COLONIAS DR. VIEIRA MACHADO

Janela do Histórico Palácio da Independência no momento de ser hasteada no seu mastro de honra a Bandeira da Restauração, em 24 de Novembro de 1940, e na ocasião da entrega solene das chaves á «Mocidade Portuguesa» e á Sociedade Histórica da Independência

NO CASTELO DE GUIMARÃES

no momento eucarístico da Pátria ao meio dia de 4 de Junho de 1940

falou o Chefe do Govêrno a milhões de portugueses, para que o ouvissem em todo o Mundo:

«Serei muito breve, pois toda a palavra a sinto inferior ao momento e todo o discurso se me afigura profanar o recolhimento das almas e a comunhão espiritual desta hora. Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de todas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada diante dêste castelo e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação, de fé.

Nem eu sei o que havia de dizer. Em vão procuro, no tropel de ideas e de emoções, focar pensamento ou imagem, facto ou anseio, nome ou sentimento que aos outros sobreleve e me prenda. Passam pelo espírito séculos em revoada — os oito séculos da vida de Portugal — com seus reis e seus cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus herois e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o moiro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em Escolas e Universidades de fama, fez uma língua e uma cultura, pintou obras primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia — e ainda hoje tam simples e tam modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos. Abisma-se a inteligência a perscrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre, e não se sabe que homem idea, rasgo ou sacrifício há-de pôr acima dos mais — a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguesa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da Península. Quis o povo ser independente, livre no seu próprio território, e quiseram os reis que êle o fôsse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.

Nas nações, como nas famílias e nos indivíduos, viver, verdadeiramente viver é sobretudo possuir um pensamento superior que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos. E é da vitalidade dêsse pensamento, da potência dêsse ideal, do seu alcance restrito ou universal ou humano que provém a grandesa das nações, o valor da sua projecção no Mundo. Ser escasso em território, reduzido em população ou em fôrça ou em meios materiais não limita de per si a capacidade civilizadora: um povo pode criar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o Mundo.

Para isso nos serviu a liberdade: de nós se não pode afirmar que não soubemos que fazer da nossa independência; trabalhando e recebendo em nossa carne duros golpes, descobrimos, civilizámos, colonizámos. Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e conciliável com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão.

A 4 DE JUNHO DE 1940 CELEBROU-SE NO CASTELO DE GUIMARÃES, A COMEMORAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA NACIONALIDADE, COM A COMPARÊNCIA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO GOVÊRNO, DO SR. CARDIAL PATRIARCA, BISPOS E OUTRAS AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS, CIVIS E MILITARES, E MUITO POVO, CUJO ENTUSIASMO PATRIÓTICO FOI EXTRAORDINÁRIO E ECOOU POR TODO O PAÍS COM VIBRAÇÃO INDESCRITÍVEL. NA GRAVURA, VÊ-SE, JUNTO DAS MURALHAS, AS FLORES QUE DE TODAS AS PROVÍNCIAS DE PORTUGAL, FORAM LEVADAS POR MILHARES DE PESSOAS COMO SAGRADA OFERENDA E HOMENAGEM DO AMOR DA PÁTRIA AO REI FUNDADOR.

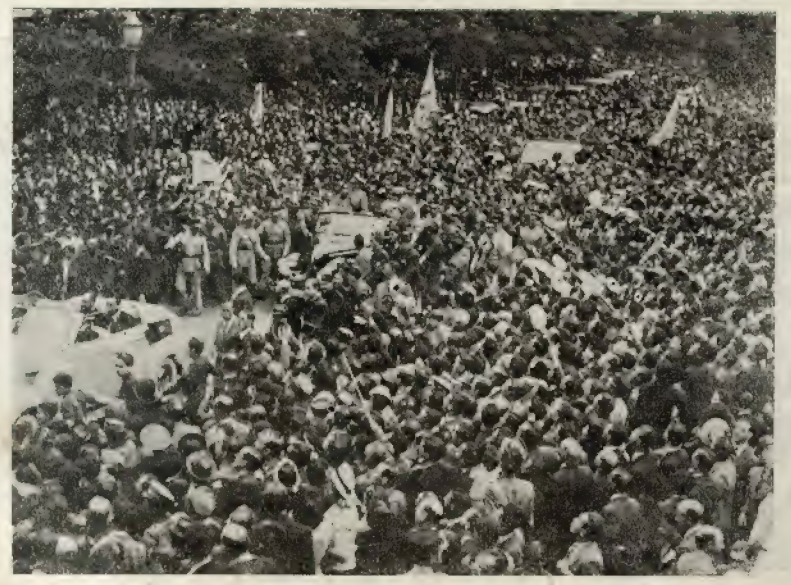
Eis porque esta solenidade é ao mesmo tempo acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé.

Primeiro: acto de devoção. Cobrimos de flores, trazidas dos quatro cantos do Mundo, as pedras mortificadas sôbre que se ergue êste castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo. Vimos de longe, alguns de muito longe a visitar a velha casa de seus velhos pais, a cidade augusta onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal. Sabemos dever-lhe o que fomos, e o que somos dêle vem ainda — vivermos livres na nossa terra e honrados na terra alheia.

Acto de exaltação. A Pátria portuguesa não foi o fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela acção de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a fôrça do braço e do génio. Trabalho intenso e ingrato, esforços sobrehumanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dôr e o luto, a miséria e a fome, almas de herois amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, mêdo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. Cada um deu na modéstia ou grandeza dos seus préstimos tudo quanto pôde, e por êsse tudo lhe somos gratos. Do fundo porém dos nossos corações não podem deixar de erguer-se, ao comemorarem-se oito séculos de História, hinos de louvor aos homens mais que todos ilustres que os encheram com os seus feitos. Acto de exaltação.

Mas nós realizamos hoje também acto magnífico de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmarmos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligados à História Universal que sem nós seria ao menos diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-la. Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria: e quando dentro de pouco — e nenhum de nós pode mais reviver este momento — subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade, veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa.

Viva Portugal!»



NO REGRESSO DE GUIMARÃES ONDE SE REALIZOU UMA DAS MAIS BELAS FESTAS DAS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS, ORGANIZADA PELO CAP. HENRIQUE GALVÃO, O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA FOI RECEBIDO EM LISBOA COM UMA MANIFESTAÇÃO POPULAR IMPONENTÍSSIMA

MAS NÓS REALIZAMOS HOJE TAMBÉM ACTO MAGNÍFICO DE FÉ: FÉ NA NOSSA VITALIDADE E NA CAPACIDADE REALIZADORA DOS PORTUGUESES, FÉ NO FUTURO DE PORTUGAL E NA CONTINUIDADE DA SUA HISTÓRIA. NÃO SOMOS SÓ PORQUE FOMOS, NEM VIVEMOS SÓ POR TERMOS VIVIDO; VIVEMOS PARA BEM DESEMPENHAR A NOSSA MISSÃO E PERANTE O MUNDO AFIRMARMOS O DIREITO DE CUMPRI-LA. COM A SOLIDEZ DAS RAIZES SECULARES, LIGADOS À HISTÓRIA UNIVERSAL QUE SEM NÓS SERIA AO MENOS DIFERENTE, SENTIMOS COM A GLÓRIA DESTA HERANÇA AS RESPONSABILIDADES E O DEVER DE AUMENTA-LA. ESTAMOS AQUI PRECISAMENTE POR CONFIARMOS NOS VALORES ETERNOS DA PÁTRIA; E QUANDO DENTRO DE POUCO — E NENHUM DE NÓS PODE MAIS REVIVER ESTE MOMENTO — SUBIR AO ALTO DO CASTELO A BANDEIRA SOB A QUAL SE FUNDOU A NACIONALIDADE, VEREMOS, COMO PENHOR QUE CONFIRMA A NOSSA FÉ, A CRUZ A ABRAÇAR, COMO NO PRIMEIRO DIA, A TERRA PORTUGUESA.

VIVA PORTUGAL!

Texto do discurso pronunciado pelo sr. Presidente do Conselho, em Guimarães, antes da cerimónia do hasteamento da Bandeira da Fundação, pelo Chefe do Estado, na Tôrre do Castelo de Mumadona.

Os Centenários e o engrandecimento material do País

No dia em que se hasteou a Bandeira da Fundação, na torre do Castelo de Mumadona, em Guimarães, falou Salazar e, no seu notável discurso, aludindo àquela solenidade, disse que, sôbre ser «acto de devoção patriótica» e «de exaltação», era também «acto de fé», magnífico acto de fé «na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, no futuro de Portugal e na continuidade da sua História». E, ampliando o seu pensamento, acrescentou: — «Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão, e perante o Mundo afirmamos o direito de cumpri-la».

Ora, não podíamos plenamente afirmar perante o Mundo o direito de cumprir a nossa missão, com a consciencia das responsabilidades que lhe estão inerentes, se, nas festas dos Centenários, mais não houvesse que a simples recordação do Passado; nem esta recordação seria o que foi, com tal luzimento, e tal repercussão pelo Mundo fora, se não assentasse na vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses de hoje — o grande facto nacional em que por certo pensava Salazar, e que se deve à Ordem instaurada pelo Estado Novo no País. E, dizendo vitalidade e capacidade realizadora dos portugueses de hoje, *não as limitamos ao domínio espiritual, senão que ainda as estendemos ao bem-estar material da Nação. De passagem lembramos que a doutrina do Estado Novo, conquanto subordine a matéria ao espírito, não posterga aquela, mas antes a coloca em seu lugar próprio, e a satisfaz, tão certo é, por lei natural da constituição da sociedade, não haver ordem e progresso na mesma, senão desordem e decadencia, já onde o espírito se torna escravo da matéria, já onde se obliteram desta os legítimos imperativos.*

*

Desde que Salazar anunciou a era do engrandecimento, logo com as reservas financeiras do Estado se acudiu às necessidades materiais do País, dando-lhes satisfação, consoante a sua importancia e urgencia. E, desde então, com o metódico ritmo empreendedor que distingue as realizações do Estado Novo, tem sido dotada a Nação com toda a espécie de melhoramentos e grandes obras públicas. Basta enumerá-los, ainda que por alto, para se ver a verdade do que dizemos: — Além da reorganização da nossa Marinha de Guerra, e do rearmamento do nosso Exército, a construção e reconstrução de estradas, e de pontes, como as do Mondego, de Maiorca, do Rio Caia, de Coruche, do Rio Ave; o extraordinário aumento das rêdes telegráfica e telefónica; os grandiosos trabalhos da hidráulica agrícola; a construção do Arsenal do Alfeite, que o estrangeiro considera modelar instituição; os majestosos edifícios da Estatística, do Instituto Superior Técnico, da Casa da Moeda, da Emissora Nacional, dos liceus Maria Amália e Felipa de Lencastre; as obras dos portos, como o de Leixões, e o de Setubal; a restauração de castelos, igrejas, capelas e outros monumentos históricos; os bairros económicos para trabalhadores; os melhoramentos rurais, como o abastecimento de água, a luz eléctrica, os lavadouros públicos, os telefones e telégrafos, as escolas; o Estádio Nacional, que se está concluindo, como a auto-estrada entre Lisboa e Cascais; e assim muitas e muitas outras obras públicas, que são a glória da Revolução Nacional.

Ora, tudo isto, embora promovido pelo Estado, não deixa de significar vitalidade e capacidade realizadora dos portugueses de hoje, porque são portugueses os que nos governam, e portugueses são os que entraram na realização de tais obras e melhoramentos. Demais, com o exemplo dado pelo Estado, e a atmosfera de trabalho intenso com que o Estado Novo tem renovado a vida da Nação, nota-se também na iniciativa privada, pelo que lhe interessa directamente, mais alma nos seus empreendimentos, como largueza, e disciplina, e proveito, o que é outrossim benéfica influencia da organização corporativa. E esta ainda é obra do Estado Novo, como seu promotor e orientador, visto que, nunca é supérfluo afirmá-lo, onde o Estado se dissociou do interesse nacional, jamais houve iniciativa privada fecunda, da qual o Estado e a Nação tirassem benefícios de poderio e grandeza.

SUA ALTEZA, O DUQUE DE KENT VEIO A PORTUGAL EM REPRESENTAÇÃO ESPECIAL DE S. MAJESTADE, O REI JORGE VI, DE INGLATERRA, ÀS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS. NA GRAVURA, VEMO-LO CONVERSANDO, NO PALACIO DO PATRIARCADO, COM S. EMINENCIA, O SENHOR CARDIAL PATRIARCA, ACOMPANHADO DO EMBAIXADOR «SIR» WALFORD SELBY

O SR. MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS ASSINA O AUTO DA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO AO BISPO DOM FRANCISCO DE AVELAR, EM FARO

*

Vieram as festas dos Centenários, e já estava preparado o País para as fazer com o devido brilho e repercussão no Mundo: não lhe faltava o ambiente de fervoroso trabalho e progresso, com que, celebrando oito séculos de existencia e três de restauração da independencia, pudesse afirmar perante o Mundo, como Salazar o disse, o direito de cumprir a sua missão. Não era a evocação pura e simples do Passado, mas essa evocação vivida no Presente, com o trabalho, e o progresso, e a ordem dos nossos dias, aquilo que nos dava o direito de gritar a todo o Orbe a nossa ânsia de viver livre e independente, na fidelidade estreita aos princípios da nossa civilização, e no cumprimento animoso da nossa missão histórica, hoje como outrora e sempre. E não foi outra a lição que o Mundo recebeu das festas dos Centenários, as quais bem evidentemente lhe patentearam o acto de fé de todos os portugueses na sua vitalidade e capacidade realizadora — vitalidade e capacidade realizadora testemunhadas pelo constante remoçamento actual do nosso País.

Nas mesmas festas, sôbre intensificarem-se os melhoramentos rurais, de modo que em todas as aldeias do País se celebrassem os Centenários com uma obra de interesse local, inauguraram-se, pela mesma razão, e porque não pára a cadencia empreendedora do Estado Novo, as obras complementares do pôrto de Leixões e as novas instalações do Hospital de D. Leonor, das Caldas da Rainha; nesta cidade, como em algumas vilas, os novos edifícios dos Correios e Telégrafos; em Queluz, o Palácio Nacional, reconstituído e reintegrado, após o incêndio de 1934; e, no recinto onde se instalou a Exposição do Mundo Português, lá ficou, para todo o sempre, a majestosa Praça do Império. Acrescentemos ainda o Aeropôrto de Lisboa, que se vai construindo; o Aeródromo do Pôrto, que se projectou, e os grandiosos projectos dos Hospitais Universitários de Lisboa e Pôrto. Bem eloquentes são, pois, a vitalidade e a capacidade realizadora do Portugal que festejou êste ano oito séculos de História. E, como se vê, festejou-os, não largando de mão o seu engrandecimento material, que vai concomitantemente com o respeito e amor devidos aos valores espirituais da nossa civilização. Daqui a um século, os nossos vindouros, ao comemorarem o 9.º Centenário de Portugal, lembrar-dias, abençoando os seus esforços -se-ão dos portugueses dos nossos e sacrifícios, que lhes transmitiram uma Pátria renovada, e ordeira, e forte, no Continente e no Império, onde bem larga é também a obra do nosso engrandecimento. E hão-de colhê-lo em nós o exemplo de viverem para bem desempenhar a missão eterna de Portugal.

CORTEJO DAS EMBAIXADAS E MISSÕES ESPECIAIS ÀS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS — INGLATERRA, FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA, SANTA SÉ, ESPANHA, ESTADOS UNIDOS, BELGICA, ROMENIA, JUGOSLAVIA, ARGENTINA, JAPÃO, URUGUAI, CHILE, CHINA, MÉXICO, PERU, PARAGUAI, COLOMBIA, SUÉCIA, UNIÃO SUL-AFRICANA, TURQUIA, SUIÇA, VENEZUELA, PAISES BAIXOS, NORUEGA, S. SALVADOR, LITUANIA, LETONIA, HUNGRIA, GRECIA, DINAMARCA, CUBA, FINLANDIA, POLONIA

Um aspecto das ornamentações triunfais da Avenida da India, estrada de acesso à Exposição do Mundo Português

A moldura artística das Comemorações

A NAU «PORTUGAL» ANCORADA NA DOCA DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, EM BELÉM

Só a arte é capaz de evocar dignamente os grandes feitos dum homem ou dum povo, de os fazer ressurgir ante nossos olhos deslumbrados, de lhes dar a auréola da beleza que não morre. Só ela fala à imaginação dos homens; só ela consegue fazer-lhes vibrar os corações.

Por isso, as Comemorações Centenárias teriam sido impossíveis sem o concurso dos artistas portugueses do passado e do presente. Os de outrora legaram-nos um tesouro artístico sem par, testemunha da nossa grandeza através de oito séculos — e essas obras monumentais que resistiram à garra do tempo foram por vezes o cenário magnífico e impressionante das festas do Ano Áureo; os de agora procuraram fazer a síntese do Portugal eterno através dos factos e episódios que assinalam a sua prodigiosa missão histórica no Mundo e através da bela realidade do nosso renascimento operado pelo génio político de Salazar nesta hora apocalíptica de destruições e labaredas.

Bem o compreendeu o Estado Novo, restaurando as catedrais e os castelos de antanho, em cujas pedras venerandas ecoa a voz da História, reagrupando e reintegrando a nossa pintura antiga e dando aos artistas de hoje o ambiente espiritual e os meios materiais para afirmarem perante o Mundo a grandeza e a vitalidade da pátria de Nun'Alvares, do Infante D. Henrique, de Vasco da Gama e de Camões.

Logo de entrada, as festas de Guimarães, que revestiram grande brilho cénico, tiveram por teatro a imponente massa arquitectónica do seu castelo restaurado, solar de Tareja e de Afonso Henriques, berço de pedra de Portugal.

Depois, Lisboa comemorou festivamente a sua reconquista à moirama pelo Rei Fundador e pelos Cruzados — e essas celebrações, que revestiram o duplo aspecto religioso e militar, desenrolaram-se na Sé Catedral e no Castelo de S. Jorge, relíquias sagradas do ciclo afonsino, que a crueldade do tempo e dos homens havia mutilado e desfigurado e que escrupuloso restauro restituiu em boa hora à sua fisionomia primitiva.

Outras comemorações se efectuaram por esse País fora. Nelas se reviveram, sob o signo da arte, páginas imortais da nossa História, por vezes ligadas a belos monumentos que foram restaurados ou beneficiados. Dessas celebrações, recordemos as de Braga, do Pôrto, de Ourique, de Sagres — onde falta ainda uma estátua gigantea ao gigante dos Descobrimentos — de Santarém—glorificação de Pedro Alvares Cabral—e de Evora—evocação esplendorosa da batalha do Salado e da fraternidade de armas de Portugal e Castela na cidade-museu, onde, como em Florença, cada pedra é um pedaço de história ou um clarão de beleza.

A Exposição dos Primitivos Portugueses, no Museu das Janelas Verdes, provou de forma definitiva e triunfal, através perto de quatrocentas tábuas dos séculos XV e XVI em grande parte descobertas e salvas por José de Figueiredo, a existência e a originalidade duma escola portuguesa de pintura, mais um testemunho glorioso da nossa personalidade inconfundível no arco-íris do mapa. Este certame deve-se sobretudo aos drs. Reinaldo dos Santos e João Couto.

Também no Museu das Janelas Verdes, a Exposição de Moldagens da Escultura Medieval Portuguesa nos apresentou um agrupamento, embora incompleto, de obras escultóricas de cunho fortemente nacional, feitas pelos lavrantes e estatuários do romanico, do gótico e do manuelino. Organizaram êste certame o dr. Reinaldo dos Santos e o escultor Diogo de Macedo.

A Exposição da Ourivesaria Portuguesa, em Coimbra, prova que esta modalidade artística foi praticada em Portugal de forma superior e inconfundível desde os tempos remotos da fundação até aos nossos dias.

Através da arquitectura, da escultura, da pintura, da ourivesaria, os portugueses afirmaram sempre, vigorosamente, o seu génio criador, o seu forte carácter nacional, o seu profundo sentimento humano — alicerces e estelos duma das mais belas realidades universais de todos os tempos: a lusitanidade.

A Exposição do Mundo Português em Belém, constituiu o acontecimento máximo das Comemorações Centenárias, a sua apoteose. Delineado de forma superior pelo arquitecto Cottinelli Telmo, êsse certame monumental desenha a síntese da Nação Portuguesa através de oito séculos de história: ali o passado e o presente se encontram, se abraçam, se confundem. O Reino Lusitano, o Império de Marrocos, o Império das Índias, o Império do Brasil, o Império Africano, Portugal conquistador, marinheiro, mercador, missionário, arauto de ordem nova — tudo ali se encadeia, palpita e vive em sua unidade perfeita e indestrutível, graças à magia e ao poder da arte. Os artistas portugueses estiveram à altura da sua missão — souberam plasmar com dignidade a imagem da Pátria multi-secular e sempre jovem.

A presença do Mosteiro dos Jerónimos, obra prima do manuelino, criação original e suprema do nosso génio artístico, impunha pesados deveres aos artistas. Eles assim o compreenderam. Por isso, o conjunto arquitectónico da Exposição de Belém tem profundo cunho nacionalista. Recordemos, por exemplo, o Pavilhão de Honra e de Lisboa, obra do arquitecto Cristino da Silva, cujas raízes mergulham no passado e cuja torre altaneira se ergue para o futuro — pela imagem da tradição viva e dinâmica. É, como êle, o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, planeado por Cottinelli Telmo, o Pavilhão da Fundação, projecto de Rodrigues Lima, a Casa de Santo António, projecto de Vasco Regaleira, e o Centro Regional, obra de Veloso Reis e João Simões, inspirada pela veia poética exuberante de António Ferro, mapa risonho e florido das províncias portuguesas. As artes decorativas integraram-se com disciplina e entusiasmo nas linhas mestras do plano geral, completando-o e coroando-o. Pintores e escultores ilustres como Eduardo Malta, Portela Junior, Martins Barata, Jorge Barradas, Aires de Carvalho, Leopoldo de Almeida, Canto da Maia, Barata Feio e tantos outros, sem esquecer os menos conhecidos, contribuíram com o seu talento para que a exposição fôsse digna do seu alto objectivo. A Secção Colonial, confiada a êsse espanto-

(Continua na página seguinte)

EMBAIXADA BRASILEIRA AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS COMPOSTA PELOS SRS.: GENERAL FRANCISCO JOSÉ PINTO, PRESIDENTE, DR. OLEGÁRIO MARIANO, CAIO DE MELO FRANCO, EDUARDO DA LUZ PINTO, CAPITÃO DE MAR E GUERRA RUDOLFO FROES DA FONSECA, CAPITÃO-TENENTE AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO JUNIOR, TENENTE-CORONEL TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, MAJOR AFONSO DE CARVALHO, CAPITÃO EUCLIDES FLEURY, DR. JORGE EMÍLIO DE SOUSA FREITAS E HUGO DE MACEDO

UMA CENA DO AUTO REPRESENTADO NO CASTELO DE S. JORGE

DISSE SALAZAR

A 26 DE MARÇO DE 1938 DIRIGINDO-SE AO PAÍS

5. Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenarias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há duvida de que tais solenidades terão — nós desejamos que tenham — repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

A' volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo numero de problemas entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem á entrada no País ou na capital, á facilidade de circuitos turísticos, á vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artistico, da paisagem ou de qualsquer caracteristicas regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que tem aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação maritima, pelo menos, no pôrto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavem; algumas, senão todas as estradas de acesso imediato á capital; o aperto de certas malhas na rêde de estradas com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e aperfeiçoamento de serviços dos hoteis de Lisboa e da Provincia; estabelecimento de certo numero de pousadas em recantos provincianos onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilancia na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem.

AS FIGURAS HISTORICAS DE D. AFONSO HENRIQUES E D. JOÃO IV

6. Sendo os dois centenários a celebrar da Fundação de Portugal e da Restauração, e não devendo alhear-nos das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos — D. Afonso Henriques e D. João IV — que faremos para os honrarmos de modo especial nas comemorações de 1939-1940?

Quanto ao ultimo, deve relembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje com muitos outros bens a uma Fundação instituida pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das herdeiras, a Fundação usufrue já quási todo o Palácio em que há-de instituir um Museu e uma Biblioteca. Dado o carácter de utilidade publica da aludida Fundação, o valor arquitectónico do palácio e o interesse histórico e artistico do seu rechelo ,está indicado se trate já da sua restauração para poder ser efectivada o mais cedo possivel a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O palácio, a vasta praca, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos que constitue o panteão dos Duques de Bragança seriam por êste modo elevadas no conjunto á beleza e dignidade que lhes pertence.

Por outro lado quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com o pensamento, no fundador do nacionalismo se busca o meio mais proprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra idea sobreleva á da reconstituição e aproveitamento do Castelo de S. Jorge, pois se a cidade está por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no Castelo que se encontra a afirmação da conquista e do dominio da terra, quere dizer, o penhor da Independência de Portugal. Despido dos estabelecimentos militares que ali se encontram, aliás em más condições, e restituido ao traçado e beleza das suas muralhas, ainda que fiquem parcialmente em ruinas e mesmo sem se levantar estátua ou qualquer outro monumento, o Castelo que materialmente domina Lisboa e o Tejo deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas. Acresce que dali se desfruta — nem os lisboetas o saberão — um dos mais belos panoramas que em qualquer cidade do Mundo pode existir; e não há o direito de desperdiçá-lo.

A lição cultural e nacionalista do Congresso do Mundo Português

(Continuado da página anterior)

tos, a obra de colonização, á sombra tutelar da Cruz, e as consequencias politicas, económicas, cientificas, literárias e artisticas, toda a transformação que o Mundo sofreu por obra e graça da acção dos portugueses — foi amplamente reconhecida e exaltada em muitas dezenas de trabalhos que ficarão entre os melhores da historiografia moderna da especialidade.

A Monarquia dualista e a Restauração foram estudadas com carinho no quarto Congresso. O período felipino e o ressurgimento de 1640 constituiram temas de comunicações valiosas, que, sem paixão, analisam os esforços realizados pelos portugueses no sentido de manter a integridade de Portugal e do seu Império, os serviços que se continuaram a prestar á cultura e á civilização, e, por fim, as acções desenvolvidas para reintegrar a Nação na plenitude da sua soberania.

O quinto e sexto Congressos — fundidos num só — ocuparam-se do periodo que decorre da Restauração á Grande Guerra, e nele se abordaram questões de alto interesse histórico e cultural.

Por fim, o Congresso Luso-Brasileiro de História trouxe uma contribuição extraordinariamente valiosa ao estudo do descobrimento, colonização e organização da Nação brasileira, centralizando temas que se dispersariam pelos congressos anteriores. Foi uma inesquecivel manifestação de solidariedade cultural de Portugal e Brasil e uma demonstração de fé no futuro das duas Nações.

Da obra dos Congressos — grande parada de erudição e fervor patriótico — resultarão duas dezenas de volumes, que devem marcar um periodo novo na nossa historiografia. A ciencia nacional robusteceu-se consideravelmente e mostrou os seus progressos e a sua firmeza de análise. E o entusiasmo nacionalista encontra novas fontes de inspiração em certezas adquiridas agora á luz de documentação incontroversa e á sombra da justiça que os maiores sábios estrangeiros gratamente nos fizeram.

RODRIGUES CAVALHEIRO

A CAVALARIA DA G. N. R. DESFILA PERANTE A URNA QUE ENCERRA AS CINZAS DE NUN'ALVARES — NO DIA 14 DE AGOSTO DESTE ANO

A moldura artistica das comemorações

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 10)

se animador que é Henrique Galvão, condensou em quatro palmos de terra a expressão exótica e vibrante das nossas vastas possessões ultramarinas. Através desta majestosa exposição, a maior que em Portugal se fez, impressiona sobremaneira o profundo sentimento lusiada, a forte intenção nacionalista que de tudo irradia e se desprende. Seu expoente mais alto é o Padrão dos Descobrimentos, concebido por Cottinelli Telmo, com esculturas de Leopoldo de Almeida, simbolo impressionante de fé e de vontade, de exaltação e de vitória.

Assinalemos também a colaboração fraterna e valiosa que nos deram a Espanha e o Brasil — este no seu belo pavilhão traçado pela grande arte de Raul Lino, aquela na notavel exposição dos Jerónimos, tesoiro sem preço.

A arte portuguesa, minada por influências internacionalistas, desorada pelo culto da improvisação e da facilidade, caira em decadência. O Estado Novo, restabelecendo a ordem nos espiritos e restaurando o sentimento lusitanista, preparou o caminho para o renôvo e para o reaportuguesamento das nossas artes plásticas. Na Exposição do Mundo Português, a-pesar de inevitaveis lacunas e deficiências, que a beleza do conjunto largamente compensa, afirma-se o prometedor renascimento da arte portuguesa, animada pela flama da espiritualidade e pelo mais vivo entusiasmo nacionalista.

O Cortejo do Mundo Português, que o Capitão Henrique Galvão belamente organizou, foi a sugestiva evocação da grandeza do Passado e, ao mesmo tempo, a figuração viva e colorida do moderno Império Português na variedade e exuberancia das suas provincias de aquém e de além-mar e na esplendida unidade do espirito que as modela e ilumina.

A arte portuguesa de ontem, de hoje e de sempre foi a magnifica moldura das Comemorações Centenárias. Sem ela, nada teria sido possivel; sem ela, tudo houvera parecido palido e frouxo. Os velhos documentos arrancados ao pó dos arquivos podem dizer muito — mas só as imagens falam!

FERNANDO DE PAMPLONA

O POVO DE LISBOA TOMOU PARTE NAS COMEMORAÇÕES COM ENTUSIASMO. ESTE GRUPO REPRESENTA A «MARCHA DE S. VICENTE» NUMERO TIPICO DAS FESTAS TRADICIONAIS DA CIDADE

Figuras e factos
das Comemorações Centenárias

A' ESQUERDA: — 1.º — OS SRS. PRESIDENTE DA REPUBLICA, CARDIAL PATRIARCA, PRESIDENTE DO CONSELHO, MINISTROS E ENTIDADES OFICIAIS QUE ASSISTIRAM A' SESSÃO INAUGURAL DAS COMEMORAÇÕES NA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, NO DIA 2 DE JUNHO DE 1940

2.º — O SENHOR CARDIAL PATRIARCA COM A INFANTA D. FELIPA MARIA DE BRAGANÇA, NETA DE D. MIGUEL, QUE A CONVITE DO GOVERNO VEIO ASSISTIR, COMO REPRESENTANTE DOS DESCENDENTES DOS REIS DE PORTUGAL A'S COMEMORAÇÕES

3.º — O PADRE PEREIRA DE MAGALHAES, S. J. REPETINDO COM IMPRESSIONANTE ELOQUENCIA, O SERMÃO DA EPIFANIA DO PADRE ANTONIO VIEIRA, NA IGREJA DE S. ROQUE NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 1940

A' DIREITA — 1.º — O SR. DR. ANTONIO LUIZ GOMES ASSINANDO O ACTO DE DOAÇÃO DO PALACIO DA INDEPENDENCIA AO ESTADO PELA COLONIA PORTUGUESA DO BRASIL

2.º — O CARRO DA «MOCIDADE PORTUGUESA» NO CORTEJO DO MUNDO PORTUGUES

3.º — MISSA CAMPAL NA PONTA DE SAGRES NA FESTA DEDICADA AO INFANTE D. HENRIQUE E A' EPOPEIA DOS DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS

PORTUGAL MAIOR

Portugal, alfobre riquíssimo de preciosidades, que um passado brilhante de conquistas e de feitos gloriosos nos legou, tem, por todos êsses encantadores recantos a que a natureza deu o melhor das suas galas, páginas abertas duma epopeia sagrada, impressas na majestade dos seus castelos que vontades guerreiras fundaram; na grandeza dos seus templos, que promessas cristãs erigiram; na simplicidade das suas capelinhas, que a piedade dos simples levantou.

Este torrão abençoado, que o valor e a galhardia nos nossos maiores foi conquistando passo a passo, á custa do sangue e das vidas de tantos heróis sacrificados em holocausto á nossa independencia; este rincão admiravel,

neste cantinho do ocidente, beijado pelas aguas desses mares, que naus portuguesas sulcaram triunfantes, em demanda de novas terras; e que é Império com dominios nas quatro partes do Mundo, gerou-o, um dia, o montante invencivel de Afonso Henriques, nesse ridente Minho de romarias e de cantares, e por isso, talvez, êle é alegre e buliçoso; por isso, talvez, êle é optimista; por isso, talvez, olhando a Cruz de Cristo, que tem sido o seu norte e o seu guia, êle tem sempre Fé no seu destino e Esperança no seu futuro.

Do Minho até ao Algarve, tudo nos fala ao coração e á alma; tudo nos leva a essas épocas distantes; tudo nos evoca esses vultos famosos de rija têmpera e de coragem indomável, que em cada terra deixaram um símbolo de heroísmo e por toda Ela levantaram imorredouro pendão da nossa Soberania.

DISTRITO DE AVEIRO

AVEIRO, a linda cidade tricana, situada nas margens do rio do seu nome, parece, ao que consta, ter sido fundada por Briso, chefe dos turdulos, e depois rei das Espanhas, no ano de 1314 antes de Cristo.

O seu primeiro nome deve ter sido Talabriga, sendo diferentes as versões que correm acêrca da sua primitiva localização: na povoação da Cacia, dizem uns; na de Esgueira, afirmam outros; na de Agueda, acodem, ainda, uns terceiros; na que hoje ocupa garantem muitos, parecendo que eles é que na realidade têm razão.

AVEIRO — Igreja da Misericórdia

Foi cidade muito importante e comercial no tempo dos romanos, que lhe corrigiram o nome para Talabrica.

Ignora-se desde quando Talabrica deixou o seu nome para dar lugar ao de Aveiro, sendo certo que no tempo do Conde D. Henrique já era conhecida pelo nome que tem hoje.

Supõe-se que a palavra Aveiro é corrupção do latim «Aviarium», pelas muitas aves, que há na localidade, havendo porém, quem diga que o seu actual nome foi posto pelos normandos ou pelos gascões, povos esses que invadiam frequentemente as nossas costas e margens dos rios e lhe chamaram, os segundos, «Ville d'Aviron», que significa cidade do remo e os primeiros «Aveyrou», pela semelhança topográfica que tinha com uma cidade normanda.

Aveiro teve foral de D. Manuel em 1515, gozando de fartos privilégios; D. Deniz, ordenou que os seus moradores não pagassem certo tributo, nem fôssem presos por culpas leves; D. Duarte ordenou que, durante a feira de Março se não pudesse prender nenhum criminoso, que a ela viesse comprar ou vender, salvo se nela fizesse novo crime, nem podia pessoa alguma ser citada na feira por dívidas, salvo se fôssem ali feitas; o Infante D. Pedro, regente, que mandou fazer as muralhas de Aveiro, ordenou e D. João II confirmou, que nenhum fidalgo ou pessoa poderosa, pudesse estar mais de quatro dias em Aveiro, sem acôrdo dos seus habitantes.

Tendo uma história que muito a honra, foi Aveiro elevada á categoria de cidade por D. José I.

A sua situação, em uma amena, deliciosa e fertilíssima planície é das mais belas de Portugal, sendo chamada com justa razão a «Veneza lusitana».

Teve Aveiro seis conventos, qual deles o mais importante: o de Nossa Senhora da Misericórdia, fundado em 1443; o de Jesus, fundado por D. Afonso V; o dos Antoninhos, fundado em 1524; o dos frades carmelitas descalços, fundado em 1613; o da Madre de Deus, fundado em 1644; o de S. João Evangelista, fundado em 1658.

E' hoje Aveiro, pela iniciativa e trabalho ordenado da sua Camara Municipal uma das mais bonitas cidades do Norte de Portugal e de que, pela sua vasta projecção comercial e industrial, muito há a esperar.

AGUEDA

AGUEDA, cuja fundação se atribue aos celtas, turdulos e gregos, trezentos e sessenta anos antes de Cristo. Antiquíssima pois, parece que o seu primeiro nome foi Auegia e mais tarde Agatha, tendo-lhe sido feita menção com este nome no concílio de Toledo, convocado no ano de 609.

Chegando a ser uma cidade importantíssima episcopal no tempo dos romanos, também era conhecida pelo nome de Aeminium.

Agueda, seguiu a sorte das restantes povoações da Lusitania, sujeitando-se aos diversos dominadores, até que o rei de Oviedo, D. Afonso I e seu irmão D. Frucia, a restabelece do poder dos mouros no ano de 739, depois de os arabes a terem deixado arrasada vinte anos antes.

No ano em que foi tomada acnava-se despovada, tendo-a D. Afonso I, o católico mandado povoar, sendo o seu nome já o actual.

Agueda nunca teve foral, beneficiando do de Aveiro, que foi dado por D. Manuel em 1515.

Um dos monumentos mais curiosos pelo seu valor é a Igreja da Trofa, considerada monumento nacional, mandada edificar por D. Duarte de Lemos, que jaz em sarcofago de pedra.

Em Agueda tem sido notavel a obra da Camara Municipal nestes ultimos anos, que lhe tem emprestado toda a sua boa vontade para lhe dar o lugar a que tem direito, como centro de produção e ponto turístico de nomeada.

Entre outros atractivos, Agueda tem o seu Adro, donde se divisam, em grande extensão, a planície, colinas, planaltos e respectivamente a leste e a sul, as majestosas lombadas do Caramulo e do Buçaco.

Agueda muito tem beneficiado depois que a nova política do Estado Novo lhe deu Comissões Administrativas compostas de homens de trabalho, de inteligências e de amor pelo seu torrão.

AGUEDA — Largo do Conde de Sucena e Paços do Concelho

Albergaria-a-Velha

EM Novembro do ano de Cristo de 1117, isto é, ano de 1155 da era de César, passava a Infanta-Rainha D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, nosso primeiro Rei, uma carta de privilégio a Gonçalo Eriz, contando-lhe a sua vila de Osseloa (hoje Assilhó), que confinava com terras de Santa Maria (Feira), onde a carta foi assinada.

A D. Mem Bofino e a Artaldo, escudeiro da Rainha, deu um rocim, e a Godinho Viegas, um gavião.

O 1º Albergueiro, ou seja o primeiro habitante de Albergaria, de nome Gonçalo de Cristo, seria posto pela Rainha.

Para se demonstrar quanto era agreste o território de Albergaria, e a ela circunjacente, bastará ano-

ALBERGARIA-A-VELHA — Jardim da Praça Ferreira Tavares e Paços do Concelho

A onomástica topográfica é característica, como se vê pelos seguintes nomes, alguns bem conhecidos ainda hoje:

Mata talada — Mata da Ussa — Mata da Brava — Mamoa Negra — Romariz — Rio de Osseloa — Charneca — Fonte Fria (hoje as Frias), que antigamente se chamava Fontinha de Meigonfrio.

A carta de Couto foi concedida com a cláusula de estabelecer e sustentar uma Albergaria próximo da estrada.

Gonçalo Eriz presenteou alguns servidores da Rainha, que assistiram á feitura da carta

tar que a Carta de Couto dá fé da existência de veados, corsas, gamos e ursos.

A Carta de Couto não existe no original mas em cópia autêntica, incluída em outra do Bispo de Coimbra, D. Egas, datada do ano de 1258. Publicou-a João Pedro Ribeiro, a pág. 243 do 1.º volume das suas «Dissertações Cronológicas» (Doc.º n.º XXXVI).

Esta carta do Couto de Osseloa, no dizer de Alexandre Herculano, é o primeiro documento em que Portugal figura com o título de Reino, e daí o alto valor histórico que se lhe atribue.

AROUCA

EM 716, dois fidalgos — Frederico ou Loderico e Wandilio ou Vandilo fundaram um Mosteiro junto do monte Fuste ao correr do rio Alardo, da invocação dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo e dos mártires S. Cosme e S. Damião, da Ordem de S. Bento, para frades e freiras. Os seus descendentes venderam-no a D. Ansur e este a sua mulher Ejeuva aos sete Idus de Setembro da era 989 (7 de Setembro do ano de Cristo 951) fazem entrega dele ao abade Hermenegildo, também da Ordem do Patriarca S. Bento, e dôam ao Mosteiro o território compreendido entre o rio de Moldes, Romariz, Crasto e Cartimir.

Atacado o território pelos sarracenos este despovoou-se e a Igreja de Santa Maria de Moldes foi destruida, restaurada quando os cristãos chegaram novamente á povoação, pondo nela relíquias de Santa Maria e Santo Estevão. Em 1013 (Ano de Cristo 975) novamente foi invadida pelos sarracenos, tendo-a os cristãos conquistado em 1031 (Ano de Cristo 1001).

D. Afonso Henriques fez doação e couto ao Mosteiro de Arouca em 1 de Abril de 1132; nova doação lhe dava D. Afonso III em 20 de Outubro de 1257; D. Manuel deu-lhe foral a 20 de Dezembro de 1513, sendo poucos os reis que não honraram o Mosteiro com novos privilégios, «chegando a ter mais de cem religiosas-professas — todas ou quási todas pertencentes a famílias nobres». A Rainha Santa

AROUCA — Praça Brandão de Vasconcelos

Mafalda foi beatificada por Pio VI na sua Bula de 27 de Julho de 1792.

O Museu de Arte Sacra, instalado numa ala do Mosteiro, contém todas as preciosidades que àquele pertenceram; entre elas um díptico bizantino, um tríptico do século XIII, um tapete persa do norte da India, da época de 1500, etc.

ESTARREJA

A fundação de Estarreja data de 1259, ou seja no reinado de D. Afonso III, tendo nessa data, a designação de Couto de Antecã. Mais tarde, em 1519, D. Manuel, deu-lhe foral.

O concelho de Estarreja é de considerado valor turístico, bastando, para tanto, considerar o encanto que lhe proporciona a Ria sendo além disso uma região rica em vias de comunicação. O povo, amante do trabalho e agarrado á terra, que o sustenta, é alegre e expressivo, sem artifícios nem atitudes dúbias.

A situação e a unidade geográficas de Estarreja são privilegiadas. Todas as suas freguesias comunicam entre si por magníficas estradas muito planas, e por caminho de ferro.

Estarreja é um centro essencialmente agrícola, se bem que o seu comércio e sua industria tenham também, importancia. Aqui se encontram fábricas de doçaria, cêra, descasque de arroz, curtumes, moagens, serração, moveis de furo, destilação, etc., exportando vinhos, sal, gado, cêra, cereais, ovos e muitos outros produtos.

A Camara Municipal, após o «28 de Maio», não se tem poupado a esforços, sendo digno de nota o trabalho inteligente, ponderado dos seus dirigentes.

ESTARREJA — Ponte sôbre o rio Antuã

Oliveira de Azemeis

SOBRE a proveniência do nome de Oliveira de Azemeis correm duas versões; uma, que não passa segundo contraditores duma lenda, conta que havia em tempos antigos, por aqueles sitios, apenas uma taberna solitária.

Os donatos dos mosteiros, aos quais se dava também o nome de «Azemeis», quando andavam no peditório, costumavam derramar debaixo de uma oliveira, que estava em frente da taberna, e que, por isso se chamava a «oliveira dos azemeis», que deu nome á povoação que no mesmo sítio se fundou.

A outra versão, defendida pelos entendidos e, portanto, mais aceitável é a que atribue á palavra árabe «algemé», que significa arraial, ajuntamento, congregação, o termo azemeis, não deixando contudo de aceitar a existência de tal oliveira em frente da taberna solitária.

Oliveira de Azemeis, cuja historia tudo indica veio de data relativamente recente, foi comenda da Ordem de Cristo, por carta regia de D Maria I, em 15 de Maio de 1779, dada a José Seabra da Silva, pelos muitos e assinalados serviços que êste lhe prestou como adjunto do Marquês de Pombal.

Mais tarde, em 1800, foi elevada á categoria de vila e cabeça de concelho pelo Príncipe Regente, depois D. João VI.

O seu território, bem como o de todo o concelho, é fértil em todos os gêneros agrícolas, sendo o seu vinho verde, que o produz em grande quantidade, muito apreciado pelas suas excelentes qualidades.

Oliveira de Azemeis, pelo esfôrço dos seus naturais e pela sua admirável situação, tem sido sempre campo de iniciativas de valor, pelo que não pára no seu desenvolvimento, que de ano para ano vai criando mais incremento.

Um dos principais factores que muito contribuiu para o impulso de Oliveira de Azemeis foi a exportação de gado para Inglaterra, de que resultou a criação e engorda de bois em grande escala, facto que levou aos cofres do concelho importantíssimas somas, que criteriosamente foram aplicadas no bem da terra. Dentre as muitas industrias que se estabeleceram neste concelho, todas elas de relativa capacidade, sobressae, pela sua especialidade, a da manteiga, que tem criado foros de notável, tornando-se numa das maiores fontes de riqueza, devido á grande exportação para todos os centros de consumo.

Não queremos encerrar esta ligeira referência a Oliveira de Azemeis, sem nos referirmos com palavras de louvor aos elementos que compõem a sua Camara Municipal, que tão sabiamente têm sabido interpretar o sentir da idea que presidiu á formação do Estado Novo.

Oliveira do Bairro

PERDE-SE na ampulheta dos tempos a data da fundação de Oliveira do Bairro. Uma vila de Oliveira, com o nome de Ulvária, existiu já no século X, segundo um documento encontrado na Tôrre do Tombo com data de 957 que a fazia confinar com Barriólo (Barró), Aqualada (Aguada de Baixo), Sancta Eolália (Aguada de Cima) e Sangálios (Sangalhos), tal qual como ainda hoje.

Não conhecemos a Oliveira do Bairro outro foral anterior ao concedido por D. Manue I. em 6 de Abril de 1514, e cujo original se encontra no arquivo municipal.

Oliveira do Bairro foi, sem dúvida, vila de grande valor, graças á sua situação previlegiada, em ubérrimos campos de cultura, rasgados por estradas antiquíssimas.

No século XVI a vila de Oliveira do Bairro estava rodeada já dos aglomerados populacionais, ainda hoje existentes, tais como as Póvoas do Cereal e Repolão, Amoreira, Bairro de Mogo, Pedella (Vila Verde), Lavandeira e Póvoa da Lavandeira, em que os casais se contavam por numeros baixos.

Nunca Oliveira do Bairro conheceu período de decadencia, mesmo até quando o concelho lhe foi extinto; o que é certo é que, com o novo traçado de estradas e caminhos de ferro, outras terras, á sua volta, experimentaram o impulso vigoroso do progresso, não perdendo nunca nem desperdiçando a fôrça viva e animadora de generosas criações.

Durante séculos, pode assim dizer-se, esta vila adormeceu, esquecida do que em redor de si se passava.

Quando, por Portugal fóra, os habitantes de aldeias e vilas se deslocavam, de terra em terra, ou de país em país, em busca de fortuna, tentando a sorte numa arrojada aventura, os olivéirenses agarravam-se á terra dos seus campos, com processos rotineiros, sem melhoria nos métodos ou nos produtos de cultura.

O comércio fixo quási não existia; as transacções faziam-se em feiras, arrastando para fora do concelho, produtos e lucros.

Com o alvorecer da Era Nova, com as medidas de saneamento da vida publica, dos costumes e das leis, com a acção proficua de orientação na cultura, instauradas pelo Estado Novo, o concelho de Oliveira do Bairro e a sua vila, sacudiram a indolência secular, despertaram do marásmo e lançaram-se em empreendimentos que não desmerecem da alta fé que os inspira.

OVAR

OVAR, que segundo muitas opiniões deve ter sido fundada pelos pelargianos, á frente dos quais se encontrava o grego Lyrias, 1372 anos antes de Cristo, não há verdadeiramente noticia de si antes do ano 922, em que D. Ordonho II, de Leão, os condes D. Lucídio Vimarães e D. Rodrigo Lucídio e outros fidalgos da corte daquele monarca, doaram ao mosteiro de Castromire grande numero de rendas, propriedades e igrejas, e, entre estas, as de S. Donato e S. João, no porto de Ovar.

Se sobre a sua fundação correm além das versões que acima deixamos outras ainda a que não podemos dar grande crédito, sobre a etimologia da palavra Ovar, há quem a faça derivar do facto de muitas aves aquáticas ali irem pôr os seus ovos e quem defenda ela provir de «Var», cantão na costa marítima da Provença que, por corrupção deu Ovar. Queremos inclinar-nos mais para esta ultima, pois os costumes e «habitat» da pacífica e trabalhadora gente de mar deste rincão precioso, muito se assemelham aos dos pescadores provençais que em tempos remotos parece terem-se estabelecido neste ponto da Lusitania.

Pouco ou nada se conhece da sua marcha através os séculos e os anos; o que se sabe é que Ovar nunca teve foral, pelo menos nenhum investigador a ele se refere, tendo feito parte do vasto condado dos condes da Feira, que no reinado de D. Manuel I, pela extinção do ramo primogénito dos Pereiras Forjaz, passou com suas rendas e foros para a casa do infantado.

Grande tem sido o desenvolvimento de Ovar, que hoje é uma das terras que marcha á cabeça do rol das mais progressivas, já porque as suas condições naturais a ajudem, já porque a sua gente não pára no labor diário de uma vida dedicada ás suas ocupações e ao incremento colectivo, já porque apenas a cinco quilómetros, tem a linda e pitoresca praia do Furadouro, bela estancia de repouso, com suas variadas atracções e diversões, que se está tornando o ponto preferido de quem procura o sossego e os ares puros e reconstituintes.

E' uma terra de pescadores, tranquila, modesta e limpa, lemos algures, onde não há encantos inexpressivos a pesarem desagradavelmente na retina. Possuida de agudo sentido estético, a nature-

OLIVEIRA de AZEMEIS — Jardim Publico

OVAR — Paços do Concelho

za perdularizou-se sobriamente, planificou tudo em expressões de harmonia. Ceu, Terra e Mar beneficiaram do esplendor desta luz, que enfeitiça as coisas — uma luz melodica, envolvente; um mar delicioso, cristalino, emotivo, precioso, cheio de peixe e sem traiçoeiras investidas da maré.

Furadouro tem cinema, pesca, Correio, Telegrafo e Telefone e a sua estação é a de Ovar.

A Camara Municipal, composta por elementos de grande valor tem sabido impôr-se pelo seu trabalho e pelo amor a esta linda terra portuguesa, fonte inesgotável de actividade e de progresso.

Vale de Cambra

EM Gandra outro cruzamento: a estrada da esquerda, assás pitoresca, levaria a Macieira de Cambra e dali a Rôge. Poder-se-ia também ir daqui, por um caminho de 6 quilómetros, ao belo ponto de vista da Senhora da Saude (763 m.)

Eis agora, no alto da Baralha, um dos quadros mais célebres da Beira: é o famoso vale de Cambra, larga bacia de verdura na confluência do Vigues e do Caima; e que é de-certo um dos mais verdejantes vales do Mundo. (Quem vindo de Tamingues, na Sabola, vence a portela de Châtillon, ou, mais além, descendo do colo de Megéve para Saint-Gervais, domina o largo).

A custo nos furtamos a quadro tão sedutor:

Do alto do Baralha a estrada desce até o Antuã, para subir em seguida, por rapidos lacetes, até Oliveira de Azemeis.

Vale de Cambra pelas suas condições naturais torna-se propicio a grande desenvolvimento sob o ponto de vista turistico.

E' estação de altitude optima e bastante procurada, com água de muitissima boa qualidade.

O concelho de Vale de Cambra foi criado pelo decreto 12.976, de 31 de Dezembro de 1926, mas atendendo a que corresponde integralmente ao extinto concelho de Maciera de Cambra pode-se afirmar ser um concelho antigo, em que mudou só o nome e a sede.

O concelho de Macieira de Cambra foi criado pelo decreto de 16 de Maio de 1832, compondo-se então das freguesias de Arões, Roge, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, e como vários outros suprimido pelos decretos de 6 de Novembro de 1836 e 31 de Dezembro do mesmo ano.

A lei de 29 de Outubro de 1840 criou os concelhos de Albergaria-a-Velha, Macieira de Cambra e Oliveira do Bairro.

Novamente é o concelho de Macieira de Cambra, mais vulgarmente denominado concelho de Cambra, suprimido e desta vez anexado ao de Oliveira de Azemeis, pelo decreto de 19 de Dezembro de 1867

E' restaurado mais tarde, sendo de novo pelo decreto de 21 de Novembro de 1895 suprimido e anexado ao de Oliveira de Azemeis. Esta dependência foi pouco duradoira pois o decreto de 13 de Janeiro de 1898 deu-lhe de novo autonomia.

Até que pelo supracitado decreto 12.976 foi criado o de Vale de Cambra e extinto o de Macieira de Cambra.

Vale de Cambra, concelho de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe, pertencendo á comarca de Oliveira de Azemeis e consequentemente ao distrito de Aveiro, compreende pela nova divisão administrativa oito freguesias.

Estas freguesias são: Arões, Castelões, Cepelos, Codal, Junqueira, Macieira de Cambra, Roge e Vila Chã, sendo todos de 2.ª classe, excepto a de Codal que é de 3.ª.

Este concelho pertence á 2.ª região militar com sede em Coimbra, distrito de recrutamento e reserva n.º 19 de Aveiro.

Possue estação telegrafo-postal de 2.ª classe.

Existe instalação telefonica.

Tem bandeira, bastante antiga, pois já pertencia ao concelho de Macieira de Cambra, é de damasco vermelho, bordada a ouro, com 7 castelos e 5 quinas azues assentes sobre um fundo branco.

Vale de Cambra está situado numa bacia circundada de montes que lhe fazem bastante abrigo e portanto só excepcionalmente o vento atinge grandes velocidades. No inverno predomina o vento de SO, nos meses de Março e Abril de NE, em Julho, Agosto e Setembro o de leste.

Este concelho é cortado em toda a extensão pelo rio Caima, o qual nasce no concelho de Arouca

VALE DE CAMBRA — Pelourinho de Bage

VAGOS

VAGOS, cabeça de um dos mais ferteis rincões do norte de Portugal, pois é um centro que exporta em larga escala quási todos os generos agricolas, sendo um dos mais abundantes em pecuaria e em pesca, é uma povoação antiquissima, ignorando-se, porém, a data da sua fundação, bem como o seu primeiro nome.

Sabe-se que no tempo dos romanos era conhecida por Vacus e é daí, com uma pequena corrupção que lhe vem o actual nome.

Tudo leva a crer que Vagos teve outrora uma grande importancia, sendo, talvez, a principal povoação das imediações, porque nas muralhas de Aveiro, mandadas construir pelo Infante D. Pedro, filho de D. João I e regente do reino na menoridade do seu sobrinho D. Afonso V, que mais tarde foi seu genro, havia do lado sul uma porta denominada Porta de Vagos, existindo, também, junto a Cantanhede, que dista de Vagos vinte e seis quilómetros, uma antiquissima ponte, chamada Ponte de Vagos.

A igreja matriz é um templo alegre, admirando-se nela as primorosas obras de talha no gosto moderno e imagens de santos de perfeita escultura, principalmente a Nossa Senhora da Ajuda de tamanho natural, que é duma beleza e perfeição pouco vulgares.

Tem a sua história o templo de Nossa Senhora de Vagos, antiquissimo santuário que o tempo arruinou. A dar-se crédito á tradição, foi fundado por D. Sancho I, para nele ficar a imagem da Santissima Virgem, salva de um naufrágio de um navio francês.

Vagos, depois do advento do Estado Novo, tem-se desenvolvido bastante, devido aos esforços da sua Camara Municipal da qual fazem parte homens de boa tempera e que tudo dão em prol do seu ridente concelho.

VAGOS — Paços do Concelho

Vila da Feira

JÁ se chamava FEIRA em 1117, quando lá esteve a rainha D. Teresa, a capital das Terras de Santa Maria, aglomeradas em tôrno do velhissimo castelo e constituindo uma das mais vastas circunscrições dos territórios conquistados aos moiros pelos guerreiros leoneses e pelos cristãos vindos de toda a Europa para a cruzada do Ocidente.

Um castro romano, de que ainda restam vestigios, erguera-se perto da via antonina de Lisboa a Braga, junto de Lancóbriga, povoação assolada pelos árabes e depois reconstruida, e foi sendo refeito e transformado no Castelo da Feira subsistente com a traça provinda da reconstrução do terceiro quartel do século XV.

Documentos irrefutaveis de 977 e 978 se referem ás Terras de Santa Maria como região conhecida, servindo para demarcar locais e povoados, e que se alongavam desde o Douro até ao Caima e desde o Arda até ao mar, por 240 léguas quadradas, compreendendo os actuais concelhos da Feira — com as trinta e uma freguesias ainda conjuntas — de Ovar, de Cambra, de Oliveira de Azemeis, de Estarreja, de S. João da Madeira, de Espinho, da Murtosa, parte do de Arouca, alguma coisa do de Albergaria-a-Velha e muito do de Gaia.

Quando os nobres portugalenses tomaram o Infante D. Afonso Henriques por símbolo da autonomia desta porção do reino leonês e se rebelaram contra D. Teresa e contra o predominio do conde galego Fernão Peres de Trava, foi um dos seus chefes, talvez o principal Ermigio Moniz, irmão do célebre e fiel alo Egas Moniz e descendente dos seculares senhores das Terras de Santa Maria. Isto explica ter sido o Castelo da Feira o primeiro onde se ergueu o grito da revolta de 1128 que, triunfando na batalha de S. Mamede, fundou a independencia nacional.

Assim tem o Castelo da Feira um lugar de destaque na comemoração do oitavo centenário de Portugal independente.

As Terras de Santa Maria constituiram nos séculos XVI e XVII o condado da Feira, passando pela extinção deste para a Casa do Infantado.

Outros dois séculos esteve o Castelo da Feira ao abandono; mas o Estado Novo empreendeu a sua reconstrução desde Julho de 1935, estando quási concluida. Isola-o já uma estrada permitindo o exame de todo o circuito das muralhas; foi alargada a que lhe dá acesso numa linda paisagem e rasga-se espaçosa avenida do centro da Vila da Feira direita á imponente tôrre de menagem, tipicamente caracteristica com os seus torreões encimados por corucheus cónicos.

VILA DA FEIRA — Castelo da Feira

DISTRITO DE BEJA

BEJA, cujo concelho hoje em dia, é considerado o celeiro de Portugal, foi cidade antiquíssima, fundada, segundo maioria de opiniões, pelos galo-celtas, 400 anos antes de Jesus Cristo, ignorando-se, porém, qual o seu primitivo nome, que perdeu no tempo da dominação romana, época em que foi denominada Pax Julia.

Circunvalada de muros levantados pelos romanos que foram reedificados no reinado de D. Afonso, sendo-lhe dada maior extensão e formas mais perfeitas por D. Deniz, Beja está situada sôbre um plató com seu castelo e sua tôrre de menagem, de que restam, apenas, vestígios.

Foi cidade importantíssima no tempo dos romanos e famosa praça forte e colónia romana do antigo direito itálico e uma das relações de Espanha.

Foi sede de uma das quatro chancelarias em que Augusto dividiu a Lusitania no ano 24 antes de Jesus Cristo e de uma das três comarcas criadas por Tito, no ano 75.

BEJA — Sé Catedral

Quando da invasão dos povos do norte, foi primeiramente ocupada pelos suevos e depois pelos godos, que a elevaram à categoria de sede episcopal.

Tendo caído em poder dos mouros em 715, foi resgatada por D. Afonso I, Rei de Leão e das Asturias no ano de 750, tornando, porém, a cair em poder dos arabes, e de novo resgatada em 753 pelo Rei de Oviedo Fruela I.

Mas não ficaram por aqui as desditas da linda cidade de Beja; o bravo mouro Abd-el-Ramau tornou a conquistá-la aos cristãos em 760, entrou de novo em posse dos segundos no ano de 910, por reconquista de D. Ordonho II; para de novo ir parar aos infiéis em 985, até que D. Fernando Magno, Rei de Castela e Aragão lha arrancou em 1038.

Em 1155, encontrando-se Beja, ainda mais uma vez em poder dos arabes, D. Afonso Henriques tomou-a, tornando-a, porém, a perder e sendo retomada para sempre pelo bravo Fernão Gonçalves em 29 de Novembro de 1162, véspera de Santo André, pelo que fora dos seus muros se erigiu uma capela em memória a este santo em acção de graças por tão assinalada vitória.

No ano de 1179 voltou a ser assediada por um numerosíssimo exército arabe, comandado por dois alcaides, reduzindo a cidade a grande aperto, mas em 18 de Abril do mesmo ano o Infante D. Sancho, que mais tarde foi D. Sancho I, só com 1400 cavalos tais prodígios de valor obrou que grande número de mouros ficou morto no campo, sendo parte do restante capturado e apenas uma insignificante parcela dos assaltantes conseguiu escapar-se a salvo.

Depois de tantos cataclismos, Beja ficou completamente arruinada, até que D. Afonso III a repovoou em 1253, levantando-lhe as muralhas romanas, para cujas obras empregou os materiais da antiga via militar romana, que se encontrava nas proximidades da cidade e era construída com grande luxo.

Foi ainda D. Afonso III que lhe deu foral em Leiria, a 16 de Fevereiro de 1254, sendo confirmado em 1291 por D. Deniz, que lhe edificou o castelo e deu novo foral em 1308, confirmado por D. Afonso IV em 15 de Abril de 1335.

D. Manuel elevou Beja à categoria de cidade em 1512, tendo a sua formosa praça sido mandada fazer pelo mesmo monarca.

Tinha voto em Cortes com assento no terceiro banco.

De entre os ilustres varões, na virtude, nas armas e no saber, filhos de Beja, e que são muitos, citaremos os seguintes: frei Amador Arraes, doutor pela Universidade de Coimbra e lente de teologia no Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, foi prégador de fama; D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu e um dos prelados mais sábios e mais virtuosos; padre José Agostinho de Macedo, famoso mestre da oratória sacra, nomeado por seu profundo saber, cronista-mor do reino por D. Miguel I, literato e poeta distintíssimo, que se encontra em primeiro lugar em quási todos os ramos da literatura portuguesa, no dizer de Balbi, na sua «Statística de Portugal»; Jacinto Freire de Andrade, formado na Universidade de Coimbra, abade no bispado de Viseu, autor da «Vida de D. João de Castro, 4.º vice-rei da India».

O sub-solo é rico em minas de cobre, manganês, ferro, estanho, chumbo e outros metais.

O concelho de Beja é o que mais trigo produz, podendo dizer-se que é o primeiro do País na produção dêste cereal.

Também produz muito grão de bico.

ALJUSTREL — Vista parcial

Aljustrel

O concelho a que nos vamos referir é dos mais pobres em história.

O nome é muito notoriamente de origem árabe, conforme designa o radical «Al-justrel».

A-pesar, porém, desta pobreza de notas, possue Aljustrel uma riqueza arqueológica de admiravel valia, as relíquias do antigo castelo, que tem originalidade de ser tôsco e de terra batida.

Dentro das ruínas do Castelo existe ainda uma ermida de Nossa Senhora do Castelo.

O primeiro foral de Aljustrel foi em 1252 e o segundo em 1512. Era enorme o antigo termo de Aljustrel. Segundo a carta de doação do Castelo de Aljustrel dada à Ordem de Santiago por D. Sancho II, em 1235, compreendia todos os territórios que hoje constituem os concelhos de Aljustrel, Almodovar, Odemira, Ourique, e parte dos de Ferreira, Beja, Castro Verde e Santiago do Cacem.

Tem foral dado por D. Manuel I em Santarem aos 20 de Setembro de 1510, do qual existe, no arquivo da Camara, uma cópia extraída por certidão do Real Convento de Palmela, cabeça da Ordem de Santiago, a quem a vila foi doada.

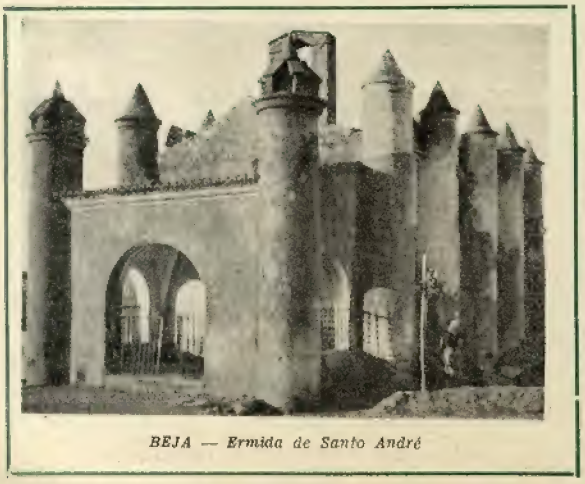
A cêrca de 2 quilómetros de distancia da vila de Aljustrel existe uma nascente de água mineral, classificada, pelo povo de então, como água maravilhosa, o que levou os devotos a edificar uma ermida com a invocação de S. João do Deserto.

Muito industrial, possue as minas de Aljustrel e S. João do Deserto, onde emprega perto de 2.000 homens.

Bastante agrícola, produzindo no ano findo 6.994.862 quilos de trigo mole e 4.039.435 quilos de trigo rijo. Produz cevada, aveia, fava e grão de bico.

Cavalos, 489; muares, 2.032; asninos, 1.023; bovinos, 833; ovinos, 25.992; caprinos, 1.854; suinos, 7.731; galináceos, 16.374; patos, 443; perus, 466; pombos, 2.371; coelhos, 875.

ALJUSTREL — Ermida de N.ª Senhora do Castelo



BEJA — Ermida de Santo André

Almodovar

VILA da provincia do Baixo Alentejo, sede de concelho, julgado municipal e Bispado de Beja; freguesia de Santo Ildefonso.

Compreende o concelho 7 freguesias com 13.890 habitantes, sendo 7.216 do sexo masculino e 6.674 do sexo feminino, numa superfície de 81.760 hectares. As freguesias são as seguintes:

Santo Ildefonso com 4.873 habitantes; S. Sebastião de Gomes Aires com 2.044; Nossa Senhora do Rosário com 921; Santa Clara-a-Nova com 1.466; Nossa Senhora do Pé da Cruz com 2.352; S. Barnabé e Santa Susana com 1.495; Nossa Senhora da Graça de Padrões, com 717.

A vila está situada numa planície e dista 58 quilómetros de Beja. Foi fundada pelos mouros, segundo uns, mas, segundo outros, já existia no século VIII, cercando-a de muralhas e edificando um castelo de que se conservam ainda ruínas. Almodovar, vem da palavra árabe «almudanar», que significa cercada em redondo. Antes de ter categoria de vila, chamava-se Póvoa de Almovar.

El-Rei D. Deniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 17 de Abril de 1285, concedendo grandes privilégios, entre os quais se contava o do povo não pagar portagem em parte nenhuma, nem os gados da vila e seu termo pagarem montes como consta do Regimento dos Verdes e Montados. El-Rei D. Manuel deu-lhe novo foral, também em Lisboa, renovando os mesmos privilégios.

A vila foi comenda do mestrado da Ordem Militar de Santiago, por concessão de El-Rei D. Deniz,

Eram seus donatários os Marqueses de Valença.

A Misericórdia e hospital que existem ainda, são antigos e pobres. A igreja matriz que é o melhor edifício da vila, foi padroado real, tinha um prior e 3 beneficiados; é de 3 naves com 4 grossas colunas e duas meias colunas, em que se firma o frontespício; a capela mor era muito pequena, em proporção ao corpo da igreja, e D. João V, em 1747 mandou-a demolir e construir de novo. No frontespício havia duas tôrres; uma de sinos e outra do relógio; esta última foi destruída por um raio no

Senhora do Castelo
ALMODOVAR — Igreja matriz

século XVIII. Esta igreja está instalada no centro da vila.

Houve em Almodóvar um convento de frades da Ordem de S. Francisco fundado em 1680 por Frei José Evangelista, lente jubilado da Universidade, lançando-se a primeira pedra a 2 de Setembro daquele ano. Alguns escritores dizem, porém, que os fundadores foram Fernando Guerreiro e sua irmã Barbara de Alvelos, que deixaram para aquele piedoso fim, móveis e dinheiro. A vila é muito fértil. Tem extensos montados onde se cria muito gado, especialmente suíno. Há abundancia de colmeias e caça.

E' bastante comercial.

A vila tem muita industria; conta diversas fábricas de cortumes, sola, carneira e cabedal; destilação de medronhos; mantas alentejanas; olaria e loiça ordinária.

Alvito

A vila de Alvito, á qual D. Deniz e D. Manuel I deram forais, tem um castelo, formoso monumento nacional, construido em 1484 por D. João II. E' o monumento mais notavel da vila e dos melhores do Alentejo e foi doado por aquele Rei a João Fernandes Silveira, primeiro barão de Alvito. O histórico castelo ergue-se no meio da planicie, num terreno mais elevado dominando ampla paisagem.

Alvito, é uma das importantes vilas do Alentejo e marca um lugar de destaque não só pelas qualidades do seu povo, trabalhador, ordeiro, patriota acima de tudo, como pela riqueza do seu solo, suas belezas naturais, seu clima, seus monumentos entre os quais o antiquissimo Castelo e, pela sua história, que data de muitos séculos e deu á terra pergaminhos honrosos que o tempo não destroi.

Concelho importante, com duas freguesias, Nossa Senhora da Assunção, a sede, e Vila Nova de Basonia. Alvito foi extinto como aglomerado administrativo e anexado ao concelho de Cuba em 1896 mas, em 1898, o Govêrno de então, correspondendo ás justas reclamações do povo, restaurou-o. A vila de Alvito está situada numa formosa planicie, amena e saudavel, regada pelo rio Odivelas, atravessado ali por uma sumptuosa ponte de pedra.

Tem a igreja matriz, belo monumento, pois impunha-se que o Estado fizesse uma grande reparação, onde a infiltração das águas está a estragar as preciosas abóbadas, pois, se não se acode ràpidamente á igreja, perde-se aquele belo templo.

Concelho pouco comercial, alguma industria, mas bastante agricola.

Barrancos

ALEM do pouco que resta do património artistico não devemos esquecer a igreja paroquial onde se ostentam cinco retábulos em madeira, estilo D. João V e outras preciosidades particulares, primores de pintura, bem dignas de serem apreciadas ao lado das que guarnecem qualquer museu nacional ou estrangeiro.

O mais notável monumento é Noudar que, em árabe significa atalaia, velha praça de guerra do século XIV despojada dos seus velhos privilégios e isenções e situada entre as ribeiras do Murtiga e Ardila que correm a seus pés em numerosas sinuosidades. O castelo está riscado de relampagos de bravura e fulgurações de heroismo e cada uma das pedras da tôrre de menagem, cada canteiro do roqueiro granítico que lhe serve de plinto, recorda figuras heroicas feitos de glória.

Os eruditos conjecturam que a fortaleza seria construida como fortificação avançada para cortar a marcha dos castelhanos que pretendessem atacar Moura ou Beja.

Barrancos foi tomada aos mouros por Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, em 1167, no reinado de D. Afonso Henriques, e mandado povoar por D. Sancho I, em 1209. O concelho englobando mais de duas centurias é um dos mais antigos que se conhece, pois data de 1729 e tem nas suas glórias do passado, a segurança das suas glórias do futuro, tendentes a elevá-

As armas da vila de Barrancos

-lo ao nivel das mais adiantadas e cultas terras do País.

A industria da tecelagem, tão tradicional, desapareceu quási totalmente pela modificação das circunstancias que a viram nascer. O seu passado glorioso e pitoresco bem merece que se estudem os meios de a reviver.

O comércio prospera mercê das grandes vendas que se realizam para o país vizinho.

O sr. António Vasquez Garcia, digno imitador do carinho e inteligência dos seus antecessores na presidência da Camara, com o aplauso unanime dos seus conterraneos, tem-se votado de alma e coração aos interêsses da sua terra. Coadjuvado pelo Poder Central o Município reflorescе em iniciativas que entusiasmam o espírito bairrista.

Vias de comunicação reconstruídas e reparadas; surge a aquisição de telefones, a inauguração da moderna estação dos C. T. T. e a construção de esgotos.

Estão já erguidos os primeiros muros da Casa do Povo, obra que favorece a urbanização da vila concorrendo para a elevação social da familia.

Castro Verde

CASTRO VERDE — Ermida de S. Pedro dos Cabeços

CASTRO Verde tem a importancia histórica de lhe pertencer o lugar denominado S. Pedro das Cabeças onde, segundo vários historiadores se deu a célebre batalha de Ourique, em que D. Afonso Henriques foi aclamado primeiro Rei de Portugal. A igreja matriz é um monumento grandioso coberto por uma tão vasta como arrojada abóbada e revestida interiormente por bem conservados e antiquíssimos azulejos, representando em quadros os factos mais notáveis da batalha de Ourique. Tem categoria de Basilica esta igreja e pena é que esteja tão abandonada e quási que em principios de ruina.

A 20 de Setembro de 1310, D. Manuel deu-lhe foral em Santarem.

Também tem importancia histórica a igreja das Chagas do Salvador, que é vulgarmente conhecida pela igreja de Nossa Senhora dos Remédios. E' monumento nacional, mas está abandonada. Foi edificada por D. Afonso Henriques, em comemoração da referida batalha e reedificada, séculos depois por Felipe II de Espanha, que muito a ampliou. Era toda de abóbada, tinha quadros a óleo de valor alusivos á batalha de Ourique, e um rico pulpito de talha dourada. No dia 16 de Abril de 1867 abateu a abóbada da igreja, arruinando-a completamente. Parece, porém, que existem dez dos quadros a que nos referimos.

Vila comercial e industrial, tem fábricas de mantas, estamenhos e alforges, lençois e toalhas de linho, safões de peles.

Ferreira do Alentejo

ESTA linda vila alentejana estende-se numa vasta colina de suave inclinação, espreguiçando-se ao Sul.

O seu casário põe no horisonte uma mancha alvinitente, que do Norte, Poente e Sul se avista a muitos quilómetros de distancia.

Ferreira é retalhada em cruz por duas estradas principais a de Lisboa-Algarve e Sines-Fronteira e cortada ainda por outra, Grandola-Vidigueira, que tem uma ponte importante sôbre o rio Sado, junto da povoação de Santa Margarida.

A vila de Ferreira tem um aspecto moderno, ruas largas e direitas, não tem becos, a maioria das ruas bem calcetadas, bordadas de lancil e providas de canalizações de água e esgotos.

O meio social de Ferreira merece ser posto em relevo pelo numero de pessoas cultas, pois tem muitos diplomados com cursos superiores, secundários e técnicos, especialmente agricolas e comerciais.

Ferreira do Alentejo é vila desde 5 de Março de 1516, data em que lhe foi concedido foral por El-Rei D. Manuel I. E' concelho desde 1821; ficou pertencendo ao distrito de Beja pela divisão administrativa de 1836. Foi sede de comarca desde 1892 até 1926, data em que foi extinta e criado um julgado municipal, facto com que os ferreirenses ainda hoje se não conformam, sendo uma das suas legitimas aspirações a restauração da sua comarca.

Sôbre Ferreira do Alentejo, diz Pinho Leal:

«Que no monte a nascente da vila está um castelo cercado de muralhas, com nove tôrres e suas barbacãs o qual segundo a tradição foi fundado por D. Gualdim Pais, mestre do Templo no ano de 1150. Que próximo á vila há vestigios de uma povoação que, segundo alguns escritores, foi a cidade romana chamada Singa na qual se fez célebre Lusitana, defendendo heroicamente a porta do castelo contra os Godos, com

FERREIRA DO ALENTEJO — Igreja matriz

um malho em cada mão, no ano de 405.

O que é certo é que ainda há poucos anos ao fazer a captação de águas para a vila foram encontrados restos de colectores, parece que de origem romana e alguns autores dão noticia da sua existência.

Mértola

FOI Mértola uma das mais importantes e nomeadas cidades da antiga Lusitania com o nome de Mirtilis Julia.

Segundo a opinião de alguns escritores deve a sua origem aos sirios e fenicios, que fugindo das armas vitoriosas de Alexandre Magno vieram aportar á Lusitania, e ai fundaram, 318 anos antes do nascimento de Jesus Cristo, uma povoação sôbre o Guadiana, a qual denominaram Mirtilis, que quere dizer Nova Tyro, e que depois se corrompeu em Mértola.

Foi conquistada pelo nosso rei D. Sancho II no ano de 1239, unindo-se para sempre á Corôa de Portugal.

Desta vez não foi mais feliz que nas guerras anteriores, pois que nesta luta tremenda de cristãos e moiros a espada do vencedor era tão inexoravel para os homens como para os monumentos. D. Sancho II mandou-a povoar e fez doação dela á Ordem Militar de S. Tiago, para que os seus cavaleiros tomassem o encargo de defender aquela posição importante, por ficar fronteira á Andaluzia e proxima do Algarve, onde os moiros conservavam florescentes estados e grande poder.

Deu-lhes foral de vila El-Rei D. Deniz, sendo de há muito conhecida pelo seu actual nome de Mértola. Gozava então de voto em Cortes, sentando-se os seus procuradores no banco decimo oitavo. Eram seus alcaides-mores os condes de Santa Cruz, titulo e familia hoje extintos.

O seu brasão de armas é um escudo de prata, e nele um cavaleiro de S. Tiago a cavalo, e armado de escudo e espada em acção de arremeter. Na parte superior, juntos a um canto do escudo, tem 2 martelos.

Está esta vila sentada na encosta de um monte, cujas faldas banham o Guadiana pelo lado esquerdo, e o pequeno mas fundo rio de Oeiras pelo sul. Dista da cidade de Beja 52 quilómetros para o sul, e 55 da foz do Guadiana.

Tem a vila de Mértola perto de 4.000 habitantes com uma paróquia, igreja e hospital da Misericordia. A sua posição é bastante defensável por natureza, e alguma coisa fez a arte em outros tempos para a tornar forte.

As margens do Guadiana e da ribeira de Oeiras fazem-lhe alegres e aprazíveis os suburbios, assim como as aguas dos dois rios concorrem para os fazer produtivos. O terreno que se estende até ás serras do Caldeirão, Agra e Santo Varão, é dos mais férteis do Alentejo. Produz cereais, legumes, frutos, vinho, cêra, muito mel, gado e caça.

O Guadiana fornece a vila de diversas espécies de peixe sobretudo de solhos em que abunda. Tanto no termo da vila, como nas imediações têm-se descoberto em diferentes épocas muitos objectos de antiguidade.

MERTOLA — Vista parcial da vila

População do Concelho, 22.000 habitantes.

IMPORTANCIA COMERCIAL

E' um grande centro comercial, e uma das praças mais sólidas da Provincia do Baixo Alentejo.

IMPORTANCIA INDUSTRIAL

Tem a industria mineira, a primeira do País.

IMPORTANCIA AGRICOLA

E' um dos primeiros centros agricolas da Provincia do Baixo Alentejo. A sua exportação de trigo regula por 4:000.000 de quilos anuais.

IMPORTANCIA PECUARIA

Cavalar	1.060	Suinos	11.247
Muares	3.911	Galináceos	37.967
Asininos	3.720	Patos	641
Bovinos	592	Perus	546
Ovinos	52.624	Pombos	2.349
caprinos	16.954	Coelhos	1.717

MERTOLA — Rio Guadiana — Pulo do Lobo

MOURA — Igreja de S. João Baptista e Arco do Castelo

Moura

MOURA, a velhissima povoação de Moura, perde-se na noite dos tempos.

Segundo uns, nascida das ruinas duma antiquissima cidade romana; segundo outros, fundada pelos Thébanos, companheiros de Hercules Libico, 1600 anos antes de Jesus Cristo, foi, conforme tudo o indica, uma importantissima cidade no tempo do imperador Trajano.

Como todas as terras da Península, Moura deve ter sofrido rudes ataques e passado por várias alternativas, não só quando das pugnas dos lusitanos contra os romanos; como quando estes povos se levantaram contra os bárbaros do Norte; como das formidáveis pelejas travadas entre godos, lusitanos e os árabes, desde o ano 715 até ao segundo quartel do século XIII.

Sendo, quer pelos acidentes do solo em que assenta, quer pelo extenso vale que a cerca por todos os lados, um excelente ponto estratégico, foi elevada á categoria de forte praça de guerra, com seu castelo, considerado inexpugnável, do qual era ultimo senhor, em 1166, um nobre e riquissimo mouro de nome Abu-Assan e alcaide o seu favorito Braffura, noivo de Saluquia, filha do primeiro, que, vendo aproximar-se a cavalaria portuguesa sob o comando dos irmãos Pedro e Alvaro Rodrigues, os conquistadores de Moura nesse mesmo ano, se lançou do alto do castelo, preferindo a morte a tornar-se escrava dos cristãos.

Não foi, porém, esta a conquista definitiva, porque Moura tornou a cair em poder dos árabes em 1191, sendo, pouco depois, definitivamente reconquistada por D. Sancho I.

O seu primeiro foral foi-lhe dado por D. Afonso Henriques em 1171 e confirmado por D. Afonso II em Coimbra, em Novembro de 1217.

Mais tarde, em 1295, um novo foral de D. Deniz amplia a Moura os seus privilégios e em 1512, D. Manuel lho confirma com todos os seus direitos.

Moura tinha voto em Côrtes com assento no quinto banco.

Uma das causas do rompimento de hostilidades entre D. Deniz e o Rei de Castela em 1295, e que terminaram com a derrota dos espanhois, que deu lugar ao Tratado de Ciudad Rodrigo em 1297, foi o senhorio de Moura e de outras povoações do Alentejo.

As primitivas fortificações de Moura eram de construção romana, porém os árabes fizeram grandes obras de defesa e reedificaram as antigas, mas as continuas lutas de então e o correr dos séculos as haviam arruinado bastante, motivo por que D. Deniz mandou demolir o antigo castelo e fez construir outro, não menos forte e altaneiro, guarnecido de três soberbas tôrres.

Sendo governador da praça D. João Ferreira da Cunha, rendeu-se aos espanhois, que a destruiram, poupando-lhe, contudo, o castelo em 1657, porém, ainda no mesmo ano, foi restaurada pelos portugueses á ordem de D. João IV, que ainda lhe aumentou consideravelmente as obras de defesa, o que muito concorreu para a elevar a uma forte praça de guerra.

Quando da guerra da Sucessão, o general espanhol Duque de Ossuma, depois de tomar Serpa, pôs cêrco a Moura, com um formidável exército, os portugueses, tendo resistido heroicamente durante 15 dias, viram-se na necessidade de ceder á pressão inimiga, que invadiu e ocupou a praça, fazendo então voar o castelo.

Moura tinha cinco conventos; o de religiosas dominicanas, dedicado a Nossa Senhora da Assunção por D. Angela de Moura, que o fundou dentro do castelo em 1562; o de freiras franciscanas de Santa Clara; o de frades franciscanos; o de frades carmelitas calçados, o mais antigo desta ordem em Portugal, fundado por uns cavaleiros de Malta, que tinham aportado ao reino com alguns religiosos carmelitas em 1240; o de hospitaleiros de S. João de Deus, que foi o terceiro desta ordem em Portugal, fundado em 1695 junto duma antiga ermida dedicada a Nossa Senhora da Glória.

MOURA — Tôrre de Menagem

Quási todo o concelho de Moura é muito fértil em todos os géneros agricolas e o seu vinho é de optima qualidade.

As suas frutas são muito apreciadas e as duas ribeiras, que lhe passam próximas, assim como o Guadiana, dão a Moura muito bom peixe.

Cria muito gado de toda a qualidade, sobretudo grande quantidade de gado suino nos seus montados, sendo fértil, também, em caça grossa e miuda.

Os arrabaldes da vila de Moura, compostos de hortas, pomares e campos e regados pelas duas ribeiras, são bonitos, frescos e amenos.

O sub-solo é riquissimo, tendo-se nele descoberto manganez, chumbo, galena, cobre, ferro e outros metais.

Odemira

A vila de Odemira, é sede da comarca, distrito e Bispado de Beja.

Parece que a vila era a Medrobriga dos galo-celtas. Escritores há, porém que afirmam ser Merobica dos romanos. Seja como fôr, o que não resta dúvida é que Odemira é uma terra antiquíssima, datando a sua fundação, pelo menos, do tempo dos romanos.

Odemira é a corrupção do árabe Wad Emir. Quere dizer: água ou rio de Emir.

D. Afonso Henriques em 1166 tomou a vila aos mouros. Diz-se que os portugueses entraram por Vila Nova de Milfontes divididos em pequenos barcos e ocultos com os canaviais e outros arbustos. Os mouros foram colhidos assim de surpresa, não oferecendo muita resistência á conquista daquele forte castelo, sendo já uma vila importante.

D. João III deu-lhe foral em Lisboa a 28 de Março? de 1250 com os mesmos privilégios do de Beja.

Novo foral lhe foi dado por D. Manuel com a data de 1510, feito em Santarém. Por este foral era concedido aos habitantes da vila o privilégio de ficarem isentos dos pagamentos dos montados, dando-lhes liberdade de cortarem a madeira de que necessitassem na área de 6 quilómetros da vila.

Em 1256 foi o castelo doado ao Bispo do Pôrto, sendo confirmada esta doação por uma bula de Alexandre IV, o qual concedeu indulgencia aos que fôssem habitar esta terra defendendo-a dos mouros.

El-Rei D. Deniz em Setembro de 1357 fez doação do castelo e vila, com seus termos ao almirante Manuel Vaz Pessanha, passando-lhe carta de fôro obrigando o alcalde, os alvasis e tabelião a reconhecerem a autoridade do Almirante.

ODEMIRA — Um trecho sôbre o rio Mira

Ourique

A vila de Ourique é, como se sabe uma pequena, mas alegre povoação situada sôbre três colinas, distando 45 quilómetros de Beja e 14 de Castro Verde.

E' sede de um importante concelho e comarca de 3.ª classe, datando a sua existência de tempos imemoriais. O concelho de Ourique é atravessado pelas linhas férreas do Sul e Sueste e Vale do Sado, existindo nele as estações de Funcheira, Garvão, Monte Negro, Panolas e Tôrre Vã.

Anteriormente á batalha de Ourique, e num sítio chamado «Cidade da Cola» a sudoeste de Ourique á distancia de 10 quilómetros, o grande cabecilha lusitano, Viriato, que denodadamente se bateu pela liberdade da sua terra, reunia os guerreiros que comandava e, alta noite desceu com êles pela escadaria secreta que vai ter á ribeira de Moriscão (hoje Marchicão) e de subito caíu sôbre o exército chefiado por Claudio Unimano, causando-lhe incalculável mortandade. Foi nesse sítio que apareceu a «cerva branca» ao mesmo Viriato quando êste apascentava o rebanho com que descera dos Montes Hermínios.

Segundo a Lenda das Estevas, corria o ano de 1139 e os árabes dominavam ainda o sul da Lusitania. As hostes cristãs, comandadas por D. Afonso Henriques, depois de terem atravessado apressadamente Viana, Cuba, Beja e Aljustrel, dirigiam-se para o sul a dar batalha aos árabes que vindos de Silves, se dirigiam para Ourique a combater os cristãos. A bandeira rubra do Islam tremulava nos castelos de Moura, Almodóvar, Ourique, Silves e Tavira, quando D. Afonso Henriques pensava apossar-se de todos êsses territórios.

Travada a luta, o exército árabe retirou desordenadamente até ás margens do Mira e ás serranias do Caldeirão e Monchique.

Num livro chamado «Diálogos de Vária História» de que é autor Pedro Mariz, editado em 1749, lê-se a pag. 55 «com tanto contentamento e esperança de vitória que logo se foram á batalha que se deu no Campo de Ourique, em um lugar que ora chamam Cabeças de El-Rei... «em a qual foram vencidos El-Rei Ismael e outros quatro Reis».

O dr. Júlio Dantas, no seu terceiro artigo sôbre «As grandes batalhas» diz: «...continuaram a sua marcha audaciosa, passaram a ribeira do Roxo, demoraram-se onde hoje é Aljustrel... e na manhã de 24, véspera de Santiago, a vanguarda fazia alto em Cabeço do Rei, crista de montes de onde se avistava, para sudoeste, entre as águas de Cobres e Terges, a vasta chã de Ourique... Era uma algara de mouros de Alcácer que descera em exploração pelo Vale do Sado. De manhã D. Afonso Henriques, excitado pela ante-visão da batalha, caíu de joelhos, apontando o ceu e bradando: Além, além, o Senhor Santo Cristo (As armas de Castro Verde têm a alusão a êste facto).

E mais adiante: «e em pouco tempo os mouros fugiam desbaratadamente pelos montes, a urze da charneca estava cheia de cadáveres, e ao sol esplêndido da manhã, s águas do Cobres espumavam vermelhas de sangue».

Importancia pecuária do concelho de Ourique (pouco mais ou menos):

Cavalos, 736; muares, 2.109; Asininos, 1.489; bovinos, 1.496; ovinos, 20.441; caprinos, 7.889; suinos, 13.228; galináceos, 20.776; patos, 375; perus, 474; pombos, 1.935; coelhos, 1750.

A vila de Ourique é pouco comercial e industrial. Tem bastante importancia agricola e pecuária.

Produz muito trigo e muita cortiça, que é de primeira qualidade; lã e muito bom mel.

OURIQUE — Praça da Republica

OURIQUE — Camara Municipal

Serpa

SERPA é uma das maiores vilas de Portugal. E' sede de um dos maiores concelhos e comarca de 3.ª ordem. Distrito e Bispado de Beja.

Atribue-se a sua fundação aos celtiberos ou aos turdulos pelo ano de 480 antes de Jesus Cristo, os quais lhe teriam dado o nome que conserva ainda, e que foi sempre o mesmo através do dominio romano, dos godos e dos árabes, que sucessivamente a tomaram uns aos outros.

Foi uma cidade importante da Betica e estava em poder dos mouros, quando D. Afonso Henriques a conquistou em 1166. Destruida mais tarde pelos castelhanos, D. Deniz mandou-a reedificar e repovoar em 1295, construindo ao mesmo tempo o castelo e dando-lhe foral com todos os privilégios da cidade de Evora. D. Manuel deu-lhe novo foral em Lisboa a 25 de Junho de 1513. Em 1708, estando os castelhanos na sua posse, foram obrigados a abandoná-la e, então, demoliram-lhe por meio de minas 3 das 5 tôrres, que a defendiam, e arrasaram-lhe também parte das muralhas, que tinham 5 portas.

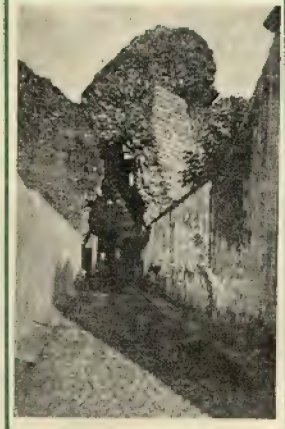
Serpa teve votos em Côrtes, com assento no banco sétimo. As suas armas são: em campo azul, um castelo com ameias e guaritas sôbre montes. Por uma inscrição gravada no cipo descoberto em 1696, viu-se que os seus moradores gozavam as honras e privilégios de cidadãos romanos. Até 1840 houve em Serpa um celeiro comum instituido com fundos próprios do Municipio, sendo em 7 de Março do mesmo ano transformado em Banco rural. Antes da extinção das Ordens religiosas no País, houve nas cercanias desta vila um convento de frades paulistas fundado em 1617, e outro franciscano, de Santo António, fundado em 1502.

Modernamente o concelho de Serpa tem uma população de 30.000 habitantes, numeros redondos.

E' um dos mais férteis campos do Alentejo, sendo os seus principais produtos agricolas, os cereais e o azeite. Também produz algum vinho, legumes, cêra, mel e muito boa fruta. Tem vastos montados, onde cria uma considerável quantidade de gado suino.

Os principais artigos do seu comércio, são o trigo, cevada, fava, azeite, lã e gado.

Serpa está situada num alto a 5 quilómetros da margem esquerda do Guadiana e a 25 quilómetros da capital do distrito.



SERPA — Estrada do Castelo

Sob ponto de vista de turismo, que já hoje é importante, Serpa está reservado um lugar excepcional, facilitado pela estrada internacional que a liga a todo o País, sendo para os turistas que se dirigem a Espanha, a ultima étapa.

Os seus arredores são lindíssimos pelo alcantilado que nos oferecem as próximas margens do Guadiana e seus afluentes.

DISTRITO DE BRAGA

BRAGA, conquanto tenha sido objecto de largas dissertações, tudo quanto se tenha dito da sua fundação e tempo pre-históricos não passa de simples conjecturas. Sabe-se que era habitada a região que tem Braga como sede e esta cidade era emporio notável, nos mais recuados séculos, da Espanha. Os «bracaros» distinguiram-se no conjunto galaico-lusitano, quando chegou a toda a Peninsula o dominio romano.

Durou cerca de sete séculos a civilização, costumes e organização politica dos romanos em Braga. Logo no século I recebeu a doutrina cristã e floresceram as cristandades fundadas pelos varões apostólicos o que explica a alta cultura de Braga e da região hispanica, que era a Metrópole.

Pelo século V, isto é no ano 410 depois de Cristo, passaram por aqui as invasões germanicas. Da passagem dos bárbaros resta no sub-solo uma camada de meio metro de carvões e cinzas.

Felizmente a ultima onda das invasões bárbaras foi a sueva, a menos feroz das vagas sucessivas; essa foi a que se fixou em Braga e em toda a Galiza.

Em 362, D. Afonso, o Magno, mandou fazer algumas obras de defesa, contudo, sofrendo sucessivas alternativas de dominio árabe e cristão, estava quási despovoada, quando, em 904, D. Afonso de Leão a possuiu definitivamente.

Logo a seguir D. Garcia, o que primeiro se chamou Rei de Portugal, ordenou em 950 se iniciasse a reconstrução, com majestosa traça, da catedral bracarense.

Estabelecido govêrno próprio com o Conde D. Henrique e sua espôsa a Rainha D. Teresa, prosseguiu a reedificação da cidade e povoamento da região. Os condes porém, em 1112, depois de haverem auxiliado a reparação da Sé, deram-na a toda a cidade, e seu termo a Santa Maria e ao Arcebispo, que começou a governar em poder total, só nominalmente subordinado ao Rei.

E' assim que Braga teve desde logo autoridades populares, em nome dos arcebispos e as suas Camaras nada tinham que invejar em liberdades e franquias a quaisquer outros.

Braga tem notável história sob ponto de vista da cultura; importante metropole eclesiástica; teve homens de grande ciência nos primeiros séculos. Entre êles se contam os Soitos, Osorios e alguns mais de renome universal.

A Biblioteca Publica, fundamentalmente, existe desde o século XV pelo menos. Já existia com êsse nome, no tempo de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, uma importante livraria.

O Cardial D. Henrique também impulsionou grandemente os estudos; a seu pedido foi para Braga o célebre humanista Clenardo, que abriu aulas populares de latim e de grego.

Braga foi das primeiras cidades portuguesas que teve tipografia, ainda no século XV.

Não pode afirmar-se ao certo o ano em que Braga teve Camara Municipal como entidade própria: as atribuições desta ao principio devem confundir-se com as da Curia arqui-episcopal, por serem os arcebispos senhores da terra e do concelho.

O primitivo edifício dos Paços do Concelho estava situado em frente da Sé, fechando por êsse lado o Largo e era obra de traça gótica, segundo desenhos que ainda existem. O actual foi começado em 1725, sob o Govêrno de D. José de Bragança. A Camara, como não lhe bastassem para tanto os seus recursos, contraiu para as obras um empréstimo de «cem mil reis». A quantia não era, como parece pequena, porque o nome não importa ao valor da moeda: hoje corresponderia a mais de duzentos contos.

O edifício, porém, esteve então limitado quási á fortaleza; a segunda parte foi acrescentada no fim do século passado e as fachadas laterais só há um ano se concluiram.

BRAGA — Tumulo de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques

BRAGA — Tumulo de D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques

Amares

AMARES é cabeça do antigo concelho de Entre-Homem e Cávado, de que eram senhores os Condes da Figueira, e segundo várias opiniões, teria tido a sua origem em umas tabernas, existentes entre as pontes de Caldelas e do Pôrto.

Marecos foi o seu primitivo nome que lhe veio do Casal do Paço de Marecos, de que era senhor Rui Martins Marecos, no reinado de D. Afonso III. Este apelido muito antigo e nobre, foi primeiramente usado pelo famosissimo cavaleiro de D. Afonso Henriques e Mestre da Ordem do Templo, D. Gualdim Pais, que nasceu nesse abençoado torrão, que é um dos mais formosos e mais ferteis da provincia, do Minho e que é cofre precioso de vestigios de ruinas de antigos monumentos, que atestam o esplendor das gerações passadas.

Não consta que tivesse foral antigo. D. Manuel deu-lho em Lisboa em 1514, servindo também para Caldelas, Figueiró, Odivelas e Prozelo.

Foi Amares berço de homens ilustres dentre os quais se destaca D. Gualdim Pais, a que atrás nos referimos, também chamado o Marecos.

Era este grande capitão filho de D. Paio Ramires e de D. Gertrudes pessoas da primeira nobreza daqueles tempos.

Foi criado em companhia de D. Afonso Henriques, seu grande amigo e privado, que o armou cavaleiro no Campo de Ourique, a 25 de Junho de 1139, em premio das grandes façanhas que êle praticou.

Alistado pouco depois na Ordem do Templo, passou á Palestina, onde venceu os reis da Siria e o Sultão do Egipto. Passados cinco anos voltou a Portugal, sendo logo feito comendador ou mestre da casa que os templários tinham em Braga.

D. Afonso Henriques o fez comendador de Sintra em 1152, dando-lhe ali casas e fazendas e em 1157 foi elevado a Mestre absoluto da Ordem do Templo.

A vida deste varão foi uma série ininterrupta de batalhas, vitórias e boas obras.

No concelho de Amares viveu durante anos e aí morreu o grande poeta Sá de Miranda.

Os monumentos dignos de menção do concelho de Amares são os seguintes:

Castelo do Crato — Hoje propriedade dos conde da Figueira, descendentes de D. Mendo Moniz, que a machado arrombou as portas de Santarém em 8 de Maio de 1147, pelo que D. Afonso I lhe deu, para ele e seus descendentes, o senhorio de Gondar e o mandou usar o apelido de Machado em memoria daquele feito; Torre de Vasconcelos, em completa ruina, que foi solar da nobilissima familia dos Vasconcelos, da qual descende o actual Marquês de Castelo Melhor e muitas outras familias não menos nobres; Igreja Paroquial de Carrazedo, onde se guardam as cinzas do glorioso poeta e filosofo Francisco de Sá de Miranda e de sua espôsa D. Briolanja Machado, oriunda da nobre familia dos Machados de Castro. Ali repousam também as cinzas do 1.º Marquês de Monte Belo e de seu filho António Felix Machado, 2.º Marquês do mesmo título, conde de Amares e 7.º senhor do Castelo de Crasto. No século XV estiveram nesta igreja, afim-de assistir ao baptizado de Francisco Machado, os Infantes da Casa Real; Mosteiro dos Beneditinos em Rendufe, foi fundado no século XI por Egas Pais do Penagate; ali existiu um curso de filosofia, tendo sido bibliotecário o cardial Saraiva. Foi confiscado em 1834 e a 29 de Junho de 1877 foi quasi totalmente destruido por um pavoroso incendio; Mosteiro da Ordem Beneditina de Santa Maria do Bouro, hoje em ruinas; a unica coisa que se encontra em estado de conservação é a sacristia, pois ainda tem o teto em caixonote com pinturas nitidas e as paredes recobertas de azulejos antigos, a que se atribue grande valor; Mosteiro da Abadia, situado num dos lugares mais pitorescos da aludida freguesia de Bouro, onde acorrem anualmente romeiros de longinquas terras, desde o dia 10 a 15 de Agosto, dias estes em que se realizam grandes festas em honra da sua Padroeira.

AMARES — Tôrre de Menagem

AMARES — Tumulo de Gualdim Pais

BARCELOS — Ruinas do Castelo de Faria

Barcelos

BARCELOS é, sem duvida, a terra mais portuguesa do Minho, depois de Guimarães; a histórica Barcelos, na margem direita do rio Cávado, uma das regiões mais pitorescas da encantadora região nortenha; é terra de origem antiquissima, pois, ou foi fundada pelos varcinos, povos cartagineses, segundo uns; ou foi fundada pelos romanos, segundo outros, que lhe teriam dado o nome de «Aguas Celenas».

BARCELOS — Pelourinho

Foi D. Afonso Henriques quem, em 1140, a mandou reedificar sôbre as ruinas de tanta resistencia heroica através dos tempos.

Foi, ainda, o nosso primeiro rei quem lhe deu foral, confirmado, depois, por D. Sancho I em 1208 e renovado em 1515 por D. Manuel, tendo sido a primeira terra portuguesa, que teve a honra de ser elevada a condado, sendo seu titular D. João Afonso Telo de Menezes, quarto senhor da vila e Castelo de Albuquerque, que, de Castela, onde era rico homem, poucos anos antes passara ao serviço do seu parente D. Deniz, rei de Portugal, que o incumbiu de negociar pazes com D. Fernando IV, de Castela, em premio do que o fez conde donatario da vila de Barcelos com seu termo.

Com a elevação a condado começa para Barcelos uma nova era de progresso, vendo o seu «alfoz» continuadamente aumentado, suas regalias continuamente melhoradas, encontrando-se as «chancelarias régias» do tempo cheias de mercês territoriais isentos e concessões de tôda a ordem nos seus condes donatarios, parentes e validos dos reis, exercendo os mais altos cargos palatinos e na governação do país, conservando-se o título e domínio de Barcelos, com pequena interrupção, em altas personagens da linhagem dos Menezes.

No Monte da Franqueira, a meia legua de Barcelos, levantava-se altaneiro o Castelo de Faria — «castelo-sede da Idade Média e antigo Alcácer das eras, dos reis de Leão», como lhe chamava Herculano, nas suas «Lendas e Narrativas», do qual ainda restam vestigios a atestar a grandeza dessa participação, que vem do seculo X e de que foi Alcaide Nuno Gonçalves, no reinado de D. Fernando.

Notaveis por demais são as tradições da vila de Barcelos e entre os seus maiores motivos de orgulho, conta o facto de ter tido á frente do seu condado a figura prestigiosa de homem e de guerreiro de D. Nuno Alvares Pereira, «o mais nobre, o mais leal, o mais valente cavaleiro que Portugal tem gerado», segundo Herculano no seu «Monge de Cister».

O Condado de Barcelos foi elevado a ducado por D. Sebastião, ficando na posse dos primogénitos dos Duques de Bragança.

Cabeceiras de Basto

CABECEIRAS DE BASTO, cuja fundação data do século XIII teve a sua sede na povoação de Olela, que pertence a Santa Senhorinha e era notavel pelas feiras que lá se realizavam de S. Matias e de Santa Luzia, a ultima das quais ainda tem lugar no Arco do Baulhe, nos dias 11 e 13 de Dezembro.

A sede do concelho foi mudada no reinado de D. Afonso V para a povoação dos Pereiras, onde se manteve até 1835 em que pela reforma administrativa do liberalismo foi transferida para parte do edificio do convento dos Beneditinos, de S. Miguel de Refojos, sendo instaladas repartições publicas em parte do edificio, onde ainda hoje se encontram.

Tem foral novo dado por D. Manuel em 1515, cujo original muito interessante pelas suas iluminuras se encontra arquivado na Camara Municipal.

D. João I doou senhorio do concelho de Cabeceiras de Basto a D. Nuno Alvares Pereira, doação que foi feita em Santarém, dias depois da batalha de Aljubarrota e mais tarde, por troca de outros bens senhoriais, passou o senhorio para um parente de D. Nun'Alvares, os Pereiras Marramaques, com solar na quinta da Taipa sita na freguesia de S. Nicolau de Cabeceiras, solar este notavel por ali se terem representado pela primeira vez algumas produções de Sá de Miranda, grande amigo de António Pereira Marramaque, senhor de Cabeceiras de Basto, a quem dirigiu a celebre carta em verso, que hoje constitue um texto classico nos estudos oficiais.

Dentro do concelho de Cabeceiras de Basto existiam dois coutos, o de Refojos pertencente á ordem Beneditina de que o D. Abade era capitão-mor e ouvidor nato com grandes privilégios, que lhe foram concedidos por vários reis da primeira dinastia e nomeadamente por D. Pedro I, quando da visita deste em cumprimento da promessa á Igreja de Santa Senhorinha, (conhecida pela Sé de Basto, ocasião em que doou a esta igreja um outro couto, que demarcou pessoalmente e que abrangia todo o terreno em circuito, dentro do percurso feito pelo mesmo rei num dia, de sol a sol.

O convento de S. Miguel de Refojos é monumento nacional, sendo notavel pelo seu templo, a sacristia velha um curioso arco abatido, do ano 700, que sustenta em formosa cantaria a escadaria de acesso aos corredores do mosteiro, e, ainda, os tetos do vestibulo e os da antiga sala do capitulo, hoje fazendo parte do salão do Tribunal.

Também é monumento nacional a ponte de Cavez, que neste ano completa 700 anos de existência, pois foi concluida em 1240, sendo os meios para a sua construção angariados pelo beato Frei Lourenço Mendes, natural da freguesia de Vilar deste concelho, celebre religioso dominicano e hoje beatificado. Junto desta ponte existe a capela de S. Bartolomeu pertencente á antiga familia Carvalho e Vale, tornada celebre por Camilo Castelo Branco na sua novela «Como ela o amava» e na peça teatral «Lobishomem».

CABECEIRAS DE BASTO — Pelourinho

A figura do «Basto» é uma estátua galaica, que se encontra truncada por pinturas e adições singulares, mas que, conforme se encontra e desde há mais de 2 séculos, é considerada pelos povos desta região como símbolo toponímico respectivo.

Celorico de Basto

CELORICO de Basto fica situada nas margens do Rio Tamega em terreno muito fertil, embora acidentado. E' vila antiga, tendo pertencido á região a que se dava o nome de «Terras de Basto».

Dêste concelho foi senhor Gil Vaz da Cunha, alferes-mor de D. José I, casado com D. Isabel Pereira de quem teve como filho Fernão Vaz da Cunha, herdeiro do senhorio, mais tarde passado aos Coutinhos por casamento de sua filha D. Maria da Cunha com Fernão Coutinho.

O primeiro conde de Basto foi D. Fernando de Castro, alcaide-mor de Alefrede, capitão-mor de Evora e conselheiro de Estado de D. Felipe, o Prudente. Sucedeu-lhe D. Diogo de Castro, seu filho que foi viso-rei do Reino, em tempo que Castela o dominava, e a êste sucedeu seu filho segundo D. Lourenço Pires de Castro, que, por não deixar sucessão, passou o título e casa a seu sobrinho Jorge de Albuquerque Cunha e Castro, filho herdeiro de Marta de Albuquerque Coelho, quarto capitão de Pernambuco e primeiro conde daquele Estado e D. Joana de Castro, sua irmã, o qual ficou em Castela, servindo em Catalunha na aclamação do Senhor Rei D. João IV; pelo que entrou em todos os senhorios sua irmã a condessa D. Maria de Albuquerque, mulher de D. Miguel de Portugal, conde de Vimioso, sem sucessão.

A etimologia do concelho diz que, entre os povos que antigamente habitavam Andaluzia, houve uns que se chamavam *Bastinos*, de que passaram alguns á provincia, e nela fundaram uma cidade chamada *Basto*, perto do Mosteiro de Santa Senhorinha, que está em Cabeceiras de Basto, da qual se não encontra outra noticia e devia terminar na entrada dos moiros: dela se chamaram Basto o concelho de Cabeceiras, que por cima lhe fica.

Ao concelho deu foral El-Rei D. Manuel em Evora, no mês de Março de 1520.

Os principais elementos que o passado legou a este concelho são o Castelo de Arnoia, interessante sob ponto de vista militar, anterior ao ano 1.000. Está assente no cimo de um outeiro, na freguesia de Arnoia, a cêrca de 9 quilómetros da vila, desfrutando-se dali um soberbo panorama; Mosteiro de Arnoia, construido, segundo uns, pouco depois do ano 1.000 por D. Mumio Moniz, cavaleiro de nobre estirpe.

Foi convento muito rico, sendo senhor do Couto de Rebordelo e de muitas rendas e terras, que veis a perder no tempo de D. João I.

Igreja Matriz de Ribas: monumento nacional. Foi templo de um mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho, (frades cruzios), fundado pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Data de 1153 e dêle resta apenas a igreja e residencia paroquial.

Igreja Matriz de Trade: considerada monumento nacional.

CELORICO DE BASTO — O histórico castelo na freguesia de Arnoia

Guimarães

Estátua de D. Afonso Henriques

GUIMARÃES, a terra Mãe de Portugal, se outros motivos não tivesse para merecer todo o nosso amor, toda a nossa veneração, bastar-lhe-ia o facto de ser uma das mais antigas, se não a mais antiga povoação fundada no nosso território, para se tornar como que o altar onde devem subir todas as nossas orações de fé e de patriotismo.

Fundada, segundo uns nos meados do século X por uma condessa galega de nome Mumadona; segundo outros tudo leva a crer que alguns séculos atrás já o povo de Guimarães possuía a sua organização civil e económica, conquanto sob um sistema muito primitivo, que estava longe de ter carácter civilizador.

Diz Alfredo Guimarães, na «Guia de Turismo» editada pela Comissão dos Centenários:

... ...

Nos meados do século X, como dissemos já, chegou á sua quintana de «Vimaranes» a condessa galega Mumadona, que veio executar uma das verbas testamentais de seu falecido marido, o Conde Ermegildo Mendes, o qual determinou que por sua morte se erigisse, ali, um Mosteiro duplice, dedicado ao Salvador do Mundo, á Virgem Maria e aos Santos Apóstolos, sob a Regra dos ermitas de S. Pacómio. A arte visigótica começa então a obscurecer-se no concelho, dado o edificio conventual e o templo anexo, que Mumadona manda construir, serem já de outras caracteristicas estéticas cristãs, e nem a arte visigótica, nem tampouco a arte moçárabe, terem ali acção directa, visto tratar-se de construções latino-bisantinas, com algumas e indiscutiveis influências asturianas.

Guimarães nasceu em tôrno dêste Mosteiro, na centuria que acima indicamos.

... ...

O Conde D. Henrique, de Borgonha, casou, em 1095, com a filha legítima de D. Afonso VI, Dona Teresa, e é-lhe por isso entregue, dentro da região galega, para devidamente o governar, o Condado de Portugal, que aquele senhor de Leão, de Castela e da Galiza delimitava, do norte, no rio Minho, e ao sul pela margem superior do rio Tejo.

Tinham os reis de Leão, em Guimarães, um edifício de habitação, situado no local onde, em 1422, o bastardo de D. João I, D. Afonso, havia de iniciar o levantamento dos majestosos Paços dos Duques de Bragança e Guimarãis. Ali, residiu, com sua mulher, a Rainha Dona Teresa, o governador do Condado, o qual se fez acompanhar para Espanha e Portugal — e nomeadamente para Guimarães — de uma colónia de Cavaleiros francos, que aqui erigiu uma capela romanica em honra do Apóstolo S. Tiago, e estacionou e se difundiu tanto, no Burgo, que chegou á consagração de lhe ser dado, ao local de residência, o título lisonjeiro de «Rua dos Francos».

D. Henrique reuniu as primeiras «Côrtes portuguesas» (êsse deveria ser o título correspondente á sua intenção) em Guimarães, entre 1095 e 1108.

Nasceu D. Afonso Henriques em 1111, na casa de residência dos reis de Leão, em Guimarães. Tradição mantida por uma afirmação de sempre, se não tem documento escrito que a garanta, não tem igualmente, documento escrito que a conteste. E', de resto, significativo que até hoje, tratando-se do nascimento de pessoa de tamanha representação, não tivesse surgido uma só localidade do País reivindicando para si honra de semelhante categoria. Aquela tradição, pois, substitue toda a natureza de documentos, em razão de se ter tornado insuperável, em plena garantia de si própria.

... ...

Anos depois, em 1127, quando Dona Teresa governava, na menoridade de seu filho, D. Afonso Henriques, o território de entre o Minho e o Tejo — continuando a política de emancipação iniciada pelo marido — seu sobrinho, D. Afonso VII, desce da Galiza até Guimarães, e obriga a tia e o primo a prestarem-lhe vassalagem. D. Afonso Henriques tem já dezasseis anos. Em 1125 arma-se Cavaleiro na Catedral romanica de Zamora, preparando-se dêsse modo para a grande emprêsa militar da Independência.

... ...

A's lutas politicas externas do govêrno de Dona Teresa sucedem-se, um ano depois, mas já sob preparativos de longa data, as lutas internas, e em 24 de Junho de 1128 dá-se, no campo a norte do Castelo de Guimarães, a célebre Batalha de S. Mamede, organizada por D. Afonso Henriques contra sua mãi, por efeito da suposição de que os amores de Dona Teresa com o galego Fernão Perez, Conde de Trava, pudessem pôr em perigo a legítima sucessão do Infante em, quando menos, o govêrno do Condado.

A Batalha de S. Mamede, a despeito de longamente preparada por D. Afonso Henriques, produziu uma luta cruenta e grave. Com Dona Teresa, recentemente regressada de Leão e Galiza, estavam muitos fidalgos galegos e sua peonagem, que o Conde de Trava trouxera a conviver consigo. Dêste modo, e a-pesar-do numero considerável de varões e cavaleiros que o acompanhavam, D. Afonso Henriques perde a primeira e matutina refrega dêsse dia, desaparecendo do campo em fuga, com destino que ainda documento algum revelou, mas que pode ter sido o do Castelo de Lanhoso. Reza a tradição, e é possível que o revelem documentos que ignoramos, que em meio da fuga, em S. Mamede de Aldão, D. Afonso Henriques encontrara Egas Moniz e os seus homens com os quais regressou ao campo fronteiriço do Castelo de Guimarães. O certo é que, de qualquer modo e por quaisquer razões, ali voltou, tendo-se então produzido o segundo combate, mais áspero porventura do que o primeiro, do qual adveio a pérda do govêrno do Condado por Dona Teresa e o Conde de Trava, os quais, invertendo os papeis da situação marcada pela primeira fase dos combates dêsse dia, fogem agora para o Castelo de Lanhoso, e dali, em breves dias, definitivamente, para o território da alta Galiza.

D. Afonso Henriques recebe os triunfos da batalha de S. Mamede como iniciação da sua soberania no Trono de Portugal.

.....

Em 9 de Março de 1833, nasceu em Guimarães, o sábio arqueologo Francisco Martins Sarmento.

Em 15 de Novembro de 1841, nasceu, em Guimarães, o sábio historiador Alberto Sampaio.

Em 22 de Junho de 1853, foi Guimarães elevada ao título de Cidade, pela Rainha D. Maria II.

Em 29 de Dezembro de 1853, nasce, na Casa dos Abreus, da freguesia de S. Vicente de Mascotelos, do concelho de Guimarães, o grande monógrafo vimaranense Padre João Gomes de Oliveira Guimarães — Abade de Tagilde.

Em 7 de Janeiro de 1882 é criada a Sociedade de Martins Sarmento.

Em 15 de Junho de 1884 é inaugurada, no Palácio de Vila Flôr, a primeira Exposição Industrial de Guimarães, da iniciativa do sábio historiador e economista Alberto Sampaio.

Em 20 de Outubro de 1887 é inaugurada, em Guimarães, a estátua de D. Afonso Henriques, da autoria do insigne estatuário Soares dos Reis, e construida por iniciativa e principais encargos do saudoso Comendador João Dias de Castro.

Em 6 de Agosto de 1910 é inaugurada a Exposição Agricola-Industrial, promovida pelo inteligente e benemérito vimaranense João Gualdino Pereira.

Em 8 de Outubro de 1910 é proclamada, em Guimarães, a Republica Portuguesa.

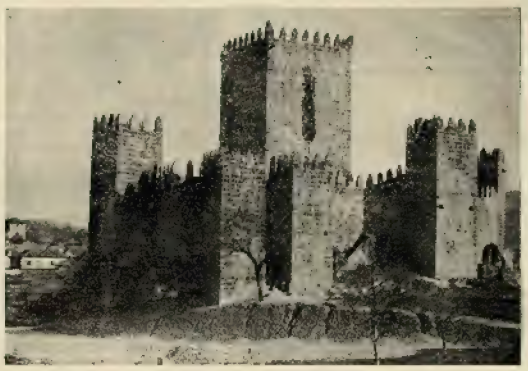
Em 4 de Agosto de 1923 é inaugurada a terceira Exposição Industrial, da principal iniciativa, entusiasmo e encargos do benemérito industrial João Rodrigues Loureiro.

Em 17 de Março de 1928 é criado em Guimarães o Museu Regional de Alberto Sampaio, e iniciado o restauro do claustro romanico da Colegiada vimaranense.

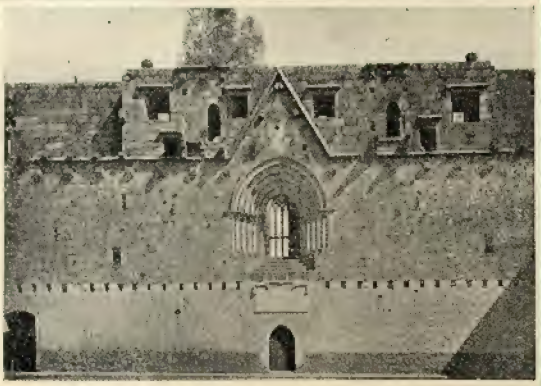
Em 21 de Novembro de 1931 é criado o Arquivo Municipal de Guimarães, da iniciativa do eminente escritor Alfredo Pimenta.

Em Outubro de 1932 iniciam-se os trabalhos do restauro do Castelo de Guimarães, sob o subsidio concedido pela Comissão Administrativa da Camara Municipal, da presidência do ilustre vimaranense sr. dr. João Rocha dos Santos.

E, finalmente, na Primavera de 1937, começa-se a maior obra vimaranense dos ultimos cinco séculos — a reintegração dos famosos Paços dos Duques de Bragança e Guimarães, que esta gloriosa cidade deve, exclusivamente ao Génio, á Cultura e ao Patriotismo de Salazar.



Castelo de Guimarães



GUIMARÃES — Paços dos Duques de Bragança e Guimarães

GUIMARÃES — Igreja de S. Miguel do Castelo

Esposende

"ESPOZENDE», palavra de origem germanica, foi buscar o seu nome ao casal que, no tempo de D. Afonso III, de 1246 a 1250, teria descido da freguesia de S. Miguel de Cepães — hoje freguesia das Marinhas — á foz do Cávado, onde se estabeleceu, atraido pela pesca e navegação.

O pôrto da foz do Cávado passa a ser demandado por grande quantidade de embarcações ali matriculadas, que faziam a navegação costeira.

O desenvolvimento de Espozende, como se vê, primitivamente, nucleo de pescadores e mais tarde pequeno centro de construções e navegação costeira, foi tão rápido e tão grande que D. Sebastião a 19 de Agosto de 1572, lhe concedeu a carta de alforria de vila.

Compunham este julgado as freguesias de Gandra, Gerneses, Palmeira, S. Claudio, Vila Chã, Marinhas, e S. Bartolomeu.

Em 1835 foram anexadas as freguesias de Fão, Aquilia, Fonteboa, Rio Tinto, Forjães, S. Paio de Antas, Belmiro, Burgueiros, Vila Cova, Banho e Parelhal, e no ano seguinte, em 1836, retiradas as freguesias de Fão, Apúlia, Fonteboa, Banho e Vila Cova que passaram, de novo, para Barcelos.

Com jurisdição própria desde 28 de Novembro de 1898, por elevação a comarca, Espozende tem-se desenvolvido tanto, que é hoje, além de um centro piscatório e agrícola importante, uma deliciosa praia, simples, sossegada, sem casino, com um mar suave, rio, planicie e monte.

ESPOSENDE — Avenida do Hospital

*

Recuando mais nos anos e nos séculos, recuando para além da fundação de Espozende, afirmaremos que foi aqui, aproximadamente onde está a freguesia de Fão, que se elevou a importante cidade romana de Aquis Celenis e que o rio Cávado teria sido a «per ora maritima» de ligação de Braga a Roma

Fafe

FAFE, a linda vila que se ergue donairosa e alegre num dos mais interessantes planaltos de Monte Longo, que, em tempos idos, deu o nome ao concelho, não tem alicerçada em bases seguras e claras história que a distinga e mostre, numa visão retrospectiva através dos séculos, aos olhos dos investigadores e curiosos.

Certo é que a sua fundação remonta ás primeiras épocas da nossa nacionalidade, vinda dos tempos em que o Conde D. Henrique, estabelecendo a sua côrte em Guimarães, lançou, aí por volta de 1110, as primeiras bases da independência de Portugal.

Santa Eulália — a antiga — de Fafe foi Mosteiro fundado por um fidalgo de apelido Fafez; foi ali, afirma-se, o solar da família dêsse nome e, no alvorecer da povoação, foi senhor D. Godrino Fafez, filho primogenito de D. Fafez Luz, rico homem e alferes-mor do Conde D. Henrique.

Dali lhe vem o nome, segundo uns, enquanto que outros dizem vir-lhe duns pássaros muito frequentes na região e que são chamados «fafes»

Depois foi habitado pelos romanos o local, onde hoje assenta a vila de Fafe e suas imediações; disto há provas evidentes e concretas: as moedas romanas, que apareceram no Outeiro de Santo Ovidio, suburbios da vila, quando em 1870 ali se efectuaram obras para a construção de uma capela; uma estátua de guerreiro romano, que foi encontrada no mesmo local; o templo romanico de S. Romão dos Arões, hoje considerado monumento nacional, um dos mais curiosos especimes da arquitectura da época e uma das paredes laterais de Igreja de S. Gens.

Nas pedras venerandas dêsse templo; no bronze das referidas moedas; na escultura tosca da estátua palpita a vida dêsse povo, que pretendeu conquistar o mundo, que levou em feitos de heroicidade e conquistas, o seu domínio desde Roma até ao Oceano Atlantico, no litoral da velha Lusitania.

E já que tratamos de Fafe não queremos fechar êste ligeiro esboço sem nos referirmos especialmente á Igreja Paroquial de Arões (S. Romão), a 5 quilómetros da vila, na estrada de Guimarães, romanica do século XII, de uma só nave, com abside de cabeceira plana.

FAFE — Igreja de Arões

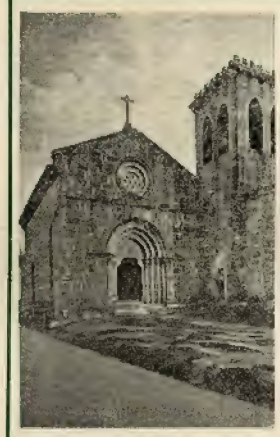
Famalicão

VILA NOVA DE FAMALICAO destaca-se na história por duas datas que lhe marcam a existência; a que vem do principio do século XIII, que carece de elementos, mas pelo censo mandado fazer por D. João III em 1527, aparece a «povoação de Vila Nova de Famylliquam três léguas da vila (Barcelos) contra Guimarães, junto moram 61 moradores», e a que data de 1835 até aos nossos dias.

Não está ainda suficientemente esclarecido o seu primeiro foral em 1205. Sabe-se, porém, que foi confirmado em 1217 por D. Afonso II, assim como Vila Nova fazia parte do padroado real em 1220.

Bastante confusa a sua existência durante os três séculos que se seguiram, surge, de repente, a lenda dum casal que em Vila Nova se estabeleceu e a quem a tradição cognominou de Famelião-Mota.

Diz Vasco de Carvalho no «Portugal Económico» que, «não falando em minucias, afirma-se que a Ermida de Santo Adrião já existia, como de longe vinha a Capela de Santa Maria Madalena, pois crê-se que sofreu obras entre 1522 e 1540, sendo positivo que o «Ordinário» lhe aprovou a irmandade do Santissimo Sacramento em Junho de 1596 e reformou em 1659. Como entre 1702 e 1703 foram feitos dois coros e uma torre da lado do norte, nesta então já igreja».



FAMALICÃO—Igreja de Santiago de Antas

Tinha já então alguma vida própria, ainda que modesta e «aprecia-se» i nstituiu em 1605 a confraria do Senhor das Santas Chagas; em 1696 existia no Campo da Granja a Capela que, já vindo com invocação de Santo Ivo, nos aparece tendo por orago o Santo António, que tinha estatutos em 1690, os quais reforma em 1797, nela instituindo a Ordem de S. Francisco.

Pela abertura do caminho de ferro em 1875 e algum tempo depois pela inauguração da linha da Povoa, outro movimento se lhe proporcionou e as suas feiras grandes de 8 de Maio e 29 de Setembro foram ganhando importancia, como a sua progressividade se tornou latente.

Deu-se seguidamente o levantamento da sua urbanização e os anos correram até aos nossos dias a par de vários melhoramentos, traduzidos, além do mais, em ruas perfeitas, no Hospital, no Paço do Concelho, na velha Associação dos Bombeiros, no Edificio das Escolas Primárias, na Biblioteca Municipal, nos monumentos de Camilo e Mortos da Grande Guerra, na Creche, jardins e outros.

Como vistas, deve o turista visitar o penedo de S. Miguel, o cedro de Arnoso e o resto do seu mosteiro, a linda vista do Senhor dos Aflitos, a miragem da Senhora do Carmo, em Lementre, o vale de S. Cosme do Alto de Santiago da Cruz, o pitoresco de Moledo, o Museu do Camilo, o mosteiro de Laudim, as igrejas de Requião e Santiago das Antas, admirando o famoso panorama deste lugar sobre a vila, a ponte de Lagoucinha e extasiar-se com o belo que se desfruta das altitudes do Monte de Santa Catarina e do Facho.

Dentre as figuras egregias do concelho de Famalicão, como D. Balbina do Patrocinio Costa Correia, fundadora do Hospital de S. João de Deus; Francisco do Couto e Azevedo, cavaleiro professo da Ordem de Santiago, com feitos de valor na India; Francisco de Barros e Azevedo, que tomou parte activa na guerra da Restauração; dr. Joaquim Gualberto de Sá Carneiro, advogado distinto e um dos mais altos ornamentos do fôro português; Julio Brandão, poeta, romancista, critico e polemista consagrado; dr. Nuno Simões, jornalista, economista e colonialista de alto valor, seja-nos justo destacar a figura eminente de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, nascido na freguesia de Lousado e que tendo-se formado em Teologia e Letras, frequentou Direito, não se chegando a formar e tendo-se ordenado como presbitero em 1911.

Doutorou-se em Letras em Coimbra em 1918, sendo nomeado professor ordinário daquela Faculdade no ano seguinte. Foi sagrado Arcebispo de Mitilene em 1928 e elevado á categoria de Cardial Patriarca de Lisboa em 19 de Novembro de 1929. E' autor de várias obras e socio da Academia Real de História de Madrid.

Sobre o aspecto económico do concelho, descreve-o José Casimiro da Silva desta maneira: «Relativamente nova, Famalicão, deve o seu progresso ao labor incessante da sua gente; á vastidão e importancia da sua rede de comunicações; ás albufeiras e á «graça» do seu Ave incansavel e pitoresco; ao privilégio da sua excelente posição topográfica».

Foi terra essencialmente agricola e foi também centro comercial de primeira ordem. Hoje é um vasto emporio industrial, cujo valor, na economia da Nação, se cifra em largas dezenas de milhar de contos.

A's suas 45.000 almas, excluida a percentagem de 13 por cento, devido ás crianças podemos dar-lhe a seguinte arrumação: ocupados na industria, 20 por cento; na lavoura, 20 por cento; no comércio, 3 por cento; em artes diversas, 4 por cento.

Faltam 50 por cento. Essa percentagem é absorvida em partes sensivelmente iguais, pela pequena propriedade, pelo pequeno capital (os chamados remediados de ontem); pelo govêrno doméstico e pelos beneficiados com os rendimentos das correntes emigatórias e de um modo especial das do Brasil.

Na vanguarda da sua industria encontra-se o ramo da fiação e tecidos, que predomina a nascente, a leste e na própria sede do concelho. Seguem-se as industrias da electricidade; materiais de construção, sedas e lanificios; relogios; máquinas agricolas; resinosos; trabalhos gráficos e fundição.

Póvoa de Lanhoso

POVOA DE LANHOSO é povoação muito antiga, sendo, porém, a freguesia de Lanhoso muito mais antiga, pois existia já no tempo dos romanos, que ali edificaram um fortíssimo castelo, sôbre penedias quási inexpugnaveis. Desconhece-se a epoca certa da fundação desse castelo, de que hoje existem apenas alguns raros vestigios mas há noticia de que é coeva da fundação da magnifica ponte de Perezelo e da ponte do Pôrto, proximo de Braga ,as quais ficaram colocadas na famosa via militar da Geira.

Nele habitou D. Tareja, já, então viuva do Conde D. Henrique, durante o periodo do seu govêrno Dele foram dotados muitos forais por ela concedidos, bem como vários titulos de doação a favor dos conventos e altas figuras do clero.

Em 1125 estando ela ali, veio pôr-lhe cêrco o exército da sua irmã D. Urraca, senhora do reino da Galiza; mas, após alguns dias, estabeleceram-se negociações, logo se fazendo as pazes entre as duas irmãs. Desta reconciliação se lavrou uma escritura autenticada

POVOA DE LANHOSO — A Tôrre de menagem — o que resta do antigo Castelo

que se chamou «Tratado de Lauboro». Serviu também o castelo de lugar de reclusão á mesma D. Tareja, depois da vitória de D. Afonso Henriques.

A-pesar-de ser côrte muitos anos, Lanhoso só teve as honras de vila no reinado de D. Deniz, que lhas concedeu a 25 de Setembro de 1292: depois teve ainda outro foral, dado por D. Manuel em Lisboa, a 4 de Janeiro de 1514.

D. Maria nomeou comendador de Santiago de Lanhoso o Marquês de Pombal, em 4 de Março de 1778.

Perto de Lanhoso, fica a actual sede do concelho, a Povoa de Lanhoso, que parece ter sido senhorio dos Fafes e dos Osorios.

Destes passou á familia dos Cunhas e por ultimo á dos Condes de Sabugal. Tem esta formosa vila tomado grande desenvolvimento, estando dotada hoje com bons e elegantes edificios, entre os quais destacaremos os Paços do Concelho e o do magnifico hospital, que chegou a ser considerado o primeiro da provincia.

O Castelo da Povoa de Lanhoso, histórico monumento, que tem sobre si o peso de seculos, pois foi edificado por Vespasiano no ano 75 da nossa era, serviu, segundo a lenda, de prisão a D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, quando o fundador da nossa nacionalidade, obteve a vitória de S. Mamede em 1128, tendo, antes, resistido ao cerco das tropas de D. Urraca, irmã de D. Tareja, quando da sua tentativa para lhe usurpar os seus dominios e direitos.

Foi alcaide do Castelo de Lanhoso D. Rodrigo Gonçalves Pereira de Berredo, casado com D. Inez Sanches, que aliava á sua excelsa formosura a mais condenavel leviandade, pois que enquanto seu marido se esforçava em pugnas e pelejas de vulto, ou em montarias que muito o distraiam, ela abandonava-se nos braços dum amante.

Sabedor da traição da espôsa, D. Rodriguo mandou lançar fogo ao castelo, na ocasião em que D. Inez ali se encontrava, tendo morrido todas as pessoas no incendio.

André da Silva Machado, em 1680, desmantelou alguns redutos, bastiões, avarões e outras obras de defesa do castelo e construiu no local arrasado, um templo de granito abobadado, dedicado a Nossa Senhora do Pilar.

Nas várias capelas deste templo estão representados, com as figuras do tamanho natural, os «Passos da Paixão de Cristo».

Ainda se conservam de pé as cortinas ameadas do Castelo e alguns dos seus cubelos e bastiões, os quais se descortinam a grande distancia.

E' natural o enorme rochedo, onde assenta o castelo, tendo sido — em epocas recuadas — uma inexpugnavel fortaleza com os seus 250 metros de comprido por 100 de largo. Era circundado por um muro de que ainda se vêem os vestigios, e na parte mais alta desta invencivel praça levantava-se o majestoso castelo, cujas ponteagudas ameias e as seteiras foram reconstruidas no fim do século passado, pois a ruina em que se encontravam era completa.

GEREZ — Vista parcial

Terras do Bouro

TERRAS do Bouro, região minhota das de maior nomeada, quer pelos seus encantos naturais, que os tem como as melhores regiões do Mundo, quer pela excelsa qualidade das suas águas, traduzida na reputada estancia termal do Gerez, cuja serra do mesmo nome é, talvez, a mais famosa do País e que vimos definida algures como «um trecho dos Alpes entalhado no jardim do Reino».

Pode, pois, dizer-se, sem receio de desmentido, que o Gerez, ponto sobejamente conhecido em Portugal, o não é menos para além fronteiras, não só pelos milagres das suas nascentes, que brotam espontaneas da encosta granitica, em pontos bastante aproximados, pertencendo ao mesmo tipo hidro-mineral; como também por ser um ponto recomendável de turismo e uma das mais reconfortantes estancias de repouso.

E, já que falámos nos homens que ao Gerez têm dedicado palavras de louvor e de carinho, seja-nos licito transcrever êste bocado de prosa devido á pena de Augusto Maia, que bem significa o que é êste centro de maravilha, que a natureza fadou com todos os seus encantos: «Leitor, se nunca sentiste o pêso da obesidade enfadonha, ou se a litiase biliar nunca te submeteu ao tormento de um mal-estar, que se sente e não define; se nunca experimentaste a urgente necessidade de apagar o fogo consumidor da febre palustre, e se aos teus ouvidos cansados de escutar os teus gemidos de dor e os teus resmungos de hipo-cardíaco, nunca soaram estas palavras mágicas cheias de certeza, que se lêem por cima das nascentes miraculosas do Gerez: «Aegri Surgunt Sani» (os doentes daqui saem curados) — então imagina-te ao menos portador de qualquer dêstes males e vem a esta região encantadora submeter-te á barrela maravilhosa das águas do Gerez.

De Braga ponto forçado de passagem para quem procura a estancia termal gerezíana, são 45 quilómetros de estrada lisa e plana, que o automóvel veloz ou a cómoda camioneta percorrem em menos de duas horas.

Quási ao chegar á margem da estrada depara-se com os Bancos do Ramalho, solidão sonhadora, sagrada pela presença do vernáculo escritor romantico, que tanto quis a esta região; e, após uma curva de estrada em ladeira, surge a povoação do Gerez, alegre e «mignone», num estreito e profundo vale da majestosa serra do mesmo nome.

... ...

O estabelecimento balnear garante toda a eficácia na execução dos tratamentos. Salienta-se um melhoramento inaugurado na época precedente: a diatermia e outras aplicações terapêuticas que a electricidade nos concede.

... ...

Aprazível também o Parque Tude de Sousa, abrigando entre serras, com um lindo lago ao centro a reflectir, como num cristal, a pequena floresta de cedros circundantes, a gruta, a ponte e o sobranceiro panorama alpestre que lhe fica ao norte.

... ...

Aqui chegados sente-se pena de não poder prosseguir devido á interrupção da estrada e fica-se a admirar no azul da bruma, terras longinquas, que já não são de Portugal. Remansosa e bela estancia a do Gerez! O tempo aqui fugirá sempre, passará sempre rápido como um prazer que embriaga os sentidos e, ao deixar-nos, parece ter tido a efémera duração de um momento...»

Vila Verde

VILA VERDE, de cuja fundação e origem nada se sabe era pertença, no ano de 1260, dos cavaleiros de Malta, tendo sido doada a D. João de Aboim, rico homem no reinado de D. Afonso III, por D. Afonso Pires Farinha, prior do Crato.

Por fazer parte do famoso couto das Terras de Nobreza, gozava de muitos privilégios e regalias, não tendo obtido porém qualquer foral.

Conquanto pouco exista do passado sob o ponto de vista arqueológico e artistico, ainda se encontram alguns monumentos, não dos mais antigos, que o tempo fez desaparecer da há muito ,mas que têm contudo, certo valor histórico.

Dentre eles destacaremos os seguintes:

Igreja romanica de Concieiro: Forma-a uma nave rectangular, com abside também rectangular, desenvolvendo-se o portico em três arquivoltas sucessivas e decrescentes, tendo vasada no timpano a Cruz de Malta.

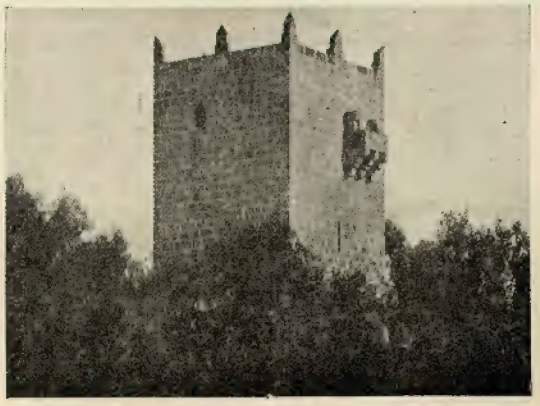
A portada com alguns capiteis historiados tem medalhões de curiosa decoração, que lhe sustentam a cornija, abrindo-se no alto um janelão sobrepujado por um frontão setecentista.

Tôrre de Penagate: Em muito bom estado de conservação, ergue-se na freguesia de S. Miguel de Carreiras.

Mandada levantar por Mem Rodrigues de Vasconcelos, que foi alcaide-mor de Guimarães no reinado de D. Deniz, tem nas ameias, a forma rectangular e a sua porta e ogival. E' um belo exemplar medieval, dos poucos que existem pelo País , e que dá bem a nota da segurança que a nobreza imprimia á construção das suas fortalezas.

No concelho de Vila Verde predominam como cultura, o milho e a vinha, produzindo, também com fartura cereais e gados, sobressaindo nestes o cavalar, bovino, ovino, caprino e suino, sem contar com os galinaceos que são de grande riqueza para a região.

O efectivo pecuário, principalmente o dos bovinos é de grande valia, pois na sua grande parte é representado por raça barrosã, muito apreciada pela sua excelente carne, que teve larga exportação, sobretudo para Inglaterra. Encontra-se também a sub-raça minhota, de pequena corpolência, armação bem proporcionada



VILA VERDE — A Tôrre de Penagate, em Carreiras

Distrito de Bragança

NÃO são bem conhecidas as origens de Bragança, sabendo-se apenas que ela já existia como centro populativo de certa importancia nos tempos dos Suevos, meados do seculo VI.

Em «Portugal Económico Monumental e Artistico», pag. 337, a respeito das origens desta cidade encontra-se a seguinte transcrição de «O Dominio Ilustrado», de 1897:

«A tradição diz ter sido fundada a antiga «Brigantio», cujas ruinas, perto da actual cidade, já não existem, como erradamente se ço, que não saíu dos seus muros, Espanha, cêrca de 1906 anos antes da era cristã. E' essa a origem do nome «Brigantia». No tempo dos romanos foi povoação considerável; Julio Cesar a havia reedificado e a fez municipio do antigo direito latino. Augusto Cesar, seu sobrinho, deu-lhe um nome de «Juliobriga» em homenagem ao notavel conquistador .

Depois, quando aquele território pertenceu aos reis godos de Leão, estes restituiram á cidade o seu antigo nome, e teve ela os seus condes e feudatarios, pessoas das principais familias das Espanhas, que só aceitavam os Governos de cidades grandes e de consideração.

Pelos anos de 825, D. Afonso III, de Leão, fez conde de Bragança o famosissimo e esforçado guerreiro P. Playo, apaixonado amante de Florinda, filha do conde D. Julião.

Com as continuas guerras dos cristãos contra os arabes, estes tomaram a cidade e saquearam-na muitas vezes, até que, no ano de 1030, D. Fernão Mendes, cunhado de D. Afonso Henriques e grande senhor de Trás-os-Montes, achando-a destruida e despovoada, e não gostando do sitio em que estava edificada, principiou a fundação no seu actual lugar.

Chama-se «Bemquerença» a aldeia que existia no local da moderna cidade de Bragança, e foi aquele tambem o primeiro nome da nova vila, á qual, depois, se deu a denominação da destruida cidade de Bragança.

Ainda os mouros destruiram novamente a cidade, pelo que D. Sancho I a reedificou e mandou povoar outra vez em 1185 ou 87, dando-lhe grandes foros e privilégios, no intuito de atrair para ali habitantes. E ficou então sendo pertença da coroa.

Os forais que a historica cidade houve de diferentes monarcas, foram: em 1187, de D. Sancho I; em 1219, de Afonso II; em 1523, de D. Afonso III; e em 1514, de D. Manuel I».

Deste pensamento discorda, porém, o ilustre arqueologo Abade de Baçal nas suas «Memórias Arqueológico-Historicas do Distrito de Bragança» — Tomo I, pag. 1 e seguintes.

... ...

Não há acontecimento da historia pátria que se não assinale nos fastos da vida de Bragança, mas o que lhe empresta um forte cunho de amor da Pátria e uma evidente ansia de libertação é, sem duvida, o grito de expulsão dos franceses no dia 11 de Junho de 1808, episódio que aqui quereriamos descrever, se não alongássemos demasiadamente esta exposição, grito que apressadamente e com um cunho de organização muito caracteristica daqui partiu, não tendo iguais predicados a revolução do Pôrto, como diz o Abade de Baçal, que retrogradou, a de Chaves, que ficou inutil, a de Melgaafirma, por Brigo, quarto rei de e a de Olhão, que só principia em 16 de Junho!

Ao general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda deve Bragança tão grande glória!

Não obstante a sua já avançada idade (pois bem compreendemos que não haverá coragem quando falta a esperança, mas que o triunfo das virtudes pertence ás almas fortes dos herois) do seu peito sai o grito de expulsão contra os franceses, mostrando bem ser um legitimo detentor das qualidades da vigorosa raça transmontana, possuindo um espirito forte como o granito das rochas das suas serranias e uma alma limpida como as águas dos riachos que refrescam as nossas bucólicas e poéticas veigas.

Neste gesto glorioso não pode ficar no olvido o nome do primeiro conspirador, o Abade Madureira Cirne, e, ao lado dele, o do franciscano Manuel de Bragança, que, de crucifixo bem ao alto, no dia memorável da revolta, na Praca de S. Vicente, encandeia o espirito do povo com o seu inflamado patriotismo, trovejando de cólera contra o francês que profanava as igrejas, talava os campos e saqueava os nossos povoados!...

O brado destes e doutros sacerdotes, que se juntava ao repicar dos sinos por terras de Trás-os-Montes, foi um clamor de guerra acompanhado do rufar de tambores e do soar dos clarins, chamando á revolta o povo das terras braganças.

Só em 18 é que se sublevou o Pôrto, mas em 13 já Miranda do Douro imitava Bragança, iluminava as suas fachadas e aclamava o Principe D. João.

Mas, se não fôra o gesto de Sepulveda, que retumbou de vale em vale e de cêrro em cêrro acordando o transmontano e convidando-o a fazer registar com letras de oiro mais um capitulo da nossa epopeia guerreira e patriótica talvez se não tivesse ido tão longe!...

Sepulveda restabelece o Regimento de Infantaria 12 e reorganiza Cavalaria 12 e Infantaria 24, tropas de Bragança, sendo até de Cavalaria 12 o 1.º esquadrão que se apresentou na Beira ao general Manuel Pinto Bacelar — braganças dos mais ilustres, que nesta guerra se houve com denodo e extraordinaria valentia.

O território braganças não sofreu directamente as incursões dos franceses, mas nem por isso deixaram aqui de se sentir os reflexos das extorsões, prepotencias e brutalidades que franceses e allados nossos praticaram por toda a parte e que fizeram com que a miséria e a desorganização campeassem por todo o país.

Mais haveria que dizer dos fastos gloriosos da cidade de Bragança, mas escasseia-nos o tempo e não sobejará o espaço reservado a assuntos que mais direito têm á publicidade, não podendo nós, por isso, alargar mais estas nossas cogitações...

Não focámos os factos ocorridos nas nossas lutas intestinas, páginas bem tristes da terra portuguesa, nem aludimos á acção heroica das gentes desta terra nas lutas ardentes a favor da nossa expansão colonial... Colela e Manjacaze são potentes faróis a dizerem ao País o que vale a vontade inquebrantavel e firme, o prestigio e o valor do transmontano, o permanente ritmo da sua energia e o esfôrço admiravel, paciente e persistente dêste povo de herois, de estrenuos defensores da Independencia, de batalhadores da Restauração, de conquistadores e dominadores do nosso Grande Império, revelados logo no dia em que, ao som dos clarins e trombetas, se brandiram as espadas numa explosão de alegria para se aclamar o 1.º Rei de Portugal, nas plainas onduladas dos Campos de Ourique!».

Eis, pois, uma breve narração, muito resumida dos principais factos da historia de Bragança, que nos evoca um passado de gloria atestado pelos seus belos monumentos que classificam Bragança como um dos braços fortes deste gigante que é PORTUGAL.

BRAGANÇA — Pelourinho e parte das muralhas — Jardim dos sargentos do B. C. n.º 10

BRAGANÇA — Jardim Dr. António José de Almeida

Um Pelourinho bragantino

Freixo de Espada-à-Cinta

FREIXO DE ESPADA-A-CINTA é povoação muito antiga e foi couto do reino ou de homiriados.

Nem a data da sua fundação, nem a etimologia do seu nome, nem a origem do seu brazão de armas se podem definir, mas a tradição conta que, chegando ao sitio onde se encontra a vila, um capitão godo de apelido Espadacinta, cansado de uma batalha, se deitou á sombra dum grande freixo, dando-lhe o nome de Freixo de Espada-á-Cinta, que passou á povoação.

Noutra versão sobre o seu nome diz João de Barros nas suas «Antiguidades de Entre Douro-e-Minho» que Freixo de Espada-á-Cinta foi fundada por um fidalgo de apelido Feijão, primo de D. Rozendo, que morreu em 977 e que na ocasião em que por ali passou levava como armas um freixo e uma espada.

Tem um castelo, que, no seu tempo, foi um dos mais fortes castelos do reino, mandado edificar por D. Deniz no ano de 1310, sobre um outeiro contiguo á vila.

Foi D. Sancho II, como atrás dizemos, que lhe deu o título de vila, mas não consta que lhe desse foral.

O primeiro que teve foi-lhe conferido por D. Afonso III sem data e o segundo, tambem sem data, mas supõe-se posterior a 1510, foi-lhe dado por D. Manuel I.

Há quem defenda tambem a opinião de que o primeiro foral deve-o ao Conde D. Henrique e a sua mulher D. Teresa, em 1098.

Seja, porém, como fôr, o certo é que Freixo de Espada-á-Cinta leva foros de vila antiquíssima e de tal valor guerreiro através da Historia de Portugal que já D. Afonso Henriques deu mercês do maior apreço aos seus moradores, como foi a isenção em toda a parte dos impostos de pastagem, usagem e costumagem, mercê concedida pelo primeiro rei de Portugal e pelos seus sucessores, conforme se verifica na confirmação de D. João II e até na confirmação de Felipe III, em 1633, conforme escreve no «Portugal Economico e Monumental e Artistico» o sr. Antonio Augusto Rodrigues.

O concelho, fértil no ramo agrícola, produz vinho do Pôrto e de pasto, azeitona para conserva e azeite, cereais, castanha, batatas, hortaliças, laranjas, e outros frutos.

Macedo de Cavaleiros

MACEDO DE CAVALEIROS, cujo nome, segundo consta, provém de um fidalgo espanhol D. Alvaro Gil Macedo que foi seu senhor donatario e ali teve solar, não tem heraldicos brazões de gloria.

De pouca ou nenhuma importancia nos primeiros alvores da monarquia portuguesa, não chegou, talvez por isso, a ter foral senão na segunda dinastia e esse mesmo concedido a Chacim ,que passou para Macedo de Cavaleiros a sua comarca e concelho e com esta transferencia se foi o foral, que lhe ficou a pertencer, embora se ignore a data do mesmo por esquecimento do escrivão.

Seja como fôr, Macedo de Cavaleiros nunca encontrou eco na consciencia dos governantes até 15 de Janeiro de 1863, dia em que viu elevada a sua categoria para vila, não sem que antes, em Dezembro de 1853, tivesse sido elevada, por decreto, a sede do concelho.

A vila de Macedo de Cavaleiros é uma povoação nova no que respeita a predios e civilização, achando-se dotada dum admiravel campo de aviação, que é motivo de orgulho para os seus habitantes.

O concelho de Macedo de Cavaleiros tem sido berço de figuras em destaque nas letras, nas ciencias e nas armas, tais como: dr. Antonio Maria Pereira de Almeida, dr. José Marcelino da Rocha Cabral, padre Miguel de Araujo, dr. Antonio Olimpio Casival, J. Bento de Castro, João José Pereira Charula, Manuel de Almeida Pessanha, dr. Antonio Mauricio Sarmento de Macedo, padre João Manuel de Almeida Morais Pessanha, dr. Antonio José de Miranda, dr. Albino Valente, Manuel de Sá, João José Vaz de Morais de Abreu e Sarmento e outros.

MACEDO DE CAVALEIROS — Pelourinho de Chacim

Dentre os muitos monumentos e obras de arte, que povoam o concelho de Macedo de Cavaleiros, especificaremos os seguintes: Pelourinho de Chacim, Pelourinho de Perinovelo, Pelourinho de Nazelos, Pelourinho de Vale de Prados, igreja Matriz de Vale Benfeito, capela de Santo Cristo da Malta, igreja Matriz de Vinhas, Atalaias.

Vêem-se alem disso por toda a região vestigios de castelos, torres, ciradelhas, terronhas, gigadonhas, casarelhos, castros, antas, arcas, arcãs, modorras e lagares, bem como inscrições rupestres e outras e algumas cavernas, a meio do fraguedo de Castrilhão em Arcas e em Marços.

Economicamente a situação de todo o concelho de Macedo de Cavaleiros pode considerar-se prospera, graças á natureza do seu solo, onde abundam vales fertilissimos e ao desenvolvimento que o comércio tem tido nos ultimos anos.

MIRANDELA — Vista parcial

Mirandela

MIRANDELA, povoação antiquissima, não se sabendo por quem nem quando foi fundada, encontra-se situada na margem esquerda do rio Tua, sôbre uma pequena elevação e no seu declive meridional, tendo na sua frente a famosa e extensa ponte de cantaria, assente sôbre vinte e dois arcos e cuja primitiva fundação é atribuida aos romanos.

Há quem, para justificar a sua fundação, diga que Mirandela foi fundada por um emir árabe que habitava na serra de Santa Dão e era o feroz governador de toda aquela região.

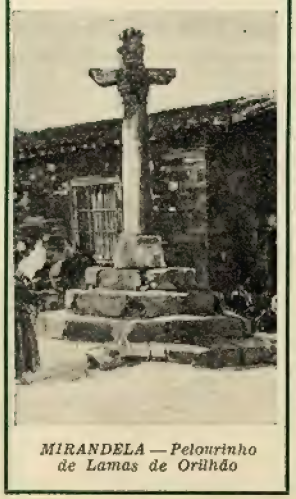
O que é positivo é ter recebido foral de D. Afonso III, que lhe é ampliado em 1291 por D. Deniz e confirmado por D. Manuel em 1512.

A fortaleza de Mirandela foi uma das primeiras a pôr-se ao lado de D. João I, motivo por que este rei a honrou com a sua visita, como já a haviam honrado D. Sancho I e D. Deniz.

Considerada Mirandela nos belos periodos históricos mais próximos, e, portanto, aqueles que mais próximos nos estão, — o absolutista, o liberal e o corporativista — verificamos que no primeiro periodo é organizada a praça de armas de Mirandela, bem como a sua vida civil.

No segundo periodo e pela organização social de 1835, o julgado e mais tarde comarca de Mirandela foi constituido pelos antigos concelhos de Abreiro, Lamas de Orelhão, Frechas, uma parte de Norelos e de Vale de Arnes, Tôrre de D. Chama e Vila Flor, e assim se manteve até 1890 em que foi criada a comarca de Vila Flor.

No terceiro periodo, Mirandela destaca-se de novo com a dotação da luz eléctrica, o fornecimento de águas á vila, o estabelecimento da sua rede de esgotos e bastantes melhoramentos rurais.



MIRANDELA — Pelourinho de Lamas de Orilhão

Mirandela foi senhorio dos marqueses de Tavora até 1759, data em que foi extinto o titulo pela condenação dos seus possuidores, acusados de tomar parte no atentado contra D. José I.

Há poucos anos foi a vila agraciada com o Grau de Cavaleiro da Ordem da Tôrre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, sendo-lhe as respectivas insignias entregues em 1 de Agosto de 1920.

MONCORVO

SÃO muitas e variadas as versões que correm acêrca da fundação da vila de Moncorvo, e, assim, uns dizem ela ter tido início num castelo mandado edificar no meado do século XI por um capitão de nome Mem Corvo; outros afirmam que por terem os habitantes de Santa Cruz, vila antiga, mandado construir uma tôrre para sua defesa no cume do monte Mons Curvus, deste herdou a sua denominação; outros defendem ter ela sido fundada por D. Fernando III de Castela em 1040; enquanto que outros, ainda, dão D. Afonso II, como sendo o seu fundador em 1216.

Mas não ficam por aqui as opiniões, e como se torna dificil, no meio de um tão grande desencontro de critérios, contentemo-nos em dar a Moncorvo—Tôrre de Moncorvo, como seu verdadeiro nome, foros de vila antiga, possivelmente tendo recebido o seu primeiro foral, depois de firmado o reino de D. Afonso Henriques, que lhe foi confirmado por D. Afonso II, que lhe ampliou todas as justiças, forais e privilégios; possivelmente, ainda — porque até neste particular há fundas dissidencias, tendo sido D. Deniz quem lhe dera o seu foral em 1288 e D. João I, quem lho ampliara em 1423.

Seja como fôr o certo é ter sido a histórica e heroica vila de Moncorvo defendida por um forte e antigo castelo e por algumas fortificações, que a dominavam toda.

Era, o primeiro, quadrado, de cantaria e cercado por quatro cortinas com suas altas tôrres e barbacans; as segundas, tinham três portas com seus cubelos e baluartes.

Gozou Moncorvo de grandes privilégios, que lhe passaram da vila de Santa Cruz de Vilariça, povoação antiquissima que existia a cêrca de seis quilómetros.

Foi berço de figuras ilustres como Constantino, rei dos floristas, visconde de Vila Maior, Francisco Botelho Morais e Vasconcelos, frei Miguel Madre Deus, Violante Gomes, mãe do Prior do Crato, Tomaz Maria de Morais Sarmento, general Claudino e do insigne escritor Campos Monteiro, que tão alto cantou a sua terra.

MOGADOURO

MOGADOURO, segundo Pinho Leal, é povoação muito antiga, provavelmente do tempo dos romanos e com certeza do tempo dos árabes, que lhe deram o nome, que, com pouca corrupção, ainda conserva ,pois se chamava Macadurou, que significa fatal, inevitavel, que tinha que ser.

Macadurou é, tambem, nome proprio de homem árabe, com a mesma significação, sendo, pois, de supor que algum mouro, que a fundou, reedificou ou povoou, lhe tivesse dado o seu nome.

Foi forte praça de guerra, cercada de muralhas com seu castelo e eram seus alcaides os marqueses de Távora, que na vila tinham um riquissimo palacio.

MOGADOURO — Azinhoso Igreja do século XII

Teve um convento de frades menores ou capuchos da provincia, dos frades terceiros de S. Francisco, o maior mosteiro depois do de Lisboa.

Mogadouro foi dado aos templarios em 1297 por D. Deniz, ficando como comenda da Ordem do Templo até 1311, ano em que foi extinta, tendo pertencido, depois, de 1319 a 1834 á comenda da Ordem de Cristo.

MOGADOURO — Castelo medieval (em ruinas)

Foram dados dois forais a Mogadouro por D. Afonso III, o primeiro com data de 18 de Novembro de 1273, e o segundo com data de 27 de Dezembro de 1273, ambos de Santarem; tendo-lhe mais tarde, em 1512, dado em Lisboa novo foral em 4 de Maio o rei D. Manuel I.

VILA FLOR

VILA FLOR, a linda vila trasmontana no distrito de Bragança, que tem paisagens admiraveis, justifica o seu nome nas suas tradições e historia.

O primeiro foral foi-lhe dado por D. Deniz e o segundo por D. Manuel I, em 4 de Maio de 1512, o qual se encontra cuidadosamente guardado no arquivo da Camara.

Tal documento escrito em 14 folhas de pergaminho, em caracteres góticos e em lingua portuguesa, está ricamente encadernado e resguardado em uma caixa de pau santo com ferragens antigas, ofertas do ilustre filho de Vila Flor e lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, seu actual vice-reitor, professor doutor Maximino Correia, em 1935.

Vila Flor possue alguns monumentos dignos de serem visitados, nos quais todos os seus filhos se orgulham pelo que de grande representam no passado:

Igreja matriz: E' considerada uma das melhores construções do seu género.

Porta da antiga muralha de Vila Flor: Das 4 portas da vila, uma só existe, em esplendido estado de conservação.

Pelourinho: Foi demolido há bastantes anos mas o seu lindo capitel, no qual tem esculpida a flor de liz, foi guardado de forma a que aquele simbolo de autonomia municipal pudesse ser restaurado em 1937.

Solar do visconde de Lemos: E' uma das mais belas construções particulares do distrito, como atesta a sua sumptuosa frontaria.

VILA FLOR — Igreja Matriz

VILA FLOR — Porta da antiga muralha

Fonte romana: Considerada imovel de interesse publico.

Paços do Concelho: E' um grandioso edificio, que alberga todas as Repartições publicas da comarca e concelho.

Paisagens: Quem visitar Vila Flor não deve perder a ocasião de admirar duas lindas paisagens; queremos referir-nos ao alto de Santa Marinha, onde se encontram as capelas de Nossa Senhora dos Remedios, Santa Marinha, Santa Eufemia, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora da Lapa, Santo Antão e S. Bernardino; e o Cabeço de Nossa Senhora de Assunção.

Homens de destaque no passado: Visconde de Lemos (Antonio Pinto de Seixas Pereira de Lemos), conselheiro da Corôa, comendador da Ordem de Aviz, da Tôrre e Espada e da Ordem de Vila Vicosa.

Tomaz Inacio da Piedade Pinto de Figueiredo: Formado em Medicina e bacharel em Matematicas e Filosofia pela Universidade de Coimbra, onde se cursou com distinção.

Anibal de Morais: Um dos fundadores, do importante órgão da Imprensa portuguesa «Jornal de Noticias».

Francisco da Conceição Pereira Cabral: Foi professor do colégio de Lamego e no Seminario dos Carvalhos, director espiritual do Seminario do Pôrto.

Paulo Montes de Madureira Roubão: Poeta de grande valia, autor do poema heroico, «Progressos lusitanos».

Manuel António de Moura: Era pintor de grande nome nas artes. Restaurou o celebre quadro da Misericordia do Pôrto conhecido pelo nome de «Fons Vitæ».

VIMIOSO

A historia de Vimioso é tão remota como a mais remota das terras de Portugal e nela se enquadram lances de heroismo e amor patrio de seus filhos.

Sem se poder, ao certo, dizer quando se fundou Vimioso, pois que dados primitivos não há que determinem a época, sabe-se que já existia no tempo da ocupação árabe.

Teve Vimioso um castelo, que desapareceu completamente, mas ainda existe, muito vistoso, o velhissimo Castelo de Algaso.

Vimioso é velho repositorio de coisas do passado, havendo por toda a parte vestigios de eras distantes. Assim teve a vila uma Atalaia, da qual ainda resta uma torre com alguns metros de altura.

Como velharia historica mencionaremos o Prado das Cabanas, a cêrca de quatro quilómetros a leste de Vimioso, onde, no reinado de D. Manuel, estacionaram os judeus, que foram expulsos de Castela Velha pelos reis catolicos.

VIMIOSO — Castelo de Algaso

Dentre os templos, que são muitos e alguns de grande valor, existentes em Vimioso, destacaremos: a igreja matriz, uma das melhores do distrito depois da Sé de Miranda e matriz de Moncorvo; igreja da Misericordia, fundada por D. Catarina Quilhonas, aia de D. Catarina, mulher de D. João III; capela de S. Sebastião; capela de Santo Cristo; capela de Nossa Senhora dos Remédios; capela de Nossa Senhora dos Anjos e S. Jeronimo; capela de S. Miguel; capela de Nossa Senhora da Conceição; capela de S. João Baptista; capela de Nossa Senhora do Bom Despacho; capela de Santo Amaro e outras, encontrando-se presentemente algumas delas em ruinas.

Até á extinção dos vinculos foi a vila de Vimioso um viveiro de nobreza, tendo tido doze casas nobres.

Vimioso, precisamente, sob o impulso que a governação do Estado Novo deu a todo o Imperio português, tem acompanhado o País na sua ansia de desenvolvimento e progresso, quer na sede do concelho, quer nas suas freguesias.

No presente ano, em que todos os portugueses vibram de patriotismo pelas festas que se comemoram, Vimioso inaugurará um dos melhoramentos que mais ambicionava — o seu Hospital — já a funcionar e com a vida de bem fazer completamente assegurada pelo generoso donativo dum filho ilustre do concelho, pelos subsidios, que espera, tanto do Estado como da Camara Municipal e Junta da Provincia e ainda pelo contributo cristão de todos os irmãos da Santa Casa da Misericordia de Vimioso.

VIMIOSO — Igreja Matriz

VINHAIS

VINHAIS — Igreja de S. Francisco

VINHAIS, que em eras remotas se chamou Povoa Rica, está situada numa planicie, rodeada de outeiros e foi região habitada desde eras remotissimas.

Ao norte da vila levanta-se o monte Curadela, ao qual está certamente ligado um passado de grandeza, se atendermos aos vestigios duma grande povoação ali existente.

Foi grande a importancia militar da vila de Vinhais, que era defendida por fortes muralhas, hoje derruidas, e por um forte castelo de duas torres, que já existia ao tempo do primeiro foral, que lhe foi dado por D. Afonso III.

Vinhais tem suas tradições históricas principalmente assinaladas quando das porfiadas lutas entre Portugal e Espanha

Além de dois conventos que teve Vinhais, o convento de Santa Clara, de freiras, fundado em 1580 pelo dr. Antonio Alvares Ferreira e sua mulher D. Elena de Novoa, e o convento de S. Francisco, de frades franciscanos, fundado por José de Morais Sarmento em 1751, contém os seguintes templos: igreja de S. Facundo, a que atrás aludimos, primeira matriz da paroquia e das paroquias circunvizinhas e a mais antiga do bispado; igreja da Boa Morte, que pertenceu ao extinto Seminario varatojano; igreja de Nossa Senhora da Assunção; igreja da Misericordia; igreja de Nossa Senhora da Espectação do Rio de Fornos; igreja da Ordem Terceira da Penitencia; capela do Senhor dos Passos Perdidos; capea de S. Caetano; capela de S. Martinho; capela de Santo Antonio; capela de Santo Agostinho; capela de S. Jorge e outras.

A região de Vinhais é rica sob o ponto de vista agricola em batata, milho, feijão e hortaliças, castanheiros, nogueiras e outros produtos. Na pecuaria marca lugar de destaque em gados bovino, ovino, caprino, cavalar, asinino e suino.

O seu comercio, em ocasiões proprias, é animado.

VINHAIS — Pelourinho

Distrito de Castelo Branco

SE bem que, em principio, seja aceite a versão de que Castelo Branco deve a sua fundação aos romanos, parece, porem, que no ponto onde hoje se encontra esta linda cidade, antes que aqueles povos tomassem conta da Peninsula, outra povoação se levantava de não pequena importancia.

Nem pelos monumentos, nem pela documentação antiga se pode fazer uma ideia segura da época e por quem Castelo Branco foi fundada, pois nem os primeiros, nem a segunda são de molde a fixar verdadeiramente uma e outra; contudo é ponto assente que esta cidade leva mais de oito seculos de existencia.

Uns defendem a versão de Castelo Branco ser a antiga Castra Lema; outros que no seu inicio se chamou Cardosa, fundada por um fidalgo aventureiro e de poucos haveres, de nome Fernando Sanches, que, farto de correr aventuras, se fixou nas ruinas do Castro abandonado, dando origem ao seu nome a grande abundancia de cardos que pejava a colina.

Diz mais uma tradição que vem na «Bibliografia de Castelo Branco» que, segundo Porfirio da Silva, a primitiva população de Castelo Branco provem de habitantes de Belcagia ou Belgaria.

Outrora, conta, em tempos remotissimos, existira a cidade dos Belgeiros ou Belgaria, ou ainda Belcagia, situada na base do triangulo formado pelas capelas actuais de S. Martinho, que é o vertice, S.ª de Mercoles e Santana, á distancia de 2500 metros de Castelo Branco.

Efectivamente, proximo á capela de Santana, têm-se por vezes encontrado vestigios de fundamentos de habitações. Isto indica ter ali existido uma povoação de que se ignora por completo o nome, a importancia que teve e a epoca em que existiu.

Das ruinas não consta que em tempo algum fossem extraidos monumentos ou coisa que tenha servido para levar a crer que ali foi uma importante povoação.

Em época muito afastada, continua a tradição, os habitantes desta povoação foram cruelmente dizimados por uma epidemia, que vitimava tanto a gente como os animais. Nesta conjuntura aflitiva observaram que alguns bois de lavoura, apenas soltos dos labores agricolas, abandonavam as pastagens do termo da povoação e se dirigiam para as veigas das faldas da Cardosa. Notaram mais que estes animais engordavam e não eram atacados de peste, entretanto que os outros, que continuavam a apascentar-se nos campos belgarios definhavam e morriam.

A' vista disto deliberaram os belgarios abandonar por completo a povoação e campos e fundar uma nova povoação no sitio da Cardosa, onde hoje existe a cidade de Castelo Branco.

Tambem há quem diga que Castelo Branco foi fundada pelos templarios, a quem D. Afonso Henriques, no sentido de povoar as regiões conquistadas, a havia doado, sendo-lhes tambem atribuida a edificação do Castelo e da cêrca velha.

Se assim fôsse, há quem refute ter-lhe sido dado o primeiro foral pelo grão Mestre da Ordem, o que não sucedeu, pois foi D. Sancho I quem em 1189 lho conferiu.

Novo foral teve em 1495 de D. Pedro de Sousa, visitador da Ordem de Cristo, «segundo a posse em que se achava esta Ordem», e, por fim, o ultimo concedido por D. Manuel I em Santarem, no dia 1 de Junho de 1510.

O que parece estar apurado acêrca dos templarios é que eles fizeram grandes obras de defesa e reedificaram as antigas desde 1229, ano em que, sendo já Castelo Branco uma grande e importante povoação, D. Sancho II a doou a D. Simão Mendes, mestre da Ordem, que fez no Castelo um palacio para os comendadores, que foi depois residencia dos alcaides-mores.

Em 1286 mandou D. Deniz ampliar e consertar as fortificações fazendo uma nova cêrca e outro castelo, com quatro portas —Pelame, S. Tiago, Traição e Ouro, guarnecido com sete torres, alem da de menagem com sete quinas.

Em 1704, as tropas castelhanas de Filipe V tomam e saquelam a então vila de Castelo Branco, mas pouco tempo estiveram senhores da praça, pois que as tropas portuguesas não só a resgataram, expulsando os espanhois, mas os levaram na ponta das baionetas pela Espanha dentro.

Distinguiram-se na expulsão dos inimigos alguns habitantes da praça pela sua dedicação e coragem.

CASTELO BRANCO — O castelo

CASTELO BRANCO — Largo da Sé

BELMONTE

BELMONTE existia já antes da fundação da nossa Nacionalidade. A vila de Belmonte surgiu na área territorial do concelho da Covilhã da contiguidade com o povoado romano «Centum Cellas» de que existe actualmente ainda uma velha tôrre, situada a 3 quilómetros desta vila. O povoado romano teve origem na exploração mineira de estanho.

A mitra de Coimbra incorporou nos territórios episcopais, não só «Centum Cellas» mas Belmonte; depois incorporou mais oito aldeias que cingiam Belmonte. Mais tarde a mesma mitra impôs ao rei que os moradores das oito aldeias, não haviam de ir ao serviço de El-Rei, em batalha, para irem sòmente os moradores de Belmonte.

D. Sancho I concede-lhe o seu primeiro foral, que depois, em 1-6-1510, em Santarém, D. Manuel I confirmou e ampliou.

Foram senhores de Belmonte a ilustre família Cabral que nos aparece já na época em que os nossos primeiros reis se empenhavam ainda nas conquistas aos mouros, na Peninsula. Pedro Anes Cabral foi nomeado reposteiro-mor de D. Afonso III. Diz-se que nesta vila nasceu Fernão Cabral, conhecido pelo Gigante da Beira, por manejar um bastão de ferro, que usava, e que pesava mais de uma arroba.

Nasceu nesta vila Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brasil. A residência desta família foi durante muitos anos o castelo que esteve bastantes anos abandonado e que actualmente está sendo reparado. O castelo de Belmonte é formado por uma tôrre, com duas janelas voltadas a Sul e a Oeste. Junto estão as casas de habitação senhorial, sendo o recinto cercado por uma muralha. Foi aqui que nasceu Pedro Alvares Cabral, cujos restos mortais se encontram em Santarem. Atribui-se a fundação do castelo a D. Deniz.

Em 1735, Pedro Alvares Cabral, sennor de Belmonte e Embaixador em Madrid, protesta junto do Ministro das Relações Estrangeiras, D. José Patinho, contra o facto de um forte destacamento ter entrado na Embaixada portuguesa e ter prendido todos os criados. Este facto deu lugar ao rompimento de relações entre Portugal e Espanha.

Em 1504, D. Manuel manda entregar a Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brasil, 30.000 reis, da sua tença, neste ano.

Em 1553, parte para a India a nau S. Bento, do comando de Fernão Alvares Cabral, filho de Pedro Alvares Cabral. Nesta nau foi Luiz de Camões.

Em 1500, largou de Lisboa para a India a armada de Pedro Alvares Cabral. Nesta viagem foi descoberto o Brasil.

Em 1385, Alvaro Gil Cabral, alcaide-mor dos Castelos da Guarda e Belmonte, assina nas Côrtes de Coimbra o auto da eleição do Mestre de Aviz a Rei de Portugal.

Em 1554, Afunda-se na costa do Natal a nau S. Bento, capitaneada por Fernão Alvares Cabral.

Em 1510, em Santarém, D. Manuel I, confirmou e ampliou o foral da vila de Belmonte. O primeiro foral foi dado por D. Sancho I.

Em 1554, ao atravessar o rio de Santa Luzia, numa jangada, morre afogado Fernão Alvares Cabral, filho de Pedro Alvares Cabral.

Em 1587, de volta do Brasil e da India, chegou a Lisboa a frota de Pedro Alvares Cabral.

Em 1808, sob a ameaça da divisão francesa do comando de Loison, que de Almeida se dirigia para Castelo Branco, o povo de Belmonte abandona a vila a foge para o campo.

Em 1534, D. João III nomeia D. Isabel de Castro camareira-mor da Infanta D. Maria. Esta senhora foi a espôsa de Pedro Alvares Cabral.

Em 1578, morre em Alcácer-Kibir, com um tiro de arcabuz, João Gomes Cabral, capitão da Guarda de El-Rei D. Sebastião. Foi o primeiro fidalgo morto nesta batalha.

Em 1385, Alvaro Cabral bate-se valorosamente em Aljubarrota pela Independência de Portugal.

Em 1855, José Soares Cardoso, presidente da Camara Municipal de Belmonte, informa a Camara Municipal de Lisboa de que o brazão de armas existente na Camara foi destruido por ordem do general Junot.

BELMONTE — Vista exterior do castelo

Covilhã

COVILHÃ — Serra da Estrêla — O Poio do Judeu

ESSE povoado, que primitivamente se estabeleceu na Corredoura em direcção ao Cubelo, a Sudeste da Serra da Estrêla, desamparado propositadamente de alterosa escarpa de montanhas, que a coroam a Nordeste, foi decerto uma fundação romana. Tendo Caio Julio César concluido a conquista da Lusitania pela batalha dos Erminios, cujo cenario se desenrolou na Serra da Estrêla, Silio, o general vencedor, fundou 41 anos antes de Cristo, Silia Erminia, que aberta num plano acessivel ao primeiro invasor vigiaria, sob a influência romana, os ultimos redutos aonde calu, vencida, a liberdade da Lusitania.

Do local da batalha de Erminios restava no principio do século passado a tradição no Campo Romão, ao Norte da vila de Manteigas assentada onde se descobriram vestigios da peleja.

COVILHÃ — Serra da Estrêla — Tôrre

Que no Cubelo ainda havia fundações da povoação romana demonstrou-o no fim do século passado a sorriba casual do sub-solo, aonde se encontraram alicerces de edificações, moedas romanas e vários utensilios, que a arqueologia capitulou de origem romana.

Silia Erminia atingiu as prerogativas de municipio romano e foi devastada, imperando Nerva, por uma terrivel epidemia.

Derruido o império romano pela invasão dos bárbaros, a Lusitania e portanto o território compreendido entre o Tejo e o Douro coube em partilha aos Alanos, ficando os Seinigos e os Vândalos com parte da Betica e localizando-se os Suevos na Galiza. Os Suevos chegaram a ocupar a Lusitania e os Vandalos passaram-se para o Norte de Africa.

Foi de 457 a cêrca de 585, que se travou na Peninsula essa luta ingente entre os godos e suevos, que caíram vencidos ante as hostes de Leovigildo. Durante êste largo periodo de comoções sociais, em que por mais de um século o solo da Peninsula ibérica foi sacudido por combate, apagou-se na coreografia da antiga Lusitania o nome de Silia Erminia, para aparecer o nome de Caveleana na doação, que o penultimo rei godo, Witiza, fez ao conde Julião em recompensa de assinalados serviços.

O conde Julião, governador da Trigitania, era casado com Frandina, irmã de Witiza, e tendo desempenhado um lugar proeminente na côrte dêste penultimo rei godo, sobreviveu-lhe para vir, afinal, a vingar desastradamente o desfecho prematuro do seu reinado.

Os pormenores circunstanciados da queda de Witiza do trono ignoram-se, mas filiam-se na grande agitação que nessa época ocorreu na politica interna da Peninsula.

Rodrigo, filho de um duque de Córdova, a quem Witiza mandara arrancar os olhos, foi quem capitaneou a insurreição, que lhe deu a êle o trono do rei deposto.

O conde Julião, cunhado e parcial de Witiza, refugiou-se com efeito no norte de Africa e daí chamou os sarracenos, não para ocuparem a peninsula, mas para coadjuvarem num movimento militar os parciais de Witiza contra os parciais de Rodrigo.

Se evocamos estas circunstancias históricas é para demonstrarmos que não é possivel registar-se na história como verdadeiro, o facto de Covilhan derivar de Cova-Julvani ou de Covilhan haver sido fundada pelo conde Julião.

Florinda, a filha do conde Julião e de Frandina, sobrinha, portanto, de Witiza, se mereceu o nome de Cuva, (que significava mulher de má vida), não foi com certeza antes de Witiza haver doado Covelhana ao conde Julião e menos pode atribuir-se a êste a fundação de Covilhan, porque ninguem doa a outrem, em recompensa de assinalados serviços, uma coisa por fazer.

Essa lenda de D. Rodrigo e da sobrinha Witiza, filha do conde Julião, se não chega sequer a explicar-se pelo jôgo de paixões humanamente vivido, desde o profundo golpe aberto entre duas familias que disputavam entre si á mão armada o trono de um Império, o do filho do duque de Córdova, e da sobrinha do rei destronado, como pode esclarecer pela filiação histórica a ruina do dominio godo na Espanha, quando a população degenerada das suas primitivas virtudes civicas tinha, na sua própria corrupção, a origem da sua decadência, que explodiu pelos crimes brutais do Govêrno de Rodrigo?

E todavia, essa lenda bosquejada na «Monarquia Lusitana» não viveu seguramente a vida das rosas, porque passou de cartilha em cartilha até aos nossos dias, invocando-se a Covilhan como derivada de Cova-Juliana por fôrça de convicção.

A situação da Covilhan entre a Corredoura e o Cubelo, isto é, num plano subjacente á alterosa ondulação das montanhas, motivava em razões topográficas o nome de Covilhan.

Estava de facto a Covilhan fundada numa cova plana ou lhana.

De resto, há em Portugal decerto localidades em vários distritos administrativos com o nome de Covilhan, como pode ver-se no «Dicionário Corográfico» do sr. Baptista Lopes, e de duas uma, ou a lenda tem de retalhar-se por 17 localidades, ou tem de repetir-se 17 vezes.

A batalha dada ao pé do rio Chrysus ou Guadalete (714) deu aos muçulmanos o dominio de tôda a peninsula com excepção de parte de Valencia, das serranias da Vasconcia e de parte da Galiza. A Covilhan foi destruida por ocasião da invasão mourisca.

Quando Afonso III, rei das Asturias, transpondo nas suas conquistas a corrente do rio Douro, ocupou Salamanca, cercou Caria e tomou Lamego, Viseu e Coimbra, encontrou a Covilhan dominada pelo mouro Aliboacem, a quem a conquistou.

Sobrevindo a paz jurada entre aquele, Afonso III de Oviedo, e o emir de Córdova, como os limites traçados ao território do Islam fôssem ao norte, a corrente do rio Douro, a Covilhan voltou ao dominio muçulmano.

Só mais tarde (depois de 1039), reinando Fernando I, cognominado o Imperador das duas coróas de Castela e Leão, é que a Covilhan, passando do dominio sarraceno para o dominio leonês, foi reedificada, não já no plano da Corredoura, onde estava aberta a fácil ocupação, mas nos primeiros redutos ou contrafortes da serra da Estrêla, onde se encontra.

Constituido o condado portucalense (1094) a Covilhan vivia municipalmente, adoptando os usos e costumes do foral de Salamanca, que no dominio português D. Sancho I transmudou no tipo de Evora ou de Avila, pelo foral outorgado em Setembro de 1186.

A cidade da Covilhã é uma das mais prósperas e industriais do País e o seu concelho é abundantissimo em cereais, frutas, vinho, caça, castanhas e em boas pastagens.

Fundão

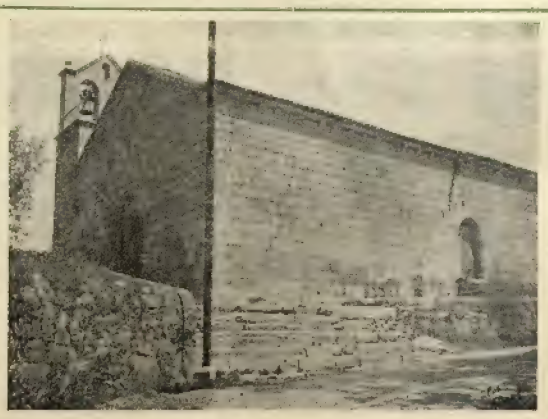
FUNDÃO — Vista geral

NÃO se conhece ao certo o tempo da fundação, mas sabe-se que já era lugar de importancia no século XVI. Atestam-no grande numero de construções religiosas dessa época, outras edificações, e a referência que lhe faz num dos autos Gil Vicente. E' no entanto das 29 freguesias que compõem o concelho a menos antiga. Centro de maravilhosa paisagem, hoje uma das mais florescentes vilas de Portugal, deve o progresso sobretudo á situação geográfica, á facilidade dos meios de comunicação e á fecundidade da terra.

Três dos seus povos, de remota fundação, a formosa vila de Alpedrinha, Castelo Novo tão pitoresco e Atalaia do Campo, outrora sedes do concelho, guardam ainda ciosamente os símbolos da sua autonomia. E' muito interessante o Pelourinho da Atalaia.

O concelho do Fundão data de 1747. O Pelourinho, sem duvida erigido por êsse tempo, foi demolido em 1881, por fôrça dos preconceitos políticos da vereação.

A Camara actual, da presidência do sr. dr. Celestino Tavares Monteiro, restaurou-o, e erigiu-o de novo com grande solenidade em 9 de Junho de 1935, aniversário da fundação do concelho.



FUNDÃO — Aldeia de Joanes — Igreja romanica

IDANHA-A-NOVA

IDANHA-A-NOVA que teve o seu início no ano de 1187 por umas edificações que se fizeram em volta do Castelo levantado por D. Gualdim Pais, grão mestre da Ordem dos Templários, tem a sua história ligada á da sua vizinha Idanha-a-Velha, que foi uma das mais antigas cidades da Lusitania e cuja fundação é atribuida aos turdulos, cêrca de 500 anos antes de Cristo.

Destruida varias vezes durante as longas e encarniçadas guerras que a Lusitania sustentou contra os romanos, foi reedificada por estes uns 30 anos antes de Jesus Cristo, ficando com o nome de Egivitania ou Egitania e sendo-lhe dadas grandes honras e proeminencia, e entre elas a de ser considerada monarquia do antigo direito latino.

Tornou-se assim, uma das mais vastas, nobres e opulentas cidades.

Novamente destruída pelos suevos em 420, os godos lhe deram vida e a repovoaram poucos anos depois e, se não voltou a ser a florescente cidade romana, readquiriu, contudo, grande parte da sua importancia, chegando, em 534 a ser cidade episcopal, honra esta que conservou até 715, — depois de terem governado nove bispos, ano em que os árabes invadiram a Lusitania e saquearam Egitania, reduzindo-a a um montão de ruinas e consumindo a ferro e a fôgo tôda a sua grandeza e formosura.

As guerras contínuas entre os mouros e cristãos, causaram ainda outra vez a ruina da infeliz cidade, de modo que, no reinado de D. Afonso Henriques estava deserta, o que não impediu que o primeiro monarca português a tivesse doado aos templários.

Foi então que D. Gualdim Pais, grão mestre da Ordem, lhe mandou levantar as muralhas e edificar um castelo, que depois foi arrasado pelos mouros não ficando dele vestígios, quando tornou a cair em poder dos infieis.

D. Sancho I a resgatou da posse dos agarenos em 1206, tornando a dá-la aos templários, que desta vez não fizeram obra nenhuma de defesa, nem sequer tomaram conta dela.

Em 1218, D. Afonso II elevou Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova á categoria de vilas e em 1229 D. Sancho II, mandou reedificar a primeira, ordenando a sua povoação, dando-lhe foral da guarda com grandes privilegios, sendo-lhe uns e outros confirmados em 1510 por D. Manuel I.

Houve varias tentativas para dar a Idanha o seu antigo esplendor, mas todas elas falharam, até que D. Sancho III, vendo a impossibilidade de a elevar a cidade episcopal, pediu ao Papa Inocencio III para mudar para a Guarda a sede do bispado, o que o Papa concedeu em 1199, com a condição de que os bispos sempre se titulariam egitanienses em memória da Egitania.

No reinado de D. João I, quando os bispos já residiam na Guarda havia muitos anos, Inocencio VII, a rogos daquele rei, livrou o bispado da sujeição a metropolitano estrangeiro, fazendo-o sufraganeo do arcebispo.

Tôda a região de Idanha é fertil em cereais, legumes, algum azeite e vinho, estando a sua pecuária desenvolvida em quasi todas as especies.

O seu sub-solo é rico em chumbo, chumbo argentifero, galena de chumbo, ferro, manganês e outros metais.

Sob o ponto de vista turístico possue Idanha alguns pontos dignos de serem visitados, como Monsanto e a propria vila, pelo panorama que oferece a quem se coloca sôbre as ruinas do seu velho Castelo, ao fundo do qual corre o rio Ponsul, que é atravessado por diversas pontes, dentre as quais se destaca uma pela sua antiguidade.

IDANHA-A-NOVA — Parte mais antiga

IDANHA-A-NOVA — Rio Ponsul — Garganta do Paio

PENAMACOR — Castelo (lado poente)

Penamacôr

PENAMACOR é uma das mais antigas provincias de Portugal, pois a sua fundação vem do ano 500 antes de Cristo, tendo atingido uma posição de relativa importancia quando do dominio dos romanos, dos godos e dos arabes, posição essa que muito sofreu com as sucessivas guerras da idade média.

O seu castelo antiquissimo, construido pelos romanos ou pelos mouros — neste ponto divergem as opiniões, foi reedificado por D. Gualdim Pais, grão-mestre da Ordem dos Templarios, no tempo do Rei D. Afonso Henriques, que tambem lhe ampliou muito as duas grossas muralhas, bem como mandou levantar uma torre de menagem.

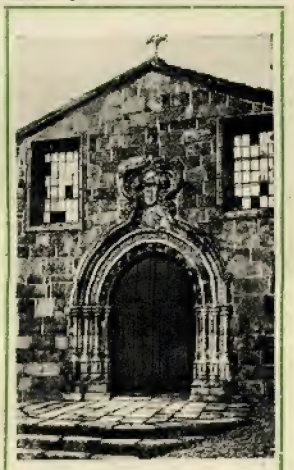
Em 1189, D. Sancho I, mandou tambem fazer algumas obras de defesa, sendo tão ampla a fortaleza de Penamacor, que a freguesia de Santa Maria estava toda dentro das suas muralhas, pelo que lhe chamavam a freguesia do Castelo.

D. Deniz, em 1300, em vista do desenvolvimento da povoação e do numero sempre crescente dos seus habitantes, cercou a nova povoação com uma outra linha de muralhas com suas torres e barbacãs.

O primeiro foral foi-lhe conferido por D. Gualdim Pais em 1180, que o denominou «livro das portagens», recebendo novo foral com o titulo de vila e grandes privilegios, honras e isenções de D. Sancho I, em 1199, que em 1209 foi ratificado e ampliado, sendo este ultimo confirmado por D. Afonso II, em 1217.

D. Manuel lhe deu foral novo em 1510 com todas as garantias do ultimo, estendendo-se esse foral a Aranhas e Cabeço de Rei.

De todas as terras de Portugal de mais nobres tradições e de mais gloriosa história, Penamacor enfileira entre as primeiras, não só pela sua remotissima antiguidade, como pelas suas familias de velha nobreza, como ainda por o seu vetusto castelo ter sido a sede do antigo Bispado de Idanha-a-Velha.



PENAMACOR — Pórtico da Igreja da Misericórdia

Penamacor, que foi berço de grande numero de homens celebres, teve durante mais de 600 anos honras de forte praça de guerra, sendo, ainda em 1834, considerada como tal, pelo que tinha sempre de guarnição um corpo de caçadores, artilheiros e veteranos.

As suas fortificações eram muito irregulares por causa dos acidentes de terreno e o que delas se conservou em melhor estado foi mandado construir ou reparar durante a guerra da Restauração.

O concelho de Penamacor, cuja riqueza agricola é notavel, cria muito gado de todas as qualidades, sendo os seus montados férteis em caça grossa e miuda.

Os seus habitantes são, no geral, de bons costumes, muito hospitaleiros e amigos do trabalho.

OLEIROS

OLEIROS é uma bela e histórica vila da Beira Baixa, erguida num alto e beijada pelo rio do seu nome, onde se afirmou terem aparecido areias de ouro. Diz-se que o nome da fértil e laboriosa terra não vem de «Oleiros», fabricantes de louça de barro, mas de «Olleiros», palavra castelhana e portuguesa antiga, que se pronunciava *olheiros*. Deve, por isso, ter dado causa a êsse nome o facto de haver naquelas paragens, «olhos» ou «olheiros», nascentes de água.

Como muitas terras do País, Oleiros, sofreu com as invasões francesas. Os soldados de Napoleão lançaram fôgo á capela de Santa Margarida. O edificio ficou destruido.

Esta vila foi mandada povoar pelo prior D. Mem Gonçalves, comendador da Ordem do Hospital, que lhe deu foral pelo ano de 1350; e D. Manuel I deu-lhe foral novo em Lisboa em Outubro de 1513, confirmando o antigo.

A Igreja Matriz, preciosidade de arte antiga, com belissima talha doirada, formosissimos tetos apainelados, com frescos preciosos, representando diversas cenas da vida de Cristo, está dividida em três naves, cuja arcaria é sustentada por elegantes colunas de ordem corintia que assentam sôbre plintos quadrangulares. Os tetos da nave central e capela-mor diferem dos laterais que são de pintura de ornato. E' um templo majestoso. As colunas, ao que consta, pertenceram ao antigo Mosteiro dos Templários, edificado por êstes a cinco quilómetros desta vila, no sítio onde hoje se encontra a freguesia daquele nome. As paredes são revestidas de azulejos que representam figuras biblicas. E' um templo que merece ser considerado como monumento nacional.

Proença-a-Nova

PROENÇA-A-NOVA — Praça e Igreja Matriz

PROENÇA-A-NOVA, servindo-nos da «Monografia» do padre Manuel Alves Catarino, não tem documento algum que elucide sôbre a sua origem.

Para se não fazerem conjecturas, muitas vezes sem base, dir-se-á que o seu nome indica origem romana, como romanos são muitos utensílios e moedas achados no seu termo e que a consciência dos seus habitantes, a respeito do seu valor histórico, fez desaparecer, como aconteceu no Salisteu da Curia e proximidades de Pergulho.

Foi dado a Proença-a-Nova o seu primeiro foral em 1244 pelo prior da Ordem do Hospital Frei Rodrigo Egídio, que principiava por determinar a divisão das terras entre os moradores de Proença e a Ordem do Hospital e indicava a obrigação que tinham de combater os mouros nas incursões a que chamavam «fossaveira», estabelecendo a pena em que incorriam se faltassem e que era, além da multa, a tosquia da cauda do cavalo, se o delinquente fôsse cavaleiro e o corte das barbas, se fôsse peão.

Além disto determinava as pessoas, que tinham obrigação de comprar cavalo para as incursões; as penas em que incorriam os brigões, os que violentavam mulheres, as mulheres que atraiçoavam os maridos, os que mudavam marcos das propriedades, etc. Marcava as regalias dos senhores e vassalos; as honras dos habitantes de Proença, que eram considerados Infanções de Portugal, sendo os próprios peões equiparados a «cavaleiros vilões» de outras terras. Estabelecia os tributos a pagar; o procedimento a ter com quem lhes talasse seus montes e roubasse suas madeiras; o fôro de pastagem a pagar pelos diversos artigos, de que isenta os seus moradores. Dava carta de aforria aos escravos que habitassem Proença pelo menos um ano, para êles e sua prole. Findava por chamar a maldição de Deus sôbre os que não cumprissem a carta foral.

Proença-a-Nova, que primitivamente tinha o nome de Corticada, tem Misericórdia e Hospital, três escolas para o sexo masculino e duas para o feminino, na sede, além de várias outras espalhadas pelo concelho.

Sertã

O concelho da Sertã, cuja antigüidade remonta aos primórdios da independência nacional, está situado no extremo ocidental da Beira Baixa, na grande volta ali formada pelo Zêzere.

Tem a forma dum paralelogramo irregular e mede de superfície pouco mais de 444 quilómetros quadrados, com uma população de 24.048 habitantes.

Fez parte da grande doação feita por D. Afonso Henriques á Ordem Militar de S. João do Hospital, que aqui teve casa conventual e reuniu o primeiro capítulo em 1195. No ano anterior foi nomeado cabeça duma comenda, depois elevada á categoria de «Comenda de Graça».

Encorporado o Priorado do Crato (última expressão da Ordem em Portugal) na Casa do Infantado, por Breve de Roma de 24 de Dezembro de 1789, acompanhou o concelho a mesma trajectória até aos sucessos políticos de 1834.

Os principais centros populosos são: Pedrógão, antiga vila, sede de Pelourinho; Sernache, com Casa do Povo; Varzea e Cabeçudo.

Daqui saíram em todos os tempos homens notáveis que, por seu valor militar e espírito superior, são exemplos notáveis de imitação:

D. Nuno Alvares Pereira, Francisco Rodrigues — o Caldeira, Alvaro Lopes, Lopo Barriga, o dr. Manuel Temudo da Fonseca, o padre J. Manso de Lima e, ainda no seculo passado, o destemido guerreiro Padre Antonio Maria Mascarenhas foram mais do que simples comparsas no serviço da causa nacional.

SERTÃ — Pelourinho

Teve a vila dois forais: O primeiro dado por Aires Mendes, prior do Hospital em 1114, com a aprovação régia; o segundo por D. Manuel em 20 de Outubro de 1513.

D. João 3.º lhe concedeu as prerogativas de Juiz de Fora e de Pelourinho.

Nas antigas côrtes apresentava o concelho dois delegados, e nas de Coimbra, em 1385, declarou-se abertamente pelo partido do Mestre de Avis, caudilho da independência nacional.

A Igreja Matriz da Sertã é antiquíssima; segundo alguns autores, foi edificada em 1422 da era de Cesar, ou seja em 1404 da era cristã; segundo outros a construção é posterior. As linhas arquitectónicas actuais da Igreja não são do princípio do século XV, mas bastante posteriores mas tudo leva a crêr que houve reconstrução e, portanto, profundas modificações que alteraram completamente o conjunto primitivo.

O templo é bastante amplo, apresentando a arquitectura gótica no interior é o aspecto de Renascença pobre no exterior, onde corpos, juxtapostos lateralmente, movimentam as fachadas e telhados, produzindo, no conjunto, um efeito agradável.

A Igreja é constituída por três naves e quatro tramos, separadas por elegantes arcaturas góticas que apoiam em colunas. E' esta a única parte que resta da sua estrutura quatrocentista, existindo uma lápida sôbre a porta lateral da epístola, onde está gravada a era de 1422.

A Capela-Mór, a capela do Santíssimo e a Capela das Almas são já do período da Renascença, sendo a última de cunho acentuadamente quinhentista, existindo, ao centro, uma lápida sepulcral brasonada.

Na capela-mór existem ainda cadeirais de antiga Colegiada.

Uma parte do interior é forrada de belos azulejos do seculo XVI.

A maior parte dos elementos a que nos acabamos de referir foram extraídos do livro «A Sertã e o seu Concelho», do Padre Antonio Lourenço Farinha.

SERTÃ — Paços do Concelho

Vila Velha de Rodam

VILA VELHA DE RODÃO — vila, freguesia e concelho do mesmo nome, comarca e distrito de Castelo Branco, bispado de Portalegre, provincia da Beira Baixa.

Orago Nossa Senhora da Conceição. Em 1708 era vigararia da Ordem de Cristo, comenda do Conde de Atouguia, e contava apenas 160 fogos. Hoje tem aumentado consideravelmente a população desta freguesia e dêste concelho.

A Camara vai restaurar o antigo pelourinho que esteve em tempos no centro da praça e que mãos sacrílegas fizeram desaparecer escapando apenas a pedra principal.

Actualmente, além do Largo do Municipio que agora tem o nome de Largo Dr. Oliveira Salazar possue Vila Velha um magnífico largo em frente da igreja que se denomina Largo Dr. António Gonçalves, actual presidente da Camara, por a sua familia ter cedido gratuitamente o terreno para a sua construção.

Uma das maiores aspirações desta vila e do concelho é a sua electrificação. A Camara, porém, por si não pode com tal encargo e agora nas circunstancias actuais de mais difícil solução está o problema. Alguns melhoramentos se fizeram já no concelho em regime de comparticipação, como sejam: abastecimento de água a várias povoações, reparação e construção de alguns edifícios escolares e calcetamentos á portuguesa em algumas povoações. Está quási concluído o trabalho de reconstrução do caminho vicinal da povoação de Fratel ao Alto do Portel (serra de Ródão) que liga aquela povoação á sede do concelho; está comparticipado o primeiro lanço de estrada que partindo desta vila e passando por Tavila e Sarnadinha e atravessando a Ocresa, cuja ponte está em parte já construída vai ligar esta vila com S. André de Tojeiras. E a estrada nacional 12-1.ª não sabemos quando será dotada. Mas vamos lá com Deus que á vista do que era o concelho há uns vinte anos atrás, para não irmos mais longe, isto agora sempre tem recebido algum alento e mais se espera dos homens do Estado Novo.

VILA VELHA DE RODAM — Tôrre do castelo

DISTRITO DE COIMBRA

É opinião da maior parte dos antigos escritores que Coimbra é de fundação remotíssima, no sítio onde é hoje Condeixa-a-Velha e sob o nome de «Colimbria» segundo uns, e «Conimbria» como outros querem.

A cidade teria sido fundada pelos colimbrios que vieram para a Lusitania com os galo-celtas e andaluzes, no ano 995 antes de Cristo, na opinião de Pinho Leal que contraria outros autores que fixam a data de 308, anos antes de Cristo.

São variadíssimas as divergências dos autores sôbre a origem do nome de Coimbra, havendo até quem suponha, apoiando-se em factos históricos, de serem duas cidades diferentes e ambas sedes de Bispados: Colimbria, a Coimbra actual, e Conimbriga, a 12 quilómetros para o sul, no sítio onde hoje está Condeixa-a-Velha, na qual se podem ainda ver os alicerces de reforçados muros, restos de arcos e muitos outros vestígios.

Reforça esta opinião o facto de no 8.º concílio de Toledo, no ano 652 de J. C. terem comparecido dois Bispos da Lusitania: Um, chamado Celidónio, que se assinou «Celidonius, episcopus Colimbriensis» e o outro de nome Siseberto, assinando-se «Sisebertus, conimbricesis episcopus».

COIMBRA — Tumulo de D. Afonso Henriques

E assim teríamos a Colimbra actual, ou seja Colimbria, fundada por Hercules Líbio, filho de Osiris, Rei do Egipto, no ano 1788 antes de Cristo.

Seja como fôr a cidade teve sempre excepcional importancia o que explica as lutas de que o seu solo foi teatro para a sua posse, entre os povos que por aqui passaram: egípcios, fenícios, gregos, celtas, romanos, suevos, alanos, godos e mouros.

A velha «Medina Colimbria» dos árabes, isto é «Cidade de Coimbra», entra definitivamente na posse da cristandade no reinado de D. Fernando I, de Castela, que a conquistou depois dum assédio de sete meses.

Na sua vetusta Sé, aquele Rei armou cavaleiros vários, entre os quais D. Ruí Dias de Bivar, o famoso Cid.

Foi Coimbra também das primeiras cidades onde se prègou Evangelho, por S. Pedro Rates que aqui fez a Sé e seu primeiro Bispo, Santo Anastácio, (companheiro de S. Gens) pelos anos 42 ou 43 e aqui houve sempre Bispos até 716, após o que os árabes converteram a Sé em Mesquita, até a cidade ser resgatada por D. Fernando I, de Castela.

D. Afonso Henriques, a quem a velha cidade cabe por monte de sua mãe, D. Teresa, defende a cidade com valentia, conseguindo desbaratar as hostes do Rei mouro Enjime, com o que se cobre de glória.

E' a história de Coimbra riquíssima e pródiga de tradições e de feitos que o pouco espaço de que dispomos nos obriga a prescindir, entrando apenas na época já portuguesa.

D. Afonso Henriques, constituindo o reino de Portugal aqui assentou Côrtes que se conservaram até ao reinado de D. João I em que as Côrtes se transferiram para Lisboa por ser cidade mais central.

Coimbra foi pois berço não só da Nacionalidade, como de Reis. Ali nasceram D. Afonso IV, em 8 de Fevereiro de 1291; D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Deniz, D. Pedro I e D. Fernando. Ali nasceram outros grandes vultos da nossa história, nas letras, nas artes, nas ciências, nas armas.

Das Côrtes de Coimbra saiu a constituição das leis para as Ordenações Gerais do Reino, primeiras bases da administração e da justiça publicas.

Coimbra guarda na sua história páginas vibrantes de intensa tragédia e páginas dulcíssimas de melancolia e de poesia e de ternura. Os seus monumentos são dos de mais formosas tradições, como possue locais de inigualável beleza natural.

A sua Universidade, donde têm saído as maiores sumidades do País, onde se formou também Oliveira Salazar, têm-lhe grangeado renome mundial.

Hoje, Coimbra, a indisputável rainha do Mondego, a legendária pátria dos estudantes, é a terceira cidade do País.

COIMBRA e a ponte sôbre o Mondego no séc. XVIII

CANTANHEDE — Igreja matriz

Cantanhede

NÃO está averiguada a data da fundação de Cantanhede, a ridente e progressiva vila do distrito de Coimbra.

Há porém a certeza de ser antiquíssima, possivelmente do tempo dos romanos e foi povoada pelos mouros.

Foram donatários da vila os Condes de Cantanhede, cuja família era oriunda de D. Afonso Teles de Meneses e de seu irmão D. Fernão que provinham de Espanha donde vieram para Portugal em 1200, e a quem D. Sancho I admitiu no seu Exército e fez grandes mercês.

A Matriz é de três naves e tinha dois curas, ambos aposentados pelo bispo de Coimbra, cada um dos quais com 14 000 reis, fora o pé de altar e obrigação de missa por seis meses.

A vila de Cantanhede, situada em alegre e fértil planície, possue um palácio sumptuoso dos seus donatários.

Nos fins de 1360 e principios de 1361, D. Pedro I celebrou aqui côrtes, para validar o seu casamento com a sua segunda mulher, D. Inez de Castro. Nessas côrtes declarou D. Pedro I, perante grande numero de fidalgos e povo, que D. Inez era sua legítima mulher, jurando em sua alma que no 1.º de Janeiro de 1354, havia por conseguinte sete anos, a recebera canonicamente em Bragança, com dispensa do Papa João XXII, que exibiu, e na presença de D. Gil, então deão da Guarda e mais tarde bispo. Este D. Gil, que estava presente, confirmou as palavras do rei.

Desde tempos remotos até fins do século passado que os habitantes de Cantanhede tinham previlégio dos seus párocos e justiças virem todos os anos com cruz e varas alçadas á Senhora de Vagos, na primeira oitava do Espírito Santo, com jurisdição, prendendo e soltando, e dando dias santos em Mira e Vagos, onde tinham casa própria para se recolherem, feita pelos donatários. Ignora-se, contudo, a origem dêste singular privilégio.

D. Manuel I deu-lhe foral em Lisboa, a 20 de Maio de 1514.

Cantanhede tem Misericórdia e o seu hospital foi fundado pelos donatários (?) com provisão real.

Também os donatários eram padroeiros de um convento que há no sítio do Agueiro e que foi de frades capuchos de Santo António e dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Diz Pinho Leal que a sua fundação data de 1675.

Um documento que demonstra a antiguidade e nobreza de Cantanhede é sem duvida o que abaixo se transcreve das Dissertações cronológicas e criticas, do insigne João Pedro Ribeiro:

Lê-se nesse documento:

«O 8.º he a Doação da Igreja de Cantanhede pelo Conde Sisnando em data de Maio da Era de 1125, na qual se leem as seguintes clausulas: loca Ecclesiis Catholice fidei pulcre recuperavi, et Domnus Paterno Episcopus ibi clericos ordinavit, placuit mihi post mortem ipsius Episcopi. Domno Martino Simeonis filio, qui tuni temporis sedem Sancté Marie cum omni Diocesi sua vice Episcopi regebat laudant et consentiente et universo suo clero concedent dore s. et condonare Ecclesiam de Cantonied Laurencio Subdiacono, etc.».

Há neste documento uma data: Era de 1125 que corresponde ao ano de Cristo 1087. Portanto neste ano já existia em Cantanhede uma igreja que foi doada ao subdiacono Lourenço.

Por outro lado, o padre Carvalho da Costa afirma na sua «Corografia Portuguesa» oferecida a D. João V:

«Quatro léguas ao norueste de Coimbra está fundada a nobre vila de Cantanhede, adornada de um bom palácio com um grande terreiro com sua fonte no meio, cercada toda de árvores de freixo que fazem o sitio alegre e vistoso.

Foi povoada pelo Conde Dom Sisnando, governador da cidade de Coimbra, pelos anos de 1080».

*

A sua constituição heraldica é como segue:

Bandeira — Esquartelada de amarelo e de purpura. Cordões e borla de ouro e de purpura. Haste e lança douradas.

Armas — De prata, com pinheiro de verde frutado de ouro troncado e arrancado de negro, acompanhado por dois cachos de uvas de purpura folhados e sustidos de verde. Em chefe, de azul, um anel de ouro com um rubim de vermelho acompanhado de duas flores de liz de ouro. Corôa mural de prata de quatro tôrres. Listel branco com os dizeres «Vila de Cantanhede», de negro.

Sêlo — Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação de esmaltes. Em volta, dentro de circulos concentricos, os dizeres «Camara Municipal de Cantanhede».

Condeixa

CONDEIXA-A-NOVA, cabeça dum concelho fertilíssimo, é uma bonita e risonha povoação, que assenta na encosta dum monte e que foi fundada no princípio do século XVI, primeiramente como aldeia com o nome de Casal do Outeiro e mais tarde como vila, por foral que lhe foi dado em Lisboa a 3 de Junho de 1514, por D. Manuel I, que lhe mudou o seu antigo nome para o que tem hoje.

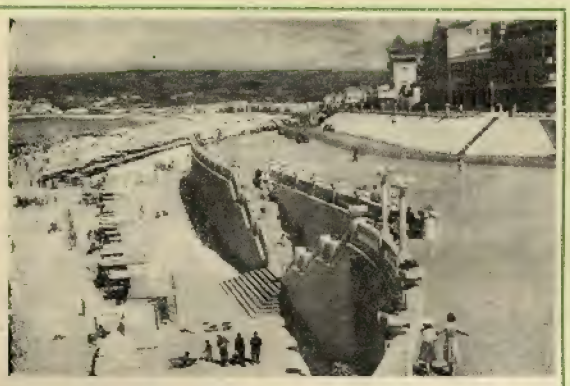
Foi Condeixa uma das terras portuguesas que mais sofreu com a invasão francesa aí pelo ano de 1811, pois as hordas de Massena a saquearam e destruíram pelo fogo, quando, em desordem se fez a retirada do Bussaco.

Para isso também muito concorreram as instâncias superiores com dádivas de toda a espécie. «Por carta régia de Junho de 1811, dirigida pelo príncipe regente aos governadores do reino se lhes participou ter sua alteza real resolvido consagrar em cada um ano, e por espaço de 40 anos a quantia de 120.000 cruzados, deduzidos das rendas reais do Brasil, para serem distribuídos pelas terras e indivíduos, que mais sofreram pela invasão de Massena, especialmente por ocasião da sua retirada». (2.ª época, tomo 3.º, pag. 512).

E' hoje Condeixa um dos concelhos que mais se tem desenvolvido, mercê da sábia e inteligente orientação que lhe têm dado os seus dirigentes saídos da revolução triunfante de 28 de Maio.

Muitos têm sido os benefícios porque tem passado nestes últimos anos, e muitos certamente serão aqueles que se lhes seguem, porque, com uma vontade inquebrantável, de homens bons que fazem parte da sua Câmara Municipal não descuram os mais pequenos problemas para darem a Condeixa aquele lugar a que ela tem incontestável direito pelo muito que ela representa como valor entre todos os concelhos de Portugal.

FIGUEIRA DA FOZ — Ruínas das Muralhas de Buarcos



FIGUEIRA DA FOZ — Avenida Salazar e praia

Figueira da Foz

SEGUNDO o sábio figueirense dr. António Santos Rocha, o local da Figueira da Foz — que é hoje uma das primeiras praias portuguesas e uma das mais lindas da península, diga-se de passagem — já existia na época da pedra polida.

Tem a Figueira o seu nome ligado à Guerra Peninsular, por um facto notável, ocorrido quando da 1.ª invasão francesa, e a que o n.º 5 do jornal «Minerva Lusitana», de 16 de Julho de 1808, se refere pormenorizadamente.

Conta o referido jornal que em 25 de Junho anterior, o Governador de Coimbra, depois de ouvir alguns populares que consideravam importante a tomada do forte de Santa Catarina e o aprisionamento dos franceses que ali se encontravam de guarnição, não só pelo armamento que os mesmos soldados tinham como, também, pelos serviços de comunicação que se deveriam realizar com a esperada esquadra inglêsa, encarregou Bernardo António Zagalo, sargento de artilharia e estudante da Universidade, dessa patriótica missão. Pelo relatório de Zabalo, sabe-se que o comissionado partiu de Coimbra na tarde dêsse mesmo dia, confiando a António Inácio Caiola, sargento de Peniche, o destacamento composto de quarenta voluntários académicos, com ordem de marchar pela margem esquerda do Mondego. Ao mesmo tempo Zagalo com quatro cavaleiros seguia por Tentugal, Carapinheira, até Montemor-o-Velho, onde se reuniriam. Por todas as povoações que atravessavam iam aclamando, com repiques de sinos e entre entusiásticos «vivas», o príncipe D. João, e aliciando gente, de modo que ao chegarem à Figueira, pelo romper da manhã do dia imediato, constituíam já uma fôrça de três mil homens, armados de lanças, piques e fouces. Zagalo mandou imediatamente atacar a vila por duas divisões, prendendo logo onze franceses que andavam pela povoação e pondo sentinelas à porta do governador. O seu plano consistia em obrigar a guarnição francesa a render-se pela fome, pois sabia que lhe faltavam mantimentos, contrariando assim os desejos do povo que queria assaltar o forte, sem detenças, o que seria perigoso para os assaltantes. Os franceses dispararam algumas mosqueterias e uma peça de artilharia, sem que, todavia, atingissem qualquer pessoa. Cercados e ameaçados, os soldados de Junot acabaram por capitular, entregando-se às fôrças de Zagalo, no dia 27, com armas e cinco peças de artilharia. Entregue o forte ao comando do major Soares de Buarcos, voltou ali a flutuar a bandeira portuguesa, sendo poucos dias depois ocupado por uma guarnição inglesa composta de oitenta soldados da esquadra do vice-almirante Charles Cotton, para assim ser facilitado o desembarque, anunciado para breve, das novas tropas britânicas.

A «História do Consulado e do Império», de A. Thiers, alude, com efeito, ao desembarque no cabedelo, desde 1 a 5 de Agosto de 1808, de mais de dez mil soldados inglêses, sob o comando de Artur Wèlesley, mais tarde Duque de Wellington, aos quais se juntou em 8 do mesmo mês, o exército do comando do general inglês Spencer composto de cêrca de oito mil homens.

Na terceira invasão francesa, quando as tropas do general Massena «O filho querido da Vitória», sofreram a tremenda derrota do Buçaco, a Figueira acolheu muita gente refugiada das localidades próximas. Da aglomeração de tanta gente resultou uma terrível epidemia que ceifou a vida de cêrca de cinco mil pessoas. O triste e trágico acontecimento é comemorado por um cruzeiro existente junto da cêrca da Santa Casa da Misericórdia, na estrada da Várzea.

FIGUEIRA DA FOZ—Cais e Doca

A Figueira nunca deixou de progredir, sendo finalmente elevada em 1 de Setembro dêsse mesmo ano — data pode dizer-se, que marca o início do grande desenvolvimento da encantadora cidade.

FIGUEIRA DA FOZ—Pelourinho de 1774

Lousã

LOUSÃ foi fundada primitivamente no alto dum rochedo gigantes na serra do mesmo nome, em frente dum pequeno castelo, de sólida construção, que, a-pesar-do tempo e das escavações feitas pelos serranos em busca de lendários tesouros, ainda hoje se conserva de pé, quási inteiro, rodeado pelo seu fôsso.

No local restam as ruínas da povoação primitiva que se supõe antiquíssima. Descreve-nos Miguel Leitão de Andrade a história maravilhosa de um rei, chamado Arouce — donde adviria o nome da povoação — que dominava, no tempo de Sertório, Conimbriga (Condeixa-a-Velha), o qual para fugir aos inimigos que arrasaram a capital do seu reino, construiu o aludido castelo, por isso chamado de Arouce, para onde se conduziu com sua filha Peralta, que depois encantou juntamente com enormes tesouros, com o fim de os salvar de caírem nas mãos dos inimigos.

Outros autores porém, menos fantasiosos atribuem a edificação do castelo aos árabes e a reedificação em 1080 ao célebre conde D. Sisnando que tão grande influência teve no desenvolvimento da enorme região de Coimbra que governava.

O castelo tornou mais tarde a cair em poder dos sarracenos, sendo reconquistado no fim do século XII pelos portugueses, ignorando-se se por D. Afonso I se por seu filho D. Sancho I. Consta que nessa altura foi ali encontrado um livro antigo, contendo, além do mais, o famoso poema atribuído a D. Rodrigo, o último rei godo, no qual se trata da conquista da Lusitânia pelos mouros.

Julga-se que a vila da Lousã foi transferida para o sítio actual, um formosíssimo vale, junto à ribeira de Arouce, próximo do primitivo local, durante o reinado de D. Sancho I.

No foral que Lousã recebeu de D. Manuel I pelo qual passou à categoria de vila, diz-se que a terra da Lousã fôra dada ao concelho de Arouce que depois se chamou Foz de Arouce que era, por conseguinte, o seu primitivo nome.

MIRA

PROVAVELMENTE Mira foi povoação romana. Sabe-se que já existia no tempo dos árabes, dos quais recebeu o nome actual. Mira é corrupção da palavra árabe «Mir», ou Emir, nome apelativo de príncipe chefe. Também significa honra e nobreza de sangue real — e vem a ser povoação do Senhor.

Em Fevereiro de 1095, antes, por consequência da fundação da nacionalidade, na doação que o Conde D. Raimundo fez aos novos povoadores de Montemor-o-Velho, é particularmente nomeado Zalema Godinho ao qual é concedida a vila de Mira com todos os seus termos e um moinho que está junto á fonte de Carabôl.

MIRA — Vista da praia e da Barrinha

Por êsse documento (Doc. de Santa Cruz de Coimbra) se fica sabendo que Zalema Godinho era já o usufrutário das terras de S. Tomé de Mira — que é hoje a freguesia sede do concelho — que a doação do conde tornou em sua propriedade e senhorio.

Ao mesmo personagem se deve a fundação da igreja de S. Tomé de Mira de que seu filho, Godinho Zalema, foi primeiro paroco. Este foi depois um dos primeiros cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, a cujo convento uniu a sua igreja de Mira.

Mais tarde Godinho Zalema ascendeu pelos seus méritos ao bispado de Lamego, a cujas honrarias veio a renunciar para se recolher ao Mosteiro de Grijó, da ordem a que pertencia, onde morreu e foi sepultado.

Foram alcaides-mores de Mira os Tavares.

Não consta que a Mira fossem dados forais antigos.

A terra é muito fértil.

Presentemente Mira, que sofreu também como todo o País, o natural influxo renovador do Estado Novo, está em franco e progressivo desenvolvimento.

A seis quilómetros da sede do concelho está situada a praia de Mira que lhe pertence. A povoação é importante e populosa, sendo os seus terrenos muito produtivos. A sua grande produção — batata, que é deliciosa, e feijão — é exportada em grande quantidade, mas a principal exportação é constituída por pescado.

A praia, propriamente dita, é magnífica e na época balnear é muito concorrida de banhistas.

Junto aos palheiros da praia existe uma formosa bacia de água doce, conhecida pelo nome de «Barrinha». Como não há corrente alguma, os banhistas que lá acorrem e os próprios habitantes divertem-se ali sem temer qualquer perigo.

Miranda do Corvo

SITUADA sôbre o Rio Dueça que a atravessa ao meio, mas ligadas as margens entre si por duas pontes em cantaria, fica a vila de Miranda do Corvo, a nove quilómetros de Lousã e a doze de Penela.

Por todos os lados a cercam as elevadas alturas das serras de Miranda do Corvo, Espinho, Piedade e Vila Nova, o que tornam a povoação, assente numa bacia abrigada, amena, agradável e fértil.

Não se sabe a época da sua fundação, mas crê-se antiquíssima, pois ainda existem vestígios da existência remota, no local, de um castelo e cisterna. Por outro lado, entre o Corvo e Miranda descobriram-se por diferentes vezes alicerces de cantarias, o que testemunha ter ali existido uma povoação em tempos recuados de que não se guardou memória.

Atribue-se a D. Afonso I a reedificação e povoamento da vila, em 1160, sendo provável que lhe tivesse dado foral nessas alturas, mas Franklim nada menciona acêrca do assunto.

Ainda no campo das suposições, consta que o castelo seria provavelmente de construção romana. Pinho Leal, no seu «Portugal Antigo e Moderno», pretende que os mouros o tomaram em 1116, assassinando ou cativando a sua guarnição.

Alexandre Herculano esclarece na «História de Portugal» que os castelos de Miranda, Soure, Santa Eulália e outros formavam nesses tempos uma linha em semi-círculo, de fortificações avançadas, que defendiam Coimbra, pelo E., S. e O.

Miranda do Côrvo foi berço de varões notáveis que muito ilustraram o seu nome. Pertenceu, como senhorio, á família dos Sousas, a mais nobre depois da real, pois são seus membros os duques de Cadaval e de Leixões, os descendentes dos marqueses de Minas, os condes de Redondo e de S. Tiago e uma completa geneologia de nomes da mais elevada estirpe.

Primeiramente senhores de Miranda do Côrvo, os Sousas, passaram depois a condes do mesmo título até que o 7.º, D. Pedro Henrique de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, filho do infante D. Miguel, foi elevado por D. João V, em 1718, a duque de Lafões.

Por sua vez, o «Santuário Mariano» acrescenta que D. Manuel reformou o foral dado por Afonso Henriques a Miranda do Côrvo, vila que aquele rei deu ao 1.º duque de Aveiro em cujo estado se achava em 1712, tendo antes, porém, sido dada por D. Diniz, em 1315, a D. Isabel, filha de seu irmão, o infante D. Afonso.

Os condes e senhores de Miranda eram quem ali punha as justiças. O juiz ordinário da vila era directamente subordinado ao corregedor de Coimbra. O capitão-mor estendia a sua jurisdição á vila de Podentes e á freguesia de Campêlo.

A' distancia de três quilómetros da vila, a E., próximo ao lugar de Tábuas, foi construído o santuário e casa de Nossa Senhora da Piedade, conhecida por capela do vale da Piedade. Está situada na garganta de duas serras e nos meses de Agosto e Setembro é muito concorrida de romeiros.

Para o sul da vila, também a três quilómetros de distancia, perto duma serra eminente, numa planície cercada de árvores silvestres, mandou uma mulher erigir a capela a Nossa Senhora dos Milagres, advogada contra as aflições do coração e dores internas, pelo que os devotos lhe oferecem votivamente corações e outras vísceras de cera.

No ponto mais bonito do concelho, na freguesia de Semide, fica o Senhor da Serra, cuja imagem se venera na capela erecta no lugar, com grandíssima devoção, em romarias anuais a que concorrem milhares de romeiros.

O Senhor da Serra, pelo grande desenvolvimento turístico atingido nos últimos anos, é hoje, com justiça, considerado um dos mais formosos arrabaldes de Miranda e de Coimbra e, por isso mesmo, muito visitado.

Um trecho de Miranda — *Paços do Concelho*

Penela

EDIFICADA sobre uma colina, em redor do seu vetusto castelo, Penela é de fundação muito remota, supondo-se que datam do tempo dos romanos as suas primeiras fortificações.

Sabe-se no entanto que, já em princípios do século VIII, existia, pois nessa época foi destruída pelos árabes, e reedificada em 1080 pelo Conde D. Sisnando, Governador de Coimbra.

Em 1129, os irrequietos mouros tornaram a destruir as fortificações.

Foi D. Sancho I quem as reconstruiu e ampliou em 1187.

Dessas fortificações, ou seja do seu vetusto e desmantelado castelo, diz o escritor Luiz de Oliveira Guimarães: «Se Penela carecesse de quaisquer pergaminhos para atestar a sua nobre antiguidade, teria no seu castelo o testemunho fiel de que tem representado atravez da vida portuguesa um dos mais antigos concelhos do país. Mas quem entrar no velho castelo penelense e se debruçar nas suas ameias veneraveis, ouvir as suas pedras gloriosas e conviver, um momento que seja, com as suas sombras patriarcais, escutará, como se folheasse um livro evocador, não apenas a história do velho município que das mãos de D. Afonso Henriques recebeu em 1137, a sua carta foraleira, mas a própria história da nacionalidade cujos oito séculos, completados agora constituem um exemplo vivo de fé, de persistencia, de heroísmo, de comunidade, de continuidade histórica, de força moral que convem apontar, nesta inquietante hora de desagregação política, a muitos povos do Mundo. Não é facil dizer em que época se levantou o nobilíssimo castelo cuja torre de menagem, erguida pelos alvanéis de D. Deniz, ainda hoje domina os vales e as montanhas distantes. Possivelmente reconstruído sôbre as ruínas dum antigo castelo romano ou godo, o que se sabe é que êle já existia, sensivelmente como é hoje, no começo da nacionalidade; que acompanhou Portugal através da sua evolução; que mais do que uma vez, o seu braço forte se ergueu em defesa da sua independência; e que ainda hoje, na gloriosa velhice dos seus cabelos brancos, continua sendo para Penela e para o seu concelho, o éco heroico do seu passado — e a voz profectica do seu futuro.

PENELA — Castelo

A actual Camara Municipal de Penela a que preside a zeloza actividade de António Perestrelo, verdadeiro filho adoptivo do concelho, desde logo inscreveu no seu programa a reconstituição do velho monumento. Boa vontade não falta, como decerto não faltará o indispensavel auxílio do Govêrno. Por consequência, mãos á obra. As seis freguesias do concelho — Cumisiva, Espinhel, Podentes, Rabaçal, Santa Eufemia e São Miguel — veriam mesmo com orgulho, nessa reconstituição, a antecipada certeza de que um novo período realizador se abriria ás suas próprias aspirações. O velho castelo transformar-se-ia, deste modo, numa espécie de castelo de fadas, novinho em folha, donde sairiam — quem sabe? — ao simples toque duma varinha mágica, escolas, fontes, estradas, muros caiados, beirais floridos, pão para a bôca, jardins para os olhos...»

Penela tem tradições históricas, de que muito justamente tem de se orgulhar.

Soure

REMONTA a tempos recuados da história a origem da fundação de Soure.

Várias inscrições e achados comprovam a existência já no século II da era de antes de Cristo, da antiga vila que ao tempo estaria edificada no local onde é hoje a Quinta da Madalena ou Caramóa, na margem esquerda do rio Anços.

A sua fundação é atribuida a uma colónia dos primitivos lusitanos.

Mais tarde, os seus habitantes para fugirem à invasão árabe no século IX, transportaram-se com os seus haveres, para a margem direita daquêle rio, aí se fixando em definitivo. Mas nesta nova instalação foram principais povoadores os colonos saurenses, provenientes da margem do rio Sôr, na Galiza.

Deve originar-se nesse facto o nome que recebeu: Saurium, que o decorrer dos tempos transformaria em Soure.

Supõe-se que tinha muralhas e castelo, como era comum em todas as grandes povoações romanas e como era próprio da época, para defesa contra as invasões dos estrangeiros.

O local escolhido pelos saurenses para se estabelecerem foi junto de um velho castelo que servia de claustro de monjas.

Foi êsse castelo teatro de muitas lutas e revezes, sendo a sua história uma das mais interessantes e repleta de curiosos pisódios.

Sabe-se que no final do século IX foi êsse castelo, a que já então se chamava «velho», restaurado por D. Afonso III, em 883, para defesa de Coimbra, provando-se assim que a sua origem é anterior a esta data.

Em 1037 o Miramolim de Marrocos à frente das suas hostes saqueia e arraza o antigo castelo, certamente para castigar os seus habitantes pela resistência que lhe opôs.

O seu domínio porém não chegou a durar trinta anos, pois em 1064 foi o castelo reconquistado e restaurado dos maus tratos que sofreu por parte dos sarracenos.

Depois, em 1095, estava a região sob o domínio do Conde D. Henrique, pai do «Fundador». Chegavam então até aqui os limites do condado portugalense.

De 1117, há notícias de terem os sourenses incendiado o castelo e as suas habitações, após o que em fuga se acolheram em Coimbra.

A povoação tornou a ser reconstruida, pouco tempo depois, e logo de seguida arrazada pelo mouro Ali-Ben-Tesim.

Soure decai um tanto da sua importancia primitiva durante muitos anos até que em 1123, é o castelo da povoação mandado reconstruir. A ordem para êsse efeito partiu de D. Teresa.

Nesse mesmo ano o Bispo D. Gonçalo enviou a Soure o experimentado técnico de assuntos militares, S. Martinho Lourense que desnevolveu uma apreciavel actividade, de modo que um ano decorrido estava o vetusto castelo completamente restaurado.

Em 1125 a vila era repovoada, sendo o castelo doado a D. Gonçalvo Gonçalves, para em 15 de Março de 1128 passar à posse dos Templários.

A vila de Soure recebe então notavel incremento na sua expansão, de tal maneira que em 19 de Março dêsse mesmo ano, eram-lhe concedidos direitos de Município.

No ano seguinte, isto é, em 1129, D. Afonso Henriques confirmou o foral dado por seus pais a Soure em 1111.

Eram êsses, porém, tempos de guerras e de assédios constantes, e assim a importante vila é mais uma vez invadida pelas hostes do Islam, que a retomam não sem grande resistência por parte dos seus habitantes.

Os militares prisioneiros e o povo captivo são levados para Santarém, onde aguardarão destino.

Mas em todo o território que mais tarde havia de ser a pátria portuguesa velava o génio militar de D. Afonso Henriques, não sem razão cognominado o «Conquistador».

E' devido a isso que a 8 de Maio de 1147 os sourenses cativos em Santarém são libertados por D. Afonso Henriques com a tomada daquela cidade.

Os Templários continuam na posse da vila de Soure, formando de três aldeias do Município as vilas de Pombal, de Ega e de Redinha, que sob o seu vigoroso impulso se tornaram florescentes e progressivas.

Muitas famílias nobres, atraídas pelo renome de Soure, ali foram estabelecer-se.

Entre essas famílias contam-se as dos apelidos de Melo, Coelho, Arnaut, Nápoles, Silva, Quadros, Albergaria, Ataíde, Botelho, Cabral, Lemos, Meneses, Albuquerque, Azevedo Amado, Castelo Branco, Barbosa, etc., etc.

Através dos tempos serviram de sede do concelho as freguesias de Vila Nova de Anços, Gesteira, Samuel e Pombalinho, e os lugares de Urmar, Carvalhal de Azoia, Serraventoso e Paleão.

Sousa Viterbo e outros eruditos de renome são de opinião que a famosa batalha de Ourique ter-se-ia travado nestes sitios, junto a Pombalinho, freguesia deste concelho.

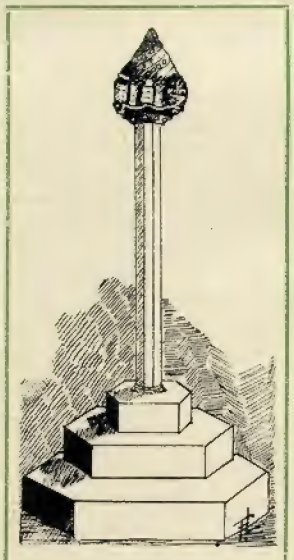
No lugar do Casconho, freguesia e concelho de Soure nasceu o Marquês de Pombal, o que é um dos motivos de orgulho dos sourenses.

As invasões francesas, de tristíssima memória, também por esta região deixaram indelíveis vestígios da sua passagem, tendo incendiado os melhores prédios da vila e das freguesias vizinhas, matando ainda cêrca de 300 pessoas muitas das quais inofensivos habitantes.

Hoje Soure é uma das vilas mais progressivas do país, ufanando-se com legítima razão da sua história e tendo justificados motivos para esperançar do seu futuro.

TABUA — Santuário do Senhor dos Milagres

SOURE — Camara Municipal



SOURE — Pelourinho de Vila Nova de Anços

SOURE — Uma vista do Castelo

TÁBUA

O nome de Tábua querem alguns historiógrafos que provenha de uma ponte de madeira que ali houve sôbre o Rio Mondego, ponte que foi substituída pela actual, construída em cantaria lavrada, com cinco arcos.

Tábua é pobre de tradições históricas e nunca teve foral velho ou novo.

As terras de Tábua — diz Pinho Leal, referindo-se a 1768 — são uma agregação de diversas povoações todas com o mesmo nome comum, mas nenhuma em particular, dado que cada uma é designada pelo seu nome próprio: Alvarelhos, porém, vila antiga, é como o centro e a principal de todas elas.

A superfície do concelho é montuosa mas aprazível, pelos vales que o cortam e águas que o fertilizam, pois que, além de diversas fontes, nascem dentro dos seus limites muitas ribeiras, tais como:

Ribeira de Tábua — nasce perto a Sergudo e desagua no Mondego.

Ribeira do Remouco, que a seguir toma o nome de Ribeira de Azere, nasce junto a Olhas e acaba no Mondego.

Ribeira das Barras que divide o concelho do de Midões e desagua no Rio Cavalos.

Ribeiro de S. Facundo, que nasce jnto á povoação do seu nome e se junta depois á Ribeira de Tábua.

Ribeiro da Cabrieira — nasce junto a Mancelos e morre no Mondego.

Em Tábua existiram os paços dos Cunhas, que foram seus senhores donatários. Principiou esta família por Vasco Lourenço da Cunha, bisneto de Guterres da Cunha. Um dos senhores de Tábua, D. António Alvares da Cunha foi pai do famoso D. Luiz da Cunha. Os aludidos Cunhas foram também senhores do extinto concelho do Gestaçó.

Havia quatro casas vinculadas, todas de bons rendimentos, constando que também existiram noutros tempos alguns mosteiros de freiras, dos quais não restam, porém, nenhuns vestígios.

Em 1876, houve no concelho uma terrível epidemia que matou muita gente, tendo nalgumas casas morrido toda a família.

No sítio da Várzea da Tábua foi por D. Raimundo, Conde de Coimbra, casado com D. Urraca, filha do Rei de Leão e Castela, D. Afonso VI (que havia tomado o título de Imperador das Espanhas) dada grande batalha aos reis mouros de Lisboa e de Leiria, aos quais desbaratou as respectivas fôrças.

Foi êsse acontecimento em Janeiro da era de César 1095 (ou seja no ano de 1057 de J. C.) e os reis mouros chamavam-se Iben-Rasis, o de Lisboa e Turfon, o de Leiria.

Tem aguas termais, excelentes: as de S. Geraldo, na freguesia de Covas, e as da Várzea Negra, na freguesia de Póvoas de Midões.

Distrito de Evora

EVORA é uma das mais nobres e antigas cidades da Peninsula hispanica.

Segundo uns foi fundada pelos eburonas, antigos povos da Espanha, 2059 anos antes de Cristo, com o nome de Ebura, ou Elloura, ou Ebora; segundo outros os seus fundadores foram os celtiberos; segundo outros, ainda, a fundação da cidade deve-se aos tartesios andaluses e, finalmente há quem a dê como a primeira cidade fundada pelos netos de Noé, conservando o nome e sitio primitivos.

Qualquer, porém, que fôsse o seu início, o que é incontestavel é que Evora é muio anterior ao dominio dos romanos, devendo o seu maior esplendor e os mais soberbos edificios ao imortal Sertorio, que não só erigiu monumentos de valor, como lhe deu margem para grandes cometimentos futuros, sendo ele quem lhe mandou fazer as primeiras fortificações.

Com a morte de Sertorio muito lucraram os romanos, que achando os lusitanos sem um chefe que pudesse competir em instrução e táctica militar com os seus generais, os venceram, mas não sem muitos e sanguinolentos combates e batalhas, não deixando, ainda assim, os romanos de serem varias vezes derrotados, pagando carissimo a vitória.

Com o geral dominio da Lusitania, considerada provincia do Imperio, chegou Evora a um grau de esplendor tal, que era a primeira cidade do reino.

EVORA — Antiga Universidade

Mas os dominadores não gozavam sempre em paz o seu novo dominio. As extorsões, abusos e crueldades praticados pelos pretores, propretores, e outras entidades, por muitas vezes exasperaram os povos da Peninsula, obrigando-os a revolucionarem-se.

Por estas razões se revoltou tambem Evora, entre os anos 90 e 100 de Jesus Cristo, seguindo-lhe o exemplo Lamego e outras cidades da Lusitania. Trajano mandou, então, 14 legiões subjugar os revoltosos e arrasar as cidades, que se haviam insurgido.

Evora, nesta conjuntura, deveu a sua salvação a Lucio Vaconio Paulo, pelo que, em testemunho de gratidão, lhe erigiu estatuas com magnificas inscrições.

Nada mais de notavel consta ocorrido em Evora desde então até ao dominio romano, senão a edificação de alguns monumentos e os grandes foros e privilegios, que foram concedidos a esta cidade, que, por isso, tomou o nome de Liberalitas Julia.

Foi Evora sempre muito requestada por todos os povos; ocupada pelos árabes em 716, foi resgatada em 753 por D. Fruela I, rei de Oviedo; reconquistada em 760 por Abd-el-Raman, califa de Cordova, foi de novo arrancada ao dominio

EVORA — Adro da Igreja de S. Francisco

infiel em 1037, por D. Fernando Magno, rei de Oviedo e Leão, mas, poucos anos depois, tornava a cair em poder dos mouros, para ser, definitivamente, tomada em 1166 por Geraldo, o Sem Pavor, que a mandou entregar a D. Afonso Henriques, tendo-o este rei nomeado alcaide-mor da cidade, com a concessão de muitas mercês.

As muralhas mandadas fazer por Sertorio foram depois ampliadas por D. Deniz, continuando as obras no reinado de D. Afonso IV e só terminando no de D. Fernando.

D. João IV deu principio a um novo plano de fortificações, que constava de 12 baluartes e 2 meios baluartes, ligados ás muralhas existentes. D. Afonso VI e D. Pedro II continuaram essas obras, mas não se chegaram a concluir.

Evora foi côrte de reis, sendo dali que partiu D. Afonso IV, a pedido do rei de Castela, para dar batalha aos mouros, tendo-os vencido na famosa batalha do Salado, que foi mais um trofeu de gloria a juntar a tantos das armas portuguesas, tendo instituido, quando tornou vitorioso, a confraria de Nossa Senhora da Vitoria, em acção de graças.

Teve Evora três forais: o primeiro de D. Afonso Henriques, em 1167, que foi confirmado por D. Afonso II, em 1218; o segundo dos mouros forros, em 1293 de D. Afonso III e o terceiro de D. Manuel, em 1501.

Foi em Evora que D. Manuel mandou em descoberta da India, Vasco da Gama, que ali residia, sendo em Nossa Senhora de Espinheiro, que recebeu as primeiras noticias da feliz descoberta do Oriente.

Arraiolos

É Arraiolos uma antiquissima e notável vila da provincia do Alentejo, acêrca da fundação da qual correm variadas e desencontradas versões; pretendem uns que tenha sido a Calantica dos Romanos e que tivesse sido fundada pelos galo-celtas 360 anos antes de Cristo; querem outros que tenha sido a velha Arandiz, descrita por Ptolomeu; e outros ainda que tivesse sido edificada pelos sabinos, tusculanos e albanos, cêrca de 200 anos antes de Cristo, os quais deram o govêrno da vila a um capitão grego de nome Rayeo, donde tomara o nome de Rayolos, que pelo decurso do tempo se tornou Arraiolos. Seja como fôr, é porém certo que em sitio não muito distante da vila, a menos de uma légua para Noroeste, onde está hoje a pequena aldeia de Santana do Campo, houve povoação romana, o que se verifica pela simples observação da Igreja de Santana, formada nos restos de um templo romano e que é considerada monumento nacional. A vila de Arraiolos arruinou-se e despovoou-se com as invasões dos povos bárbaros do norte, que destruiram o imperio romano; com a dos árabes e depois nas guerras travadas entre estes e os cristãos. Foi doada em 7 de Maio de 1217 por D. Afonso II a D. Soeiro, Bispo de Evora, com permissão de construir o Castelo; a-pesar-de ser perpétua e hereditária a doação, sabe-se que mais tarde D. Afonso III promoveu demanda sôbre o dominio de Arraiolos e outras terras e a vila continuou a ser dominio régio; o Bispo D. Soeiro não se aproveitou da concessão de construir o castelo e foi D. Deniz o fundador do castelo de Arraiolos, que está situado ao Norte da povoação, sôbre um monte de forma cónica, mais alto do que os montes vizinhos e coroado no vértice pela antiga igreja matriz de S. Salvador, actualmente chamada Igreja do Senhor dos Passos. D. Deniz deu-lhe foral em 1310, depois de o mandar reconstruir e povoar; posteriormente foi o senhorio da vila dado por El-Rei D. Fernando com o titulo de conde de Arraiolos a D. Afonso Pires de Castro, irmão da celebrada D. Inez; D. João I depois da morte de D. Alvaro cedeu aquele dominio a Fernão Alvares Pereira, irmão do Condestável D. Nuno, a quem o senhorio da vila passou depois da morte daquele. O castelo de Arraiolos teve o seu importante papel nas lutas da independência e quando dessas lutas os hespanhois tomaram Evora, entraram também em Arraiolos e lançaram fogo ao castelo, que continha muitas casas de habitação dentro das muralhas. As muralhas, o castelo e a barbacã para defesa da vila foram reparados e restaurados com o auxilio dos habitantes, que fizeram quanto puderam no tempo de D. João IV. Sabe-se, todavia, que em 1655 estava o castelo novamente arruinado. A vila de Arraiolos cêrca de 1664, num bravo impeto de energia e patriotismo, não duvidou impôr a si própria um pesado tributo com o fim de reformar o seu castelo; o tributo foi recebido, mas a obra ficou por fazer porque o dinheiro foi aplicado nas fortificações de Evora; o abandono do castelo começou desde então e nunca mais foi restaurado nem habitado. Fizeram-se em 1936 umas pequenas reparações na muralha e tôrre do castelo, por conta dos Monumentos Nacionais, na importancia de cinco mil escudos e bom seria que nele se fizessem outras reparações de que necessita para evitar que se perdesse semelhante monumento militar, que na defesa do País desempenhou papel de subido relêvo. O velho castelo está situado no alto de um

ARRAIOLOS — Pelourinho

monte com cêrca de 400 metros de altitude e á sua sombra protectora parece ainda acolher-se confiante e serena a actual povoação. Do seu cimo desfruta-se um vasto e belo panorama e podem ver-se muitas e distantes terras. E' interessante ver-se a silhueta elegante e dominadora do vetusto castelo, de qualquer ponto que o viajante se dirija a Arraiolos e sobretudo das estradas de Evora e Pavia. E' uma vila branca e limpa, lavada de bons ares e a alvura do seu casario é sobremaneira conhecida.

Tem dignos de serem apreciados além do velho castelo, o salão nobre dos Paços do Concelho, cujas paredes se encontram guarnecidas de ricos e vistosos painéis do conhecido pintor português, daqui natural, mestre Dórdio Gomes, alusivos á vida agricola e factos históricos da vila; as igrejas da Misericórdia e a do Convento dos Loios, revestidas interiormente de magnificos azulejos da autoria de consagrados autores; um original Pelourinho na Praça Lima e Brito e ainda os típicos e tradicionais tapetes de Arraiolos que se fabricam numa modesta oficina particular a que o Estado, a bem da salvaguarda do património e arte nacionais, bem poderia dar o seu auxilio, estabelecendo aqui uma escola técnica de tapeçaria, que é uma das grandes aspirações desta terra.

ARRAIOLOS — Um trecho da vila e o castelo

BORBA Estremoz

BORBA — Ermida de Nossa Senhora da Vitória

BORBA, antiquíssima povoação alentejana, nada tem a atestar a data da sua fundação.

Dizem uns que foram os galo-celtas os primeiros povos que a habitaram, novecentos e setenta e quatro anos antes de Cristo; outros, que esta data é demasiado antiga e que só trezentos e seis anos da mesma época o mesmo povo fundou. Seja como fôr, ou na primeira ou na segunda hipótese, ou, talvez, ainda, nas muitas outras versões que correm acêrca da gente e da época em que nasceu Borba, o que não há quem conteste, pois que não faltam vestígios evidentes da existencia de populações primitivas, é que Borba nos vem de tempos remotíssimos, tendo passado pelas diferentes alternativas que sofreu a Peninsula, até que em 1217 o Rei português D. Afonso II a tomou aos árabes e mandou povoar.

Os seus habitantes cristãos, porém, abandonaram-na, o que obrigou o mesmo monarca a mandá-la de novo povoar, dando-lhe fartos privilégios com o fim de atrair para ela moradores.

D. Deniz, vendo que Borba ainda estava quási despovoada, deu-lhe foral por carta régia datada de 15 de Junho de 1302, em Santarém, com novos privilégios, mandando, segundo reza a tradição, edificar o castelo.

Dizemos segundo a tradição, porque há duvidas sôbre quem o fundou, pois num sitio chamado dos Mosteiros existiu um convento de templários e no castelo há uma pedra com dois malhos esculpidos, que é o emblema da Ordem do Templo. Há quem, portanto defenda a versão de que foram na realidade, os templários que o levantaram e que D. Deniz apenas o mandou reparar.

Borba teve, ainda, um novo foral que lhe foi dado em Lisboa, no 1.º de Junho de 1512, pelo Rei D. Manuel.

A povoação foi antigamente cabeça de condado e depois de marquesado.

Tal como sucede com a sua fundação, não se pode, também, dizer qual a origem do nome de Borba, mas, se quisermos conjugar o distintivo escolhido pelos seus habitantes, ao receberem o foral de Municipio independente, e em que figura um barbo, com a lenda que afirma o seu nome provir de um destes peixes, que foi encontrado numa fonte do castelo, teremos, á falta de melhor de nos contentar com esta hipótese, aliás aceitavel.

Em frente de Vila Viçosa, a bonita vila de Borba, encontra-se num dos mais belos pontos do nosso Alentejo, pois está situada num delicioso e ameno vale, muito abundante de águas, produzindo grande quantidade de cereais, azeite, fruta, muito vinho da melhor qualidade.

Alguns edificios religiosos devem ser enumerados pelo seu valor: Igreja paroquial da Freguesia Matriz, cujo orago é Nossa Senhora das Neves, que pertencia ao padroado da Ordem de Aviz e que foi fundado no ano de 1458; igreja de Santo António, notavel pela riqueza dos mármores, construida, ao que tudo indica, nos principios do século XVIII; Igreja e Convento do Bosque, de franciscanos capuchos e que foi, embora pequeno, em todo o tempo notavel pela

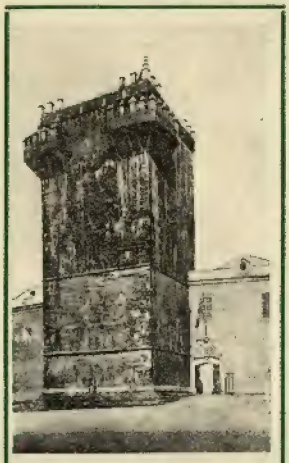
BORBA — Fonte das Bicas

amenidade e formosura do sitio em que se encontra; igreja paroquial da freguesia de S. Bartolomeu, ornada em profusão de belos mármores, achando-se as paredes interiores revestidas de azulejos até á cimalha; Convento das Servas, de freiras franciscanas de Santa Clara, grande edificação quadrangular com a forma clássica das construções monásticas, pátio rodeado de claustros, no interior; Capela da Ordem da Terceira de S. Francisco, na qual se encontra a imagem do Senhor Jesus dos Aflitos, da geral devoção dos habitantes de Borba, tendo de particular o ser todo o seu frontespicio revestido de mármore em xadrezes azues e brancos e sendo o corpo da igreja aberto em nichos com várias imagens de santos penitentes da Ordem Terceira; Colégio e Hospicio de frades paulistas, com a sua igreja anexa; recolhimento de Nossa Senhora das Dores, pequeno edificio com capela anexa, recentemente construida.

Nas suas freguesias rurais também existem alguns edificios religiosos, tais como a igreja paroquial de Rei de Moinhos, o Convento de Nossa Senhora da Luz, situado em Montes Claros e, a pequena distancia desta, a ermida de Nossa Senhora da Vitória.

BORBA—Padrão de «Montes-Claros»

ESTREMOZ encontra-se situada em um dos pontos mais aprazíveis, férteis e saudáveis do nosso fecundo Alentejo. Não se sabe ao certo se a primitiva povoação foi fundada antes dos romanos se terem assenhoreado da peninsula, porém alguns cipos, inscrições e sepultu-



ESTREMOZ—Tôrre de Menagem

ras que se encontram em vários sitios parece demonstrarem que sim, não se podendo, contudo, definir qual a época, nem quais os povos que ali se estabeleceram.

O que é dado como positivo é os romanos terem habitado a região e terem cooperado para o seu desenvolvimento, atestando a sua passagem e domínio—além de outros indicios, um grande lago de 52 metros de comprido, 5 de largura e 2 de espessura, a que chamavam o tanque dos mouros mas que, pelas medalhas e sepulturas existentes, se vê ser obra daqueles.

Ignora-se igualmente donde lhe vem o nome, dizendo uns que foi assim chamado pela grande abundancia de territórios, que os primeiros povoadores ali acharam, e outros que êle deriva da vila se encontrar no extremo da provincia do Alentejo.

Estremoz foi abandonada pelos árabes, que dela se haviam assenhoreado, quando os portugueses resgataram as circunvizinhanças do seu poder, talvez pelo ano de 1166, ao terem os cristãos tomado conta da cidade de Evora.

Depois disto, tudo indica que Estremoz estivesse por longos anos abandonada, até que em 1258, D. Afonso III, vendo que a posição era importante para defesa da fronteira do Alentejo, fundou no cume dum monte um forte castelo e foi á sombra dele que se foi povoando o lugar, começando não só a ser ocupadas as casas que estavam deshabitadas, mas outras que se foram construindo pouco a pouco.

Assim se foi desenvolvendo a nova povoação, assim se foi cobrindo de habitações o monte que cercava o castelo e assim se foi começando a povoar a planicie vizinha.

Foi ainda D. Afonso III que lhe concedeu todos os foros e privilégios de Santarém, dando-lhe assento em côrtes no terceiro banco, entre Olivença e Guimarães.

Foram-lhe dados dois forais; um, por D. Afonso III em Leiria, a 22 de Dezembro de 1258; e outro, por D. Manuel I, em Lisboa, em 1 de Junho de 1512.

Estremoz distinguiu-se sempre pela bravura, lealdade e patriotismo dos seus naturais, nas guerras da independência contra a Espanha.

Fica-lhe próximo o sitio denominado Montes Claros, célebre pela assinalada vitória que os portugueses, comandados pelo marquês de Marialva e pelo marechal Schomberg, ganharam aos castelhanos, comandados pelo marquês de Caracena, general de grande fama, que substituiu D. João de Austria em Junho de 1665.

Enquanto nós perdiamos 700 homens, os espanhois perderam 10.000, sendo 4.000 mortos e 6.000 prisioneiros, bem como a artilharia, bagagens, material de guerra e o mais que cá ficou, pelo que o rei de Espanha foi forçado a pedir pazes que, ainda desta vez, se não fizeram.

Mais tarde, D. João IV, depois da Restauração de 1640, fez aumentar as fortificações de Estremoz e ainda que as primeiras obras de defesa fôssem frágeis, passados poucos anos se construiram com tôda a solidez e segundo as regras da arte, ficando, então, a vila cingida de muralhas, defendidas por dez baluartes, três meios baluartes e um redente, além dos revelins e mais obras exteriores.

O antigo castelo foi reparado, passando a ser cidadela da praça forte.

Tem êste castelo de honroso o ter servido de residência a D. Deniz e sua mulher, D. Isabel, que ali morreu em 4 de Julho de 1336, com 65 anos, quando ia estabelecer pazes entre seu filho D. Afonso IV e seu sobrinho, o rei de Castela.

Também ali residiu e faleceu seu neto, D. Pedro I, a 18 de Janeiro de 1367.

Construida no próprio quarto onde a Rainha Santa exalou o ultimo suspiro, está a Capela de Santa Isabel, mandada fazer por D. Leonor, mulher de D. João IV, depois da vitória das linhas de Elvas, em cumprimento dum voto feito por D. Luiza, para se vencer a batalha.

Tinha Estremoz seis conventos: o Convento de Frades Franciscanos, fundado por D. Afonso III, em 1260; o convento do frade S. João de Deus, que, segundo a sua instituição, era hospital de pobres; o convento de frades agostinhos descalços, que primeiro foi das freiras franciscanas de Santa Clara; o convento de freiras de Malta, S. João Baptista, fundado em 1563, por D. Luiz, filho de D. Manuel I, e o primeiro daquela Ordem; o convento dos Congregados de S. Filipe Nery, fundado por D. Frei Luiz da Silva Teles, Arcebispo de Evora, em 1698 e no qual êle disse a primeira missa no dia 8 de Dezembro dêsse ano; o convento de frades capuchos antoninos, fundado em 1662.

ESTREMOZ — Pelourinho e Igreja de Santo André

Entre outras industrias, impõe-se pela sua originalidade e bom trabalho a da belíssima louça de barro encarnado, tão conhecida e apreciada em Portugal como em Espanha.

Os mármores de Estremoz, tanto pela sua boa qualidade, como pela beleza das suas côres, podem competir com os de Paros e Carrara.

MONTEMOR-O-NOVO

SE tomarmos em conta vários dolmens que apareceram em diversos pontos da região, somos forçados a acreditar que Montemór-o-Novo já existia no tempo dos pre-celtas, muitos anos antes dos romanos terem invadido a Península Ibérica, sendo estes que, durante a sua dominação, mudaram o nome de Montemór, de origem celta, pelo de «Castrum Mallanum» (Castelo de Maulio), voltando, porém, ao primitivo não se sabe quando nem porquê, sendo, porém, certo que no ano 93, sendo imperador Domiciano já se chamava Mons-Major-Novus, nome que lhe é dado ainda no reinado de D. Sancho II, conforme se vê na escritura de composição que êste rei celebrou com seu irmão em 1223, em que a vila figura, entre outras, tais como Evora, Santarém, Tôrres Novas, Tôrres Vedras, Sesimbra, Lisboa, Sintra e Abrantes, como segurança ou penhor do contrato firmado.

No tempo dos árabes tinha Montemór um antigo castelo, que se supõe ter sido de origem romana e que ainda existia em 1139, quando D. Afonso Henriques, depois da gloriosa batalha de Ourique, a tomou aos mouros.

Montemór, porém, que foi abandonada pelos portugueses, só voltou a ser ocupada em 1160 para, em 1191, ser saqueada e destruída por Miramolim, rei de Marrocos, que, contudo, ali se não firmou.

No principio do reinado de D. Sancho I, talvez por ser uma região sujeita a frequentes correrias de sarracenos, encontrava-se Montemór sem habitantes, mas aquele rei, vendo a sua excelente situação, azada para a defesa, por estar num alto sôbre três outeiros, determinou povoá-la, o que fez em 1201, dando-lhe foral em 1203, que foi, depois, confirmado em Santarém por D. Afonso II.

Só mais tarde, porém, em 1503, por novo foral que lhe foi dado por D. Manuel, foi elevada á categoria de vila, com o título de notável e a honra de ter assento nas Côrtes.

Com o fito de atrair gente para Montemór, todos os forais lhe conferiram grandes privilégios, que igualavam os de Evora.

Montemór-o-Novo foi escolhida por D. Deniz para sede duma assemblea que tinha por fim impetrar do Papa Honorato IV o beneplácito para a fundação duma Universidade no reino, facto êsse que prova a grande importancia da povoação, pois encontrava-se á altura de dar quartel a gente de tão elevada categoria.

Quando do falecimento do rei D. Fernando, a praça de Montemór-o-Novo, tendo á sua frente D. Nuno Alvares Pereira, pôs-se incondicionalmente ao lado do Mestre de Aviz.

Os piratas africanos, não se contentando em nos tomar os navios no alto-mar, desembarcavam com frequência nas costas de Portugal, saqueando as povoações do litoral e fazendo cativos os seus habitantes.

Quis D. João I infligir-lhes uma severa lição e, em 1415, saí de Lisboa, como para uma caçada, e dirigiu-se para Montemor-o-Novo, aonde mandou chamar o Condestável que então residia em Arraiolos, a-fim-de com êle combinar um assalto á praça africana de Ceuta, covil favorito dos piratas.

O plano foi gisado entre os dois no maior segrêdo, para depois ser discutido em conselho, que se realizou em Tôrres Vedras, tendo ficado resolvido levar a emprêsa por diante e reclamando D. Nuno Alvares Pereira para si a façanha de ser o primeiro a desembarcar na costa africana.

Foi a 14 de Agosto de 1415 que D. João I, fazendo-se acompanhar pelos seus dois filhos mais velhos, pelo Condestável, por muitos fidalgos portugueses e por um pequeno mas aguerrido exército, tomou de assalto a importante praça e cidade de Ceuta.

Sôbre o nome de Montemór-o-Novo corre, também, a seguinte

MONTEMOR - O - NOVO — Porta principal do castelo

versão, que registamos por curiosa: Quando D. Sancho I mandou ali edificar um castelo, preguntaram-lhe em qual dos montes se havia de construir, ao que o rei respondeu — no monte-mór, e êste nome lhe ficou.

Foi Montemór-o-Novo solar de famílias nobres e berço de figuras ilustres. Dentre estas destacaremos:

Rui Dias da Ribeira, alcaide-mor da vila da Amieira e fidalgo ilustre da côrte de D. Manuel; Soeiro Martins, que assinou, como procurador da cidade de Coimbra, na carta de juramento de D. Afonso Henriques, em 1152 sôbre a aparição de Jesus Cristo, na véspera da batalha do campo de Ourique; os irmãos Soeiro Mendes e Gonçalo Mendes da Maia, «o Lidador»; adiantado-mor de D. Afonso Henriques, pelos anos de 1136 a 1155, em que morreu em batalha contra os mouros, cheio de anos e coberto de glória.

MONTEMOR-O-NOVO — Igreja do Calvário

MOURÃO — Tôrre de Menagem

Mourão

A cêrca de cinco quilómetros da margem esquerda do Guadiana, na encosta dum outeiro, sôbre que assenta o velho castelo, fica a vila de Mourão, cabeça de concelho, distrito e Arcebispado de Evora e comarca de Reguengos de Monsaraz.

Povoação antiga, de cujo início nenhum conhecimento seguro, nem testemunho autêntico, chegou até nós, Mourão salvo o castelo que no teto do seu outeiro campeia, não possue nenhum monumento que se imponha pela antiguidade ou pela grandeza da fábrica. As suas edificações, na quási totalidade dum só pavimento, são modestas e relativamente modernas, não indo, as mais antigas além do século XVII. E' que a sua situação fronteiriça a sujeitou por vezes a incêndios e destruições resultantes da sanha bélica entre Portugal e Espanha.

Pode afirmar-se é que Mourão é de nacionalidade portuguesa quási no início da nação, tendo sido conquistada nalguma das frequentes gazivas que os cavaleiros cristãos faziam em território inimigo, na ansia de alargarem os lindes dos domínios da Cruz. Quiçá teria caído após a tomada de Evora, ou a de Moura, cujo termo ainda era no tempo de D. Deniz, conforme se lê numa Carta de Graça que El-Rei fez a Dona Tareija Gil «que tevesse enssa vida a vila do Mouron».

Abandonada depois da tomadia ou ermada pelas contingências da luta, a vila de Mourão foi repovoada, em 1226 por D. Gonçalo Egas, prior dos Hospitalários. Este lhe deu foral que, mais tarde, em 1298, foi confirmado, ou antes reformado por D. Deniz. E dizemos antes reformado, porque o Rei Lavrador deu a Mourão o mesmo foral que Evora fruia. Então se deveria ter começado a construção do castelo que servisse de sentinela avançada contra os vizinhos e de refugio para os moradores, sempre que as trompas de guerra abalassem com seus tétricos sons os ares alentejanos.

O castelo primitivo, porém, só foi terminado por D. Afonso IV.

Mais tarde, no século XVII, quando Portugal se separou do vizinho poder de Espanha, que tanto o molestava, Mourão sofreu as duras consequências da sua posição fronteiriça. Nos trabalhos conspiratorios que preparavam a revolução de 1640, Mourão, por intermédio do seu alcaide-mor, Pedro Furtado de Mendonça, um dos conjurados mais entusiastas e mais decididos, serviu magnificamente a causa da libertação pátria, resgatando assim o seu alheamento do movimento de 1637, cujo centro foi a nobilíssima cidade de Evora, mas em que estavam compreendidas muitas povoações alentejanas.

Em 1657, na guerra da Restauração foi Mourão conquistada e arrasada pelos espanhois comandados pelo Duque de S. German. Façanha foi essa de pouco lustro para armas inimigas, pois a praça, apenas com uma guarnição de 400 homens comandados por João Fernandes da Cunha, foi investida por 14.000 homens, e, falta de mantimentos e recursos defensivos de valor, conseguiu resistir quatro dias, desprovida de qualquer socorro exterior. Neste mesmo ano, porém, as armas portuguesas dirigidas superiormente por João Mendes de Vasconcelos reconquistaram a praça, que não mais tornou a cair em poder de inimigos.

Nas lutas travadas em torno de Mourão nessa guerra, tomou parte como combatente o capitão António da Fonseca, o esturdio capitão Bonina que mais tarde tomou o habito duma Ordem religiosa sob o nome de Fr. António Chagas. Poeta e dos não menos apreciados do seu tempo.

Passada a luta e já o seu castelo enriquecido e alargado com obras novas de fortificação que fizeram de Mourão praça regularmente defensavel, a vila foi-se desenvolvendo, mercê da riqueza de seus campos, ricos de cereais, oliveiras, gados e frutas, que fartamente a abasteciam e lhe asseguravam o desafogo económico. Depois, como tantas vezes acontece, distanciado dos grandes centros do País, do qual nos anos fortes de invernias, ficava absolutamente isolada, foi decaindo, e da povoação que no regime absoluto tivera seu assento em Côrtes, por mais de uma vez, no século XIX, no regime constitucional perdeu

MOURÃO — Foral da vila

a própria autonomia concelhia, sendo a ultima, em 1895, no Govêrno do sr. João Franco.

A pouca diligência de seus naturais não pouco contribuiu para essa decadência de que hoje, felizmente, vai ressurgindo graças á fertilidade dos seus terrenos.

Incontestavelmente Mourão parece entrar num período de progresso, que convém fortalecer e assegurar pelo trabalho e pelo amor á terra.

PORTEL

SITUADA num dos ultimos contrafortes da serra de Portel, a antiga vila dêste nome só conserva hoje a maior parte do castelo arruinado, com a tôrre de menagem cerceada, ameias, e os baluartes, e revelins, e cortinas dos muros, que a cingiam no limitado ambito, em parte já prostrados da mão do homem.

Há neste castelo manifestos vestigios de muralhas árabes, como se patenteia á evidência que sofreram diferentes acrescentamentos, em épocas diversas.

Dista esta vila da cidade de Evora 35 quilómetros contra ESE, na altitude de 341 metros sôbre o nivel do mar.

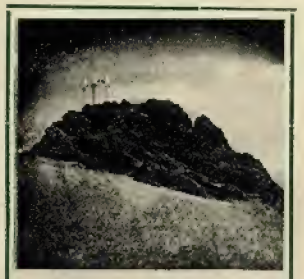
Antes de falar da sua construção e população portuguesas, alguma coisa se deve escrever da sua antiguidade, anterior á monarquia.

Donde lhe vem a primordial origem coisa é nebulosa na história: não pode o homem indagar, ir seguro além dos tempos alumiados dela.

Seria povoado de fenicios? De romanos? Talvez; que não longe do local onde hoje existe, no sítio dos Algares se topam abandonadas minas de metais, porventura exploradas daqueles povos, dos primeiros que os fundaram.

De árabes, ou mouros o foi ela certamente, não só pelos vestigios das muralhas de taipa do castelo, como pelo que brevemente se verá. Têm as serras de Portel a configuração como que de enorme ferradura, cujo centro é composto de várias bacias de fértil solo, que foi conhecido e habitado de mouros, donde provável será lhe venha o nome que tem, se não significa deminuitivo de Portela, ou não é o nome de Portel em França que por semelhança topográfica lhe daria o fundador e povoador cristão que andou por aquele país.

Permaneceu a primitiva Portel fechada no seu cinto de taipa e pedras até á aclamação de D. João I, tempo em que, serenadas as guerras entre os dois países e vindo dias remansosos de paz, a povoação começou a irradiar, derivando pela encosta e sopé do monte, onde já podia viver sem necessidade de vestir cota de armas e sem receio de incursões castelhanas. Para a parte sul do monte deveria começar a irradiação dos habitantes da vila velha, que, no decorrer dos anos, foram não só desprezando as antigas habitações, como construindo outras ao longo da base do monte, por todo o poente, quási até ao norte, como hoje subsiste. Lá dentro do castelo há só ruinas actualmente: de três igrejas: S. João, Santa Maria e S. Vicente só há vestigios de uma dentro da fortaleza, talvez a de S. João, nome do fundador. Da matriz Santa Maria, construida por D. Nuno Alvares Pereira apenas se assinala o local que ocupára. E' mudo êsse arruinado castelo, nem uma lápida qualquer, uma palavra só, uma data contém. Apenas existem sôbre a porta principal dois escudos de armas: o do fundador Abolm e o dos portugueses, da primeira dinastia.



PORTEL — Igreja de S. Pedro edificada sôbre os rochedos

Reguengos de Monsaraz

A povoação é muito antiga. Diz-se que foi cidade romana com o nome de «Ourégia» ou «Turégia». D. Sancho I lhe deu foral em Coimbra, no 1.º de Julho de 1206, e seu filho D. Afonso II, o confirmou, também em Coimbra, em Novembro de 1217. Não teve foral novo. O nome que lhe dá o foral velho é Reguengo de Vila Nova. A freguesia de Reguengos está situada entre campinas, pertencentes á Casa de Bragança, da qual era reguengo. Daí lhe vem o nome; fica a 3 quilómetros da margem esquerda da ribeira da Caridade, a 12 quilómetros da margem direita do rio Guadiana e a 38 quilómetros da capital do distrito.

Em 1680, a 12 quilómetros de Monsaraz, existia num sitio solitário, porém ameno e fértil, uma antiga ermida dedicada a Santo António. Nessa época, toda aquela localidade estava completamente deserta, pois que os seus habitantes a haviam abandonado depois da destruição das suas casas com as guerras continuas dos séculos VIII, IX e X, e ainda não há muitos anos, segundo consta, se viam vestigios de construções antiquissimas.

A beleza do lugar foi pouco a pouco, desde o citado ano de 1680 atraindo algumas familias que foram construindo casas em tôrno da ermida, e tanto foi crescendo a povoação, que em 1760 o povo requereu, e obteve que a aldeia fôsse elevada á categoria de paroquia, quando o lugar já era composto de 280 fogos. A capela de Santo António ficou servindo de igreja matriz, para o que, passados poucos anos, em 1770, foi acrescentada e como ainda não tivesse capacidade suficiente, tornou a acrescentar-se, ficando contudo, ainda acanhada para a população, em vista do desenvolvimento que esta ia tomando.

A vila é muito antiga, mas ignora-se o nome do fundador. D. Afonso Henriques a tomou aos mouros em 1167, dando-a aos Templários, sendo, porém, suprimida esta Ordem, formou em 1319 uma comenda da Ordem de Cristo, que se conservou até 1834. D. Deniz a povoou em 1310, cercando-a de muralhas e construiu-lhe o castelo.

Durante as continuas guerras com os castelhanos, a praça de Monsaraz era um seguro abrigo dos povos destes contornos, por ser a sua posição quási inacessivel, e a esta circunstancia deveu a vila o desenvolvimento da população e de edificios.

Quando as guerras se tornaram mais raras, e a paz se foi acentuando, a vila tornou-se incómoda por ser um sitio muito agreste e de um mau acesso, e os habitantes pouco a pouco a foram abandonando.

MONSARAZ — Altar-mor da igreja matriz

MONSARAZ — Pelourinho

El-Rei D. Manuel deu foral á vila, em Lisboa, no 1.º de Junho de 1512. Tinha voto em côrtes, com assento no banco 16.º. O brasão de armas de Monsaraz é simplesmente um escudo de prata em branco.

Monsaraz foi um dos concelhos mais ricos do reino em rendimentos municipais, provenientes de grandes baldios, que dizem ser ainda importantes.

A fertilidade do terreno, a formosa situação do lugar e a industria dos seus habitantes em vários tecidos de lã ordinários, e na fabricação de chapeus grossos, deram tal impulso a esta aldeia, que em 1838 foi para aqui transferida a sede do concelho, que é o actual de Reguengos de Monsaraz.

Por carta régia de 29 de Fevereiro de 1840 foi a aldeia de Reguengo elevada á categoria de Vila Nova de Reguengos.

O desenvolvimento e prosperidade desta nova povoação foi resultado da decadência de Monsaraz, o que deu causa a rivalidades, e até a ódios entre as duas vilas.

A 3 quilómetros N. de Monsaraz está o mosteiro de Nossa Senhora da Orada, que foi de religiosos descalços de Santo Agostinho. Julga-se ter sido fundado em 1395.

O território de Monsaraz é fértil em cereais, algum azeite, muitos montados, em que se cria grande quantidade de porcos. Há também muito mel e cêra, gado de tôda a qualidade, muita caça grossa e miuda, e bom peixe do rio.

Viana do Alentejo

VIANA DO ALENTEJO — Castelo e Igreja Matriz

NA provincia do Alto Alentejo, distrito de Evora a 25 quilómetros ao sudoeste desta cidade, está a vila de Viana sentada no dorso da terra do seu nome, que a abriga do lado sul e a expõe ao norte.

Pretendem vários escritores, que foram os galo-celtas que a fundaram alguns séculos antes do nascimento de Cristo. E acrescentam, que em memória da cidade de Viena sua pátria, lhe deram o mesmo nome.

A memória mais antiga que se encontra desta terra é que, achando-se em ruinas e abandonada, a mandou reconstruir e povoar D. Gil Martins, que lhe deu o seu primeiro foral.

Este D. Gil Martins viveu nos principios do século XIII, reinando D. Afonso II, e foi avô de D. Martim Gil, conde de Barcelos e alferes-mor de El-Rei D. Deniz. Pelos anos de 1313 el-rei D. Deniz a fez vila concedendo-lhe novo foral com muitos privilégios, um dos quais determinava, que não poderiam residir nela fidalgos sem licença da Camara.

Nesta época era senhor de Viana o Conde D. Martim Gil, acima mencionado. Por sua morte fez D. Deniz doação deste senhorio a seu filho e herdeiro o infante D. Afonso, com condição de a não fazer doar senão á infanta sua mulher, ou a algum filho seu. Por isto se vê que a vila de Viana era tida por este soberano em muita consideração, ou pelas suas rendas, ou pela importancia do seu castelo.

A vila de Viana tinha voto nas antigas côrtes com assento no banco decimo sétimo (17).

Tem esta vila uma só paróquia fundada por el-rei D. Deniz; casa de misericordia, hospital, uma ermida, e um mosteiro de freiras de S. Jerónimo, unico que há em Portugal desta Ordem. A sua invocação é Jesus, e foi edificada em 1560, sendo Arcebispo de Evora o Cardial Infante D. Henrique, que auxiliou a fundação. E' um bom edificio com excelente igreja, ainda habitada por umas 16 ou 17 religiosas. Ocupa um dos lados do rossio da vila.

O castelo parece sêr obra de el-rei D. Deniz. As ruas são em geral direita e bem alinhadas. A terra alegre e saudavel pela sua posição abrigada do sul, e desafrontada do lado do norte, para onde desfruta dilatadas vistas.

Os suburbios são muito aprazíveis pelos hortos, pomares, vinhas, arvoredos silvestres, e fontes de boa água que nela se encontram. Próximo da vila vêem-se as ermidas de S. Pedro, S. Sebastião e S. Vicente e mais distantes Santo André e Nossa Senhora de Aires. Esta ultima é um belo templo, ao qual concorrem muitas romarias.

O terreno é fértil e produz muitos cereais, vinho, azeite e frutas. Não é falto de caça e encerra, em diferentes montanhas, pedreiras de finissimos mármores de mui diversas qualidades, donde têm vindo alguns para as oficinas de Lisboa, a-pesar-das dificuldades de transporte.

DISTRITO DE FARO

FARO — Sé

FARO está edificada a oito quilómetros a oeste da primitiva povoação de que descende, que se chamou Ossonoba, que dizem ter sido fundada por uma colónia de gregos 1364 anos antes da era cristã e mais tarde reedificada e ampliada pelos curetes, antigos povos da Lusitania, 500 anos antes de Cristo.

Foi Ossonoba ponto convergente de grande actividade em todo o tempo da dominação romana e ainda depois da invasão dos árabes.

No tempo dos romanos era cidade famosa e já então reputada muito antiga, capital da Céltica, que é, pouco mais ou menos, o actual Algarve.

Era, pois, centro de grande importancia, quando se deu o fatal cataclismo do principio do século VIII. Mas Ossonoba não se rendeu aos invasores senão depois de uma heroica resistencia, pelo que os moiros, conquistando-a, a desmantelaram. Os seus moradores, parte foram cativos para a Africa e os que puderam fugir foram-se acoitar nas serras de Monchique e Caldeirão.

Passados alguns anos e sujeita a maior parte de Peninsula aos moiros, começaram alguns pescadores a edificar várias casas em um sítio asado para as suas pescarias, aproveitando as matérias da antiga Ossonoba.

Foi aumentando a população com a ida de muitas famílias da cidade destruida, que se foram ali estabelecer pouco a pouco e assim nasceu a povoação de Santa Maria que foi o primeiro nome que teve a actual cidade de Faro.

Surgem algumas duvidas sôbre a etimologia da palavra Faro. Dizem uns que, tendo-se, com a andar dos tempos, desenvolvido a navegação e o comércio, se edificou um farol para govêrno dos navegantes e que á povoação se principiou a chamar Vila de Faro (Farol).

Dizem, porém, outros que não querendo os moiros estar pelo nome que os cristãos impuseram á povoação de Santa Maria, lhe deram o nome de Faraou, que significa povoação dos cavaleiros, porque «farás» significa o cavalo e «fares» o cavaleiro.

O conde D. Henrique e todos os seus descendentes até D. Sancho II tinham expulsado de Portugal os sarracenos, que se haviam apossado do reino há mais de cinco séculos, e que o defendiam palmo a palmo, pois não se podiam habituar á idea de trocar o clima de Portugal pelos ardentes areais africanos.

Mas a maior parte do reino do Algarve ainda via tremular nas suas torres e barbacãs as meias luas do profeta. D. Afonso III decide a restauração do Algarve e dedicou a esta emprêsa todas as suas atenções.

Era fronteiro-mor do Algarve o Gran-Mestre de Santiago, D. Pais Peres Correia, que foi o grande conquistador de muitas povoações do Algarve.

Nesse tempo, Faro, era uma praça bem fortificada e abastecida de tudo, que lhe ia da costa africana. Vendo o rei que o seu fronteiro-mor não podia com as poucas tropas de que dispunha empreender a conquista da vila, põe cêrco em pessoa por mar e terra e, a-pesar-da obstinada resistencia dos moiros, os portugueses animados com a presença do seu rei e de D. Paio, atacaram como leões e em poucos dias, as quinas portuguesas ondulavam por sôbre os muros de Faro.

FARO — Jardim e Doca

Os moiros não esperaram pelas «ultimas» e em 9 de Março de 1249 o rei, já senhor da povoação, deu-lhe o nome de Santa Maria de Faraon. E' certo que ainda em Agosto de 1251 era dos portugueses, pois ali fez D. Afonso III uma doação nesse mês e ano ao chanceler Estevão Anesi pretor da povoação. Parece que depois dêsse ano se tornou a perder pelas guerras com Castela, pois Rui de Pina e outros dizem que Faro foi tomada aos moiros em Janeiro de 1260.

Esta vitória e muitas outras dos portugueses desanimaram os moiros, porque, em 1262, todo o território do Algarve ficou fazendo parte do reino de Portugal.

Porém as fortificações e os edificios de Faro muito sofreram com esses cercos ficando alguns completamente arruinados, pelo que a maior parte dos habitantes se viram obrigados a abandoná-la.

O rei, querendo fazer de Faro uma boa povoação e uma praça de guerra, mandou-a cercar de muros muito mais fortes do que os antigos e guarnecer de torres, dando-lhe por armas um escudo em branco de prata coroado, por ter sido êle o seu conquistador.

Faro foi elevada á categoria de cidade por D. João III em Setembro de 1540, tendo mais tarde D. Sebastião em 1577 estabelecido que se transferisse para ali a sede episcopal de Silves.

Conta também Pinho Leal no seu «Portugal antigo e moderno»: «Tem Faro a incontestavel honra de ser a pátria da nossa famosissima e valorosissima heroina Brites (ou Beatriz, como então também se dizia) d'Almeida, por alcunha a «Piriqueira», conhecida nos fastos militares portugueses pelo título de «Padeira de Aljubarrota».

A antiga Associação Comercial e Industrial de Faro, hoje transformada no Grémio do Comércio do Concelho de Faro, reune em si todo o comércio retalhista da cidade, com excepção das mercearias que estão agregadas ao Grémio dos Retalhistas de Mercearia do Sul do País.

Está assim pois todo o comércio de retalho integrado no actual regime corporativo que orienta a vida económica da Nação.

O comércio exportador tomou o lugar que lhe competia, e a industria, que pode dizer-se é quási da cortiça, está igualmente no seu sector, dentro é claro, do mesmo regime corporativo.

Tem o comércio pugnado de há muito tempo pelos meios ao seu alcance para que seja um facto a Praia de Faro, envidando todos os esforços junto das entidades competentes, para que se consiga uma estrada para a mesma, canalizando desta forma para ali uma boa parte dos banhistas que na época própria abandonam a cidade indo instalar-se noutras praias com prejuizo para o comércio local.

O turismo poderia também trazer ao comércio de Faro algum benefício, mas seria necessário que uma serie de medidas bem combinadas entre as comissões de iniciativa e turismo de todo o Algarve se fizesse sentir no sentido de orientar esta boa fonte de riqueza, especialmente no inverno.

O Algarve constitue um dos mais apreciaveis factores no plano económico de Portugal, sendo consideravel a produção de amendoas, figos e alfarroba, sucedendo-lhe outras culturas, como se vê pela seguinte nota de exportação referente ao ano de 1939:

Miolo de amendoa, 2.448.559 quilos, 22.037.031$00; amendoa em casca, 455.055, 1.501.681$50; figos, 4.477.428, 4.029.685$20; alfarrobas, 7.783.327, 2.334.998$10; laranjas, 12.420, 12.420$00; tangerinas, 312, 312$00; ameixas, 657, 657$00; alperces, 30, 30$00; batatas, 125.500, 37.050$00; feijão, 32.448, 64.896$00; ananazes, 108, 108$00; grão, 950, 1.710$00; repolhos, 4.024, 2.012$00; cebolas, 24.778, 12.398$00; num total de 30.034.979$80.

Não há duvida de que a Organização Corporativa do Estado muito tem concorrido para um maior desenvolvimento, crédito e valores de todas as iniciativas, e assim é que a Junta Nacional de Frutas, como entidade oficial de coordenação económica, tem por missão fiscalizar e verificar o estado e qualidade dos frutos, sua calibragem, etc., autorizando a sua exportação, conforme o resultado do exame meticuloso a que procede.

Este organismo trabalha em estreita ligação com o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve, a quem compete disciplinar, orientar e controlar o comércio de exportação.

Os portos de Sota vento do Algarve

A costa do Algarve deve á sua orientação e situação um mar muito mais tranquilo do que o da costa oeste de Portugal que se estende desde Caminha ao Cabo de S. Vicente. Essa circunstancia favoreceu desde sempre o desenvolvimento do seu comércio e do seu espírito marítimo.

Na costa do Algarve distinguem-se duas zonas: uma a que vai de Sagres até ás proximidades da Quarteira, geralmente rochosa, com diversas enseadas, entre as quais a célebre baia de Lagos, outra a que dali se estende até á foz do Guadiana, baixa, arenosa, contendo a extensa formação lagunar chamada Ria de Faro, com 40 quilómetros do Ludo a Cacela. A primeira zona é conhecida pela designação de costa de Barlavento, a segunda pela de costa de Sotavento.

Os principais portos desta ultima são os de Faro e Olhão, que se podem considerar como um unico pôrto, o de Tavira e o de Vila Real de Santo António.

Ora os portos fornecem trabalho e alimento a muita gente que deles vive: não só os que os constroem e conservam, mas toda a escala de trabalhadores que neles exercem a sua actividade. De nada serve ter costas se não houver portos. Da mesma forma que uma casa tem de ter portas, uma costa tem de ter portos.

Os portos de Sotavento do Algarve são o suporte económico de uma importante população.

Em Faro realiza-se o principal movimento comercial. A exportação de cortiças, amendoa e uma parte da alfarroba e do sal por ali

FARO — Obelisco a Ferreira de Almeida e cais

OLHÃO — Estacada da lota

se faz. Em Olhão é a pesca e as actividades dela dependentes: as conservas e as matérias primas como o carvão, folha de Flandres, etc. Em Tavira, quanto a comércio só se verifica o do sal e alfarroba, mas quanto á pesca pode dizer-se que a vida de uma numerosa população de pescadores que se espalha pelas povoações de Cabanas e Santa Luzia e pela própria cidade seria hoje impossível sem a pequena barra de Tavira.

Em Vila Real de Santo António, pôrto geralmente de franca entrada para navios de 18 pés de calado, mercê das dragagens que na barra executa a Emprêsa da Mina de S. Domingos, realiza-se além do importante tráfego daquelas minas, o movimento das conservas e suas matérias primas.

Vejamos agora as obras existentes e o que de mais urgente há ainda a fazer.

Pôrto de Faro-Olhão — Devido á insuficiência da antiga barra natural e á impossibilidade técnica e financeira de a melhorar, foi aberto um canal em 1928-29 através da Ilha da Culatra, próximo do farol do Cabo de Santa Maria. Esse canal foi protegido com molhes que se prolongam pelo mar dentro; infelizmente porém não atingiram ainda o comprimento previsto e por isso o canal não é ainda o que deverá vir a ser quanto a traçado e calado. Em todo o caso, têm entrado navios com 70 metros de comprimento e 15 pés de calado. Tudo está preparado para ser posta a concurso a empreitada de conclusão, obra orçada em 10.100 contos. Apenas se espera que o Govêrno conceda o necessário financiamento.

De facto estas obras, cujos benefícios indirectos são muito superiores aos benefícios directos não podem ser custeadas apenas pelos organismos locais que só dispõem de parte do produto dos lucros directos. Da importancia dêste pôrto se pode julgar sabendo que movimenta anualmente mais de 60.000 contos de mercadorias e 8 a 10 mil contos de peixe.

Uma vez assegurado o acesso também será necessário fazer algumas instalações interiores de abrigo e acostagem, mas o seu custo será muito menor, dadas as magníficas condições locais não só sob o ponto de vista hidrográfico como até sob o ponto de vista da facilidade de construção, devido á natureza dos terrenos.

Como pequenas obras fizeram-se duas estacadas de cimento armado em Olhão e Faro, servindo a primeira para a realização da lota, movimento de pessoal e tomada de água e frescos para os galeões e a segunda apenas para o movimento de passageiros.

Pôrto de Tavira — Em 1928-29 também aqui foi aberto um canal através do cordão litoral arenoso, protegido com enrocamentos e uns pequenos molhes e dragou-se também uma bacia interior.

Na sua categoria de pôrto de pesca presta grandes serviços e será necessário gastar algumas importancias relativamente pequenas na conservação das obras e no arranjo da estrada que dá acesso ao ancoradouro.

Pôrto de Vila Real de Santo António — Este pôrto, liberto da sujeição do acesso marítimo, pôde consagrar os seus esforços apenas ás suas instalações interiores e assim construiu um magnífico cais acostável, de 300 metros de comprido, onde podem acostar os navios que entram a barra. Embora ainda não estejam completas as instalações, já os vagões do caminho de ferro podem atingir o cais e dispõe de vastos armazens, um dos quais virá provavelmente a ser alfandegado.

Vai agora fazer-se a regularização de grande extensão da margem, com constituição de aterros e um novo desembarcadouro, onde se fará todo o movimento de passageiros e embarque e desembarque de veículos.

Mais tarde se fará uma pequena doca de abrigo para pequenas embarcações e um plano inclinado para as reparar e varar.

Muitas pessoas pensarão que é muito o dinheiro que se gasta em portos, mas há nisso um pouco de ilusão. Os portos custam menos dinheiro do que os navios que neles entram; custam menos do que as estradas. Um país que não tiver portos não tem marinheiros e a existência de Portugal sem marinheiros é inconcebível.

ALJEZUR

ALJEZUR, de fundação árabe, no princípio do século X, manteve sempre o mesmo nome, que se escrevia *Algezur*, que significa *arcaria*.

E' situada na costa oriental de um rochedo escarpado, que corre de norte a sul com a serra de Monchique.

Foi senhora dum castelo, cujas ruinas existem ao sul, na parte mais elevada do serro. E' octogonal, tendo duas tôrres, uma ao norte e outra ao sul e uma formosa cisterna ainda em regular estado e quarteis desmantelados.

Foi tomada aos mouros por D. Paio Peres Correia, mestre de Santiago, no ano de 1242, ficando a ter como padroeira da vila e da freguesia Nossa Senhora de Alva, por aquele feito de armas ter sido praticado de madrugada.

Recebeu o primeiro foral, que lhe foi dado em 1280 por D. Deniz, com muitos privilégios, entre os quais o dos cavaleiros da vila não marcharem na retaguarda dos exércitos.

O segundo foral foi-lhe conferido por D. Manuel em 1504, determinando o mesmo que á vila seja dado o título de «honrada».

Foram primeiros alcaides-mores do Castelo os Condes de Vila Verde, passando, depois, a alcaidaria para os marqueses de Angeja.

Aljezur parece que em tempos remotos foi pôrto de mar, porque, além da tradição, lê-se no «tombo» das terras do concelho feito em 1684 o seguinte: «um liseirão de terra sito no combro do rio, ou esteiro, onde antigamente era o desembocadouro».

Albufeira

ALBUFEIRA, vila fundada sôbre um pequeno vale, cercado por todos os lados de pequenos outeiros, é povoação antiga e praça de armas fechada, sôbre uma rocha sobranceira ao mar com porto bem defendido dos ventos e tudo indica ser de fundação romana, pois sabe-se que já existia no tempo do seu dominio com o nome de «Baltum».

Os arabes, que a ocuparam no ano de 716, deram-lhe o nome de «Al-buhera», deminutivo de «baleron», que significa mar, por causa duma grande lagôa que ali havia, formada pelas águas, que nos temporais o Oceano arremessava para o interior.

Foi conquistada aos mouros por D. Afonso III em 1250, dando-a logo á Ordem Militar de Aviz, sendo, então, mestre da mesma Martim Fernandes.

A conquista da vila pelos cristãos, reduziu-a á miseria, por lhe ter feito cessar o grande comercio que fazia com os portos das costas africanas, mas, depois, tirando partido dos seus imensos recursos, sobretudo da sua abundante pescaria, melhorou consideravelmente.

D. Afonso IV deu-lhe privilegio de vizinhança com o concelho de Loulé em Junho de 1329 e por carta de Novembro de 1376 mandou D. Fernando que os concelhos de Silves, Faro, Tavira e Lagos partissem com Albufeira o pão que lhes viesse de fora.

D. Manuel lhe deu foral em Lisboa a 20 de Agosto de 1504.

Tem Misericordia e Hospital, que são muito antigos, tudo indicando que a Igreja da Misericordia foi mesquita de mouros.

Albufeira tem, alem destes edificios, as igrejas de S. Sebastião e de Santana e a capela de Nossa Senhora da Orada, a pequena distancia da vila.

A pequena enseada de Albufeira era defendida pela bataria da Baleeira, junto da qual houve uma grande mina de gesso, e a de S. João.

Foram dependentes da praça de Albufeira os fortes de Pêra, Registo, Valongo e Quarteira e as baterias de Baleeira e S. João.

Por alvará de D. Manuel, de 19 de Fevereiro de 1505, foi doada ao duque de Coimbra, mestre da Ordem de Aviz, a dizima velha dos atuns e mais peixe que morresse nas armações do termo da vila.

Entre Albufeira e o forte de Valongo, na praia, mesmo á beira do mar, rebentam umas nascentes de agua doce, a que chamam «Olhos de Agua», e, já dentro do mar, na mesma direcção, rebenta outra nascente muito grande.

O seu termo não é tão fertil como algumas terras do Algarve; mas, ainda assim, produz excelente vinho, muito figo, algum sumagre, resinas, madeiras de azinho e pinho, muita hortaliça, fruta e caça.

ALBUFEIRA — Camara Municipal

Castro Marim

CASTRO MARIM, que se não sabe ao certo se foi fundada pelos cartagineses, se pelos romanos, é povoação antiquissima, havendo quem afirme que ela já existia no tempo dos fenicios pelo ano de 954 antes de Cristo, quando navegaram pelo Guadiana em busca de minas metálicas, dizendo-se, até, que foram os primeiros exploradores das minas de S. Domingos.

E' uma das mais bonitas vilas do Algarve, com seu castelo e seu forte, o primeiro mandado construir por D. Afonso III e o segundo por D. João IV; as suas muralhas, embora desmanteladas, deixando ver do alto dos seus montes e dos seus cerros panoramas magnificos.

Pelos vestigios de alicerces, que se encontram nos seus arredores, vê-se que a povoação de Castro Marim foi, em velhos tempos, vastissima.

Quando D. Deniz extingiu os templários e criou a Ordem de Cristo em 1319, fez Castro Marim cabeça da nova Ordem, passando depois para Tomar no reinado de D. Afonso V, segundo uns, ou de D. Fernando, segundo outros.

Tem o honroso título de «Mui antiga e notavel vila de Castro Marim», sendo a primitiva povoação composta pelas casas que se encontram dentro do castelo.

A-fim-de promover o aumento da população, D. João I, por carta foral de 1421, consentiu que ali pudessem viver quarenta homisiados sem sofrerem perseguições da justiça, desde que os seus crimes não fôssem de aleivosia ou de traição, privilégio este que foi confirmado por D. João II e por D. Manuel, exceptuando, também, os moedeiros falsos, sodomitas e herejes.

O terreno de todo o concelho é muito fertil e regado por muitas ribeiras, o que muito concorre para o desenvolvimento da agricultura.

Foi elevada Castro Marim a cabeça do condado por D. João VI, quando ainda principe regente, em Novembro de 1802, sendo seu primeiro conde, Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses, oitavo monteiro-mor do reino, que mais tarde foi feito Marquês de Olhão, pelo mesmo principe regente.

Tôda a região é rica em cereais, legumes e toda a qualidade de frutas, que são óptimas, muito bom vinho, bastante azeite, hortaliças, havendo grande abundancia de peixe do mar, do Guadiana e dos esteiros.

LAGOS

LAGOS, segundo o autor da Corografia Portuguesa, dá á cidade uma existência de 2756 anos.

E' atribuida a sua fundação a um suposto rei Briso, no ano de 1899 antes de Cristo. Diz-se depois que, tendo caido em ruinas, fôra reedificada e novamente povoada no ano 550 antes da era vulgar por um capitão de Cartago chamado Boodez.

Seja como fôr, o que pode considerar-se como certo é Lagos ter sido uma cidade de grande importancia no tempo dos Romanos, tendo por nome Lacobriga, cidade ou povoação do Lago, ao que parece por causa de um que havia nas suas proximidades.

Devido á sua privilegiada situação geográfica, que lhe doou foros de centro escolhido para o comércio com a Africa e com o estreito de Gibraltar, Lagos, se tantas vezes se viu destroçada, outras tantas pôde erguer-se do meio das ruinas.

Todavia, nessas vicissitudes, perdeu a proeminencia de cidade, que só readquiriu na segunda metade do século XVI, por mercê que lhe foi feita por D. Sebastião, quando juntou na baia a armada, que o levou á Africa.

Lagos é praça de armas. As suas primitivas fortificações datam do reinado de D. Afonso IV. Constavam de uma cêrca de muros com suas tôrres e portas. No fim do século XVI ou principio do século XVII edificou-se nova cerca de muralhas com oito portas e catorze baluartes. Para o lado do rio tem as Portas de Portugal, do Postigo, de Quarto e da Vila e nove baluartes.

Os suburbios de Lagos são muito aprazíveis com os seus campos muito bem cultivados, grande numero de figueiras e vinhas, as suas hortas e os seus pomares admiravelmente dispostos e tratados.

Lagos, entre outros produtos, exporta em relativa abundancia cereais, legumes, figos, vinho, aguardente de figo e peixe.

LAGOS — Rochedos da Porta da Piedade

Loulé

LOULÉ, que é uma das mais antigas povoações do Algarve, não fornece elementos que permitam saber-se quando e por quem foi fundada.

Dizem uns que foi construida com os materiais da antiquissima cidade de Cartéia, dizem outros que Loulé foi fundada pelos cartagineses, 404 anos antes de Jesus Cristo.

Foi D. Paio Peres Correia, o famoso mestre de Santiago, quem a resgatou do poder dos mouros em 1249, tendo-a D. Afonso III mandado povoar e dado o foral de Silves, Tavira e Faro, no ano de 1266.

Era uma das mais fortes praças do Algarve, sofrendo a derrocada do seu castelo quando do terremoto de 1755, que também atingiu o sumptuoso convento dos Agostinhos, que a tradição dá como pertencente aos templários, que o fundaram na era de 1312 (1274 antes de Cristo).

As fortificações de Loulé eram muito antigas, pretendendo alguns que fossem obra dos romanos. Foram mandadas reedificar em 1462 por D. Henrique de Meneses, 1.º conde de Loulé.

A igreja matriz de Loulé é muito antiga, tendo entrado o seu padroado no escambo feito por D. Deniz com D. João Osório, mestre da Ordem de S. Tiago, em Dezembro de 1298 e, desde então, ficou pertencendo á mesma Ordem.

Loulé ocupa pela sua posição geográfica um lugar de destaque no comércio algarvio, com especialidade de produtos agricolas constituindo ao mesmo tempo o eixo de todo o intercambio do Baixo Alentejo com o litoral.

LOULÉ — Vista parcial

MONCHIQUE — Vista parcial

Monchique

MONCHIQUE, ridente vila do Algarve e cabeça de concelho do seu nome, tem por orago Nossa Senhora da Conceição.

Antiga aldeia, passou á categoria que hoje tem em 1773, quando, por alvará de 10 de Janeiro, foi desmembrada do concelho de Silves.

Parece, em épocas remotas, ter sido a capital dos povos áraunis ou araudis, antigos lusitanos sujeitos ao convento jurídico de Beja.

Há, porém, quem afirme que o seu território era a parte da serra do Algarve, onde se fundou Vila Nova de Monchique e que antes da invasão dos árabes pertencia ao Bispado de Ossonoba (Faro).

Tôda a região é muito fértil em todos os generos do Algarve, havendo nos seus montes muita caça grossa e miuda e nos seus rios muito peixe de variadas espécies.

Está situada em um formoso plató entre duas serras e dêle tomaram posse os religiosos e o foram habitar em 20 de Março de 1632, sendo provincial frei de Santo António.

E já que falámos em Caldas de Monchique, cabe aqui uma ligeira referencia a esta milagrosa estancia termal, cujas virtudes terapeuticas das suas águas são sobejamente conhecidas desde tempos remotos, pois são eficazes na cura de moléstias reumáticas, cutaneas, e outras, sendo muito frequentadas, principalmente por gente do Algarve, Alentejo e Andaluzia.

Olhão

OLHÃO, — a branca — a singular vila algarvia assenta em planicie e fervilha de vida pouco além do coração do Algarve, batida pelo sol refulgente, como malha de oiro em todo o seu casario, emmoldurada nos montes verdejantes da Cabeça e de S. Miguel...

A-pesar-do seu acentuado tipo árabe, afirmam escritores que a fundação de Olhão se deve a uma colónia de pescadores da Ilhavo e de Ovar — descendentes da raça pelasga — gente de proverbial beleza plástica, cheia de heroicidade e de bravura — que vagueando de praia em praia se maravilhou com o encanto que se desprende deste lugar, pela fartura de pescaria, suavidade de clima, variedade de frutos, horticultura e abundancia de água.

Foi mesmo de um grande, fluentissimo, ôlho de água que hoje fica no centro da vila captado em depósito e abastece a população, que lhe veio o nome de Olhão.

Do aglomerado de humildes cabanas de junco construidas pelos ilhavos ou ovarinos para sua habitação, surgiu em menos de dois séculos a populosíssima vila, talvez a maior do Algarve e mesmo do País.

E neste espaço, relativamente curto de tempo, passou de sitio a freguesia, depois a vila e a cabeça de concelho, pela actividade dos seus filhos e seus reconhecidos feitos heroicos, recompensados por munificencias régias de que temos exemplo na expulsão dos franceses em 1807.

De Olhão partiu o primeiro grito de revolta contra os invasores e, libertada a Pátria, foram os bravos pescadores desta terra, tendo a comandá-los Manuel Martins Garrôcho e Manuel de Oliveira Nobre, que num pequeno caique navegaram até ao Brasil para dar a feliz noticia a D. João VI — feito que é pasmo de gerações e lhes valeu a denominação de «dignos descendentes de Gil Eanes», — sendo comemorado por José Agostinho de Macedo no poema intitulado: «O Novo Argonauta», que lhes foi dedicado.

Por este notavel acto de heroismo foi Olhão elevada a vila e galardoada com o titulo de: «Vila de Olhão da Restauração», em 1808.

Continua Olhão sendo um importante centro industrial e comercial a-pesar da crise que a assoberba pela escassez da pesca, pois a sua industria mais florescente é a da conserva de peixe de que possue actualmente 50 fábricas.

OLHÃO — Igreja matriz e Monumento á Restauração

A Igreja Matriz ergue-se no centro da vila sob a invocação de N. S.ª do Rosário, e é um templo vasto, sem arquitectura especial.

De notavel tem o sacrário que é majestoso e em magnifica talha dourada.

Na parte norte da Igreja existe uma capela aberta, em gradeamento, antiquissima, em que se vê a imagem do Senhor Jesus dos Aflitos, de grande veneração dos pescadores e de todos os habitantes da vila que ali fazem arder velas votivas dia e noite.

A Igreja matriz bem como a capela de N. Senhora da Soledade

— primitiva Igreja de Olhão — foram edificadas a expensas dos pescadores.

Há três monumentos em Olhão: um no largo da Restauração em frente do edifício do Compromisso Marítimo comemorativo da expulsão dos franceses e da libertação da Pátria; outro á entrada da Avenida da Republica dedicado á memória de João Lucio, poeta ilustre e distinto causidico, natural de Olhão; o terceiro no centro do Jardim Publico dedicado a João Serra, soldado e herói da Grande Guerra de 1914, morto em França.

Teve Olhão Pelourinho que foi destruido pelo terramoto de 1755, que devia ter sido erigido no largo fronteiro ao edificio do Compromisso Marítimo.

O concelho é rico de producão agricola, fraco de pecuária, abundante de pomares e hortas.

Tem bôa produção de figo, amendoa e alfarroba.

Vastas marinhas de sal se encontram desde o sitio da Meia-Legua até ás Fontes Santas.

Foi Moncarapacho berço de homens ilustres, salientando-se D. Diogo de Mendonça Corte Real que exerceu o alto lugar de Secretário de Estado de D. João V.

Como Ministro deu no seu tempo e no seu cargo as maiores provas de energia e de amor pátrio.

De Quelfes são oriundas antigas e ilustres familias de Portugal, como Sarreas, Teles Moniz e outras.

Manuel de Sarrea Teles Moniz, natural de Quelfes, prestou grandes serviços á Pátria em Azamôr.

Em Olhão temos a citar o vulto gigantesco do grande náutico Gil Eanes;

O benemérito Patrão Joaquim Lopes, insigne homem do mar e amigo da humanidade; Manuel de Oliveira Nobre; Manuel Martins Garrôcho e os tripulantes do caique que empreenderam a famosa viagem ao Brasil. O dr. Estevão Afonso que fervorosamente se dedicou á causa da liberdade em 1833 e como médico foi de rara abnegação quando da epidemia do «cólera-morbus» que avassalou o concelho.

João Lucio Pereira que se distinguiu na sua terra pela sua bondade e seu caracter excepcional.

Prestou relevantes serviços a Olhão quando presidiu ao Municipio, devendo-se á sua tenacidade a criação da comarca em 1875.

Dr. Bernardino da Silva que a-pesar-de não ser natural de Olhão, todavia é digno da admiração dos olhanenses pela forma caritativa como exerceu a sua profissão.

Dr. João Lucio Pousão Pereira, poeta distinto e ilustre causidico. Faleceu em 1918, com 38 anos.

João Carlos Mendonça, capitão de Cavalaria no regime monárquico, iniciador dos «Asilos dos Velhos» de Olhão, a quem se devem outros melhoramentos importantes durante a sua presidencia no Municipio.

Nesta recapitulação limitamo-nos, apenas, a fazer referencia a pessoas já falecidas, que muito dignificaram e deram brilho a Olhão — terra que honra a sua provincia e o seu País.

OLHÃO — Açoteias

Portimão

PORTIMÃO, situada na margem direita do rio Arade, a pouca distancia da barra é pela sua situação geográfica, beleza dos seus arredores, aspecto alegre do seu casario, uma das mais formosas cidades deste Algarve de maravilha.

A-pesar-de não ter monumentos a atestar a sua antiguidade, pois se alguns houve, o tempo, e mais que o tempo o vandalismo dos homens, encarregou-se de os destruir, a origem de Portimão deve-se procurar na prehistória, período em que toda esta região foi habitada, como o provam os artefactos e as sepulturas dessa epoca recuada, que se encontram dispersos por toda a área do Concelho. Procurando estes povos as proximidades dos rios, onde os peixes e os moluscos lhes forneciam alimento abundante, é natural que uma estação dessa época, ocupasse o local onde actualmente assenta Portimão.

Os Fenicios que vieram a esta região, aqui estabeleceram uma das suas feitorias de que ainda recentemente havia vestigios junto á foz do rio, feitoria que mais tarde os Cartagineses ampliaram chamando-lhe «Barcinia», e se não foi aqui a celebre cidade de Anibal (Portus Annibalis) que a opinião de alguns autores dá como localisada em Alvôr (Freguesia deste Concelho) devia em todo o caso ter sido uma cidade importante, talvez «Portus Magnus», de onde teria derivado o nome de «Portimão».

Ocupada por todos os povos que invadiram esta região, foi Portimão conquistada aos arabes por D. Sancho I, e reconquistada por D. Afonso III, que lhe deu o primeiro foral. D. Afonso V, mandou-a cercar de muralhas e foi nas Cortes de 1475 que aparece pela primeira vez «Portimão» com a designação de vila.

Por decreto de 16 de Janeiro de 1773, foi elevada a comarca com Juiz de Fora. D. Manuel reformou-lhe o foral, e a lei n.º 1669 de 5 de Dezembro de 1924 elevou-a á categoria de cidade.

D. Manuel deu-lhe foral, e D. Pedro II, quando ainda Regente criou o Condado de Alvôr, agraciando com este titulo Francisco de Tavora. O Marquês de Pombal por odio aos Tavoras, acabou com este titulo e reduziu a vila a aldeia, reunindo-a ao concelho de Portimão, isto pelo facto de ter sido Condado dos Tavoras.

O terramoto de 1755 destruiu além de muitas casas, a Igreja Paroquial, a Capela de N. Senhora da Ajuda, e a celebre torre do Facho construida sobre uma grande rocha á entrada do pôrto.

Em 25 de Outubro de 1495, faleceu em Alvôr, no Paço do Alcaide-mor o grande rei D. João II.

Das antigas muralhas que fechavam a vila de Portimão, poucos vestigios restam, e o Castelo de Alvor está num estado lamentável de ruina: muito deteriorado pelo terramoto serviu depois de pedreira para as construções da povoação.

A' entrada do pôrto de Portimão existe ainda o antigo forte de Santa Catarina de Riba-mar, e no lindo vale da Senhora de Verde, ruinas da antiga Igreja, com interessantes portais góticos.

Todo o concelho é uma importante estação arqueológica, embora por explorar, havendo de notavel no sitio de Alcalá (Freguesia da Mexilhoeira Grande) a necropole do periodo de transição para a era dos metais, e celebre caverna do Serro do Algarve, e na freguesia de Alvôr foram há pouco postas a descoberto restos de edificações romanas em mosaicos lindissimos.

Teve Portimão pelourinho que foi destruido, não tendo ficado dele vestigios alguns.

Destaca-se de uma forma bem visivel o valor do pôrto de pesca de Portimão, em relação aos restantes do Algarve, assim como também em relação a muitos outros da costa portuguesa, pois êle é o 3.º ou 4.º deste País.

Não devemos esquecer o valor turistico de Portimão, que com o triangulo de turismo — Portimão-Praia da Rocha-Monchique-Sagres — constitue um dos centros mais importantes do nosso País; porém, somente a construção do pôrto de Portimão poderá dar a êste centro de turismo o impulso necessário ao desenvolvimento do mesmo.

PORTIMÃO — Camara Municipal

SILVES

SILVES, sede de concelho, desde as épocas mais remotas dos tempos neoliticos, foi terra muito importante, e no tempo do dominio árabe, segundo afirmou Herculano, dez vezes mais importante do que Lisboa daquela época. Grandiosa foi também no tempo dos Romanos. Da passagem doutros povos por êstes territórios é muito obscura a História.

Qual a razão da convergência de tantas populações oriundas de tão diferentes raças para a cidade do rio Arade? Foram motivos de ordem económica e nomeadamente economico-agricola. De todos os povos que para aqui convergiram aquele que melhor compreendeu esses motivos foi o povo árabe, no dominio do qual Silves foi cidade criada e mourejada por gente de fé guerreira e espirito aventureiro no comércio. Ligavam-se a toda a peninsula e mesmo a toda a Africa do Norte. Seu desejo era criar na terra a maior abundancia e estabelecer o futuro das tribos com os proventos do seu mourismo. Não era só o espirito de conquista que os agitava, mas sim a fertilidade dos terrenos para maior produção de alimentos que no norte da Africa lhes escasseava. E assim viviam sempre imersos no desejo de mais produzir. A cidade era opulenta. Palácios de grandeza luxuriosa, tudo a riqueza do solo tinha originado para defesa desta grandeza extasiante.

Depois veio o dominio português e simultaneamente a decadência. E os povos procuravam encontrar os motivos dessa decadência, e não os encontravam. E bem compreensiveis são êles. A unica comunicação, o grande meio de transporte foi entulhando sucessivamente, pois não o dragavam. Não havia caminhos de ferro nem camionetas, nem as belas estradas alcatroadas da actualidade, nem aviação, o grande meio de transporte do futuro que deverá suplantar todos os outros. O comércio foi desaparecendo, porque a navegação se tornara impossivel e as laranjas, tangerinas e outros frutos dos arredores de Silves, bem como as madeiras das magnificas florestas das suas montanhas, deixaram de ser exportadas para o estrangeiro em troca do ouro com que se construira a cidade que tanto nome deixou na história. E' já tempo de acabar com esta situação que tanto nos inferioriza relativamente a outros povos.

E é justo que se diga que recentemente algo se tem feito neste sentido. E neste momento com certo afã procura-se restaurar o que representa o passado longinquo

SILVES — O castelo

debaixo da direcção dos arquitectos srs. Baltazar de Castro e Humberto dos Reis. Colunas e capiteis romanos têm-se encontrado, e ultimamente na demolição da sacristia velha uma lápida funerária, na qual se lê o ano em que foi sepultado quem dirigiu a construção do templo e o nome do mesmo, mas nome português, a-pesar-de haver quem sustente que a igreja foi mandada edificar pelos Reis de Castela.

Desde Julho do ano passado trabalha-se afanosamente na restauração da Sé e Castelo de Silves, êste castelo que no dizer inteligente e autorizado de Oliveira Martins nos traz ao pensamento a consolidação da nacionalidade portuguesa.

Para a constituição geográfica do corpo da Nação faltava a metade meridional representada evidentemente pelo Alentejo e Algarve, mas enquanto o árabe mantivesse o seu quartel general em Silves, conquistar uma terra ao sul de Lisboa era perdê-la, passados dias. Assim manifestamente a conquista de Silves representada pelo castelo significa evidentemente a consolidação da nacionalidade portuguesa. Admira não se ter visto isto, quando se fez o programa dos festejos dos Centenários, no qual não há uma palavra sôbre Silves, pois sendo certo que a conquista de Lisboa é o nascimento da nacionalidade, a de Silves é a consolidação da mesma.

E não só a Sé e o Castelo, hoje considerados monumentos nacionais, ensinam em Silves história pátria aos portugueses. O mesmo acontece com a Cruz de Portugal (monumento nacional), a igreja da Misericórdia, a ponte, os veja da Misericórdia, a ponte, os velhos Paços do Concelho, a Levada do Moinho da Porta.

SILVES — Cruz de Portugal

Uma grande obra de hidraulica agricola está projectada na ribeira de Arade que deverá ter colossal influência na vida económica do Algarve. Referimo-nos á barragem hidro-electrica no percurso do rio Arade, um pouco acima do Moinho Novo, a qual se estende até ao Cerro da Volta, muito acima do Moinho do Buraco. A area submersa fica abaixo da cota 67,05 acima da ribeira de Arade. Todos os terrenos marginais desde o Moinho Novo até ao Pego Escuro ficam submersos, e serão portanto expropriados. Um engenheiro-agronomo estudou conscienciosamente a importancia a arbitrar aos donos dos terrenos expropriados e todos os proprietários receberão integralmente o valor dos terrenos a expropriar para a Albufeira. E' preciso também ver que os restantes terrenos ficarão evidentemente mais valorizados, pois não lhes faltará água para as culturas horticolas. O dique ou barragem no Moinho Novo deve ter aproximadamente uns 300 metros de comprimento. Vê-se portanto que a albufeira a construir deve ter forma irregularissima, aproximadamente a de polvo, a de um lago muito acidentado. A albufeira acima do Moinho do Buraco apresenta o perfil de V e abaixo do referido moinho a forma de U portanto em optimas condições de armazenamento.

Desde o Moinho Novo até ao fim da albufeira, isto é, até ao Pego Escuro ,são doze quilómetros aproximadamente, contornando o leito da ribeira.

SILVES — A Sé

Vila do Bispo

VILA DO BISPO, freguesia e sede do concelho do mesmo nome, comarca de Lagos, distrito e diocese do Algarve, tem por orago Nossa Senhora da Conceição.

Antiga povoação de Santa Maria do Cabo, talvez por formar um pontal, espécie de peninsula, tendo na sua extremidade o Cabo de S. Vicente, foi doada aos Bispos do Algarve por El-Rei D. Manuel, quando visitou o Cabo de S. Vicente, pelo que, desde então, se ficou denominando Aldeia do Bispo e, depois, Vila do Bispo, quando D. Pedro II a elevou a essa categoria e lhe deu foral.

O seu unico templo é a igreja matriz, que se acha em regular estado de conservação e tem boas alfaias, avultando entre elas uma custódia de muito merecimento.

As festas principais que se celebram nela são as da padroeira Nossa Senhora da Conceição, nos dias 5 de Dezembro, e a de S. Vicente, no dia 22 de Janeiro.

A região é muito fértil e por justos titulos denominada o celeiro do Algarve, sendo importante a sua produção em trigo, cevada, milho, batata, chicharos, grão de bico, algum vinho, lã e queijos, pois cria bastantes cabras e ovelhas.

Tem igualmente abundancia de peixe, lebres, coelhos e perdizes.

A sua água potavel é muito boa.

Vila Real de Santo António

PARECE que toda a área do concelho de Vila Real de Santo António, desde que o Algarve entrou definitivamente na coroa portuguesa, fez parte do concelho de Castro Marim, com excepção talvez da freguesia de Cacela e quiçá da freguesia de Santo António de Arenilha. Baptista Lopes na sua corografia faz entrar no concelho de Castro Marim a vila de Cacela, a área ocupada pela freguesia de Vila Real, o Azinhal e Odeleite. E' isso o que consta de um mapa publicado na citada corografia, desde 1732 em diante.

Existiu portanto uma povoação por aquelas paragens com o nome de Vila Real, de Santo António de Arenilha. Estava situada na foz do Guadiana num ponto que já não existe hoje por estar tomado pelo mar. No tempo de D. João III, foi reduzido êste nome para Vila Real de Santo António, conforme se vê a folhas 82 do livro 32 da chancelaria do mesmo Rei, pela carta que ali está registada e datada de 20 de Agosto de 1542.

O mar, os piratas, os mouros e até a esquadra inglesa do comando do Duque de Essex, todos concorreram para a destruição de Vila Real de Santo António, aonde parece que em 1763 ainda havia alguns pescadores, até que desapareceu por completo, estando hoje apenas o nome de Cabo de Santo António.

VILA REAL DE SANTO ANTONIO — Avenida da Republica

Real de Santo António, a sede da freguesia e os restantes moradores passaram para a antiquissima aldeia de pescadores denominada «Monte Gordo» que em 1670 estava no auge do seu desenvolvimento, havendo muitas armações de pesca que pertenciam aos habitantes que eram alguns portugueses, muitos espanhois e bastantes franceses. A industria estrangeira chegou a ser muito mais importante que a industria portuguesa. Era um pequeno Estado dentro do Estado.

Viviam aqueles estrangeiros dentro de Portugal sem que as autoridades portuguesas tivessem o menor conhecimento. Comerciavam com o estrangeiro sem que Portugal recebesse o menor imposto, enfim eram livres.

Conhecedor o Marquês de Pombal dêste facto, tratou de organizar uma Companhia denominada das «Reais Pescarias» que foi legalizada pelo decreto de 15 de Janeiro de 1773. Esta Companhia iria acabar com os abusos de Monte Gordo, sendo resolvido que se estabelecesse como inicio duma nova vila, na nossa margem do Guadiana em frente de Ayamonte. Seria o emporio das pescarias do Algarve.

Convidou o referido Marquês, para constituirem casas e armazens na área destinada á nova vila, as diversas Companhias do País, entre as quais a «Companhia do Alto Douro», os moradores de Monte Gordo e de Castro Marim e todas as outras pessoas que assim o desejassem.

Em cinco meses construiu-se grande parte da vila, tendo uma disposição parecida com a de Lisboa reconstruida pelo Marquês de Pombal. Um largo que corresponde ao Terreiro do Paço e três ruas que correspondem ás do Ouro, Augusta e da Prata, mas tudo em miniatura.

Foi grande a oposição das vilas de Cacela, Monte Gordo e Castro Marim para que a nova vila se fundasse, mas o Marquês de Pombal a tudo resistiu e a vila de Santo António passou a ser a verdadeira vila, a Vila Real daquelas regiões. Em 27 de Abril de 1774, foi publicado um decreto ordenando que o Priorado de Cacela com a sua comenda passasse para a nova vila.

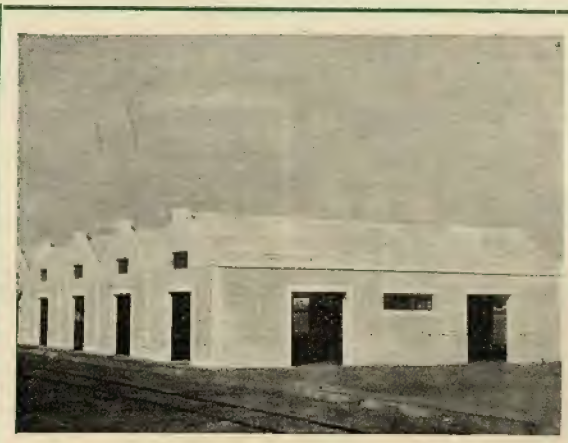
Em 12 de Dezembro de 1775 foi publicado outro decreto abolindo a Camara Municipal de Cacela, unindo o seu termo á nova vila.

Em 18 de Outubro de 1774, tinha sido ordenado por decreto, que o Juiz de Fora de Castro Marim mudasse a sua residência para Vila de Santo António de Arenilha onde ficaria por Juiz de Fora, indo, uma vez por semana a Castro Marim fazer uma audiência.

No mesmo dia, outro decreto extinguiu a Alfandega de Castro Marim, passando tudo para Vila de Santo António de Arenilha.

Com referência a armas de Vila Real de Santo António, diz o dr. Francisco Xavier de Ataide Oliveira, na sua monografia referida que entre as antigas alfaias dos primeiros anos da vereação camarária da vila, se encontravam umas varas de que os vereadores se utilizavam nas grandes festividades municipais as quais tinham um navio pintado.

A principal peça do selo e portanto das armas de Vila Real de Santo António não pode deixar de ser um barco.



VILA REAL DE SANTO ANTONIO — Armazens no cais

DISTRITO DA GUARDA

TORNA-SE impossível, por muito que se busque e rebusque, determinar com precisão qual a origem do nome da Guarda, dado á famosa cidade, que, com justiça, deveria ser a capital da Beira Serra, pois que, além da época em que Afonso Magno mandou construir a fortaleza de Tuitinolho, supõe-se, e no campo das suposições ficamos, que outra existira, no tempo dos godos, denominada War Gard.

Seja, porém, como fôr, o que sabemos de positivo é que a Guarda, talvez pela sua privilegiada situação, desempenhou em eras remotas um papel de primeira grandeza, chegando a ser uma cidade florescente, sendo conhecida, quando do domínio dos romanos, por Lancia Oppidiana, e desempenhando, graças á elevação e robustez do seu castelo, já nos nossos dias, assim se pode dizer, um importante papel na Guerra Peninsular.

GUARDA — Uma das antigas portas da cidade

Tomada aos mouros por D. Afonso Henriques, num período da sua decadência, foi seu filho D. Sancho que, querendo assegurar os direitos sôbre os territórios conquistados, mandou construir, onde hoje existe a cidade, uma tôrre de vigia, de onde podia lobrigar os manejos dos leoneses, cujo monarca se encontrava em guerra quási que permanente com o rei português.

Foi ainda D. Sancho quem mandou levantar a fortaleza e reforçar os seus limites, mandando, também, por lhe parecer o local apropriado, edificar habitações na planície, dando, desta forma, incremento á cidade futura, pois não se havia enganado nas suas previsões.

Desde então a cidade ficou-se chamando Guarda, como o prova o foral que lhe foi dado em 26 de Novembro de 1199, na cidade de Coimbra com muitos e grandes privilégios, que D. Afonso II confirmou em Santarém, em Dezembro de 1217.

D. Manuel I lhe deu novo foral em Santarém, no dia 1 de Junho de 1510, com os antigos privilégios.

Muito embora D. Sancho I tenha sido o fundador da Guarda, há documentos posteriores dez anos á morte daquele rei, que provam que nessa data, 1221, ainda estava o castelo da Guarda em construção.

A construção do castelo e muros fortificados continuou ainda tempos em fora e parece ter sido D. Deniz que ultimou as obras, de que ainda há vestígios na tradição, pois se chama ao arco da actual Rua D. Miguel Bombarda, «Porta de El-Rei».

Foi na Guarda que D. Deniz fez a primeira concordata com o clero em 1295 e também a paz com D. Fernando XII de Castela, para o que ali foi o tio e tutor daquele rei, o Infante D. Henrique.

Ainda devido a instancias de D. Sancho, obteve a Guarda em 1202 do Papa Paulo III a dignidade de cidade episcopal, tendo sido pelos tempos fora uma das maiores e mais importantes dioceses do reino.

Ali foi estabelecida a extinta diocese Egitaniense, que ainda hoje dá o nome aos habitantes da cidade.

Conhecida como era a influência da Igreja nos negócios do antigo reino, fácil é deprender que o desenvolvimento da cidade caminha a par e passo com o desenvolvimento da diocese, tendo-se a supremacia religiosa reflectido nas transformações por que a cidade passou.

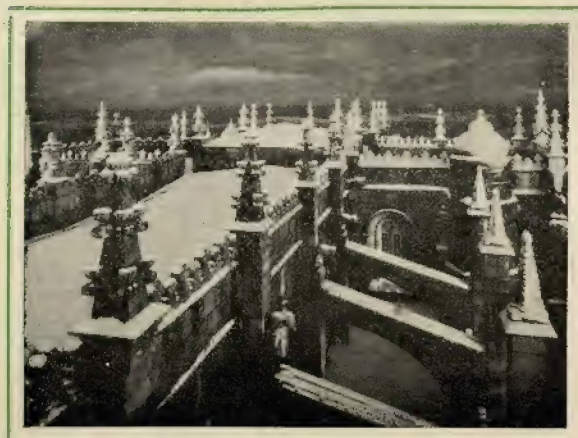
Além de centro de uma grande actividade religiosa, era também a Guarda um ponto estratégico digno de nota.

Desde o começo do século XVII até princípios do actual, a cidade manteve-se, por assim dizer, estacionária.

As impressões que aqui deixamos foram colhidas da Comissão de Iniciativa da Guarda, que, pela obra realizada em favor da propaganda desta região beirã, é digna de todo o elogio.

Guarda foi berço do insigne cronista do século XV, Rui Pina, grande observador e profundo político, a quem se devem as crónicas sôbre D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Deniz, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Duarte de Meneses, conde de Viana e governador da praça de Alcácer-Ceguer.

Também ali nasceu fr. Pedro da Guarda, santo varão, frade franciscano, a quem os madeirenses erigiram duas capelas.



GUARDA — Catedral debaixo dum nevão

MINAS DA PANASQUEIRA — Vista geral do Bairro Operário da Secção da Panasqueira

Minas da Panasqueira

UMA das emprêsas em Portugal, que pela sua importancia, mais concorre para a riqueza nacional dando á região onde se encontra motivo de sobejo para o seu desenvolvimento e constituindo um poderoso factor para a fixação dos naturais nas suas terras, pois dá trabalho permanente e remunerador a alguns milhares de operários, é a firma Beralt Tin & Wolfram, Limited, concessionaria das famosas Minas da Panasqueira, que estão incrustadas num dos contrafortes da Serra da Estrela, no limite poente do distrito de Castelo Branco, a 43 quilometros do Fundão.

Não foram poucas as empresas, que se sucederam desde 1895, em que as Minas da Panasqueira tiveram o seu início, até cêrca de 1900, ano em que foram adquiridos todos os direitos de exploração por um grupo de capitalistas ingleses, que, desde logo, procuraram imprimir maior expansão aos trabalhos de exploração.

Com alternativas várias, esta emprêsa veio mantendo-se até que, findo o período da guerra, uma súbita baixa no preço do volfrânio, baixa que ainda mais se agravou nos anos seguintes, veio modificar por completo a situação da emprêsa exploradora, obrigando-a a uma quási paralização.

Sempre lutando com grandes dificuldades financeiras, a referida emprêsa, transferiu o «contrôle» técnico da sua exploração a British Non-Furrons Mirning Corporation.

Com o advento da nova direcção, tudo se modificou, entrando as Minas numa nova fase de actividade.

A nova emprêsa iniciou a sua obra de renovação, aumentando o numero do seu pessoal, tanto técnico, como administrativo.

Entre os muitos trabalhos de grande envergadura destaca-se, pela sua importancia, o longo tunel de cêrca de 2 quilómetros de extensão, que partindo da Barroca Grande, na vertente da mesma serra mas em sentido oposto aos trabalhos da Panasqueira, isto é, na vertente oposta, permite hoje a exploração intensa dos mesmos filões a um nível 80 metros mais baixo.

Como resultante dêste portentoso trabalho de mineração, a produção destas minas, que antes de 1934, nunca havia ultrapassado 30 toneladas mensais, já hoje atinge cêrca de 200 toneladas por mês.

A Beralt mantem duas lavarias em permanente laboração: uma na Panasqueira, a primitiva, e outra na Cabeça do Pião, a cavaleiro do Rio Zêzere, de recente construção e que no seu género não tem rival no país e poucas que se lhe igualem no estrangeiro.

A sua capacidade de tratamento, já hoje atinge a média de 800 toneladas de minério «tout venant» por dia, média esta já consideravel, se a compararmos com a anterior que raras vezes excedia 100 toneladas.

Identicamente, a Lavaria da Panasqueira, foi completamente reformada e dotada de maquinas modernas.

A capacidade do primitivo cabo aéreo que transporta o minério em bruto das galerias das varias minas até ás torbas das Lavarias, foi, já dentro da nova organização, duplicado, a-fim de poder comportar o aumento de produção da Lavaria do Rio.

Como a quantidade do mineral até então proveniente das diversas secções era insuficiente para alimentar esta Lavaria foi necessário montar um novo ramal de 2 quilómetros em comprimento, ligando a Panasqueira á B. Grande, para desta forma adicionar o mineral extraido da secção da Panasqueira, ao mineral proveniente da secção da Barroca Grande.

GUARDA — Ruinas do antigo castelo

O ar comprimido que é a unica fonte de energia que se adapta a êste género de trabalhos subterraneos, foi um dos problemas que a nova direcção teve de dar imediata solução.

Mandou construir uma estação central geradora de ar comprimido na Secção da Barroca Grande que consta de dois compressores «Belliss Morcom» de 500 cavalos cada.

A tubaria do ar, que á saída da estação e durante 1200 metros, tem o diametro de 10 polegadas, percorre todos os pontos das minas onde se torna necessário o emprego de ar comprimido para a

operação dos martelos pneumaticos que perfuram a rocha onde se encontra incrustado o filão.

Esta geradora, com o seu sistema de distribuição de ar comprimido, em pouco tempo elevou a produção das minas de cêrco de 20/30 toneladas por mês, que era a média obtivel anterior a 1934, para cêrca de 180 toneladas, média esta que foi possivel manter durante todo o ano de 1939.

O numero de operarios empregados nos varios trabalhos de exploração, passou em pouco tempo de cêrca de 800 para 3.000 homens. Em correlação com este aumento, o numero de engenheiros e agentes tecnicos que até ao advento da nova administração, se resumia apenas a 2, eleva-se hoje a 28.

A assistencia social dos operarios, anteriormente precária, mereceu da actual direcção o maior carinho.

Assim, passamos a enumerar, embora muito resumidamente, o muito que já se fez.

Foram reconstruidas, melhoradas e divididas, 469 casas, onde se encontram alojados 1.700 empregados constituindo uma verdadeira aldeia operaria.

Alem das casas que constituem propriamente os bairros operarios, a Emprêsa fez construir, tambem, varias pequenas vivendas para alojamento dos seus funcionarios tecnicos e administrativos, todas providas do indispensavel, ao confôrto do que nelas habitam.

A limpeza diaria dos bairros, bem como das retretes, profusamente espalhadas, é assegurada por carros que recolhem os detritos e os vão lançar em fossas previamente preparadas, estando a ser constuida uma fossa asseptica para uso geral do bairro.

Alem da escola que há muito existe na zona da Panasqueira, foram criados mais dois postos de ensino, um na secção da Barroca Grande e o outro na secção do Rio, fornecendo a Emprêsa gratuitamente, local para ensino, material didactico e alojamento aos professores.

Alem do ensino primario a que nos acabamos de referir, ainda mantem a Beralt, na sua secção do Rio, um curso de ensino profissional a que preside o engenheiro chefe daquela Lavaria.

Ainda mantém a Beralt, na sua secção do Rio, um curso de ensino profissional a que preside o engenheiro.

Longe da aglomeração urbana importante, tinha o problema da alimentação de ser também resolvido. Existe na secção da Panasqueira, um armazem de viveres funcionando em regime de cantina, sendo os géneros vendidos ao preço do custo, apenas acrescidos dos transportes e caixeiros, sem lucros.

E' assegurada a todos os empregados desta Companhia, indistintamente da sua categoria, concessão que abrange, tambem as suas familias, uma assistencia médica gratuita.

As consultas são ministradas nos três postos de socorros, sitos, nomeadamente, nas zoans da Panasqueira, B. Grande e Rio, ou, quando as circunstancias assim o requerem, nas casas de habitação.

Não podia a Beralt descurar as necessidades religiosas do seu pessoal, todos, por assim dizer, catolicos praticantes. Um padre duma das aldeias vizinhas, presta os seus serviços culturais, todos os domingos, numa pequena capela existente na secção da Panasqueira.

Em reconhecimento de serviços prestados, pagam-se a alguns operarios antigos e depois da sua morte, em determinados casos, ás respectivas viuvas, uma pensão mensal.

Está em estudo a criação de uma caixa de previdencia para os seus operarios, com a comparticipação da Companhia, com o fim de assistencia em caso de doença.

Faremos, agora, referência ao vasto plano de novas obras a dar execução, logo que as circunstancias o permitam:

a) Construção de novos bairros operarios, em cada uma das três secções;

b) Construção duma vila, exclusivamente para empregados e suas familias, na secção da Barroca Grande — a mais salubre deste Couto Mineiro — onde serão edificados, futuramente, os novos escritorios, um hospital, uma «mess» para empregados solteiros, clube recreativo, «court» de «tennis», parque infantil e uma capela.

c) Ampliação do numero de casas para empregados e mestres artifices que laboram na Lavaria do Rio, juntamente com uma capela, parque infantil, escola e clube recreativo.

A Emprêsa tem ainda em estudo novas inovações, tais como oficinas de fundição, carpintaria mecanica e forjas, também inteiramente mecanicas, para a tempera e preparação do aço que emprega. Outrossim, tem entabuladas negociações com uma grande emprêsa fornecedora de energia electrica que opera na região, para o fornecimento de energia.

Como fecho deste punhado de dados, apresentamos a seguir alguns algarismos representativos do movimento destas Minas:

Quadro comparativo

	1933	1940
Força motriz em serviço	800 HP.	2260 HP.
Produção diária minério tout venant	150 ts.	1100 ts.
Consumo mensal em explosivos	4000 Kgs	21500 Kgs
Numero de operários em serviço	750	3100
Produção mensal (tons. concentrados	20/30	180/200

Quantitativos Impressionantes

Imposto desemprego, pago mensalmente ...	Esc. 27.000$00
Imposto «fixo» e «proporcional ..... (ou seja 25 % do imposto total pago pela industria mineira em Portugal)	» 690.000$00

Desnecessário, portanto, se torna sublinhar a importancia de todos os trabalhos e a influência benefica nos destinos deste Couto Mineiro, se coroados de êxito, destinos a que já estão hoje ligados o bem estar e o progresso duma zona apreciavel da Beira Baixa, e a tranquilidade material dos seus 3000 operários e respectivas familias.

MINAS DA PANASQUEIRA — Vista geral da Secção da Barroca Grande

AGUIAR DA BEIRA

AGUIAR DA BEIRA — A Praça Velha

AGUIAR DA BEIRA é uma das mais pitorescas vilas da Beira Alta, situada na serra da Lapa, num ponto de elevada altitude, donde se avistam a cidade da Guarda e as vilas de Trancoso e Linhares.

E' vila antiquissima, á qual deu foral D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, no ano de 1120, acto magnanimo que D. Afonso Henriques confirmou em Santarém, em 1220, cem anos depois, portanto, e que D. Afonso III e sua mulher reformaram aos 12 de Julho de 1258.

Alguns historiadores, como Sousa Viterbo, afirmam que foi D. Afonso Henriques quem deu o primeiro foral a Aguiar da Beira, mas a verdade é que, mãe e filho, costumavam conceder aquela régia graça ás terras do nosso reino em formação.

A vila tinha, já ao tempo, castelo e era já concelho. O castelo, porém, devia ter sido romano, podendo o actual, que é uma robusta construção militar antiga, atribuir-se totalmente a D. Deniz.

Foi a vila de Aguiar da Beira senhorio dos condes de Vimioso, que apresentavam as justiças; pertenceu depois á Casa do Infantado e foi cabeça de Condado.

Foi o Rei D. Deniz que instituiu em 1300, a feira da vila, na mesma altura em que construiu ou reconstruiu o castelo.

Ao principio fazia-se no primeiro domingo de cada mês e durava três dias. O bispo de Viseu, porém, opôs-se á sua realização nos domingos, pelo que o rei D. Jeão I determinou que ela passasse a fazer-se nas primeiras segundas, terças e quartas-feiras de cada mês.

Aguiar da Beira, que foi vigararia do Real Padroado e comenda da Ordem de Cristo, possuiu no seu tesouro artistico valiosas peças que foram pertença dos conventos, igrejas e capelas, que pena é não tenham sido ali conservadas.

Sendo, como é, um dos concelhos mais ricos e prosperos do distrito da Guarda, Aguiar da Beira não se tem poupado a esforços e a canseiras, por intermedio da sua Camara Municipal para se erguer á altura a que tem direito.

As obras e realizações levadas a cabo depois do 28 de Maio atestam a forma inteligente e criteriosa como os dignos membros da Comissão Administrativa se teem sabido desempenhar do seu mandato.

Almeida

SÃO duas as versões que correm acêrca da origem do nome de Almeida, dado á antiga e histórica vila da Beira Baixa e á qual andam ligados factos notáveis praticados em quási tôdas as guerras e incursões que assolaram o nosso País.

Dizem uns que se chamava Atmeidair, que significa campo ou lugar para corrida de cavalos, e que, por corrupção, mais tarde veio a denominar-se Talmeida, passando, depois, ao que hoje é; dizem outros que em todos os tempos outro nome não teve mais do que Almeida, palavra árabe que quere dizer mesa, por estar edificada numa planicie, ou ainda, mas esta hipótese passa ao dominio da lenda, por nela haver em tempos remotos uma «mesa» cravejada de pedras preciosas, de um valor incalculável.

O que parece não haver dúvida, pois anterior a essa época não há

ALMEIDA — Praça da Republica

vestígios da sua existência, é que Almeida foi fundada pelos árabes nos séculos VIII ou IX, sendo o seu assento primitivo no sítio conhecido pelo Enchido da Sarça, também chamado Pedregais, a cêrca de um quilómetro para norte da sua actual situação.

São muitos os factos históricos, que dão a Almeida foros de notável, desde que aquela praça foi arrancada ao poder dos infiéis em 1039, por D. Fernando, o Magno, de Castela e se não fôra as guerras, que, então, se travaram, entre os três filhos daquele monarca, D. Sancho, D. Garcia e D. Afonso, por causa da ambição e maldades do primeiro, que a todo o transe queria usurpar, como usurpou, os reinos a seus irmãos. Almeida não teria voltado de novo para a posse dos mouros, como voltou em 1071, pela desorganização e pela grande decadência em que as lutas fratricidas deixaram os territórios cristãos, parte dos quais os árabes espreitavam como presa de valor.

D. Sancho I tomou Almeida aos mouros, pela bravura de D. Paio Guterres, neto de Egas Moniz, que desde esta conquista se ficou apelidando de Almeida.

Além do Castelo, tem Almeida alguns edifícios dignos de nota. Dentre eles citaremos: a igreja matriz, Nossa Senhora da Purificação, vulgo das Candelas, que é um templo de três naves e com onze altares; a Misericórdia e hospital, fundados em 1680, á custa do povo e com grandes esmolas da rainha D. Catarina, viuva de D. Carlos II de Inglaterra e filha do nosos rei D. João IV; a Capela da Senhora do Mosteiro, que, segundo a tradição, foi igreja de um convento de templários; um convento de freiras franciscanas de Nossa Senhora do Loreto, que foi fundada por três irmãs da família dos Sillas e Falcões, de Pinhel etc.

Almeida foi berço do célebre historiador fr. Bernardo de Brito, cronista-mór do reino e autor de obras de valor, dentre as quais se destacam a «Monarquia Lusitana» e «Crónica de Cister».

Celorico da Beira

OU tivessem sido os turdulos, 500 anos antes de Cristo, ou Briso, quarto rei de Espanha, 1890 anos da mesma era, que fundou Celorico da Beira, pois qualquer destas duas versões têm quem apaixonadamente as defenda, o certo é que a povoação tem foros de antiquíssima, porque já existia no tempo em que os romanos dominavam a Península, tendo sido eles quem mandou construir o

CELORICO DA BEIRA — Igreja de Santa Maria

castelo, mais tarde reparado e adaptado ás exigencias da época por D. Deniz.

Foi Celorico da Beira, vasto campo de lutas, que nem sempre lhe foram propicias, mas os sucessivos reveses não fizeram abater o animo varonil dos heroicos beirões, antes lhes cavaram bem fundo o ódio aos intrusos, que conseguiram, finalmente, banir do seu território.

Assim como sucede com a data da sua fundação, a origem do seu nome debate-se na incerteza de diversas proveniencias. Dizem uns que o sítio onde se encontra Celorico, foi a antiga Celobriga, fundada 300 anos antes de Cristo, pelos suevos; outros que vêm do Suelo Rico, mudado mais tarde em Celo Rico, em homenagem á fidelidade dos seus habitantes; outros que, pela grande fertilidade dos seus campos, mereceu o nome de Solo Rico; outros ainda, como o autor do «Elucidário», afirmam que a excelencia dos seus ares, a maravilha das suas paisagens, a especialidade dos seus frutos e a vastidão e limpidez dos seus horizontes, a cognominavam de Rico-Céu, donde nasceu o actual.

Foi Celorico da Beira conquistada aos moiros pelo esforçado guerreiro e companheiro de armas de D. Afonso Henriques, D. Marinho Rola, que foi o seu primeiro alcaide.

Recebeu o seu primeiro foral de D. Afonso Henriques, que lhe foi confirmado por D. Afonso II e ampliado por D. Afonso III.

D. Manuel lhe deu novo foral em 1512 e a elevou á categoria de vila.

O castelo de Celorico da Beira, na obra «Os Castelos de Portugal» de Humberto Beça, é classificado «um dos monumentos históricos militares de mais subido e autentico valor arqueológico».

O castelo foi fundado por Nyso, Servio e Junio, capitães romanos, que o dedicaram a Augusto Cesar.

Dos monumentos de Celorico da Beira falaremos na igreja de Santa Maria, de linhas elegantes e bastante espaçosa, que foi doada por D. Afonso III ao Bispo da Guarda; Ermidas de Nossa Senhora da Anunciação, Nossa Senhora da Consolação; Senhora a Nova; S. Domingos; Nossa Senhora da Encarnação; S. João; Santa Luzia; S. Sebastião do Hospital; Santo António; Santa Eufemia; Santa Marinha, etc.

CELORICO DA BEIRA — Castelo

MANTEIGAS — Aspecto do Paço do Inferno

Fornos de Algodres

AS Terras de Algodres ou Região de Algodres abrangia o concelho do mesmo nome, vila e termo: o da Matança, vila e termo; o de Fornos, vila e termo; o de Figueiró da Granja, vila e termo; e ainda, as vilas e termos de Infias e Casal do Monte.

Assim, a vila de Fornos, a-pesar-de viver e se administrar sôbre si, com Camara e Julgado próprio, viu-se e vê-se ainda hoje, forçada, para se distinguir de outras terras com o mesmo nome, a adoptar o designativo regional de Algodres.

Em épocas remotas, mesmo nas pre-históricas, já as terras de Algodres eram habitadas pelos homens primitivos, por serem regiões onde abundavam a caça e a água, próprias, portanto, para o estabelecimento das suas povoações rudimentares, com suas cabanas e cisternas defendidas por fossos, muralhas ou aterros, que delimitavam o espaço mais ou menos amplo de cada uma.

FORNOS DE ALGODRES — Pelourinho de Algodres

Mais tarde diversos povos e raças ocuparam a região e é deles, segundo opinião autorizada, principalmente da fusão dos celtas com os iberos que provieram os lusitanos, que se firmaram na ponta ocidental da velha Span dos fenícios, donde vem o nome de Espanha.

Professando o culto da natureza simbolizada em deuses imaginários, os lusitanos, povo aguerrido e valente, vivendo nos seus redutos em plena montanha, desceram á planície e começavam cultivando as terras, quando os romanos se apossaram da Península, sendo durante o dominio destes e logo no primeiro século da era de Cristo que se estabeleceu a religião cristã.

Mas vieram depois as invasões dos godos e dos arabes, e os cristãos viram-se forçados a procurar refugio nas Asturias.

Se bem que haja quem defenda a versão de que foi D. Sancho, em 1200, o primeiro monarca português que deu foral a Fornos de Algodres, o que está averiguado é que esta vila o teve de D. Deniz em 1311 e, em 1514, novo foral de D. Manuel.

Manteigas

O mais que se conseguiu averiguar com foros de realidade é que a vila de Manteigas já existia no tempo dos romanos como povoação de extraordinária importancia, tendo á sua frente um «alcaide» ou «emir» a que os escritores medievais chamaram rei.

O primeiro foral concedido á velha vila data de 1188, reinado de D. Sancho I, sendo depois reformado por novo foral concedido em 4 de Março de 1514, por D. Manuel I.

Com a reforma administrativa de 1896 foi o concelho extinto para ser restaurado dois anos depois.

Manteigas encontra-se no coração da Serra da Estrêla e é, sem duvida, a melhor área de turismo do País. O Poço do Inferno, as Cascatas da Candeeira, os Covões, os Cantaros (Magro, Gordo e Raso), as Lagoas da Paixão, Clareza, Cantaro, etc., o Chafariz de El-Rei, o Frade e a Freira, o Polo do Judeu (o maior penedo da Serra), etc., são locais visitados anualmente por milhares de pessoas, que também se utilizam das afamadas águas minero-medicinais das Caldas de Manteigas.

A industria de lanifícios que no concelho tem larga representação, encontra-se numa fase progressiva, como o atestam as fábricas que possue, algumas delas de moderno apetrechamento. Outra grande riqueza do concelho é a agricultura e pecuária, sendo feita a exportação em larga escala, de castanha e vinho, e sendo as espécies pecuárias mais vulgares e existentes, como de maior valor comercial, o gado lanígero e caprino.

Importante como região de turismo, pela beleza extraordinária dos seus panoramas, rico pelas suas industrias, o concelho de Manteigas é, também de grande valor comercial, importancia que deriva, principalmente, do valor industrial do concelho e do grande desenvolvimento dos serviços florestais.

A valorizar mais, ainda, o concelho tem a Camara Municipal realizado uma obra que não receia confrontos, e á qual tantas vezes nos temos referido.

Em realizações tem, actualmente, o Municipio, os seguintes melhoramentos:

Obras de abastecimento de águas á vila de Manteigas e ás Caldas de Manteigas; construção de um edificio escolar em Sameiro; electrificação da povoação das Penhas Douradas; melhoramentos e aformoseamento das Caldas de Manteigas.

E bem merece Manteigas, lugar privilegiado pela Natureza, tudo quanto se faça por ela, como igualmente o merec o seu povo laborioso e ordeiro.

MEDA

MÉDA — Castelo

MEDA é uma das mais prometedoras terras do distrito da Guarda. Situada entre Vila Nova de Foz-côa e Trancoso, a quási meio caminho dum e doutro destes riquíssimos concelhos, hoje Meda, que pode orgulhar-se do seu passado, pois é uma das mais antigas povoações de Portugal, conquanto a sua história não tenha projectado factos históricos que mereçam especial mensão, foi comenda e teve o seu foral, que lhe foi dado por D. Manuel I, em Evora, no dia 1 de Junho de 1519.

Situada num alto, o que a torna saudável e aprazível, é cabeça de concelho de dezasseis freguesias, sendo imensamente fértil em todos os géneros, que se encontram profusamente espalhados por tôda a sua região, criando muito gado de tôda a qualidade.

A obra do seu Município, sobretudo desde o 28 de Maio para cá, é digna de todo o elogio, pois êsse punhado de homens de iniciativa e patriotismo não se têm poupado a esforços para elevar todo o seu concelho e principalmente a vila de Meda á categoria a que tem direito, dado que o seu povo, gente pacífica e ordeira, amante do seu torrão e trabalhadora, não se cansa de ajudar os seus dirigentes, labutando com amor e carinho pelo desenvolvimento da terra que lhe foi berço.

MÉDA — Vista parcial

PINHEL

PINHEL, sem dúvida uma das mais antigas povoações da Lusitania, foi, segundo o maior numero de opiniões, povoada pelos turdulos, quinhentos anos antes de Cristo.

Tendo passado pelo domínio dos vários povos que assolaram a província e chegando a gozar de certa importancia, acabou por ser pertença dos mouros, a quem D. Afonso Henriques a conquistou, dando-lhe o primeiro foral em 1179, quando reedificou a povoação, arrazada pelas continuas investidas dos inimigos dos portugueses.

Em 1209, D. Sancho I lhe deu novo foral, que foi confirmado por D. Afonso II em 1217, reformado e ampliado por D. Deniz, em 1282.

Acêrca do famoso herói João Fernandes Vieira, o castrioto lusitano, que foi alcaide-mór de Pinhel, conta o seu biógrafo Rafael de Jesus, que nasceu na Ilha da Madeira e, ainda adolescente, foi procurar fortuna ao Brasil, mas já então mostrou o que viria a ser pelos actos de heroísmo que praticou na defesa de Pernambuco.

Casou depois e vivia rico e estimado de todos que o conheciam.

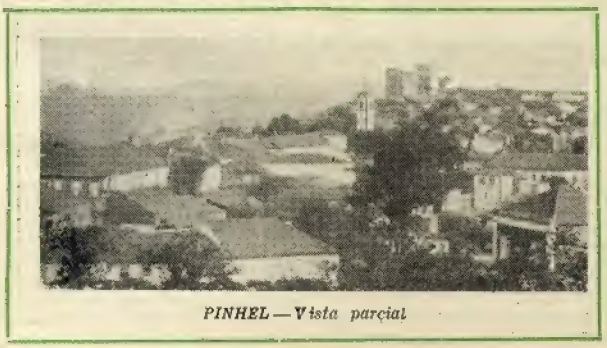
Mas, em Lisboa, raiaria o glorioso dia 1.º de Dezembro de 1640, e o patriotismo de Vieira o faz esquecer a paz e comodidade do lar doméstico e trama a revolta da restauração em Pernambuco, então dominado pelos holandeses.

Tornou, então, ao reino, onde foi feito alcaide-mor de Pinhel, comendador da Ordem de Cristo e membro do conselho de guerra.

D. Pedro II o cognominou herói do seu tempo e o Papa Inocêncio X, o restaurador da Igreja.

Não se sabe quando morreu Fernandes Vieira, o que se sabe é que em 1676 ainda vivia, desempenhando o mesmo alto cargo.

Além do castelo, mandado levantar por D. Deniz, tem Pinhel alguns monumentos de maior ou menor valia.



PINHEL — Vista parcial

SABUGAL — Castelo

Sabugal

SABUGAL faz parte dum pequeno numero de povoações que só tarde entraram para o domínio português. Fazendo parte da Estremadura espanhola, foi em 1282 dada como dote á Rainha Santa Isabel, filha de D. Pedro III, Rei de Aragão e mulher de D. Deniz.

Foi seu fundador Afonso X, de Leão, no ano de 1220, tendo-lhe desde o principio dado o nome de Sabugal, pelos muitos sabugueiros que ali havia.

Quer quando ainda fazia parte da Coroa espanhola, quer, depois de passar para a Coroa portuguesa, na vila de Sabugal desenrolaram-se alguns factos históricos que lhe deram certa celebridade.

Quando das lutas de D. Sancho II com D. Fernando III, de Castela, foi ali que, em 1224, foram assentes as pazes, entre os dois monarcas desavindos, encontrando-se presentes um e outro.

Logo, em 1287, já então, Sabugal estava encorporado na Coroa portuguesa, se reuniram naquela vila, para tratarem de assuntos, que interessavam á política dos dois países, os reis D. Deniz e D. Sancho, o Bravo, de Castela.

Ajustado o casamento da nossa Infanta D. Maria, filha primogénita de D. Afonso IV e da Rainha D. Brites, filha de D. Sancho IV de Castela, com o Rei castelhano D. Afonso XI, saiu a noiva de Coimbra, acompanhada por seus pais e pela Rainha Santa Isabel, sua avó, tendo-se demorado a real comitiva na vila de Sabugal durante alguns dias, para ali receber a Infanta D. Leonor, irmã do noivo, que, acompanhada dum brilhante séquito veio para visitar D. Isabel, que era, também sua avó e os reis portugueses, seus próximos parentes.

Foi quando o gáudio da população por tão subida honra dada ao seu torrão natural e lusidas, por isso, foram as festas feitas aos reais hóspedes, durante a sua permanencia.

Terminadas elas, partiram os reis e suas comitivas para a vila de Alfaiates, próxima da província da Estremadura, que então pertencia aos Reis de Leão, e a essa vila chegou D. Afonso XI, tendo-se ali celebrado o ajustado casamento na Igreja Matriz.

Foi o Rei D. Deniz que, em 1296, mandou construir o forte castelo

Foi também este Rei que deu o primeiro foral á vila

Sabugal, a-pesar-do seu clima ser excessivo, produz com fartura todos os géneros agrícolas, sendo, também, importante a sua pecuária, que abraça todas as espécies.

SEIA

ESTÁ situada numa agradavel colina das faldas da Serra da Estrêla. A sua altitude é de 532 metros. A população era em 1911, de 2.693 habitantes e em 1930 de 2.996. Tem instalação eléctrica, telefones e distribuição de águas, em serviço municipalizado

Quanto á origem da palavra não há uniformidade nos autores que consultámos.

O nome de Seia acha-se pela primeira vez escrito num documento do Século XII, ou seja no Livro Santo do Arquivo de Santa Cruz de Coimbra, mas em todos os documentos latinos do mesmo século aparece Sena e daqui derivou Seia.

António Carvalho da Costa, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues afirmam que o nome proveio do facto de D. Fernando, o Magno, de Espanha, pelos anos de 1037 ou 1038 quando tirou a vila do poder dos árabes, ter encarregado da construção do castelo um cavaleiro chamado Pedro de Cea, natural da Galiza e da casa de Cea.

Luiz Cardoso também afirma que Ceia vem de Pedro de Cea, natural da Galiza e da casa de Cea.

Nenhum deles, porém, apresenta qualquer fundamento ou prova desta afirmação, nem indicam onde foram colhêr esta noticia, reparo êste que já tinha sido feito pelo dr. Leal nas «Memórias do Bispado da Guarda», declarando que pouca probabilidade tem tal parecer.

SEIA — Capela de S. Pedro

Pinho Leal faz a mesma afirmação quanto á origem do nome, acrescentando porém que outros com fundamento dizem que o nome de Seia proveio do castelo de Sena, nome que tinha no século XI.

Também não podemos aceitar a

opinião de que esta vila teve o nome de Cia, no tempo da tiranica dominação dos moiros em Espanha e Portugal, como quere Jorge Cardoso.

Cia não pode ser a nossa Seia, mas sim a ilha de Cea chamada também pelos antigos Ceos, Cia, e Hydrusa, uma das Cyclades do Mar Egeu, entre a ilha de Andro e o Cabo das Colunas, que hoje se chama Zeo ou Zia, no Arquipélago.

Jorge Cardoso, para fazer esta afirmação, baseia-se no historiador Flávio Lucio Dextro que nunca existiu.

As suas crónicas que figuram com o seu nome são mistificações do célebre falsário, o jesuita Jerónimo Roman de la Figuera, que os doutos religiosos Pedro de Ribadeneyra e Mariana, nos seus escritos desmascaram, afirmando a falsidade dessas obras e outras semelhantes da mesma autoria.

Em Portugal, a Academia Real da História deu uma lista dos apócrifos e ali figura o Lucio Flávio Dextro e proibiu a sua invocação para estudos históricos, facto êsse que já foi observado por Alfredo Pimenta no suplemento de «A Voz», o «Bazar», de 26 de Março de 1937.

SEIA — Santa Marinha — Pelourinho

Parece-nos pois mais acertada a opinião de que Seia, derivou de Sena.

Perde-se na noite dos tempos a fundação da vila. Sabe-se que na dominação romana os povos da Serra da Estrêla eram conhecidos pelos «Herminios». O Bispo Pinheiro, nas suas anotações, diz que Hermínio queria dizer ou significar áspero e intratavel, na antiga linguagem de Espanha, e que os seus habitantes eram tão duros de sujeitar e as mulheres que ali viviam de tão pouca gentileza que a modo de feras andavam vestidas de quatro peles de cabras com toda a lã para fora e êles em si, de tão mal compassados rostos que condizia a fealdade dêles com a pouca galhardia no trajo.

Contudo outros historiadores sustentam que «Herminio» ou melhor Erminio deriva da mesma raiz, «min», que entra em muitas palavras latinas para significar idea de elevação (emineo, imminéo, proeminente), e que o elemento «er» é aumentativo. Assim Erminio significa muito alto. O facto de ser aplicado o nome de Erminio, pelos romanos, a diversos montes permite supor que lhe atribuiam significado comum.

Tambem não há uniformidade no motivo por que se denominou a Serra, «Serra da Estrêla».

André de Resende diz que o nome vem do facto de haver uns penedos que acabam na feição e modo de uma estrêla, donde os pastores que ali vão com os seus gados na fôrça do Verão lhe deram tal apelido, querendo as mulheres responder com as suas perfeições do rosto ao formoso nome da Serra; deixada a fera condição com que os autores no-las pintam, se fez uma das mais comedidas e trataveis gentes de toda a Espanha.

Duarte Nunes de Leão também escreve: «A razão por que alguns dizem que se deu a essa Serra o nome que tem, foi porque uma parte dela, ao longe, mostra a semelhança de uma estrêla».

Ainda o doutor Aristides de Amorim Girão, professor da Universidade de Coimbra, referindo-se ao nome de Estrêla, que êle deriva, citando Barros Gomes, da forma irradiante das águas e vales que dela descem para a zona inferior, desenhando tal configuração uma estrêla e daí resultou o nome que se lhe aplicou.

Adelino Abreu, recolhendo uma tradição popular interessante, dizendo que se ainda hoje se preguntar a qualquer habitante das povoações vizinhas da Serra a razão do apelido Estrêla, responderá: «porque nasce lá uma estrêla da madrugada, durante o Verão chamada Estrêla de Alva».

Há também quem diga que o nome veio do facto de aí ter existido um templo dedicado a uma divindade, cujo nome corresponde a Estrêla de Alva.

Num documento de D. Afonso V, de 1452, nomeia-se a povoação de Alvoco da «Serra da Estrêla», facto êste citado por Pinheiro Marques na sua obra «Terras de Algodres»

Ainda quanto aos povos dos Herminios, Jorge Cardoso diz que no tempo dos romanos foram celebrados como os mais belicosos de Portugal, dando que fazer a Julio Cesar, quando voltou á provincia; á Espanha ulterior, isto, é além do Ebro.

Pinho Leal afirma que eram reputados pelos romanos como os mais bárbaros e crueis habitantes da Lusitania e que só á custa de muito sangue das suas aguerridas legiões é que puderam domar estes ferozes mas valorosissimos lusitanos.

O padre João Baptista de Castro escreve que os habitantes da Serra da Estrêla prenderam os embaixadores dos romanos e zombaram dêles e se não usasse Julio Cesar de alguns estratagemas, não os teria vencido nem dominado a sua ferocidade e que (citando Bernardo de Brito) os antigos habitantes da Serra da Estrêla chamados Hermínios eram homens ásperos e duros de condição, indómitos pelas armas, mui rusticos no trajo e modo de vestir, amigos de roubar o alheio e pouco fieis no que tratavam; porém a cultura dos tempos e a mesma experiencia tem mostrado quanto se deve desvanecer este conceito, pois o que vemos hoje nos seus naturais, principalmente nos de primeira esfera, é um animo valente e brioso, amigos de buscar honras e fortuna ou pela carreira das letras ou das armas, em que têm feito progressos de grande crédito para todo o Reino.

SEIA — Igreja de S. Martinho

Quando Cesar venceu os Herminios já existiria nesse tempo Seia?

Segundo André de Resende é certo que o estado de civilização dos Herminios era tal que já viviam em cidades e fora da barbaria primitiva, mas não podemos afirmar com muita probabilidade que Seia já existiria no tempo de Cesar.

Todavia Pinho Leal diz que foi fundada pelos turdulos 450 (outros dizem 300) anos antes de Cristo mas é de rejeitar tal asserção porque os turdulos ou turdetanos habitavam entre os rios Guadiana e Tejo, no Algarve e Andaluzia e parte do Alentejo e assim não podiam ser os fundadores de Seia, região onde tais povos não se fixaram.

O que é certo é que a vila de Seia é a mesma que em antigos documentos figura com o nome de Sena.

Frei Bernardo de Brito, Jorge Cardoso, António Carvalho e Pinho Leal, dão como senhor desta vila o conde D. Julião, pai de Florinda, mais conhecida pela Cava.

Mas tal afirmação funda-se em tradições antigas e talvez em lendas, que parecem destituidas de valor histórico, e assim é duvidoso que êsse conde fôsse senhor da vila.

Seia teve foral em 1136, dado por D. Afonso Henriques, sendo ainda Infante e outro de D. Manuel I, de 1 de Junho de 1510.

D. Manuel I refere-se ao foral dado por D. Afonso Henriques, sendo Infante, e determina que embora muitos direitos e coisas fôssem atribuidos á coroa Real na vila, apenas estavam na posse de receber e arrecadar certas coisas que mencionava.

Pinho Leal diz que alguns escritores sustentam que o grande Viriato, humilde pastor dos Herminios, que durante muito tempo resistiu ás legiões romanas, era natural desta vila, ou pelo menos das imediações.

Não indica, porém, em que se baseia para emitir tal opinião.

Contudo o dr. Fortunato de Almeida na sua «História de Portugal», afirma que é arbitrário quanto se tem escrito sôbre a identificação dos montes Herminios como berço de Viriato.

O foral dado por D. Afonso Henriques, sendo ainda Infante, revela a concessão de muitos privilégios que noutros não existem.

Não sabemos os motivos que imperaram no animo do Infante para assim proceder.

E' de presumir, porém, que foram tomados em consideração os bons serviços na guerra e o espirito bélico dos seus habitantes.

Assim lhes deu uma remuneração condigna.

E' notavel o privilégio que concede aos cavaleiros, aqueles que tinham cavalo e armas, nos termos seguintes: «Cabbalarius de Sena, qui non haburit aprestamo non vadant in fossadum, nisi illo Maio et apellido» (1).

E' notavel este privilégio, como acentuou Mendonça Falcão, porque devendo os que tinham armas acompanhar o seu soberano, ou seus capitães, ou lugares-tenentes nas frequentes expedições ou incursões militares e correrias em terra de moiros, como consta de inumeraveis documentos dos primeiros tempos da Monarquia, especialmente de alguns forais, como o de Castelo Branco de 1213, em que se impõem penas aos que faltarem, os da vila de Seia eram dispensados de irem ao fossado, expedições estas que muitas vezes eram comandadas pelo próprio Rei.

Apenas obriga os habitantes de Seia de irem á revista de Maio e ao apelido.

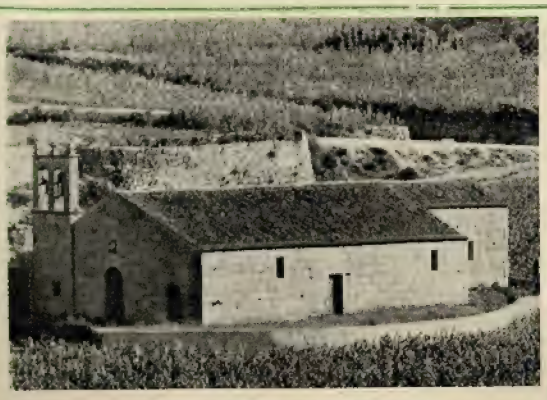
SEIA — Igreja da Misericórdia

O foral pelo aspecto da organização das suas magistraturas, considera-o Herculano mais liberal que o de Viseu a-pesar-de ser cidade, sendo este menos particularizado que o de Seia.

Este, segundo Herculano, poder-se-ia considerar como um dos mais importantes, se não fôsse o incompleto das magistraturas. As garantias judiciais, observa o mesmo insigne historiador, que o foral estabelece, são assaz notaveis e tendem não só a assegurar um julgamento livre e imparcial, mas também a substituir as reparações pacificas aos desagravos violentos.

Verifica-se assim que a população da vila e concelho, pela regalia e privilégios que o foral lhes concedia, merecia ao Soberano grande estima e consideração.

(1) Fossado. — Significava expedição militar de guerra ofensiva em geral e a obrigação especial imposta aos cavaleiros villãos de irem a ela com armas e cavalos. Nestas incursões talavam e colhiam os frutos que os inimigos haviam agricultado.



SEIA — Valezim — Igreja romanica

DISTRITO DE LEIRIA

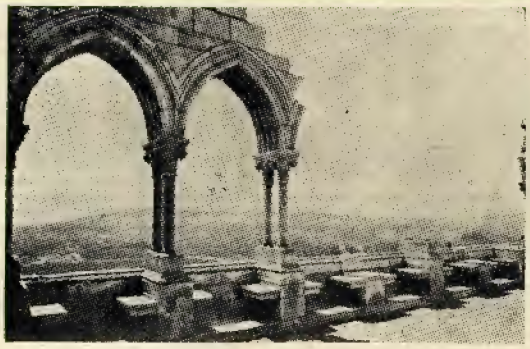
NA fronteira meridional do seu condado, e sôbre a eminência roqueira abruptamente erguida no cabo da lomba que separa os vales do Liz e Lena, fundou D. Afonso Henriques, em 1135, o Castelo de Leiria para conter a audácia dos sarracenos vizinhos. Mais tarde foi êle uma importante base de operações, quando entrou em realização o plano de conquista do nosso primeiro monarca.

Este ninho de águias, continua José Saraiva na monografia de Leiria, fazia aos mouros uma vizinhança terrível: do alto do seu môrro baixavam com frequência os cavaleiros de Paio Guterres a fazer presa e desbarato na fazenda mourisca; e o sarraceno, afrontado, espreitava ansioso a ocasião de arrasar o alcácer do alcantil nazareno. Não se fez ela esperar. Em 1137 souberam os de Santarem que D. Afonso andava com demora na Galiza e vieram cercar castigar a mourisma de Santarem e seu alfoz. O castelo de Leirena foi logo retomado. As outras cavalarias que então por aqui fez o denodado filho de Henrique de Borgonha andam muito veladas na bruma do tempo, mas sem dúvida visaram a dificultar novas tentativas sôbre Leiria.

Andava êle então ocupado com a primeira parte do seu audacioso programa, a consecução da independência. A segunda parte, que tinha por objecto a conquista do território, não podia ser, evidentemente, de realização simultanea com aquela, que lhe absorvia todos os recursos e energias. Em 1140 já se encontrava novamente na Galiza, oportunidade outra vez aproveitada pelos mouros de Santarem para segunda investida contra o incómodo castelo de Leiria, que tornou a cair em seu poder. Parte da guarnição foi passada pelo ferro do inimigo e outra parte, incluindo o valoroso Paio Guterres, ficou em cativeiro. Desta vez a fortaleza foi arrasada, mas a breve trecho se reconstruiu sôbre as ruinas resgatadas.

No espaço que decorreu entre aquelas duas datas de 1137 a 1140 foi, portanto, várias vezes e tragicamente experimentada a valentia dos homens de armas que primeiro defenderam a terra onde veio depois a ser Leiria. Duas vezes nesses três dolorosos anos viram com muito sangue vertido, tomado e retomado o seu castelo e, finalmente, destruído e restaurado.

ALCOBAÇA



LEIRIA — Galeria do Castelo

o castelo, que sucumbiu depois de heroica resistência. Duzentos e quarenta cavaleiros e homens de armas caíram na defesa das suas muralhas, conseguindo escapar-se o alcaide.

A 4 de Julho dêsse mesmo ano, o infante português jurava em Tuy com seu primo Afonso VII um tratado de paz em que não obtinha condições vantajosas, a-pesar-da sua recente vitória de Cerneja. E' que a todo o preço, e com urgência, tinha de correr ao sul para acudir á marca de Leiria e

Alcobaça

NÃO existem dados concretos, que habilitem a afirmar quando Alcobaça foi fundada. Supõe-se que a sua fundação se deve aos árabes, no século IX, que edificaram no ponto mais alto um castelo, a que deram o nome de Al-cacer-ben-el-Abbaci.

E' situada em uma planície fértil e amena, regada pelos rios Alcoa e Baça, que confluem no meio da vila.

O castelo foi conquistado por D. Afonso Henriques em 1147, sendo reconquistado pelos marroquinos em 1191, caindo finalmente em poder dos cristãos no reinado de D. Sancho I, que o mandou reconstruir.

Tinha dois conventos, dos quais, sem dúvida, o mais importante era o dos monges bernardos de Cister, mandado levantar por D. Afonso Henriques, tendo as suas obras durado quarenta anos, vindo, pois, a concluir-se no reinado de D. Sancho I, sendo, porém, o coro e a sacristia obra de D. Manuel I.

ALCOBAÇA — Mosteiro

Quando D. Deniz criou a Universidade, foram os monges de Alcobaça que mais o ajudaram, com mestres, livros e dinheiro.

Neste convento jazem D. Afonso V, D. Afonso III, D. Pedro I, as rainhas D. Urraca, D. Brites e D. Inez de Castro, muitos infantes e infantas e D. Pedro Afonso, irmão de D. Afonso Henriques, que se fez frade, depois de ter dado sobejas provas da sua coragem e bravura como cavaleiro.

O seu primeiro abade foi D. Ramulfo, francês, e o primeiro comendatário foi o Cardial D. Jorge da Costa.

Do convento de Alcobaça conta ainda Pinho Leal: O convento tem cinco claustros: o de D. Deniz e Santa Isabel; o do cardial-rei; o de D. Afonso VI e dois feitos pelos frades. Rendia mais de trinta mil cruzados anualmente e possuía muitos «coutos», que compreendiam treze vilas, três portos de mar — S. Martinho, Pederneira e Paredes — e o padroado de muitas igrejas, dando gratuitamente todos os remédios de botica aos pobres dos seus «coutos».

Desde a sua fundação tinha êste convento obrigação de dar ao rei, quando o fôsse visitar, um par de botas ou sapatos, á escolha do rei. D. Afonso III aboliu êste costume.

Tinham os frades nos seus «coutos» jurisdição civil e criminal, além de muitos privilégios, que no decurso do tempo foram perdendo. Mas D. João IV, para captar a benevolência dêsses poderosos frades, lhos restituiu todos e se tornou a renovar o ridículo tributo dos botas ou sapatos.

Alcobaça recebeu foral de D. Manuel I, em 1514.

Como uma das mais lindas terras de Portugal, Alcobaça bem merecia ser cuidada com carinho e olhada com inteligência, por quem lhe tivesse amor e dela soubesse fazer realçar os seus dotes naturais. Depois do «28 de Maio», encontrou, felizmente, quem lhe deitasse mão segura. A sua Camara Municipal, presidida pela alta competência que é o sr. Manuel da Silva Carolino, bem tem feito em prol de todo o concelho, mas especialmente de Alcobaça, que é hoje um centro digno de ser admirado.

Ancião

SE bem que Ancião não se perca no correr dos anos, porque a sua história não vai além dos tempos da conquista cristã, tem contudo, seus títulos de nobreza, de que os seus naturais muito têm que se orgulhar.

Situada em pleno coração da serra do mesmo nome, entre montes e entre vales, com uma paisagem encantadora, que lhe dá foros de privilegiada entre as mais bonitas regiões de Portugal, é servida por esplêndidas estradas e encontra-se ligada aos vários centros do País pelos melhores serviços de camionagem.

Ancião tinha um título de mordomado por um foral de Coimbra, passado em certidão em dois de Janeiro de 1465, que foi substituído por um novo foral de D. Manuel I, em quatro de Julho de 1514.

Foi D. Afonso VI quem elevou

ANCIÃO — A Igreja Matriz

Ancião a categoria de vila em 1663.

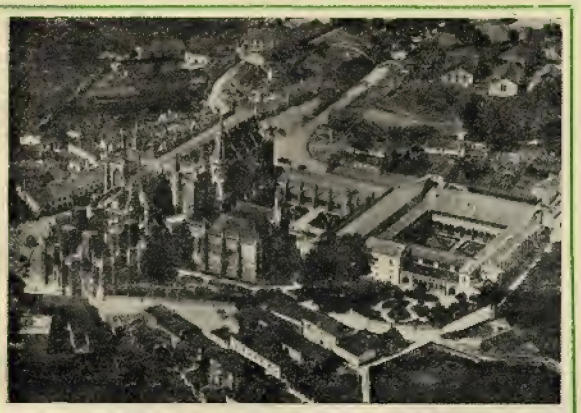
Foram donatários da vila de Ancião os Marqueses de Louriçal, tendo sido depois doada ao Conde da Ericeira, então general de artilharia D. Luiz de Menezes, premiando-lhe, assim, o seu heroismo na batalha do Ameixial.

Hoje em dia, Ancião é uma das terras mais prósperas da província, sendo a sua produção abundante em azeites e em todos os produtos agrícolas.

Não só o ambiente de tranquilidade e de repouso, que se goza nesta ridente região estremenha, como o asseio e o cuidadoso arranjo que se nota na sede do concelho, causam ao forasteiro a melhor impressão.

São, por isso, dignos de referência especial os membros da Comissão Administrativa da sua Camara Municipal, que se não têm poupado a esforços para que Ancião ocupe o lugar a que tem direito, continuando inteligentemente a dar ao seu concelho todo o seu auxílio e ordenada orientação.

Batalha



BATALHA — Fotografia aérea do Mosteiro

BATALHA, a evocativa vila da batalha de Aljubarrota, pequenina, airosa, risonha e acolhedora, tem a recomendá-la, além das suas qualidades naturais, a preciosíssima jóia do Mosteiro da Batalha, monumento que foi fundado por D. João I em memória do glorioso feito de armas de 14 de Agosto de 1385.

O edifício de Santa Maria da Vitória da Batalha é uma epopeia de mármore, um monumento levantado ás crenças religiosas dos nossos avós, ao seu nobilíssimo amor á Pátria, á sua admirável bravura e ás artes portuguesas. Em toda a Europa, e talvez em todo o Mundo, não há edifício desta ordem arquitectónica, que possa rivalizar com êle.

A Batalha, que é sede dum concelho fértil e prometedor, teve princípio com as casinhas e oficinas para habitação e mesteres dos operários, mestres, directores, fiscais e mais empregados que para ali foram em 1388, ano em que se iniciaram as obras do famoso templo.

Hoje, depois do «28 de Maio», a Batalha, mercê dos esforços e trabalho inteligente da sua Camara Municipal tem-se desenvolvido bastante, oferecendo a quem a visita uma agradabilíssima impressão.

BOMBARRAL

BOMBARRAL, que não tem ca hoje, contudo, mercê do seu desenvolvimento, um foros d evila antiga, marlugar de destaque entre as vilas da Estremadura, não só pela excelênci ada sua situação, como pelo desenvolvimento que lhe tem sido imprimido pelas suas Camaras Municipais depois da data gloriosa do «28 de Maio» e pelo esfôrço da sua laboriosa gente.

BOMBARRAL — Estrada da vila pelo Norte

O Bombarral, onde o progresso é constante, rápido e acentuado, é hoje um importantíssimo centro industrial e comercial, e possue uma magnífica rêde de estradas e de caminho de ferro, que a põem em comunicação com todo o País.

E' sede de eum concelho, no distrito de Leiria, fértil e progressivo, especialmente rico na pecuária e na agricultura. Não obstante e a-pesar-da antiguidade da vila — que era no começo do século XIII, uma granja ou herdade denominada então Mombarral, pertença do Mosteiro de Alcobaça, ao qual tinha sido doada em 1153, por D. Afonso I, juntamente com outros domínios, mais ou menos vastos — só com a Revolução Nacional, pelo decreto n.º 16.811, de 1929, conseguiu ser elevada á categoria de vila.

Levou 379 anos á persistente população o ver satisfeita essa sua legítima aspiração.

Bombarral albergou por várias vezes alguns dos nosso reis, como a excelsa Rainha D. Leonor, D. João I, D. Duarte, em 1434 e o regente D. Pedro, tio de D. Afonso V.

Caldas da Rainha

NÃO tem pergaminhos antigos a linda cidade das Caldas da Rainha; nem história dum passado distante; nem feitos de armas a emmoldurar-lhe o nome; nem contos, nem lendas a romantizar-lhe a memória. Caldas da Rainha, cuja fundação é recente, só em 1485 se tornou notável com a fundação do Hospital pela excelsa Rainha D. Leonor de Lencastre, senhora dotada de qualidades tais de bondade, que a tornaram, sôbre todas, a mãe dos desamparados da fortuna e da sorte, pois foi ela quem organizou a assistência em Portugal, com a criação das Misericórdias.

Para a fundação do Hospital e alargamento e expansão da vila, ao ter D. Leonor conhecimento da excelência das águas sulfurosas e existirem junto da fonte apenas uma ruinas a que tem sido atribuida origem romana, vendeu a Rainha todas as suas terras e todas as suas jóias.

Além desta obra magnanima, pois com ela têm beneficiado centenas de milhar de pessoas, que têm encontrado alivio e cura dos seus males, a esposa de D. João II foi uma grande protectora do fundador do teatro português, Gil Vicente; de pintores; de escultores e de arquitectos do seu tempo.

O estabelecimento termal, modelarmente dirigido, que anualmente é frequentado por cêrca de quatro mil doentes, é digno de ser visitado, porque desde as suas instalações, que são a ultima palavra em montagem, até á qualidade das suas águas e impecável asseio, nada há que não tenha a atestar uma nítida compreensão do papel que desempenha na saude publica, honrando, assim, a memória de quem o fundou e a sua actual direcção, que tão sábia, como inteligentemente tem sabido desempenhar-se do pesado encargo, a que se abalançou.

As suas águas sulfídricadas, cálcicas, bicarbonatadas, sódicas, sulfatadas cálcicas, cloretadas sódicas, fluoretadas, bromoretadas, ferruginosas, litinadas, magnésicas, bacteriologicamente puras com uma mineralização total de 3,066601 gramas, uma temperatura de 33°,3 e o imenso caudal de dois milhões de litros em 24 horas, estão indicadas para todas as formas de reumatismos crónicos; bronquites com ou sem asma, faringites, laringites, nevralgias, especialmente as ciáticas, uretrites; salpingo-ovarites, psoríases, eczemas, pistiríases, certas dispepsias hipoacidas e atonicas, litiase biliar e congestões hepáticas, sífilis, intoxicações mercurial e saturnina, etc.

O que foi e o que é hoje êsse Hospital, que em 1745 mereceu a atenção de D. João V, e em 1890 teve novos e importantes trabalhos de reparação, deve-o ao carinho dos seus dirigentes assim como a linda cidade das Caldas da Rainha, hoje em pleno desenvolvimento, alindada, preparada e apetrechada para receber os seus inumeros visitantes, tudo o que é o deve á energica e ponderada obra da sua Camara Municipal, que tão bem tem sabido incarnar o espírito e o ideal que presidiu á revolução redentora de 28 de Maio, que nos deu as bases corporativas sôbre que assentam as directrizes do Estado Novo.

Figueiró dos Vinhos

POR documentos em que se descrevem factos ocorridos em Figueiró dos Vinhos de 783 a 789, deduz-se ser esta encantadora vila de fundação antiquíssima e como todas as povoações de certa importancia devia ter passado pelos mesmos transes que aquelas até á data da fundação da nacionalidade.

Ignora-s e quando os cristãos a tomaram pela primeira vez, mas sabe-se que D. Afonso Henriques a mandou repovoar em 1147; mas os árabes reduziram-a a ruinas em 1180, já nos ultimos anos do primeiro rei português.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS — Igreja Matriz, estilo renascença

Porém, D. Sancho I resgatou-a pela fôrça das armas e ali reedificou uma pequena aldeia, que ficou sujeita a Pedrogão Grande.

Já enntão tinha o nome de Figueiró dos Vinhos, pelas muitas figueiras e excelentes vinhos que ainda hoje abundam na região.

Terminadas as guerras com os

CALDAS DA RAINHA — O primitivo Hospital Termal fundado no fim do século XV

mouros, D. Sancho I mandou, em 1187, que a antiga povoação fôsse colonizada, concedendo-lhe então o foral de vila que, contudo, D. Pedro Afonso, filho natural de D. Afonso Henriques, também já lhe tinha dado.

Esses forais foram confirmados por D. Afonso II, em 1218, e D. Manuel, deu-lhe novos privilégios em 16 de Abril de 1514.

Na vila, que ultimamente sob o vigoroso impulso do Estado Novo, por intermédio da administração local, tem passado por grandes e benéficas transformações, existem muitas e valiosas preciosidades dignas de atenção do forasteiro e de estudiosos.

E' Figueiró dos Vinhos um dos mais ricos, prósperos e importantes concelhos de todo o distrito, tendo uma papulação superior a 12.000 habitantes.

Obidos

SEGUNDO alguns escritores, a histórica vila foi edificada pelos turdulos e celtas, cêrca de 308 anos antes de Cristo, derivando o seu nome das palavras Om, id, os referentes a uma bôca ou braço de mar que antigamente chegava á povoação, e da qual ainda hoje se encontram vestigios, no caminho da célebre Lagôa de Obidos, a maior de Portugal e que liga com o mar.

No ano de 1148, D. Afonso Henriques pôs-lhe cêrco e conseguiu conquistá-la aos mouros, mandando, em seguida, povoá-la e reforçar as suas obras de defesa.

Mais tarde, em 1246, Obidos voltou de novo a sentir os horrores da guerra, inscrevendo nessa altura talvez a mais bela página da sua existencia. Travara-se a luta entre D. Sancho II e o conde de Bolonha, regente do reino e mais tarde D. Afonso III. De norte a sul do país os castelos, as vilas e as cidades entregavam-se ao novo senhor quási sem resistencia.

Obidos foi das poucas praças de guerra que soube manter-se fiel ao rei deposto. E lutou com tão grande coragem, embora cercada por numerosissimo exército, que o proprio D. Afonso III, num gesto cheio de nobreza, premiou a sua fidelidade concedendo-lhe o titulo de sempre leal, para acrescentar ao de notável, que já possuia.

O Rei D. Deniz desenvolveu muito a povoação e mandou edificar um fortissimo castelo sôbre altaneiro rochedo.

Os arredores de Obidos são dos mais belos do País e de molde a interessarem o turista, principalmente se êste fôr um amador de pesca, que encontrará a 6 quilómetros da vila na célebre lagôa com o mesmo nome, onde abundam variadissimas espécies de peixes.

OBIDOS — Castelo

A região é fertilíssima em cereais, vinhos, legumes e frutas de toda a espécie.

A terra, que mantem a traça primitiva, é acolhedora, silenciosa, própria para os artistas e escritores realizarem, em sossêgo, as suas obras.

Peniche

SITUADA sôbre uma peninsula fortificada, com cêrca de 8 quilómetros, de perimetro na costa do Atlantico, a 87 quilómetros de Lisboa e a 30 das Caldas da Rainha, está Peniche.

Vem dos tempos pré-históricos a existência de Peniche que em Eras remotas foi praça de armas. Esteve durante séculos encorporada na histórica vila e concelho de Atouguia da Baleia que em 1609 lhe cedeu a sua categoria

O concelho de Peniche, além de ser daqueles que nos honram pelo seu passado histórico é também um dos recantos mais aprazíveis do nosso País, pela prodiga beleza das suas praias como as de Peniche, Consolação, São Bernardino, Baleal, etc., mas tambem pelos pontos da costa donde se desfrutam horizontes de maravilha, como seja o lugar de Nossa Senhora dos Remédios, a cêrca dum quilómetro do Cabo Carvoeiro. Deste local avista-se a ilha Berlenga, rica em pitorescos motivos de beleza, de que dão exemplo os carreiros do Mosteiro, Flandres, Muchinga, Cações, Cova do Sono, Furado Grande, etc., assim como a Fortaleza de São João Baptista.

Os reis D. Fernando e D. João I tiveram aqui moradia, bem como D. Pedro I que foi, ao que parece, quem mandou construir uns paços em 1360, na freguesia de Serra de El-Rei que dista 12 quilómetros da vila de Peniche.

Quanto á vila de Peniche, propriamente dita, é terra de pescadores que vivem exclusivamente da faina no mar, sendo a sua vida muitas vezes perturbada pelas grandes crises da pesca.

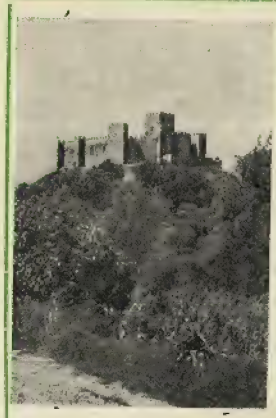
As freguesias rurais produzem milho, vinho, trigo, etc., e no lugar de Ferrel, de solo areoso, produz-se tambem feijão verde e ervilha.

A sede do concelho, servida por boas estradas alcatroadas que lhe asseguram um fácil trafego de camionetas, conta já hoje com rêde telefónica, agua, luz eléctrica, rêde de esgotos em construção e outros melhoramentos de grande importancia que se devem principalmente á boa administração das suas Comissões Administrativas do Municipio e que têm como primacial causa e boa ordem das finanças do País conseguida pelos Govêrnos do Estado Novo.

PENICHE — Cidadela

Pombal

NOS alvores da Fundação, Pombal aparece-nos como um dos pontos vitais da linha de defesa da Estremadura. Gualdim Pais, o célebre Mestre dos Templários, aqui fundou em 1171 o Castelo, hoje, em parte, restaurado e do qual nos é dado apreciar uma paisagem pitoresca e variada.



Castelo de Pombal

Uma larga estrada, inaugurada em Junho do corrente ano, torna fácil o acesso ao castelo.

Foi na igreja matriz de Pombal que, em 1323 a Rainha Santa Isabel conseguiu firmar as pazes entre D. Deniz e seu filho D. Afonso.

João de Ruão, o célebre lavrante normando, autor dêsse maravilhoso pulpito da igreja de Santa Cruz de Coimbra, trabalhou em Pombal, na igreja de Santa Maria do Castelo, hoje arrasada e da qual se salvou um magnifico retábulo em pedra ,assente numa capela da igreja do Cardal, e a imagem da Virgem, na mesma capela existente, obras daquele notável artista.

Pombal foi o ambiente em que se moveu o ditador português do século XVIII: o Marquês de Pombal, e algumas edificações da vila e outras sitas em propriedades rusticas que lhe são vizinhas falam-nos da figura do Marquês, que neste clima acabou os seus dias.

Pombal é um meio extraordinariamente acolhedor, e um grande desejo de aperfeiçoamento preocupa todos os habitantes.

Dotada de fracos créditos, a Camara Municipal, tem feito prodigios para tornar possível o turismo em Pombal. Mas, além da pequena verba que é possivel destinar aos serviços de turismo, estes não podem desenvolver-se sem que volte a dar-se autonomia ás Comissões Municipais de Turismo. Este ponto de vista já foi focado, em 24 de Fevereiro do ano corrente, no Secretariado da Propaganda Nacional, a-quando da convocação ali feita, pelo sr. António Ferro, das Comissões Municipais de Turismo.

Pôrto de Mós

PORTO de Mós é uma importantissima vila da Estremadura, cabeça do concelho e da comarca do seu nome, no distrito de Leiria.

Segundo o historiador padre Carvalho, esta povoação teve a sua origem numa fortaleza construida pelos árabes, no século IX. Porém, há motivo para supor que, nessa data, já existia uma povoação muito antiga, pelo menos do tempo dos romanos.

O Rei D. Deniz deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de Julho de 1305, e D. Manuel a 18 de Fevereiro de 1515.

PORTO DE MÓS — Castelo

O seu brasão de armas é: em campo de purpura um castelo de prata com três tôrres, vendo-se verdura sôbre as duas tôrres laterais. De cada um dos lados do castelo estão, em baixo e colocadas horizontalmente, uma mó de moinho tendo sôbre cada uma, um pica-peixe ou guarda-rio (ave), e por cima uma estrêla de cinco pontas, tudo de prata.

A vila encontra-se situada na encosta ocidental da Serra de Minde, correndo-lhe perto os rios Lena e Alcaide, muito abundantes em peixes de várias qualidades, cujas margens são constituídas por hortejos e férteis pomares de saborosissima fruta.

Pôrto de Mós é uma pitoresca e simpática região que ninguem deve deixar de visitar sempre que tenha ensejo. Sobretudo, não deve deixar-se de visitar o seu castelo de rica arquitectura, estilo Renascença, recentemente reconstruido, que é magnifico monumento.

A população do concelho anda ao redor de 17.000 individuos, sendo de registar o seu carácter hospitaleiro. De facto, colhe-se agradável impressão de boa hospitalidade mesmo numa ligeira passagem por esta terra.

Govêrno Civil do Distrito de Lisboa

A figura do sr. Lobo da Costa e a sua notável acção no campo de assistência

Ao almôço: 4.º Gru po — 400 raparigas

Há na actividade do Estado Novo um principio de ordem no qual reside todo o seu prestigio.

Esse espírito de organização, reflexo e consequencia da acção do eminente Presidente do Conselho, tem tido, felizmente, quem o saiba interpretar com dedicação, firmeza, equilibrio e propósito elevado de ser util á Nação.

Toda a idea individualista que arrastou Portugal para um caminho de desventura de onde o desviou o movimento de ressurreição nacional de Maio de 1926 foi posta de parte pelos homens que servem o Estado Novo. Esse abandono do espírito individualista tem sido a grande vitória da Nação, pois, posto acima de tudo o bem colectivo, o País, guiado pela mão firme do sr. Doutor Oliveira Salazar, conquistou prestigio, robusteceu as suas energias e abriu largos caminhos para o futuro.

Eloquente testemunho de quanto se pode fazer quando á acção preside o propósito firme de servir a Nação, dá-nos a figura ilustre do sr. coronel Lobo da Costa que convidado há 3 anos para exercer as altas funções de Governador Civil do primeiro distrito do País, nesse lugar se tem mantido prestigiando as suas funções e, consequentemente, o Estado Novo que nele confiou. Toda a idea individualista tem sido posta á margem pelo prestigioso magistrado e, por isso, a sua actividade como Chefe do Distrito surge-nos, sob qualquer aspecto que a encaremos, como respeito fiel e inteligente das doutrinas sociais do Estado Novo. Aspecto pessoal da sua actividade só aparece o do seu coração colocado ao serviço do bem colectivo.

O distrito de Lisboa deve-lhe uma inestimável actividade; os pobres, os humildes, os desventurados, crianças e velhinhos, envolvem o seu nome num justo ambiente de simpatia pois, todos têm tido a agasalhá-los o calor da sua ternura e do seu espirito de bem fazer.

E' que na obra do Chefe do Distrito há um espírito social cristão que representa fiel entendimento da idea e dos principios em que assenta a Revolução Nacional.

O seu sentido de iniciativa e a idea que o assoberba de servir o País ccolocam-no no primeiro plano dos soldados da Ordem Nova, sempre dispostos a honrar e a engrandecer o prestigio dos seus cargos.

Pode afirmar-se que nenhum Chefe do Distrito de Lisboa mostrou maiores qualidades de administração, de tacto, de energia e — contraste curioso! — de bondade.

E' ao seu coração e á sua iniciativa que se deve a idea das primeiras Colonias de Campo para crianças, como foi á sua inexcedivel ternura pela infancia e á sua compreensão do que deve ser a assistencia social que se organizaram passeios ao campo e ás praias para as crianças filhas dos desprotegidos da fortuna.

Milhares de garotos beneficiaram dessa feliz idea, posta em execução com tão elevado espírito, que mereceu os mais justos louvores.

A Colonia de Campo da Quinta de Pisões — primeira tentativa para obra de maior vulto — foi, no campo de assistência infantil, uma iniciativa notavel. Tudo o Chefe do Distrito, com a boa colaboração da Comissão Central das Juntas de Freguesia, observou e viu. E tão feliz foi a iniciativa da Colonia de Campo que o Governador Civil, sempre com o pensamento firme de fazer mais e melhor a favor dos desprotegidos, estabeleceu em Belas, na Quinta da Fonteireira, com o bom auxilio da familia Pinto Basto, a sua segunda Colonia de Campo. A sua organização foi perfeita. Centenas e centenas de rapazes e raparigas ali têm feito salutares estagios.

«15 dias de férias».

A Colonia de Campo é uma obra que fica!

5.º Grupo — 430 rapazes

NO ANO DE 1939, O GOVERNADOR CIVIL DE LISBOA DISTRIBUIU AUXILIOS NO MONTANTE DE 1.160.480$00

Juntemos, agora, a esse aspecto da sua acção no campo da assistência, o muito que todos os outros necessitados lhe devem, pois, não há Natal em que o sr. coronel Lobo da Costa esqueça que há lares com frio, com necessidades e com desconfôrto. E' assim, que, de há anos a esta parte, nessas quadras festivas lhes têm sido distribuidos donativos varios: géneros, roupas, agasalhos, calçado. E para que não falte o cunho da ternura pelas crianças milhares de brinquedos têm tambem sido distribuidos.

A alma generosa do Governador Civil, servida por uma inteligencia lucida sempre disposta ao bem dos humildes, tem-se assim afirmado e de tal forma que o seu nome está aureolado por respeito e admiração, não só o respeito, a simpatia e admiração de quantos têm beneficiado da sua obra benemerente mas de todos os portugueses.

Admiração tão justa quanto é certo que na sua acção há um equilibrio extraordinario, um perfeito critério de justiça, uma preocupação constante de atender a tudo. Assim, todas as verbas de que dispõe para fins de assistencia, o sr. coronel Lobo da Costa distribue-as tendo em atenção as necessidades das pessoas e das casas de assistencia que vão beneficiar dos auxilios que, só ao ano findo, atingiram a importante verba de 1.160.480$00.

E' certo que para desenvolver tão notavel obra tem o sr. Governador Civil contado com excelentes auxilios de benfeitores. A verdade é, porém, que a obra não seria grandiosa se não fôsse animada, como tem sido, por um superior critério de assistencia social.

Se os humildes e as casas de assistencia e outras instituições lhe devem gratidão; a população do distrito deve-lhe justíssima admiração de que partilhamos, numa sincera homenagem ás suas extraordinarias virtudes de homem e de magistrado.

Formatura para chamada: 4.º Grupo — 400 raparigas

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CONSTROE-SE UMA CIDADE NOVA E MELHORA-SE A CIDADE ANTIGA

Centenas de milhares de contos gastos com um grande plano, de que já surgem o Parque Florestal de Monsanto, o aeropôrto, bairros económicos e vias de acesso

E' grande, é digna da gratidão de todos os municipes a obra levada a efeito pela actual vereação de Lisboa, que tem como presidente efectivo o espírito fortemente construtivo do sr. Ministro das Obras Publicas e Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco, o maior realizador das Comemorações Centenárias, como interprete, precioso que é do pensamento da Revolução Nacional e de Salazar.

Porém, o ilustre membro do Govêrno encontrou no presidente substituto do Município, sr. engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, um admirável colaborador e continuador da obra iniciada durante o seu exercício a qual nunca deixou de orientar e impulsionar. E, ao lado da notável falange de bons nacionalistas que são os nossos actuais vereadores, há competentíssimos directores de serviço escolhidos pelo sr. engenheiro Duarte Pacheco e que são os srs. dr. Jaime Lopes Dias, municipalista consagrado e espírito cultíssimo de artista; engenheiros Judah Ruah e José Frederico Ulrich, técnicos de primeira ordem, que da sua proficiência têm dado sobejas provas.

Tentemos, pois, um resumo da obra importantíssima realizada pelo primeiro Município do País e que só foi possível mercê da reorganização dos seus serviços, obtida com a publicação do decreto-lei n.º 29.389, de 7 de Janeiro de 1938, que tão proficuas medidas permitiu adoptar em benefício do funcionamento da máquina municipal e, consequentemente, da valorização de Lisboa.

A CAMARA MUNICIPAL DEU LARGO CONTRIBUTO AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

E' extraordinariamente valiosa e brilhante a cota parte que cabe á Camara Municipal na grandiosidade das Festas Centenárias, nas quais colaborou com importantes obras levadas a efeito dentro do plano de melhoramentos a realizar nos anos de 1940-41 e para o qual foi, no ano passado, votada a soma enorme de 83 mil contos.

Além da obra de saneamento financeiro, de organização de serviços e de obras citadinas de grande importancia, a actual Camara teve de alargar o seu plano de actuação, em face do programa das comemorações centenárias, que não se coadunavam com uma cidade deficiente nos seus aspectos estético, higiénico e, pròpriamente, urbano.

As artérias vão-se transformando; as construções modernizam-se e os edifícios antigos, que, pelo seu valor histórico ou artístico, são considerados monumentos nacionais ou têm o valor equivalente, são conduzidos á sua arquitectura primitiva.

LISBOA — Castelo de S. Jorge

Rasgam-se grandes e belas avenidas, melhora-se o abastecimento de águas, constrói-se uma nova fábrica de gás, libertando, finalmente, a formosa Tôrre de Belém da ignominia de que há tantos anos era vítima; desafogam-se as entradas da cidade, modificam-se os sistemas de pavimentação, melhoram-se os serviços municipais, e ainda outros benefícios vão resultando do esfôrço do seu pulso de ferro e da sua inteligência esclarecidíssima.

No seu relatório para 1939, em comentário geral do referido plano, diz o ilustre presidente da Camara que as circunstancias desfavoráveis (carência de materiais e aumento apreciavel do seu custo) resultantes da guerra actual, vieram agravar complicações que já eram difíceis de vencer em condições normais; pelo que alguns concursos para adjudicação de obras ficaram desertos, enquanto, noutros se verificou o abandono da empreitada e noutros ainda o aumento do custo da obra em relação ao orçamento do projecto. Tudo, porém, se procurou resolver criteriosamente para que, sem grande agravamento dos encargos previstos, não deixassem de se cumprir os prazos impostos pela colaboração com o Govêrno no que respeita ás Comemorações.

A EXECUÇÃO DUM GRANDE PLANO: 76.000 CONTOS DE OBRAS

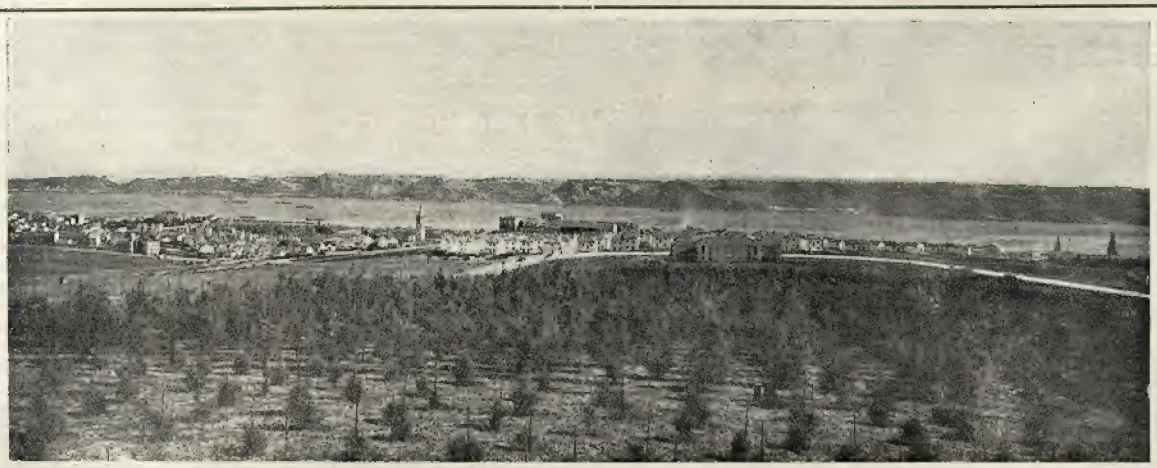
Em matéria de serviços de urbanização e obras o que a Camara tem feito é surpreendente, em relação ao ritmo que melhoramentos insignificantes tomavam em tempos que, felizmente, já lá vão.

Dum extremo ao outro da cidade, procura-se modernizar, embelezar, dar salubridade á capital, sem desrespeito pela tradição e pelo pitoresco urbanos. Abrem-se extensas avenidas e largas vias de acesso ao exterior, estradas modelares põem-nos em contacto fácil com o resto do País e as fronteiras.

Fizeram-se apreciaveis estudos de urbanização, de harmonia com os ensinamentos de técnicos estrangeiros contratados para o efeito e, em matéria de expropriações, a actividade do Município foi verdadeiramente extraordinária, bastando alguns numeros para darem a idea nítida do volume de transacções efectuadas. Assim, além dos processos relativos á primeira zona do Parque Florestal de Monsanto, que engloba mais de 300 propriedades atribuidas a cêrca de 280 proprietarios concluiram-se mais de 230 processos de aquisições amigáveis ou por expropriação e abrangendo cêrca de 1/20 da área total da cidade.

Um serviço de actividade pouco destacada pela sua natureza mas onde a acção camarária bastante se fez sentir tambem foi o do subsolo. Pouca memória terá quem se não lembrar de que há cêrca de dois anos a cidade apresentava buracos abertos por todos os lados e que assim se mantinham, por vezes, durante dias e até meses. Procurou-se metodizar o assunto com rigor, obrigando as companhias concessionárias a manter estreito contacto com o Município, e forçando-as a colaborarem simultaneamente, sempre que algumas delas ou a Camara tivesse necessidade de remodelar canalizações. Dêste modo se fizeram já trabalhos de conjunto de tôdas as companhias em determinadas zonas da cidade, reduzindo a incomodidade para o publico e acautelando o futuro.

Ao mesmo tempo, estudaram-se perfis-tipos de arrumação das rêdes de canalizações para as diferentes larguras e perfis transversais de arruamentos, de modo a virem a colocar-se tôdas as canalizações nos passeios, acabando assim com o grave prejuizo de estar a cortar constantemente com valas as faixas de rolagem de arruamentos recém pavimentados. O primeiro exemplo importante dêste novo critério observa-se já na transformação da Avenida Almirante Reis. E' orientação de efeito lento mas de resultados que serão apreciáveis.



Parque Florestal de Monsanto

dentro em pouco, desde que nela se persista.

Convém, especialmente, citar a situação dos serviços camarários com os do Estado, no sentido de se realizar com tôda a urgência a transferência da fábrica do gás para a Matinha, libertando a Tôrre de Belém dêste incómodo vizinho.

Só nas obras de maior importancia a Camara gastou 76.000 contos, como por exemplo a remodelação e prolongamento da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma; terraplanagens e drenagens do Aeroporto da Portela; arruamentos para urbanização da encosta da Ajuda; Bairro da Boa Vista, prolongamento das Ruas Alexandre Herculano e Camilo C. Branco; arruamentos de acesso ao Parque Florestal de Monsanto e ao norte da Alameda D. Afonso Henriques; variante da Avenida da India e Avenida á beira-Tejo; alargamento da Calçada do Galvão e urbanização da Praça do Império; transformação dos jardins publicos e criação dos jardins de Santo António dos Capuchos e da Rua da Imprensa; urbanização do Bairro da Madre de Deus; prolongamento da Avenida Alferes Malheiros; novo mercado do Bairro dos Actores; Bairro da Quinta da Calçada; conclusão das obras do novo matadouro, nos Olivais; arruamentos e ajardinamentos da Exposição do Mundo Português; parques infantis nos jardins publicos; vias de acesso á capital; transferência da fábrica do Gás de Belem; Avenida que, indo da Rotunda, vai entroncar na Auto-Estrada Lisboa-Cascais e da qual só a ponte do Alto do Carvalhão custou 1.100 contos, e muitas mais obras de grande importancia para o futuro e prestigio da capital.

A REMODELAÇÃO DA AVENIDA ALMIRANTE REIS

Constavam do plano de urbanização da cidade, as obras que em Novembro de 1938 se iniciaram, na Avenida Almirante Reis, mas talvez tivessem ficado por aí se não fôsse a energia dos srs. engenheiros Duarte Pacheco e Rodrigues de Carvalho. Eram impostas essas obras pela necessidade de descongestionar o transito e preparar ,através da linda artéria, a ligação com a estrada do Norte e o aeropôrto. O tráfego era imenso, e para o complicar, havia, ao centro, placas enormes, destinadas ao peões, mas onde ninguem passava.

Como foi possivel realizar tão profunda transformação sem perturbar o movimento crescente da avenida, por onde desce á Baixa toda a população de alguns dos bairros mais habitados de Lisboa?

Foi dificil o estudo, mas êle facilitou a execução. O primeiro grande problema era o das canalizações de esgotos, águas, gás, electricidade e telefones. Essas canalizações pasaram do leito para os passeios da avenida, a fim de permitirem arranjos sem grande prejuizo para o transito. Foram retiradas todas as árvores e, em sua substituição, plantadas outras, de sete em sete metros, ao longo dos passeios laterais, a fim de embelezar a avenida e disfarçar um pouco a arquitectura pobre dos prédios. Ao centro, foram construidos refugios juntos das paragens dos «eléctricos», para os peões, evitando-se, assim, as corridas perigosas e os cruzamentos. Debaixo dessas placas ficam as caixas de recolha de lixos, que têm um esgoto para o colector.

O problema essencial a resolver era o da remodelação dos esgotos do Regueirão dos Anjos, da avenida e da Rua da Palma. Construiu-se um novo colector com capacidade suficiente para largo periodo. O colector do Regueirão dos Anjos foi levantado para nivel bastante superior, indo desagual no novo grande colector da avenida; nesta, o colector antigo, dos Anjos para cima, foi desviado em curva suave, passando a desaguar também no novo colector. A complicação na realização dêstes trabalhos não se avalia facilmente; basta dizer que, enquanto prosseguiam as obras era preciso manter as ligações dos prédios com os esgotos.

Foram construidos cinco quilómetros de passeio, com a superficie de 18,128 metros quadrados. A superficie de macadame e fundação atingiu 33.720 metros quadrados, empregando na pavimentação 3.028.000 cubos de granito. A terra movimentada no total da obra atingiu 54.600 metros cubicos, terra que carregaria 18.160 camiões. Foram construidos 2.312 metros cubicos de betão; 1.700 metros cubicos de alvenaria e 9.500 metros quadrados de rebôco.

A obra importou sensivelmente em 5.000 contos e foi a maior obra de urbanização que até hoje se fez, de golpe, na cidade. O prazo marcado para a conclusão foi excedido apenas em quatro dias, a-pesar das chuvas torrenciais do fim do Verão e principio do Outono do ano findo.

Quem conheceu a antiga avenida e agora a observa, reconhece que com essa obra a Camara Municipal prestou a Lisboa e á população um dos maiores serviços; e que o trabalho realizado não beneficia apenas o presente, mas também o futuro.

A GRANDE OBRA DO AEROPORTO DA PORTELA

Como dentro da preocupação duma notável melhoria de condições económicas do País, o desenvolvimento dos meios de comunicação desempenha um papel primordial, fez-se a construção do aeroporto, obra que merece larga referencia.

Não há necessidade de exagerar o orgulho patriótico para nos vangloriarmos de ficar possuindo, dentro em pouco, uma das melhores «gares» de trafego aéreo da Europa, uma obra digna da situação geográfica que ocupamos neste cantinho do Ocidente.

Que essa situação é excepcional, unica, tem-se dito, desde longa data, mas que os factos o afirmassem, nunca sucedeu, como agora, durante a terrivel luta que ensanguenta outros povos e levou as grandes emprêsas de navegação a preferir Lisboa como «terminus» das suas carreiras. Estivesse já construido o nosso grande aeroporto e ligado ao coração da cidade, há muito a capital seria escala obrigatória das maiores linhas aéreas inter-continentais.

Lisboa, pôrto marítimo de primeira ordem e que foi, outrora, o maior empório comercial e ainda hoje é capital dum dos maiores Imperios coloniais do mundo, por direito de conquista tem que ser tambem o verdadeiro aeropôrto da Europa. Foi o reconhecimento desta verdade incontroversa que levou o Municipio, com o auxilio e debaixo do «contrôle» do Govêrno do Estado Novo, a que preside Salazar, a fazer construir em 1939, nos vastos e propicios terrenos da Portela, á saida da cidade, uma das maiores «gares» de navegação aérea da actualidade, remediando assim uma falta que se estava fazendo sentir e era objecto de reparos por parte dos estrangeiros que nos visitavam.

Verificado que em matéria de ciencia aeronautica é uma necessidade de ordem técnica o encurtamento das distancias, por não ser possivel, além de certos limites, aumentar a capacidade de armazenamento de essencia combustivel, verifica-se tambem que as perdas inuteis de tempo são contrarias ás leis da aeronautica e que o nevoeiro, que constitue um óbice grave para a navegação aérea, não existe em Lisboa pode dizer-se.

Para a efectivação desta importante obra surgiram, de novo, diversas dificuldades, a que não foram estranhas as pequenas disponibilidades do Municipio que, até 1938, não permitiram que tal obra passasse além duma aspiração.

Porém, em meados de 1938, o Govêrno, inteirado da magnitude do problema, deliberou pelo decreto n.º 28.882, levar a efeito este grande melhoramento, assegurando á Camara Municipal de Lisboa uma comparticipação de 50 por cento nas despesas a efectuar com o projecto e obras do campo de aterragem, aquisição de terrenos, edificações, etc.

Após a publicação do citado diploma, tecnicos especializados de nacionalidade holandesa tiveram a seu cargo a elaboração dos primeiros estudos. No mês de Setembro do mesmo ano foi apresentado superiormente um ante-projecto do aeropôrto, trabalho que foi aprovado e serviu de base á elaboração do projecto definitivo.

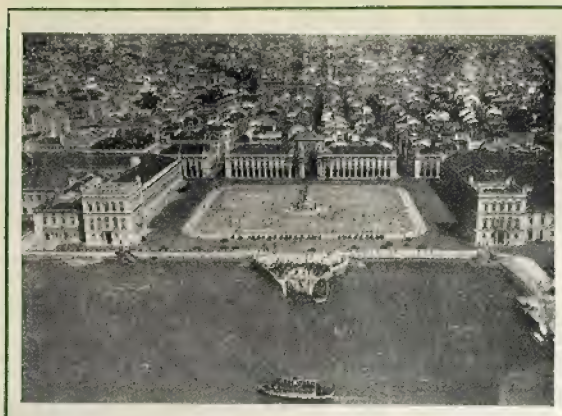
Em todas as empreitadas que se fizeram foi empregada a mão de obra nacional, o que o mesmo é dizer que a acção camarária tem sido excelente elemento neutralizador da crise do desemprêgo entre o operariado.

Após a verificação dos factores essenciais que determinaram a escolha do local, como o mais adequado ás exigências da moderna aviação comercial, pois não houve que realizar quantiosas expropriações, a vereação municipal, de acôrdo com o Govêrno, adquirida a consciência da magnitude do problema, de harmonia com as disposições do decreto n.º 28.882, conseguiu levar a efeito tão grande melhoramento, mediante uma comparticipação de 50 por cento nas despesas a efectuar com o projecto e obras do campo de aterragem, aquisição de terrenos, edificações, etc.

Técnicos holandeses procederam ao estudo e elaboração do ante-projecto, que serviu de base ao projecto definitivo e este dividido, depois, em várias partes: terraplenagens, drenagens e pavimentações, a cargo do sr. engenheiro Santos Silva; instalação eléctrica para iluminação e de T. S. F., a cargo do sr. engenheiro Lopes Monteiro, sôbre bases elaboradas pelo técnico holandês sr. dr. Van Braan Van Vloden; instalações da aviação civil, a cargo do sr. arquitecto Keil do Amaral e engenheiro Santos Silva.

ILUMINAÇÃO PUBLICA MODERNA

Em matéria de iluminação procurou-se dar a êste importante elemento de comodidade e estetica citadinas o relêvo devido, que até agora não pudera ter, mercê do pouco desenvolvimento dêstes serviços dentro da antiga organica. A nova repartição, dotada de técnicos com o devido grau de cultura e especialização, iniciou o estudo



LISBOA — Vista de avião

LISBOA — Rossio á noite

LISBOA — Vista do Miradouro do Monte

respeitante a um novo tipo de iluminação publica que permita obter com as lampadas empregadas melhor rendimento de fluxo luminoso, fluxo êste que, no actual tipo de aparelho de iluminação, se desperdiça em grande parte para a atmosfera e na iluminação da parte superior das fachadas. O que se fez, em Almirante Reis é já animador.

Ao Municipio incumbia alguma coisa mais do que o simples gesto mecanico de cotidianamente apagar e acender os candeeiros.

Considerou-se necessário aplicar, na capital, a tecnica de iluminação de arruamentos e edificios monumentais, hoje corrente no estrangeiro; para tal foram chamados técnicos especializados e se deram ao respectivo serviço condições de eficiência. Os exemplos que cito (iluminação do Palácio da Assemblea Nacional, do Municipio, dalguns monumentos, da Estufa Fria) demonstram já um progresso apreciável na senda do muito que há ainda a fazer.

O problema mais dificil de resolver tem sido o da reparação dos arruamentos da cidade antiga, mesmo os dos pseudo-bairros novos cujos pavimentos se encontram em deplorável estado, porque tudo ali se fez consoante o capricho influente dos negociantes de prédios.

Há muito quem se queixe, mas a Camara é que não tem verba para fazer tudo duma vez, nem tem culpa dos êrros dos seus antecessores doutra época. Um estudo já feito revelou que tal obra custará 50.000 contos!

O ACESSO A' AUTO-ESTRADA

Com a construção da auto-estrada Lisboa-Cascais foi preciso pensar, é claro, no respectivo acesso. Este é feito pela ligação com a Rotunda, alargando e prolongando á Rua Joaquim António de Aguiar. A Camara pôs em arrematação, por 2.300 contos, a empreitada; o arruamento terá 1.400 metros de extensão, por 30 de largura, e desemboca no viaduto de Alcantara, estando a construção quási concluida.

Junto á Rotunda, e até á Rua Castilho, a avenida passa de 30 para 60 metros, sendo o espaço necessário para êsse alargamento roubado á parte arborizada do Parque Eduardo VII. Depois, o novo arruamento atravessa a Rua de Artilharia 1, onde foi demolido um prédio; a das Amoreiras, onde se demoliram os de n.os 110 a 122 e 123 a 129; corta o campo de jogos do Sport Lisboa e Benfica, atinge a Rua Maria Pia, na ligação com a Rua do Arco do Carvalhão, onde está a ser activamente construido um viaduto com três arcos obliquos de invulgar configuração. O novo arruamento atravessa depois e ainda as Ruas Verissimo Dias e dos Sete Moinhos e a Calçada e o Bairro dêste ultimo nome, cêrca do canelro de Alcantara. E' quási rectilinea a artéria em construção e o Municipio fará as expropriações necessárias, num limite de 50 metros para cada lado, á conveniente urbanização. Assim Lisboa ficará com mais uma esplêndida avenida, cuja utilidade enorme não é preciso pôr em foco.

PARQUE FLORESTAL E JARDINS

Em matéria de arborização, o Parque Florestal de Monsanto é bem eloquente demonstração da obra que a Camara, com a colaboração do antigo Ministério da Agricultura, conseguiu, nesse capitulo.

Os novos ajardinamentos realizados na cidade e o embelezamento dos jardins antigos falam bem claro e procuram despertar na população o culto da flor e do bom gôsto.

oPr essas praças e ruas além fizeram-se numerosas plantações e transplantações de árvores, trabalho novo entre nós e que velo evidenciar a competência e zêlo dos nossos técnicos da ajardinagem e arborização. E o caso é que nem só em plantações, ou transplantações se revelou o bom rendimento dos serviços: o trato das arvores, as condições da sua poda e o cultivo nos viveiros representaram também algo que satisfaz os mais exigentes.

A TRANSFERENCIA DO GASÓMETRO DE BELEM

metro de Belem, além de inestético e perigoso para a saude publica, na margem mais bela do rio e á entrada do pôrto de Lisboa, enegrecia e prejudicava um dos mais lindos monumentos da cidade, evocador do periodo áureo da História portuguesa: a Tôrre de Belem.

A iniciativa do sr. eng. Duarte Pacheco, que transita de presidente do Municipio para a pasta das Obras Publicas, rápidamente entrou no periodo de realização. O Govêrno, a C. M. L. e as C. R. G. E. meteram ombros á pesada tarefa, cujos encargos são enormes, e, em breve, a fábrica do gás ficará instalada nos terrenos da Matinha, cedidos pelo Estado e onde os novos edificios, quási concluidos, importam em cêrca de 20.000 contos.

EDIFICAÇÕES E ESTÉTICA URBANAS

No respeitante a edificações urbanas, que é problema de fundamental importancia para o conforto e estética citadinos e que tão descurado andava diremos que hoje só são aprovados projectos elaborados por técnicos que dêem provas de competência e até nalguns casos, os lotes de terreno são vendidos já com os projectos das respectivas edificações o que só traz comodidade para o proprietário e harmonia arquitectonica para o conjunto a edificar. Há belos exemplos disso nos blocos construidos entre as Ruas Carlos Mardel e Actor Isidoro e João de Meneses e Casimiro Freire, ambos ao norte da Alameda de D. Afonso Henriques.

Dantes havia um serviço de arquitectura que, no estudo dos projectos, se limitava a dar parecer, isoladamente, sôbre o aspecto estético da fachada, e não fiscalizava o decorrer da obra.

LISBOA — Arco das Aguas Livres

LISBOA — Mosteiro dos Jerónimos

O PLANO DE URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO

Uma das grandes obras a fazer era o Plano Geral de Urbanização e Expansão, que pusesse côbro ao alveário individual e metodizasse o crescimento da cidade.

Orientou-o o eng. Duarte Pacheco, com lucida visão, no sentido de fazem com que a cidade, para usar expressão já consagrada «regressasse ao Tejo» tomando-o para base da sua formosura em vez de lhe fugir progressivamente para outros rumos.

Asim, e dentro dêsse plano, começou já a urbanização da encosta da Ajuda, onde estão abertas as larguissimas avenidas da Lisboa de amanhã, já com canalizações, esgotos e pavimentação modelar. Artérias principais? A que representará a futura circunvalação, cruzando a auto-estrada e desembocando pelo outro extremo na grande praça circular das portas de Algés; a transversal em semi-circulo, que dessa segue paralelamente ao Tejo, desembocando na Rua dos Jerónimos, já hoje convertida em ampla avenida; a perpendicular ao Tejo, que tem por eixo a um tôpo a Tôrre de Belem e ao outro a linda capelinha seiscentista.

LISBOA —Monumento aos Restauradores

Ligam-se de perto com esta urbanização a remodelação da avenida da India, em verdade duplicada até Algés, aos dois lados da linha, e profunda remodelação do jardim de Belém, a formosissima Praça do Império que tanto valorizou os Jerónimos e ficou sendo a maior de Lisboa, e a da Calçada do Galvão, verdadeira viela ingreme já hoje transformada numa bela artéria.

Vão também muito adiantadas as obras de Alcantara, para desaparecimento do antigo caneiro, foco perigoso de infecção, e para construção da Avenida de Ceuta, que ligará Alcantara com Benfica, descongestionando assim o movimento na Baixa e dotando a cidade com uma nova e linda artéria.

ACÇÃO CULTURAL

Tambem se julgou necessario substituir a composição das antigas comissões de vistorias da Camara, destinadas a dar parecer sôbre as condições de estabilidade e habitabilidade dos prédios; tais comissões não eram constituidas por funcionários municipais, ainda que tal pareça estranho; viviam em regime de gratificação para remuneração dos seus serviços. Criou-se, pois, uma Comissão unica, formada com técnicos do Municipio, e apta a exercer assim a necessária acção de conjunto, definindo a uniformidade de critérios indispensáveis em tam melindroso assunto.

Revisão da toponimia, criação de bibliotecas, organização de museus e conferências publicas e edições de cultura, são objecto de criterioso trabalho da parte dos Serviços Centrais do Municipio, que tem como director o distinto publicista, dr. Jaime Lopes Dias.

A êste ultimo se deve a idea da criação do gabinete de estudos olisiponenses, destinado a sistematizar e reunir todos os elementos bibliográficos, econográficos ou documentais respeitantes á vida da cidade.

Fizeram-se conferências e exposições, como a da estátua equestre, comemorou-se a tomada de Lisboa, organizaram-se espectáculos para os filhos dos operarios municipais, editaram-se os «Anais» e a notável «Revista Municipal», que se impõe como trabalho artisticamente meritório e culturalmente interessante.

Em resumo, a obra da Camara Municipal de Lisboa, de per si só, dignifica e impõe a acção governativa e administrativa dos homens do Estado Novo. Desde o novo maciço florestal de Monsanto, que ficará sendo o pulmão da capital, com o seu milhão de arvores e os seus recantos de turismo e de descanso para a população; desde o enorme aeroporto da Portela, nos terrenos da quinta das Conchas e do palácio dos Condes de Alvor e ao qual noutro lugar fazemos larga referência; desde a magnifica transformação do aspecto, iluminação e esgotos da Avenida Almirante Reis, que tem hoje mais 3,5 quilómetros de extensão; desde os bairros higiénicos da quinta da Calçada e da Bela Vista; aos acessos, tanto á auto-estrada, com a notável obra de engenharia que é o viaduto de arcos obliquos, construido no Alto do Carvalhão e que custou 1.100 contos, como ao aeroporto, pela Encarnação, Alferes Malheiros, Cabo Ruivo e Areeiro; desde os parques infantis na Estrêla e no Campo Pequeno, á transferência do gasómetro de Belem para a Matinha, permitindo uma instalação moderna que custa 20.000 contos e livrando essa joia arquitectonica, que é a Torre de Belem, da destruição a que estava condenada; a todos os pontos da vida citadina se estendeu a presente acção municipal da presidência de dois grandes obreiros da Revolução Nacional.

JUNTA DE PROVINCIA DA ESTREMADURA

A grande obra social dêste importante organismo administrativo

A acção patriótica desenvolvida através de serviços de puericultura e dum dispensário policlinico

A Junta de Provincia da Estremadura, que assim passou a designar-se de harmonia com as disposições do novo Código Administrativo a antiga Junta Geral do Distrito de Lisboa, é um dos organismos que á obra da Revolução Nacional mais largo e notavel contributo tem dado. Nestas colunas temos publicado, em anos sucessivos, desenvolvidos relatos da actividade, a todos os titulos honrosa e prestante, da qual têm beneficiado as classes pobres, que lhe devem um auxilio continuo e eficiente daqueles que já evidenciaram seus resultados no ressurgimento da raça e na preparação dum melhor futuro da Nacionalidade.

Até á mudança da sua designação em obediencia á letra do novo Código Administrativo, a Junta Geral do Distrito, sempre sob a presidencia, como actualmente a Junta de Provincia da Estremadura, sua continuadora, do sr. major engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, empreendeu e realizou iniciativas valiosissimas no campo da moralização dos serviços a seu cargo e no da assistencia social.

Apontemos, por exemplo, um problema melindroso que a Junta teve de enfrentar logo em 1926, quando a sua primeira comissão administrativa, para efectivação do programa do «28 de Maio» tomou posse do seu cargo. Estavam em atraso os honorários do seu funcionalismo, o que era praxe na administração anterior e o que foi resolvido da maneira mais digna de louvor, pois foi até á melhoria de situação dos empregados, a-pesar-da Junta se encontrar a braços com uma dificil situação financeira. Depois, animada dum leal espirito de colaboração com os homens do Estado Novo visitou os concelhos da sua jurisdição, a-fim de informar o Govêrno das necessidades legitimas de muitos povos abandonados pelos anteriores detentores do regime administrativo e politico. Foi uma obra util.

Depois, de iniciativa em iniciativa, de melhoramento em melhoramento, comparticipou eficazmente na I Semana da Criança e promoveu o grande movimento de apoio á Revolução Nacional, que se realizou em Outubro de 1927 e numa reunião magna das Juntas Gerais de Distrito, em Dezembro do mesmo ano.

O INSTITUTO DE PUERICULTURA E A SUA ACÇÃO EMINENTEMENTE PATRIÓTICA

Em Fevereiro de 1930 foi criado o Instituto de Puericultura da então Junta Geral do Distrito, o que podemos apontar como um dos factos mais importantes da vida do mesmo organismo administrativo por ter vindo resolver em boa dose, o grave problema infantil, que tanto importa aos poderes publicos resolver totalmente — a bem da Nação.

De facto, a mortalidade infantil dá numeros apavorantes e as estatisticas dizem, no seu registo obituário, que a maioria das mortes provêm de deficiencia ou êrro de alimentação. Nesta verdadeira tragédia, se anda, sem duvida, muito de miséria, anda mais ainda a influencia do desleixo e da ignorancia.

Os numeros publicados dos serviços prestados á população infantil, pelos Dispensários dos Serviços de Puericultura, não só nos mostram a competencia, o esfôrço e a dedicação de todos os funcionários que nela trabalham, mas ainda o cuidado, o amor, o zêlo e a orientação segura do prestigioso director dos Serviços de Assistencia, dr. Rodolfo Xavier da Silva.

O problema infantil que á Junta de Provincia da Estremadura, presidida pelo sr. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso, vem merecendo a maior atenção, constitue, hoje, um dos mais importantes serviços prestados ao País, por intermédio dos seus Dispensários dos Serviços de Puericultura.

No prosseguimento dos seus fins, a Junta de Provincia que, até 1936, possuia quatro Dispensários em Julho e Novembro de 1937 criava mais dois Dispensários, sendo um em Lisboa e outro em Tôrres Vedras.

Em 1938, dando novo impulso a esta magnifica obra, criou mais dois Dispensários, o primeiro na Parede e o segundo em Cascais.

Na interessante cruzada, de que tão alto falam os beneficios espalhados, vejamos quais foram os serviços prestados pelos oito Dispensários de Puericultura, á população infantil, não só de Lisboa Parede e Cascais, como á de Tôrres Vedras.

Consultando as estatisticas dos Serviços de Puericultura, onde vêm especificados todos os serviços prestados, recolhemos os numeros que respeitam ás crianças admitidas, aos serviços prestados e ás refeições distribuidas.

Desde 1931 (2.º semestre) até 31 de Dezembro de 1938, inscreveram-se nos Dispensários, 8.922 crianças, pertencendo ao sexo masculino 4.522 e ao feminino 4.400.

Relativamente aos serviços prestados nos Dispensários de Puericultura, durante os sete anos e seis meses da sua existencia, efectuaram-se 59.221 consultas médicas e foram feitas 267.152 observações clinicas. Durante o mesmo periodo de tempo, foram prestados 26.364 tratamentos pelos Agentes Fisicos, 5.948 tratamentos

O Chefe do Estado presidindo á sessão solene inaugural da nova sede da Junta de Provincia da Estremadura

PAIÃ — Trabalhos agrícolas

anti-sifilíticos e 12.924 tratamentos diversos. Foram, ainda, ministrados 11.835 banhos de limpeza efectuando-se 5.141 vacinações, 220.347 mensurações e pesagens.

Regista, ainda, a estatística que pelas visitadoras sanitárias dos Dispensários, foram efectuadas 88.931 visitas domiciliárias. Dentro de 90 meses, compreendidos desde 1 de Julho de 1931 a 31 de Dezembro de 1938, distribuiram-se 12.172.448 refeições, com o consumo de leite em pó, em numeros redondos de 121.130 quilos e o de farinhas e outros preparados, de 115.072 quilos.

Em 1938, o numero de óbitos registados foi de 166 crianças, o que corresponde a menos de 14 óbitos em cada mês e, portanto, a uma mortalidade aproximadamente de 10,7 por cento da população dos Dispensários.

E' de notar que no ano de 1937 o numero de crianças falecidas foi de 218. Em cada mês faleceram, portanto 18 crianças e que a percentagem em relação á população do Dispensário foi de 13,1 por cento. Em 1936, a percentagem anuel foi de 11.5 e em 1935, de 12.7.

Em 1933 e 1934 acusa a estatística que o numero de óbitos corresponde á percentagem de 12 por cento.

Durante o segundo semestre de 1931 e o ano de 1932, a percentagem dos óbitos foi de 20,6 por cento.

Pelo exposto se conclue que os resultados obtidos atestam o valor da obra de assistencia infantil prestada pela Junta de Provincia da Estremadura.

Embora, repetimos, porque já dissemos em tempos qual a finalidade especial dos serviços de Puericultura da J. P. E. diremos mais uma vez que os postos de Puericultura se destinam a receber as mães pobres, desde o periodo ante-natalidade, rodeando-as dos cuidados clínicos indispensáveis, até ao nascimento da criança que, depois, é acarindada com a alimentação e vigilancia médica até aos 3 anos.

Estes postos funcionam dentro do mais rigoroso método e com absoluto êxito.

Antes do parto, se a mãe necessita tratamentos especializados — albumina, sifilis, manifestações tuberculosas, etc. — é, depois de inspeccionada no pôsto, onde se regista, enviada ao Instituto Clínico, com as indicações especiais da respectiva ficha, e é ali tratada convenientemente. Nascido o filho, surgem dois problemas: ou a mãe tem condições fisicas e económicas para alimentar a criança, ou tem uma coisa e não tem a outra. Nesse caso procede-se em conformidade — aleita-se a criança, integralmente, pelo pôsto de Puericultura, ou trata-se a mãe para que ela não desfaleça na sua função.

Se a mãe tem condições fisicas e é indigente, como o Instituto Clínico não dispõe de internamento para a mãe e filho, faz-se o aleitamento artificial, inscrevendo-se, além disso, a mãe com uma caderneta que se chama «Prémio de amamentação», segundo a qual ela recebe, semanalmente 5$00 para a ajuda do leite que deverá ser ministrado á criança segundo regras estabelecidas.

Esta medida, que, como fácilmente se depreende, é de grande utilidade para as mães pobres, tem também a virtude de obrigar, porque a não ser assim perdem o direito aos cinco escudos semanais, a comparecer nos postos com uma certa efectividade, com grande proveito para a criança que é examinada semanalmente.

O QUE FEZ A ESCOLA AGRICOLA DE PAIÃ

Deixou de existir a Escola Agricola Profissional de Paiã, por virtude das obras de restauração do Palácio de Queluz, que deram lugar á absorção das suas instalações pela escola agricola que funcionava no edificio do referido Palácio. No entanto, a Escola de Paiã era um título de orgulho da Junta de Provincia da Estremadura e realizou uma obra valiosissima de educação e instrução dos filhos das classes pobres de Lisboa.

Em cêrca de vinte anos de existencia, a Escola Agricola de Paiã recolheu alguns milhares de crianças, desde os sete anos, e lançou-os na vida, aos dezoito, apetrechados com arte ou oficio necessários á luta pela vida. Ainda depois de assim preparados, a Escola não abandonava os seus pupilos, auxiliando, tanto quanto possivel, a sua colocação, tendo alguns deles transitado dali para cursos superiores, quando o seu aproveitamento e predisposições naturais justificavam tal auxilio.

A frequencia da Escola principiou com cêrca de 60 pupilos, recrutados, na sua maior parte, dentre os filhos dos soldados caidos nos campos da Flandres ou da Africa, em luta contra a Alemanha. O numero de internados foi aumentando de ano para ano, atingindo, á data em que a sua extinção vai ser um facto, o numero aproximado a 300.

Como é do dominio publico, a Escola Profissional de Paiã ocupa várias propriedades naquela pitoresca região, todas elas compradas e pagas integralmente pela Junta Geral do Distrito e cujo valor atinge alguns milhares de contos. A área total ocupada pela Escola atinge, mais de 180 hectares que incluem, além de numerosos edificios e dependencias hortas, pomares, olivais, terras irrigaveis, terras de trigo, matos e terras incultas, pinhal, viveiros e campos de experiencias.

Foi largo o desenvolvimento atingido pela Escola, mercê da politica administrativa do sr. major António Santos Pedroso presidente da extinta Junta Geral do Distrito e actualmente titular do mesmo cargo na Junta de Provincia da Estremadura. Há anos, com a nomeação do regente agricola sr. dr. Pedro Escórcio da Camara para inspector dos serviços da Escola, esta tomou um carácter de mais larga utilidade prática, instituindo-se ali várias oficinas e serviços que se prestavam com êxito ás naturais tendencias e vocações das crianças internadas. Muitos alunos aprenderam ali as artes de sapateiro, alfaiate, carpinteiro de banco e de carros, marceneiro, cerralheiro, barbeiro e até de cozinheiro.

Actualmente, de harmonia com o contrato feito com o Ministério da Educação Nacional, a Escola de Paiã funciona na Escola Prática de Agricultura «D. Deniz», onde continuará a sua obra valiosa, embora já não como pertença da J. P. E.

O DISPENSARIO POLICLÍNICO E A SUA ACÇÃO ADMIRAVEL

Em 1928 foi criado e inaugurado o Instituto Clínico, hoje Dispensário Policlínico, instalado na Rua Capêlo e do qual tantos milhares de doentes das classes menos abastadas têm beneficiado. Esta é uma obra que, de per si só, impõe a acção desenvolvida pela Junta da Estremadura, pois não há doença de importancia que não tenha no Instituto a sua clínica especial, gratuita para uns, insignificantemente retribuida por outros.

De 107 doentes ali inscritos em 1928, os quais fizeram 237 tratamentos, este numero subira já para 100.512, com um total de 1.351.749 tratamentos, até Dezembro de 1938, o que revela uma progressão excepcional indicativa do valor social daquela obra e da sua acção enorme no curto espaço de 11 anos!

Quanto a assistencia gratuita apresentamos ainda alguns numeros que constituem elementos interessantes e elucidativos acêrca dos diversos serviços clínicos, prestados gratuitamente.

Os algarismos a seguir expostos correspondem aos serviços prestados em 1938:

Consultas, 53.151; tratamentos, pelos Agentes Fisicos, 18.733; tratamentos dentários e extracções, 3.047; tratamentos diversos e vacinações, 66.517; operações e exames, 1.787; análises clínicas, 733; análises histopatológicas, 8; radiografias e radioscopias, 338; banhos e duches, 610.

Para terminar este breve balanço do Movimento Geral do Dispensário Policlínico, registamos, ainda, que desde 1930 a 1938 recorreram ao Dispensário Policlínico 2.360 consulentes munidos dos certificados do Comissariado do Desemprêgo, aos quais foram prestados os seguintes serviços clínicos:

Consultas, 2.591; observações, 2.360; tratamentos pelos Agentes Fisicos, 24.789; operações e exames, 246; tratamentos diversos, extracções, injecções e vacinações, etc., 41.708; radiografias e radioscopias, 297; análises clínicas, 621; banhos e duches, 69.

Durante o dia vê-se desfilar pelas salas e gabinetes do Dispensário Policlínico uma verdadeira legião de doentes, que lá deparam para seu tratamento alivio de seus males com instalações onde a higiene abunda e a proficiência dos médicos e enfermeiros são a sua salvação.

O «Diário da Manhã» já, por mais de uma vez e desde há anos, tem publicado largas referencias a esta obra modelar de assistencia aos povos do distrito, dela infelizmente necessitados.

Ao vogal sr. dr. Borja dos Santos, que apresentou a proposta da sua criação, ao director clínico, sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, que a dirige desde o inicio e a tem imposto á admiração de todos, coadjuvado pelos seus médicos; e sobretudo ao belo espirito do sr. major Santos Pedroso, presidente da Junta, cabem os louvores por este grande estabelecimento de assistência, cuja descrição nos é impossivel repetir neste breve relato.

A FECHAR O RELATO

Não pára aqui a vasta obra da J. P. E. mas pouco mais poderemos dizer dentro do esfôrço que nos foi dado para este relato, onde já não cabe e enumeração de muitas iniciativas de alcance social das quais tem participado sempre a J. P. E. São subsidios ás Misericórdias e Casas de Pescadores, são auxilios á Obra das Mães, etc.

Recentemente a Junta instalou os seus serviços centrais num edificio próprio condigno, á Rua Pascoal de Melo, onde melhor poderá ser efectivada a grande remodelação de serviços a que a obriga o novo Código Administrativo.

Para terminar apontaremos a feliz iniciativa da publicação do elucidativo e magnifico Boletim da Junta, de que é director o sr. Carlos Botelho Moniz. Nele é dado conhecimento valioso da vida administrativa da Provincia, na parte respeitante ás actividades dos concelhos a-par de preciosa colaboração formada por nomes categorizados.

A União Nacional

A missão e a obra da única organização política reconhecida -- Salazar e a União Nacional -- A propaganda em 1940

NADA CONTRA A NAÇÃO
TUDO PELA NAÇÃO

Salazar

A União Nacional é a única organização política reconhecida pelo Estado Novo.

Não deve, porém, desta afirmação inferir-se que ela constitua uma forma de partido único. Expressamente repele semelhante entendimento o artigo 1.º dos Estatutos da União Nacional, quando diz:

«A União Nacional é uma associação sem caracter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar, na ordem civica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de comissão religiosa, a realização e a defeza dos principios consignados nestes estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes».

Esta disposição do diploma organico, aprovado pelo decreto n.º 21.608 de 20 de Agosto de 1932, exprime a verdadeira essencia da organização: a União Nacional é uma associação livre que, á margem do Estado, mas dentro do respeito das instituições vigentes, se destina a garantir, pela coordenação da actividade politica dos seus filiados, a realização dos principios inscritos nos seus Estatutos.

De acôrdo pleno com o texto constitucional, a U. N. proclama o caracter unitário do Estado português e o seu nacionalismo irredutivel, assim como exprime categoricamente os direitos imperiais de Portugal, fundados na sua vocação universalista e no conteudo civilizador da sua acção no Mundo.

Do mesmo modo afirma a submissão do Estado aos preceitos da Moral e da Lei, a justa concepção das liberdades individuais como directo corolário do reconhecimento do valor intrinseco da personalidade humana, o caracter fundamental da instituição familiar, a necessidade de defeza da opinião publica contra os elementos susceptiveis de a desorientar, a finalidade nacional da obra de educação e os conceitos basilares da estrutura politica do País.

Igualmente adopta a noção corporativa da organica nacional e perfilha ideas que nem no pormenor divergem daquelas que inscrevem os textos legais de caracter fundamental, quanto ao conceito da produção e da riqueza, ao objectivo comum do seu desenvolvimento, á compreensão, eminentemente pacífica, da índole das relações entre o capital e o trabalho, á finalidade particular de promover a melhoria da condição das classes menos favorecidas da fortuna.

OS INSCRITOS

Em 31 de Outubro, as inscrições revelavam por forma eloquente a amplitude que assumiu em todo o País a organização da U. N.:

Filiados nos distritos do Continente:

Aveiro, 4.591; Beja, 2.147; Braga, 6.394; Bragança, 4.758; Castelo Branco, 5.780; Coimbra, 14.477; Evora, 860; Faro, 5.478; Guarda, 9.664; Leiria, 4.219; Lisboa, 22.636; Portalegre, 3.531; Pôrto, 18.364; Santarem, 7.479; Setubal, 3.163; Viana do Castelo, 4.663; Vila Real, 7.404; Viseu, 10.469. Total, 136.077.

Nas Ilhas Adjacentes:

Angra do Heroismo, 2.451; Funchal, 3.003; Horta, 3.752; Ponta Delgada, 23. Total, 9.229.

Nas Colónias:

Angola, 2.582; Cabo Verde, 659; Guiné, 235; India, 20; Macau, 351; Moçambique, 1.710; S. Tomé e Principe, 343; Timor, 3. Total, 5.903.

Atinge-se a cifra de 151.209 filiados, cabendo aqui observar que só se contam os boletins de inscrição existentes no Arquivo da Comissão Central e que nele não deram ainda entrada os documentos de filiação subscritos em Ponta Delgada e em Timor.

SALAZAR E A UNIÃO NACIONAL

Pode bem dizer-se que, em todos os momentos, Salazar tem mantido com a União Nacional o mais estreito contacto, orientando constantemente a sua actuação politica, imprimindo-lhe o vinco do seu pensamento e esclarecendo perante ela ou através dela alguns dos mais salientes problemas portugueses.

Logo em 17 de Maio de 1931, na grande manifestação promovida pela União Nacional e que foi a sua primeira afirmação de fôrça, Salazar se lhe dirigia no discurso que teve por tema «O interesse nacional na politica da Ditadura».

E dizia-lhe:

«Assoberbado de trabalho e minado de preocupações — triste quinhão dos homens de govêrno no momento que passa — eu tinha talvez o direito de não falar hoje aqui, e de certo me pouparia ao esfôrço e cansaço que isso me causa, se não fôra por um lado o receio de ser mal interpretado o meu silêncio e por outro o desejo de saudar, ostensivamente, a União Nacional no acto da sua primeira intervenção na vida publica portuguesa. Nós assistimos todos á grandiosa manifestação ao sr. Presidente da Republica, e é bem significativo que essa homenagem tenha coroado a constituição definitiva e traduza ao mesmo tempo o primeiro passo politico do organismo que legitimamente esperamos seja uma grande escola de cidadãos.

Homens de vários credos, vindos de todos os horizontes do pensamento e da acção, oriundos de todas as classes, disseminando a sua vida por todas as formas de actividade, puderam pôr de lado os motivos de divisão e encontrar nos principios fundamentais da União Nacional aquele terreno comum de colaboração dos portugueses, indispensável para a nova politica, a nova administração, a nova economia da nossa Pátria: estamos vendo coisas novas em Portugal».

E, na verdade, com a formação da União Nacional estava criado o terreno comum de entendimento em que se tornava possivel a cooperação activa de todos os bons portugueses.

Um ano decorrido, em 23 de Novembro de 1932, Salazar dava posse aos corpos distritais da União Nacional e definia perante eles, a posição que tomavam «As diferentes fôrças politicas em face da Revolução Nacional» e dizia:

«Cabe-me ainda a mim, sob a pressão das circunstancias, dizer a palavra de ordem a êste exército em marcha».

Na sede da União Nacional foi proferido, em 16 de Março de 1933, o notavel discurso acêrca dos «Conceitos económicos da nova Constituição» que se pode considerar o primeiro programa da economia corporativa portuguesa.

E, logo em 27 de Maio dêsse mesmo ano, Salazar falava ás comissões da União Nacional de todo o País, reunidas em Lisboa, para proclamar: «E' esta a Revolução que esperávamos».

Em 26 de Maio de 1934, inaugurava-se o 1.º Congresso da União Nacional, com uma sessão solene realizada na «Sala Portugal» da Sociedade de Geografia e Salazar aproveitava a oportunidade para definir e enquadrar «O Estado Novo Português na evolução politica europeia».

Dois dias depois, voltava a usar da palavra, na sessão de encerramento do Congresso, e pronunciava o discurso sôbre «O IX Ano — Unidade, coesão, homogeneidade».

Ainda no mesmo ano, em 9 de Dezembro, era radiodifundida da União Nacional a magnifica lição acêrca da «Constituição das Camaras na evolução da politica portuguesa».

Em 10 de Fevereiro de 1935, ás vésperas da reeleição presidencial, Salazar ia ocupar-se, em outro discurso radiodifundido pela União Nacional, das «Funções e qualidades do Chefe do Estado».

Em 1938, no dia 22 de Março, dando posse aos novos corpos dirigentes da União Nacional, Salazar falava da formação da mentalidade colectiva e confiava áquela organização a obra imensa a realizar no domínio da educação politica:

«A' União Nacional, como unico organismo politico reconhecido, cabe desempenhar a missão que a traços largos desenhei...»

E, no principio do ano corrente, em 26 de Fevereiro, na Sala do Conselho de Estado, perante as Comissões de Lisboa da União Nacional, Salazar definia o sentido da propaganda, num discurso magistral que afirmava a necessidade de intensificar o esfôrço de orientação politica dos portugueses.

A CAMPANHA DE 1940

Que a União Nacional soube corresponder a este apêlo testemunha-o o trabalho realizado nos meses decorridos (conferencias e sessões de propaganda em todo o País, por categorizadas individualidades).

Algumas edições atestam, por igual, a actividade da propaganda desenvolvida pela União Nacional.

No ano próximo vai ainda intensificar-se esta acção designadamente no aspecto editorial, com o lançamento dos primeiros volumes de uma pequena biblioteca de formação nacionalista. Mas a campanha de 1940 deu-nos já a medida do que pode fazer a União Nacional, com a certeza de que a organização é capaz de assumir e honrar as suas pesadas responsabilidades de orientação politica do País.

MINISTERIO DA ECONOMIA

COMISSÃO REGULADORA DO COMERCIO DE ARROZ

(Decreto n.º 27.148)

A Comissão Reguladora tem por fim (art.º 3.º do Decreto 27.148)

1.º — Criar a consciência corporativa e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os elementos das actividades que disciplina e orienta;

2.º — Regular as condições do abastecimento de arroz no território da Metrópole, tendo em vista a defesa da produção nacional da Metrópole e das Colónias;

3.º — Condicionar a importação de arroz estrangeiro de conformidade com o disposto no numero anterior;

4.º — Fiscalizar o trânsito do arroz através da indústria e do comércio até à venda ao público, com vista à regularização dos preços e dos tipos padrões nacionais ou estrangeiros apresentados no mercado;

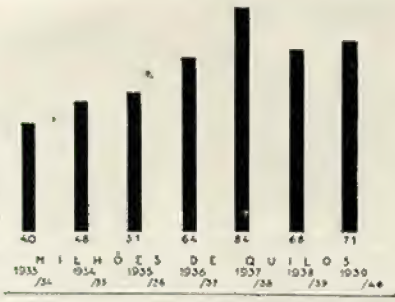
5.º — Cooperar com os serviços competentes do Ministério da Agricultura no condicionamento da produção do arroz, em conformidade com as indicações do mercado, em quantidade, qualidade ou tipos e preços;

6.º — Cooperar com a Direcção Geral de Saúde na luta contra o sezonismo, nos termos previstos no decreto-lei n.º 24.619, de 29 de Outubro de 1934.

A PRODUÇÃO DE ARROZ

No Continente

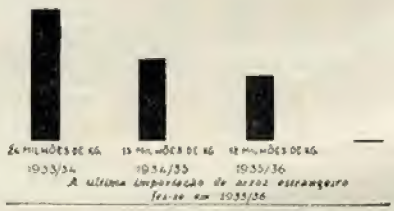
AUMENTOU



A IMPORTAÇÃO

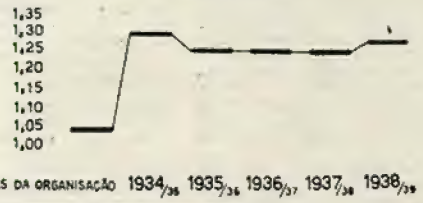
Do Estrangeiro

DIMINUIU E DESAPARECEU



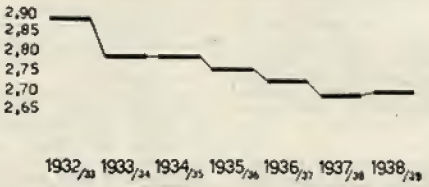
AUMENTOU O PREÇO MEDIO DE COMPRA

A' Lavoura



DIMINUIU O PREÇO MEDIO DE VENDA

Ao Público



A AREA CULTIVADA

AUMENTOU

PAGANDO A CULTURA DO ARROZ EM MEDIA ANUALMENTE

5 MILHÕES DE JORNAIS

NO VALOR DE

45 MIL CONTOS

1933/34 →	10 MIL HECTARES
1934/35 →	14 MIL HECTARES
1935/36 →	15 MIL HECTARES
1936/37 →	18 MIL HECTARES
1937/38 →	22 MIL HECTARES
1938/39 →	19 MIL HECTARES
1939/40 →	20 MIL HECTARES

PARA O

COMBATE AO SEZONISMO

O ARROZ CONTRIBUIU EM 6 ANOS

COM

3.600 CONTOS

1935 →	425.498,88
1937 →	580.000,00
1938 →	1.288.726,61
1939 →	660.451,26
1940 → (até Novembro)	655.559,77

A Bem da Nação

As grandes obras da Hidráulica Agrícola

1.118.381 contos para resgate da terra portuguesa, 106 mil hectares conquistados para a cultura a 300 milhões de K. W. H. de energia eléctrica a aproveitar

Segundo o plano aprovado em 1937 pelo Chefe da Revolução Nacional, as obras de hidráulica agrícola a realizar para aproveitamento de imensas riquezas da terra portuguesa importarão na enorme quantia de *um milhão cento e dezoito mil e trezentos e oitenta e um contos!*

Segundo o plano aprovado pela Camara Corporativa, a área total a regar e a beneficiar em todo o País é de *cento e seis mil hectares!*

Com a realização total destas obras está previsto o aproveitamento de trezentos milhões de quilowates-hora de energia eléctrica.

Até agora, por intermédio da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, o Estado gastou nas mesmas obras *cento e seis mil contos.*

Dos 20 aproveitamentos feitos do plano aprovado, já se encontram estudados e com planos aprovados 10 deles; 5 estão em estudo e 5 já em exploração, com excelentes resultados económicos para a Nação: até agora escrava das condições materiais que foi necessário corrigir a-fim-de colhêr imensa riqueza durante séculos inaproveitada.

A J. A. O. H. A. foi criada em 1930 e Salazar, a quem este organismo se ficará devendo, ao dar-lhe meios de actuar, com aquela previsão e clarividencia que o impõem entre os grandes estadistas de todo o Mundo, afirmou que o problema social português era o da distribuição da riqueza, que sem o aumento da produção não tem solução vantajosa. E acrescentava: «Para a criação da riqueza, para a absorpção do nosso excesso demográfico, para valorização do património nacional, esse problema era simultaneamente económico, social e militar».

Hoje, as brigadas de estudo da Junta Autónoma das Obras da Hidráulica Agrícola percorrem as zonas da terra portuguesa para corrigir o clima, o regime social e as insuficiencias do solo — porque o Chefe deu corpo ao seu pensamento de reformador genial quando, garantido pela continuidade da acção política do Estado Novo, assegurou os necessários meios para efectivação do plano traçado.

A intervenção sempre sábia e oportuna do Ministro das Obras Publicas e Comunicações, sr. engenheiro Duarte Pacheco modificou salutarmente a organica interna da Junta, cuja direcção técnica foi confiada ao ilustre engenheiro sr. Trigo de Morais um nome consagrado e paladino dedicadissimo duma das maiores obras da Revolução Nacional, do qual a proficiencia e autoridade são já indispensáveis á continuação dessa obra.

E o Ministro das Obras Publicas, o mais activo e sabedor dos homens que em Portugal tem sobraçado aquela pasta, escravo absoluto do pensamento da Revolução Nacional e excepcional colaborador do sr. Presidente do Conselho, dentro do Plano de Obras e Aproveitamentos Hidro-agricolas que, em começo de 1935, fixa á Junta, colocou num dos primeiros lugares a rega do Sado, sendo certo que, já em 1933, o mesmo ilustre membro do Govêrno fizera incidir as atenções da J. A. O. H. A. sôbre os cursos inferiores dos rios Tejo e Sado, onde a sua clarividencia e vontade realizadora, soubera ver a existencia de grandes resultados a colhêr com a beneficiação de determinados sectores dos citados cursos. Foi, indubitavelmente o seu espirito fortemente dinamico e metódico que impulsionou a acção da Junta para uma serie de realizações harmónicas, quando ela podia dispersar-se em esforços menos palpaveis como os que hoje estão patentes no campo do fomento hidro-agrícola nacional.

Vitsa de jusante da Barragem do Castelo

O rio Alcôa regularizado

A TERRA RESGATADA ENTRA EM EXPLORAÇÃO

Erguida a primeira barragem, entrada a água nos primeiros canais, vêem-se então resgatados muitos hectares de terra, que se encontra já em exploração, mercê das obras do Paúl de Magos. Nos campos de Alvega, Loures e do Paúl de Cela essas obras completam-se.

No intento de tornar mais preciso um sector do seu vasto esquema de reconstituição económica nacional, o Chefe do Govêrno determinou, em 1937, que se actualizasse o Plano Geral das Obras Hidro-Agricolas. Como lhe competia e gostosamente a Junta cumpriu a ordem, ampliando o plano de 1935 e sôbre esse seu trabalho a Camara Corporativa através dum notavel parecer do ilustre engenheiro sr. Vicente Ferreira, que o aprovou por lhe reconhecer excepcional valor e significado e objectivo altamente nacionais e humanos.

Eis algumas palavras do ilustre professor de engenharia, traçadas no citado parecer:

«A natural conclusão que esta Camara deve tirar, no remate do seu parecer, é que lhe foi dado examinar um dos mais importantes, completos e bem orientados planos de obras de fomento elaborados nos ultimos cinquenta anos».

Dêsse plano geral vamos destacar dois grandes aproveitamentos, que se encontram hoje em plena e activa realização: a primeira e segunda partes do do curso inferior do Sado e o da Campinas da Idanha.

Nas largas margens do curso inferior do Sado, da foz do Xarrama á comporta e Marateca, como ao longo da Ribeira de Santa Catarina há terras excelentes para a cultura. Constituidas por aluviões todas elas são terras fortes, fundas e férteis, se a intervenção da técnica hidro-agrícola as resgatar para a maior e mais intensiva cultura. Mas depois de exploradas e povoadas tornar-se-ão intensamente produtivas, encher-se-ão de fogos e vida animada.

O aproveitamento do curso inferior do Sado é incluido no plano de obras apresentado em 1935, ano em que a J. A. O. H. A. apresenta um primeiro projecto, que diz respeito á primeira parte do aproveitamento geral, elaborado após porfiados estudos e que visava aos seguintes objectivos:

Reconquistar para a cultura e para o povoamento, beneficiando-os pela rega, cêrca de 4.905 hectares de bons terrenos, ao longo da Ribeira de Santa Catarina e nas duas margens do Rio Sado.

Assegurar o regadio, com a água represada, no volume de 80 milhões de metros cubicos, numa barragem de enrocamento naquela ribeira e no local chamado Pego do Altar.

Um longo condutor geral levaria a água á terra dela carecida e junto da barragem uma central eléctrica produziria anualmente uma média de 5.200.000 quilowates hora de energia, dos quais cinco

Obra do enxugo do Paul da Céla

A grandiosa «Barragem Salazar» uma das mais importantes obras de Hidráulica Agrícola do Estado Novo

milhões seriam lançados na rêde eléctrica geral do País.

Em Janeiro de 1936, o Conselho Superior de Obras Publicas aprovou este projecto e o Ministro Duarte Pacheco determina a realização da obra, que foi adjudicada á Sociedade Portuguesa de Empreitadas, Lda., e se iniciou em Janeiro de 1937.

A BENEFICIAÇÃO DAS GRANDES VARZEAS DO CURSO INFERIOR DO SADO

Porém, quer o Ministro, quer os técnicos da Junta tinham previsto e preparado a beneficiação e da forma mais eficiente e económica de área mais vasta, conforme o segundo plano (curso inferior, segunda parte) cujas obras começaram em Setembro de 1937.

Pela associação dos dois projectos e com a adopção dum novo sistema distribuidor a Junta visava a rega e a beneficiação de 8.379 hectares das varzeas do curso inferior do Sado.

E neste segundo projecto figuram as seguintes obras:

Uma barragem no rio Xarrama, em Vale de Goio, para criar uma albufeira com cêrca de 55 milhões de metros cubicos de água.

—— Um dispositivo para aproveitamento das águas da encosta da margem esquerda do Sado, recolhidas num canal (o da Comporta) que margina este rio.

—— Alterações no regime distribuidor de água projectado para a primeira parte do aproveitamento, e um sistema de canais para rega, servindo a área total a beneficiar.

—— Uma central de pé de barragem e de regime intermitente, para produção anual de cêrca de 2.600.000 quilowates-hora, funcionando — em inter-ligação com a central do Pego do Altar e lançando na rêde geral do País a quási totalidade da energia produzida

Avaliado em 116.450 contos o custo total das obras dos dois projectos, a beneficiação daquela área total de 8.389 hectares e a produção de 7.300.000 quilowates hora de energia, seria de 13.881 escudos o encargo de beneficiação por hectare. E com que resultados económico-sociais ?

E' que entre os beneficios, ocupa lugar de destaque o rendimento das centrais de pé das barragens construidas para fins hidro-agricolas, critério que tem sido consagrado além-fronteiras, em obras de grande vulto e que vai trazer um grande tributo á solução do nosso problema do abastecimento de energia.

Assim ficará a economia portuguesa desonerada do pesado encargo que paga em oiro ao estrangeiro com a produção da energia termica, que é produzida á custa de carvão importado.

As obras de Vale do Goio, adjudicadas á Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Lda., foram iniciadas em 17 de Setembro de 1937 e devem estar concluidas em Setembro de 1941.

A' barragem do Pego do Altar foi, em justa homenagem, posto o nome de Salazar, esculpido em grandes caracteres na parte inferior do escudo nacional que guarnece o marco indicador da obra.

A REGA DA CAMPINA DA IDANHA

E' velha e tem sido objecto de larga discussão a idea de regar a Campina da Idanha, uma das zonas do País onde esterilidade do solo provoca a miséria da grei. Coube á J. A. O. H. A. a tarefa honrosa de estudar o problema e sôbre ele elaborar um plano que o Ministro Duarte Pacheco não tardou em aprovar e homologar os projectos definitivos. Em 23 de Junho de 1937 começaram as obras, cujo objectivo era:

Beneficiação de 6.740 hectares da Campina, dos quais 1.250 seriam imediatamente resgatados pela rega, porque são terras boas e de fácil adaptação ao regadio.

—— Uma barragem a construir no rio Ponsul, em Cabeço Monteiro e que represaria 78 milhões de metros cubicos de água.

—— Uma central de pé de barragem produziria a média anual de cêrca de 3.500.000 quilowates-hora de energia.

Duas estações elevatórias, um grande condutor e uma rede de canais levariam a água, primeiro a 1.250 hectares, depois aos 6.740 hectares da área total.

O custo da obra foi avaliada em 38.500 contos.

A energia eléctrica produzida e disponivel das necessidades locais de rega entrará na rede geral do País e pode avaliar-se o seu rendimento anual em 330.000 contos.

O Ministro Duarte Pacheco, que já conhecia o problema e o queria resolvido, deu-lhe o seu apoio e a obra foi adjudicada á Sociedade Lusitana de Hidráulica Geral, Lda., que deu início aos trabalhos de construção em 23 de Julho de 1937, para cessarem em Julho de 1941.

Como se previra, a árida Campina da Idanha beneficiou imediatamente, pois deminuiu a crise de trabalho na região.

Eis em breves palavras o resumo explicativo duma das mais gigantescas empresas de reconstrução nacional empreendidas pelo Estado Novo, que a saberá levar até bom termo — a bem da Nação.

Canal de rega

Uma grande obra que veio enriquecer a nossa economia

As vastas instalações da «Sacor» empregam centenas de portugueses e provêm às necessidades do consumo do País

A chaminé da «Sacor»

A vasta obra de fomento nacional empreendida pelos homens do «28 de Maio» tem no seu programa admirável o aproveitamento das possibilidades económicas da metrópole, ilhas e ultramar, como base do ressurgimento da Nação. No que respeita ao Continente, o estabelecimento da industria da refinação e destilação de petróleos foi encarada como pormenor de capital importancia e oportunidade, pelo que ao Estado Novo e sobretudo á clarividência de Salazar se deve a concessão a uma emprêsa particular do direito de construção duma refinaria de petroleos, que foi a primeira criada em Portugal e á qual foi atribuido um contingente de produção de 50 por cento dos produtos petrolíferos necessários ao consumo do País.

Assim surgiu a «Sacor» (Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petroleos em Portugal) com um capital de 15.000 contos, um terço do qual é subscrito pelo Estado. Nos termos do contrato de concessão, toda a instalação passará á posse do Estado, no prazo de 20 anos.

Pouco depois da sua fundação, tendo adquirido vastos terrenos em Cabo Ruivo, a «Sacor» iniciou a construção das suas instalações que a-pesar-de ter eclodido a guerra, conseguiu acabar em curto prazo, e adquiriu um grupo de reservatórios com capacidade para armazenar muitas dezenas de milhar de metros cubicos, pelo que pode garantir uma importante reserva do produto que é objecto da sua exploração industrial.

Empregaram-se nessas obras muitas centenas de operários, 1.200 aproximadamente, sem contar com o pessoal a cargo dos empreiteiros.

17.000 CONTOS PARA OPERARIOS E INDUSTRIAIS PORTUGUESES

Foram pagos salários no valor de 5.000 contos e 12.000 contos de trabalhos encomendados á industria nacional, que deu de si belas provas. No total, gastaram-se cêrca de 40.000 contos, dos quais ficou no País uma parte importante.

A refinaria iniciou a sua laboração no principio de Janeiro de 1940 e as suas instalações permitem a destilação de 200 a 250.000 toneladas de petroleo bruto e o fabrico de produtos como gasolina de aviação e de turismo, «white spirit», petroleo para iluminação, gasoleo, «fuel oil» oleos para lubrificação e asfalto.

A «Sacor» dispõe actualmente de 110 reservatórios com a capacidade total de 77.000 metros cubicos para a armazenagem dos petroleos em rama e produtos resultantes do seu fabrico.

Entre as instalações anexas necessárias ao apetrechamento da refinaria há além das cem bombas para manipulação do produto; outro importante grupo de quatro bombas que aspiram 450 toneladas horárias de água do rio Tejo destinadas á refrigeração; tubagem entre as diferentes secções, na extensão total de 83 quilómetros; instalação para tratamento dos produtos leves; instalação para tratamento de óleos de lubrificação; caldeiras a vapor, central eléctrica, estação central distribuidora de espuma para protecção contra incêndios, laboratório, instalações para carregamento de barcos, vagões-cisternas e tambores.

Todas as instalações obedecem a um largo plano de conjunto e possuem equipamentos de reserva que, em qualquer eventualidade garantem a máxima segurança na laboração da refinaria, que foi projectada e executada consoante os ultimos progressos técnicos verificados em todo o Mundo na industria do fabrico do petroleo.

O pessoal operário foi beneficiado com uma cantina que compreende refeitórios, balneários, vestiários e um pôsto de enfermagem.

O VALOR DA PRODUÇÃO E PORMENORES DO FABRICO

A instalação para tratamento dos petroleos brutos compõe-se de duas instalações; uma com aquecimento por meio de retorta tubular e com a capacidade de 500 toneladas diárias de gasolina, «white spirit», petroleo e gasoleo; outra semelhante, trabalhando pelo vácuo, com a capacidade de 200 toneladas por dia e podendo produzir os oleos lubrificantes ou asfaltos.

Ambas são de tipo muito moderno, providas dum sistema de «controle» muito aperfeiçoado, cujo funcionamento automático reduz ao minimo as possibilidades de acidente.

Grande numero das cem bombas atrás indicadas destina-se a impelir os produtos, por através da tubagem, para os grandes reservatórios de armazenagem.

A entrega dos produtos destinados ao consumo é feita por meio de estações de enchimento de tambores, camiões e vagões-cisternas.

Uma tubagem especial liga a fábrica á ponte-cais para o carregamento de barcos e fragatas; vá rias linhas ferroviárias, construídas no interior da refinaria, permitem a expedição em vagões e vagões-cisternas.

No tocante ás medidas de protecção contra incêndios, há a dizer que os reservatórios de armazenagem se encontram cercados de muros e, portanto isolados, mas ligados a um edificio central de onde, por meio de tubagem adequada, poderá ser projectada no local próprio uma camada de espuma que apagará qualquer incêndio.

A Refinaria vista de avião

Além disso, há numerosos aparelhos lança-espuma, de tipo carrinho, como do tipo portátil disseminados por toda a fábrica.

FUNCIONAMENTO CONTINUO E RESERVA DE MATERIA-PRIMA ASSEGURADA

Todos os trabalhos das instalações da «Sacor» foram concebidos e realizados com o maior cuidado, sendo a fábrica caracterizada por uma grande flexibilidade, que lhe permite a obtenção de todos os produtos petrolíferos de acôrdo com as necessidades do consumo e absolutamente á altura das exigências técnicas impostas pelo Instituto Português de Combustíveis.

Trabalhos de colocação da tubagem

O funcionamento da refinaria é continuo e o pessoal, quási todo português, foi contratado em numero capaz de preencher os necessários três turnos de substituição nas 24 horas.

A matéria-prima, o petroleo bruto, encontra-se assegurado para um longo espaço de tempo, tendo sido fretados os barcos necessários ao seu transporte, de forma a satisfazer, com regularidade, as necessidades do País.

A «Sacor», que é um elemento valioso de estabilização de preços, como o publico já verificou, tem como presidente da assemblea geral o sr. conselheiro dr. Martins de Carvalho e como secretários da mesa os srs. dr. João Boto de Carvalho e Edmundo Batalha Reis.

Do Conselho de Administração fazem parte os srs. dr. Eduardo Fernandes de Oliveira, como presidente; o capitalista Martim Sain, como vice-presidente; o dr. Ricardo Espirito Santo Silva, como presidente da Comissão Executiva; e os vogais Henri Grandet, dr. Costinescu, Joaquim Oliveira da Silva e engenheiro José Eugénio Duarte Ferreira.

Ao Conselho Fiscal pertencem os srs. dr. João Raposo de Magalhães, como presidente; o Conde du Buisson du Courson e a Companhia Soroufra, representada pelo dr. Guilherme Possolo.

A «Sacor» tem como director geral o sr. Eduardo Cohen.

Exposição do Mundo Português

Oito séculos de história rediviva contada em símbolos de epopeia lusiada

Nesta hora alta do Ressurgimento, neste ano áureo das Comemorações Centenárias, a consciência dos bons portugueses ergue preces ao Céu por nos ter sido dado realizar, no meio duma Europa em guerra e da mais auspiciosa situação interna e externa da Nação, todo o programa festivo e patriótico das mesmas Comemorações. E todo êste bem-estar e tôda a enorme beleza das Festas Nacionais sabem os portugueses que os devem ao Chefe, ao inspirador e organizador supremo do respectivo programa, ao homem superior e' estadista de reputação firmada hoje em todo o Mundo que é Salazar.

EM CIMA — A FIGURA SIMBÓLICA DA SOBERANIA IMPERIAL DOS PORTUGUESES, NA MAGNIFICA ESTATUA DE LEOPOLDO D'ALMEIDA.

EM BAIXO — O ELEGANTE E BELÍSSIMO PAVILHÃO DE HONRA (FACHADA PRINCIPAL).

Mais do que um grande acontecimento da nossa casa, a obra das Comemorações representa mais uma vitória diplomática do sr. Presidente do Conselho, o mais oportuno e eficiente cartaz de propaganda de Portugal além-fronteiras porque, graças a Deus, o claro sentido de previsão do Chefe da Revolução Nacional permitiu-nos ser felizes e fartos, neste cantinho do Atlantico quando á volta ronda sinistro o flagelo da guerra.

E a nosso lado, como ente querido que nos enche de orgulho o lar e de esperanças o futuro, temos o grande Brasil, também gozando a felicidade da paz e da renovação nacional, êsse Brasil que Salazar, ao anunciar em 1938 o seu propósito de realização das comemorações, convida a vir até cá, nos seguintes termos dignos de arquivo no coração dos dois países:

«A nossa língua é a sua língua, e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra, na Europa, onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quási um continente, um mundo novo e dele jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco.

Eis algumas das razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de história ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra mas como da família; a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior numero, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos Centenários de 1939-40.

Queremos que o encontro dos nossos povos seja tão efectivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a pátria da própria Pátria».

O Brasil correspondeu alvoroçadamente a êste apêlo patriótico, enviando-nos uma Embaixada que foi lídima representante da gran-

AS TORRES DO FORMOSO E EVOCATIVO PAVILHÃO DE LISBOA

de patria irmã e participa galhardamente do Congresso e da Exposição do Mundo Português. Neste brilhantissimo certame fez construir um pavilhão admiravel, expressivamente brasileiro.

«Sintese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na historia do Mundo —que mostrasse por assim dizer todas as pegadas e vestigios de Portugal no Globo» foi a definição que Salazar deu da Exposição de Belem ao preconizar a sua realização. E, tal como o Chefe pensou, assim se fez e de modo a exceder toda a expectativa.

Uma grande unidade, um portuguesismo alevantado, uma simbolica e expressiva exaltação de todas as nossas glorias paira no cenario e no ambiente evocativo e grandioso do magnifico certame. E é justamente esse predicado que os estrangeiros mais admiram e que mais nos emociona a nós, portugueses, uma vez entrados no majestoso recinto da Praça do Imperio.

A cada passo o orgulho patriotico é ali despertado e esse sentimento admiravel e sadio que nos empolga transmite-se aos proprios visitantes doutros paises, que não raro se têm manifestado rendidos á elevada lição de Historia da Civilização que é toda a Exposição de Belem e toda a nossa Historia, que ela reproduz e simboliza em multiplos motivos de beleza.

São oito séculos de História rediviva que perpassam diante dos olhos maravilhados do visitante.

Disse já, e com verdade inteligente que «a Exposição do Mundo Português é a ressurreição animada de genio lusiada através dos seculos e dos continentes. E' a visão prodigiosa da nossa existencia imperial, visão que a vontade desejaria ver eternizada na materia mais duravel e incorruptivel ao poder destrutivo das idades».

Artistas, escritores, tecnicos, eruditos, homens de pensamento e homens de acção, em todas as zonas do saber e do trabalho, conjugaram energias, ideas e concepções, num maravilhoso esfôrço de unidade, que tornou possivel o prodigio.

Nas praias do Restêlo, restituidas á sua nobre fisionomia antiga, a Exposição fica enquadrada em maravilhoso cenario natural: o Tejo azul, as colinas da Outra-banda e de Lisboa, tendo a presença monumental do mosteiro dos Jerónimos em fundo imponente.

Duas linhas agora para a Secção Colonial que abrangendo uma area ajardinada de cêrca de 70.000 metros quadrados, vai mostrar aos seus visitantes como vivem os povos do Alem-Mar, reunindo caracteristicas, habitos, costumes e pormenores racicos. Naturalmente, porque de «exposição» se trata, têm de se evitar as fórmulas rigidas do museu para os apresentar segundo os preceitos dêste género de exibição, viva, dinamica, atraente, marcando pelo exotico, e esclarecendo pela exploração da curiosidade, tornando-se acessiveis á compreensão do publico de todas as idades e classes sociais.

Percorremos varias vezes o local e o nosso orgulho de português sentiu-se contente com o que viu e aprendeu.

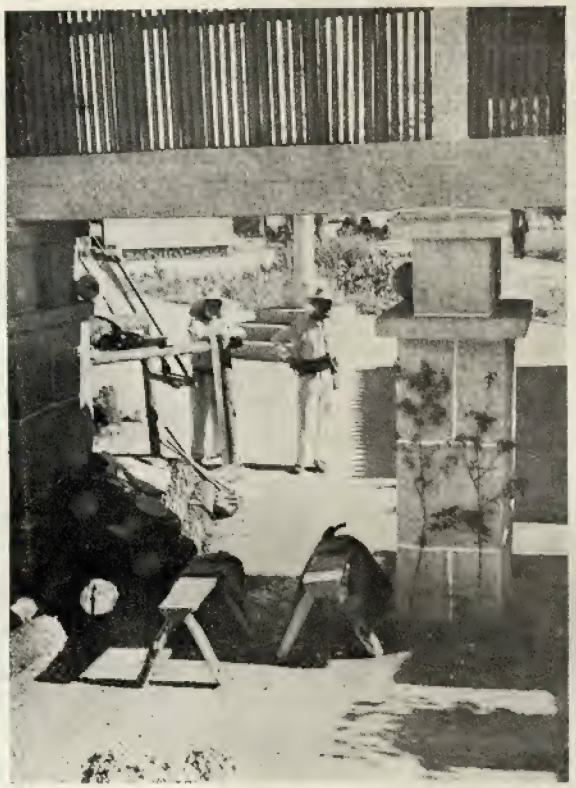
Grupos indigenas das nossas colonias da Africa, Asia e Oceania, tal como na prestigiante representação levada a efeito em 1934 no Pôrto e pelos mesmos organizadores, constituem um completo documentario vivo, acompanhado das habitações e do pitoresco do «habitat» dos nativos dos territorios nacionais do Ultramar.

Assim, lá estão, desde a cubata tipica gentilica á casa já com acentuada influencia da nossa colonização reunindo os aspectos exoticos, nalguns casos pouco divulgados ou inteiramente desconhecidos de muitos europeus

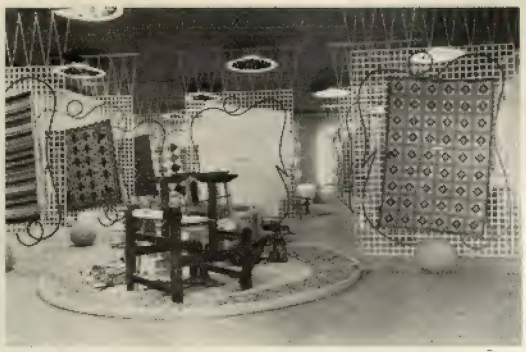
Consumiria o espaço de algumas paginas uma descrição completa — aliás incompativel com as reduzidas dimensões impostas aos jornais pelas consequencias economicas da guerra actual — do que é a magnifica e valiosa Exposição do Mundo Português.

Quedemo-nos aqui, evocando em intima comunhão espiritual com o leitor as imagens de epopeias lusiadas que se erguem, altivas e impressionantes de grandeza, nos terrenos do Restêlo donde largaram as Caravelas dos Descobrimentos, cujos feitos a fábrica imperecivel dos Jerónimos ficará a perpetuar através das idades.

UM CORUCHEU DOS JERÓNIMOS E AO FUNDO O BELO PAVILHÃO DOS PORTUGUESES NO MUNDO. À DIREITA: AS PORTAS DA FUNDAÇÃO

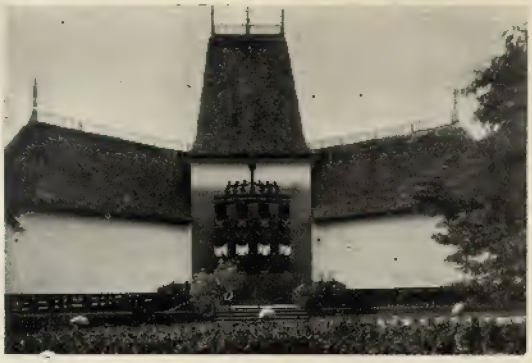


EXTERIORES DO RECINTO DAS ALDEIAS PORTUGUESAS, VENDO-SE ALGUMAS DAS CASAS TIPICAS DO NORTE E SUL DE PORTUGAL



AO ALTO: — QUATRO ASPECTOS DOS PAVILHÕES DA VIDA POPULAR, NOTÁVEL REALIZAÇÃO DO S. P. N., NA EXPOSIÇÃO DE BELÉM.

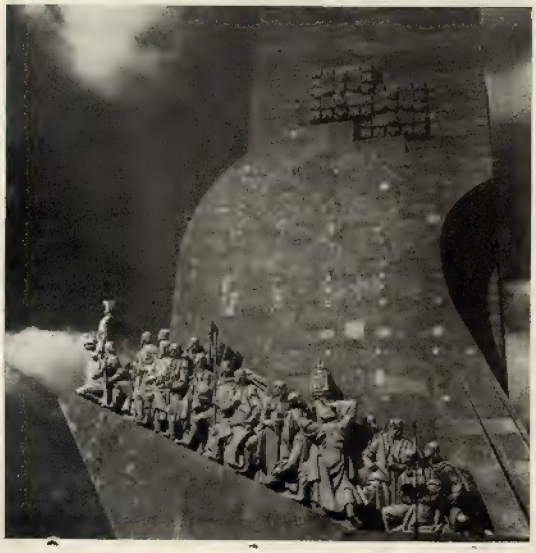
EM BAIXO: — EDIFÍCIOS TÍPICOS REGIONAIS DO BAIRRO COMERCIAL



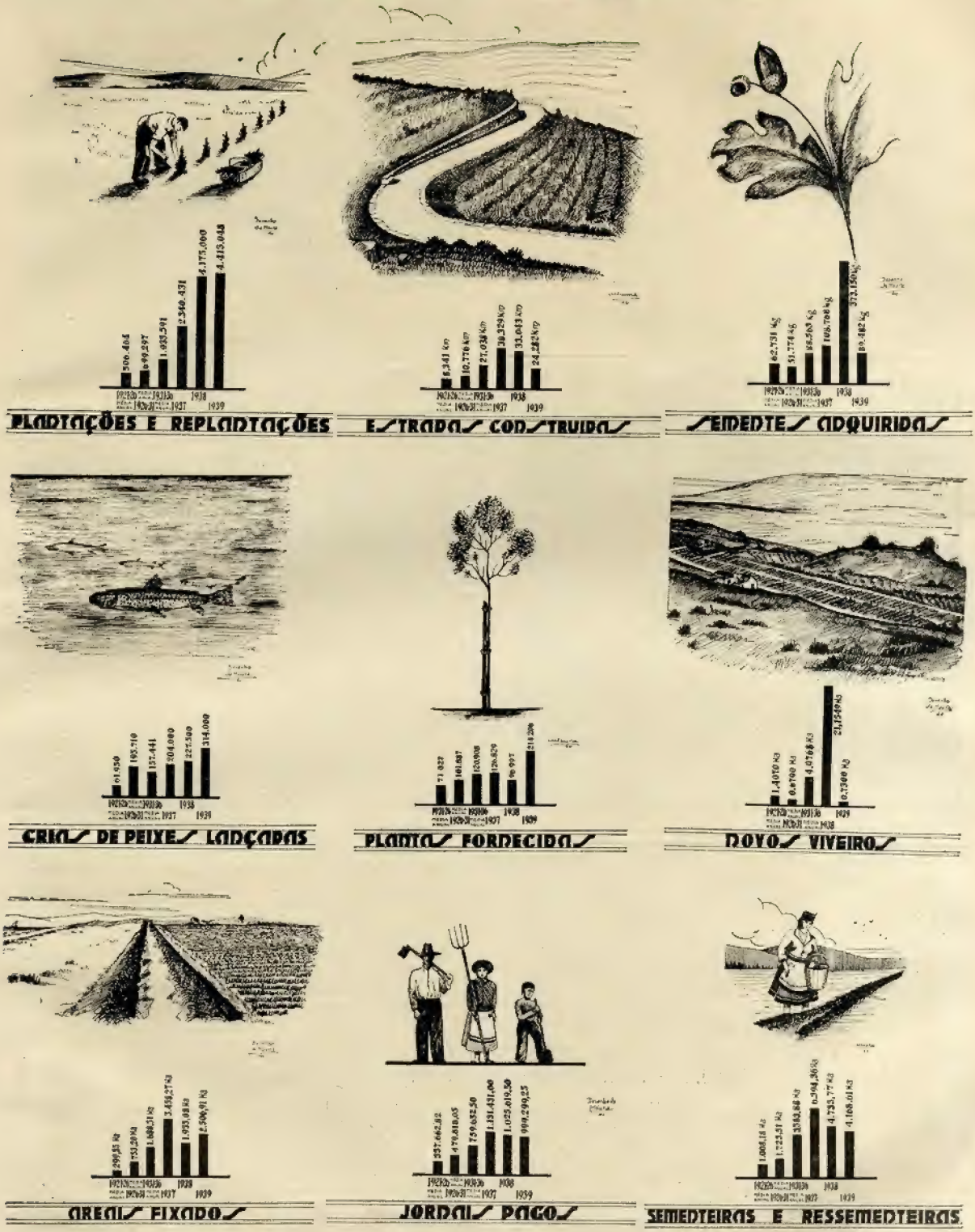
EM CIMA:—QUATRO CASAS COLONIAIS DA ÁFRICA E DO ORIENTE E QUE SÃO CONSTRUÇÕES DO IMPÉRIO; ALGUNS TIPOS INDÍGENAS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE, E A INTERESSANTE RUA DA FELICIDADE, EM MACAU.

EM BAIXO: — O FORMOSO BAIXO RELEVO DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS, ERGUIDO NA PRAÇA DO IMPÉRIO.

À DIREITA: — OS ELEGANTES ARCOS OGIVAIS QUE DOMINAM O JARDIM DA ENTRADA DA SECÇÃO HISTÓRICA DA E. M. P.



A notavel acção dos Serviços Florestais e Aqüicolas



São multiplos e variados os campos de acção dos Serviços Florestais e Aquicolas do Ministério da Economia Nacional e de tal importancia os seus objectivos, que não caberia num relato de muitas páginas dêste numero o que tem sido o esfôrço levado a efeito por aquele departamento do Estado.

Nada, portanto, como a elucidação por meio dum gráfico explícito, como o que se vê nesta página, para esclarecer o leitor acêrca do desenvolvimento da actividade da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquicolas, um dos sectores da vida publica em que mais se têm feito sentir os efeitos da Revolução Nacional.

Refere-se este gráfico ao período que vai de 1931 a 38 e quanto aos trabalhos realizados em 1939 bastará dizer-se que está já em execução o Plano de Povoamento Florestal dos Baldios ao Norte do Tejo, numa superfície de 450.000 hectares, aproximadamente, e que a-pesar-de se tratar do início duma grande obra foram nessa emprêsa utilizados muitos milhares de braços e pagos cêrca de um milhão de *jornas*, que na linguagem rustica significa o salário diário ou o jornal. Verifica-se, pois, a importancia dos Serviços Florestais e Aquicolas na resolução do problema da fixação do homem á terra e, o que é mais, verifica-se ainda através do esquema gráfico que se obteve, com um numero de braços sensivelmente igual, muito maior desenvolvimento de serviços, o que vem demonstrar o melhor aproveitamento do trabalho individual, ou seja o maior rendimento de mão de obra, factor importante e em parte devido á orientação seguida pelos técnicos na organização, estudos e execução dos projectos.

Junta Nacional de Frutas

Organismo pré-corporativo e de coordenação económica, que demonstrou já a sua eficiência e utilidade provocando a melhoria sensível da posição das frutas portuguesas nos mercados externos, a Junta Nacional das Frutas reune e orienta a acção dos vários grémios de exportadores, cuja função essencial é conseguir a disciplina da produção e comércio de todos os interessados e que deles era desconhecida, terminando a concorrência entre umas e outras e as especulações injustificadas, com o que não só lucraram os interessados como, também, a economia nacional, tudo isto de harmonia, portanto, com as normas corporativas que mandam salvaguardar, acima de tudo, o interêsse da Nação.

Está presentemente subsidiando um largo plano de fomento que é, técnicamente, orientado pelo Ministério da Economia e exerce a sua acção nas regiões fruticolas mais afastadas dos Serviços Centrais por intermédio de Delegações. Estão hoje criadas as Delegações do Pôrto, Algarve, Vila Franca de Xira, Ilha de S. Miguel e Ilha da Madeira.

Eis um exemplo que traduz esta triste realidade:

Em 1932, Portugal, que possue um total de 2 milhões e 242.000 macieiras, exportou apenas 30 toneladas de maçãs.

No mesmo ano, a Africa do Sul, com um total de 2 milhões e 572.000 macieiras, exportou 7.000 toneladas de fruta e a Nova Zelandia, com 1 milhão e 880.000 árvores, exportou 20.000 toneladas de maçãs.

A OBRA DE RESGATE E OS SEUS EFEITOS

O Govêrno do Estado Novo atentou no problema e, quando entendeu oportuno resolveu. Assim em 1930-31 lançou a Campanha da Fruta, de propaganda e investigação, a qual visava principal e directamente a produção e o comércio.

Foi debaixo dum plano ordenado. Preconizava-se a demonstração e assistência técnica conduzindo ao melhor aproveitamento dos pomares então existentes e à valorização da nossa produção, e determinava-se a realização de trabalhos de investigação, versando assuntos não só culturais como económicos, uns e outros do maior interesse para a cultura fruticola, nado e metódico, duma morosidade desnecessária para as impares existentes e estabelecendo pomares industriais, para os quais cedeu grátis 500.000 árvores e cursos de podadores.

Basta dizer que, no sentido de obter uma observação directa no que se refere aos mercados portugueses no Norte da Europa, a Junta criou uma Delegação em Londres que já contribuiu eficazmente no desenvolvimento do negócio de frutas para êsse mercado, agora prejudicado pela guerra.

Gráfico demonstrativo da exportação no ano de 1935

Companhia Portuguesa dos Tabacos

Oficina de «pique» da Fábrica de Tabacos de Xabregas

A Companhia Portuguesa dos Tabacos fez instalar um magnífico e elucidativo «stand» na Exposição Histórica do Mundo Português, onde o seu admirável esfôrço industrial e social está bem claramente patenteado. Quer o aperfeiçoamento técnico do fabrico, quer a modernização das instalações e aparelhagem permitem-lhe aguentar brilhantemente a concorrência e manter a posição há muitos anos conquistada.

Desde 1927 até hoje despendeu a C. P. T. mais de 13.000 contos em maquinismos e 2.500 contos em obras, destinadas a aperfeiçoar a qualidade do fabrico dos seus produtos, além de 1.000 contos em obras de carácter social, entre as quais uma maternidade e uma creche para as operárias e seus filhos.

Trabalham ali 1.824 empregados e operários, que beneficiam anualmente de serviços de assistência social que custam 3.200 contos, entre reformas (1.600 contos) subsidios para as Caixas de Reforma e de Assistencia (400 contos) manutenção da maternidade e da creche (300 contos) e assistência clinica (900 contos).

Estes numeros elucidativos dizem bem o valor industrial, económico e social duma das nossas maiores emprêsas de produção.

Gremio dos Industrais Descascadores de Arroz

O Grémio dos Industriais Descascadores de Arroz, tem uma acção executada por êsse organismo tem uma acção importante tanto no que respeita á disciplinação da actividade industrial nele enquadrada como no harmonico desenvolvimento da economia arrozeira nacional, como ainda no campo social pelo que interessa ao pessoal da industria de descasque de arroz.

Foquemos, em notas necessariamente ligeiras, cada um dêstes aspectos da acção do Grémio.

DISCIPLINA CORPORATIVA

Como acontecia com várias outras actividades, o regime de liberdade económica em que viveram até á criação do Grémio os industriais de descasque de arroz, ia cavando sérios estragos na economia das emprêsas.

Havia um excesso de capacidade de produção de cêrca de 100 % em relação ás necessidades do consumo do País — excesso muito maior se considerarmos a produção de arroz nacional daquela época.

Por aqui se vê o importante e dificil papel que o Grémio exerceu sôbre a industria, furtando-a, a despeito de toda a natural tendência para a livre produção, ás tristes consequências da concorrência anárquica e desenfreada que caracteriza logicamente os excessos de capacidade industrial.

Foi decisiva, no progresso da economia arrozeira nacional, a organização das respectivas actividades, pela criação da Comissão Reguladora do Comércio de Arroz e dos Grémios dos Industriais Descascadores e dos Armazenistas de Mercearia.

As produções anuais obtidas antes da organização andavam á roda dos 30.000.000 de quilos e é hoje de 71.000.000.

Essa instituição — Caixa de Previdência dos Empregados e Operários da Industria do Descasque de Arroz — funciona desde Novembro de 1938, mas os direitos dos sócios beneficiários foram rectratraidos a 1 de Janeiro de 1935, para o que o Grémio entrou com a quantia correspondente ás necessárias reservas matemáticas.

Os beneficios previstos no Regulamento da Caixa, são, essencialmente, as reformas por invalidez e por velhice e subsidios de morte.

Da cota que corresponde a cada beneficiário — 15 % do ordenado ou salário — o sócio paga apenas 3 % ficando o restante a cargo do patrão (3 %) e do Grémio (9 %).

Com esta realização pretendeu o Grémio melhorar o futuro dos trabalhadores que, antes do advento do Estado Corporativo, após 30 ou 40 anos de trabalho, se retiravam inválidos e tendo a caridade publica como unico recurso.

Grémio Nacional dos Industriais da Borracha

Uma industria importante que tornou Portugal economicamente mais rico e independente

Desde Agosto de 1938 que os nossos industriais da borracha se encontram organizados corporativamente, conforme alvará concedido pelo antigo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, sr. dr. Manuel Rebelo de Andrade.

O Grémio Nacional dos Industriais da Borracha, que tem jurisdição em todo o Continente e Ilhas e tem conseguido disciplinar, com êxito, toda a actividade da produção que lhe diz respeito e cujos interesses legitimos e justos defende.

As nossas actuais fábricas de borracha, em numero de 21 — deve salientar-se — produzem hoje todos os artigos necessários ao consumo, desde as mais variadas e perfeitas qualidades de calçado — tacões, solas, sapatos, sandálias, botas maritimas, «Katiuskas», etc. —aos artigos de higiene: toucas, esponjas e de bazar e muitos outros incluindo a recauchutagem e fabricação de pneumáticos e camaras de ar e tubos, tapetes de banho, etc. — o que permite a Portugal colocar-se, neste campo, na mais absoluta independência económica dos outros paises.

Nas suas fábricas são empregados 1.200 operários especializados, de ambos os sexos, aos quais está assegurado o pão de cada dia e que, em colaboração dedicada com os patrões, consoante as boas normas corporativas, verificam satisfeitos, da parte daqueles, a adopção de medidas tendentes a melhorar a situação dos trabalhadores, algumas já postas em prática.

VEJA E DIVULGUE

Os nossos costumes e os nossos monumentos

A nova colecção de bilhetes postais ilustrados dos

CORREIOS E TELEGRAFOS

é um conjunto primoroso
de motivos encantadores de

PORTUGAL

A' venda nas nossas estações

Colecções de 50 postais

Preço por postal--$75 com franquia

Grémio dos Armadores da Pesda do Bacalhau

Entre as industrias cujo ressurgimento se deve ao seu enquadramento na organização corporativa a da pesca do bacalhau é das que mais evidentemente beneficiaram. E são palpáveis já os salutares efeitos da acção do Estado Novo Corporativo sôbre a industria da pesca do bacalhau, que tem a dirigi-la o Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau. Este organismo, a-par do aumento da respectiva frota, que foi enriquecida de valiosas unidades, fez os contratos colectivos de trabalho, em que são acautelados os interesses dos pescadores e criou a Mutua dos Navios Bacalhoeiros, através da qual hoje se negoceiam os seguros da frota; construiu instalações frigoríficas do Ginjal, fundou a Cooperativa dos Armadores. A assistência médica gratuita com fornecimento de remédios aos pescadores e suas famílias, a protecção ás parturientes e ás crianças são resultados da criação do Grémio, cuja obra beneficia já 2.500 pescadores.

Eis um acanhado resumo da acção corporativa duma das muitas classes rehabilitadas pelo Estado Novo sob a égide de Salazar.

Fundações

Quási todas as fundações difíceis das grandes obras realizadas ultimamente em Lisboa, como as do Novo Corpo da Assemblea Nacional e as da Nova Casa da Moeda e, também, as que exigiam uma actuação rapidíssima, por exemplo os alicerces do Muro de Suporte do Prolongamento da Rua Alexandre Herculano e as fundações dos Pavilhões da Exposição Histórica do Mundo Português — entre as quais se destacam como trabalho de alta engenharia as do Padrão das Descobertas á beira do rio — foram feitas pela emprêsa fundada e dirigida pelo engenheiro Ricardo E. Teixeira Duarte e quási sempre segundo projecto dêsse engenheiro.

Trata-se duma notável especialização do engenheiro Teixeira Duarte e tão util para a execução de grandes obras como para os pequenos proprietários.

E' muito lisonjeiro para todos nós que não fosse preciso recorrer aos especialistas estrangeiros para executar rapidamente e económicamente as fundações de responsabilidade que se tornaram necessárias para a grande massa de obras que o Estado Novo levou a cabo neste ano da comemoração dos Centenários.

Obras da Sociedade de Construções Amadeu Gaudencio

O sr. Amadeu Gaudêncio é um técnico proficiente cuja competência s e afirma digna de consagração publica pelo que lhe têm sido adjudicados trabalhos de grande monta em todos os pontos do País.

E' interessante ver a Sociedade de C. Amadeu Gaudêncio dotar o País, dum momento para o outro, com enormes e elegantes conjuntos de edificações, em que não sabemos que mais admirar, se a harmonia e o equilíbrio do traço arquitectónico, se a solidez da construção ou a execução rápida, segura do trabalho. Assim, são da mesma reputada firma as importantissimas obras do Teatro de S. Carlos, o novo e excelente Mercado do Poço dos Mouros, ao Bairro dos Actores, a nova Casa da Moeda, que é duma sobriedade de linhas verdadeiramente modelar; as grandes obras do novo Manicómio da Avenida Alferes Malheiro, a lota do peixe, de Setubal, os edificios das filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência de Tomar, Pôrto e Santarem, o Liceu de Braga e a Estação de Caminho de Ferro de Pinhal Novo, Fronteira e o edifício da Ford Lusitania, alem de outras obras particulares.

Novo Mercado (em construção) no Bairro dos Actores

Grémio dos Armazenistas de Mercearia

Porque o Grémio dos Armazenistas de Mercearia é, pela sua estrutura especial, um dos que tem mais contacto directo com o consumidor, parece-nos vantajoso deixar aqui consignada um pouco da sua obra, para que todos a tenham bem presente e se acostumem a compreender quanto ela tem sido benéfica.

Justo é que se diga, no entanto, que duma maneira geral, todos os agremiados com a perfeita compreensão dos seus deveres, têm cumprido rigorosamente as determinações do seu Grémio, colaborando, assim, na defesa do interêsse do publico consumidor.

E' certo que o bacalhau sofreu com a conflagração europeia, um agravamento de preço,

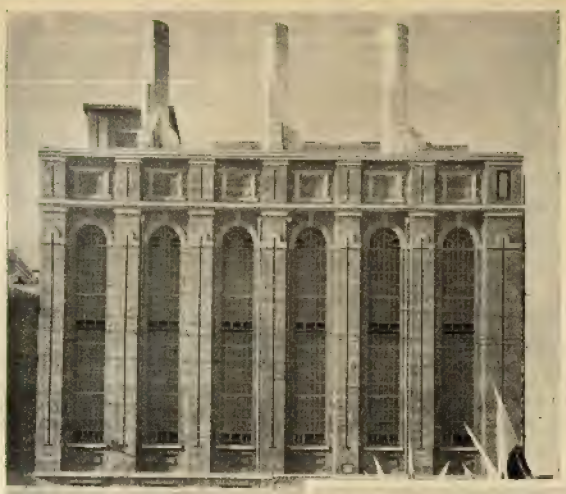
Não deve esquecer-se, em primeiro lugar, que o custo na procedência estrangeira se agravou extraordinariamente bem como os fretes e os seguros de guerra.

Vejamos agora o que se passa quanto ao comércio do arroz.

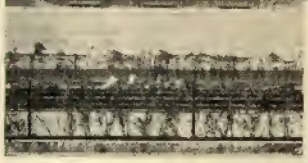
Os seus preços são perfeitamente iguais aos que se observavam antes do início da guerra, e a-pesar-da ultima campanha da produção nacional ter sido inferior às necessidades do consumo publico, conseguiu-se manter o preço de venda ao consumidor sem a mais pequena alteração.

Por sua vez o açucar, cujo comércio é também disciplinado pelo Grémio dos Armazenistas de Mercearia, tem conseguido manter com uma insignificante diferença, autorizada, aliás, pelo Govêrno, o mesmo nivel de preços de venda.

Os preços de venda ao publico são o melhor testemunho de quanto tem sido cuidadosa a acção do Grémio na sua disciplina.



As instalações da Central Termo-Eléctrica estão sendo completadas pela montagem de 3 novas caldeiras de alta pressão que vão alimentar 2 grupos alternadores dos mais modernos, que estão sendo adaptados á alta pressão; também se estão introduzindo ali novas unidades para a transformação da corrente 10 000/30.000 v.



Julho de 1940. **Central Tejo.** *Edificio das caldeiras de Alta Pressão*

Julho de 1940. Nova Fábrica de Gás da Matinha. Aspecto Geral das Construções

A **Sociedade C. R. G. E. (Companhias Reünidas Gás e Electricidade)**, possue duas fábricas de produção: a Central Termo-Eléctrica de Lisboa, com a potência instalada de 65.500 Kw. organização modelar situada à beira do Tejo, na Junqueira; e a fábrica de Gás de Belém, que será demolida em breve, logo que fique concluída a moderna fábrica automática que se ergue já nos terrenos recentemente conquistados ao Tejo, junto à Quinta da Matinha, no Poço do Bispo.

Nas novas instalações desta fábrica de Gás nenhum aperfeiçoamento foi descurado, quer sob o ponto de vista do rendimento industrial quer sob o da qualidade e do aperfeiçoamento da produção.

Desde 1925, as C. R. G. E. quadruplicaram a sua produção de energia eléctrica, a energia vendida e o número dos seus consumidores.

Dessa mesma data para cá, a energia fornecida à indústria aumentou 600 %.

Á semelhança do que se faz em tôdas as grandes cidades, as C. R. G. E. põem à disposição do público locais de demonstração e venda de aparelhos, quer a electricidade quer a gás, procurando assim generalizar e elevar o nível do bem estar e do confôrto da Capital.

«COSTA DO SOL»

O MELHOR CLIMA DA EUROPA

	Temperaturas médias em graus centigrados nas diferentes épocas do ano					Horas de sol descoberto		Chuva
	Inverno	Primav.ª	Verão	Outono	Diferença	Novembro a Abril	Ano	Total de dias
	Dezembro a Fever°	Março a Maio	Junho a Agosto	Setembro a Nov°	Verão e Inverno			
ESTORIL (Portugal)	11,9	15,1	20,6	17,6	8,7	1.198	3.163	112
NELSON (Nova Zelandia)	7,8	12,2	16,7	13,3	8,9	940	2.500	110
COSTA SUL (de Inglaterra)	5,6	9,4	15,6	11,1	10,0	677	1.800	150
BIARRITZ (França)	9,1	12,6	19,7	15,3	10,6	—	—	164
ARCACHON (França)	6,2	12,4	20,4	14,1	14,2	778	1.988	152
NICE (França)	8,0	14,9	22,1	16,2	14,1	981	2.725	—

JUNTA DE TURISMO DE CASCAIS — Mont'Estoril - Estoril — Telef. Estoril 113

EMPRESAS NACIONAIS

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidraulicos, Limitada construiu o novo porto do Funchal

Nesta hora de ressurgimento da Nação, em que o Estado Novo sob a égide de Salazar está lançando gradual e firmemente as bases dum Portugal maior, do Norte a Sul do País iniciam-se umas e ultimam-se outras obras de fomento com as quais se prepara o futuro promissor da Revolução Nacional.

Entre as grandes obras que o Estado Novo confiou á perfeita organização técnica da Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidraulicos, Ld.ª, que tem como directores tecnicos os ilustres engenheiros, srs. J. Belard da Fonseca e H. Zamborg, figura a do porto do Funchal, há pouco concluida e que compreende o molhe da Pontinha, numa extensão de cêrca de 300 metros, e a construção da Avenida Marginal.

E', pela sua importancia, um dos mais notaveis trabalhos de portos executados em Portugal por tecnicos e operarios nacionais, que deram excelente conta da sua pericia nas grandes dificuldades que houve que vencer.

Foi a mesma Sociedade a adjudicataria das grandes obras de terraplenagem do Estadio Nacional, na Cruz Quebrada, as quais tambem há pouco ficaram concluidas. Houve que remover 400.000 metros cubicos de terras e rochas, da encosta do esteiro para o vale sôbre a antiga Quinta de S. José.

Tem-se distinguido a Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidraulicos, Ld.ª, pela perfeita execução das suas importantes obras e pela obediencia escrupulosa dos respectivos cadernos de encargos.

Entre as grandes obras que o Ministro Duarte Pacheco, quis ver realizadas pela Junta Autónoma das Obras de Hidraulica Agricola figura a beneficiação das grandes varzeas do curso inferior do Sado que tiveram inicio em Setembro de 1937, as quais visam a rega de 8.379 hectares de terreno e incluem uma grande barragem no rio Xarrama, em Vale de Gaio, perto do Torrão, concelho de Alcacer do Sal.

Destina-se á criação duma albufeira com capacidade para recolher 55 milhões de metros cubicos de agua e é, no capitulo da hidraulica agricola, um dos mais importantes trabalhos em execução no País.

Foi adjudicado tambem, á Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidraulicos, Ld.ª.

E' uma barragem mista, de enrocamentos e terra, de cêrca de 45 metros de altura e permitindo armazenar, como dissemos já, 55 milhões de metros cubicos de água para a irrigação de três mil hectares de terreno.

Estas obras, que têm sido feitas de forma a merecer o maior apreço dos tecnicos devem estar concluidas em Setembro proximo.

Ficam acima apontadas, em leve referencia, as obras principais de que tem sido encarregada uma das mais importantes empresas nacionais de construção — das que honram o zelo e a competencia dos engenheiros e dos operarios portugueses.

Um escarificador puxado pelo tractor actuando nas obras de terraplanagem do Aeroporto

A nova Avenida Marginal em Setubal, vendo-se á esquerda o novo pôrto

LISBOA, 1940

O verdadeiro aeroporto da Europa, na Portela de Sacavem

O grande aeroporto de Lisboa, em construção nos terrenos da Portela de Sacavem, ocupa um dos primeiros lugares entre as grandes obras levadas a efeito pelo Estado Novo e deve-se á Camara Municipal, construido, como foi, dentro do seu vasto plano de obras de urbanização para 1940.

Verificada a necessidade de se proceder á remoção de 1 milhão e 800 mil metros cubicos de terra e de rocha, a-fim-de se tornar o local numa pista impecável, abriu-se concurso e a obra foi adjudicada á Société Coloniale de Construction, de Bruxelas, representada em Lisboa pelo sr. engenheiro Roberto Corail.

Os arrematantes deliberaram confiar a direcção técnica da importante tarefa das terraplenagens e drenagens ao sr. engenheiro Vicente Canas Mendes, e a encarregatura geral das mesmas obras ao técnico belga sr. Jules Opovin, unico estrangeiro ali admitido, além do chefe dos mecanicos do material. São, portanto, todos portugueses os 700 operários que lá exercem a sua actividade, o que constitue uma das cláusulas do respectivo caderno de encargos.

O aeroporto de Lisboa dispõe de quatro magnificas pistas, que permitem aterrar com todos os ventos. Cada uma delas tem a extensão de 1.200 metros; e está já previsto (no caso de se reconhecer a necessidade de efectuar aterragens com falta de visibilidade) o aumento da extensão duma delas para 2.000 metros.

Cada uma destas pistas tem a largura total de 250 metros, compreendendo uma faixa central pavimentada ,com 50 metros e duas laterais, relvadas, com 100 metros cada. Estes trabalhos implicaram, como obras diversas, a remoção de 1.800.000 metros cubicos de terra, o que se fez com enormes batarias de material de tracção e escavações motorizadas e manejado por equipas de homens e de mecanicos, que realizaram 23 horas de trabalho continuo, sendo a restante destinada á reparação e lubrificação do referido material.

130 QUILOMETROS DE DRENAGENS e COLECTORES

Foi também a Socol quem arrematou a empreitada das drenagens e construção de colectores da aero-gare de Lisboa, numa extensão de 130 quilómetros!

A cêrca de 5 quilómetros do centro da cidade, o novo aéroporto tem modernos e belos meios de acesso, quer pelo lado do Areeiro, quer pelo do Campo 28 de Maio e ainda pelo aeroporto de Cabo Ruivo. Só o prolongamento da Avenida Almirante Reis tem uma extensão de 35 quilómetros!

Eis como os homens da Revolução Nacional olham pela continuidade das nossas gloriosas tradições de povo que sempre desferiu azas para alargar a todo o Mundo o seu génio civilizador e expansionista.

Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

Entre os mais importantes organismos de coordenação económica instituidas pelo Estado Novo Corporativo desempenha papel primordial a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, cuja actividade é dada em parte notavel pelo elucidativo gráfico que acompanha estas palavras.

A evolução da frota bacalhoeira, sob o impulso do novo organismo foi de 9.164,53 toneladas na campanha de 1934-35 para 19.580,70 toneladas em 1939-40. Cêrca de 10.500 toneladas em 5 anos de existência!

A percentagem da pesca nacional em relação ao consumo, foi de 13 por cento na campanha de 1934-35 para 24 por cento em 1939-40 isto é, mais 11 por cento!

Quanto a apetrechamento material, há hoje modelares armazens frigorificos e de classificação já construidos, no Pôrto e na Figueira da Foz e em construção em Lisboa e Aveiro.

E nada mais porque os numeros falam com eloquente expressão.

Alenquer

ALENQUER — Camara Municipal

PERDE-SE na noite dos tempos a fundação da vila de Alenquer, que pelas suas belezas naturais e pelos seus locais aprazíveis mereceu com justiça o cognome de «Sintra do Ribatejo».

Situada numa abrigada planície, a 6 quilometros a N. O. do Tejo, sôbre o rio Alenquer e na encosta de um outeiro, dizem alguns investigadores que foram os turdulos quem a fundaram 500 anos A. C., querendo porem outros que a sua fundação se deve aos romanos.

De todas as maneiras, sabe-se que foi cidade luso-romana com o nome de Jerábrica, sendo depois habitada por visigodos e árabes.

E' pois povoação antiquíssima e a sua muita importancia durante o tempo romano é atestada pelas numerosas lápidas, cipôs e moedas com inscrições da época.

No principio do século V, da nossa era, foi Alenquer ocupada pelos alanos que dela fizeram uma praça forte dando-lhe o nome germanico de Alano-Kerk (Castelo dos Alanos), donde, por corrupção, veio o nome de Alenquer, segundo a versão mais corrente.

O seu castelo já existia quando da invasão dos árabes, em 715.

Foi em 1148 que D. Afonso Henriques, após um cêrco de dois meses, de que os mouros se defenderam obstinadamente, conseguiu tomar a vila de assalto, mandando-a povoar por cristãos e deixando no castelo uma guarnição.

Cercada em 1185 pelo exército do imperador de Marrocos, a vila defendeu-se valorosamente, derrotando as forças sitiantes.

Mas as constantes lutas de então fizeram com que Alenquer se fôsse despovoando, até que D. Sancho I a mandou reedificar e povoar, dando-a em dote a sua filha D. Sancha que, por sua vez, lhe deu foral em 1240, concedendo-lhe grandes privilégios.

D. Sancha ali residiu no Paço Real, até que profesou no convento de Celas, em Coimbra, por ela fundado, sendo o Paço convertido no convento de S. Francisco.

Por morte daquela princesa, em 1229 passou Alenquer, de novo, para a corôa.

A Alenquer que D. Afonso II quis arrebatar a sua irmã D. Sancha, foi por aquele monarca posto cêrco durante 14 meses, mas as forças do rei tiveram que retirar em face da bravura e da resistência dos alenquerenses.

Teve ainda forais de D. Diniz em 1302, e de D. Manuel, em 1 de Junho de 1510.

D. Afonso III deu Alenquer a sua mulher, D. Brites ou Beatriz, conservando-se depois disso de posse da chamada «Casa das Rainhas» até 1834.

Em 1383 D. João I pôs cêrco ao castelo, onde se acoitara D. Leonor Teles de Meneses, viuva de D. Fernando I, mas a guarnição resistiu de tal forma que o rei sitiante não pôde tomar a fortaleza. Para castigar Alenquer pela sua resistência, D. João I mais tarde, terminada a guerra, mandou tirar os cunhais ao Castelo que caíu em ruinas.

Alenquer havia tomado o partido de D. Antonio, Prior do Crato, que, hospedando-se no convento de S. Francisco, ali recebeu preito e homenagem das autoridades. O infeliz principe nunca se esqueceu da dedicação, já tradicional, dos alenquerenses, e pediu ,por testamento, que os seus restos mortais fossem trasladados para Portugal.

Muitos testemunhos de bravura e de fidelidade á sua palavra deram através da história os habitantes de Alenquer.

Alenquer foi bêrço de muitos homens ilustres nas artes, nas letras ou nas virtudes e que andam ligados a numerosos e importantes factos da historia patria.

Aqui nasceu, em 1460, Pêro de Alenquer, o famoso piloto que, no navio de Bartolomeu Dias, primeiro dobrou o Cabo da Boa Esperança, em 1487, e em 1497, sendo piloto da esquadra de Vasco da Gama, primeiro chegou á India, circum-navegando a Africa.

Em 1501 viu a luz do dia, em Alenquer, Damião de Gois, cujas casas ficam ao lado do bairro da Judiaria.

Há duvidas sôbre se Camões aqui teria nascido, mas o que é certo é que o grande épico não se esqueceu de nos seus versos cantar a «cara Pátria minha Alanquer».

E êstes três nomes célebres só por si, se outros não houvesse, seriam suficientes motivos para orgulho e honra da bela vila

Em nome, o Alenquer de hoje não desmerece do seu passado, pois continua trabalhando activamente pelo seu progresso e desenvolvimento.

Para êsse objectivo muito têm contribuido, como dissemos, as Comissões Administrativas do Municipio, desde o advento do Estado Novo.

A obra por essas entidades realizada é notabilíssima e seria fastidiosa a sua enunciação pormenorizada.

Construiu muitas e boas escolas e mantem o colegio «Damião de Gois», onde se ministra ensino até ao 5.º ano dos Liceus.

Restaurou e construiu edificios que mobilou convenientemente, desenvolveu os trabalhos rurais, construiu chafarizes e fontes e tantos outros melhoramentos que durante muitos anos foram aspiração da laboriosa população.

ALENQUER — Tôrre da Couraça

Arruda dos Vinhos

DIZ Pinho Leal que Arruda dos Vinhos, que dista cêrca de 30 quilómetros de Lisboa, a cujo distrito pertence, foi fundada ou reedificada em 1160, pelos ingleses que contribuiram para a conquista de Lisboa, sendo-lhe então dado foral por D. Afonso I.

Como era uma vila aberta, os mouros foragidos de Santarem tomaram-na e arrasaram-na em 1185, dela levando muita gente cativa.

Mas, no ano seguinte, D. Sancho I, mandou-a reedificar e povoar de novo.

Arruda dos Vinhos é pois da idade da nacionalidade portuguesa.

D. Manuel I deu-lhe foral novo em Lisboa a 15 de Janeiro de 1517.

Pertenceu ao mestrado de S. Tiago e era comenda e alcaidaria-mor dos Duques de Aveiro.

Arruda dos Vinhos foi berço de homens ilustres, entre os quais se distinguiram Vicente Pereira de Castro e António de Castro, que foram Governadores da India; Antonio Pais de Sande, Governador do Rio de Janeiro, e o general João de Macedo Corte Real, Governador de Pernambuco.

E' região fertilíssima em todos os géneros agricolas permitidos pelo nosso clima e tudo de boa qualidade.

ARRUDA DOS VINHOS — Paços do Concelho

Os homens que, apóes «o 28 de Maio», têm regido os destinos do concelho de Arruda dos Vinhos, realizaram já na região uma utilíssima obra de desenvolvimento e de prosperidade que muito beneficiou a situação economica da terra e da sua bondosa população.

Azambuja

DA palavra árabe Azzabuja, que significa «olival bravo», saiu o nome de Azambuja que pertence á vila cabeça de concelho da Estremadura, 60 quilómetros N. E. de Lisboa.

E' povoação do tempo dos romanos que lhe chamavam «Oleastrum», não tendo, muito embora, monumentos que comprovem a sua antiguidade.

D. Afonso I povoou a Azambuja em 1148 ou 1149, com o nome de Vila Franca, dando-a a D. Childe Rolim, que muitos apresentam como filho do conde de Chester, descendente de reis de Inglaterra, como prémio do auxilio por êle prestado na tomada de Lisboa aos mouros.

Porém devido ás continuas guerras que assolavam então o solo pátrio, a vila ficou arruinada, sendo reedificada por D. Sancho I que a deu em 1200, a D. Rolim de Moura, filho do primeiro donatário. Foi por êsse tempo que se lhe restituiu o antigo nome árabe.

Teve forais dados por D. Sancho I, confirmados por seu filho D. Afonso II, em Santarém, a 22 de Fevereiro de 1218; pelo seu alcaide, Rui Fernandes, em 17 de Maio de 1272; e por D. Manuel, em Lisboa, a 7 de Janeiro de 1513.

Situada numa vasta e fertil planicie ribatejana, abundantíssima de água que fertiliza os seus campos e lezirias, Azambuja tem ao sul, a três quilómetros, o Tejo com o qual está em comunicação por um canal conhecido pela vala da Azambuja, que frondoso arvoredo poetiza.

D. Deniz plantou próximo á vila o famoso pinhal da Azambuja.

A sua igreja, de três naves, foi do padroado real e tinha 6 beneficios.

Foi cabeça de condado de que eram titulares os marqueses de Loulé.

Azambuja como, aliás todas as povoações do Ribatejo, foi muito danificada pelo terramto de 1531, que durou 50 dias.

O concelho, que possue elementos

AZAMBUJA — Camara Municipal

próprios a aproveitar para o seu largo desenvolvimento, tem recebido com verdadeiro entusiasmo alguns importantes benefícios do Govêrno do Estado Novo e do labor árduo, por vezes, mas sempre útil das comissões administrativas que têm regido os destinos do Município, após o glorioso movimento militar de 28 de Maio.

Cascais

FALECIDO o Cardial-Rei D Henrique em 31 de Janeiro de 1580, com 68 anos de idade e apenas 17 meses de reinado, avivou-se a luta entre os pretendentes ao trono de Portugal, principalmente entre Felipe II de Castela, e D. Antonio, prior do Crato.

Dissolvidas as Côrtes com receio de haver oposição forte aos interesses do monarca castelhano; prevertida a força moral da Nação com a espionagem e alastramento de subornos com dinheiro, promessas de privilégios e benesses, fácil se tornou a Felipe II apoderar-se pela fôrça e contra direito de um novo Reino, quando mandou entrar em Portugal, pelo Alentejo, o duque de Alba

A oposição que encontraram da parte de alguns bons portugueses foi sempre vencida sem grande esforço, até que tomada a vila de Setubal embarcaram ali nas naus e galeões comandados pelo marquês de Santa Cruz cêrca de 6.000 homens com destino a Cascais, onde desembarcaram em 27 de Julho de 1580 depois de uma astuciosa e breve luta com os 4.000 homens das forças de D. Antonio, Prior do Crato, comandadas pelo general D. Diogo de Meneses,

Era enorme o descontentamento da população de Cascais, como é facil imaginar! No reinado de Felipe II ,como no reinado de Felipe III de Portugal (e IV de Castela) as tributações injustas e vexatorias, o cerceamento de privilegios, o definhamento e estado deploravel dos recursos nacionais, a rapinagem dos estrangeiros contra as nossas possessões, fizeram aparecer os sintomas de rebelião contra o opressivo domínio felipino, e em breve 70 fidalgos e 35 nobres, organizaram o plano da gloriosa revolução da Restauração da Independencia de Portugal que despertou na manhã do primeiro dia de Dezembro de 1640!

Calcule-se qual seria o entusiasmo, o ardor patriotico com que foi recebida esta noticia pelo povo de Cascais, que nos 68 anos da dominação castelhana, sofreu dois saques da soldadesca, alem de outras vicissitudes!

Por motivo da importancia militar de toda a costa do concelho de Cascais, ordenou D. João IV que fôssem reparadas e acrescentadas as fortificações então existentes, que eram apenas 8 baluartes desde a Guia até ao Estoril alem da fortaleza da vila e o castelo do senhor de Cascais. Para defender Cascais de alguma investida do inimigo por mar, como no tempo de Felipe I, foram mandados construir mais alguns fortes, de que existe ainda hoje parte deles, e uma forte muralha na praia da vila, acabada de construir em 1645 e demolida em parte, em 1891.

Foi em 1643 que começaram as hostilidades entre Castela e Portugal, que continuaram depois do falecimento de D. João IV em 6 de Novembro de 1656, até que no reinado de D. Afonso VI, a batalha de Montes Claros em 17 de Julho de 1665 ganha pelo Marquês de Marialva e Conde de Schonberg, pôs termo á luta para a Restauração da Independencia de Portugal que durava havia já 28 anos, durante os quais ainda foram ganhas pelos portugueses as batalhas do Montijo em 26 de Maio de 1644; a das linhas de Elvas em 14 de Janeiro de 1659; a do Ameixial em 8 de Junho de 1663, e a de Castelo Rodrigo em 7 de Julho de 1664.

CASCAIS — Camara Municipal

Loures

Edificada em terreno plano, cortado de magnificas estradas, a escassos 6 quilómetros de Lisboa, está situada Loures, importante vila, cabeça de concelho e povoação muito antiga, pois sabe-se que já existia em 1250, sendo D. Ayres Vasques, o Bispo da diocese.

A vila foi comenda de Cristo e pertenceu até há pouco tempo ao extinto concelho dos Olivais.

A sua matriz tem sofrido diversas reconstruções, mas merece ser conhecida, assim como as de Bucelas, de Lousa, de Unhos, a memória do Senhor Roubado e o Convento de Odivelas, onde numa pequena capela se admira o tumulo de D. Deniz.

O concelho de Loures, pela importancia sempre crescente do seu comércio e da sua agricultura, pois é dos mais ricos da Provincia, em vinhos, azeite, cereais, legumes, hortaliças, e ainda pela sua extenção territorial e pela sua população, é dos mais prosperos da Estremadura.

Graças aos bons nacionalistas que têm estado á frente dos seus destinos, o concelho de Loures encontra-se em adiantado e franco estado de prosperidade e desenvolvimento.

São inumeros os beneficios que graças ao Estado Novo a vila e as freguesias têm usufruido nos ultimos tempos, já em regime de comparticipação do Estado, já socorrendo-se das sopas sociais.

A acção da Camara Municipal tem-se feito sentir em todos os sectores da vida publica, desde a construção de novas escolas e postos de ensino até á restauração de monumentos, da obra de assistencia á construção e reparação de estradas, da construção de redes de água, de luz, de esgotos, á rede telefónica, hoje muitissimo desenvolvida; da organização corporativa até á de assistência, e tantos outros de grande valor.

LOURES — Igreja Matriz

Lourinhã

A 75 quilómetros ao norte de Lisboa, a cuja Distrito Administrativo e Patriarcado pertence, demora a vila de Lourinhã, uma das mais antigas da Estremadura.

Possue esta vila soberbos arredores e lindissimos pontos de vista donde se desfruta um vastissimo panorama.

Tem uma boa e formosissima praia de banhos, que lhe fica a 3 quilómetros a noroeste e que se denomina Praia da Areia Branca.

O solo desta freguesia da Lourinhã e das restantes seis de que este concelho se compõe é ubérrimo, especialmente em vinho, trigos e riquissimas frutas — as mais saborosas e perfumadas do País, segundo afirmam as casas exportadoras para o estrangeiro. Só a sua congénere do Fundão rivaliza com ela.

O Govêrno do Estado Novo tem dispensado toda a sua atenção a esta região, não só fornecendo milhares de árvores para replantação como mantendo aqui uma Brigada de Técnicos encarregada do tratamento das respectivas árvores.

Entre as diversas pessoas ilustres antigas e modernas, filhas desta vila e freguesia de Lourinhã, destaca-se o grande português, o Arcebispo de Braga, Dom Lourenço Vicente de Lemos ou da Veiga, famoso guerreiro da Idade Média, que participou na batalha de Aljubarrota. Foi senhorio e alcaide desta vila e seu termo por carta de 10 de Outubro de 1384 do já Mestre de Aviz, Regedor do reino, de doação concedendo-lho de jure e de verdade.

O Mestre de Aviz — D. João I — dispensava a esta vila muita protecção por ser berço natal deste Arcebispo. O Rei dizia que êste Arcebispo e o Condestavel eram «os seus dois olhos».

Faleceu este preclaro português cheio de amor, virtudes e glória na cidade de Braga em 28 de Abril de 1397. Jaz na Sé desta cidade em capela particular, que foi aberta em 1710, sendo o seu corpo encontrado incorrupto e exposto ao publico.

Da fundação de Lourinhã nada de positivo se conhece; contudo já existia como pôrto de mar de certa importancia antes de ser doada ao fidalgo D. Jordão por D. Afonso Henriques em 1160, a quem alguns autores atribuem a fundação.

LOURINHÃ — Igreja Matriz, Monumento Nacional

Os seus forais foram dados: o primeiro pelo referido fidalgo e confirmado por D. Afonso II em Março de 1218 e também por D. Afonso III em 16 de Outubro de 1251 e o segundo por D. Manuel I em 1 de Junho de 1512.

Da origem do seu onomástico «Lourinhã» segundo cortesão, pro-

vém da baixa latinidade — Laureanea, terra abundante de loureiros. Segundo outros historiadores, entre os quais padre Cardoso, Pinho Leal, Almeida e Baptista e recentemente o sr. dr. oJsé Leite de aVsconcelos, o onomástico veio da Quinta do Lourim que lhe fica a dois quilómetros ao sueste.

No ponto culminante do monte onde assenta a parte mais antiga da Lourinhã e junto das antigas muralhas (hoje já arrancadas por vandalismo) do castelo que ali existiu, foi edificado, segundo uns, por D. Jordão, primeiro donatário desta vila, no reinado de D. Afonso Henriques, o vetusto e sumptuoso templo que foi a primitiva Igreja Matriz, templo que foi reedificado por D. João I e sagrado pelo nosso conterraneo D. Lourenço Vicente de Lemos, Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas.

Branca» de encantamentos e óptimo clima.

«No fundo de altivas e sonhadoras rochas e penedos cinzentos avermelhados estende-se a praia como um lençol de areia onde o mar vem constantemente bordar uma extensa renda branca.

«Ao longe, para o norte, como que formando uma língua que entra pelo Oceano, avista-se Peniche e a sentinela vigilante do Cabo Carvoeiro e para o noroeste as solitárias Berlengas. Lá no alto das arribas elevam-se as habitações que nos ultimos anos se têm construido e donde se desfruta maravilhoso panorama. Mais ao alto ainda, enlaçando a praia e suas arribas, erguem-se as pitorescas povoações de Areia Branca, Charrua e Seixal».

Devido ao óptimo clima, como já se disse, ao desenvolvimento de construções de casas para alugar.

LOURINHÃ — Praia da Areia Branca

Da Praia da Areia Branca, classificada de turismo, dizia há tempo o jornal local «A Comarca da Lourinhã»:

«Circundando pelo poente a Lou-Lourinhã, existem á distancia apenas de 3 quilómetros da vila belas praias até hoje pouco povoadas, devido á falta de habitações e aos péssimos caminhos.

«Pôrto de Barcas — Pay Mogo — Peralta — e Areia Branca se chamam essas praias. Delas, porém, a mais formosa é a ultima.

«Não se pode dizer que seja das mais largas, alongando-se, porém, no sentido norte-sul. A natureza foi prodiga em dotar a «Areia

as diversões constantes durante a época balnear, tais como jogos em campo apropriado, bailes, récitas, cinema, etc., e aos esforços da Comissão de Turismo auxiliada pela Camara Municipal e pelo Estado, que construiu uma estrada macadamizada, canalizou água potavel para o consumo publico, pensa em iluminar a luz eléctrica o recinto habitado e a outros melhoramentos, com um casino cuja construção já se acha em projecto, esta praia de ano para ano tem sido mais frequentada, não só pelos atractivos citados como pelo á-vontade com que ali se vive e pelo óptimo serviço de camionetas.

MAFRA

POVOAÇÃO muito antiga, da Estremadura, presume-se que Mafra existisse já no tempo dos romanos. Mas o actual nome, por que já era conhecida no século IX, deriva da palavra árabe «Mohafra», que significa a cova.

Foi conquistada aos mouros em Maio de 1147, por D. Afonso Henriques.

Alguns anos depois, em Março de 1189, o Bispo de Silves, D. Nicolau, deu-lhe foral, em Lisboa, que D. Deniz reformou em 1304.

D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no dia 1 de Junho de 1513.

A mitra apresentava o vigário que tinha 200$000 reis de rendimento.

Pelo ano de 1250 foi feito, por

MAFRA — Mosteiro

D. Afonso III, prior de Mafra o inclito varão Pedro Gião, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Julião, que, mais tarde, foi o Papa João XXI.

Mafra foi solar de um ramo da nobre familia dos Vasconcelos que era seu senhor donatário tendo sido tambem cabeça de condado.

Está justamente considerada zona de turismo para o que dispõe de naturais encantos e comodidades apreciaveis para os turistas.

Nas dependencias do grandioso e famoso Convento de Mafra está instalada desde 1884 a Escola Prática de Infantaria que dá grande movimento á vila, pois tem um efectivo permanente de 600 praças, além dos alferes, aspirantes e sargentos que ali vão fazer o seu tirocinio no periodo escolar.

Igualmente ali funciona o Depósito de Garanhões que fornece aos lavradores produtores de cavalos para o Exército os reprodutores que lhes são necessários para as suas éguadas.

Possue Mafra bons edificios particulares, entre os quais avulta o antigo palácio dos Marqueses de Ponte de Lima que tambem foram senhores da vila.

Entre os seus filhos ilustres distinguiu-se D. Estevão de Jesus Maria que pertenceu á ordem dos menores observantes, da provincia da Arrábida, e foi Bispo de Meliapor e, mais tarde, de Angra do Heroismo.

Mas a mais notavel gloria de Mafra é, inquestionavelmente, o seu colossal Convento, motivo de admiração de estrangeiros e nacionais que visitam a progressiva vila estremenha e cheios de recolhimento percorrem as suas grandiosas dependencias na apreciação das valiosas obras de arte que encerra.

As obras de edificação começaram em 17 de Novembro de 1717, com o lançamento da primeira pedra, numa cerimonia de grande magnificencia.

MAFRA — Largo do Mosteiro

A sua tapada ficou célebre na historia das caçadas reais e que é murada nos seus vinte quilometros de circuito. Ali abunda ainda a caça grossa, sobretudo o porco montez e o veado, e abundante volataria.

O aspecto da vila de Mafra, que graças ao Estado Novo tem gozado nos ultimos tempos de assinalaveis beneficios que muito contribuiram para o seu desenvolvimento, é hoje encantador

Para êsse resultado muito têm contribuido, sem duvida, os bons nacionalistas que têm regido os destinos do concelho, desde o advento do glorioso «28 de Maio».

OEIRAS

A vila de Oeiras, sede do concelho, está situada na margem direita do rio Tejo, junto á sua foz e a cêrca de 15 quilómetros de Lisboa.

A povoação é muito antiga, não se sabendo quando nem por quem foi fundada

Quando em 6 de Junho de 1759, D. José I, elevou o seu 1.º Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, a Conde de Oeiras, concedeu a Oeiras, então aldeia, a categoria de vila, por alvará passado logo no dia seguinte, 7 de Junho e deu-lhe foral em 25 de Setembro de 1760. Esta vila é das poucas que em Portugal tem foral novíssimo dado pelos sucessores de D. Manuel I.

A vila de Oeiras tornou-se muito importante e considerada, depois que passou a cabeça de condado. D. José I, habitou, com toda a côrte, naquele majestoso palacio, nos estios de 1775 e 1776, a-fim-de fazer uso dos banhos do Estoril e durante essas permanencias régias, realizaram-se em Oeiras festas deslumbrantes. O Marquês de Pombal, aproveitando a permanencia do monarca e da côrte no seu palacio de Oeiras, determinou que ali se fizesse uma grande feira, onde concorreram produtores de todos os géneros da industria fabril portuguesa e de todo o País.

A vila de Oeiras tem actualmente 5.000 habitantes e é a localidade mais fabril da linha de Cascais. Nos ultimos anos tem-se verificado um grande desenvolvimento, construindo-se novos bairros onde existem elegantes moradias. A sua praia, denominada de Santo Amaro, é a mais bela dos arredores de Lisboa, sendo na época balnear extraordinariamente concorrida.

Foi também um filho de Oeiras, que, na cidade de Lisboa, deu a grande nova da vitória da Batalha de Aljubarrota, contra o exército de D. João de Castela.

Outros factos importantes da nossa história ocorreram nesta vila, entre eles, a passagem por São Julião da Barra do general Gomes Freire de Andrade, que teve trágico fim; e o antigo Solar da Medrosa, junto ao local onde hoje vemos o Quartel do Regimento de Artilharia de Costa, serviu de quartel ao valoroso general inglês Duque de Wellington, no tempo das invasões francesas.

A Camara Municipal deste concelho, da presidência do sr. tenente Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, é composta por homens que muito têm trabalhado em

OEIRAS — Igreja Matriz

pról deste concelho, efectivando importantes melhoramentos de sanidade, urbanização, embelezamento, etc.

Do seu vasto programa de reorganização sobressai a construção dos novos Paços do Concelho, o fornecimento de água á vila da Amadora e a conclusão do lindo parque de Santo Amaro de Oeiras.

No que respeita a floricultura

tem a mesma Camara empregado os seus melhores esforços no sentido de aformosear os seus jardins e parques, como o Parque de Santo Amaro de Oeiras, o Parque da Amadora, a Alameda e Jardim de Algés e outros mais pequenos que estão disseminados pelas localidades concelhias.

Junto aos novos Paços do Concelho está a ser construida uma grande estufa que ficará, sem duvida, uma das melhores dos arrabaldes de Lisboa.

SINTRA

A dois passos de Lisboa está Sintra a mais linda região de Portugal, a mais formosa e encantadora vila do continente, o mais aliciante, maravilhoso e encantador paraiso português, que tem sido cantada pelos mais famosos poetas e descrita pelos mais vigorosos prosadores.

Vem desde remotos tempos a fama de Sintra á qual já os celtas davam o nome de Cyntia, derivado, ao que parece, de no local ter sido edificada pelos gregos, galo-celtas e turdulos, 308 anos antes de Cristo, um templo dedicado á Lua (Cyntia).

Depois por ali foram passando sucessivamente outros povos invasores, como os romanos e os árabes que, especialmente, os ultimos, ali deixaram monumentos.

Foi reconquistada para os cristãos pelo Conde D. Henrique, em 1109, tornando a cair em poder dos serracenos, e resgatada para sempre por Afonso Henriques em 1147. Dois anos depois era reedificada e repovoada.

O primeiro rei português lhe deu foral em 9 de Janeiro de 1154, confirmado, em 1189, por D. Sancho I. D. Manuel concedeu-lhe novo foral, em 29 de Outubro de 1514, confirmando todos os seus foros e privilegios.

Foi cabeça de condado, sendo o seu 1.º conde, D. Henrique Manuel de Vilhena a quem D. Fernando fez tambem alcaide-mor do seu castelo, que sustentou durante algum tempo por D. Leonor Teles contra D. João I.

D. Afonso I fundou ali a igreja matriz de S. Martinho que o terramoto de 1755 derrubou e foi de seguida reedificada.

Num dos mais altos píncaros da serra, sobranceiro á vila, está o castelo dos mouros que se pode avistar de Lisboa e é dos mais antigos edificios árabes no País. Está muito bem conservado e constitue um lindo passeio.

Num outro cabeço da serra vê-se o castelo da Pena, que sucedeu ao convento da Peninha, de frades jeronimos, fundado em 1503 por D. Manuel. E' êste castelo, em estilo normando-greco, a mais formosa vivenda de Portugal, poucas havendo na Europa que se lhe possam comparar. Do cimo apreende a vista maravilhada uma das mais arrebatadoras panoramicas que é dado gozar.

Ainda num outro elevado penhasco ergue-se a Cruz Alta, donde igualmente se desfruta um dilatado e formosissimo ponto de vista da serra.

O palacio real, construido em arquitectura gótica, é obra de D. João I e foi edificado, diz-se, sobre as ruinas do grande palácio árabe.

E' um majestoso edificio com muitas preciosidades entre as quais um fogão com baixos-relêvos do genial Miguel Angelo. Aqui foi prisão e sepultura do infeliz D. Afonso VI, espoliado por seu irmão D. Pedro, da coroa e da mulher.

Nos paços reais da vila nasceu em 15 de Janeiro de 1432, D. Afonso V que tambem ali morreu, precisamente no mesmo quarto onde nascera, vitimado pela peste que grassava em Lisboa, a que tinha fugido.

Em Sintra foi pela segunda vez aclamado rei, em 1481, D. João II e foi ainda na ridente vila que D. Sebastião deu, em 1578, a sua ultima audiencia.

Tem pois velhos e nobilissimos pergaminhos a aprazivel e decantada Sintra.

Os seus arredores são de inigualavel beleza. Tais são: Colares, a terra do bom vinho, dos saborosos pêssegos e dos deliciosos limões que abastecem em quantidade os mercados não só nacionais como muitos do estrangeiro; a encantadora Praia das Maçãs, rasgada sobre o Atlantico e semeada de belas habitações; as encantadoras praias da Adraga, da Musa e do Cavalo; Azenhas do Mar, e tantos outros que extasiam a vista e acalentam o espirito.

E' zona de turismo, fazendo parte do triangulo turistico «Lisboa-Sintra-Cascais», ultimamente muito desenvolvido.

A Sintra de hoje em nada desmerece da Sintra de ontem.

As individualidades que têm estado á frente do seu concelho, obedecendo ao dilema «Parar é morrer», têm-se esforçado — e têm-no conseguido, diga-se de passagem — imprimir á aprazivel vila o ritmo do progresso e de desenvolvimento que assinala a letras de oiro a historia do Estado Novo.

Em todos os campos da actividade social essa obra se impõe, honrando os seus realizadores e os povos ordeiros e patriotas que têm gozado, legitimamente, tais beneficios.

Têm renome em todo o País e no estrangeiro os vinhos da região de Colares.

No concelho, na Granja do Marquês, está instalada a antiga Escola Militar de Aeronautica.

SINTRA — Castelo da Pena

SINTRA—Palácio da Pena

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO — Vista geral

Sobral de Monte Agraço

NO distrito e Patriarcado de Lisboa a que pertence e distando 40 quilómetros da capital, está o concelho de Sobral de Monte Agraço que antes pertencia ao concelho de Arruda e á comarca de Alenquer.

O seu primitivo nome era simplesmente Monte Agraço, sendo como tal que recebeu foral de D. Manuel, dado em Evora, a 20 de Outubro de 1519. D. José I deu o senhorio da vila a Joaquim Inácio da Cruz Sobral e o foro de fidalgo pelos serviços que êle prestou como tesoureiro do real erario, passando a terra a denominar-se então como actualmente.

Sobral de Monte Agraço, é vila ilustre pelo seu passado e entre os factos históricos que mais abonam o seu grande patriotismo figura a resistência denodada que opôs ao exército de Massena, forçando-o com essa atitude a desistir da marcha sôbre Lisboa e á retirada perseguido pelas tropas anglo-lusas.

Era um dos pontos capitais das famosas linhas de fortificação de Lisboa, tendo no seu distrito 11 redutos com 54 peças de artilharia e 3 obuses, estando tudo desmantelado.

E' terra fertilissima criando muito gado e nos seus montes há abundancia de caça.

Ao norte da vila, a 1.500 metros de distancia ergue-se a famosa ermida de Nossa Senhora dos Milagres, da Fonte Santa, considerada monumento nacional, de bela arquitectura e azulejos de grande valor; tem um pórtico manuelino, notavel por ser o unico no género existente no país.

A quatro quilómetros existe o forte de Monte Agraço ou Alqueidão, servido pela estrada de Lisboa ás Caldas e donde se goza um surpreendente e arrebatador panorama com lindas vistas do mar e terra; a poente divisa-se o Atlantico, com os grandes paquetes á vista; ao nascente o Tejo, de Santarém aos Olivais; Lisboa ao sul e a Serra de Montejunto ao norte.

As paisagens do concelho são maravilhosas e reservam a Sobral um belo futuro turistico.

Concelho vinicola por excelencia, a região tem também por riqueza a produção de frutas e gados, sobretudo cavalar e muar.

O seu comércio é bastante variado e as especialidades industriais da terra são a cutelaria e a sapataria, tendo a vila magnificos estabelecimentos deste ultimo género que podem rivalizar com os melhores da provincia.

Sobral de Monte Agraço pelo seu magnifico clima e optimas condições de salubridade, reune também os necessários requisitos para ser uma excelente estancia de repouso, sendo grande o numero de enfermos que aqui colhem lisonjeiros resultados na cura dos seus males.

A mais importante freguesia do concelho é a de S. Quintino, onde vivem os grandes proprietários e capitalistas.

Outra freguesia, a da Sapataria é rica em azeite, cereais e legumes. E' servida esta freguesia pela estação ferroviária de Pero Negro e pelo apeadeiro de Sapataria, sendo por isso uma região escolhida por várias familias para as férias calmosas.

O concelho de Sobral de Monte Agraço, de aspecto agradabilissimo pelo seu asseio esmerado, embora sem edificios sumptuosos tem cerca de 10.000 habitantes.

Muito têm contribuido para o progressivo desenvolvimento do concelho as vereações que têm estado á frente do seu Municipio desde o «28 de Maio», a-pesar-do concelho ser pequeno e da escassez dos seus rendimentos.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO—Camara Municipal

Mas os homens suprem com a sua boa vontade, sem desfalecimentos, a obra empreendida no seu concelho, de tal forma que não são poucos os beneficios conseguidos para a região.

Outros problemas porém urge resolver e nesse propósito se empenham os membros da actual comissão administrativa do Municipio que perfeitamente integrados no espirito renovador do Estado Novo, procuram todos os motivos para engrandecer e embelezar a sua terra.

Tôrres Vedras

TORRES VEDRAS é uma das mais florescentes povoações da Alta-Estremadura. A sua origem perde-se na noite dos tempos. Oliveira Freire e outros investigadores dizem que a povoação foi fundada pelos turdulos (antigos lusitanos) e galo-celtas, 38 anos antes de Cristo, no primeiro ano da Era de César, mas por documentos aparecidos ultimamente das épocas neolítica e paleolítica, presume-se que há muito tempo que esta região era habitada, aPra aqui se estabelecerem, os turdulos e galo-celtas por certo expulsaram os seus habitantes, ou se aliaram com êles.

A sua história, propriamente dita, começa a surgir durante o domínio dos romanos, tendo «Turribus Veteres» passado sucessivamente pelas mãos dos vários povos que dominaram a Península.

D. Afonso Henriques conquistou-a aos mouros, tendo arvorado em matriz a igreja de Santa Maria do Castelo, que se encontra edificada dentro do recinto das muralhas, talvez velha mesquita moura, cujo traço se perdeu pelas numerosas reconstruções sofridas.

O culto da religião cristã exercia-se então, durante o domínio árabe, na igreja de Nossa Senhora do Pinheiro (hoje Ermida de Nossa Senhora do Ameal) e Pinho Leal faz referências a alguns breves de Roma para esta igreja, dados antes da fundação da nacionalidade.

D. Afonso Henriques logo após a conquista concedeu-lhe uma carta de privilégio, espécie de foral que marca, por então, a preponderancia desta povoação na nacionalidade nascente.

D. Afonso III deu-lhe o seu primeiro foral, datado de Evora, a 15 de Agosto de 1250. D. Manuel I deu-lhe novo foral, cujo original se guarda hoje no Museu Municipal de Torres Vedras, tendo reconstruido o castelo em 1516, esculpindo, então, as suas armas sôbre o portão da primeira cêrca de muralhas.

Foi teatro de vários acontecimentos célebres durante as invasões francesas, sendo aqui estabelecido o seu quartel general, durante a batalha do Vimeiro, após a qual foi assinado o «Armisticio da Maceira», que hoje corre mundo sob o nome de «Convenção de Sintra».

Existe no Museu Municipal de Torres Vedras o histórico «buffete» sôbre o qual foi assinado o armisticio.

Tôrres Vedras foi também o centro das célebres Linhas de Tôrres Vedras, contra as quais veio quebrar-se em 1810 a terceira invasão comandada por Massena.

Embora tenham perdido muito do seu valor militar, urge, contudo, reconstruir estas linhas, em parte, principalmente o Forte de S. Vicente e o reduto do Alto da Forca, a-fim-de as transformar num belo atractivo turistico para estrangeiros. Pena é que tão importante iniciativa ande há muitos anos descurada.

TORRES VEDRAS — Camara Municipal

As lutas civis tiveram também aqui repercussão, tendo muitas vezes os seus habitantes sido vitimas das delapidações da soldadesca de um e outro partido, se bem que a estas lutas fôssem estranhos. Aqui faleceu, a 27 de Dezembro de 1846, Luiz Mousinho de Albuquerque, lugar tenente do conde de Bonfim, ferido cinco dias antes em luta com as fôrças comandadas pelo marechal Saldanha. Jaz sepultado na igreja de S. Pedro.

Tôrres Vedras é povoação importante, distando 46 quilómetros de Lisboa. E' fértil, sendo um dos principais produtos da sua cultura o vinho, que exporta não só para muitas partes do País, mas também para o estrangeiro. Quando o tremendo flagelo da filoxera destruiu as vinhas durienses, foram os vinhos de Tôrres Vedras os escolhidos para abastecer os nossos mercados externos. Igual facto se deu com o aparecimento da filoxera em França, onde foram substituir o «Bordeus», segundo se vê nos relatórios do Congresso Viticola Nacional (2.º volume pag. 267).

A sua população deve orçar por 55.000 habitantes. E' concelho de 2.ª classe pela razão da sua população, á face do recenseamento demográfico de 1930 ser apenas de 47.953 habitantes, não tendo atingido o «quorum» exigido pelo novo Código Administrativo.

Comarca de 1.ª classe, abrange três dos concelhos limitrofes.

A sua estação do caminho de ferro é uma das mais importantes da linha de Oeste. Tem rêde telefónica urbana e estação de Correios, Telégrafos e Telefones de 1.ª classe, com emissão de vales, cobranças, reembolsos, Caixa Económica Postal, etc.

Uma das coisas que mais carinho tem merecido actualmente á Comissão Administrativa da Camara Municipal é a instrução; assim Tôrres Vedras dispõe hoje de uma magnifica Escola Secundária Municipal onde se lecciona, e com provado aproveitamento, o curso geral dos liceus, inclusos o terceiro ciclo e o respectivo exame de admissão á Faculdade.

Tem Tôrres Vedras também, perto da sua sede, duas magnificas estações termais; as Termas dos Cucos, cujas lamas medicinais são as unicas do País e as Termas da Maceira, propriedade da Camara Municipal, que se encontram por deficiencia de instalações apropriadas em franco uso publico, e que são consideradas como uma das melhores do País para tratamento de doenças da epiderme.

E isto sem falar na famosa Praia de Santa Cruz, a 15 quilómetros de distancia, servida por magnificas carreiras de camionetas, e que, sem favor é uma das melhores praias deste litoral.

TORRES VEDRAS — Porta do Castelo

Vila Franca

UMA das mais típicas e famosas vilas do País, e também das mais importantes, é, sem duvida, Vila Franca de Xira, a terra da «Festa Brava» e das movimentadas esperas de touros.

Situada em plena região ribatejana, na margem direita do Tejo, a dois passos, por assim dizer de Lisboa, Vila Franca de Xira, é terra antiga, sabendo-se que a sua fundação vem de tempos imemoriais, anteriores á ocupação da peninsula pelos romanos.

Sustenta Pinho Leal que o nome da vila «Xira», do português antigo «Cira», é derivado do termo arabe «Xara» que significa matagal, silvedo, sendo vila franca pelos grandes privilegios e foros que teve.

D. Afonso Henriques doou-a aos cruzados ingléses que o auxiliaram na tomada de Lisboa, os quais a devolveram depois á coroa. O mesmo sucedeu no reinado de D. Sancho I que a doou a D. Raulino e outros flamengos, os quais também a devolveram ao régio poder. Até que em 1206 D. Sancho fez nova doação da região a D. Fruila Hermigés, viuva e familiar muito rica da Ordem dos Templários que lhe deu foral em Novembro de 1212. D. Manuel I deu foral novo á vila em 1 de Junho de 1510.

Por estar edificada numa planicie Vila Franca de Xira nunca foi fortificada, não se lhe conhecendo também a existência de conventos.

Com o decorrer dos anos os povos de Vila Franca de Xira com aquela tenacidade que lhes é peculiar, foram arroteando terrenos bâldios e destruindo os matagais e vinhedos, tornando os campos férteis e fazendo prosperar a vila.

Organizaram-se, como consequência as grandes propriedades que em breve se transformariam em riquissimas quintas de grande rendimento. Entre essas destacam-se a do «Paraíso», onde nasceu em 1453 o grande D. Afonso de Albuquerque; a do «Palyart», que foi pertença dos descendentes de Vasco da Gama; a do «Farrobo», com o seu esplendido palácio, que o barão de Quintela mandou construir; a das Torres, do Desterro, e muitas outras.

Em Vila Franca de Xira residiu durante alguns dias, por ocasião da Vilafrancada, o rei D. João VI pelo que a terra foi também conhecida por Vila Franca da Restauração.

VILA FRANCA DE XIRA— Pelourinho

Possue ainda a encantadora e florescente vila diversos palácios brasonados, de aspecto majestoso e fidalgo, tais como o nobre Palácio dos Sacatos, na Rua Miguel Bombarda e o Palácio dos Melos, onde esteve morando D. João VI.

Os seus templos mais notaveis são: a igreja paroquial fundada em 1677 pela Ordem Terceira de S. Francisco; as igrejas da Misericordia, do Senhor Jesus dos Incuraveis e muitas outras capelas.

De Vila Franca de Xira foram alcaides-mores os Condes de Pombeiro, pela casa de Belas.

Durante as suas três invasões também os franceses aqui praticaram as mais degradantes proezas que tanto os celebrizaram em todo o País. Igualmente as guerras civis até 1847 e o flagelo do cólera em 1833 muito fizeram sofrer a sua galharda população.

VILA FRANCA DE XIRA— Camara Municipal

Foram numerosos e muito ilustres os filhos de Vila Franca de Xira que, pelos seus feitos, honraram a Pátria.

Classificado hoje de 2.ª ordem e fiscal de 2.ª classe, o actual concelho de Vila Franca de Xira, abarca a jurisdição de nove freguesias Alhandra, Alverca do Ribatejo, Cachoeiras, Calhandriz, Castanheira do Ribatejo, Povoa de Santa Iria, S. João dos Montes, Vialonga e Vila Franca de Xira, com uma população de cerca de 25.000 habitantes segundo o ultimo recenseamento.

Importantissimo centro agricola, comercial e industrial, a sua principal riqueza é a criação de gado nas suas vastissimas lezirias, e a produção de boas e saborosas frutas muito apreciadas em Lisboa.

Na considerada vila está estabelecida a Escola de Mecanicos da Marinha.

A sua população de trato afavel simpática e comunicativa, tem um desenvolvido espirito associativo, traduzido em boas e populosas associações de todos os géneros.

As suas Camaras Municipais muito têm trabalhado para o progresso de Vila Franca de Xira, desde o 28 de Maio. A actual, presidida pelo espírito empreendedor e activo do sr. José Vanzeller Palha mantem o mesmo lema: «Pela grandeza de Vila Franca».

Distrito de Portalegre

Os geógrafos antigos não falam de Portalegre, mas o Bispo D. Frei Amador Arraia supõe que foi edificada com os materiais da antiga «Medobriga» que haveria sido fundada por Brigo, 1.900 anos antes de Jesus Cristo. Lysios, filho de Sémele ou companheiro de Baco, teria vindo aqui ter e, achando-a a seu gosto, mandou elevar uma fortaleza e um templo. O nome da antiga Cidade não teria sido contudo, sempre «Medobriga». Lysios mudando de sitio um dia, mudou também o nome da cidade que teria ficado com o nome de Amaya.

Seja como fôr o que parece certo é que os romanos conservaram o nome de Amaya. Sitiada várias vezes, arruinada pelas continuas e encarniçadas lutas durante a Idade Média, Amaya caiu em decadência. Foi D. Afonso II, quem a reedificou, porém já noutro sitio, ao que parece. Teria sido junto dumas vendas denominadas «Portelos», e daí, evidentemente a designação de Portalegre.

A monarquia lusitana procurava firmar-se, constituindo-se. As escaramuças, para assim lhe chamarmos eram continuas e a Portalegre ou a Portelos de D. Afonso veio a suceder como a Amaya: entrou em decadência. Ocupada ora por mouros ora por cristãos, foi destruida e abandonada.

Foi D. Deniz que, com o sentido duma defesa definitiva, mandou fazer um Castelo fechando a povoação dentro de fortes muralhas 12 tôrres e 8 portas: a da Deveza; a do Postigo; de Alegrete; de Evora; de Elvas; do Espirito Santo; de S. Francisco; do Bispo.

PORTALEGRE — Tumulo de D. Joorge de Melo

Longo seria enumerar todas as vicissitudes por que passou a povoação de Portalegre, palavra em que alguns querem ver «portus» — pela proximidade da fronteira — e alegre (alacris) pelo seu caracter e pela sua beleza natural.

Viterbo no seu Elucidário fala-nos das numerosas localidades com o nome de Porto e Portela.

Tendo sido motivo de luta entre D. Deniz e D. Afonso (Senhor de Portalegre) e conforme refere, circunstanciadamente, Pinho Leal o que é certo é ter sido considerado património real desde então. Ciosos desta qualidade, os seus habitantes revoltaram-se no dia em que o rei D. Manuel pretendeu dar o senhorio de Portalegre a seu aio e valido D. Diogo da Silva Meneses.

PORTALEGRE — Sé

Não houve blandicias nem castigos prometidos, por mais severos, que os convencessem.

Os naturais, os autoctones, já então eram tenazes em ceder...

Portalegre tinha assento em Côrtes.

Foram seus alcaides-mores os Azevedos. Tem por armas: Duas tôrres da sua côr em campo de prata, com o escudo coroado. Diz-se que as duas tôrres simbolizavam as pontes da Deveza. A população da cidade é de 14.000 habitantes e a do Concelho de 23.500.

A Cidade, mas principalmente os seus arrabaldes, constituem pela fertilidade do seu solo e pela exuberancia da sua vegetação uma região de repouso privilegiada.

A Serra de Portalegre é das de maior altitude e dela se divisam várias povoações da Beira Baixa, Alentejo e a própria Serra da Estrêla.

Os seus campos são cobertos de frondoso e viçoso arvoredo e tem abundantissima água.

O que constitue principal enlevo em quási toda a serra são as extensas devezas de castanheiros e pomares do lado nordico, sobranceiros á Ribeira de Niza, vale onde vicejam férteis quintas, que o turista visita sempre com prazer, por serem na realidade pitorescas. Na serra se encontravam os motivos principais do Turismo, desta região. De clima saudavel, pejada de vegetação e de habitações, abundante de águas, a Serra constitue hoje um motivo de atracção, pelo encanto que esplende, pelo ar de suavidade que ali se respira, pelo conforto, sossego e doce paz com que tonifica.

E' além disso Portalegre um centro industrial muito importante. No meado do século XVII já possuia uma grande fábrica de tecidos de lã, que ainda conserva, e cujos produtos exportava e exporta largamente.

A par disso a região é muito agricola e um pouco pastoril.

Vamos referir-nos a alguns monumentos de Portalegre, que merecem especial referência:

Na crista do outeiro onde a cidade se espraia fica situada a Sé cuja porta principal dá para o nascente. Tem 3 naves e a do meio guarnecida por um guarda-vento.

Foi D. Jorge de Melo quem fundou o Mosteiro de Monjes em São Bernardo, para expiar ali — ele o dizia! «os delitos duma juventude desregrada». Tendo escolhido varios locais assentou definitivamente em o construir num sitio «agradavel e sadio» proximo da cidade na Fontedeira.

Não se sabe precisamente quando se iniciou a construção.

Foi D. Leonor Teles de Meneses, quem fundou o Convento de Santa Clara, cumulando-o sempre de beneficios, porventura em «abono dos seus numerosos pecados».

Merece especial relêvo, neste Convento, o claustro, formoso quadro sustentado por arcos em ogiva e pilares delgados: belo exemplar da arquitectura da época Fernandina.

Tinha capacidade para 60 religiosas. Ainda hoje é habitado, transformado em Casa de Regeneração, para jovens em perigo moral.

No antigo Largo de S. Vicente destaca-se o Palacio Amarelo.

O Hospital da Misericordia de fachada setecentista com patio descoberto á andaluza

O edificio do Liceu foi outrora casa dos Fonseca Acciolli. Neste palacio esteve encorporada a casa de habitação da mãe do Condestavel, Iria Gonçalves do Carvalhal.

O Mosteiro de Santo António

Aproveitou-o a extinta Junta Geral para ali instalar um Asilo do sexo masculino o qual quanto a instalações deve ser considerado um dos melhores do País que, depois dos melhoramentos introduzidos pela Junta de Provincia do Alto Alentejo, pode-se considerar um dos melhores.

PORTALEGRE — Claustro do Convento de Santa Clara

Alter do Chão

A vila de Alter do Chão está situada numa planicie fertil e amena, sendo a sua primitiva fundação atribuida aos romanos, quando dominaram a Lusitania. Era então cidade opulenta, com o nome de Eltori ou Elteri. Atravessava a antiga cidade uma das três vias militares do Imperador Antonio Pio, a qual ia de Lisboa a Mérida, que era a capital da Lusitania. Fazia parte desta via militar a Ponte de Vila Formosa sôbre a ribeira de Seda, que é uma soberba reliquia do Imperio Romano, de beleza arcaica de incontestavel primor, uma das mais notaveis pontes que há no país e que se tem conservado durante cêrca de 1.800 anos, que, na opinião de alguns arqueólogos, terá de existencia, sem nunca sofrer alteração. Hoje está considerada como monumento nacional. O primeiro foral foi-lhe dado por D. Afonso III em 1249, e mais tarde recebeu novo foral dado por D. Deniz em 1293. A vila era cercada de muralhas de que restam ainda vestigios, com o seu castelo mandado fazer por D. Pero em 1359, a cuja construção assistiu, ficando concluido no dia 22 de Setembro daquele mesmo ano. O castelo ainda hoje existe ao Sul da vila. E' construido de cantaria tosca, tem três torres quadrangulares de diversas alturas com as respectivas ameias, e duas de forma cónica semelhando guaritas. Destas ultimas só uma se encontra ainda completa; a outra a-pesar-de muito deteriorada, deixa bem perceber, por enquanto, a sua primitiva forma... Na sua base, abre-se a porta ogival, velha entrada do Castelo, sôbre a qual existe encravada uma pedra de mármore branco, onde se vêem as armas de Portugal, tendo por baixo a seguinte inscrição: ERA 1359 A 22 DE SETEMBRO O MUI NOBRE REI D. PEDRO MANDOU FAZER ESTE CASTELO DE ALTER DO CHÃO.

ALTER DO CHÃO — Vista do castelo

E' natural desta vila ,o distinto oficial da armada, João de Azevedo Coutinho, que tão notavel se tornou em Africa. Na frontaria da casa onde nasceu, colocou-se uma lápida.

O concelho em geral, e Alter do Chão em especial, é extremamente abundante em todos os produtos agricolas.

Na vila de Alter do Chão há um cine-teatro, edificio de construção recente realizada a expensas particulares e devida á iniciativa e evidente actividade do ilustre clinico Dr. Olimpio Murta, considerado conterraneo pela sua dedicação a Alter, onde reside há cêrca de 20 anos.

ARRONCHES

FOI Arronches fundada no ano 45 de Jesus Cristo por povos andaluzes, que, por virem de Aroche, lhe puseram o mesmo nome, que mudou para o de Plagiaria, quando os romanos imperaram na peninsula.

Conquistada aos mouros por D. Afonso Henriques em 1166, de novo foi tomada pelos infieis, a jquem D. Sancho II reconquistou em 1235. Mas quando Arronches entrou definitivamente na posse dos portugueses, foi em 1243, ano em que D. Paio Peres Correia expulsou os mouros da região.

Foi-lhe dado foral em Lisboa, em Junho de 1255 por D. Afonso III e confirmado por outro do mesmo rei, de Janeiro de 1272.

D. Manuel I deu-lhe novo foral em Junho de 1512, tendo recebido no ano de 1678 um novissimo foral, que lhe foi conferido por D. Afonso VI.

Arronches foi encorporada na corôa portugueza em 1289 por el-rei D. Deniz, depois do cêrco que pôs a seu irmão, o infante D. Afonso, a quem pertencia o senhorio por lhe ter sido dado pelo pai D. Afonso III.

Em 1661 e 1712 sofreu Arronches novos ataques dos castelhanos, que não conseguiram os seus objectivos por terem sido seguidamente rechaçados pelos seus habitantes, auxiliados por um grande corpo do nosso exército.

Tem Arronches alguns templos de valor, tais como a Igreja Matriz, muito antiga, de três naves, muito ampla e toda de abobada com três porticos de cantaria.

A tôrre dos sinos, que pertencia a uma igreja da invocação de S. Tiago, que caiu de velha, é muito mais antiga do que a matriz e prima pela sua solidez.

Há Misericordia e hospital, fundados por D. Rui Gonçalves, alcaide-mór da vila em 1372.

Houve tambem um convento de frades agostinhos calçados de Nossa Senhora da Luz, fundado em 1570; outro de congregados da Tomana, principiado pelos anos de 1710 e cujos frades viviam de esmolas.

A Igreja do Espirito Santo, cuja data da fundação se não pode saber, tal a sua antiguidade, é templo muito amplo, de abobada e com um famoso portico de cantaria.

Arronches, que está situada num vale fertil e formoso, cercada pelo rio Alegrete ou Cala, é região produtora de azeite fino, alem de outros produtos agricolas, dentre os quais a bolota que engorda muitos suinos.

ARRONCHES — Vista geral

AVIZ — Vista geral

AVIZ

AVIZ foi na antiguidade, como hoje, um território isolado e apartado do mundo. Para todos os povos demorando entre Abrantes e Lisboa está detrás daquele grande charneca, a maior de Portugal, conhecida na geologia pela «Depressão do Sorraia» e que é, por excelencia, a região das charnecas, e a unica, como escrevia Barros Gomes, em que o numero de cabras excede o numero dos habitantes (82.000 habitantes em 723.284 hectares).

Não tem ainda este deserto nenhuma estrada construida que o transponha, e está tal qual como nos tempos romanos cuja passagem forçada para o Vale do Tejo e para Lisboa se fazia do Alto Alentejo e de Aviz pelo canal de Ponte do Sôr a Abrantes que é onde o deserto tem a sua menor largura.

A Ribeira de Aviz chamar-se-ia outrora Cala-Avicia isto é, Ribeira Avicia, ou ribeira de Aviz; termo aquele a que os mouros após a sua invasão antepondo o seu costumado artigo «al» transformaram em Alcalavicia, nome por que ainda hoje é conhecido o curso superior desta ribeira a nascente de Veiros.

O Luso-Romano povoou as terras Avicias. Tal o demonstram monumentos varios como em Bénavila a inscrição funeraria da Ermida de Nossa Senhora de Entre-Aguas, e no Ervedal varias inscrições. Aqui entre ruinas há vestigios de lagares de azeite, atestando a existencia desta industria e do cultivo da oliveira. Como coisa notavel aparecem tambem alguns tejolos com inscrições possivelmente ibericas.

O dominio romano termina bruscamente em 405 com a invasão dos barbaros do norte, alanos e suevos. Aí deve ter começo a ruina da povoação lusitano-romana de Ervedal e o predominio do lugar de Aviz singularmente estrategico. O dominio dos barbaros, com as suas castas militares, origem das famílias nobres de Portugal, chegou até ao ano de 711, a-quando irrompem os moiros.

Estes se estabeleceram afincadamente no termo de Aviz durante cinco seculos exactos, a ponto de ter sido das ultimas terras que foram obrigados a abandonar, quando já todo o Alentejo era cristão.

Por morte do Conde D. Henrique as terras dos moiros eram ao Sul do Mondego. Tinham o nome generico de Al-Gharb «o ocidente» e dividiam-se em três grandes Provincias: «Belatha» entre o Mondego e o Tejo; «Alcácer» o actual Alentejo, com a sua capital em Alcacer do Sal; finalmente o ultimo Algarve.

Afonso Henriques inicia as conquistas na Belatha com o auxilio dos barões e das Ordens militares religiosas.

No foral de Estremoz, de 1258, consta que as terras privativas do rei, isto é, os «reguengos» de Anhaloura, Sousel, Açougues e Ameixial estavam na posse abusiva dos freires de Aviz de que foram desapossados pelas inquisições de D. Afonso III e incluidas no termo de Estremoz.

AVIZ — Pelourinho

CAMPO MAIOR

SE bem que a origem de Campo Maior, segundo uns, seja atribuida ao rei D. Deniz, pois que defendem ter sido este monarca quem a fundou e lhe deu o nome, parece mais aceitavel, segundo outros, que ela venha de tempos muito mais antigos, não se sabendo ao certo nem quando, nem por quem foi fundada e baptizada, tudo indicando que foi povoação árabe, resgatada do poder dos mouros em 1219 pelos famosos Peres, que a deram á Igreja de Santa Maria do Castelo, de Badajoz.

Foi praça de armas e o seu castelo foi mandado levantar em 1300 por D. Deniz, que deu a vila ao concelho de Elvas por carta régia de Santarem, ao mesmo tempo que lhe dava foral.

Dado depois, Campo Maior, pelo mesmo rei, a sua irmã a infanta D. Sancha, abadessa das Olgas, de Burgos e senhora de Montemor-o-Velho, passou, por morte dela, para a posse de D. Afonso Sanches, filho de D. Deniz, que foi senhor da vila durante muito tempo.

Campo Maior teve foral novo de D. Manuel em 1512, sendo, então, encorporado na corôa com privilégio de não tornar a sair dela.

Alem deste privilegio foram-lhe daãos outros dentre os quais citaremos os seguintes: não pagarem os moradores da vila e seu termo senão metade do cabeção, não se podendo em tempo algum acrescentar; não haverem aduanas nem sacas para os vizinhos da vila e seu termo; nunca, em tempo algum se poderem lançar cizas, fintas, nem tenhas, nem emprestimos ou outros quaisquer impostos por nenhum motivo; que todo o vizinho da vila e termo fôsse franco e não pagasse nenhum direito, «passage», «costumage», nem «portage» por todos os reinos de Portugal e Castela; que se não pudesse tirar da vila e termo, gente nem armas para fazerem guerra aos naturais do reino; que na vila se não pusesse presidio nem guarnição de soldados, ainda que fôssem naturais da vila; que as rendas da Camara se gastariam em reparos de muros e fortalezas da vila; que os moradores da vila e seu termo pudessem andar montados em mulas e machos com selas, e pudessem trazer livremente sedas e vestirem-se delas, ainda os mecanicos; que lhes não pudesse ser imposta «pena vil», salvo se o delito fôsse de qualidade que, por êle, o criminoso perdesse a nobreza natural.

Campo Maior inscreveu no seu livro de ouro a grande vitória que obteve sobre os espanhóis, quando estes sob o comando do Marquês de Bay, num total de dez mil homens de infantaria e oito mil de cavalaria, lhe puseram cêrco em 1712, vitoria esta tanto mais para registar quanto é certo que a guarnição da praça era deminuta.

O rei D. Sebastião mandou fazer no baluarte S. Sebastião a capela deste santo, tendo sido a imagem feita pelo poeta Jeronimo Corte Real.

Teve Campo Maior dois conventos: um de frades franciscanos, fundado em 1496; outro de frades de S. João de Deus, fundado em 1645.

CAMPO MAIOR — Aspecto da vila

CRATO

DIZEM alguns que Crato é palavra grega e significa forte, formidável. Outros dizem que Castraleucos é Castelo Branco. Se não havia Castraleucos e Cataleucos, e se Ptolomeu se não enganou na posição geográfica daquela velha cidade, é forçoso confessar que ela era aqui e não na Beira Baixa; pois aquele antigo geógrafo coloca Castraleucos entre o Tejo e o Guadiana e não entre o Tejo e o Douro, como está Castelo Branco.

Foi, Crato, incontestavelmente, uma grande povoação em tempos antigos, mas os mouros a devastaram em 716, deixando então de ser cidade e não tornando mais a ter Bispos; fugindo os seus habitantes a procurar abrigo pelas serranias.

Parece que foram os árabes que corromperam o antigo nome de Castraleuca no actual de Crato, sendo certo que já tinha êste nome no tempo de D. Afonso VI de Leão.

E' certo que o primeiro prior do Crato, de que há notícia (D. Alvaro Gonçalves Pereira, pai do ínclito D. Nuno Alvares Pereira) vivia no tempo dêste ultimo Rei.

Mas é certo que a 8 de Dezembro de 1231 (reinado de D. Sancho II) era prior da Ordem de S. João de Jerusalem, em Portugal, Mem Gonçalves, que então deu foral a esta vila.

Foi desde o ano de 1350 que principiou Crato a readquirir grande parte da sua antiga importancia, por ser a sede dos cavaleiros de Malta. Consta que antes de Crato pertencer á Ordem de Malta, tinha sido dos Templários, desde D. Afonso Henriques até á extinção deles.

A muralha que circunda a vila, tinha 5 portas — a de Santarem, S. Pedro, Beringel, Nova e de Sêda.

O castelo era edificado sôbre rochedos, em uma eminência sobranceira á vila.

Ao sitio onde estão os restos do castelo se chama o Ervedal.

Foi D. Afonso Henriques que tomou esta vila aos mouros, pelos anos de 1160, mandando reedificar parte dela e povoando-a de cristãos, aos quais concedeu muitos privilégios.

A unica paróquia da vila é Nossa Senhora da Conceição. E' uma boa igreja de 3 naves.

Há dentro e fora da vila várias capelas sendo a mais notável, pela sua antiguidade, a de S. Pedro, que em tempos remotos foi igreja matriz.

Nos suburbios da vila está a linda aldeia e freguesia de Flor da Rosa.

Próximo da vila está o convento de Santo António, que foi de frades franciscanos, fundado no alto de um rochedo, com pequena cêrca. O termo desta vila é muito fértil em cereais, vinho e azeite.

Cria bastante gado e há por ali muita caça. E' regado por várias ribeiras, sendo a principal delas a chamada de Sêda, que rega e moi. Passa também por ali a ribeira do Xocanal. Perto desta ribeira se acharam em 1724 vários cipós e outras pedras com inscrições romanas.

Consta que junto a esta vila houve em tempos remotos um famoso convento de frades bentos, que os mouros arrasaram em 716. Parece que era onde hoje está a capela de S. Bento, no alto de um monte.

CRATO — Castelo

GAVIÃO

A vila de Gavião, por certo uma das povoações mais antigas da nossa provincia do Alentejo, foi uma das vilas do Grão-priorado do Crato.

Não se sabe ao certo quando e por quem foi fundada, pois a sua existencia perde-se na noite dos tempos.

Sustentam, porém, uns que no ponto onde hoje assenta Gavião foi outrora a cidade «Fraginum» ou «Fraxinum» dos romanos, enquanto outros dizem que essa cidade existia, onde se encontra a vila de Alpalhão.

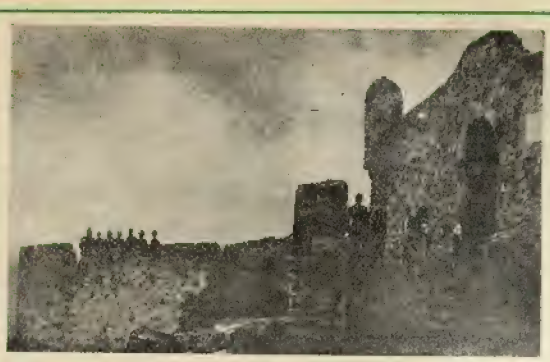
Recebeu foral de D. Manuel, que lhe foi dado em Evora, a 23 de Novembro de 1519.

A cinco quilometros de Gavião há uma fonte de agua sulfurica no sitio denominado a Fadagosa.

Toda a terra do concelho é muito produtiva, sendo rica a cultura dos cereais, cortiça, frutas, azeites e vinhos, bem como a pecuária, que está muito desenvolvida, sobretudo na espécie suína.

O seu comércio é bastante importante, tendo algumas industrias, que lhe dão vida, dentre as quais destacaremos a de ceramica, a de lacticinios, a de louça de barro e a de malas.

GAVIÃO—Ponte de Belver



MARVÃO — Vista parcial do Castelo

Marvão

MARVÃO foi fundada 44 anos antes de Cristo. Foi senhor dela um mouro de nome Marvan, do qual tomou o nome. Tomou parte importante nas campanhas da Liberdade, e nas lutas contra os espanhois e franceses.

Secundou o movimento tendente a expulsar o dominio castelhano, e após a revolução redentora de 1640, várias vezes sofreu as investidas dos espanhois, saindo sempre vencedora. O seu castelo, que semelha a quilha de um navio e de onde desfruta um panorama deslumbrante, para qualquer lado que o observador se volte, tem dentro uma enorme cisterna que dizem ser obra dos godos; — segundo um manuscrito do século XVIII, é uma das maiores das praças da Europa; durante os cercos, era ela que abastecia não só a sua guarnição, como ainda a população da vila.

Marvão ostenta no seu brasão o titulo de «MUI NOBRE E SEMPRE LEAL VILA DE MARVÃO», concedido por D. Pedro IV, em nome de sua mãe D. Maria.

Em 1641, foi nomeado governador da praça e capitão mor da vila, António Pereira de Lacerda.

Em Abril, porém, o começo dos preparativos belicos por parte da nação vizinha, levaram o governador a solicitar de El-Rei D. João IV, providências urgentes.

A confirmar a previsão do seu governador, em 10 de Agosto sofreu o castelo um vigoroso e rude ataque das forças castelhanas, que foram repelidas.

No ano de 1642, novamente uma força da guarnição da vila de Marvão, atacou a aldeia espanhola de S. Tiago, que foi saqueada, incendiada e totalmente destruida.

Em 28 de Outubro de 1648, novo ataque fizeram os espanhois á praça de Marvão, mas foram repelidos com grandes perdas.

Novos ataques se repetem contra a mesma praça nos anos seguintes, sendo o mais violento o que teve lugar em 1657, ano em que sitiámos a referida praça.

Nas côrtes que se realizaram em Lisboa em 1641 e 1642, após a restauração de Portugal, foi a vila de Marvão representada por 3 dos seus mais notáveis filhos, Afonso Fernandes Frausto, Fernão Roïs Mousinho e Pero Mousinho da Mota. Gaspar Fernandes, outro filho de Marvão, pelos actos de heroísmo praticados em luta com os espanhois, foi galardoado em 8 de Março de 1663, com a mercê de escudeiro, e logo acrescentado a Cavaleiro da Casa Real com uma tença importante, e com a obrigação de ir á India, onde seria armado cavaleiro.

O castelo de Marvão é um dos mais celebres de Portugal e que maior veneração merece pela sua acção brilhante.

Monforte

DO alto da sua colina, chefia Monforte toda a paisagem que se estende desde as curvas da serra de Portalegre até ás primeiras assomadas da serra de Ossa. Ondulada e melancólica, essa paisagem de sobreiraís e semeaduras amplas, casa-se naturalmente com a alma dorida da boa vila alentejana, que se disputa até hoje a paz mansissima das eclogas cristãs, já teve as suas pedras faiscando em lances duros de epopeia. Basta-lhe o nome, para que em nós se levante um eco de exintas pugnas, com assedios e escaladas pela noite funda, debaixo do ceu imenso da planicie em somressalto. E se lhe conservarmos as suas delidas reminiscências que o seu passado nos deixou, logo veremos que, na verdade, a arrogancia de Monforte não é apenas uma decorativa pompa monástica. Prova-no-lo antes de tudo, o seu brazão: três tôrres sôbre três escarpas, com três bandeiras soltas por cima das ameias. Como certidão de nobreza, que mais há-de pedir? Provinda do escuro dos tempos, Monforte entra na história portuguesa com os alvores da reconquista do sul. Fortaleza sem padastro de onde fôsse batida, discordam os cronistas na data precisa da sua queda em poder de nossos avós cristãos. Mas sabe-se que, situada numa zona indecisa, não resistiu aos combates contrários que a disputavam, acabando por tombar em ruinas. Talvez que a essa página acidentada da sua vida se refiram as três tôrres roqueiras

MONFORTE — Igreja da Ordem Terceira

que lhe enaltecem o brazão. Refere-se-lhe, pelo menos, o seu primeiro foral, do ano de 1257 — foral, em que o Rei D. Afonso III declara reedificá-la e povoá-la, «Motus inspiratione divina», ou seja, determinada por «divina inspiração». Quais os motivos? Não no-lo diz a secura formalista do documento, ainda que bem significativa se nos mostre tão singular e misteriosa afirmação. Preside Monforte a uma campina abundante, com vestígios das idades pré-históricas. São vários os «dolmens» que se topam no seu termo e tudo nos leva a crer que a coroa do manto, em que a vila se aninha já era habitada em epocas tão recuadas. Certamente os romanos estacionaram por ali, não sendo Monforte mais do que um castro, ou cavidade indígena, de somenos importancia. Os mouros a tiveram. E, ao ser-lhes arrancada, já a Ordem de Aviz intentava sacudir o islamismo dos poucos nucleos de que êle dispunha ao norte de Evora.

Vem de semelhante período a destruição de Ayamonte — reduto mourisco, a duas léguas de Monforte junto á actual aldeia de Santo António de Valamonte.

Reedificada e povoada por D. Afonso III, D. Deniz apura-lhe e engrandece-lhe o castelo. O mesmo D. Deniz encorpora Monforte no dote de sua espôsa, a Rainha Santa, passando, mais tarde ás mãos de D. Nuno Alvares Pereira, como seu senhor donatário. Estalara, anteriormente, a guerra com Castela. Monforte ficou dizimada na sua população. E, derrotado nos Atoleiros aos muros de Monforte se acolheu, Martin Annes de Barbuda, que seguia o partido de D. Beatriz.

Nun'Alvares cercou Monforte no dia imediato ao dos Atoleiros — uma quinta-feira santa. Não conseguiu render o lugar que Martin Annes de Barbuda presidiara rijamente. Mas, desembaraçada da presença do Barbuda depressa a vila se entregou á fortuna do Mestre de Aviz. Durante a segunda dinastia, desde a expansão em Marrocos até aos fastos das Descobertas e da Colonização, encontramos sempre rastos de filhos de Manforte.

A glória de Monforte subiria, porém, com a atitude desassombrada que manteve perante D. Manuel. Depois de Nun'Alvares, o seu senhorio entrara na posse dos Duques de Bragança, revertendo á Corôa com a execução do Duque D. Fernando II, em Evora. Ciosa a vila das suas regalias municipais, pede a D. João II que nunca mais saia do Estado para qualquer jurisdição particular. O Rei atende-a sob juramento, e debaixo da pena de maldição para êle, ou para seus sucessores se a prerogativa concedida fôsse violada. Entretanto, pela subida de D. Manuel ao trono, o Ducado de Bragança refaz-se. O Duque D. Jaime requere, sem demora, que o invistam no senhorio de Monforte. D. Manuel defere mas a vila opõe-se, lembrando altivamente a promessa jurada de D. João II e a maldição que impedia sôbre D. Manuel, se acaso a não respeitasse. Inicia-se uma luta, que só termina por uma bula de Roma, absolvendo D. Manuel de quebra dos privilégios jurados de Monforte, ficando a vila em poder das Braganças. **(António Sardinha)**

Ponte de Sôr

PONTE DO SOR — Paços do Concelho

PONTE DE SÔR, cujo nome lhe vem duma ponte, que se desmoronou e e que, segundo se sabe, já existia quando da dominação romana no ano de 276, sendo imperador Marco Aurelio, foi a sucessora da antiquíssima cidade Matusarum, que alguns escritores dizem ter sido uma das estações mais importantes da via militar romana, situada entre Benavente (Aritium Pretorium) e Alter do Chão (Abeldeira), restando dela apenas uma muralha, como unico vestigio, que está hoje enquadrada em varios predios, que assentam sobre ela.

Abandonada nos primeiros anos da Monarquia, talvez por ter sido devastada pelas frequentes incursões dos sarracenos no Alentejo, foi, talvez devido á amenidade do clima, aproveitada por D. Sancho I para uma colonia de francos, tendo-lhe, por essa altura, ano de 1161, o mesmo monarca dado foral e determinado aos municipios de quem as terras dependiam, que dessem aos colonos territorios bastantes para poderem cultivar e neles viverem á sua vontade.

Devido, porém, a qualquer causa que se ignora, Ponte de Sôr, no reinado de D. Afonso III não tinha existencia como povoação, havendo apenas junto ao rio uns moinhos, que foram doados por esse monarca ao seu chanceler Estêvão Julião.

Depois de ter passado por varias fases; de ser desmembrado por D. Deniz, do termo de Abrantes; de, mais tarde, D. Afonso IV a ter feito regressar novamente á antiga situação, sujeitando-lhe todo o termo a Ordem de Malta; de D. Fernando, ao reconhecer que a povoação se despovoava a pouco e pouco, lhe dar muitos privilegios, isentando-a de contribuições e os seus homens de irem servir nas guerras: foi-lhe dado foral de vila por D. Manuel I, em Lisboa, a 29 de Agosto de 1514, encontrando-se nessa altura pertença da Corôa e sendo Comenda da Ordem de Cristo.

Foi D. João VI, nos anos de 1822 a 1823, quem, ao ter conhecimento de que o trafego entre as duas margens do Sôr era feito em barcos desde o desmoronamento da velha ponte romana, mandou construir a actual, junto do local da primitiva, para cuja obra concorreram, alem de gente rica, a Camara Municipal e o proprio povo.

A vila teve outrora um pelourinho com quatro degraus e suas armas em ferro, no pequeno largo em frente á porta da entrada dos Paços do Concelho.

A importancia industrial de Ponte de Sôr é relativamente notavel, porque, alem das suas fabricas de moagem, refrigerantes, telha, tejolo e olaria; das suas oficinas de serralharia mecanica e civil e marcenaria, tem a recomendá-la o seu largo fabrico de cortiça, espalhado por cinco das mais acreditadas firmas exportadoras portuguesas.

O seu comercio dia a dia se vai tornando cada vez mais desenvolvido, prometendo transformar em poucos anos Ponte do Sôr numa das principais vilas do Alentejo.

Muito pobres os seus terrenos, são, contudo, admiravelmente cultivados, tendo como principais culturas a aveia, o trigo e o milho.

Sousel

SOUSEL é povoação antiga e foi fundada pelo Condestavel D. Nuno Alvares Pereira no ano de 1387, sendo seu primitivo nome Suzael, porque, segundo diz a lenda, estando D. Nuno Alvares Pereira para dar, naquele ponto, uma batalha aos castelhanos, quando se encontrava rezando, foram a toda a pressa dizer-lhe que o inimigo se aproximava, ao que ele, aprontando-se imediatamente para a peleja, respondeu — «Ora, suz a el», frase comum naquele tempo o que significava — «Ela, vamos a ele».

SOUZEL — Paços do Concelho

Diz Pinho Leal: «D. João VI, sendo ainda principe regente, e estando no Rio de Janeiro, fez 1.º Visconde de Sousel, em 17 de Dezembro de 1811, a Antonio José de Miranda Henriques da Silva e Albuquerque Mexia Leitão Pina e Melo, que era senhor de Carapito e Codeceiro, alcaide-mor de Valar Maior e de Panoias, do conselho de D. Maria I, Grão Cruz da Ordem de Tôrre e Espada, comendador da de Cristo, conselheiro de guerra, tenente general desde 10 de Janeiro de 1809 e na guerra peninsular, comandante duma divisão de seis mil homens, que devia ir em auxilio dos espanhois; general em chefe do Exercito entre o Tejo e o Mondego, comandante da segunda linha de defesa de Lisboa e duas vezes Governador das Armas do Alentejo.

Pertenceu ao Exército realista convencionado em Evora Monte e não tornou para o serviço militar.

Nasceu a 16 de Dezembro de 1761 e faleceu no primeiro de Dezembro de 1835.

O primeiro e até hoje unico visconde de Sousel teve quatro filhas, que foram por ordem das idades: D. Ana Joaquina, condessa de Bobadela; D. Francisca Rita, que casou com José Leite de Sousa Tavares de Oliveira Pereira de Foyos, da casa do primeiro e unico visconde de Veiros; D. Maria Leonor, e uma bastarda, que foi D. Ana Francisca.

Era filho de José Joaquim Miranda Henriques, moço fidalgo, senhor de Carapito o Codeceiro, alcaide-mor de Vilar Maior e de Panoias, comendador da Ordem de Cristo, Governador das Armas da provincia do Minho e tenente general do Exercito, falecido a seis de Dezembro de 1782.

Casou três vezes: a primeira com D. Ana de Leiria, condessa da Ilha do Principe, dama da rainha D. Mariana de Austria. Era a condessa viuva do quarto conde da Ilha do Principe, Francisco Luiz Carneiro e Sousa; a segunda com D. Maria Barbosa de Lencastre; e a terceira com D. Ana Joaquina de Lencastre, condessa da Ponte, viuva do terceiro conde da Ponte, Antonio José de Melo Torres.

As duas ultimas eram irmãs, filhas de João Saldanha da Gama, terceiro senhor de Assequins, gentil homem da Camara do Infante D. Antonio, do Conselho do rei D. João V, comendador da Ordem de Cristo, mestre de campo de infantaria, na guerra da Restauração, Governador e capitão general da Ilha da Madeira, e vice-rei da India. Faleceu a 29 de Março de 1747.

Da terceira espôsa teve um unico filho que foi o primeiro visconde de Sousel.

Toda a região souselense é fértil em produtos agricolas, produzindo muito vinho, frutas, hortaliças, legumes e, sob o ponto de vista pecuario, toda a qualidade de gado.

SOUZEL — Vista parcial

Distrito do Pôrto

PORTO — Um aspecto do Bairro da Sé antes das obras de urbanização

O velho burgo do Pôrto, na definição de Mendes Leal, poeta do século passado, foi

Este berço de muralhas
Que fez livre Portugal.

Para não desmerecer dos seus justos títulos, foi o velho burgo teatro de façanhas valentes. Quando os monarcas da dinastia de Aviz, ao dirigirem-se á cidade, a tratavam por «mui nobre e sempre leal» faziam-no por um acto de justiça. Eles não podiam nem deviam esquecer que o Pôrto, desde a primeira hora, se colocara abertamente ao lado do Mestre de Aviz, nos transes da crise política que se seguiu á morte de D. Fernando.

Por então, «o povo miudo, com alguns outros dessa comunal gente», na expressão bem pitoresca de Fernão Lopes, juntou-se e bateu-se pela causa do futuro D. João I. Quando juntos, disseram a um dêles, de nome Alvaro da Veiga, que levasse a bandeira da cidade em voz e nome do Mestre de Aviz. Porque êle se recusou a obedecer á voz do povo, logo foi chamado traidor e que era da parte da Rainha. Caíram-lhe todos em cima. E deram-lhe tantas cutiladas de vontade — anota o cronista — que era sobeja cousa de ver.

Por outro lado, tambem o velho burgo sabia vestir as suas melhores galas para receber de maneira fidalga el-rei de Portugal. Assim aconteceu certa manhã de Maio, corria o ano de 1385.

D. João I vinha de Coimbra. O povo do velho burgo, com as suas melhores vestiduras, cuidou a capricho do adôrno dos arruamentos. No rio, as naus estavam apendoadas de bandeiras e os bateis, todos enramados em docel, passavam trombetas e pendões, bem fornecidos todos êles de remadores com sombreiros de rosas e outros com libré de ramos e flores.

E as ruas? Essas haviam merecido atenções especiais. Aquelas por onde el-rei devia passar eram estrados de ramos e flôres e ervas de bons cheiros. «As portas das casas estavam abertas e enramadas de louros e forçava-se cada um de vencer o seu vizinho no corregimento de portal e sobrado. Por mór de afugentar qualquer mau ar que fôsse corrupto, punham ás portas defumadoras de muitos e nobres cheiros. Pendiam nas frontarias panos e mantas e outras roupas. As janelas tôdas elas eram ocupadas com formosas donas, tôdas elas em grão desejo e amor de ver o monarca e assim guarnecidas de tais corregimentos que fealdade e mau parecer não ousou aquele dia entrar na cidade.

Em certos lugares havia bandos de mulheres que cantavam cantigas e cordas armadas para treparem alguns homens que bem o sabiam fazer. Aos misteres e outra mais gente eram encomendadas danças e jogos doutras maneiras, em que andavam velhos e mancebos todos em lêda vontade».

Eu nada inventei do que fica dito. Quem o conta é um contemporaneo dos sucessos que os relata em prosa da melhor, movimentada e colorida, daquela prosa que muito bem sabia lavrar Fernão Lopes. E mais nos diz, noutro ponto da narrativa, que el-rei caminhava de-vagar, enquanto as donas, em altas vozes lhe apeteciam muito e boa vida, ao passo que lançavam sôbre êle muitas rosas e flôres, milho e trigo e outras cousas.

E quem eram aqueles que festejavam com tanto prazer e ledice a vinda de D. João I?

Por um lado, eram os mercadores do burgo. Por outro lado, a «arraia miuda dos misteres».

Esta designação de mercadores do Pôrto, vem já nas inquirições de 1258. Centro comercial por excelência, aí mergulham, no trato e no negócio, as raízes mais fundas do velho burgo. Vinham de fora, para negociar, outros mercadores, entre êles, consoante a declaração expressa dum documento do século XV, os ingleses de «Plimua». Os mercadores do Pôrto, por seu lado, demandavam as praias da Flandres. Para isso, contavam êles com uma frota mercantil de tal importancia que, segundo um agravamento de 1361, havia na cidade mais naves e navios do que em todo o País. Privilegiados como eram, os habitantes do vêlho burgo não incorriam nas penas de tormento por quaisquer malefícios que cometessem e ainda em oposição ao que sucedia ao comum das gentes não podiam ser presos, conservando-se-lhe suas homenagens como se de fidalgos se tratasse. Mas a soma dos privilégios ia muito além dêstes limites, de tal sorte que os moradores do velho burgo podiam trazer noite e dia aquelas armas que lhes aprouvesse, quer ofensivas, quer defensivas. E as isenções transmitiam-se e alargavam-se á esfera dos próprios servos dos burgueses, pois não podiam ser constrangidos para servirem na guerra todos os seus caseiros, amos, mordomos ou lavradores encabeçados. As suas casas não podiam ser tomadas contra sua vontade nem tão pouco as suas bêstas de cela ou albarda. Em suma: os moradores do velho burgo gozavam de tôdas as prerogativas inerentes aos Infanções.

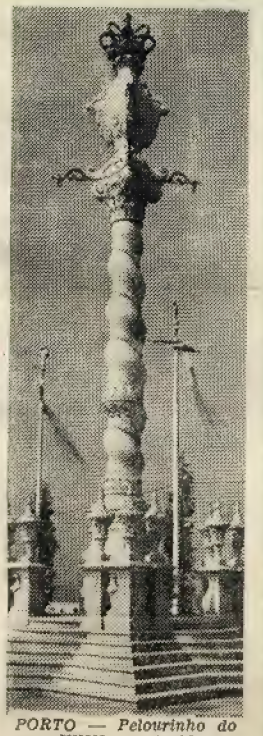
Tiveram estes privilégios sucessivas confirmações, a ultima das quais por um alvará de D. João IV de 30 de Março de 1641. E' que os cidadãos burgueses do Pôrto bem mereciam uma tão singular distinção, pois sempre se mantiveram á altura das responsabilidades inerentes aos justos titulos de «mui nobre e sempre leal» que usava a sua terra — e que sempre há-de usar, por todos os séculos dos séculos.

*

Uma obra veio agora valorizar extraordinàriamente o velho burgo, levando-lhe o sol e escancarando-lhe as portas. Agora, sim. Já se pode visitar o velho burgo, graças a esa obra. E é este o arranjo urbanístico do morro, onde foi possível construír êsse vasto miradouro que é o Terreiro de D. Afonso Henriques. Nele se ergue, imponente e majestoso, um pelourinho vasado em granito, por canteiros do Pôrto e segundo um desenho do séc. XVIII, de autoria de D. Joaquim Lourenço Ferraz Clais de Acunha, existente nos arquivos do Gabinete de História da Cidade.

Obra de grande projecção social — pois foi levar a vida a um bairro doente — esta ficará para sempre como o melhor padrão comemorativo dos Centenários. Bem merecem da cidade, por isso, aqueles que a empreenderam e a levaram a cabo. Nunca se pôde dizer com tanto acêrto, como neste caso, que o util se juntou ao agradável. E' que á obra caracterizadamente artística anda aliada, na verdade, uma intenção social.

PORTO — Igreja dos Clérigos



PORTO — Pelourinho do sec. XVIII construido no Terreiro de D. Afonso Henriques

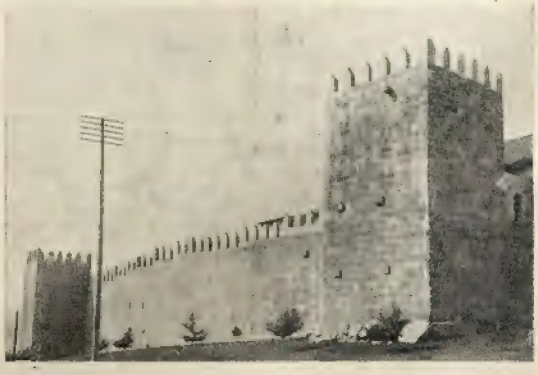
A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

será digna das tradições e da vitalidade da capital do Norte

COM mais de um século de existência, a Associação Comercial do Pôrto está indissoluvelmente ligada á história da Cidade do Pôrto desde o segundo quartel do século XIX. A' sua acção, constante e valiosa, deve a capital do Norte — coração e centro da actividade de meio-Portugal — serviços notabilíssimos. Representante, categorizada e digna, da vida portuense, nas suas aspirações e nas suas lutas, a Associação Comercial tem sido a paladina valorosa, a interprete fiel do querer da cidade. Largo espaço nos levaria, assim, a historia fulgurante do grande organismo, a que o Pôrto deve muito do que é e do que vale.

Algumas efemérides — que «marcam», não só na vida da cidade e do Norte, mas na do País:

1835 — A Direcção da Associação



PORTO Muralhas do Pôrto (Muralhas de D. Fernando, reconstruídas

Comercial do Pôrto resolve estabelecer um telegrafo maritimo por sinais, entre o Pôrto e a Foz do Douro, para serviço da navegação, custeando as necessárias despesas.

1837 — A Direcção da Associação Comercial do Pôrto resolve criar a Cadeira de Economia Politica, na Academia Politecnica, votando a quantia de 750$00 por ano para a sua manutenção.

1839 — Manda traduzir para lingua portuguesa o «Código de Sinais para a Navegação», do capitão inglês Marryalt, e fazer uma edição para uso do comercio maritimo. Este Código foi depois adoptado na Marinha de Guerra, por decreto do Govêrno.

1849 — O Govêrno encarrega a Associação Comercial do Pôrto de emitir um emprestimo de 40 contos para se proceder a obras de melhoramento da barra do Douro, ficando a administração e fiscalização dessas obras a cargo da Associação Comercial.

1853 — A Direcção da Associação Comercial resolve introduzir nos serviços do Telegrafo Maritimo o sistema electrico Breguet, montando assim a expensas suas e para serviço da Navegação e do Comercio, «o primeiro telegrafo electrico em Portugal».

1871 — A Associação Comercial do Pôrto arremata em hasta publica a antiga cêrca do extinto convento de S. Domingos, que mais tarde oferece gratuitamente á Camara Municipal para se construir a praça Infante D. Henrique, onde hoje se ergue o monumento ao iniciador das Descobertas, por iniciativa da mesma colectividade.

1883 — E' aprovado pela Camara dos Deputados a proposta de lei para a construção do pôrto de abrigo de Leixões, obra pela qual a Associação Comercial activamente pugnou.

1891 — E' criada a Bolsa Oficial do Pôrto, que funcionará no edificio da Associação que intervirá na sua instalação e administração.

1891 — Inaugura-se a Bolsa Oficial do Pôrto, vindo expressamente assistir El-Rei D. Carlos, a Rainha D. Amelia, o Presidente do Conselho e o Ministro das Obras Publicas, Comercio e Industria.

1895 — A Associação, autorizada pelo Govêrno, cria uma Escola Comercial, instalando-a no seu edificio e custeando todas as despesas com o seu funcionamento.

1898 — A Associação entrega solenemente a Mousinho de Albuquerque uma espada de honra, mandada executar com o produto de subscrição aberta entre os seus associados.

1903 — A Associação Comercial do Pôrto oferece-se ao Govêrno para tomar sôbre si o encargo da construção do ramal do caminho de ferro da Alfandega a Leixões, sem agravar as condições do Tesouro Publico.

1903 — Carta de Lei autorizando o Govêrno a contratar com a Associação Comercial do Pôrto a construção do prolongamento da linha ferrea da Alfandega a Leixões, se a Companhia das Docas do Pôrto não levar a efeito essa construção no prazo fixado pela Lei de 1889.

A falta de espaço obriga-nos a marcar apenas, de longe a longe, os miliários gloriosos da Associação.

Os Govêrnos têm reconhecido tão patriotico labor, outorgando ao organismo condecorações honrosas. Assim, a Associação possue a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, o Grande Oficialato da Ordem de Instrução, e a Medalha de Honra da Cidade do Pôrto.

*

Estão na memória de todos as recepções brilhantissimas com que a Associação tem assinalado as visitas do Chefe do Estado á sua séde — o magnifico Palácio da Bolsa. No programa das Comemorações Centenárias, o Organismo brilhou — tendo-lhe sido confiada a realização de alguns numeros notaveis.

A sua Direcção é digna da importancia e das nobres tradições da Associação.

Nela figuram, entre outras individualidades de destaque, os srs. Antonio de Oliveira Calem — um verdadeiro «gentleman»; Pedro Maria da Fonseca, elemento prestigioso do meio industrial portuense e ilustre vereador da Camara Municipal do Pôrto; Antonio Vilaça, a cuja inteligencia e dedicação muito deve o organismo; e Carlos Lélo, de culta e vitoriosa actividade.

BANCO FERREIRA ALVES

Um grande estabelecimento bancário

ENTRE os grandes estabelecimentos bancários de que bem pode orgulhar-se a cidade do Pôrto — metrópole do trabalho nacional — o Banco Ferreira Alves ocupa, «par droit», um nobilissimo lugar. Conquistou-o, sem favor, pela sua honestidade e pelo seu esforço. O Pôrto, possuindo-o, contando com êle, sabe muito bem o que tem de seu.

O Banco Ferreira Alves, sucessor da extinta firma Luiz Ferreira Alves & C.ª — com sólidas tradições na Praça do Pôrto, fundado em 1874 — fusionou-se em 1939, ao abrigo do decreto 29528 com o Banco Comercial do Pôrto. Nesse mesmo ano tomou conta do activo e passivo do Banco de Barcelos, abrindo filiais em Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

A sua actividade adquiriu assim mais vasto campo de acção, e muito há a esperar das suas magnificas possibilidades.

Delas deu já as mais brilhantes provas. Foi encarregado pela Camara Municipal do Pôrto de lançar o emprestimo para os Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento — conhecido pelo emprêstimo 5 % 1939. Foi-lhe igualmente confiado o encargo de proceder no país ao resgate das obrigações da Companhia de Ambaca. Dessas incumbencias se desempenhou duma forma brilhante.

Prestou o mais decidido concurso á conversão da Divida Externa. Só á sua parte, o Banco Ferreira Alves levou á delegação no Pôrto da Junta de Crédito Publico 10 % das obrigações lá entradas. Tal resultado fala eloquentemente do seu prestigio e do seu patriótico esforço.

A titulo de curiosidade, aprazenos registar as legendas dos dois cartazes mandados afixar pelo Banco Ferreira Alves — em propaganda da referida conversão.

Reza um deles:

«Português e patriota, repara bem: com a conversão da divida externa, Portugal «nada» fica devendo á finança internacional».

Outro:

«Aceitar a conversão da divida externa constitue um imperativo dever para todos os portugueses».

*

Nas linhas acima — onde cabe apenas em somítica legenda — fica, em rápida mas fulgurante síntese, a legenda de um estabelecimento que honra não só a cidade do Pôrto, mas a banca nacional.

AMARANTE

ANDA na versão escrita ser Amarante uma povoação muito antiga fundada pelos turdetanos antes de Cristo e também que o seu nome proviria dum capitão romano sepultado no Hospital de São Marcos em Braga e a que respeita a inscrição duma das sepulturas que ali existem. Sem que tal se possa

AMARANTE — Fachada da Igreja de S. Gonçalo

afirmar, o que é certo é ter sido esta região bastante povoada durante o dominio romano, conforme se depreende da toponimia local e do encontro frequente de vestigios daquela época, como calçadas, pontes, sepulturas com ceramica, armilhas e figuras de bronze, telha, mós manuais e moedas com o cunho da republica ou dos imperadores de Roma. E para isso deve ter concorrido principalmente a posição geográfica de Amarante, a caminho, para o centro e norte de Espanha, de povoações da importancia do Pôrto e de Braga — a Bracara Augusta, sede duma das grandes divisões administrativas — Conventus juridicus — de Roma na Peninsula Hispanica, o que justifica a construção, neste ponto, da primeira das três pontes aqui lançadas sôbre o Tamega, que se diz feita no reinado do imperador Trajano.

Não é conhecida, pelo menos dos não eruditos, a vida de Amarante até ao século XIII, em que nela foi fundada uma gafaria com capela da invocação de São Lazaro, uma albergaria devida á rainha D. Mafalda, mulher de D. Sancho I e o Convento de Freiras de Santa Clara, fundado por sua filha, e em que São Gonçalo aqui veio estabelecer-se numa ermida á beira-rio, fazendo milagres e promovendo, por volta de 1260, a construção da nova ponte — uma ponte ameada de três arcos, como se vê em medalhões da sua igreja — em substituição da ponte romana desmoronada muitos anos antes.

Foi a fama dos milagres daquele santo, trazendo muita gente, até de longe, de visita á ermida em que morreu e foi sepultado, que deu nova vida e incremento á povoação de Amarante e levou D. João III a, mais tarde em 1.540, mandar construir em sua devoção, a bela igreja e convento da sua invocação, monumentos nacionais, que só vieram a ser concluidos no reinado de Filipe I.

E de como Amarante foi conservando desde então relativa importancia é prova o facto de ser a Misericórdia da vila uma das primeiras fundadas no norte do país, visto que, conquanto se ignore quando o foi, sabe-se que ela já existia em 1.565, ano em que lhe foi entregue a albergaria, então extinta, e ainda a existência aqui de vários solares antigos de famílias, que se notabilizaram na época dos descobrimentos e das conquistas.

Mas os acontecimentos mais notáveis de Amarante, os que mais a ilustraram, decorreram no começo do século XIX. Foi o seu levantamento em 1808 contra o dominio de Junot, sendo uma das primeiras que contra êle se pronunciaram e indo então combater as tropas de Loison que vinham da Beira e foram obrigadas a retroceder em Mesão Frio; e a defesa da sua ponte em 1809 durante 14 dias contra as tropas daquele general, reforçadas e comandadas seguidamente por Delaborde, do que resultou depois a vingança dos franceses queimando a vila, a qual ardeu tôda á excepção da igreja e convento de São Gonçalo, certamente por milagre do santo seu patrono.

A ponte cuja construção, segundo o projecto de Carlos Amarante, terminou em 1790 vindo substituir a de São Gonçalo, que ruira 28 anos antes, conserva ainda, poupadas pelos restauros feitos, como heróicas feridas, as mutilações causadas então pelas balas francesas.

E' Amarante pátria de muitos homens ilustres entre os quais: António de Sousa Macedo, publicista, diplomata ilustre e secretário de estado de D. Afonso VI, João de Deus Amarantino, frade franciscano e notável geografo, Paulino Cabral de Vasconcelos, abade de Jazente, poeta humorístico, António Candido, orador académico, Teixeira de Pascoais, poeta e António Carneiro, pintor e poeta.

Carlos Amarante, um dos mais notáveis engenheiros arquitectos

AMARANTE — Interior da Igreja romanica de Travanca

da segunda metade do século XVIII, tendo feito, entre outros, os projectos da ponte de Amarante, da Igreja e escadório do Bom Jesus do Monte, da Igreja do Populo e do Hospital de São Marcos em Braga; não nasceu em Amarante, mas era filho dum amarantino, António Teixeira da Cruz, que, indo para Braga estudar, ali casou e se fixou, acrescentando então aos seus apelidos, como recordação da sua terra, o de Amarante, que principalmente usaram os seus filhos. Também João Pinto Ribeiro nasceu em Lisboa, mas era filho do amarantino Manuel Pinto Ribeiro, que, indo para a capital, tentara vida do comércio, ali casou e teve seus filhos, regressando, porém, passados poucos anos, a Amarante e vivendo desde então numa das propriedades que lhe doaram suas irmãs e que depois foram de seu filho João.

Felgueiras

O documento mais antigo em que se faz referência ao concelho de Felgueiras — terra nobilíssima de Entre-Douro e Minho — reside nas Inquirições de D. Afonso II (1220).

Há ali referências amiudadas ao «têrmo» de Felgueiras. D. Afonso III alude também, nas suas Inquirições, ao «julgado» de Felgueiras. Vê-se, assim, que êsse julgado, com as suas 20 freguesias, é quási coêvo da fundação de Portugal, já existia, pelo menos, há 720 anos; e dizemos «pelo menos» porque a sua existência vinha, por fôrça, de mais longe.

A antiquíssima história de Felgueiras está vinculado o nome glorioso de Egas Moniz —que passou parte da sua vida na freguesia de Sendim.

As terras de Felgueiras foram doadas por D. João I a Gonçalo Pires Coelho, descendente de Egas Moniz. D. Manuel I, confirmando essa doação, acrescentou-a ainda com rendas importantes.

Do passado de Felgueiras falam eloquentemente alguns monumentos antiquíssimos — entre os quais o formoso Mosteiro de Pombeiro — dos monges beneditinos. A igreja, monumento nacional, é um belo romanico de transição. Data, segundo se presume, do século XII.

O Mosteiro teve, no século XVIII, vida brilhante e próspera. Os franceses... de fora, roubaram-no e incendiaram-no; e os franceses... de dentro, ai por alturas de 1834, expulsaram os legítimos senhores da casa, sem cerimónia, e venderam o Convento... As alfaias religiosas — e eram riquíssimas — levaram, como é «natural», sumiço...

Em 1910 (Junho) foi declarado monumento nacional. Depois do burro morto...

A Direcção dos Monumentos Nacionais lançou meritórias vistas para o precioso edifício.

*

Felgueiras foi comarca de Entre-Douro e Minho. Em 1833 pertencera á comarca de Amarante; e, afim, depois de alternativas de vária fortuna, conseguiu a sua independência comarcã. Foi isto em 1855.

Gondomar

POVOAÇÃO muito antiga, a sua importancia infere-se do facto de lhe terem sido dados forais em 1193 e 1515 — o primeiro por D. Sancho I e o segundo por D. Manuel. No decorrer do século XIX, o concelho de Gondomar andou «aos encontrões» da conveniência politica e... administrativa de meio mundo. Reflectiu a agitação e a incerteza de uma época de experiências acentuadamente anti-nacionais. O Município de Gondomar foi extinto umas vezes, restabelecido outras...

Enfim — o mau tempo passou, e o progressivo concelho pôde tratar da sua vida sem recear importunices.

A terra é rica sob o ponto de vista agricola, industrial e mineralógico. A industria do oiro é, porém, a que celebrizou Gondomar. Quem há que desconheça as delicadíssimas filigranas que os artistas gondomarenses fabricam? Essas maravilhosas joias criaram justificado renome — e passaram desde há muito as fronteiras do nosso País.

Estão situadas neste concelho as importantes minas de carvão de S. Pedro da Cova — uma das maiores riquezas nacionais. A sua produção é, já hoje, notabilíssima.

A terra é cheia de pitoresco, possuindo locais de grande beleza como, por exemplo, o Monte de Crasto.

Muitos e valiosos achados arqueológicos revelam-nos a importancia das terras de Gondomar na antiguidade, — nomeadamente na época do domínio romano.

Um sem-numero de solares, pertencentes a nobres familias portuguesas, tinha assento neste concelho.

O Govêrno do Estado Novo, sob cuja égide o concelho de Gondomar tem evidenciado um progresso notável — expresso numa obra que abrange todos os sectores da vida municipal — deu categoria de vila á antiga povoação de Gondomar, cabeça do concelho.

Foi um acto de justiça, de inteira justiça; e os gondomarenses festejaram-no com grande entusiasmo.

MAIA

MAIA — Camara Municipal

UMA das terras mais nobres de Portugal — a Maia. E também uma das mais opulentas, «in illo tempore». As «Terras da Maia», de que foi donatário D. Gonçalo Mendes da Maia — o «Lidador», famoso adail de D. Afonso Henriques — iam da cidade do Pôrto até ao rio Ave, tendo dum lado o Atlantico e de outro o concelho de Valongo. Depois... Depois sofreu sucessivas mutilações, sendo-lhe levadas, uma a uma, muitas das suas freguesias. Tinha cinquenta: hoje possue apenas 16!

A tradição perde sempre com estes atentados á integridade regional; e não nos consta que ninguem lucre com êles...

Sob o ponto de vista histórico— oque nos interessa nestas ligeiras referências aos Municipios — o concelho da Maia é notabilíssimo.

E é muito antigo. Um pergaminho do Cartório de Moreira, datado de 1179, refere-se ao «território de Amaia». Segundo a opinião de Leite de Vasconcelos, esse território correspondia ao «Julgado da Maia». A êsse respeito, as Inquirições de 1258 são peremptórias. D. Manuel I concedeu-lhe foral em 1519.

A história da Maia é brilhante — e esta notícia não pode passar de uma simples legenda. Com que prazer lhe dedicariamos, se o espaço deixasse, a atenção a que tem jus!

A Maia foi berço de varões ilustres — entre os quais os irmãos Passos, célebres politicos; Velho Barbosa — autor da «Memória Histórica da Antiguidade do Mosteiro de Leça-do-Balio»; D. Frei João Moreira, Bispo de Cabo Verde; D. Frei João de S. José Queiroz, Bispo do Pará; o famoso general Azevedo Lemos, que foi o ultimo comandante em chefe do exército miguelista — e que fôra encarregado por D. Miguel de negociar o «arreglo» de Evora-Monte.

A Maia possuia inumeros monumentos históricos, de entre os quais avultava o de Leça do Bailio; mas lá os perdeu, pelo menos nominalmente, com as «mutilações» a que acima fizemos referência.

Digno também de especial menção, o Mosteiro de Aguas Santas, de fundação antiquíssima, mas reconstruido em 1168. E' de belo estilo romanico.

Sôbre a Maia e o seu glorioso passado, vale a pena ler o interessante trabalho do ilustre arqueólogo rev. padre Agostinho de Azevedo «A Terra da Maia» (subsidios para a sua monografia). Foi publicado pela Camara Municipal da Maia em comemoração do VIII Centenário da Independência de Portugal.

Povoa de Varzim

POVOA DE VARZIM é povoação muito antiga. Já a assinala, como vila rural, um documento de 956, do Mosteiro de D. Mumadona, de Guimarães. Foi vila Verazim, Varazim, e depois Varzim. Dando foral D. Deniz, em 1308, a Varazim de Jusão, á parte do rei (Varazim de Susão era então honra de fidalgos e cavaleiros) com seu pôrto, formou-se aqui, no bairro sul, uma póvoa maritima, surgindo dela a Póvoa de Varzim, englobando as outras partes contidas na antiga vila rural.

O pôrto de Varzim foi dado a D. Guterre Pelayo, tronco dos Cunhas, pelo Conde D. Henrique. Os descendentes de D. Guterre prevaleceram na parte honrada de Varazim de Susão. D. Manuel deu foral á vila com largos privilégios, em 1514.

Eclesiasticamente pertencia á freguesia de Argival, de que veio a desmembrar-se em 1625, tomando para paroquial a capela da Madre de Deus, Morgado dos Gaios. A nova matriz, que é a actual, foi benzida solenemente em 6 de Janeiro de 1757.

D. Deniz deu o senhorio de Varazim de Jusão a seu filho bastardo, D. Afonso Sanches.

Este, por sua vez, dava-o ao Mosteiro de Vila do Conde, que tinha fundado. Este senhorio transformou-se num foro de 4.500 reis — que a Camara pagava ás freiras claristas.

A sua comarca foi criada em 1875, sendo os actuais Paços do Concelho obra do ilustre dr. Francisco de Almada e Mendonça, corregedor do Pôrto. O seu castelo, que substituiu uma atalaia ou fortim para defesa da barra, data do século XVIII.

POVOA DE VARZIM
Igreja de Rates

POVOA DE VARZIM — Praça do Almada e Monumento aos Mortos da Grande Guerra

E' vila, concelho e comarca do Douro-Litoral, de cuja capital — a cidade do Pôrto — dista cêrca de 26 quilometros, por boa estrada nacional (n.º 1-1.ª classe) e vinte e oito pelo Caminho de Ferro do Norte de Portugal. Concelho com 12 freguesias no total de 6.282 fogos e 28.951 habitantes, segundo o ultimo censo de 1930. A vila (orago, Senhora da Conceição) conta 3.044 fogos e 14.117 habitantes, pelo mesmo Censo. Pertencente ao arcebispo primaz de Braga, a vila divide-se agora, eclesiasticamente, em mais duas freguesias, S. José e Senhora da Lapa, correspondentes aos antigos bairros norte e sul, o primeiro balnear e o segundo principalmente piscatório. Vila com foros de cidade, praia de banhos muito concorrida e admirável estancia de turismo, com o seu Estádio, Palácio Hotel e Monumental, Casino, etc. Em construção, mercê do Estado Novo, o seu «Porto de Pesca», a máxima aspiração dos poveiros, para assegurar a vida e labuta dos heroicos pescadores e fomentar o progresso local.

Arredores pitorescos: — A ver-o-Mar, pátria do poeta Gomes de Amorim; Argivai, pátria do professor Sacra Família; Laundos, com o seu monte de Castro de S. Félix; Terroso, com outro monte notável, o da Cividade; Amorim, com o seu novo templo artístico e com a sua velha igreja, que foi romanica; Rates, com a sua igreja de S. Pedro, também romanica, formoso e venerável Monumento Nacional; etc., etc.

Carreiras diárias de camionetas para diversas terras do País: Pôrto, Viana do Castelo, Barcelos, Braga, Famalicão, Guimarães, S. Tirso, etc.

De clima privilegiado, é também a Póvoa de Varzim uma verdadeira «vila de inverno», onde fixam residência muitas familias, por todos os motivos e mais um: por haver aqui Liceu, Escola Comercial, Colégios, etc.

Mercado diário; belas vivendas com água potável e energia eléctrica. Todos os requisitos duma vila moderna, dum grande centro citadino. São de nomeada as suas festas balneares.

Pelourinho na vila, e outro em Rates, que foi concelho e couto do Mosteiro de S. Pedro. Monumentos ao Cego do Maio e Mortos da Grande Guerra: Cruzeiro da Independência; Bibliotecas e museus.

*

O Estado Novo tem assinalado notavelmente a sua acção progressiva na Póvoa de Varzim. Entre muitos outros melhoramentos, contam-se o monumental Casino, o Palácio Hotel, os beneficios de comodidade e embelezamento do bairro balnear, como a Esplanada; remodelação da Avenida Mousinho e alargamento de ruas; construção do Estádio Gomes de Amorim, escolas, estradas, etc.; abastecimento de águas, captadas no rio Ave. Este ano devem ser inaugurados os novos edificios dos Correios e dos Bombeiros Voluntários; ultimamente verificou-se o alargamento e pavimentação da Rua Engenheiro Duarte Pacheco; abastecimento de águas à freguesia de Amorim; construção de estradas em várias freguesias do concelho; electrificação da da Estela, e projectam-se muitos e importantes melhoramentos no bairro balnear e a solução do magno problema do saneamento da vila.

Pode considerar-se quási concluido o molhe norte, melhoramento da máxima aspiração dos poveiros — o seu pôrto de pesca; brevemente terá início a construção do molhe sul. A Póvoa, que se engrandeceu pela sua vida piscatória, voltará a possuir a sua florescente industria de pesca, uma vez concluido o grande melhoramento do seu pôrto — mercê do Estado Novo e da obra eminentemente nacionalista do Dr. Oliveira Salazar.

Santo Tirso

ABUNDAM em Santo Tirso dados arqueológios, reminiscências prehistóricas; e elas nos contam, no seu pouco, da muita importancia que em velhos tempos atingiu esta formosa terra da beira-Ave. Mas a história de Santo Tirso está, por inteiro, na do famoso convento beneditino. O monumento não precedeu apenas a povoação: criou-a! Ignora-se a data da sua fundação; o que se sabe é que no ano de 770 já aqui havia comunidade religiosa. O «Nobiliásco» de D. Pedro conta-nos que o mosteiro foi redificado pelo Infante Alboazar Ramires, senhor da terra da Maia e filho de Ramiro II de Leão.

Mais tarde, o conde D. Henrique deou o mouto de Santo Tirso a D. Soeiro Mendes da Maia, neto de Alboazar e irmão de Gonçalo Mendes da Maia, o «Lidador». No referido couto estavam incluidas três igrejas: a do Mosteiro, e as de Santa Catarina e S. Miguel do Couto.

No principio do reinado de D. Afonso IV o Mosteiro beneficiou de obras importantes, efectuadas com as valiosas verbas testamentárias legadas pelo 2.º conde de Barcelos. Em 1650 o templo e o Mosteiro foram reedificados.

O Mosteiro sofreu em 1834 as consequências da «razia» perpetrada por Aguiar... Parte do edificio foi vendida a um particuar; e parte reservou-se para repartições publicas. Do pão do compadre...

Em 1882 surgiu o benemérito conde de S. Bento — um nome que vive no coração agradecido dos tirsenses! — Comprou o edificio e nele instalou o Asilo Agricola Conde de S. Bento. «Te Deum laudamus!»

Alberto Pimentel, na curiosa monografia «Santo Tirso de Riba d'Ave», escreve isto sôbre as riquezas do Mosteiro:

«O Mosteiro de Santo Tirso era rico. Podia render anualmente de 12 a 13 mil cruzados. A êle recorriam os reis nos apertos da guerra —e sempre os monges corresponderam generosamente a tais apelos».

Arquivamos também às seguintes palavras, pronunciadas pelo ilustre presidente da Camara de Santo Tirso por ocasião da ultima visita do sr. Presidente da Republica á linda vila:

«Este monumento histórico, de tão grande projecção moral no passado e no presente, bem merece dos poderes do Estado que velem pela sua conservação e reparação urgente».

SANTO TIRSO — A porta do Convento dos Beneditinos

VALONGO

A povoação de Valongo é antiquissima. D. Manuel I concedera-lhe foral. Ela devia existir já, e com certa importancia, nos alvores da nacionalidade, porque a mencionaram certos documentos do século XI. Um deles refere-se a determinadas terras valonguenses cedidas como couto a D. Hermezenda Guterres, — de que se originou o da vila de Ermezinde, integrada no concelho de Valongo. Da antiguidade desta terra fala-nos ainda a toponimia local:

Monte das Mamôas, Eventa, Casa da Orca, etc. No Monte de Santa Justa — famoso pelos seus ricos filões auriferos — existiu um castro para defesa dos moradores da região. Os arqueólogos têm encontrado um sem numero de reminiscências do dominio romano: ceramica, lucernas, etc.

Natural é que a riqueza mineira de Valongo atraisse a atenção dos romanos; e não há duvida de que foram êles que deram incremento á exploração da riqueza aurifera do monte de Santa Justa, que os antigos conheceram por Monte do Ouro.

Qual a origem da sua nomenclatura de Valongo?

O ilustre valonguense sr. dr. António Correia da Costa e Almeida refere, num interessante artigo publicado no numero comemorativo do 1.º centenário do concelho, a seguinte curiosa lenda:

«A lenda procura explicar as origens de Valongo de uma fei-

VALONGO — Camara Municipal e Rua de S. Mamede

Paredes

PAREDES—Igreja de Cête

PAREDES, lindo e progressivo concelho do distrto do Pôrto, teve por cabeça Aguiar de Sousa. Foi a Aguiar de Sousa que o Rei Venturoso concedeu foral. As ruinas do castelo de Aguiar lá estão ainda a testemunhar o passado nobre do concelho. Testemunha de ser visitada e ouvida é aquela veneranda igreja de Cête — há pouco restaurada pelo Estado Novo.

A Casa da Camara de Paredes, edificio de nobre aspecto, foi mandado construir em 1770 por D. Francisco de Almada e Mendonça, corregedor do Pôrto, a quem a Provincia de Entre Douro-e-Minho ficou devendo um sem-numero de obras notaveis.

A fundação do novo concelho data de 1834. O seu progresso tem sido, nos ultimos tempos, notabilissimo. A terra é linda e muito rica em produção agricola. A sua industria é, tambem, importante.

ção mais poética. Fugindo do oriente, ás perseguições dos romanos, aportou certo dia á Espanha, trazendo consigo as reliquias sagradas de S. Tiago, um grupo de cristãos, entre os quais vinham o rico negociante Samuel e sua filha Susana. Desembarcaram em Porto-cale, onde um donairoso e potente cavaleiro, Donnus, se enamorou tanto de Susana, que para casar com ela, se converteu ao cristianismo, o que naquela época representava arriscar a vida ou pelo menos a fortuna e a tranquilidade. A-pesar-de o ter feito com todo o segrêdo, soube-se logo que um rico cidadão de Porto-cale renegara a religião dos seus maiores, enfeitiçado pelos encantos de uma estrangeira cristã. Expulsos os dois da cidade, dirigiram-se para o oriente e depois de subirem a serra de Valongo puderam do alto desta serra admirar o soberbo e extenso vale que na sua frente encontraram e por onde a vista se estendia sem barreiras, até aos altaneiros cumes do Marão. Que Vale longo! E descendo, vieram estabelecer-se primeiro a meia encosta, mais tarde no vale, no lugar que hoje se chama Susão, forma sincopada de Susanus — Pagus Susanus, do nome de Susana, a filha do rico negociante Samuel.»

*

O concelho é rico em produção agricola e industrial. A industria mineira — nomeadamente a de lousa — sofre, no actual momento, uma grande crise; mas tudo leva a crer que seja passageira.

Outra industria que dá nome e fama a Valongo, que é já uma tradição centenária: a de panificação. Essa está próspera.

VILA DO CONDE

VILA DO CONDE não se arrecela de que terra alguma próxima lhe peça meças de antiguidade nem de fidalguia. Em meados do século X (953) já a primitiva «Vila de Comite» era objecto duma transação com as suas salinas e pescarias e com a sua igreja erecta no Castro de S. João, confrontando com o mar e rio, Varzim e Formariz.

Para conservar êsse nome devia ter sido sede de condado, com o seu Governador Militar.

Foi doada por D. Sancho I á «Ribeirinha», passando mais tarde para sua sucessora D. Teresa Sanches (4.ª neta) casada com D. Afonso Sanches, bastardo de D. Deniz que fundaram o Mosteiro de Santa Clara.

VILA DO CONDE — Igreja de S. Cristóvão

Disse que Vila do Conde era fidalga.

Basta levantar os olhos para os brasões de pedra que ostentam as fachadas das suas casas nobres: Azevedos, Coelhos, Vasconcelos, Costas da Barca, Meneses do Vinhal, Magalhães, Pizarro, Faria e Gajos ou Gaios, etc.

Notem-se ainda, como pormenor artistico, as numerosas casas da Rua da Igreja e de General Lemos com janelas ou portadas de risco primoroso, segundo estilo manuelino, influência preciosa da arquitectura da Igreja Matriz.

Mas, transitando naturalmente, na sucessão dos séculos ao século dezanove, assistamos á transmutação da cena concelhia por motivo de nova era — o regime liberal.

D. Pedro ao desembarcar viu frustrados os seus esforços para o fazer em Vila do Conde.

Foi Vila do Conde um dos concelhos mais beneficiados pela nova divisão administrativa de 1836.

Abrindo um dos braços prêso entre Varzim e Formariz, pôde alcançar nesse gesto fraternal parte das freguesias que pertenciam á Terra de Faria, direita do Ave e alongando o outro braço, num amplexo mais longo colheu as freguesias mais diletas da Terra da Maia e assim viu-se a braços como por encanto com trinta e cinco paroquias que constituem hoje o seu património e o seu orgulho, não contando com as duas anexas de Formariz e de Sant'Agões. Qual corôa majestosa da vila destaca-se aos olhos do visitante que a contempla do lado de Azurara o imponente edificio do «Mosteiro de Santa Clara», outrora convento clarista hoje «Reformatório» ladeado pelo templo gótico de S. Francisco um e outro restaurados, depois de concluida em parte a primitiva traça; e bem assim o interessante aqueduto que espera confiado a restituição dalguns dos seus 999 arcos, para voltar a conduzir á taça do claustro anexo ao mosteiro a água captada no Monte de Terrozo.

Nessa Igreja, na capela manuelina da Conceição estão os tumulos dos Fundadores em pedra de Ançã, belo estilo renascença.

Existem ainda na Igreja tumulos de sucessores dos mesmos e de D. Brites de Almeida filha do Condestável D. Nuno.

E' notável o trabalho de talha do teto do côro alto.

E' de notar no coração da vila a igreja matriz em estilo manuelino com os seus pilares esbeltos, com o seu pulpito renascença, os seus vitrais, e o seu notável arco abatido que sustenta o côro e a sua bela frontaria.

Próximo erguem-se os «Paços do Concelho» com a sua escadaria exterior e junto o Pelourinho, que é um dos mais curiosos especimes no género.

São dignos de cisita: «A Igreja da Misericórdia» com a sua valiosa talha, a «Ermida do Socorro», em forma de pagode indiano e junto á barra a «Ermida de Nossa Senhora da Guia» e o «Castelo de S. João Baptista».

No lado oposto do Ave admira-se um outro monumento nacional a «Igreja de Azurara» construida em meados do século XVI, tendo junto o modesto Pelourinho — unico vestigio do antigo concelho.

VILA DO CONDE — Igreja Matriz

Perto fica a «Igreja Franciscana dos Capuchos», cuja mosteiro é actualmente vivenda particular.

A cerca de uma légua de Azurara existe a «Igreja de Vairão» com o seu convento beneditino anexo, a cargo hoje da Junta Provincial do Douro Litoral.

Esse Mosteiro já existia no século X, tendo sido o primitivo templo construido pela devota D. Pala em principios do século XI, como consta duma antiga inscrição existente numa das dependências do antigo côro.

Na margem direita do Ave, perto da estrada de Famalicão, nota-se a Igreja romanica de «Rio-Mau», restaurada há anos e considerada monumento nacional, a qual data do século XII.

Entre os rios Ave e Este vê-se a «Igreja de S. Simão da Junqueira» que era o mosteiro dos frades cruzios, extinto com outros no tempo de Pombal, notável pela sua amplidão e arquitectura de fábrica jesuitica.

O Mosteiro, que já existia nos fins do século XI, é hoje propriedade particular, despois de restaurações várias.

Vila Nova de Gaia

NA galeria monumental de razões históricas directamente ligadas ao centenário da Fundação, tem a terra de Gaia um lugar honrosíssimo entre aqueles que mais lustre podem dar a uma região. Fica a terra de Gaia e, portanto, o seu velho nucleo populacional de Vila Nova — sucedaneo de outros aglomerados mais antigos ainda — na provincia do Douro Litoral, junto ao Atlantico e constituindo o extremo da margem sul do rio que é razão de vida desta circunscrição criada pelo actual Código Administrativo.

VILA NOVA DE GAIA — Edificio dos Paços do Concelho

Ficar nesta provincia, é ser integrado dentro da área do antiquíssimo «território Portucalense» do tempo de Fernando Magno; e poder ser incluido em região de tão alto nome é razão do mais patriótico orgulho.

*

E porquê?

Porque êsse Território tinha em si, pelas condições geográficas que o caracterizavam e no sentir dos seus habitantes — vibrantes descendentes dos lusitano-iberos e heróis da resistência de Numancia, e dos suevos inconsoláveis do domínio visigótico, mágoa que transmitiram aos galegos dos séculos X e XI — o germen de uma nacionalidade, a alma de uma Pátria.

Quando, mais tarde, e em consequência da «politica dirigida» (?) de Henrique de Borgonha e do «esfôrço português» de Afonso Henriques, nasceu o Portugal-Estado, o Portugal-Nação, nascia também, fazendo projectar pelo tempo além, o milagre de oito séculos de história, ou antes, a história milagrosa de oito séculos de vida.

*

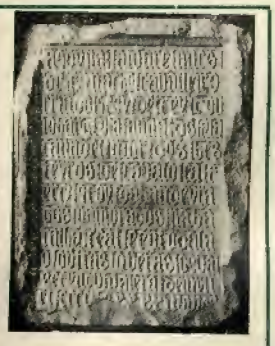
Deste centro regional surgiu, pois, pela sua expansão constante, o velho Portugal.

Até aqui o aspecto geral, de ter a terra de Gaia seu ambito dentro da mais sagrada das terras portuguesas. Agora, quanto ao particular, temos outra razão, que com o Pôrto compartilha, e é motivo de grande honra para as suas tradições locais.

Refiro-me ao nome de Portugal, topónimo cujo problema interpretativo ainda não atingiu de forma absoluta o seu fim. Mas, qualquer que seja o resultado a que um dia investigações peremptórias nos conduzam, é assunto em que a terra de Gaia tem papel preponderante, que nunca poderá ser discutido.

*

Gaia, tendo sido vigia da entrada do Douro, rio que com a sua rêde hidrográfica é o sistema nervoso da provincia, e como tal assistiu, quer á passagem, quer ao estabelecimento dos povos clássicos, acompanhando portanto a formação bio-social de uma Pátria a que ajudou a dar o nome, não pode deixar de ser lembrada com especial carinho, por todos os portugueses que neste ano aureo dos Centenários tenham o consciente orgulho de saber evocar o passado, para dele colherem ensinamentos e vigor capazes de serem garantes da continuidade na sua actuação histórica.



V. N. DE GAIA — Inscrição gótica do tumulo de Alvaro Aires de Cernache, Alferes da Bandeira da «Ala dos Namorados», na batalha real de Aljubarrota e 1.º Senhor de Gaia

Distrito de Santarem

A historia cronológica de Santarem, a velhissima «Scalabicastro», é cheia de grandezas, magnificencias e vicissitudes, que têm enchido muitos volumes de autores autorizados. E' cidade das mais nobres e antigas de toda a Peninsula Iberica.

A-pesar-da sua fundação estar envolta em lenda, sustentam alguns escritores que foi Abidis, o 26.º rei de todas as Espanhas, quem a fundou em 1141 antes de Cristo. Teria esse rei sido amamentado por uma loba, nas cavernas da região e mais tarde já rei, por sucessão a Gergoris, não se esquecendo da sua primitiva pátria, aqui voltou fundando a povoação a que deu o nome de Esca-Abidis, a seguir denominada Escalabis, donde fez capital do seu reino.

A despeito das constantes invasões de povos estrangeiros, Santarém soube conservar-se durante muitissimos anos em poder dos lusitanos, até que os romanos primeiro e depois os godos e mouros ali se instalaram sucessivamente e, de 715 e 1171, alternadamente, conforme a sorte das armas, por sarracenos e cristãos. Finalmente, em 1147, é por D. Afonso Henriques tomada aos moiros.

A sua importancia militar foi sempre grande.

Provém o actual nome do aparecimento no Tejo, em frente do burgo, do corpo de Santa Irene, que foi martirizada em Tomar e o seu corpo arremessado ao Nabão, arrastado ao Zêzere e levado na enxurrada para o Tejo.

Logo após a conquista da cidade, D. Afonso Henriques deu-lhe foral com muitas regalias, e D. Sancho I confirmou-o, estabelecendo a sua côrte em Santarém.

SANTAREM — Fonte das Figueiras

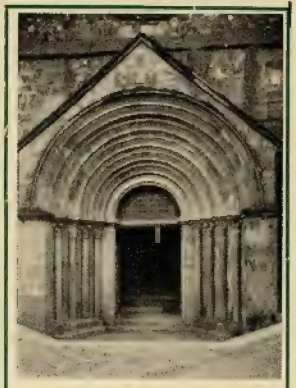
D. Fernando deu-lhe também foral, assim como D. Manuel, em 1506.

Em Santarém se reuniram durante dois séculos, por onze vezes, as Côrtes. A cidade foi teatro de muitos factos históricos: Ali foram supliciados os assassinos de D. Inez de Castro. Na ribeira do mesmo nome encontrou a morte, o filho unico de D. João II, o príncipe D. Afonso. Foi ainda Santarém a primeira localidade que aclamou D. António, Prior do Crato, rei em 1580, como a aclamação do Mestre de Aviz, e tantos outros pormenores que tanta fama lhe deram.

Alcandorada em monte abrupto, dominando a planicie imensa que o Tejo vai cortando com a sua fita azulada, Santarém é senhora de honrosas tradições e de mui nobres pergaminhos e de inumeros e vetustos monumentos históricos e artisticos que se impõem á admiração de quem a visita.

Não cabe neste simples artigo o esboço histórico da veneranda cidade. Para se indentificarem com a vida do antigo burgo devem os leitores procurar os numerosos volumes que a descrevem e lhe narram os feitos, heroismos e munificencias com o desenvolvimento a que tem jus.

O que, porém, devemos acentuar neste ano das Comemorações Centenárias, é que Santarém, capital da ubérrima provincia do Ribatejo, que altivamente olha do alto das suas muralhas, não desmerece no Presente do que foi no seu brilhante passado.



SANTAREM — Igreja de S. João de Alporão—Pórtico principal — Século XII

O distrito, que tem o seu nome, atinge 6.689 quilómetros quadrados, compreendendo 20 concelhos e 155 freguesias, abrangendo uma fertilissima e rica região de grande valor, especialmente no que se refere á produção viti-vinicola, cerealifera, olivicula, de gados, montados, etc.

De situação topográfica privilegiada, que a tornaram um importante entroncamento de comunicações, o seu desenvolvimento acentua-se de dia para dia, tanto sob o ponto de vista industrial, como comercial, como turistico para o que a cidade reune excepcionais condições de atracção, pelos seus ricos monumentos e pelos seus surpreendentes panoramas.

Santarém é também devedora ao Estado Novo da satisfação de algumas das suas mais velhas aspirações e da realização de importantes melhoramentos que muito têm contribuido para o seu progresso e bem estar da sua laboriosa e patriótica população.

E' extensa a lista dos seus filhos ilustres que se notabilizaram pelos seus feitos e saber.

PROVINCIA DO RIBATEJO

NÃO sendo, muito embora, das provincias de maior extensão territorial, a do Ribatejo, criada pelo Código Administrativo de 1936, é das mais fecundas e ricas provincias do continente português.

«Já de há muito que esta provincia tinha limites marcados pela geologia e pela geografia, pelos costumes e até pela arte» — disse-o algures o sr. dr. Eugénio de Lemos, muito ilustre Governador Civil de Santarém.

De facto assim é: «O Ribatejo tem absolutamente demarcada a sua forte individualização geográfica de uma parte importante do Golfo do Tejo e do Sado», que é como a bordadura e a Meseta, um dos grandes elementos estruturais do país».

Sob o ponto de vista económico, o Ribatejo, com a sua pecuária valiosa, os seus olivais de qualidade, os seus vinhedos extensos e produtivos, os seus pomares de saborosos frutos e toda a sua riqueza, apresenta-se galhardamente ao lado das mais prosperas e ubérrimas provincias. No aspecto turistico, possue encantadoras paisagens e regiões de grande beleza, com surpreendentes panoramas que a tornam um belissimo rincão digno de ser visitado e apreciado. Ainda pelo lado histórico, o Ribatejo impõe-se pelas tradições nobilissimas do seu passado brilhante em que há tantas e tantas páginas de grandeza e de heroismo, de que dão cabal testemunho os mil e um vetustos e artisticos monumentos que conserva no seu território.

A sua população é entranhadamente, mas superiormente bairrista; procura elevar sempre e sempre a sua região, mas sem menosprezar as virtudes das restantes.

O seu campino, êsse condutor de gado bravo nas lezirias, é um simbolo caracteristico da valentia, da audácia, dos homens da lezíria imensa. E' uma figura tipica, popular em todo o país e romantizada no teatro e na literatura.

Uma outra figura caracteristica do Ribatejo é o pescador da Borda de Agua, aferrado á sua faina e ás suas tradições.

A região ribatejana está muito reconhecida ao Estado Novo por ter dado realidade á sua máxima aspiração, criando a Provincia do Ribatejo, e foi com sincera e intensa alegria que os povos que constituem a nova circunscrição administrativa, receberam a publicação do novo Codigo Administrativo.

A Comissão Administrativa que geriu, no ano de 1937, a Junta de Provincia do Ribatejo, constituida pelas individualidades que faziam parte da Comissão Administrativa da extinta Junta Geral do Distrito de Santarém e mais os srs. José Van-Zeller Pereira Palha e dr. António Pedro Chambel, representantes respectivamente das extintas Juntas Gerais dos Distritos de Lisboa e de Portalegre, tomou posse no dia 16 de Janeiro daquele ano, revestindo esse acto uma elevada manifestação regional e nacionalista, a êle tendo assistido todo o elemento oficial e representativo da Provincia, União Nacional, Camaras Municipais, etc.

A demonstrar o reconhecimento da região, realizou-se na noite em que a Comissão Administrativa tomou posse, em Santarém, uma grandiosa manifestação ao Estado Novo, na qual se encorporaram milhares de manifestantes.

A acção da Junta de Provincia do Ribatejo no ano de 1937, além da montagem da engrenagem do novo corpo administrativo, salientou-se pela forma como procurou integrar-se no cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pelo novo Código Administrativo.

Colaborou com todo o interêsse na organização do Cortejo Folclórico, da iniciatova da Emissora Nacional, e, a essa impressionante parada nacional, enviou uma representação que marcou vincadamente quer pela quantidade, quer pela qualidade, pois foi neste grandioso certame realizado no Campo 28 de Maio, que se organizou a maior parada, de campinos até hoje realizada em Portugal, além de vários grupos e ranchos folcloricos da Provincia que acompanharam o carro monumental, alegoria, ao Ribatejo, que a Junta mandou executar para este cortejo.

Subsidiou a manutenção de 30 menores orfãos, naturais da Provincia do Ribatejo, no Asilo da Misericórdia de Santarém.

Subsidiou 23 alunos, filhos de pequenos lavradores, na frequencia da Escola de Regentes Agricolas, de Santarém.

Subsidiou a realização da Exposição-feira, do Cartaxo, magnifica afirmação das possibilidades industriais e agricolas deste próspero concelho, e, também, as tipicas e tradicionais Festas do Colete Encarnado, em Vila Franca de Xira e a Parada Agricola, realizada em Riachos, concelho de Tôrres Novas.

Pelo Conselho Provincial, foram eleitos, nos termos do Código Administrativo, para constituirem a Junta de Provincia no triénio de 1938-1940, as mesmas individualidades que compunham a Comissão Administrativa anterior.

Na gerência de 1938, a Junta iniciou a realização do seu plano de actividade e, assim além da colaboração que dispensou a todas as iniciativas de caracter regional, promoveu a realização de algumas conferências culturais em que foram conferentes os ilustres homens de ciência doutores Aristides de Amorim Girão, António Lino Neto, Mendes Correia e António Monte São, as quais foram presididas respectivamente pelos srs. Ministros da Justiça, da Agricultura e do Interior.

No campo da assistência, não esqueceu esta Junta de Provincia as Misericórdias e outras instituições de beneficencia, não só pela obra simpática e humanitária que desempenham, como também por serem estas instituições que exercem um elevado papel social nas classes menos protegidas da sorte, para o que lhes distribuiu cerca de 277.000$00, no ano de 1938.

SANTAREM — Igreja do Convento de Santa Clara

Nas suas atribuições de cultura, vem subsidiando o Ateneu Comercial de Santarém, com a verba de 20.000$00 anuais.

Constituem a actual Junta de Provincia do Ribatejo os srs. dr. Manuel António Branco, dr. Carlos de Azevedo Mendes, dr. Vergilio Cravador Arruda, José Van-Zeller Pereira Palha e capitão Lino Dias Valente, este colocado na efecti-

vidade, por motivo do falecimento do vogal sr. Guilherme Guerra.

Os srs. drs. Manuel António Branco e Carlos de Azevedo Mendes, há catorze anos que vêm fazendo parte das Comissões Administrativas que geriram a extinta Junta Geral do Distrito de Santarém e actual Junta de Provincia.

Quis a Junta de Provincia do Ribatejo, adentro das atribuições que lhe confere o novo Codigo Administrativo, fundar um Sanatório Provincial para tuberculosos.

Depois de aturados esforços e estudos, verificou-se que as disponibilidades deste corpo administrativo não permitiam a efectivação dessa iniciativa, o que levou a Junta de Provincia a pôr de parte o seu propósito, criando em contrapartida, o Preventório Colónia Balnear da Junta de Provincia do Ribatejo, na Nazaré.

Feitos os necessários estudos e vencidas algumas dificuldades de ordem técnica que se depararam, iniciou-se a construção daquele edificio, situado num optimo local, na vila da Nazaré, do qual se desfruta um formidável panorama maritimo.

A este empreendimento está a Junta de Provincia do Ribatejo dispensando um especial carinho e atenção, ficando, depois de concluido e mobilado, á disposição das Camaras Municipais desta circunscrição provincial que para lá queiram mandar, na epoca própria, as crianças pobres dos respectivos concelhos.

Para a construção desta obra, incluindo o respectivo mobiliário, vai a Junta de Provincia do Ribatejo despender aproximadamente 500.000$00.

Todas as iniciativas de interêsse regional, quer sob o ponto de vista económico, quer social, quer ainda cultural, têm merecido a esta Junta de Provincia o seu melhor acolhimento e assim há que destacar o grande interesse com que os seus representantes acompanharam a grande comissão de Vila Franca de Xira que foi a Lisboa, solicitar do sr. Ministro das Obras Publicas e Comunicações, a construção da Ponte sobre o Tejo, nesta importante vila ribatejana e que ultimamente foi novamente apresentar àquele membro do Govêrno o seu reconhecimento por ter deferido este pedido, que representa um beneficio incontestavel aos povos desta rica região.

Com a maior dedicação colaborou esta Junta na interessante iniciativa do Secretariado da Propagnda Nacional, no concurso da «aldeia mais portuguesa» e foi com verdadeiro jubilo que verificou o esforço que despendeu a aldeia de Azinhaga e a forma como essa laboriosa aldeia ribatejana correspondeu á importancia desta Provincia, conseguindo ir até ás meias finais do referido concurso.

Para galardoar a forma como essa aldeia representou a região ribatejana, resolveu a Junta de Provincia colocar na sua principal arteria placas em azulejo com a seguinte inscrição: «Aldeia mais portuguesa do Ribatejo» — «Concurso do Secretariado de Propaganda Nacional» — «Homenagem da Junta de Provincia do Ribatejo».

Absorvem parte das receitas da Junta os encargos de fornecimento de casas e mobiliário para as repartições distritais e do Tribunal do Trabalho, facto este que muito contribue para que mais larga e proficua não possa ser a acção desta Junta.

Com estes serviços despendeu já a Junta de Provincia do Ribatejo, aproximadamente a quantia de 200.000$00.

E para terminar esta ligeira resenha da vida administrativa da Junta de Provincia do Ribatejo, convem acentuar que, além de muitos outros factos realizados, tem a Junta de Provincia do Ribatejo em execução o seu 1.º Boletim, magnifico repositório de todas as actividades da Provincia, focando os seus variadissimos aspectos económico, social e cultural, cuja colaboração foi confiada a um grupo de intelectuais que, pela sua pena brilhantemnte experimentada, nos vão dizer o que pensam sôbre a região ribatejana.

Abrantes

DIVERGEM as opiniões quanto á data da fundação e á origem de Abrantes, mas todos os autores a admitem antiquissima.

Segundo uns teria sido fundada pelos galo-celtas, 308 anos A. C. e reedificada pelo pretor romano Tubo de que lhe derivaria o nome de Tubuci. Querem outros que a sua fundação se deve aos turdulos, 990 antes de Cristo. Outros ainda pretendem que foram os andaluzes quem 590 anos A. C. a fundaram, dando-lhe o nome de Tubulli.

Seja como fôr, sabe-se que é de origem remotissima e desempenhou sempre importante papel nas pugnas travadas entre os povos invasores.

O seu castelo data do tempo do dominio romano e foi edificado 130 anos antes de Cristo, pelo cônsul Décio Junior Bruto. Os romanos perderam-na a favor dos godos no ano 409 de J. C. Estes ultimos ter-lhe-iam dado o nome de «Aurantes», em consequência do muito ouro que se extraia das areias do Tejo. Uma outra versão atribue aos romanos o nome de «Tubuci-Aurantes».

Em 716 a povoação passou ao poder dos árabes que a denominaram de Libia e em poder deles se conservou até 8 de Dezembro de 1148 em que foi tomada de assalto por D. Afonso Henriques. Este dia foi o adoptado pelo concelho para o seu feriado municipal.

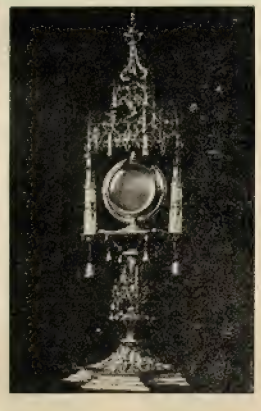
D. Deniz, que teve Abrantes em muito aprêço, deu-lhe novo foral, em Dezembro de 1279 e a 24 de Abril de 1282 concedeu o senhorio de Abrantes á dulcissima Rainha Santa Isabel. No reinado do «Lavrador» recebeu o castelo de Abrantes muitas e notáveis reformas, uma das quais foi a construção da tôrre de menagem, com três pavimentos, do ultimo dos quais se podia avistar Santarem.

D. Manuel I reformou os anteriores forais, em 1 de Julho de 1510, em Santarem, dando-lhe os mesmos privilégios e isenções.

As muralhas da circunvalação foram feitas por D. Afonso III e por D. Deniz entre os anos de 1250 e 1300.

A cidade foi também dada, em 5 de Janeiro de 1372, por D. Fernando I a sua mulher, a célebre D. Leonor Teles de Menezes.

Foi em Abrantes que D. João I, ali chegado a 9 de Julho de 1385, convocou o seu Conselho para assentar sôbre se deveria ou não dar luta aos castelhanos.



ABRANTES — Custódia manuelina da igreja de S. João

ABRANTES — Rua dos Condes de Abrantes

O infante D. Pedro escolheu Abrantes para sua residência, durante muitos anos e o seu cadaver, depois da estupida batalha de Alfarrobeira, foi ali sepultado. Mais tarde, os seus restos mortais foram transferidos para o convento da Batalha, onde repousam.

Os abrantinos, que sempre se distinguiram por entranhado amor á Pátria e á sua terra, também deram o seu contributo para a batalha de Alcácer-Quibir, de triste memória.

Durante o dominio dos Felipes, notabilizou-se Abrantes por vários episódios que bem revelam o inexcedivel patriotismo dos seus habitantes.

Foi Abrantes das primeiras terras portuguesas que aclamou D António, Prior do Crato (filho do Infante Luiz, abrantino de nascimento) legitimo Rei de Portugal.

Finalmente, na aclamação de D. João IV, como Rei de Portugal, foi ainda Abrantes a primeira vila do País que, depois de Lisboa, o fez. Por tal atitude a vila recebeu das Côrtes o titulo de «Notável», de que justamente se ufana, como aliás de tantos outros honrosos factos históricos que muito a lustram e elevam.

O Govêrno, em 1809, reconhecendo a importancia estratégica de Abrantes, mandou-a fortificar e elevou-a á categoria de Praça Militar de 1.ª ordem. Foi seu primeiro Governador o marechal de campo João Lopes de Sousa. Na Guerra Peninsular foi Abrantes o principal depósito de munições de guerra, em víveres e ambulancias.

Do alto do seu castelo, que foi teatro de tantos e tão heroicos lances guerreiros, avista-se um soberbo panorama e o casario, descendo pela suave encosta, dá-lhe um aspecto formosíssimo.

A sua elevação á categoria de cidade é recente — e justificou-se amplamente pelo seu desenvolvimento constante, e pelas suas sempre florescentes actividades nos campos, agricola, comercial e industrial.

Poucos pontos do País se podem orgulhar de possuir arredores de tão encantadora beleza.

Duas das mais importantes fundições de ferro e de aço do País estão instaladas no concelho de Abrantes, onde há tambem numerosas e importantes fabricas de cortiça, de moagem, de massas alimentícias, azeite, tanoarias, adubos, crinas, esparto, cairo, cal, serração de madeiras, refrigerantes, latoarias, preparação de carnes, pirotecnia, com grande fama.

E' tradicional o fabrico de especialidades doceiras, como as suas saborosas «tijeladas» e a «palha de Abrantes», cujos segredos de delicada preparação, os habitantes aprenderam com as freiras.

Do Estado Novo, sob a égide serena e nobre do sr. General Carmona e orientado pela sábia e esclarecida inteligencia do Doutor Oliveira Salazar, tem Abrantes recebido vigoroso impulso para satisfação dos seus anseios de progresso e de trabalho, mantendo bem alto as gloriosas tradições da sua brilhante historia.

Entre os melhoramentos que recebeu seja-nos permitido destacar, de relance, a construção e reparação de numerosissimas escolas, a exploração de aguas e construção de fontes, a substituição de rêdes de aguas da cidade, aquisição de importantes maquinismos para serviços publicos, construção e reparação de caminhos e pontes, construção de lavadouros publicos, reparações em edificios municipais, aformoseamento dos passeios publicos e de outras vias, substituição de pavimentos da cidade, construção de retretes publicas, construção de mercados, instalação de postos de sanidade, construção do quartel para os bombeiros, ampliação da rêde electrica, aquisição de material de socorros, criação de biblioteca municipal, construção de rêde de esgotos, novas avenidas, novas fontes, novas e sempre mais escolas, e, enfim, mil e um melhoramentos, nos quais se gastaram uns poucos de milhões de contos de reis.

A formidavel obra efectuada no concelho de Abrantes, em todas as suas freguesias, sem excepção, pertence ás comissões administrativas do seu Municipio, sem duvida, mas é o natural reflexo da obra eminentemente nacional do Estado Novo.

ABRANTES — Uma rua do Jardim do Castelo

ABRANTES — Tumulo de D. Diogo Fernandes de Almeida

ALCANENA

É de recente criação o concelho de Alcanena, no distrito de Santarem, de cuja capital dista 30 quilómetros, na Provincia do Ribatejo.

Encorporada antigamente no concelho de Torres Novas, a vila de Alcanena em face da sua importancia cada vez maior foi, por lei de 8 de Maio de 1914, separada daquele concelho, passando a ser sede do concelho com o seu nome.

Da fundação da vila não há noticia, mas afirma-se que o nome de Alcanena deriva do termo árabe Alcanina, que quere dizer «cabaça seca», sem miolo, propria para conter liquidos, o que deixa supor que tivesse existido ali povoação antiga.

No lugar da Louriceira, num local a que chamam «Olhos de Agua», e onde, em quinta-feira de Ascensão, se reunem numerosas pessoas da região em ruidosas e alegres festas — nasce o Alviela que abastece de agua a capital do País.

O sitio, que fica a 4 quilómetros de distancia de Alcanena, reune grande beleza pelo formosissimo conjunto de aguas, vegetação e rochas que oferece.

Outros pontos pitorescos do concelho que merecem apreciação são: a Ermida de Santa Marta, na Serra de Aire, a 4 quilometros da vila, donde se avista um soberbo e vasto panorama; a Mata do Covão, em Minde, notavel pelo conjunto de pinheiros e castanheiros, alguns dos quais são de grande envergadura; Olho de Mira e Olho de Poio, nomes de vastas nascentes

ALCANENA — Igreja Malhou

de agua que durante grande parte do ano formam enorme lagoa, na qual abunda excelente peixe. E' conhecida por «Lagoa de Minde» e as suas aguas, que medem quatro quilometros de largura por dois de comprimento, agitam-se como a de certas bacias maritimas. A Serra de Aire, a 12 quilómetros de Alcanena e grande altitude, oferece tambem um surpreendente panorama.

O concelho de Alcanena, que tantos beneficios tem recebido do Estado Novo, tem varios melhoramentos em curso e deseja a construção do novo edificio dos Paços do Concelho, alem da construção de edificios escolares em Alcanena, Vila Moreira, Malhou e Louriceira, miradouro e ajardinamento, um bairro de casas economicas e a constituição do seu Gremio de Lavoura.

De que, em breve, as suas aspirações se tornarão em realidade, garantem os homens que se encontram á testa da Comissão Administrativa da Camara Municipal, pessoas que pelo seu passado de trabalho e de iniciativa e pelas provas exuberantes que têm dado no presente do seu entranhado amor ao concelho que administram, aliado á sua competência e valor.

CONSTANCIA — Pelourinho

Constância

«PUGNA-TAGE» (Combate do Tejo) foi o primitivo nome que a Constancia deram os romanos quando a fundaram, uns 100 anos A. C., em memoria de uma grande batalha que ali se travou.

Outros autores dizem que tal denominação proveio do facto de Constancia ser repetidas vezes invadida pelas cheias do Tejo. Há ainda outros que afirmam ser o seu primitivo nome «Moro» que alguns querem que tenha sido o do castelo de Almourol. Mas não ficam por aqui as divergencias pois há quem afirme que os árabes lhe chamaram «Almordan», havendo tambem quem atribua este nome ao referido e famoso castelo.

O certo é que o povo corrompeu o nome de «Pugna-Tage» que um decreto de 7 de Dezembro de 1836 mudou para o de Constancia dando ao mesmo tempo á vila o titulo de «notavel».

Constancia, que está situada na confluencia do Zézere com o Tejo, tendo por fundo um dos mais encantadores cenarios do Ribatejo, esteve durante seculos sob o dominio árabe. Em 1150 foi resgatada por Gonçalves Mendes da Maia, o «Lidador».

D. Sebastião a fez vila em 1578, a pedido de Simão Gomes, o «Sapateiro Santo», que ali tinha familia, segundo afirma Alberto Pimentel. Até essa data Constancia pertencia ao termo de Abrantes.

Crê-se geralmente que foi em Constancia que esteve desterrado Luiz de Camões, ai pelos anos de 1548 a 1550, por causa dos seus amores com D. Catarina (Natercia) de Ataide, dama da rainha D. Catarina, mulher de D. João III que o grande épico tornou imortal nos seus versos. Luiz de Camões teria estado encarcerado na cadeia da vila, segundo uns, ou segundo outros habitaria uma casa junto ao Tejo.

Franklim não menciona foral antigo a esta vila, mas D. Maria II deu-lhe foral em 1833.

Em 1809 reuniu-se em Constancia o exercito anglo-luso, comandado por Wellington, antes do inicio da marcha para Espanha, onde em Talavera derrotou os franceses comandados pelos generais Jourden e Victor.

Duas pontes ligam Constancia ás fronteiras margens do Zézere e do Tejo, a primeira das quais é para veiculos, sendo a segunda destinada aos caminhos de ferro.

A pouca distancia da vila fica a encantadora Praia do Zézere.

Constancia foi berço de varões ilustres, como Frei Antonio das Neves, Bartolomeu dos Mártires, Dias e Sousa, o professor régio Candido Antonio de Oliveira e Silva, Frei Damaso da Apresentação, o lente catedrático João Maria Baptista Calisto, etc.

O Estado Novo tambem por este concelho fez passar o seu impulso renovador, concedendo-lhe muitos melhoramentos e beneficios.

Ferreira do Zezere

DESCONHECE-SE a data exacta da fundação de Ferreira do Zézere, povoação antiquissima, situada na parte central da antiga Lusitania, na região que foi habitada pelos lusitanos.

A região foi porém tomada aos agarenos, quando das pugnas para a fundação e manutenção da nossa nacionalidade, ficando encorporada no reino de Portugal.

Em 1156 foi povoada por D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, que lhe deu foral. Três anos depois, D. Afonso Henriques doava o castelo de Ceras á Ordem dos Templarios.

D. Sancho I fez, em 1190, doação a Pedro Ferreira, de que lhe provém o nome acrescido de Zézere por estar situada na margem deste rio, de uma herdade em Vale de Orjais, que ele povoou e que mais tarde, com a Quinta das

FERREIRA DO ZEZERE — (Um trecho de Pias)

Aguas Belas, constituiu um Morgadio.

O mesmo monarca deu-lhe tambem a herdade de Valdorjais, no termo de Tomar, que em 1225 foi por ele doada aos Templarios.

Antes porém, em 1222, deu Pedro Ferreira carta de foral á povoação de Ferreira do Zézere que depois foi sede do termo de Ferreira e da Comenda da Ordem de Cristo, e é hoje a sede do concelho.

O padroado da povoação foi dado depois por D. Deniz, em 1306, á Ordem do Templo que foi extinta pouco depois e instituida a Ordem de Cristo por bula do Papa João XXII, sendo em 1321 os seus dominios divididos em comendas. Foi então que a povoação de Dornes passou a sede duma importante comenda, uma das seis em que o termo de Tomar foi dividido, e que mais tarde foi encorporada na Casa do Infantado, e sede do termo de Dornes, Beco e Palo Mendes.

Pela referida divisão foi tambem instituida a comenda-mor das Pias, cuja sede foi primitivamente em Areias e cuja área abrangia a superficie das actuais freguesias deste concelho de Pias, Areias, Chãos e Igreja Nova e ainda a freguesia de Alviobeira do vizinho concelho de Tomar.

El-Rei D. Manuel I deu foral novo a Ferreira do Zézere, elevando-a á categoria de vila, em Lisboa, a 12 de Março de 1513. Há, no entanto, quem sustente que a povoação já era vila, feita por D. Afonso V, em 1450.

Afirma-se que, em tempos remotos, houve no sitio da Castanheira, á beira do rio, um convento de frades bentos, que deixou de existir há muitos anos e com as pedras da sua igreja foi feita por uma D. Amonia, desta vila, a actual capela. Neste cabeço foram encontradas sepulturas vazias, com o aspecto de caixas, a que chamam sepulturas dos mouros. Parece, por isso, que foi aqui um «almocabar» sarraceno.

Na sua genealogia tambem, o concelho de Ferreira do Zezere conta com uma pleiade de homens ilustres que prestaram valiosos serviços á Pátria.

Entre esses contam-se:

D. Rodrigo Alvares, irmão do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em quem foi instituido o Morgado de Aguas Belas do qual foi um dos senhorios Duarte Sodré Pereira Tibau, fidalgo da Casa Real, que tinha servido nas Armadas do Reino; D. Pedro Afonso, filho de D. Afonso Henriques, ao qual D. Sancho I doou o Reguengo de Monsaraz (Monte da Saude) proximo de Dornes; D. Gonçalo de Sousa, descendente do Infante Martim Afonso, filho de El-Rei D. Afonso III, Comendador-mor de Dornes que foi Vedor do Infante D. Henrique, do seu conselho, e seu alferes-major; Martim Correia, primeiro senhor da Torre da Murta, na freguesia de Areias, conselheiro e guarda-mor do Infante D. Henrique, que em 1463, morreu em Tanger, coberto de gloria; Martim Correia da Silva que, como tutor do quarto senhor da Torre da Murta, Henrique Correia da Silva, na sua menor idade, foi administrador da mesma importante propriedade, e que, depois de valiosos serviços prestados á Pátria, no Oriente, foi Governador de Ceuta depois embaixador em Castela e, por fim, conselheiro de El-Rei D. Sebastião.

A Comenda das Pias pertenceu pelo seculo XV, entre outros, a Gonçalo Velho Cabral, o descobridor dos Açores, e pelo seculo XVI á familia dos Tavoras, estando em 1514 como seu comendador-mor, Cristovão de Tavora, e em 1544 na posse de Lourenço Pires de Tavora, pai do celebre Cristóvão Rodrigues de Tavora, válido de D. Sebastião.

*

O concelho de Ferreira do Zézere, é uma região muito pitoresca devido ao relêvo do seu solo, todo cheio de recortes e ondulações, e

FERREIRA DO ZEZERE — Antiga vila de Aguas-Belas

onde os planaltos, montes e outeiros alternam com os vales mais ou menos profundos e largos, voltados a todas as exposições.

As suas altitudes variam entre 200 metros na Ribeira das Pias, proximo do lugar de Ponte de Ceras, ponto mais baixo do concelho, e 447 metros no ponto mais culminante da Serra Alta da Junqueira.

Tem pontos de vista com largos e soberbos horizontes, tais como: A Serra Alta da Junqueira, o Penedo do Corvo, na Serra de Santa Catarina, a Serra de S. Saturnino, o Penedo do Galo, o Outeiro da Fôrca, a Serra das Besteiras, a Serra da Bicha, a Serra da Portela de Vila Verde, a Serra de S. Paulo, a Serra do Casal, a Serra dos Cumes, o Monte de Telefago, o Monte da Moita de Alva, etc., sendo para lamentar que este concelho não esteja incluido na zona turistica.

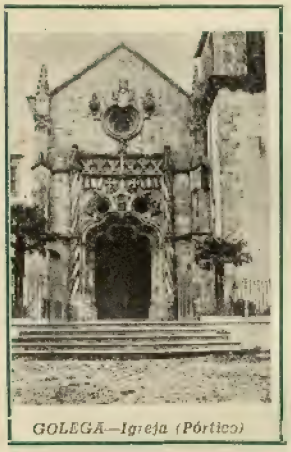
O Estado Novo muito tem contribuido para o seu progresso e desenvolvimento com a realização de numerosos melhoramentos.

Golegã

REZA a tradição que a Golegã foi fundada por uma mulher da Galiza que, nos tempos de D. Afonso Henriques ou de D. Sancho I, ali se estabeleceu com uma estalagem a que chamavam a «Venda da Galega». Este nome transformar-se-ia mais tarde em Vila Galega e daqui, por corrupção, em Vila da Golegã.

Nasceu assim a povoação, que já no reinado de D. Afonso V tinha relativa importancia, tendo prosperado sempre.

Pode dizer-se que o tempo de maior florescimento que teve foi no reinado de D. Manuel em consequencia das côrtes que aquele monarca reuniu, por vezes, em Almeirim, onde os da Golegã vendiam muitos dos seus géneros.



GOLEGÃ—Igreja (Pórtico)

Não era isso, porém, o suficiente para o progresso da vila e então os seus habitantes voltaram-se para a agricultura. De tal maneira souberam aproveitar as excepcionais condições de fertilidade do terreno, irrigado pelo Tejo com os seus magnificos e fecundantes nateiros, que a vilazinha entrou em franca prosperidade, acentuada de ano para ano. O povo da Golegã tinha encontrado a sua verdadeira actividade.

El-Rei D. Manuel, que lhe deu foral, mandou edificar a igreja matriz, majestoso templo de três naves, vasto e sumptuoso, construido no mesmo estilo em que aquele monarca nos deixou tantas obras primas.

Matriz como a da Golegã poucas vilas em Portugal se podem orgulhar de possuir.

De espaçoso interior e altura proporcional, as suas naves são divididas por belas arcadas ogivais. Conserva-se rigorosamente a primitiva arquitectura do templo através das reparações a que os estragos do tempo têm obrigado. Na formosa igreja, que está muito bem conservada, existe uma tela, um tanto deteriorada, que se atribue a Grão Vasco.

Pela altura da edificação da Matriz, foi, tambem por D. Manuel, fundada a Misericordia, com a sua igualmente linda igreja e o respectivo hospital.

No concelho da Golegã existem algumas importantes e grandes quintas, pois muitos fidalgos, atraídos pela fama legitima da fertilidade dos terrenos, aqui se estabeleceram, dedicando-se á lavoura.

A cêrca de 1.300 metros da vila existe um antigo convento, o de Santo Onofre, fundado em 1519. O edificio é de mesquinhas proporções e arquitectura. Pertenceu primitivamente aos frades claustrais, passando, mais tarde, a ser pertença dos frades franciscanos.

O concelho foi sempre propriedade da Corôa e a Mitra apresentava o vigario que tinha 320$000 de rendimento anual.

E' terra abundantissima em cereais, azeite, vinho, frutas e hortaliças. Nos seus vastissimos prados criam-se varias especies de gado, tendo fama a raça cavalar.

Do seu uberrimo e abençoado solo sai o azeite para mais de vinte lagares existentes no concelho, que tem tambem importantes olivais e arrozais e considerados criadores de gado, aproveitando-se das verdejantes campinas.

Os naturais da Golegã são de indole afectiva, probos, honestos e trabalhadores.

*

Na margem direita do Almonda e do Tejo, numa extensa campina, donde se descobre a vila de Chamusca, a 4,5 quilometros da vila, fica Azinhaga, antiga povoação que guarda avaramente as melhores tradições portuguesas.

GOLEGÃ — Igreja Matriz

TOMAR

TOMAR foi fundada no principio da monarquia, tendo sido D. Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários e famoso guerreiro, quem deu principio á povoação, dando-lhe o nome que os árabes tinham imposta ao rio Nabão — Tamarmá — mas que os portugueses escreveram e pronunciaram Tomar.

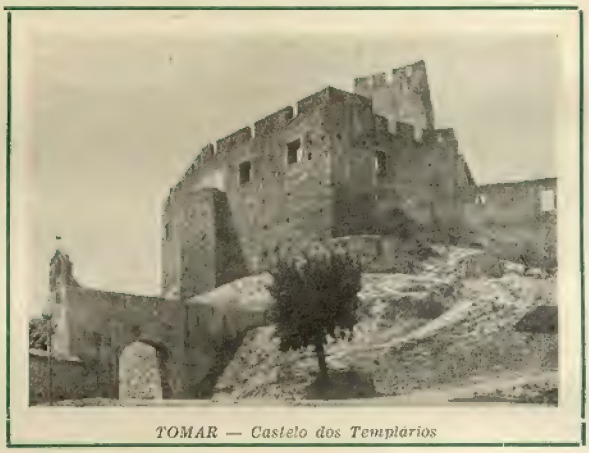
TOMAR—Estátua de Gualdim Pais

D. Gualdim Pais e seus cavaleiros residiam no Castelo de Céra, que haviam edificado e ampliado, mas sendo pouco defensivel, pela sua posição topográfica, construiram outro sôbre a margem direita do rio Nabão, que domina uma vasta planicie.

Perto dêste castelo, mas na outra margem do rio, existiam as ruinas de um mosteiro, que fôra dos beneditinos e que os mouros destruiram quando arrasaram a velha cidade de Nabancia. D. Gualdim Pais reconstruiu a igreja dêsse mosteiro e a fez capela da Ordem do templo.

Ao abrigo do seu forte castelo e dos muitos privilégios que foram concedidos a quem fôsse habitar a povoação, em breve se tornou a aldeia de Tomar uma florescente vila, de maneira que em 1190 já era muito rica e populosa.

E o seu desenvolvimento foi sempre crescendo, a ponto de se transformar na bela cidade que é hoje, cofre de reliquias dum passado heróico e grande centro de turismo.



TOMAR — Castelo dos Templários

Vila Nova de Ourem

DESCONHECE-SE a fundação de Ourém, mas sabe-se que já era povoação importante no tempo dos godos com o nome de «Abdegas». D. Afonso Henriques a tomou definitivamente aos mouros em 1136.

Foi Ourém a primeira terra portuguesa dada pelos nossos reis a filhos, tendo sido doada pelo Conquistador a sua filha D. Teresa que lhe deu foral em 1180. D. Afonso II confirmou o foral de sua tia em 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo e D. Pedro II concedeu-lhe foral novissimo.

A edificação do seu castelo é geralmente atribuida a D. Afonso I, mas há quem o julgue já existente no tempo dos mouros.

Por obra dos homens e pela sua situação topografica, Ourém foi uma praça formidavel nos primeiros tempos da nacionalidade. Os mouros jámais se atreveram a atacar esta praça, depois da sua conquista por Afonso Henriques, dada a sua inexpugnalidade.

O povo de Ourém, patriota, tomou partido pelo Mestre de Aviz contra Castela, contrariando assim o seu alcaide-mor D. Afonso Teles de Meneses que era pelos castelhanos.

D. João I deu a vila em senhorio a D. Nuno Alvares Pereira e, pouco depois, em Santarem, o titulo de Conde de Ourem que veio a recair nos seus sucessores — a Casa de Bragança.

Ourém sofreu grandes prejuizos com o terramoto de 1755, ficando quasi totalmente arrasada. Em 17 de Novembro de 1810 sofreu a invasão das hordas napoleonicas, que ali praticaram as suas habituais atrocidades e latrocinios.

Na antiga vila nasceu em 1220 e faleceu a 1266, a virtuosa Tareja, mais tarde beatificada, á qual o povo atribuiu, em vida e depois de morta, grandes milagres.

Consta a historia de Ourém de muitos e nobres feitos sendo a terra pátria de numerosos varões e damas ilustres.

Até aos principios do seculo XVIII foi vila muito importante e considerada, mas as lutas de que foi teatro, a extinção dos dizimos e da sua colegiada e por ultimo o terramoto, roubaram-lhe essa importancia que passou para a «Aldeia da Cruz», para a qual acabou de ser transferida a sede do concelho e da comarca de Ourém, com o titulo de Vila Nova de Ourém.

Vila Nova de Ourém tem bons edificios e é um florescente concelho. Está muito bem servido por estradas.

Há na vila um pequeno bairro, muito antigo, denominado Castela, onde, segundo reza a tradição, foram, pelo Condestavel, dadas casas a um castelhano que ficara ferido em Aljubarrota, e que ali se fixou e teve descendencia. Aos seus habitantes chamam castelhanos.

Distrito de Setubal

NÃO se torna fácil, quando uma povoação perde a sua origem na velha noite dos tempos, marcar a verdadeira época da sua fundação e muito menos o nome do seu fundador, ou aquele que deu origem á denominação que tem hoje em dia. Muitas são as vilas e cidades de Portugal em volta das quais giram hipóteses e opiniões

Eis por que algumas são as versões sôbre a maior ou menor antiguidade da nobre cidade do Sado.

Dizem umas que o ponto onde hoje assenta foi em tempos remotos habitado por uma raça que precedeu os celtas, ignorando-se, porém, se descendia dos caldeus, se dos babilónios, se dos gregos, se dos fenícios. O certo é que, a seguir a esta hipótese, o seu primeiro nome teria sido Cetobriga, palavra que se decompõe em «Ceto», que significa peixe grande e «briga», que quere dizer cidade ou povoação, significando, portanto, «cidade dos grandes peixes», ou «cidade das grandes pescarias».

Outras afirmam que Setubal vem de «ceto» e «uba», pôrto ou rio.

Ainda outra, e esta versão foi a mais aceita pelos antigos, asseguram, baseando-se na opinião de Florian del Campo, espanhol, natural de Zamora e do nosso frei Bernardo de Brito, que «Tubal, quinto neto de Japhet, terceiro filho de Noé, aportara á Lusitania pelos anos do mundo 1800 (2204 antes de Jesus Cristo) com grande numero de caldeus e que, aprazendo-lhe o território, hoje chamado Troia, aí fundou uma povoação a que deu o seu nome, Sethubálo, que, na sua língua, significava «ajuntamento de Tubal».

Seja como fôr, o certo é ter existido em tempos remotíssimos uma povoação de nome Cetobriga.

Sabe-se que em 715, os emires Tary e Murça, mouros africanos, entrando pela Lusitania com um numeroso exército, conquistaram Evora, Beja, Alcácer do Sal, Vila Nova de Portimão e outras muitas povoações do Alentejo, Beira Baixa e Algarve, caindo, então, em seu poder, a povoação de Palmela, o que lhes facilitou a ocupação de Setubal, que esteve durante trinta e oito anos em poder dos mouros.

O seu primeiro foral foi-lhe dado por D. Manuel I, se bem que haja quem afirme ter sido D. Afonso Henriques o rei que lhe conferiu as suas primeiras regalias.

Dentre os homens naturais de Setubal que marcaram no mundo das letras, das artes e das ciencias, destacaremos:

Agostinho Pimenta, depois frei Agostinho Pimenta, depois frei Agostinho da Cruz, um dos franciscanos mais admirados e queridos pelo seu saber e pelas provas de submissão a que se sujeitou; António Rodrigues da Costa, individualidade marcante nos negócios publicos, sendo pelo seu valor elevado á alta categoria de oficial-mor da secretaria do Estado, onde deu provas exuberantes da sua alta mentalidade; dr. José de Barros e Vasconcelos, astronomo e fisico notável, de grande nome internacional; Rodrigo Ferreira da Costa, insigne filósofo e matemático, etc.

Mas o que a todos sobreleva em popularidade é Manuel Maria Barbosa du Bocage, por certo uma das maiores figuras do movimento literário dos séculos XVIII e XIX, não só no lirismo das suas poesias, como na satira dos seus conceitos, como ainda na tradução de Ovidio, La Fontaine, Castel, Lacroix ou Deille.

SETUBAL — Vista da Comenda

SETUBAL — Camara Municipal

Alcacer do Sal

ALCACER DO SAL, segundo a versão mais corrente, foi fundada pelos lusitanos, depois de Bagud, rei ou califa da Africa, que tantas violências cometeu, quando entrou na Lusitania, ter abandonado a região.

Dissemos ser esta a versão mais corrente, porque outra há, que, embora não tenha tantos adeptos, a devemos registar por dever de ofício.

Diz ela que Alcácer foi fundada por Tubal no ano 1801 do mundo ou 2203 antes de Jesus Cristo. E contam que êsse guerreiro famoso, entrando a barra de Setubal, subiu pelo Sado e fundou uma povoação de barro cozido e troncos e folhas de arvores, á qual deu o nome de Saldubal.

D. Fruela I, rei de Oviedo ma tomou em 753 e Abd-el-Raman, califa de Cordova a reconquistou em 766, sendo resgatada em 1158, a 24 de Junho, por D. Afonso Henriques.

Era tão forte o seu castelo e tão corajosa a sua guarnição, que sendo investido por muitas vezes pelos cristãos portugueses, ajudados pelos cruzados, não o conseguiram tomar.

Foi de Alcácer que D. Afonso Henriques saiu com sessenta homens a cavalo e alguns mais a pé, a descobrir terreno, até ao castelo de Palmela, ainda em poder dos mouros. E foi então que, encontrando-se com o rei mouro de Badajoz, que trazia um exército de sessenta mil infantes e quatro mil cavaleiros, lhe deu batalha e o venceu, fazendo-o retirar em desordem.

O miramolim de Marrocos a tornou a tomar em 1191 e finalmente D. Afonso II, com a ajuda do aguerrido bispo de Lisboa, D. Sueiro Viegas e de cruzados inglêses, a recuperou em 18 de Outubro de 1217, depois de dois meses de apertado cêrco e de repetidos assaltos: e só se renderam os mouros, por capitulação, depois da derrota dos que vinham em seu auxilio, no Vale de Matança, onde foram completamente destruidos os Walis de Badajoz, Jaen, Cordova, Sevilha e Xerez, morrendo dois deles e 15.000 mouros.

O castelo de Alcácer, que D. Deniz reformou em 1289, era fortissimo e muito alto, tendo tido grande valor histórico, podendo mesmo considerar-se o castelo mais forte da Peninsula no tempo dos romanos e dos árabes.

Alcácer foi terra de nomeada, não só por seus feitos históricos, como por ter sido berço de homens de grande valor, entre os quais citaremos os seguintes: Pedro Nunes, nascido em 1492, grande matemático e mestre que foi do cardial-rei, de D. Sebastião, de D. João de Castro e do célebre Nicolau Conho; Mem Rodrigues de Vasconcelos, mestre da Ordem de Santiago; D. Nuno de Mendonça, um dos governadores de Portugal no tempo da usurpação dos Felipes e outros.

Foi em Alcácer que o magnanimo rei D. Manuel I celebrou o seu segundo casamento com a sua cunhada e infanta de Espanha, D. Maria, em 1501.

O seu primeiro foral é particular para os mouros forros dado em Coimbra por D. Afonso I em Março de 1170, o qual foi confirmado em Santarém por D. Afonso II em Dezembro de 1217. O foral mais antigo com grandes privilégios foi-lhe, porém, dado em Coimbra por D. Afonso II, em Agosto de 1218.

ALCACER DO SAL — Vista parcial

SETUBAL — Praça do Bocage

Alcochete

ALCOCHETE, que se encontra situada mesmo em frente do Poço do Bispo, numa formosa e fértil planície, na margem esquerda do Tejo, tem bons montados e é concelho abundante em cereais, vinho, azeite, frutas, sal, carvão, lenha, caça e peixe.

Foi Alcochete terra-berço do Duque de Beja, mais tarde D. Manuel I, que lhe deu foral em Lisboa no dia 17 de Janeiro de 1515, pelo qual os moradores de Alcochete ficavam isentos do pagamento do tributo pelas colheitas.

O seu nome deriva do árabe «al-cachete», que significa «achado da ovelha», pois por aquele povo foi fundado pelo ano de 850 de Jesus Cristo.

Foi Alcochete da Ordem de Santiago e deve todo o seu desenvolvimento ao infante D. Fernando, Duque de Viseu, irmão de D. Afonso V, décimo segundo mestre da Ordem de Santiago e pai do rei D. Manuel I.

D. Fernando ali fixou a sua residência e, como era riquíssimo, muitos fidalgos da sua casa o acompanharam, construindo-se, então, famosas habitações. A povoação mereceu o nome de vila desde o ano de 1450.

A sua igreja matriz, que é antiquíssima, foi reedificada por D. Manuel I, no princípio do século XVI, sendo seu orago S. João Baptista e tendo três naves de grande luxo arquitectónico.

Em um dos laterais está a imagem da Virgem, de proporções maiores do que o natural e que, segundo a tradição, foi achada na praia da vila.

Desde o advento da nova política de realizações, que teve o seu início no «28 de Maio», a vila de Alcochete, bem como todo o seu concelho, tem tido á frente da sua concelho, tem tido figuras á frente da sua Camara Municipal, que muito se têm sabido impôr pelas suas sábias realizações.

Assim, Alcochete, que durante longos anos viveu á mercê das suas próprias possibilidades, sem que tivesse quem por êle olhasse convenientemente, porque, mais do que os problemas de interesse geral, podiam os de ordem particular e partidária, mal viu que uma nova ordem de ideas vinha acabar com processos condenáveis e dignos de reprovação, e que homens de envergadura e de sólida vontade lhe tomavam conta dos seus destinos, não mais parou na ansia de se tornar um centro de importancia, como o direito lho consentia e a sua brilhante história lho reclamava.

Sempre o povo de Alcochete, séculos em fora, deu provas irrefutáveis do quanto pode o amor ao trabalho, aliado ao amor pelo torrão que o viu nascer, e, portanto, colaborando de alma e coração com os seus dirigentes, não olhou a sacrifícios, não teve uma queixa e não esmoreceu quanto ao futuro, porque sabia em que mãos tinha sido entregue o seu destino.

Hoje, Alcochete, está na marcha acelerada para um maior progresso e um mais sólido desenvolvimento, que num futuro bem próximo se firmará, para bem do seu nome, do seu povo, e daqueles que tanto lhe têm dado em trabalho, esfôrço e sacrifício

ALCOCHETE — Parte central da vila

BARREIRO

SÓBRE a origem e significado da vila do Barreiro diz Horácio Alves no seu «Ensaio para servir de subsídio á sua história», que «segundo tradição, filha do desconhecimento de certos factos, o Barreiro teria sido fundado por uma colónia de pescadores algarvios, que, compelidos pela necessidade de subsistência a ir exercer a sua profissão nas águas da barra de Lisboa, deram a antonomásia de «Barreiros».

Desta alcunha dos pescadores habitantes dum povoado sem nome, teria vindo — assentua a tradição — o nome de Barreiro á terra por êles fundada.

Ora, para nós, era convicção que os sítios do Barreiro, bem como tôda a margem sul da bacia do Tejo, e ainda o litoral do esteiro de Coina, haviam sido habitados desde tempos remotíssimos, quando ainda nem sequer existia o nome Barreiro.

... ...

Provada a inanidade da explicação tradicional, que atribue a alcunha de «barreiros», pescadores da barra, a origem do nome Barreiro, inanidade que se infere dos ensinamentos da gramática; da impossibilidade de ter o nome dêsses pescadores dado origem à nomenclatura de 104 povoações portuguesas, algumas delas da Beira Alta, que fica bem longe do mar e da barra de Lisboa; e da certeza largamente evidenciada por tudo quanto precede, de que o latim «Barrium» deu origem ao nome de muitas povoações e famílias, dentro e fora de Portugal, lembremos agora que a raiz céltica ou pré-céltica Cam do nome local Camaros ou Camarros ajuda a explicar, também, o toponímico Barreiro, ao mesmo tempo que é por êle explicada.

... ...

Vimos que o nome Barreiro teve a sua origem, através do termo barro, do latim Barrium.

Devemos por êste motivo concluir que a vila do Barreiro pròpriamente dita já estava fundada na época romana, isto é, no período que decorre do século I ao século V da era cristã? Supomos que não.

Que os barros luso-romanos correspondentes, mais ou menos, aos Cames luso-celticos já existissem nessa época distante, parece-nos fora de duvida.

... ...

Criada a povoação pelos rurais dependentes e por aqueles pequenos fazendeiros, que teriam salvo as suas terras, por insignificantes ou por outros motivos, cedo se lhe teriam agregado mesteiras de oficios rusticos e individuos autoctones, que exploravam, nos piscosos esteiros do Tejo, a industria da pesca.

A aldeia do Barreiro, na periferia dos barros, estava constituida.

... ...

Durante a dominação árabe, do século VIII ao XII, na região litoral do sul do Tejo, parece que a pequena aldeia rural piscatória, que era o Barreiro, se manteve estacionária, pouco tendo beneficiado com o desenvolvimento dado pelos árabes á agricultura e a várias artes, visto que ainda nessa época os documentos e monumentos continuam a ser mudos a seu respeito.

Expulsos os árabes do litoral do Tejo, no século XII, em tempos do primeiro rei de Portugal, o Barreiro, que fôra agregado «barrium» ou barros na época luso-romana, depois aldeia visigótica e em seguida árabe, ingressa com as outras terras no quadro da vida portuguesa.

Merece registar-se apenas que, durante a idade média, desde o reinado de D. Afonso Henriques, o Barreiro teve por donatário o Mestrado da Ordem dos Espatários ou Santiago da Espada.

A primeira notícia histórica directa que conhecemos a respeito do Barreiro é a carta de D. Manuel I, pela qual aquele rei o eleva á categoria de vila, no ano de 1521, dando-lhe o nome de Vila Nova do Barreiro e assim se denominando até ao século XVI, em que passou a chamar-se apenas Barreiro.

Grandola

GRANDOLA, risonha vila da Estremadura, deve a sua fundação a D. Jorge de Alencastre, duque de Coimbra, filho legitimado de D. João II. Grande apaixonado da caça, ia D. Jorge, com muita frequência montear pela serra de Grandola, onde costumava fazer grandes colheitas de caça grossa e miuda. Tendo tomado, por isso, muita amizade ao local, ali mandou fazer um palácio nas faldas da serra, onde passava a maior parte do ano. Conta-se que, achando-se o duque, um dia, á janela, olhando o bosque, que lhe ficava em frente, viu um corpulento javali, perseguido pelas matilhas, vir furiosamente esbarrar ao terreiro de entrada. Chamou prestes os criados e vassalos e saiu em busca do animal.

Faltou-lhe, porém, o mais destro e ousado dos seus monteiros e o javali escapou-se. O monteiro havia faltado por ter de ir infalivelmente a uma audiência judicial a Alcacer do Sal, para a qual fôra citado e a cuja jurisdição pertencia, então, Grandola. O duque, para evitar a repetição dêstes casos, pediu a D. João III o foral da vila e justiças próprias para a sua terra preferida, tendo-lho o monarca concedido em 1543.

D. Jorge, então, com as vantagens que lhe dava a sua imensa fortuna e querendo corresponder á graça que havia recebido do seu rei, tomou a peito o progresso da vila e, em pouco tempo, mandou edificar muitas e boas casas de habitação.

Este facto, e os muitos privilégios que lhe davam o foral de D. João III sobremaneira concorreram para a rápida povoação de Grandola.

E porque o duque vivia com grande fausto, tinha grande autoridade, como príncipe e grande cavaleiro que era, e Grão-Mestre da Ordem de Santiago, conseguiu facilmente atrair á sua vila algumas famílias nobres e ricas, que ali mandaram construir bons palácios de residência permanente.

Grandola, precisamente porque é uma vila relativamente moderna, impõe-se pela correcção das suas linhas e pela regularidade das suas edificações.

Grandola, duma grande fertilidade, tem, nos seus arredores, muitas hortas, vinhas, campos de trigo e de oliveiras, bem como extensos terrenos de carvalhos e sobreiros.

Um dos principais ramos do comércio é o gado, sobretudo suino, sendo larga a sua produção de trigo, aveia, azeite, feijão, arroz, madeira e cortiça, géneros estes que exporta em grande escala.

Grandola foi senhora de seis fortalezas: a de S. João Baptista, a de S. Domingos, a de S. Sebastião, a de S. Pedro, a de Nossa Senhora da Assunção e uma outra, que serviu de armazem de munições.

GRANDOLA — Praça de D. Jorge

Sôbre a Várzea das Vinhas há um ponto denominado o castelo, onde se vêem ruínas dum antigo edifício e donde se avista a capela de Nossa Senhora da Penha de França, fundada no ano de 1700, tendo aparecido nos alicerces, quando se andava a construir, muitos ferros de lanças e moedas de ouro romanas.

Não param, porém, aqui os indícios da permanência daquele povo por regiões de Grandola; num sítio chamado o Corte do Galego, descobriram-se também ruínas de antigas fortificações e canos de água soterrados.

Grandola tem-se elevado á custa do esfôrço dos seus naturais, pois, no princípio do século XVI, não era mais do que uma aldeia insignificante, a-pesar-da sua curiosa história.

Moita do Ribatejo

UMA das mais recentes povoações portuguesas da margem esquerda do nosso Tejo é, certamente, a Moita do Ribatejo.

Enfrentando a cidade mãe, pode com orgulho dizer que só a si deve o seu progresso e a sua grande esperança num futuro brilhante.

De recente fundação, pois seus pergaminhos não a levam além do ano de 1423 em que uma pequena ermida dedicada a S. Sebastião, marcou, no topo dum outeiro, o início da ridente povoação, que é hoje a Moita do Ribatejo, muitos anos não levou a marcar a sua ansia de desenvolvimento, pois em 1593, setenta anos volvidos sôbre o seu bruxulear, já a insignificante aldeia, se havia transformado numa povoação prometedora, com seus caminhos, conduzindo ao Alentejo e a Espanha, com as suas carreiras fluviais para Lisboa e com a abertura de estalagens para a pousada de viageiros.

A Moita do Ribatejo vê engrossar a sua população; de todos os lados acorrem gentes no desejo de se fixarem, e ali definirem a sua vida, não só porque é prometedora a seiva das suas terras, como também porque a sua privilegiada situação topográfica entre Montijo, então ainda Aldeia Galega do Ribatejo e Alhos Vedros a torna rincão precioso de esperanças e de promessas futuras.

MOITA — Uma vista do Cais

Porque gente laboriosa e enérgica a cultiva e a trabalha, Moita do Ribatejo avança e caminha, estendendo-se em anseios de produção até se entranhar pelas planícies e se espreguiçar pelas praias ribeirinhas e pelas faldas das serras de S. Luiz da Arrábida, distendendo-se pelo velho território do castelo de Palmela.

Não passou despercebido a D. Pedro II, pelo ano de 1690, o movimento sempre crescente em paragens da Moita do Ribatejo e, então, ao reconhecer, a sua importancia agricola e fluvial, a sua situação privilegiada para o intercambio de mercadorias e de passageiros entre as duas margens do nosso rio, desanexa-a de Alhos Vedros eleva-a á categoria de vila, faz dela sede do concelho e demarca-lhe o termo, doando-a ao Vice-rei da India e Conde de Alvor, D. Francisco de Tavora.

São poucos, já, os recursos para acudir ao movimento de passageiros e, então o seu donatário dota a Moita com mais uma hospedaria, que, embora escassamente, lá ia atendendo as necessidades.

Um tal desenvolvimento não podia deixar de atrair a curiosidade dos elementos oficial e eclesiastico e de tal forma que várias entidades de nome e de valor, entre elas o erudito autor da tradução latina dos Lusiadas, D. Frei Faria, distinguiram a Moita do Ribatejo com a sua preferência para gôzo de férias e frequentes visitas de passeio.

Do século XVIII para o XIX, a vila, já com uma capacidade industrial, que não ficava atrás da agricola e piscatória, pois contava na seu activo com fábricas de curtumes e fornos de vidro e de cal, tudo em plena laboração, com uma escola oficial, farmácias, médicos, a sua burocracia constituida e todos os seus oficios criados. Tornou-se sede duma importante companhia de ordenacões do comando dum capitão-mor.

Moita do Ribatejo assistiu a todas as convulsões que assinalaram o fim do século XVIII e principios do XIX, tendo participado em muitas delas. Assim, vemo-la vitima de uma das invasões francesas e mártir nas peregrinações levadas a efeito pelos miguelistas, tendo sido uma das terras de Portugal que mais patrioticamente se manifestou pela liberdade e independência da Pátria.

A autonomia do concelho, depois da reforma administrativa de Mousinho da Silveira, sofreu dois cortes, que muito o abalaram no seu moral; um em 1855, que foi restaurado em 1861; outro em 1896, que pouco tempo durou, pois meses depois tinha a justa reparação.

De então para cá a Moita, como sede de concelho e como freguesia, e Alhos Vedros, cresceram juntas dia a dia

O seu povo, de indole boa, mas sem conhecer ou admitir a subserviencia, é activo e empreendedor, dedicando-se ao comércio, industria e agricultura, ramos donde tira todos os seus proventos.

Não esquece, porém, as suas festas que as tem cheias de encanto e de alegria e ás quais concorrem milhares de pessoas, entre as quais bastantes forasteiros das mais diferentes regiões.

Teve a Moita do Ribatejo homens que muito se evidenciaram pelo seu valor nos diversos sectores da vida nacional, cabendo citar dentre êles os nomes de Santos e Silva, grande tribuno parlamentar, chamado por Bulhão Pato, o Robespierre do Sobral; dr. Joaquim Evaristo, médico notabilissimo, etc.

MONTIJO — Vista parcial do poente

MONTIJO

A antiga Aldeia Galega do Ribatejo, hoje, desde Junho de 1930, denominada Montijo, diz a tradição popular que deve o seu nome a uma mulher chamada Alda Galega, que deu principio á povoação com uma venda ou estalagem, que edificou junto ao porto, onde se ergue esta linda e aprazivel vila.

Em 1186, sendo apenas coutos e herdades, contrariamente á sua homonima da Merceana, que parece existia já no tempo de D. Henrique, pai do nosso primeiro rei, Montijo foi doada por D. Sancho I aos cavaleiros da Ordem de Santiago da Espada, que teve por Prior Paio Peres Correia, grande auxiliar daquele rei nas lutas pela conquista do Algarve Oriental. Quando D. Afonso III, em 1267, reduzia á obediencia o resto da Provincia, cuja anexação ao reino de Portugal lhe colocou as fronteiras no Oceano, foram, também, os cavaleiros da Ordem de Santiago da Espada os primeiros a entrarem nas derradeiras cidadelas mouriscas.

Grandes e assinalados servicos devem os portugueses a esta famosa instituição e se sempre ela bem mereceu a consideração e o respeito de todos os reis que nos governaram, só no reinado de D. João I ,o Mestre de Aviz, em 1423, a cabeça da Ordem passou para o Castelo de Palmela.

Quando da menoridade de D. Afonso V, sendo regente do reino D. Pedro e mestre de Santiago o tio do monarca D. João, foi que Aldeia Galega começou a marcar como nucleo de povoação por se encontrar muito assomada á Cala de Alhos Vedros e se ter mandado fazer a Estacada. Este melhoramento deu-lhe grande importancia, pois daí em diante a vila foi escolhida pelo correio-mór Luiz Afonso, em 1533, para sede da mala posta e, como tal, ponto de passagem obrigatório de todos os alentejanos e de muitos espanhóis.

A grande afluência de gente logrou tornar a vila ribeirinha de apagada e pobre que era, num importante centro de riqueza e de abundancia.

Foi em Aldeia Galega do Ribatejo que o duque de Bragança, já aclamado em Lisboa como rei de Portugal com o nome de D. João IV, o Restaurador, fez o seu primeiro conselho régio, do qual saíram nomeados os seus ministros e um conselho de guerra permanente.

Foi assim que, a hoje vila de Montijo, ficou indissoluvelmente ligada á Restauração de 1640, pois dali partiram as primeiras ordens do Govêrno Constitucional.

Aldeia Galega do Ribatejo recebeu foral de D. Manuel I, dizem uns, em 15 de Setembro de 1514, e outros, em 17 de Janeiro do ano seguinte.

A sua Misericórdia foi fundada em 1553.

A quatro quilometros da vila ergue-se o celebre templo de Nossa Senhora da Atalaia, fundado em 1623 e reedificado nos meados do seculo XIX, onde iam todos os anos trinta cirios, bem como, no domingo da Santissima Trindade, os empregados da Alfandega de Lisboa, por um compromisso tomado em 1507, em virtude duma grande peste que assolou a cidade.

Montijo é um grande centro de actividade; e como quer que as exigencias industriais obrigassem as fabricas a procurar as proximidades dos grandes meios de consumo ou dos portos internacionais, a laboriosa vila foi pouco a pouco crescendo em importancia industrial, a ponto de contar hoje, só para a preparação de cortiças, com bem apetrechados maquinismos, que destroçam grande parte da produção corticeira.

Alem desta, duas outras grandes industrias há que bastam para demonstrar a vitalidade e o progresso do Montijo: a da trituração da alfarroba algarvia e a da chacina do gado suino.

Sob o ponto de vista agrícola, ramo em que Montijo está desenvolvidissimo, pode dizer-se, sem exagero, que a vila é o celeiro do País, especialmente de Lisboa.

A ela está reservado, num futuro próximo, tornar-se a testa de rêde transtagana e da linha do Sorraia, realizando-se, deste modo, a concepção do engenheiro Miguel Pais, ficando, então, feita com a ponte sôbre o Tejo, a almejada ligação entre o sul e o norte da nossa terra, facto êste que terá uma influencia decisiva no futuro da importante vila de Montijo e de todo o seu riquissimo e uberrimo concelho.

Muito deve Montijo á energia, inteligência e ponderação dos homens que escolheu para lhe governar os seus destinos, pois a sua acção, á frente do Municipio tem levado não só á encantadora vila, como a todo o concelho beneficios e renovações, que honram quem as deliniou e ao mesmo tempo demonstram o quanto a politica do Estado Novo tem sido util e proficua.

MONTIJO — Avenida D. Nuno Alvares Pereira

PALMELA

De entre as terras de Portugal que maior nome têm na História e melhor posição panorâmica desfrutam, Palmela, pela importância de que gozou, como nobre vila que foi e pela sua situação privilegiada, merece um dos primeiros lugares.

Foram os romanos um dos povos, que por a terem em conta especial, ali assentaram arraiais, no ponto onde se ergue altaneiro o seu heróico castelo, que nos leva de longada aos tempos distantes do estabelecimento da nossa nacionalidade.

Foram muitas as tentativas feitas para reconquistar a sua independência e se nenhuma delas encontrou eco nos poderes constituídos quer monárquicos, quer republicanos, uma houve, finalmente, que foi de direito ouvida; — a que foi levada a cabo depois do advento do Estado Novo, patrocinada pelo general Amílcar Mota, sendo então, Ministro do Interior o almirante sr. Jaime Afreixo. No dia 1 de Novembro de 1926, Palmela, por decreto era restaurada nos seus antigos direitos, dando-se, desta forma, inteira e ampla satisfação aos justos desejos de todo o povo daquela laboriosa vila.

E' assim descrito o castelo por uma memória local: «Ocupa o cume de um monte, alongado na direcção nascente-poente, de suave acesso pelo norte, mas fortemente escarpado pelos outros lados.

O seu primeiro pavimento é ocupado por uma cisterna, que serviu de prisão ao bispo de Evora, D. Garcia de Meneses, que ali faleceu, inculpado na conspiração contra D. João II.

Por cima desta cisterna está uma sala, comunicando por uma escada interior com outra sala do pavimento superior pela qual, por intermédio de um pequeno vestíbulo abobadado, se faz, por uma escada exterior, o acesso á torre. Coroa esta um terraço fortemente ameado».

PALMELA — Vista parcial

Região duma grande fertilidade a sua gente boa, simples e de nobres sentimentos dedica-se á agricultura, sendo inexcedível nos cuidados que empresta á pomicultura, que dá milhares de preciosos frutos, que abastecem os mercados nacionais e muitos dos estrangeiros.

Santiago do Cacem

Correm diversas versões sôbre a fundação de Santiago do Cacem; umas dizem que foram os gregos, 364 anos antes de Jesus Cristo; outras, os fenícios, 804 anos antes de Cristo; outros os galo-celtas, e que o seu primeiro nome foi Merobriga, 984 anos antes da era cristã, mas o que não resta dúvida é que esta vila foi colónia romana, desde a era primeira de César, até 405 da era cristã, em que os godos a ocuparam.

Foi, portanto, dominada por êste povo mais de 350 anos, sendo-lhe conservado o seu antigo nome.

A ordem militar de Santiago tinha sido introduzida em Portugal, no ano de 1175, e em pouco tempo formou uma brilhante e numerosa legião de valorosos guerreiros, que prestaram á sua pátria os mais relevantes serviços, e recuperaram grande parte do território, que estava em poder dos árabes.

Foram, pois, estes cavaleiros que resgataram a vila de Cacem no ano de 1186, reconstruindo ou edificando de novo o seu castelo e dando á vila o nome do seu padroeiro, a qual, desde então, se denomina Santiago do Cacem.

Nas guerras, que tiveram lugar por morte de D. Fernando I entre D. João I de Portugal e D. João I de Castela, Pedro Alvares Pereira, que se havia pôsto do lado dos castelhanos, invade o Alentejo á frente de uma divisão inimiga e apodera-se de algumas praças, nomeadamente de Santiago do Cacem, mas o seu irmão D. Nuno Alvares Pereira derrota-o e põe os invasores em fuga na famosa batalha dos Atoleiros.

Santiago do Cacem não tem fugido ao número das terras do nosso País, que, depois do 28 de Maio, tanto se têm desenvolvido. A sua Câmara Municipal, não descurando as suas mais insignificantes necessidades, tem sabido com inteligência, ponderação e acerto elevá-la ao grau a que tem direito, como concelho produtivo e rico, formado por gente boa, acolhedora e amiga do seu torrão e de por êle trabalhar com afinco.

SANTIAGO DO CACEM — Ruínas do histórico castelo

SESIMBRA

Sesimbra, sede dum concelho próspero e rico, tendo no seu passado factos que muito a dignificam, deve a sua fundação, segundo uns, aos sarrios no século II antes de Cristo; segundo outros a Brigo, quarto rei de Espanha, de quem, dizem, lhe vem o seu primitivo nome Sizimbrigue.

Foi Sesimbra tomada aos mouros por D. Afonso Henriques no ano de 1165, quando o nosso primeiro rei, na ânsia de alargar as suas conquistas, estendeu as suas gloriosas façanhas para o sul de Lisboa, façanhas essas que levou de vencida, a-pesar-de ter encontrado fortes resistências, como a que lhe ofereceu o rei de Badajoz, que, á frente dum poderoso exército, quis obstar a que o fundador da nossa nacionalidade levasse por diante a tomada de Sesimbra.

Valeu-lhe a resistência que opôs numa formidável derrota, que o inutilizou para futuros empreendimentos desta natureza.

D. Afonso Henriques, querendo premiar a Ordem de Santiago da Espada que muito concorreu para a ocupação de Sesimbra, fez-lhe doação de toda a região no ano de 1186.

O seu primeiro foral foi-lhe dado por D. Sancho I, que, em 1200, reedificou o castelo e reparou a vila, concedendo-a aos guerreiros franceses, que o tinham ajudado um ano antes, quando da luta que sustentou contra os infiéis, detentores do reino do Algarve.

O mesmo foral foi confirmado por D. Afonso II, depois de entrar na posse do castelo, visto que êste fôra pertença das infantas suas irmãs.

O concelho de Sesimbra foi criado por D. Deniz, pois foi êste monarca quem separou o termo de Sesimbra, do de Almada e do de Palmela, no ano de 1323.

D. Afonso Henriques havia declarado guerra ao rei de Badajoz e aguardava, com parte do seu pequeno, mas invencível exército, a chegada do resto da gente, com a qual devia atacar Sesimbra.

Ao outro dia, o rei de Badajoz reuniu as suas hostes e ia socorrer Sesimbra.

Não sabia em que caminho o observava o valente rei lusitano, oculto por detrás duns rochedos, apenas acompanhado por sessenta cavaleiros, no número dos quais estava Paro Moniz. Não sofreu a paciência do valoroso Afonso Henriques demorar mais tempo o combate e, sem esperar outros reforços, atirou-se de lança em riste sôbre os inimigos, aos quais derrubou completamente e sendo o primeiro a fugir á redea solta, o tal mouro agigantado a quem Pero Moniz chamava em altos brados, convidando-o a esperar outros três socos e o segundo, o rei de Badajoz, que nem chegou a vêr a conclusão do combate.

Neste mesmo dia, D. Afonso Henriques apoderou-se de Sesimbra, nomeando primeiro governador Pero Moniz.

SINES

Sines, que tudo indica vir do latim «sinus», cujo significado é «seio» ou «enseada», é uma antiga povoação, com o seu grande e velho castelo, com dois baluartes do lado do mar, guardião fiel do que foi em tempos remotos forte praça de guerra.

Não se torna fácil dizer-se quando Sines foi fundada: contudo por várias inscrições encontradas na própria vila, sabe-se que ela já existia no tempo dos romanos.

Correm várias lendas interessantes de factos passados nesta histórica povoação e por aquela que a seguir relatamos, de S. Torpes e Santa Celerina, se vê da importância que Sines teve como famoso pôrto de mar com a sua enseada em semi-círculo iminente ao mar.

«S. Torpes (ou Torpez) foi martirizado na cidade de Pisa por ordem do Imperador Nero.

Em 17 de Maio de 45 de Jesus Cristo, aportou miraculosamente á praia de Sines e a bordo dum barco desconjuntado, o corpo de S. Torpes (ou Torpez) vindo de Pisa, onde foi martirizado.

Santa Celerina e S. Mancio, 1.º Bispo de Evora, (a cuja diocese pertencia a vila de Sines), foram por suas próprias mãos dar sepultura ao cadáver do santo,

D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Evora, por especial recomendação do Pontífice Sixto V, fez todas as diligências por descobrir a sepultura de S. Torpes, até que a achou.

Com autoridade apostólica foram estas relíquias colocadas na igreja matriz de Sines.

Se outros títulos de glória não tivesse a nobre cidade de Sines, bastar-lhe-ia, entre muitos dos seus ilustres filhos, ter sido berço do insigne navegador Vasco da Gama, pois ali nasceu no ano de 1469.

SESIMBRA — Vista geral

Distrito de Viana do Castelo

E antiquíssima Viana. Tão antiga, que a sua fundação, perdida na nebulosidade dos tempos, deixa larga margem aos historiadores mais afoitos. Mas o glorioso passado de Viana, a fulgir luminosamente na História pátria, pode muito bem dispensar os favôres da Lenda. Esta não hesitou um amem em fixar a data da fundação de Viana: 1156 anos antes de Cristo; e trejurou que o fundador — um tal Diómedes, filho de Tideu, rei da Etólia — lhe lançara os alicerces, baptizando-a logo com o nome de Calpe!

Parece que os celtas lhe chamaram sua aí por alturas do ano 450 antes de Cristo. E' de crêr que a primitiva povoação — provavelmente a primitiva — se situava no alto de Santa Luzia. A descoberta ali duma veneranda Citania — ainda em exploração — reforça tal hipótese.

Do que não há duvida, porque até aí chegam as luzes da história é que Viana atinglu grande prosperidade sob o domínio de Roma; e que sofreu horrores com as algaradas de Almansor — que lhe não deixou pedra sobre pedra. Sabe-se que, tendo conseguido tornar a si, refazer-se, foi de novo destruida pelos muçulmanos em 997 da era cristã.

Mais tarde havia de repovoar-se; mas os abalos sofridos como que lhe aniquilaram a esperança de voltar a ser. E assim foi vivendo até que D. Afonso III manifestou grande interêsse por ela. Mandou

VIANA DO CASTELO — Igreja Matriz

ali construir um castelo e deu-lhe foral (1258).

Desde essa hora, e assim estimulada pela atenção real, a povoação progrediu duma forma notavel. O seu comércio marítimo tomou grande incremento; e a tal ponto chegara, que D. Deniz criou uma feira-franca que realizava de 15 em 15 dias

Viana, que foi sempre das primeiras «por Portugal», combateu esforçadamente ao lado do Mestre de Aviz.

D. Manuel I, tendo visitado a cidade outorgara-lhe vários privilégios e um brasão. Este compunha-se dum escudo coroado, tendo em campo de prata uma nau de oiro navegando em mar azul.

Nesse brilhante período da nossa história, Viana conheceu grande prosperidade. A povoação dilatou-se através dos campos, e o seu pôrto encheu-se de navios.

Depois do desastre de Alcacer e da crise angustiosa que se sucedeu á morte do Cardial-Rei, Viana tomou o partido do Prior do Crato; e foi daqui que o infeliz príncipe, fugido á perseguição, se embarcou para França.

Na hora da Restauração, Viana salientou-se. Como a guarnição castelhana do seu castelo mostrasse veleidades de resistencia, o povo de Viana cercou-o; e combateu com tal vigor, que dentro em pouco a fortaleza era tomada.

Como, nas guerras civis do século XIX, Viana se conservasse sempre fiel a D. Maria II, esta soberana, agradecida, elevou-a á categoria de cidade — Cidade de Viana do Castelo.

VIANA DO CASTELO — Castelo de S. Tiago da Barra

*

E hoje?

Hoje, a formosa «Princesa do Lima» vive como poucas terras portuguesas a era de renovação iniciada com a Revolução Nacional e levada ávante, vitoriosamente sob o comando magnífico de Salazar.

Pela sua privilegiada situação — mar, rio, montanha — e pela riqueza da região de que é cabeça, Viana do Castelo ocupa no agregado nacional notabilíssima posição.

Possue preciosos monumentos históricos e foi berço de homens ilustres. Santa Luzia — a luz dos seus olhos, o encanto e maravilha dos que a visitam! — é o cartaz luminoso da cidade.

Entre os seus monumentos, destacaremos: a Camara, nobre construção do século XVI; o formoso chafariz da Praça, mandado erguer pelo senado de Viana em 1554; a Misericórdia — em delicado estilo renascença flamenga; a Matriz, templo romanico; o palácio dos Tavoras; e a igreja de S. Domingos, fundada pelo grande Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Martires.

ARCOS DE VAL DE VEZ

A sua fundação é remotissima. Atribuem-na aos godos — mas não há documento que valorize tal «atribuição». Mas a história da vila dispensa, pelo seu brilho, a colaboração da Lenda...

O local privilegiado em que a vila assenta, sobre as margens poéticas do rio Vez, tinha de atrair por força a atenção dos fundadores — fossem dos galos-celtas ou romanos.

Os Arcos-de-Valdevez tomaram decidida influência nos primórdios da nacionalidade. O recontro de Val-de-Vez, no «Vale da Matança» entre as hostes de D. Afonso Henriques e de Afonso VII de Leão comprova, de per si, tão decidida interferência. De resto, a nobre «Arcobriga» soube manter através dos séculos, essa patriótica linha de conduta. Sempre por Portugal.

O foral foi-lhe dado por D. Manuel I. A igreja matriz da vila — bela construção do século XVII — foi mandada edificar por D. Pedro II.

Foi cabeça de Condado, sendo o titulo concedido a D. Luiz de Lima e Brito por D. Felipe III.

O concelho passue formosos solares — entre os quais citaremos o Paço de Giela, conhecido em todo o país. Na freguesia de Gavieira existe o famosissimo Santuário de Nossa Senhora da Peneda — onde se realiza uma grande romaria anual a que concorrem as populações do Alto Minho e da Galiza.

O concelho é um dos mais ricos da região minhota. Sob o ponto de vista etenográfico e folclórico é opulentissimo. Bastaria o Suajo, com o seu viver quási primitivo, o pitoresco dos seus costumes e dos seus trajos para colocar este concelho ao alto do melhor cartaz turistico.

Entre os melhores monumentos dos Arcos, citaremos: a Igreja Matriz, a que acima fizemos referência; capela da Conceição, Igreja do Espirito Santo, Capela da Misericórdia, Pelourinho — um dos melhores do nosso País — igreja de S. Bento, Paço de Giela, Ponte de Azeve e Vilela.

ARCOS DE VALDEVEZ — Ponte sôbre o rio

CAMINHA —Igreja Matriz

Caminha

Há quem afirme que Caminha foi povoada pelos romanos.

Está situada no sopé do monte de Santo Antão e na confluência do Rio Coura com o Rio Minho.

D. Afonso III, aí por 1265, mandou-a povoar; e D. Deniz deu-lhe foral que data de 24 de Julho de 1322.

Este mesmo rei circundou-a de muralhas. Foi cabeça de Ducado que foi extinto no tempo de D. João IV.

D. Manuel outorgou-lhe novo foral em 1 de Junho de 1512 que foi publicado e lido em Caminha pelo Corregedor Pero Vaz aos 6 dias de Novembro de 1516.

Foi couto de homens mareantes, e como êstes não bastassem para povoá-la, dirigiram requerimento a D. João I para que fosse também couto de homens não mareantes.

Esta mercê foi confirmada por El-Rei D. Manuel no ano de 1551. Teve durante muito tempo, e antes da construção do caminho de ferro, farto comercio marítimo e diz-se que foi o primeiro pôrto de exportação.

A sua igreja matriz, sumptuoso Monumento Nacional, começou a ser construida em 1488, datando o arco da capela dos Mareantes de 1501, e a tôrre de 1532.

Sebastião Mendes de Carvalho, pai de D. António Mendes, primeiro Bispo que foi de Elvas e professor da Universidade de Coimbra, gratificou todos os trabalhadores que tomaram parte no assento da primeira pedra.

Este monumento foi ultimamente restituido á sua primeira arquitectura por iniciativa da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.

D. João IV ampliou as antigas muralhas, bem como a Tôrre de Menagem, junto da qual assenta, presentemente, o edificio dos Paços do Concelho, vendo-se a pouca distancia a igreja da Santa Casa da Misericórdia, cuja Irmandade teve o seu inicio em 1516, sendo o seu primeiro estatuto, ou compromisso, o mesmo que da Misericórdia de Lisboa, devendo frisar-se que esta é apenas mais velha 18 anos.

Na Foz do Minho, a meio das duas barras, encontra-se o convento da Insua fundado em 1392 que costuma ser muito visitado pelo turismo.

O Concelho é constituido por 19 freguesias e a Comarca, presentemente, por 25 pois dela fazem parte três freguesias do concelho de Viana do Castelo e outras três do concelho de Vila Nova de Cerveira.

Paredes de Coura

EM pleno «interland» do distrito de Viana do Castelo, rica pela sua produção agrícola e orgulhosa de um passado que se «perde na noite dos tempos», Paredes de Coura é uma das terras mais lindas e características do Norte de Portugal. Abundam nela reminiscencias da dominação romana: crastos, marcos miliários, pontes, lanços de «vias» etc. Merecem especial referencia a ponte sobre o rio Coura, em Rubiães, e a igreja romanica da mesma freguesia — há pouco restaurada pela Direcção dos Edificios e Monumentos Nacionais. Velhissimas tradições — valorizadas pelos escritos de escritores romanos — localizam no território «courense uma cidade de que não restam vestigios: «Cauci». D. Teresa doou á Sé de Tui algumas freguesias de Coura.

Em 1512 foi-lhe concedido foral por D. Manuel I. Paredes de Coura — o antigo julgado de Fraião — só em meados do século passado conseguiu a sua independencia comarcã. Até aí, vivia integrada na comarca de Valença.

No decorrer das guerras da Restauração, os courenses bateram-se denodadamente pela Pátria.

Dos famosos combates de Travanca, feridos em terras de Paredes de Coura, e que foram dos mais importantes da Campanha de 1662 — ficou larga memória no «Portugal Restaurado» do Conde de Ericeira e naquela capelinha que D. Afonso VI mandara construir no lugar de Cerdeira. Da importancia desses combates fala-nos o numero de combatentes: 18 mil castelhanos, sob o comando Governador das Armas da Galiza D. Baltazar de Roxas y Pantoja, e 12 mil portugueses mandados pelo Conde de Prado.

PAREDES DE COURA — Igreja do Beniães

A data que os comemora — 10 de Agosto é feriado municipal.

Sob o ponto de vista etnográfico e folclórico, Paredes de Coura é das regiões mais interessantes de Portugal. De lamentar é que muitos dos costumes tradicionais — tão cheios de pitoresco — se tenham perdido.

O seu clima é saluberrimo, as suas águas consideradas as melhores de Portugal. No monte da Pena, em Mozelos, foi construido há anos o magnifico sanatório «Presidente Carmona» — para os tuberculosos do Caminho de Ferro.

Quando o Turismo fôr em Portugal uma realidade, Paredes de Coura — tão cheia de pitoresco e de «caracter», tão singular pelas suas paisagens — ocupará o lugar a que tem jus.

Resta-nos acrescentar que Paredes de Coura foi berço de homens ilustres entre os quais avultam o imperador romano Teodosio o Grande, e S. Pedro.

PAREDES DE COURA — Igreja Matriz

Ponte da Barca

A vila de Ponte da Barca, cuja história da fundação é assaz curiosa, ergue-se no ponto obrigatório de passagem para quem, vindo do sul, procura alcançar o Vale do Vez. Foi, segundo a tradição e a história, uma senhora de nobre linhagem quem a povoou. Essa senhora — Maria Lopes da Costa — estabeleceu-se no local e dos seus dois matrimónios resultou nada menos do que 120 filhos, netos e bisnetos que apresentou, de certa vez a El-Rei D. Manuel I, quando este monarca descansou e pernoitou na sua pousada, quando da sua viagem para Santiago de Compostela A' familia deu o monarca mercês e á povoação concedeu foral com vários privilégios.

Actualmente a linda vila constitue a cabeça dum concelho de 3.ª ordem e tem uma população de quási 14.000 habitantes.

Próximo está Lindoso com a sua importante central hidro-eléctrica e também junto da fronteira se encontram as ruinas do castelo que em 1287 foi construido por D. Deniz.

Outros castelos roqueiros se erguem em torno e as caracteristicas do local, que milhares de turistas percorrem anualmente.

Ponte do Lima

AS belezas desta encantadora vila, andam nos versos mais lindos que se têm escrito em Portugal; e andam o que mais vale, na consagradora auréola dos velhos cancioneiros populares. Sabe-se lá quem lançou os fundamentos desta antiquissima povoação! A prehistória tem as costas largas — e os historiadores fantasistas não são de cerimonias.

Fossem, porém, os grêgos, os celtas ou os turdulos os fundadores — cumpre reconhecer que tiveram um extraordinário bom gosto na escolha do local.

Sob o dominio romano a povoação — «Forum Limicorum» — progrediu duma forma notavel. Uma das reminiscencias e importantissima, do dominio romano, encontramo-la na grandiosa ponte a que a vila deve o nome e que liga ainda as duas margens do rio.

A povoação que tinha sido destruida — nalguma rasia dos muçulmanos provavelmente — foi reedificada e povoada por D. Teresa em 1125. D. Pedro I (1360) cingiu-a de muralhas.

Tanto na vila como na região — a famigerada Ribeira Lima — abundam templos grandiosos e opulentos solares. Em tradições fidalgas, nenhuma terra portuguesa leva as lampas a esta região.

O nome de Ponte do Lima fulgura nas páginas mais brilhantes da nossa História. A terra foi berço de muitos portugueses ilustres, — que se evidenciaram nas armas e nas ciências.

PONTE DO LIMA — Vista parcial

Valença

DETERMINAR a época da fundação de Valença é impossivel, como já o notou José Augusto Vieira, em «O Minho Pitoresco», que, apropósito da sua terra natal, comentando as lendas e tradições que nos falam da sua remota origem, não pôde chegar a conclusões positivas.

Valença ocupa o terreno de um castro antigo o que nos é testemunhado por pedras, moedas e outros vestigios encontrados nos seus limites.

Nos principios da história de Portugal está averiguado que Valença era uma pequena povoação que vivia apagadamente á sombra do seu castelo. Mais importante devia ser então a povoação de Ganfei, onde existia um convento de monges beneditinos. Foi deste Convento que logo nos começos da monarquia sairam as primeiras tentativas para fortificar mais sèriamente Valença que era, na verdade, ponto estratégico de primeira ordem, sôbre o rio Minho.

Em Ganfei, no ano de 1082, não longe do referido mosteiro de S. Bento, no lugar de Sardinhade, nasceu o primeiro santo português, S. Teotónio, que ali foi educado pelos beneditinos até á idade de 12 anos, seguindo depois para Coimbra onde D. Crescónio, Bispo daquela cidade, completou a sua educação.

S. Teotónio foi um dos fundadores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, seu primeiro prior e era grande amigo de D. Afonso Henriques que, conforme dizem Duarte Nunes de Leão e outros cronistas nenhuma emprêsa importante intentava sem que a S. Teotónio pedisse conselho.

Entretanto, nas guerras contra Leão, o Castelo de Valença foi aumentando de importancia, sendo, em consequência das lutas da primeira dinastia várias vezes destruido e reedificado.

A primeira igreja que intra-muros de Valença se edificou, no reinado de D. Deniz, foi levantada ainda a expensas dos monges de Ganfei.

Antes do reinado de D. Afonso III é possivel que Valença fizesse parte ingrante do Couto de Ganfei. Foi este rei que deu a vila a D. Soeiro Pais, que tomando depois o hábito de Santiago, renunciou êste senhorio em sua filha D. Teresa Pais, tendo depois outros nobres senhores. Foi também este rei que deu á vila o seu primeiro foral e que a cercou de fortes e duplicados muros.

No tempo de D. Afonso V foi Valença cabeça de marquesado, «o primeiro que houve neste reino», cujo titulo foi dado a D. Afonso, filho primogénito do primeiro Duque de Bragança.

VALENÇA — Entrada da fronteira

Vila Nova de Cerveira

VILA Nova de Cerveira é de fundação recente — se a compararmos com as demais vilas minhotas. Data do século XIV. Foi fundada por D. Deniz em 1320, num lugar chamado «Cervaria». Nas armas da vila figura uma cerva — em atenção... á toponimica.

A povoação estava defendida por um bom castelo, cujos restos ennobrecem ainda a progressiva povoação.

Nas freguesias do concelho — em especial na de Sapardos — abundam vestigios romanos. Ali foram encontrados em 1925 dois marcos miliários, um dos quais foi há pouco transportado para a vila e colocado junto dos Paços do Concelho.

Vila Nova de Cerveira — o que de resto tem sucedido a quási todas as terras portuguesas — tem progredido muito nos ultimos tempos. A sua situação é prospera.

DISTRITO DE VILA REAL

VILA REAL PRIMITIVA — Reconstituição das Portas da Vila

UMA das mais lindas cidades portuguesas é, sem duvida, Vila Real. De quando data a sua fundação?

Como a antiga Panoias se encontrava bastante arruinada, alguns dos seus habitantes pediram a D. Afonso III para lhes dar uma nova vila. E, então este monarca, em 7 de Dezembro de 1272, deu foral àqueles que quizessem povoar a nova vila. Sucedeu, porém, que ela se não fez desta vez, ignorando-se, até, por que motivo tal se deu. Mais tarde foi pedido novo foral a D. Deniz. Este monarca veio, segundo reza a tradição, ver o local que lhe indicaram para a fundação da vila. E como êle lhe agradou, deu o respectivo foral, passando a vila a chamar-se Real, por ser um rei quem a fundou. Começou ela, então, a construir-se no local onde hoje existe o bairro da Vila Velha. Mas, como êste terreno era acanhado, não tinha movimento de passageiros, por não ser atravessado por estradas, e a unica saida que possuia era para norte: começou a desenvolver-se a vila para êste lado, para fora do recinto murado e a ser abandonado o primitivo terreno, a tal ponto que D. Fernando I concedeu, com o fim de obviar a isto, aos moradores daquele sitio, a isenção do serviço militar e de todos os tributos e encargos concelhios, enquanto ali vivessem.

Contudo, nem assim conseguiu fixá-los. Começou, por isso, Vila Real a expandir-se na direcção norte, e de tal forma se desenvolveu, que já em 1721 contava 45 ruas e seis praças.

Mas a grandesa de Vila Real data de 1768, ocasião em que começou a praticar-se intensivamente, nesta região, o cultivo da vinha.

Com a vinda de vários nobres para aqui e de altos oficiais de justiça, como ouvidores, juizes de fora e almoxarifes, e com o grande rendimento que começou a dar o vinho tratado, construiram-se muitas casas brasonadas, contando-se até ainda há pouco, 27. Além destas casas brasonadas, ainda se construiram optimos edificios, tais como a Casa do Arco, do marquês de Vila Real, o palácio do 1.º conde de Amarante, o edificio do Hospital Civil, onde actualmente se encontram os Paços do Concelho, os conventos de S. Domingos e de S. Francisco, as igrejas de S. Pedro e dos Clérigos.

Pode afirmar-se que Vila Real foi uma das terras do País que teve mais familias nobres. Muitos viveram com grande fausto, tendo 14 delas chegado a ter trens montados para passeios dentro da vila. Na procissão do Corpo de Deus, reuniram-se uma vez, 16 cavaleiros de diversas Ordens.

As festas que aqui se celebraram tinham sempre um cunho de grandeza.

Vila Real tem progredido sempre.

Tem uma rêde completa de aguas e saneamento, goza de uma bela iluminação publica, tem lindos jardins e as suas ruas são quasi todas pavimentadas a paralelipipedos de granito.

Há em Vila Real pontos de vista admiráveis.

E' deslumbrante o panorama que se desfruta do passeio que circunda a leste, sul e oeste, a Vila Velha. O rio Tourinhas, que já moveu dezenas de moinhos, precipitando-se, através da rocha viva, numa queda de dezenas de metros, vem lançar-se no Corgo, que caminha, lá ao fundo, apertado entre as duas margens, indo mais adiante enlaçar-se com o Cabril. A paisagem é das mais variadas. Ora terrenos rochosos, talhados a pique, inteiramente escalvados, ora terrenos em socalcos com magnifica vegetação, ora lombadas de terra que se sucedem e prolongam numa extensão a perder de vista. De longe em longe, a nota graciosa dos povoados a branquejar, como a darem vida e alegria numa natureza áspera e severa.

Do adro do Calvário, experimenta-se também uma sensação de beleza inédita, contemplando a variedade de aspectos que nos oferece êsse cenário de sonho e de maravilha. E no meio dele avistam-se a tôrre e acrotérios do mais belo palácio da provincia — o Solar dos Condes de Vila Real.

Temos, pois, que Vila Real de Trás-os-Montes remonta, como solo habitado, a épocas muito afastadas; e, se atendermos ás opiniões antigas, diremos que a actual povoação substituiu uma outra, capital de Panoias, encontrada em ruinas por El-Rei D. Deniz. Quatro forais teve Vila Real, o primeiro dos quais lhe foi concedido por D. Afonso III, em Santarém, em 7 de Dezembro de 1272, concedendo aos habitantes da povoação — Panoias, que se chama Vila Real — todas as rendas e direitos que o mesmo rei ali possuia.

D. Deniz deu-lhe depois forais, um em 4 de Janeiro de 1289 e outro em 4 de Fevereiro de 1293. Por ultimo, deu-lhe novo foral D. Manuel (22 Junho de 1515), no qual quasi confirmava apenas os de D. Deniz.

Mandou ainda D. Deniz construir muralhas em tôrno da povoação, as quais descreviam um paralelo grande com três portas — ao norte, poente e sul, sendo a primeira a principal.

Não obstante os bons desejos de D. Deniz, a primitiva vila pouco se desenvolveu no sitio demarcado, preferindo estender-se para norte nordeste e noroeste.

Ficou aquela sendo a actual vila-velha, como que um bairro pobre da rica e interessante cidade que é hoje Vila Real. Quanto á nova vila, de tal forma se desenvolveu que já em principios do seculo XVIII estava cheia de predios, repartidos em quarenta e cinco ruas cortadas por muitas travessas, tudo em terreno quasi plano, no sentido de oeste a leste. Do mesmo século, cêrca de 1784, data a construção dos lindos passeios publicos denominados «Carreira» e que formam a linda avenida na encosta leste do monte do Calvario. Já antes havia na «Carreira» o magnifico chafariz mandado fazer por D. João V, em 1738.

A Misericordia, muito antiga, não se sabe quem a fundou, tendo funcionado ao principio numa pequena capela da antiquissima freguesia de S. Deniz.

Teve Vila Real filhos que muito a honraram nos diversos campos de actividade. E dentre eles:

Adelino Samardan — Jornalista, fundador de «O Povo do Norte». Com o advento da Republica, foi êle o primeiro Governador Civil do Distrito de Vila Real.

Alvaro Lobo — Da Companhia de Jesus. Distinto professor de filosofia em Evora, regente nos Colegios de Lisboa e Braga e reitor no Pôrto.

Dr. Antonio Baptista de Sousa (Visconde de Carnaxide) — Prosador e poeta de valor, foi tambem um parlamentar distinto. Mas foi principalmente, como jurisconsulto que maior renome granjeou.

Antonio Lopes Mendes — Agrónomo, escritor, paisagista deputado e professor. Em todos estes ramos se distinguiu notavelmente.

Antonio Teixeira Magalhães — Senhor da Casa da Calçada, fidalgo da Casa Real, procurador ás Côrtes de 1653 e capitão de cavalos. Desde 1641 a 1665 exerceu funções de sargento-mor e Governador de Vila Real.

Diogo Cam — Ilustre navegador português do seculo XV, que por duas vezes (1482 e 1485) foi mandado á descoberta por D. João II. Descobridor do Congo e do Zaire, exploron tambem a costa africana até 21°.58, de latitude sul.

Fernando Pires Mourão — Natural da freguesia de Lordêlo. Douto e benquisto varão, exerceu varios e altos cargos na côrte; foi deputado do Santo Oficio, desembargador, conselheiro de el-rei, inquisidor geral e cónego doutoral das Sés de Viseu e Coimbra.

Monsenhor Jeronimo Amaral — Grande benemerito, a quem a cidade e, em geral, todo o concelho, devem os maiores beneficios.

D. João Rebelo Cardoso de Meneses — Foi Arcebispo de Larissa e Mitilene.

General José Augusto Alves Roçadas — Foi um dos grandes herois de Africa, tendo subjugado, em 1907, o Cuamato, em cujo territorio constituiu o forte que depois teve o seu nome.

Dr. José de Azevedo Castelo Branco — Medico distinto, poeta mimoso. Deputado e Governador Civil do Distrito de Lisboa.

Rev. José Maria Alves Torgo — Orador fluente e erudito escritor e jornalista distinto.

D. Luiz Alves de Figueiredo — Bispo de Uranópolis, Arcebispo da Baia e Primaz das Americas.

VILA REAL — Teatro Avenida e Sé

VILA REAL — Monumento a Carvalho Araujo

VILA REAL — Serra do Marão

Alijó

A encantadora vila de Alijó, antigamente Alijóo, da província de Trás-os-Montes, está situada entre os rios Pinhão, Douro e Tua, que lhe servem de limites.

A existência de Alijó vem de tempos imemoriais, pois que, atentos os vestígios das idades paleolíticas e neolíticas, e pelos seus castros, somos levados a concluir que foi habitada pelos romanos e godos. Ainda hoje se vê a antiga via Zamora que atravessa os concelhos de Alijó e Murça, em alguns lugares ainda em bom estado de conservação. Não foi poupada pelas invasões árabes, sendo então senhor dela Ali-Job, que presumivelmente lhe deu o nome.

Tem um pelourinho que foi em tempos destruído, mas que há poucos anos foi restaurado e voltou a erguer-se, atestando a importância do burgo.

Em 1 de Julho de 1514, D. Manuel I deu-lhe foral novo, que se encontra na Câmara Municipal.

D. Deniz, ao fundar Vila Real, deu-lhe por termo toda a «Terra de Panolas», porém, com o tempo, muitas povoações foram-se separando.

D. Fernando I voltou a reunir-lhe algumas terras, como Favaios, Gouvães, Alijó, Jales e outras, que já tinham pertencido a Constantim e mesmo Vila Real. Posteriormente, o mesmo monarca, por decreto de 12 de Dezembro de 1369, com o fim de desenvolver Vila Real, proibiu as ditas terras de terem justiças próprias, vereadores, feiras e tabelião, obrigando assim as populações a irem a Vila Real, o que lhes era extremamente penoso.

Entre as figuras marcantes do concelho destacaremos:

Dr. Amílcar Augusto Queiroz de Sousa — Nasceu em Cheires, freguesia de Sanfins do Douro. Médico naturalista distintíssimo.

D. António Alves Martins — Nasceu em Granja de Alijó a 18 de Fevereiro de 1808 e faleceu no Paço Episcopal de Fontelo (Viseu) a 5 de Fevereiro de 1882. Doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Jornalista, polemista e orador distinto. Bispo de Viseu. Ministro do Reino, no Ministério do Marquês de Sá, em Julho de 1868.

António Pinto de Magalhães — (Visconde de Alijó) — Nasceu a 14 de Outubro de 1856 e faleceu a 9 de Outubro de 1915.

Frei Francisco dos Prazeres Maranhão — Nasceu em Favaios a 8 de Julho de 1790 e faleceu na Granja de Alijó em 1852. Varão eminente por seu saber e virtudes. Autor do «Dicionário Abreviado de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal», e outras obras.

Conselheiro Jerónimo Barbosa de Abreu e Lima — Advogado distinto. Governador Civil de Vila Real e outros distritos.

Frei João de Mansilha — Braço direito do Marquês de Pombal na delimitação da região do Douro e inspector-geral dos conventos.

Frei João Pecador — Nasceu em Prezandães e faleceu em Lisboa, no Convento do Curral, em 23 de Fevereiro de 1690.

Na freguesia de Pópulo existiram três castelos, cujas ruínas se vêem ainda: são chamados «Vale de Mel», «Castorigo» e «Toucarouta». Também há ruínas de castelos nas freguesias de Favaios e Vilarinho de Cotos.

Dolmen — Da Fonte Coberta, na Chã; talvez o melhor e mais característico dos existentes na província.

ALIJÓ — Rua principal

BOTICAS

BOTICAS tem o encanto próprio das terras trasmontanas, encanto de que naturalmente participam os respectivos povos — singelos, rudes e francos.

E para o turista, tem êle bastos encantos nos vários solares espalhados por muitas das suas freguesias; nas igrejas góticas de Sapiães e de Beça; em Carvalhelhos, notáveis pelas suas águas minerais; nos castros de Sesenho e de Seirrãos; no pelourinho de Couto de Dornelas; no Santuário do Salvador, em Viveiros; nos «Poços dos Freitas» e em muitos outros motivos mais, todos bem dignos do interesse não só do investigador, mas mesmo do simples curioso.

E' natural que Boticas beneficiasse do foral manuelino dado a Barroso. Tiveram forais antigos: Casais, em Seiros, Canedo; Canedo, casal ou termo de Barroso; Carvalhelhos, Beça; Condeçoso, Reguengo em Terras de Barroso; Curros; Lavradas, em Terras de Barroso; Beça; Mosteiró, em Terras de Barroso; Sesergo (Sesserigo, Codoçoso); Vilar de Parro, termo de Barroso; Zapiães (Sapiães); etc. — terras todas elas em redor de Boticas.

Ao norte de Portugal, na extensa região que vai desde o rio Cávado ao Tamega, encontra-se engastado o lendário planalto de Barroso, desmembrado hoje em dois concelhos — Montalegre e Boticas.

Tendo pertencido ambos às antigas Terras de Barroso, fizeram vida comum durante tantos séculos que dificilmente se pode tratar de um sem topar ou ao menos roçar pelo outro, como dois inquilinos do mesmo prédio que, morando paredes-meias, a cada passo se encontram, por mais que evitem e se queiram desencontrar. Pelo que teremos que tratar da região para enquadrarmos o concelho.

Em 1936, completou o concelho de Boticas 100 anos de idade.

Barroso, como aglomerado político, remonta ao tempo dos Afonsinos. D. Afonso III, o Bolonhês, tendo em 1273 tentado em vão aglutinar a população das Terras de Barroso, que já era bastante densa nesse tempo.

D. Afonso IV continuou a obra dos reis seus antecessores, concluindo os castelos e muralhas da futura vila, em 1331.

De mão em mão, andou esta terra, até que D. João I fez o seu amigo D. Nuno Alvares Pereira senhor das Terras de Barroso.

Monumentos e obras de arte dignos de serem admirados:

Via romana de Braga a Chaves — Série Capela, 13 marcos miliários. Monumento Nacional.

Pelourinho — Do antigo Couto de Dornelas.

Igreja e residência de Covas — A residência paroquial de Covas, enorme, de grandes corredores, amplas janelas e portas, salões, lavatório de pedra, á entrada, com depósito de água, cêrca com muros altos, arcaria na cosinha e adegas, etc., etc., tudo fala de ter sido esta residência o antigo solar de D. Afonso Aires Barroso, escudeiro do primeiro Duque de Bragança.

Poços das Freitas — Na freguesia de Bobadela; ao que se supõe, antigas ruínas de oiro exploradas pelos romanos.

Igrejas góticas — De S. Pedro, em Sapiães, e de S. Bartolomeu, em Beça.

Castros — De Sesenho, na freguesia de Covas, e de Seirrãos, na de Beça. Neste último encontram-se ainda as ruínas da tôrre de D. João I.

Capela de Nossa Senhora da Saúde — Em Covas; nela jazem os morgados de Covas. Ao lado, fica-lhe um lindo cruzeiro bizantino (1776).

BOTICAS — Igreja da Senhora da Livração

Chaves

CHAVES, conhecida entre os romanos por «Aquae Flaviae», orgulha-se da sua antiguidade e de ter uma história que muito a ennobrece.

Além das belezas naturais, que se desfrutam das imediações desta bela veiga, possue alguns monumentos que muito interessam aos estudiosos, como sejam: a extensa ponte romana, a tôrre de menagem, o tumulo do 1.º Duque de Bragança, e as igrejas matriz, da Misericórdia e da Madalena.

Chaves, com o seu belo jardim público, com uma população de cêrca de 8.000 habitantes e com muitos edifícios de linhas modernas, atingirá o seu máximo desenvolvimento, quando a Câmara, ou uma emprêsa particular, explorar e desenvolver as suas afamadas águas termo-medicinais, cuja temperatura (69°) não é ultrapassada por quaisquer outras da Península.

Perde-se na noite nevoeirenta dos tempos a origem de Chaves.

A «Aquae Flaviae» romana foi uma das cidades mais florescentes do Império, na Península, ainda hoje se encontrando vestígios repetidos de templos, de palácios e de vilas, de aquedutos, das termas famosas que vê passar diariamente o Tamega gentil beijando-lhe amorosamente, em preito de devoção e carinho as bases fortes e elegantíssimas.

Da construção da ponte pelos aquiflavienses, entre os anos 103 a 112 de Ch., reza o padrão a montante, que majestoso se ergue a meio dela.

Restaurada a nacionalidade em 1640, foram importantíssimas as fortificações que para sua defesa se levantaram durante a guerra da Restauração (1640-1668) sendo inumeros os combates sob os seus muros, podendo dizer-se que da sorte militar desta praça de guerra dependeu em grande parte a do norte de Portugal.

Nas longas lutas civis do século findo, passaram-se aqui também interessantes episódios, que, em estudo ligeiríssimo, não podemos abordar sequer. Bastará fazer referência á chamada «Convenção de Chaves» (20-IX-1837) que pôs fim á «Revolta dos Marechais», cuja causa se perdera dias antes, em Ruivães.

CHAVES — Ponte Romana

Ponte sôbre o Tamega — A ponte sôbre o Tamega é o mais assombroso monumento que a civilização do Lacio deixou na Península; por ela passavam as vias romanas, que ligavam os dois «Conventus» de Braga e Astorga.

E' tipicamente romana o rusticado das aduelas, e os vincos fusiformes onde engatava o forfex. Construção formidável de cantaria de granito — pontem lapideum.

Praça de guerra de 1.ª classe, e principal defesa da fronteira norte do País, Chaves teve durante séculos a sede do comando das armas da provincia de Trás-os-Montes,

MESÃO FRIO

MESÃO FRIO — Camara Municipal

A vila de Mesão-Frio, que é sede do concelho a que deu o nome, assenta a extremo sudoeste dêste concelho em uma colina — ramificação do Marão — com vertentes parao s rios Douro e Teixeira, respectivamente a leste e oeste. E' vila muito antiga, possuindo o seu primeiro foral desde 1152, dado por D. Afonso Henriques e confirmado por D. Afonso II, em Trancoso, no mês de Outubro de 1217. Em 27 de Novembro de 1513. D. Manuel deu-lhe novo foral, ampliando o primitivo, ficando Mesão-Frio, desde então, com jurisdição desde o rio Corgo até ao rio de Galinhas e cobrando impostos dos concelhos de Penaguião, Godim, julgado da vila de Marim, concelho de Barqueiros, de Teixeira e Gestaçó.

Possue Mesão-Frio uma igreja da invocação de S. Nicolau e que dizem ser obra da rainha D. Mafalda, espôsa do primeiro rei de Portugal.

Perto da vila, temos a aldeia da Gafaria, nome que provelo de um piedoso estabelecimento mantido ali por D. Mafalda e destinado ao tratamento de leprosos. E adiante encontramos ainda a antiquissima barca de Moledo, memorada barca de por Deus, obra da mesma rainha.

Pelo que fica dito, vê-se que Mesão-Frio é terra das mais antigas; e em 1093, quando o conde D. Henrique tomou posse do condado portucalense, encontrou já a povoação no numero dos seus dominios, com o nome de Meijam Frio, pois assim o encontramos no foral de D. Afonso Henriques.

A sua produção tem acompanhado, em quantidade e qualidade, as mais progressivas regiões agricolas do País. O comércio de Mesão-Frio é ainda hoje importante.

A cultura predominante no concelho, é a vinha. Pelos cadastros de propriedade existentes na «Casa do Douro», verifica-se que êle está em quinto lugar, na produção global média dos 21 concelhos de que se compõe a região. Produzem mais vinho do que êle, pela ordem decrescente, os concelhos de Lamego, Regua, Penaguião e Alijó. Mas se atendermos a que Mesão-Frio tem apenas sete freguesias, com uma população muito reduzida, chegaremos á conclusão de que lhe cabe um lugar de supremacia na capacidade produtiva.

Mondim de Basto

MONDIM DE BASTO, sede do concelho e justamente denominada a Sintra de Trás-os-Montes.

Da origem da vila nada consta, pelo que se supõe haver sido de todo o ponto obscura. Pela mesma razão se ignora a etimologia do seu nome.

O único foral conhecido que possue, deu-lho D. Manuel a 3 de Junho de 1514, datado de Lisboa. Este foral serve igualmente para Cerva.

Em tempos, teve Mondim largo comércio de couros e artigos de sapataria; decaiu êste ramo industrial, e actualmente muitos dos seus moradores empregam-se no fabrico de cal.

Os marqueses de Marialva tiveram senhorio da vila, mas não a habitavam, que nos conste.

Do concelho, apenas Atei merece motivos de reparo, e pór isso só dela passamos a dar breve notícia:

Atei, uma das freguesias do concelho, é terra muito antiga, habitada outrora pelos romanos, que ali deixaram muitos vestigios, suspeitando-se que tambem por ali estacionaram os árabes. Pelo menos, a velha igreja matriz tem um sino com caracteres arabicos esculpidos, que foi encontrado no lugar do Outeirinho de Deus. Atei foi couto dos seus donatarios, que eram os marqueses de Marialva, e teve foral de D. Manuel, em 3 de Junho de 1514.

Poucas terras do País terão uma situação geográfica tão privilegiada e bela como Mondim de Basto: — sobranceiras ao Tamega e seu afluente Cabril e numa região ribeirinha ficam as freguesias de Atei, Mondim, Vilar de Ferreiros e Paradonça; e na região montanhosa, contrafortes do Marão, as de Bilhó, Ermelo, Pardelhas e Campanhó;; naquelas predomina o vinho, nestas os cereais, gados e abelhas.

Das belezas naturais com que a Providência dotou esta terra, destacaremos o Monte Farinha, que, visto pelo Oeste, apresenta a forma perfeitamente cónica, com 960 metros de altitude, estando a vila a 200 metros, sendo um dos pontos de turismo sem igual em beleza no País.

MONDIM DE BASTO — Jardim 9 de Abril e velho Municipal

Montalegre

OCUPA a vila de Montalegre o centro de uma formosa e típica região, denominada Barroso.

A vila é de antiquissima fundação, tendo sido construida á sombra do seu vetusto e majestoso castelo. E' êste de construção anterior á fundação da nacionalidade portuguesa.

Ignora-se quando Montalegre foi elevada á categoria de vila, mas o seu pelourinho que há bastantes anos foi demolido, nem fragmentos das suas pedras existindo já, ostentava as armas de D. Sancho I.

Foi praça de armas forte e, como tal, sentinela valiosa e vigilante da fronteira do norte, desde o alvorecer da nacionalidade portuguesa.

Não deve haver em Portugal muitas regiões onde, como nesta, o turista sinta tanta emoção, como ao contemplar as belezas naturais desta terra misteriosa. Percorrendo-a, encontrará o visitante, ao norte, a serra do Larouco, o segundo ponto de maior altitude do nosso País e de cujo cume se desfruta o mais vasto e surpreendente panorama que é possivel contemplar. Mais além, como que a marcar a divisão entre o planalto de Barroso e a serra do Gerez, encontrará os Cornos da Fonte Fria, formidáveis castelos de uma peça só, de penedia denegrida pelo tempo, e que nos dão bem a idea de como é majestosa a Natureza. Noutro sítio, encontramos a formosissima Cascata de Pitões, que é um trecho selvagem dêste recanto de Barroso, não existindo por certo, no Mundo, muitas coisas semelhantes: um ribeiro que conseguiu perfurar um rochedo em orifício circular e pelo qual, em forma de repuxo, se precipita de enorme altura e vem tombar, rugindo, sôbre os fragaredos, e tudo emmoldurado em caixilho de vegetação exuberante.

Montalegre, vila e cabeça de comarca de velha data, existiu já desde muito antes da fundação da nacionalidade, tendo sido longamente habitada pelos romanos, pelos árabes e mesmo, anteriormente ainda, por outros povos, de que restam abundantes e insuspeitos testemunhos.

Ignora-se em que data foi Montalegre elevada á categoria de vila.

O seu primeiro foral, que nos conste, foi-lhe dado por D. Afonso III em 9 de Junho de 1273. D. Deniz concedeu-lhe outro em 3 de Janeiro de 1289, confirmado por D. Afonso IV, em 26 de Junho de 1340. D. Manuel deu-lhe foral novo em 18 de Janeiro de 1515. D. João IV confirmou estes forais em 1 de Outubro de 1648. D. João I, em carta régia feita em 28 de Novembro de 1426, quando o glorioso principe se encontrava em Montemor-o-Novo, concedeu também importantissimas isenções e vantagens aos habitantes de muitos lugares dêste concelho.

MONTALEGRE — Castelo

A sua importancia militar fez naturalmente de Montalegre, elevada á categoria de vila por D. Deniz, a sede de uma vasta circunscrição territorial que se estendia por muitas léguas quadradas, abrangendo, além da área da actual comarca, outras povoações e freguesias hoje encorporadas nas comarcas de Chaves, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto.

MONTALEGRE — Costumes da região

PESO DA REGUA — Vista geral do lado poente

Pêso da Régua

REGUA, a linda princesa do Douro, é história de uma das mais ricas regiões de Portugal, a região vinicola do Douro, que, a-pesar-de rica pelo produto nobre e incomparável que produz, tem sido uma região martir, com as suas penosas crises.

Região privilegiada, produzindo um vinho privilegiado, o vinho do Pôrto, grande riqueza nacional, tem de ter lei de privilégio, pois não pode entrar em regime de concorrência com outras regiões de cultura fácil e remuneradora, visto a sua se desenvolver somente á custa de heroicos sacrifícios. E' por isso que, só em ciclos de renovação nacional, como o que felizmente agora atravessamos, com govêrnos fortes, de saber e prestigio, o Douro tem encontrado remédio para os males que o afligem e arruinam.

A criação da Companhia Velha com os seus poderes majestaticos, a Comissão de Viticultura com o regime das contas-correntes, a do Entrepôsto com a garantia da marca «Pôrto», e finalmente a da Casa do Douro com a integração da questão do Douro na organização corporativa do Estado Novo, procurando a justa utilização de todos os elementos de produção, tem sido as cartas de alforria que o Douro tem recebido dos poderes constituidos, nos momentos mais criticos da sua existência.

Centro económico da região do Douro, onde tem tido sede os seus organismos de defesa, com condições naturais de progresso como as não tem qualquer outra terra da região, a Régua notabiliza-se pelo seu valor comercial, como empório do vinho do Pôrto, pela sua importancia demográfica, pelo seu valor turistico e estratégico, e ainda como importante centro de comunicações e pelo encanto da sua paisagem.

As encostas que a cercam em anfiteatro, e que o braço do homem, do heroico e rude trabalhador do Douro, amarrado ao calvário da enxada, aformoseia em verdejantes canteiros; os socalcos de vinhedos abençoados, que de longe nos parecem pintalgados de pontos brancos, ora sós, ora agrupados; os casarios dos lugares e os solares da lavoura, e as suas varzeas de vicosa vegetação formando uma vasta bacia, completam um conjunto de paisagem, que tornam a Régua uma linda terra de turismo.

O primitivo nome de S. Faustino da Régua provinha-lhe da sua igreja matriz, que esteve primitivamente edificada no local em que hoje temos a capela de Nossa Senhora do Cruzeiro.

Era tão antiga, que até se afirmava ter sido obra do grande imperador Constantino Magno, ai pelos anos 310 da era cristã.

Em 1093, o conde D. Henrique e sua espôsa tomaram posse do condado de Portugal, e por essa época elegeram D. Hugo para bispo do Pôrto, doando-lhe ao mesmo tempo as terras da Régua, e metade do rendimento da barca de passagem, que então havia. E os rendimentos desta não seriam de grande soma, porquanto os moradores da Régua tinham passagem gratuita.

Há quem diga que D. Afonso Henriques deu foral á Régua em 1135, e há quem opine em favor da mesma concessão, mas lavrada por D. Hugo, donatario destas terras, que o pai do primeiro rei contou, quando as deu ao prelado.

O foral conhecido, dado por carta régia, foi assinado por D. Manuel em 26 de Dezembro de 1513.

Em alvará arquivado na Secretaria Municipal e datado de 1687, faz-se já referência á Vila do Pêso da Régua, pertencente ao concelho de Penaguião.

O julgado de Pêso da Régua foi criado em 21 de Março de 1835 e elevado a cabeça de comarca em 3 de Fevereiro de 1837, em que lhe foi anexado o antigo e extenso concelho de Godim, com as freguesias de S. José de Godim, rica, fertil e atraente pela sua beleza e opulência, a de Sedielos, de vegetação mixta, vinha campo e matas, e onde se encontra, como vestigio da passagem dos romanos, a chamada ponte Cavalar; a de Mouramorta, antigo couto da Ordem de Malta e alindada pela sua lenda romantica, como o seu nome indica; e as de Loureiro e Fontelas, em que a Natureza oferece aos visitantes pontos interessantes, uma espécie de balcão donde se divisa êsse alegre jardim, que a Régua e o Salgueiral de Jugueiros formam encantadoramente.

Mais tarde, em 31 de Dezembro de 1853, foram-lhe anexadas pela extinção do concelho de Canelas, a freguesia de Poiares, imponente e fertil, coração da antiga Panoias as de Covelinhos e Vilarinho de Freires, cuja origem vem de eras desconhecidas, e Galafura, com a sua velha e artística igreja.

PESO DA REGUA — Igreja Matriz

Ribeira de Pena

EMBORA quasi sem historia, Ribeira de Pena é povoação habitada desde antigas eras, como bem o comprovam os achados arqueologicos feitos na região (entre os quais citaremos especialmente a cividade entre o Louredo e o Tamega, em Vilarinho, e os castros de Mourão, de Facho, de Formoselos, de Selxinhos, de Daivões, etc., alguns no termo de Cerva) e ainda os seus forais, um de 27 de Setembro de 1331, dado pelos seus antigos donatarios, os senhores de Tentugal (ascendentes dos Duques de Cadaval), outro dado por D. Manuel I, em Lisboa, a 16 de Maio de 1517.

Rica e sobremaneira pitoresca, a região de Ribeira de Pena bem merece, sob todos os pontos de vista, a cuidadosa atenção, não só dos poderes publicos, mas tambem dos particulares, desejosos de conhecerem as curiosidades e belezas do nosso País.

Ribeira de Pena teve barão, titulo dado em 19 de Fevereiro de 1851, a Francisco Xavier de Andrade e Almeida, casado com D. Maria Angélica Valares, da casa de Santa Marinha.

Ribeira de Pena, sede do concelho, é povoação muito antiga, tendo Pena, como primeiramente era denominada, o seu foral, dado por D. Manuel em Lisboa, a 16 de Maio de 1517. Tambem teve outro foral ainda mais antigo dado em Tentugal a 27 de Setembro de 1331.

Segundo a tradição, aqui tinha solar nobre a familia dos Ribeiras, de Riba Tamega, antiquissima e da maior respeitabilidade; e desta familia procedia D. Maria Pais Ribeiro, formosa dama que D. Sancho I loucamente amou. Chamavam-lhe a «Ribeirinha» e teve muita celebridade no seu tempo, pois governava em absoluto o seu real amante.

CERVA — E' uma antiga povoação em um vale delicioso, e teve por donatarios os brilhantes marqueses de Marialva, tão gloriosos e cuja familia acabou tragicamente, naquela funesta tarde da ultima corrida de touros de Salvaterra.

Com bons fundamentos se acredita que nesta localidade residiram os romanos. Em Dezembro de 1876, apareceu aqui uma certa quantidade de moedas de cobre, do tempo de Vespasiano. E', portanto evidente, que aquele grande povo conheceu e habitou esta freguesia.

Cerva, antigamente escrita «Serva», foi vila, sem foral velho conhecido. Diz-se que D. Manuel lhe deu foral em 1517, mas não há, ou pelo menos não é conhecido, documento que o prove.

RIBEIRA DE PENA — Paços do Concelho

Sabrosa

EMBORA alguns autores lhe atribuam antiquissima origem, o certo é que nenhuma prova se aduz em apoio de tal afirmação, antes pela ausência de monumentos antigos se poderia coligir o contrario. Os mais velhos edificios de Sabrosa não vão alem do seculo XVI, e a sua elevação á categoria de vila data de 6 de Novembro de 1836.

Quanto á antiguidade da povoação, afigura-se-nos dar motivo á afirmação, o facto de na aresta oriental de um outeiro de granito, denominado pelos naturais «Serra do Criveiro», se verem, ainda há uns cem anos, os restos duma fortaleza, dominando majestosamente a pequena aldeia da Sancha.

Do ponto onde está a vila actual, não se viam aqueles restos do vetusto edificio: este não era grande e pelos dois lados de mais facil acesso tinha a sua muralha tósca, de granito, sem cimento de qualquer especie; pela parte externa, via-se o competente forte, e mais abaixo duas ordens de muros, sem outro fôsso. Naquela época restavam ainda ás muralhas cêrca de 2, 3 e 4 metros de altura, e no meio os destroços duma tôrre circular, cuja altura já não passava de 2,20 metros, com 5 de diametro.

A' roda da pequena fortaleza, houve uma povoação muito pobre e rude, a avaliar pelos indicios dos casebres.

Pretendem os moradores de Sabrosa que os primitivos habitantes da vila vieram da aldeia da Sancha. A Norte e Este do Castelo, talvez, habitaram essas familias, deslocando depois a residencia para este ponto, que lhe fica opôsto. Certo é que, em uma escavação proximo do castelo se encontrou uma forja de ferreiro com varios utensilios do oficio, em bom uso; e tambem lá estava um tubo de barro, suposto condutor de agua para a oficina. E a poucos passos deste lugar encontraram-se sepulturas remotas.

Esta região fez parte da opulentissima cidade de Panoias, no tempo dos romanos. Tempos depois, constituiu uma parte da primordial freguesia de Santa Maria de Provezende, sendo a paroquia de S. Lourenço de Riba Pinhão cabeça de todas as povoações

E' muito suave o clima de Sabrosa, e o seu solo possue bastante minério, bem como abundancia de excelentes aguas, e os seus férteis campos produzem, alem do famoso vinho do Pôrto, abundantes legumes e saborosas frutas.

Daqui, segundo alguns, o ter-se dado á vila o nome de «Saborosa», mais tarde, por corrupção, tornado em Sabrosa.

A sua população, bastante densa, é laboriosa, disciplinada e hospitaleira, e teve sempre como divisa «Honra e Trabalho»

Santa Marta de Penaguião

PENAGUIÃO é uma região antiquissima e Santa Marta foi outrora a sede de um grande concelho, com uma área aproximadamente igual ao dôbro de que actualmente lhe pertence.

Segundo a tradição, foram os irmãos D. Thedo e D. Ransendo que expulsaram os mouros da região de Penaguião, á volta do ano 1000. Quando os cristãos se viram senhores destas terras, colocaram a bandeira ou guião dos Albuazares — a de D. Thedo — no alto de um penhasco ou penha.

Daí proveio o nome de Penha-guião ou depois, Penaguião.

Mais tarde, em 19 de Setembro de 1256, D. Afonso III deu foral á vila e D. Manuel concedeu-lhe novo foral, em Evora, a 15 de Dezembro de 1519. E' portanto, o concelho de Santa Marta de Penaguião, um dos mais antigos de Portugal.

Situada a região entre montanhas (pelo poente, vai terminar junto á celebre fraga da ermida, o ponto mais alto do Marão e onde a aguia faz o seu ninho), é encantadora a perspectiva que se desfruta dos sitios mais altos, donde se apreciam panoramas lindissimos. E' rico o seu solo e nele se produzem excelentes vinhos de mesa e licorosos, podendo considerar-se os melhores do Baixo Corgo, assim como optimas frutas, entre as quais merecem especial menção a laranja, o pêssego, a pera, a cereja, o figo, etc.

Houve no termo de Santa Marta de Penaguião um palacio denominado «francisco», no tempo de D. Afonso Henriques. Numa escritura de doação feita por este monarca, em 1139, a favor do mosteiro da Ermida, sobre o rio Corgo, em terras de Panoias, e do Couto da Ermida, defronte de Lobrigos, alude-se a este palacio, entendendo-se pela denominação de «francisco» a qualidade de francês. Cremos que seria fundação de algum dos cavaleiros, vindos com o conde D. Henrique para guerrearem os mouros.

Esta habitação veio mais tarde a tornar-se o solar dos Condes de Penaguião.

D. Afonso III deu foral novo, que compreendia Alderete, Coucieiro, Cortiçadas, Fornelos, Lobrigos, Loureiro, Mafamedos, Marão, Medim, Mondrões, Lobrigos (S. Miguel), Sedrelos, Cever, Souto do Rei, Sobrado, Taboadelo e Veiga. Este documento foi feito em Evora em 15 de Dezembro de 1519.

A vila foi propriedade dos marqueses de Fontes, que apresentavam os magistrados e governavam Mouramorta, Godim e Fontes.

A' casa dos marqueses de Abrantes andou depois anexo o titulo de Condes de Penaguião, que competia ao primogenito.

O concelho de Santa Marta de Penaguião teve mais importancia outrora, do que hoje. Durante o regime absolutista, estacionavam aqui dez companhias de ordenanças, sob o comando de um capitão-mor, sujeito ao general de Trás-os-Montes. Por decreto de 26 de Setembro de 1895, sendo Ministro João Franco Castelo Branco, foi suprimido o concelho de Santa Marta de Penaguião e anexado ao de Vila Real, mas José Luciano de Castro decretou a sua restauração em 13 de Janeiro de 1898.

Valpaços

VALPAÇOS — Entrada lado Sul

A vila de Valpaços foi elevado a sede de concelho, por decreto de 6 de Novembro de 1836 e a cabeça de comarca por decreto de 31 de Dezembro de 1853. O nome de Valpaços ou Val de Paços e a dignidade de vila, só os houve por decreto de 27 de Março de 1861.

A aparencia da vila é linda. E' povoação relativamente nova, não possuindo, por isso, monumentos arqueologicos.

A igreja paroquial, muito ampla, tem um risco gracioso, e uma tórre de cantaria lavrada; o templo, de abóbada, é muito claro e tem belas imagens.

Esta povoação foi teatro de uma das batalhas travadas em 1846, conhecida pela «Patuleia», contra o dominio dos Cabrais. Valpaços não tem foral algum, o que aliás se compreende, tratando-se de uma povoação nova, tendo no entanto, como Reguengo que era da Casa de Bragança, varios privilegios, confirmados por carta de D. Maria I.

Podemos dividir este vasto concelho em duas zonas, sob o ponto de vista agricola. Uma chamada «a terra quente», compreende o espaço limitado pelo Rio Rabaçal, a partir de Santa Valha até á quinta dos Leiroz e uma linha sinuosa que parte de Canavezes, passando por Santa Maria, Agua Revez, Rio Torto, Valpaços, até Fornos e Santa Valha. Aqui se encontra o azeite, vinho e trigo, em quantidades tais, que dão para o consumo e para exportações apreciáveis. Não são numeros precisos os que aqui inscrevemos, mas para dar uma idea da exuberancia do terreno diremos que algumas mil pipas de vinho e dezenas de milhar de almudes de azeite saem, na companhia de dezenas de vagões de trigo, para fora do concelho.

Arvores frutiferas de muitas espécies adornam os lindos linhares circunvizinhos das casas de habitação e fornecem aos seus proprietarios abundantes e saborosos frutos.

Desde fins de Abril que começa a exportação da cereja, sobretudo da freguesia de Poçares, até Outubro, em que saem as apetitosas uvas; dá saida esta parte do concelho a figos, pêssegos, melões, maçãs, peras, que pena é não possam ser levadas aos grandes centros de consumo, pois que a sua delicadeza de apresentação e finura de gôsto fariam o reclame suficiente para que se tornassem preferidos entre os preferidos.

A outra zona a «Montanha», se bem que não seja tão rica como a «terra quente» dá aos seus habitantes o necessario para a sua subsistencia e algo de sobejo para fazer face a outros encargos.

São a castanha, a batata e o gado, que constituem a fonte principal de receita dos habitantes da «Montanha». Em quantidade e qualidade apreciaveis, a castanha, sobretudo, dá ao agricultor da serra um rendimento igual, se não superior por vezes, áquele que recebe da azeitona o lavrador da «terra quente». Sobe a algumas dezenas de contos o recebido pelos lavradores pela exportação da castanha, rendimento que vem acentuando-se devido ao escrupulo que têm exportadores, seleccionando cuidadosamente este produto, que tanta aceitação tem no mercado do Brasil.

VALPAÇOS — Igreja Matriz

Alem da castanha, dá-nos esta região a grande parte do centeio e batata consumidos no concelho.

Tem bons monumentos e obras de arte, dentre os quais destacaremos:

Igreja matriz — Construida há cem anos, de estilo simples e leve, mas de linhas elegantes, sendo de admirar a sua bela tórre quadrangular e as suas abóbadas inteiramente construidas em cantaria fina.

Paços do Concelho — Edificio sumptuoso, construido expressamente para este fim, acolhendo dentro dos seus muros todas as repartições publicas, sendo no seu género um dos melhores do norte do País.

Casa e capela dos Morgados — Curioso especime de arquitectura, não se sabendo bem, ao certo, a data da sua fundação.

Igreja paroquial de Carrazeda de Montenegro — De estilo romanico, já deturpado, por virtude de reconstruções sofridas, mas conservando quasi intacta a majestosa frontaria, da primitiva construção.

Igreja matriz de Vilarandelo — Romanica; perto, existe uma pequena capela, construida em 1580. — Cruzeiro — Em Vilarandelo, com esplendida imagem.

Vila Pouca de Aguiar

VILA POUCA DE AGUIAR, sede do concelho, fica distante da capital do distrito 28 quilómetros, 35 de Chaves, 496 de Lisboa e 159 do Pôrto.

Todas as opiniões acêrca da antiguidade desta terra são concordes em fazê-la recuar, pelo menos, ao dominio romano.

Do que não restam duvidas, é da ocupação do território de Vila Pouca pelos romanos, como o provam as muitas ruinas de casas e de fortificações por ali existentes, como, por exemplo, noutra aldeia igualmente denominada Cidadethe, na freguesia de Alfarela de Jales. Tambem nas imediações da vila têm aparecido mós de moinhos, tijolos muito espessos, sepulturas abertas em rocha e fornos que, examinados detidamente, parece terem sido destinados á fundição de metais. Acima da aldeia de Cidadethe (de Vila Pouca) há um lugar chamado Regedoura, onde vai cair um regato precipitado de muito alto e que durante a época das chuvas se engrandece a ponto de formar estrondeante cascata; está a cêrca de um quilómetro da vila, indo para o norte, já na Falperra. A pino sobe a cascata, no pinaculo da serra, onde está o «Penedo sôbre outro» houve, em tempos idos, um grande castelo, que ainda nos mostra deminuta parte das suas muralhas e robustos alicerces.

Tambem as sepulturas abertas a picão nas rochas são aqui muito vulgares; oito quilómetros a S. O. da vila, nos montes de Soutelinho do Armezio, há bastantes, atribuidas aos romanos.

A região foi riquissima em minerais, no tempo dos romanos e dos árabes, o que é fácil de verificar pela abundancia de valas, galerias, poços, tuneis, aquedutos e grandes montes de pedra britada, que tantas admirações causam ás pessoas que passam na freguesia de Três-Minas.

Os actuais Paços do Concelho são relativamente de recente construção, pois se concluiram em 1880, existindo ainda hoje a antiga Casa da Camara, que não sabemos quando foi construida, podendo, porém, atribuir-se ao tempo de D. Manuel, em vista de lá ter ainda as armas dêste monarca, a esfera armilar e a Cruz de Cristo. Do pelourinho é que não restam sequer vestígios.

Conquanto haja quem afirme que D. Afonso Henriques deu foral a esta vila, o mais certo é ter sido D. Sancho I quem primeiro a distinguiu em 1210. D. Afonso II deu-lhe outro, em 1220. Estes forais referem-se a Aguiar da Pena, como então se denominava a povoação, uma simples aldeia, que depois prosperou a olhos vistos, sendo já importante quando D. Manuel lhe deu foral novo, em 1515.

VILA POUCA DE AGUIAR—Largo Comendador Sousa Teixeira

DISTRITO DE VISEU

VISEU — Tôrre da Catedral, vista do Museu Grão-Vasco

ATRIBUE-SE aos turdulos, sendo por consequência de respeitavel antiguidade, a fundação da cidade de Viseu, capital do distrito com o seu nome e da provincia da Beira Alta.

Não cabe nos limites dum simples artigo o resumo, ainda que incompleto da gloriosa história de Viseu, que, de resto, é talvez a cidade portuguesa com mais monografias.

Da origem do seu nome nada se conseguiu apurar de positivo.

Viseu, como aliás sucedeu com tantas veneraveis terras, esteve sucessivamente sob o dominio dos povos invasores da Lusitania, tendo, por isso mesmo, historia acidentadissima.

Foi côrte dos reis de Leão, durante algum tempo, e residencia tambem temporariamente de D. Teresa, mulher do Conde D. Henrique.

Vários foram os monarcas portugueses, entre os quais D. João I, que ali celebraram côrtes.

Próximo da cidade existe a famosa «Cova de Viriato», onde o herois lusitano construiu uma fortaleza com uma superfície de 307 metros quadrados, 16 metros de altura e cercada dum fôsso de água.

Orgulha-se Viseu, com razão, de ser pátria de numerosas figuras históricas de grande brilho nas várias actividades nacionais.

A cidade encerra numerosos monumentos, sobrepondo-se, porém, a todos êles, pela sua antiguidade venerável e pelas riquezas que a rechelam, a sua celebrada Sé Catedral, a da «abobada dos nós», em cujos fechos estão os emblemas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel.

Além da Sé e do Museu Grão Vasco, que lhe fica contiguo, existem ainda numerosos outros monumentos e palácios brasonados, dos quais merecem especial referência o templo gôdo de S. Miguel, onde está o tumulo de D. Ramiro, o ultimo rei gôdo; o pórtico do Fontelo com a sua formosa mata; a janela de D. Duarte; os trechos das antigas muralhas e tantos outros.

VISEU — Porta do Soar (antiga muralha de D. Afonso V) parte exterior

ARMAMAR — Largo do Municipio

Armamar

É povoação antiquissima a vila de Armamar, no distrito de Viseu, a uma dezena de quilómetros de Lamego.

Portuguesissima terra beirã, fica situada sobre um monte, tendo ao norte o alto monte da Misarela, donde se descobre um extenso e encantador panorama, avistando-se quasi todo o distrito de Vila Real, Pôrto e muitas localidades. Ao sopé desfila o ribeiro Themi-Lobos.

A região é farta de tudo e, especialmente, de bom vinho, pois os seus campos são produtivos e ferteis.

Foi conhecida, antigamente, por Ermo-Mor, mas Viterbo, no seu «Elucidario», denomina-a de «Hermamar» ou «Ermamar».

Desconhece-se a sua origem ou fundação, mas sabe-se que já existia ao tempo da fundação da nacionalidade.

Em 1127 existiam na vila um homem importante, chamado Fernão Martim, que era ferreiro, e sua mulher D. Agueda, que doaram ao mosteiro de Salzedas uma vinha no sitio do Vale do Nacar.

Aos mesmos frades de Salzedas foi tambem doado em 1163, as propriedades que D. Teresa Afonso, quarta mulher de D. Egas Moniz, adquirira a Pedro Viegas nos territorios de Lamego e Ermamar.

Antes da fundação do convento de Salzedas já D. Egas Moniz havia mandado construir a igreja matriz — vasto templo, de três naves e grande altura — que foi edificada no sitio de Almoinha ou Aluminha, onde existira antes a ermida de S. Miguel.

Armamar teve foral de D. Manuel, dado em Lisboa, a 3 de Maio de 1514.

e ouvidor do Infante D. Fernando, filho de El-Rei D. Manuel.

Era varão muito douto e estimado pela sua ciencia, rectidão e capacidade.

Nas côrtes que D. João III celebrou em Torres Vedras, na igreja de S. Pedro, a 19 de Setembro de 1525, fez, por parte do povo, um eloquente discurso que depois foi publicado com o titulo: «Resposta do dr. Gonçalo Vaz por o povo».

O ilustre varão faleceu na sua pátria em 1570, com a provecta idade de 80 anos.

De Armamar era igualmente natural, Gaspar Cardoso de Carvalho, que foi desembargador e corregedor do crime, da Relação do Pôrto; foi avô do celebre general miguelista José Cardoso de Carvalho e Meneses e do irmão deste o coronel Gonçalo Cardoso Borba de Meneses.

A prosperidade de Armamar começou depois de ter sido criada a comarca por decreto de 24 de Outubro de 1855.

Fontelo, freguesia deste concelho, foi sede de concelho com Camara, juizes e mais oficiais proprios, mas acabou por ser suprimido em 1834.

Teve foral concedido por D. Manuel I, em 17 de Maio de 1514.

Alguns lhe chamam Serra de S. Domingos de Fontelo e outros Serra de S. Domingos da Queimada.

Na falda daquela eminência está a extensa Veiga de Macarães, onde, segundo a tradição, foi o primitivo assento da cidade de Lamego, que por se ter insurgido contra os romanos, pelos anos 100, de J. C., foi severamente castigada por catorze legiões enviadas pelo Imperador Trajano á Lusitania.

As referidas legiões arrasaram e incendiaram completamente a cidade, escapando poucas casas, e os lusitanos que não foram vitimas da terrivel represália romana fundaram depois a nova Lamego no local em que se encontra.

Na cumiada do monte está a capela do Santo que lhe deu o nome S. Domingos, que é tido como advogado contra a esterilidade.

D. Afonso V e D. João vieram á capela em piedosa romaria pedir-lhe a mercê de lhes conceder herdeiros á coroa.

Possue o concelho admiraveis motivos de beleza, com as suas panoramicas deslumbrantes e o espectaculo vicejante dos arvoredos e searas, dos olivais e pomares, de produtividade ubérrima.

Com o advento do Estado Novo muito beneficiou o concelho que durante muitos anos viveu abandonado pelos poderes publicos.

O grupo de homens de acção, chefiado pelo sr. padre Fausto Guedes Alvim, que dirige a administração do Municipio, muito tem contribuido para o progresso e valorização do ridente concelho beirão, especialmente nos ultimos cinco anos.

Com a mesma energia, zêlo e actividade e secundados pela pacifica população que muito ama a sua terra, prosseguem êsses homens na sua admiravel obra de maneira a poder-se afirmar que Armamar é já hoje um dos mais prósperos e progressivos concelhos portugueses.

ARMAMAR — Igreja Matriz

Carregal do Sal

DE fundação relativamente moderna, a vila de Carregal do Sal não tem história nem tradições.

Em 1757 tinha a vila de Carregal ou Currelos, pertencente á comarca de Santa Comba Dão, 200 fogos, sendo seu orago Nossa Senhora da Purificação.

Há cêrca de oitenta anos ainda o actual concelho era dividido em dois: o de Currelos e o de Oliveira do Conde.

O primeiro era mais importan-

CARREGAL DO SAL — Paços do Concelho

te que o segundo, dando-lhe valor o comércio de sal feito pelas salinas e que iam em barcos da Foz do Dão.

Fernando Gois que acompanhou o Infante D. Henrique na conquista de Ceuta foi, pelos seus feitos, galardoado com os títulos de Senhor de Oliveira e Conde de Portimão. Dos seus, descendentes que se fixaram em Portimão apenas um ramo aqui ficou. Os limites dêste senhorio estendiam-se desde Trás-da-Serra até ao rio Mondego, termo do concelho de Oliveira do Hospital.

Carregal do Sal possue belos edifícios, desenvolvido comércio, progressiva industria e florescente agricultura, pois a região é muito fertil.

A sua população constitue um nucleo de gente activa, ordeira, trabalhadora.

Carregal do Sal é servido por caminho de ferro, tendo a estação respectiva dentro da propria vila.

E' em suma um concelho moderno que procura valorizar-se cada vez mais ,por meio dum trabalho digno e constante que muito nobilita o seu povo e os seus dirigentes locais.

A obra realizada, nestes ultimos anos, sob a égide do Estado Novo tem contribuido poderosamente para o desenvolvimento e embelezamento do ridente e aprazivel concelho.

Castro Daire

SUPÕE-SE, com justificada razão, ser Castro Daire, terra muito antiga, mas não se sabe quem foi o seu fundador nem a data em que foi fundada.

Em Castro Daire ainda se vêem vestigios do seu antigo castelo que devia ter tido grande importancia no tempo dos romanos, por defender a ponte sôbre aquêle rio que era a unica passagem, e forcada, de Viseu para Lamego.

CASTRO DAIRE — Pelourinho de Mões

Foi êsse fortissimo castelo, no cume do monte, que deu o nome á vila.

Há a tradição, em Castro Daire, de que passando por ali o rei D. Deniz, pelos anos de 1300, concedeu aos moradores, a pedido deles, a pedra do castelo para fazerem uma igreja.

Há porém investigadores de opinião que o castelo estaria em ruinas e o povo, como em muitos outros pontos sucedeu, deu á sua pedra a aplicação que quiz, construindo então o templo.

E' esta igreja das mais sumptuosas e vastas da provincia, superior a muitas Sés. Tem sete magnificos altares e nas obras de construção que ficaram concluidas em 1864, foram gastos muitos contos de reis.

Do sitio onde esteve o castelo gosa-se linda e extensa paisagem avistando-se dali, muitas leguas em redor, numerosas povoações e serras, tais como as de S. Macário, S. Lourenco, Montemuro e outras.

Castro Daire era cabeça do condado, tendo, por morte do seu ultimo conde, D. Simão Corrêa da Silva, transitado para a Corôa.

Entre os seus filhos de mais ilustração, conta-se o padre jesuita Sebastião Vieira.

A 14 de Março de 1514 foi-lhe por D. Manuel dado foral em Lisboa.

Proximo á vila, a 1.500 metros ao sul, numa casa que se presume ter sido hospicio dos templários, existe uma capela a Nossa Senhora do Presepe. Tambem ali existe um gigantesco carvalho, coevo dos mesmos templários, em cujo tronco, que está completamente ôco, cabem umas trinta pessoas sentadas. A veneranda arvore tem mais de 22 metros de altura e mede 13 metros e meio de circunferência.

E' todo o concelho de grande fertilidade, produzindo abundantemente cereais, frutas, azeite, mel, céra e excelente vinho, havendo tambem muita caça e muito e bom peixe nos rios Paiva e Paivó que ali se reunem, contribuindo com as suas aguas para a fertilidade da região.

Há sôbre os dois rios uma ponte antiquissima e muito alta, construida em cantaria.

A vila tem bons edificios, publicos e particulares.

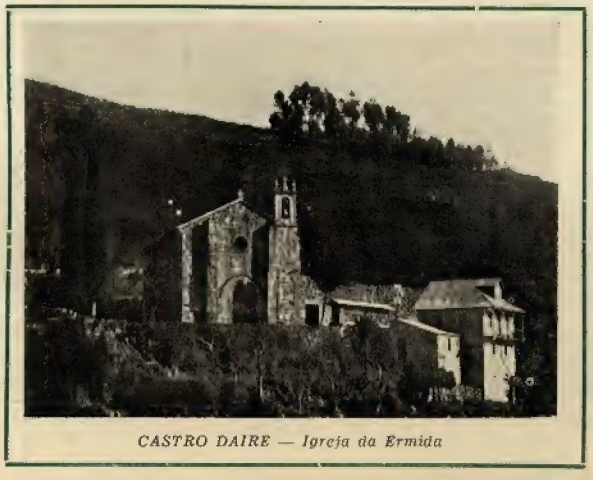
A cinco quilómetros encontram-se as Termas do Carvalhal com aguas sulfurosas, de grande nomeada no tratamento de doenças de pele, reumatismo artritismo, diabetes e albumina.

Castro Daire é hoje concelho de 2.ª ordem, com uma população calculada em 23.000 habitantes, gente ordeira, laboriosa e pacifica que faz do amanho da terra, principalmente, o seu modo de vida.

O concelho é servido, a norte e a sul, pelas estações ferroviárias da Regua e de S. Pedro do Sul, nas linhas do Douro e do Vale do Vouga, respectivamente.

Sob o ponto de vista turistico, é a região de Castro Daire muito bem servida de sitios aprazíveis e agradáveis, com aspectos encantadores de rico pitoresco e beleza.

Nos ultimos anos tem o concelho sofrido um benéfico e vigoroso impulso por parte das administrações locais e do poder central, ali tendo sido realizados importantes melhoramentos que muito o valorizam e desenvolvem.



CASTRO DAIRE — Igreja da Ermida

Lamego

SEM atinarmos com a luz da verdade no principio da história lamecense, destituida de monumentos certos por sua muita antiguidade, pode afirmar-se, como provável, ser Lamego uma das primeiras povoações de Portugal e de tôda a Espanha.

João Margarino, bispo gerundense, no «Paralipomenon de Hespanha», pelos anos de 1535, a reconhece por antiquissima, sem lhe assinalar principio, e declara ser esta a primeira de tôdas as cidades da Lusitania, riquissima, cercada por um grande ambito de muros, entre os rios Douro e Limino, que o vulgo chama «Ungio». A cidade teria sido arruinada no tempo do Imperador Trajano, em consequência duma rebelião, sendo depois reedificada.

LAMEGO — Sé

Segundo Ptolomeu, era esta a maior cidade de todas as de Espanha, muito perto do Rio Douro, vizinha ao reino de Portugal.

Tanto se desvelaram em engrandecer Lamego os celtas, lações e gregos, que muitos autores os contam por fundadores dêste império 1210 anos antes de Cristo ou seja 2790 da criação do Mundo, pela cronologia vulgar de Usserio e Calmet que põem o nascimento do Senhor aos 4.000 anos do Mundo.

Chamou-se Lamego Laconimurgi, por ser centro e cabeça de muitos povos, o que significa «murgi». Disse-se vizinha do reino de Portugal, quando êste começou a ter o nome derivado da cidade do Pôrto, porque reinando os suevos em Braga tomaram Lamego e outras povoações da Lusitania, e a uniram á Galiza que tinha aquela cidade por capital.

Desmembrada assim da Lusitania, á qual pertencia, e da metrópole de Mérida, Lamego reconheceu por muitos anos Braga como capital.

Depois de muitas alterações foi capital de um reino de mouros no oitavo século, tornando no duodécimo a encorporar-se no reino de Portugal.

O sitio em que esta cidade primeiro existiu querem alguns que fôsse no monte da Quelmada, onde se encontra a capela de S. Domingos, mas como aí não se descobriram nunca ruinas de edifícios ou muros, afirmam outros que foi nos campos vizinhos.

A cidade está situada em sitio baixo, aprazivel, fertilissimo, que pouco se descobre ao longe, e rodeada de serras. E' cortada ao meio, junto á Sé, pelo rio Coura que se mete no Balsemão e depois de irrigados os arrabaldes, entra com o Barosa no Douro, á distancia de cinco quilómetros.

No comentário á vida de *Idácio*, expõe Jorge Cardoso a fundação de Lamego por estas palavras: «Na opinião de Estrabo na «Geografia» certos povos gregos, ditos lacones ou lacões entraram pela Celtibéria, entre Castela e Navarra, passaram á Lusitania com os espanhois celtiberos, e edificaram a famosa cidade «Liconimurgi», chamada por Ortélio, e Vasconcelos, Lameca, e depois Lamego, assentada nos povos *vetões* e *pessures*, habitantes nas comarcas de Castelo Branco, Covilhã, Cela, Riba-Côa, até o Tejo, com a célebre cidade Vaca, de que ena célebre cidade Vaca, de que tomaram nome os vacus ou vacenses. O que se entende não de sua primeira fundação, mas renovação, concorrendo a ela como metrópole todos êsses povos. Em pouca distancia da situação em que hoje existe e reconhece Ptolomeu, dizendo estar Lamego em 8.º e 20' de latitude, de longitude 40º até 50º».

Os seus primeiros nomes teriam sido: Laconia, Laconimurgi, Urbs, Lamecenorum, Lameca, Lamica, donde se formou Lamego.

Dizem alguns escritores que Lamego era sede episcopal já do tempo dos romanos e que o seu primeiro bispo fôra Severo, eleito em 203.

Até 716 Lamego teve oito bispos.

Quando os mouros, por êsses tempos, invadiram a Peninsula Ibérica, a cidade caiu em seu poder e ali edificaram uma mesquita que, segundo se crê, foi depois transformada na actual igrejinha de Almacave, que é monumento nacional.

O bispo de Lamego e os habitantes fugiram para as Asturias, onde se mantinha o guerreiro Pelaio chefe dos cristãos, que jamais se curvou ao jugo dos inimigos contra os quais fez sempre terrivel guerra.

D. Ordonho II, Rei de Portugal e

Galiza conquistou aos sarracenos em 910, a cidade que em 985 tornou a cair em poder dos mouros, cedendo a Almançor, rei de Granada.

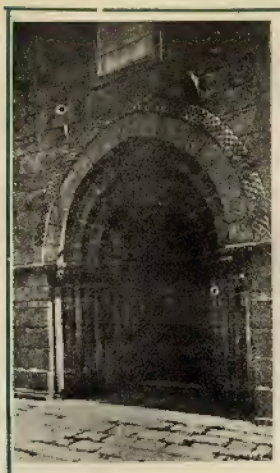
Por várias vezes foi a cidade perdida e retomada sucessivamente por mouros e cristãos.

O ultimo rei mouro que Lamego teve foi Echa Martim, tributário do rei de Leão e Castela.

D. Afonso VI, daqueles reinos, deu depois Portugal a sua filha D. Teresa e a seu marido, D. Henrique de Borgonha, facto que Echa Martim não levou a bem, resolvendo não mais pagar o tributo e talando e saqueando diversas terras cristãs.

Saindo a campo, D. Henrique, acompanhado por Egas Moniz, atacou o rei mouro, derrotando-o no vale de Arouca e fazendo-o prisioneiro a êle e á mulher. Em consequência do bom tratamento recebido o casal mouro converteu-se á religião cristã.

O resultado dessa conversão foi D. Henrique fazer Echa Martim e sua mulher, senhores de Lamego e do seu termo «como Echa sempre



LAMEGO — Igreja de Almacave

a teve de herança dos mouros seus antepassados, que ali reinaram, sendo o novo cristão armado cavaleiro».

D. Henrique nomeou bispo para Lamego e construiu a sua actual Sé, em 1110.

Os arredores de Lamego, para melhor defesa da cidade dos irrequietos vizinhos mouros, foram dados a vários fidalgos, entre os quais Egas Moniz que fez uma quinta em Salzedas, onde passou a infancia D. Afonso Henriques.

Na igreja de Almacave, primitiva Sé lamecense, reuniram-se côrtes em 1142 e 1143, nas quais o «Conquistador» foi reconhecido rei de Portugal.

Porém, a época era de pugnas constantes e a florescente cidade foi por vezes arruinada e despovoada.

Lamego chegou a ser importantissima cidade nos séculos XIV e XV, tendo grandes fábricas de tecidos e uma grande feira anual muito concorrida, sobretudo por mouros de Granada que aqui traziam especiarias e fazendas do Oriente.

A cidade recebeu forais de D. Henrique em 1109; de D. João I, em 1390; e de D. Manuel I, em 3 de Julho de 1514, os dois primeiros dos quais não são mencionados por Franklim.

Lamego, como não podia deixar de ser, devido á sua antiguidade, possue monumentos de veneravel história e de muito interesse patriótico, tradicional e até lendário.

Em primeiro lugar está, sem duvida, o seu castelo, venerando pela sua muita antiguidade e curioso pela sua singular estrutura.

A pequenina igreja de Santa Maria de Almacave é também digna de veneração, pois, além de ali se reunirem côrtes, como dissemos, foi Sé de suevos e de godos, sendo de remotissima antiguidade.

Outro monumento importante é a sua veneranda Sé, belissimo templo gótico, e que tem a idade da nação portuguesa.

Também o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, sôbre uma elevadissima colina, é digno de visita. Para êsse sumptuoso templo, de elegante fachada, se sobe por rica escadaria de granito, com nove magestosos lanços, com espaçosos pátios e ornada lateralmente de frondosas arvores e bonitas fontes. E' passeio favorito da gente da cidade em noites de luar.

Lamego tem os arredores muito pitorescos, a-pesar-de acidentados. Os seus montes são cobertos de frondosos arvoredos e os seus vales bem cultivados e sempre verdes, graças á abundancia de águas.

Os seus terrenos são ferteis, produzindo em abundancia, azeite, cereais, legumes, frutas, linho e vinhos especiais, os famosos vinhos do Douro. Tem peixe dos seus dois ribeiros e do Douro.

A cidade é dividida em três bairros: um, o mais plano e o principal, chama-se da «Praça»; outro fica como peninsula entre os ribeiros Balsemão e Fável, chamado Couto da Sé, no qual está compreendido a Sé e o paço episcopal; e, finalmente, o terceiro, situado numa elevação, entre os dois primeiros, tendo na sua parte mais elevada o velho castelo, chamando-se, por isso, o bairro do Castelo.

Em Campo dos Frades, próximo da cidade, existiu o antiquissimo convento de frades conhecido pelo Retiro de Fável.

Junto a Lamego, na freguesia da Sé, está o santuário a Nossa Senhora do Amparo, ou dos Meninos, cuja imagem é de grande devoção dos povos locais e antiquissima.

Junto á ribeira de Fável há outro santuário: a Nossa Senhora da Lagem, nome tomado do sitio em que o templozinho foi edificado.

Na frente da Galilé do antigo convento dos Agostinhos, hoje edificio da Camara Municipal, existia uma cruz com a singularidade de ser feita de um só bloco.

Tal é a traços largos, a história da fundação da veneranda Lamego que hoje enfileira galhardamente ao lado das restantes cidades do País na ansia de progresso e de desenvolvimento que são apanágio dos tempos modernos sob a égide forte e impulsionadora do Estado Novo.

Nas comemorações centenárias da Fundação e da Nacionalidade portuguesas, Lamego, pela sua história, pelas suas tradições de apego á terra, pelo patriotismo dos seus habitantes, teve assegurado um lugar de relevo, a que a sua veneranda antiguidade tem direito.

A sua história, está intimamente ligada á da Lusitania e, mais tarde, ao do condado de Portucale donde veio a sair graças á espada e á fé de D. Afonso Henriques e dos seus sucessores, a nossa adorada Pátria.

LAMEGO — Castelo

Mangualde

MANGUALDE, como concelho, é de fundação recente, pois ainda em 26 de Março de 1514 era uma simples freguesia do concelho de Azurara da Beira.

A Azurara da Beira foi que, em 1102, o conde D. Henrique e sua mulher, D. Teresa deram foral, depois confirmado em Santarem, por D. Afonso II, no ano de 1218. D. Manuel também lhe concedeu foral.

Azurara, que é hoje a freguesia de Quintela de Azurara, do mesmo concelho de Mangualde, é po-

MANGUALDE — Pelourinho

voação antiquissima, e o seu nome, que primitivamente era Zurara, parece derivar do nome de um mouro, chamado Zurar que foi alcaide do castelo local.

Quanto ao actual nome de Mangualde não se sabe a sua etimologia, havendo investigadores que o supõem proveniente de «Mangual» ou «Mangualde», nome de instrumento agricola, enquanto outros o dizem derivado de «manqual» como os antigos denominavam um jôgo de bola ou do fito.

A vila de Mangualde, propriamente dita, divide-se em dois bairros — a vila velha e a vila nova. Situada numa planicie, o seu clima é salubre e a vila é de agradável aspecto e com boas vistas.

Entre os seus bons edificios conta-se o palácio, sumptuoso e vasto, conhecido pelo palácio do País, de Mangualde, e que é um dos melhores edificios particulares da provincia e está recheado de muitas e valiosas preciosidades artisticas e tem junto uma extensa e formosissima mata.

Sôbre o cume dum alto monte, a 1.500 metros a NE. da vila e fazendo frente á povoação, foi erigido, a expensas da familia País, um santuário dedicado a Nossa Senhora do Castelo. As obras, que começaram em 1819 e ficaram concluidas em 1837, importaram em 24 contos de reis.

Sabe-se, por tradição, que próximo dêste elegante templo, existiu uma mesquita arabe que depois da fundação da nacionalidade foi transformada em templo católico e demolida quando começou a construção do actual.

No mesmo local ainda existem ruinas que provam ter ali havido um castelo romano ou árabe.

O rei usurpador Felipe II porque o conde de Belmonte, patriota esforçado, recusou ir ao beija-mão que o monarca dera quando se apossou de Portugal, foi esbulhado de todos os seus bens e foros que tinham sido da coróa, á posse da qual passaram de novo. Entre êsses bens figurava o senhorio de Mangualde.

Mangualde é na actualidade um importante centro industrial e agricola que a sua população de indole boa e trabalhadora anseia por vêr ainda mais desenvolvido e modernizado, desejo legitimo que uma comissão administrativa municipal, composta de devotados nacionalistas, muito bem secunda, defendendo com inteligência os interesses do povo que neles confia.

E' notabilissima a obra levada a efeito no concelho, na sede como nos mais afastados recantos, desde o advento do Estado Novo.

Moimenta da Beira

DESCONHECE-SE a data da fundação e a origem de Moimenta da Beira. Sabe-se, no entanto, que é povoação muito antiga, muito embora Franklim não lhe mencione qualquer foral antigo ou moderno.

Na «Monografia do Concelho de Tarouca», a páginas 16 diz-se: «Moimenta com as tradições fidalgas da vila e as memórias dos povos protohistóricos de Leomil e Caria», pelo que se conclue que a povoação tinha com estas duas vilas ligações de existencia e história.

Na capela de Nossa Senhora das Mercês, situada a uns 300 metros ao N. da vila, lê-se numa lápida a data de 1164, o que nos transporta até ao berço da nacionalidade. Este facto é assinalado na «Descrição e História do Concelho de Moimenta da Beira», de António Francisco de Andrade, abade de Arcozelos.

Por sua vez Pinho Leal afirma que «em 1163, Pedro Viegas, autorizado por D. Afonso Henriques vendeu a Teresa Afonso por 480 maravidis tudo o que possuia em Armamar e Moimenta. A capela do Divino Mártir, como o povo diz, tem, na pedra, em arco, que forma o campanário ou sineira: S. Sebastião, 1196. E' esta capela mais moderna, do que a da Senhora das Mercês, 32 anos».

Verifica-se assim, de maneira eloquente, a antiguidade de Moimenta da Beira.

O nome de Moimenta, a acreditar na tradição, deriva de Moimento, que significa sepultura.

O concelho, como aliás quási todos os da Beira Alta, produz com grande abundancia, centeio, milho, trigo, cevada, feijão, bata-

MOIMENTA DA BEIRA — Pelourinho da vila

ta, castanha, vinho, azeite, nozes e muitas frutas, além de alguma cortiça.

Possue monumentos considerados nacionais, tais como a igreja de Nossa Senhora da Purificação, antiga igreja do convento, com bela construção do século XV onde se podem admirar antigos azulejos e a tribuna e altar-mor, e o pelourinho da freguesia de Rua.

No planalto e arredores da serra, sobretudo, nas proximidades das freguesias de Aviz e Pera Velha, existem restos de construções antiquíssimas, além de serem pontos de grande pitoresco, o mesmo sucedendo com o Monte da Cabeça Gorda, próximo da ermida de S. Torcato, e o Monte de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia da Pera.

De todas as suas freguesias a mais importante sob o aspecto histórico é, sem duvida, Leomil, rica de tradições e a quatro quilómetros apenas da sede do concelho.

Leomil foi conquistada aos mouros em 1102 pelo conde D. Henrique, com o auxílio dos cavaleiros irmãos D. Garcia Roiz e D. Payão Roiz, aos quais a deu como prémio, com honras de couto e muitos privilégios. De D. Mem Gonçalves da Fonseca, neto de um daqueles senhores e herdeiro das terras começa a genealogia dos Fonsecas que depois se disseram Coutinhos por terem o couto de Leomil.

No tempo de D. Afonso Henriques já Leomil era terra preponderante, famosa e acastelada.

Segue-se, em ordem de importancia histórica, a freguesia de Caria, que, primitivamente, existiu numa encosta perto da Quinta da Boa Vista, no sitio da Cumieira, e que Almançôr, o cruel califa de Cordova destruiu no século IX, e que já existia no tempo dos romanos e godos. No testamento de D. Flamula, feito em 960, acha-se mencionado o castelo de Caria.

Outra vila de grande antiguidade é a de Rua, onde, no lugar de Vide e outros próximos se têm encontrado vários vestigios de uma povoação do tempo dos romanos, como por exemplo uma lápida na qual se dizia que «Armanda, serva de Jesus Cristo, tinha falecido, em paz, no ano do Senhor, 586», e outras lápidas dedicadas aos imperadores Marco Aurélio e Antonino, estas descobertas em 1788.

Nas povoações antigas dos concelhos correm ainda hoje várias lendas, tradições e superstições, nas quais as mouras encantadas ocupam primacial lugar.

Moimenta da Beira tem progredido consideravelmente nos últimos anos, graças aos esforços dos membros das Comissões Administrativas do seu Municipio e ao auxilio que pelo Estado Novo

Os melhoramentos rurais, como os de urbanização, têm sido realizados com vista ao desenvolvimento e embelezamento do importante concelho que bem merece pelas virtudes exemplares da sua população acolhedora, afável e esforçadamente patriota.

MOIMENTA DA BEIRA — Igreja do Convento

Penalva do Castelo

PENALVA DO CASTELO, no distrito de Viseu, parece ter sido povoação romana, o que consta não só da tradição como também duma inscrição latina, esculpida numa pedra de finíssimo mármore e em caracteres belíssimos, que existiu no quintal dos abades de Penalva.

Afirmam vários investigadores que o nome desta vila provém dum antiquíssimo castelo, fundado sôbre uma penha eminente ao rio Om, hoje Dão. Dizem outros que êsse castelo estava edificado sôbre uma penha, na margem do rio Alva, o que é mais verosimil, se atendermos ao nome da terra.

Do aludido castelo porém, não existe o menor vestigio. Outros ainda dizem que o nome provém do castelo que havia na serra de Peramuna.

Sabe-se no entanto que é povoação antiquissima, tendo êstes sitios sido povoados por tribus pré-históricas, o que se prova por certos monumentos pré-celtas e ainda pelo nome de Antas — nome de uma freguesia do concelho — onde existiram muitos dolmanes, o mais notável dos quais, segundo Mendonça e Pina, seria muito maior do que o de Guilhafonso, junto da cidade da Guarda.

Afirma-se ainda que a capela de Nossa Senhora da Consolação, vulgarmente do Coval, é anterior á Monarquia portuguesa, sendo nela enterrados os que morriam no referido lugar.

Tornou-se notável no concelho a povoação de Castendo que também foi sede do concelho, sendo as audiências feitas nos dois lugares — Castelo e Castendo, mas passando depois a serem feitas neste ultimo.

Consta do «Livro de Forais Novos da Beira», a fl. 151, col. 1.ª, que D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 14 de Abril de 1514.

Por sua vez o padre Carvalho da Costa pretende que o primeiro foral de Penalva do Castelo foi-lhe dado por D. Sancho II em 1240.

De qualquer maneira há a certeza da origem remota da povoação que á medida que os anos decorriam ia crescendo de importancia.

Assim temos que em 1762 Penalva do Castelo era concelho na correição de Viseu, Beira; em 1811 era concelho da Beira, com juiz de fora, comarca, provedoria e diocese de Viseu, tendo por donatário o Marquês de Penalva.

Segundo o cadastro da Beira, de 1527, o concelho de Penalva tinha 764 moradores, o concelho era todo terra chã com 2 cabeças de concelho uma que se chamava o castelo «em que está a igreja em hum paço do concelho em que se ffázem as audiências», e outra cabeça do concelho no lugar de Castendo, «em que está outro paço do concelho no qual outro sy se ffazem as audiências de permeyo» e nele (concelho) os lugares e moradores seguintes (cita os lugares).

O concelho tinha de têrmo, em comprido 3 leguas e de largo 2, partindo e confrontando com os concelhos de Povolide, Tavares, Zurara, Algodres, Matança, Pena Verde, Gulfar, Rio de Moinhos, e com o concelho de «Ladeyro» (Ladario).

Em Penalva do Castelo, segundo é tradição, nasceu o padre Frei Rodrigo de Penalva, companheiro de S. João da Mata, o fundador do convento de Segóvia.

Na freguesia da Insua fica o solar da nobilíssima familia Albuquerque Melo Pereira e Cáceres.

Em suma, Penalva do Castelo tem motivos de sobra para atrair o labor dos estudiosos, que queiram desbravar o interessante terreno da sua historia.

Sátão

TAMBEM incluida no distrito de Viseu, está Sátão, de fundação remotissima, sabendo-se no entanto que já existia no tempo dos godos.

Pretende Frei Luiz de Sousa nos seus «Vestigios da lingua arábica em Portugal», que o nome de Sátão ou Sátam, deriva da palavra árabe «Setam», que significa coisa entupida.

Porém certos documentos antigos a denominavam de «Zaatam» e Zaatam é nome de homem, árabe.

SATÃO — Pelourinho de Ferreira de Pões

O Conde D. Henrique de Borgonha e sua mulher D. Teresa fizeram em 1111 doação de cinco casais em «Vila Boa de Satam», «livres de todo o direito real e mesmo da jugada», a Bernardo Franco.

Nesse mesmo ano, a 9 de Maio, deram-lhe os pais do fundador da nacionalidade foral, que D. Afonso II confirmou em Santarém, a 31 de Janeiro de 1218. D. Sancho II, confirmou o antecedente e deu-lhe outro foral, na Guarda, a 10 de Julho de 1240, arrendando ao «concelho de Zaatam» e de Rio de Moinhos todas as suas colheitas destas terras por 225 maravedis novos.

Sátão é, pois, concelho desde a fundação da Monarquia.

Tambem D. Afonso Henriques, em Julho de 1139 doou, e juntamente vendeu, a Monio Guimariz, um casal em Travancela, termo de Zaatam.

Ultimamente e graças ao impulso renovador que o Estado Novo tem imprimido a todos os recantos do territorio português, Sátão, tornou-se uma vila florescente que procura desenvolver-se e acompanhar o acelerado ritmo de restauração e de progresso que o País está atravessando.

NELAS

É relativamente moderno o concelho de Nelas, no distrito de Viseu, que outrora foi o concelho de Senhorim. O seu foral é o de Senhorim, dado em Lisboa por D. Manuel, a 30 de Março de 1514 que na mesma ocasião também concedeu outro foral á vila de Canas de Senhorim.

Ambas as povoações são hoje freguesias do concelho de Nelas, e a sua história anda ligada á dos primeiros tempos da nacionalidade.

Nelas foi cabeça de baronato e a linda vila possue magnificas casas apalaçadas entre as quais sobressai o Solar Abreu Madeira, em Canas de Senhorim.

Perto da vila existem as Caldas da Felgueira de renome no tratamento de variadas doenças: artritismo, afecções da pele, reumatismo, diabetes, doenças dos paises quentes, do aparelho respiratório e do aparelho digestivo, hemorroidas, sifilis, etc.

O concelho de Nelas, pelo decreto n.º 16.314, de 22 de Dezembro de 1928, foi considerado estancia de turismo.

E' um laborioso e ridente concelho que, mercê das comissões administrativas do seu Municipio e das suas Comissões de Turismo, se tem desenvolvido e progredido, conseguindo ver realizadas algumas das suas mais antigas e importantes aspirações que muito beneficiaram, sob a égide do Estado Novo, esta formosa região.

PENALVA DO CASTELO — Edifício dos Paços do Concelho

SANTA COMBA DÃO — Ponte Salazar na Foz do Dão

Santa Comba Dão

SITUADA numa linda e fértil planície no distrito de Viseu, Santa Comba Dão tem, como mais honroso título de gloria, se outros não tivesse, o de ser pátria do maior português dos tempos modernos: o eminente Presidente do Conselho, sr. Doutor Oliveira Salazar.

Desconhece-se quem a fundou e quando foi fundada, mas a sua antiguidade vem de eras recuadas, sabendo-se que já existia no tempo dos godos.

O seu nome era então «Santa Columba», que se corrompeu em Santa Comba e a que se acrescentou o de Dão, que a banha, para a diferençar de outras povoações com a mesma designação.

Diz-se que tal nome, que os árabes aliás conservaram, lhe advéio da abadessa de um convento de freiras bentas que existiu perto de Lamego e que foi martirizada, e todas as demais freiras, pela feroz moirama comandada pelo sanguinario Almançor, o famigerado califa do Córdova, em 19 de Fevereiro de 982. Essa abadessa teria sido santificada.

Em Outubro de 1102 recebeu Santa Comba Dão foral dado pelo Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa.

D. Manuel concedeu-lhe novo foral, em Lisboa, a 12 de Setembro de 1512.

O orago da vila é Nossa Senhora da Assunção.

Foi o concelho cabeça de condado, tendo usado o titulo D. João Galvão, Bispo de Coimbra, antes de ser conde de Arganil.

Nesta região travou-se, em 19 de Setembro de 1810, um pequeno combate entre portugueses e as hordas de Massena.

Passa na vila a ribeira de Santa Comba Dão. Este curso de agua nasce na fonte do Salgueiral, a seis quilometros acima da vila, e desagua no Dão com pequeno curso.

O rio Dão querem alguns autores que primitivamente se tivesse chamado rio d'Om e por corrupção Dom e ultimamente Dão.

Na encantadora vila têm nascido eruditos homens que ás letras prestaram grandes e inestimaveis serviços.

Tais são o sr. doutor Albano de Andrade Morais, lente de Matematica da Universidade de Coimbra, e a quem a Faculdade deu capelo gratuito pelos seus distintos merecimentos; o cónego da Sé de Braga, Joaquim Alves Mateus, professor, varias vezes deputado ás Côrtes, eminente orador sagrado, escritor, filologo; e o sr. doutor Antonio Correia Godinho da Costa, formado em Teologia, alem de muitos outros.

A região, das mais formosas de todas as terras beirãs, é muito amena e de grande fertilidade. Produz em apreciavel quantidade o optimo «vinho do Dão», celebrado como dos de melhor paladar e famoso pela sua alta qualidade.

A quilómetro e meio a noruestе de Santa Comba Dão, próximo á aldeia do Grajol, e ao longo do rio Dão, na encosta de um monte, existem três fontes de águas minerais. Duas delas são sulfureas hepatisadas e contêm grande porção de gaz hidrogénio sulfurado. A terceira, é de água acidulada ferruginosa.

As aguas das três fontes são de mau gôsto, tomando-se apenas como medicamento que é, pois têm sido aplicadas com apreciável resultado na cura de várias moléstias já ingeridas já em banho.

As referidas aguas podem aquecer-se ou serem engarrafadas e assim permanecerem por muito tempo, sem perderem as suas virtudes terapêuticas.

Na actualidade, Santa Comba Dão, perfeitamente integrada na politica renovadora do Estado Novo, é dos mais progressivos concelhos do País, e isso se deve em grande parte ao carinho e proficiente zêlo das suas comissões administrativas municipais que não se têm poupado a esforços para cada vez mais a embelezarem, como merece inteiramente.

SANTA COMBA DÃO — Vista parcial

SANTA COMBA DÃO — Igreja Matriz

S. Pedro do Sul

PITORESCAMENTE situada na confluencia dos rios Sul e Vouga, a vila de S. Pedro do Sul, cabeça do concelho do mesmo nome, no distrito de Viseu, de que dista 18 quilómetros, é de fundação antiquissima, anterior ao tempo dos romanos.

Em 1040 era seu senhor o mouro Alafrur (ou Alafoin) que a recebeu de D. Afonso I, de Castela, por lhe ter entregado o castelo de Viseu.

Recebeu foral de D. Manuel, em 4 de Abril de 1514.

S. Pedro do Sul é com justiça denominada a Sintra da Beira, pelo seu salutifero clima e pela sua excelente posição topografica num aprazivel e fertilissimo vale e cercada de magnificas quintas e pomares.

A sua população é constituida por elementos robustos, sóbrios e trabalhadores, sendo as suas mulheres consideradas das mais formosas do País.

As excelentes aguas termais de S. Pedro do Sul, de grande crédito no tratamento de varios males, dão á vila famoso renome em todo o continente.

Proximo da vila existem as ermidas a Nossa Senhora da Nazaré, nuns rochedos escalvados sobranceiros ao Vouga; e, a 3 quilometros, a Nossa Senhora da Guia, ambas de grande veneração.

O seu orago é o apostolo S. Pedro.

Tem templos bem ornados, bonitos passeios e bons prédios.

Em 28 de Outubro de 1872 foi feito visconde de S. Pedro do Sul, o sr. Francisco de Melo Sousa da Cunha Abreu.

E' das mais formosas terras da encantadora linha do Vale do Vouga.

S. PEDRO DO SUL — Vista parcial

Sinfães

SINFÃES, no distrito de Vizeu, provincia do Douro Litoral, é fundação antiga, muito embora da sua história nada se saiba, pois não existe um unico livro com esclarecimentos a tal respeito.

Sabe-se, apenas, pelo «Livro dos Forais Novos da Beira» (fls. 138 v. col. 2.ª), que D. Manuel I lhe deu foral em Lisboa, no 1.º de Maio de 1513.

Foi comenda da Ordem de Cristo, do conde meirinho-mor (Conde de Sabugal, Obidos e Palma).

O valor da antiguidade de Sinfães e das terras que lhe com-

SINFÃES — Paços do Concelho

SINFÃES — Aspecto da vila

põem o concelho fica demonstrado com a discriminação dos pergaminhos das suas 17 freguesias, algumas das quais com acentuadas características históricas, que é como segue:

ALHÕES e BURTELO — sem história;

ESPADANELO — crê-se ter sido vila e couto feito pela Rainha D. Tereza em 1222;

FERREIROS DE TENDAIS — Foi vila, cabeça de concelho com foral concedido por D. Sancho I e reformado por D. Manuel I;

FORNELOS — sem história;

GRALHEIRA — teve grandes privilégios;

MOIMENTA — De fundação muito antiga;

NESPEREIRA — De fundação remota, foi vila e sede de concelho, com foral de D. Manuel em 1514. Até 1834 teve duas companhias de ordenança;

OLIVEIRA — Com uma anta celta chamada a pedra que oscila ao menor impulso. Tem também uma lupa e caverna, denominada «Lapa de Crã», onde

SINFÃES — Lago do Jardim «Pelourinho»

cabem doze pessoas. Esta povoação é de fundação anterior à Monarquia portuguesa, pois, sabe-se que já em 922, no tempo de D. Ordonho II, de Leão, pertencia ao conde Rodrigo Lucídio que a legou ao Mosteiro de Astromore (Crestana). Dela faz hoje parte o populoso lugar de Boaças que, há dois anos, foi indicada como uma das aldeias mais portuguesas. Foi vila e couto com foral dado por D. Afonso III, em Março de 1253;

RAMIRES — De fundação muito antiga, ostentando ainda os restos de um castelo que, consta, existia já no tempo dos godos;

SOUSELO — De antiquíssima fundação, foi vila e couto. Ainda existe uma povoação com êste nome e com densíssima população. Teve mosteiro duplex da Ordem de S. Bento, fundado em 870 e destruído pelo cruel rei de Cordova, Almançor, em 996.

E' veneranda a sua igreja, que ainda existe com capelas antigas, como a de Santo António e Encarnação;

S. CRISTOVÃO DE NOGUEIRA — Foi, na antiguidade, vila e couto com justiças próprias e foral dado por D. Manuel em 1513.

SANTIAGO DE PIÃES — Foi vila e cabeça do concelho de Sanfins, com sede em Cresconche, onde existem vestígios da estada, durante alguns anos, de D. Egas Moniz com a sua segunda mulher e o seu pupilo D. Afonso Henriques.

Todos estes coutos, vilas e concelhos foram integrados num único concelho — o de Sinfães.

O concelho de Sinfães é limitado ao oriente pelo rio Cabrum; ao ocidente pelo Tavira, pelo norte com o Douro; e pelo sul com as faldas do grande maciço de Montemuro.

Todo o concelho constitue uma enorme faixa de terreno de natureza granítica, com excepção do da freguesia de Nespereira que é sixtoso.

Forma uma vertente de múltiplos e variados aspectos em que as nascentes se multiplicam, tornando-o ubérrimas nas suas variadas graduções: cerealíferas, leguminosas, batatais, frutas excelentes, bons vinhos verdes, azeite, muitas madeiras e lenha, aves domésticas, muito gado bovino, ovino e suíno e reduzido cavalar. Abunda na região a caça alada e de pêlo, como nos rios há as afamadas trutas e, no Douro, a lampreia e o sável.

Sob o ponto de vista turístico, o concelho oferece paisagens deslumbrantes e encantadoras, já pelas vistas longínquas que se descortinam já pela variedade de aspectos que nos extasiam.

Quando todos êstes pontos forem servidos por uma completa rêde de estradas — nacional e municipais — o concelho será dos mais turísticos do país.

Até então, não desfalecerá a acção da actual comissão administrativa do Município que não descura da defesa de tôdas as povoações, levando até elas o progresso da viação, instrução, ordem e trabalho, para sua maior grandeza e desenvolvimento.

Comporta o concelho de Sinfães uma população superior a 30.000 habitantes distribuídos por uma área de 224 quilómetros, o que equivale a uma densidade populacional de 123 habitantes por quilómetro quadrado.

Foi Sinfães pátria de homens ilustres que à nação prestaram grandes serviços, mas um dos filhos de que Sinfães mais justamente se ufana, é o grande explorador Serpa Pinto, nascido na Quinta das Poldras, freguesia de Tendães, a 20 de Abril de 1846.

E para terminarmos, não devemos deixar de salientar que foi na gerência do Estado Novo que Sinfães conseguiu ter luz eléctrica, rêde telefónica e carreiras diversas para o Porto e outros pontos. O Estado não deixará de continuar a dispensar a Sinfães os necessários melhoramentos que levem o progressivo concelho ao desenvolvimento a que tem jus.

Tarouca

A fundação de Tarouca deve vir do século XIII e foi sempre cabeça de concelho. Pertence ao distrito de Viseu.

Recebeu forais de D. Deniz e de D. Manuel, este último a 27 de Fevereiro de 1514.

Da sua igreja matriz, de arquitectura normando-gótica, se diz ter sido a 7.ª igreja paroquial que houve no reino.

TAROUCA — Vista parcial

A vila está situada nas faldas da Serra de Santa Helena, que é prolongamento da Serra de Montemor. No alto daquela está a capela a Santa Helena, de cujo adro se avista um surpreendente e extensíssimo panorama, vendo-se ao Sul a Serra da Estrela, a Este serras de Espanha e o castelo de Penedono, ao Norte a serra do Marão e a Oeste a de Montemuro.

A um quilómetro da vila corre o Varosa que vai desaguar na margem esquerda do Douro, depois de se juntar ao Balsemão. Ambos os rios regam e fertilizam uma fecunda região, com belíssimas veigas, hortas e pomares, que fornecem com notável abundância, magníficos produtos.

O concelho é atravessado pela estrada de Lamego a Trancoso.

Conta Pinho Leal existir ali, no sítio onde se divide a estrada que vai para Viseu, uma árvore secular que o povo das redondezas conhece por «Castanheiro de Ouro». E' lenda que o nome de «Castanheiro de Ouro» lhe provém de estar sôbre um famoso tesouro que alguns mouros encantados guardam das cobiças dos vivos.

Quando, sob o velho castanheiro foi construída uma hospedaria, no século passado, foram encontradas, a poucos metros de profundidade, uma ânfora de barro preto, duas pias de pedra, cada uma das quais mediu dois palmos e meio de comprido e seis polegadas de largo, e ainda alguns carvões.

Nos trabalhos da abertura da estrada, também foi descoberto um grande buraco por onde se entrava para uma galeria subterrânea que os engenheiros mandaram entupir.

Do 1.º Senhor de Tarouca, D. João Afonso Teles de Meneses, pai da rainha D. Leonor Teles, procedia o 1.º Conde de Tarouca, D. João de Meneses, a quem este título foi dado por D. Manuel em 24 de Abril de 1499.

Tarouca tem o apóstolo S. Pedro por orago.

Foi colegiada, com oito beneficiados, que rezavam em côro.

A obra efectuada em todo o concelho pelas administrações locais do Estado Novo é a todos os títulos notável, pois tem dado satisfação a muitas e importantes aspirações que já vinham de longa data.

No entanto ainda muito há a fazer, mas a sua população, orientada pela comissão administrativa do seu Município continua a trabalhar pelo progresso sempre crescente da sua terra.

TAROUCA — Igreja romanica dos fins do século XII

Tem Portugal afirmado sempre o quanto pode a iniciativa particular. Se jámais afrouxou, ainda nas horas incertas, que atravessamos, — hoje, dada a confiança que a Nação deposita nos seus Chefes, não há sector da actividade nacional em que a iniciativa privada se não desenvolva largamente — assegurando próspero e brilhante futuro ao Comércio e à Indústria, seja qual fôr o seu ramo e exploração.

O Comércio e a Industria, que, na sua ansia contínua de progresso, não conhecem nem receios, nem desfalecimentos, são dois preciosos factores da economia do País.

E' com satisfação que vemos o desenrolar metódico de energias, que se multiplicam, e com desvanecimento podemos verificar que essa grande febre de trabalho e de produção tem encontrado no Estado firme vontade de amparo e auxílio, traduzida na criação dos organismos corporativos, cuja acção orientadora e reguladora tanto se tem evidenciado.

A actividade nacional

BEJA

Metalurgica Alentejana

As maiores oficinas do Sul do País

Fundição, Forjas, Serralharia e Carpintaria Mecanica e Civil. Construções metálicas

BEJA

PASTELARIA, CAFE', CERVEJARIA

ESPECIALIDADE DA CASA

Porquinhos em dôce e Trouxas d'Ovos

Confeitaria Bejense - LUIZ DA ROCHA - BEJA

Bôlo bom gôsto, Morgados, Peixes, Lampreias, Livros, Bolo de Noivos, etc., etc. Fornecimentos completos para casamentos e banquetes

Pessoal habilitado

Expedições para o País e Estrangeiro

Sindicato Agricola d'Aljustrel

Alfaias agricolas, adubos, transacções de cereais, lãs e tudo que diga respeito à Lavoura

Aljustrel

Sindicato Agricola do Concelho de Castro Verde

As feiras de Castro Verde marcam pela quantidade e qualidade dos seus produtos. Em 5 de Maio e no 3.º Domingo de Outubro—a mais importante do Baixo Alentejo. Fornecimento aos seus associados, de todos os artigos necessários à agricultura, tais como: **Ferragens, Madeiras, Adubos, Batata para semente e Legumes. Seguros em todos os ramos. Selecção de cereais para semente** Espartos, palma, cairo, atilhos e sacaria. Cordame de cizal Oleo para tractores e debulhadoras. Massas consistentes. Alcatrão, cimento, enxôfre, pós insecticidas, correias e desperdicios **Concurso anual de lãs dos seus associados**

Balneário de S. João do Deserto

Com alojamentos para doentes

Propriedade da Junta de Freguesia d'Aljustrel

A 2 quilómetros de distância da vila e cêrca de 3 da estação dos Caminhos de Ferro. Aguas medicinais com a seguinte classificação: Fria, Hypersalina, Sulfatada, Férrea, Cúprica e Arsenical, utilizada com grande êxito na cura das doenças da pele e ulceras antigas — ALJUSTREL

Valente Guerreiro & Melo, Ltd.ª

OURIQUE

Fábrica de Moagens, Debulhas conta alheia. Madeiras e Materiais de Construção Cereais

Grémio da Lavoura de Ferreira do Alentejo

Fornece aos seus socios superfosfatos, fungicidas, insecticidas e todo o género de alfaias agricolas

Grémio da Lavoura de Ourique

Fornece superfosfatos, cordoaria, material agricola, sulfatos, etc., etc.. aos seus agremiados

Grémio da Lavoura de Almodovar

Fornecedor de superfosfatos, cordoaria, material agricola, sulfatos, etc., etc. aos seus agremiados

Sociedade dos Azeites de Moura, L.da

Azeites Virgens para Conservas, Consumo e Exportação. Fábricas em Moura e Sobral d'Adiça. Azeite «Sabugueira». Marca registada. Telegramas: «Azeites». Telefone n.º 8 — MOURA

BRAGA

HOTEL ALIANÇA

Avenida Marechal Gomes da Costa

BRAGA—PORTUGAL

Em frente ao Téatro-Circo e ás novas instalações dos Correios e Telegrafos

TELEFONE 224

Proprietario: MANUEL BARROSO

Alberto Pimenta Machado

CASA FUNDADA EM 1919

Fábrica e Armazém de tecidos de algodão

Fábrica de serração e móveis

Telefones: Armazém, 59; Escritório, 110; Particular, 87

Código: RIBEIRO

Rua de Paio Galvão—Rua de Gil Vicente—Guimarães

CAFE' NOVO

BARCELOS

Recomendado pelo seu requintado serviço

FREITAS, PEREIRA & C.ª

Fábrica de Fiação e Tecidos da Madrôa

Fundada em 1922

Tecidos de algodão, atoalhados, colchas, etc.

Fábrica —Rua da Liberdade

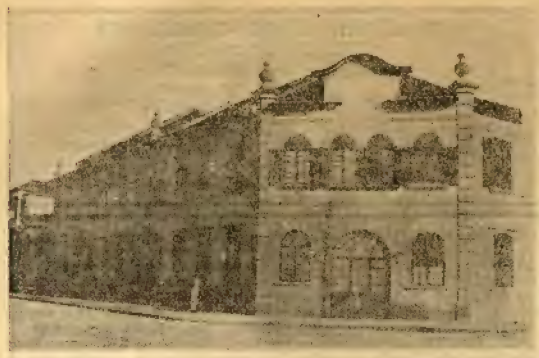
Escritório — Praça D. Afonso Henriques

Telefone 5 Guimarães

A actividade nacional

João Duarte & C.ª, L.da

BARCELOS — Casa fundada em 1921



dedicando se á indústria de malhas, rendas, elásticos, fitas e passamanarias. Exportador para os principais mercados das Colónias Portuguesas

Armazéns de São Tiago, L.da

CASA FUNDADA EM 1926

Armazem de fazendas brancas e lanificios

Telefone n.º 57 — BARCELOS

O Café «A Brasileira Velha»

é um dos estabelecimentos de «élite» da linda cidade de Braga e que, portanto, mais se recomenda não só pela sua privilegiada situação, como pela excelência do tratamento e esmerado serviço.

BRAGA

Armazém de Tecidos de Algodão

(Casa Fundada em 1873)

Bento dos Santos Costa & C.ª, L.da

Unicos depositários das Fábricas de Fiação, Tecidos e Artefactos de Malha, de J. R. LOUREIRO & C.ª

FABRICAS—Avenida Miguel Bombarda—Telef. 193

ARMAZEM E ESCRITORIO — Rua de Camões

Telefones: Armazém 45—Escritório 208

Telegramas SANTOS COSTA — Guimarães

Jordão & C.ª

Guimarães

Distribuição de alta e baixa tensão para a iluminação da cidade e de algumas freguesias do concelho, dentre as quais Caldas das Taipas

Fornecimento de energia eléctrica para muitas empresas comerciais e industriais

Fábrica de Tecidos da Cruz de Pedra, L.da

Casa fundada há mais de vinte anos

e hoje dirigida pela F. C. P. Lt.da—Gerente Antero Silva

Fabrica artigos de algodão, seda e estampados para as Colonias e Continente revalizando com os melhores do estrangeiro, especialmente as sedas estampadas

Telefone 190

Guimarães

Brito & Gomes Limitada

FABRICA DA LAMEIRA

VIZELA

FUNDADA EM 1934

Tecidos de algodão

Especializados em artigos para Africa

CASA DOS LINHOS

[REGISTADA]

TEIXEIRA D'ABREU & C.ª

Premiados nas duas exposições de Paris em 1900 e 1937

Fabrico especial de panos de linho de Guimarães—Atoalhados, panos d'algodão, lenços, colchas de seda e ditas d'algodão – Bordados regionais; serviços para cama, ditos para mesa, centros, naperons, enxovais, etc.—Unica casa especializada em artigos regionais

32, 33, 34, Largo Prior do Crato, 35, 36, 37—Guimarães

Fábrica de Tecidos Linhos de Guimarães

Telefone 199

Francisco da Silva Areias

Premiado na Exposição Industrial Portuguesa de 1932 com medalha de prata — Casa fundada em 1922

Tecidos de linhos e algodão

Covas — Guimarães

A actividade nacional

Fábrica de Fiação e Tecidos do Cavalinho
DA
Sociedade Mercantil do Minho, L.da
FUNDADA EM 1923
Tecidos de Algodão
Telefone 18 — Guimarães

Téxtil de Sedas de Vizela
DE JOAQUIM DE SOUSA OLIVEIRA
Casa fundada em 1936
Fabrico de sedas revalisando com os melhores do estrangeiro
Telefone 30 — VIZELA

Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho
de **Antonio J. P. de Lima**
fundada em 1913
Fabrico de tecidos de algodão, linho e seda
Representante em Lisboa:
José Salgado Guimarães & C.a, Sucr. — Rua dos Correeiros, 221-2.º-F. Tel. 20843
Representante no Porto:
Pereira da Costa & Bahia, Sucr. — Galeria de Paris, 46 — Telefone 1836
Telefone n.º 12
Guimarães

TELEFONE 226
Fábrica Portuguesa de Colchas em Sêda e Algodão
Fundada em 1912
JOAQUIM DA CUNHA
COVAS
Guimarães

Vital Marques Rodrigues
Fábrica de Tecidos de Colchas de algodão e sedas
FABRICO MANUAL
Fundada em 1912
Covas - Guimarães

CASTELO BRANCO

Arnaldo Teixeira & C.a
Fabricantes de lanifícios
Telefone 324 — Covilhã

Empresa Transformadora de Lãs, L.da
Covilhã (Portugal)
Fábrica de Penteação e Preparação de Lã

Manuel M. Antunes J.or
Fabricante de lanifícios
Telefone 358
Covilhã

Telefone 368 — End. Telegráfico: MERCEARIAS
Caixa Postal 33
F. Alçada & C.a
Armazem de Mercearias e Miudezas
Comissões. Consignações e Conta Propria
Filial no Fundão
Covilhã

Cruz & Cunhado & C.a
Armazem de Lanificios e Chales
Covilhã — Telefone n.º 20

Lopes & Macedo
Fabricantes de lanifícios
Covilhã
Venda directa ao armazenista

Horário da carreira de Passageiros entre
Ferreira do Zezere e Calçadas
Concessionário Companhia Viação de Sernache, Ltd.a

	Cheg.	Part.		Cheg.	Part.
Ferreira do Zêzere...	—	8,00	Lisboa.....	—	10,00
Montes.....	8,25	8,30	Calçadas.....	—	15,30
Olalhas.....	8,40	8,50	Olalha.....	16,00	16,10
Calçadas.....	9,20	—	Montes.....	16,20	16,25
Lisboa.....	15,15	—	Ferreira do Zêzere...	16,50	—

Efectuam-se às 2.as, 5.as e sábados

Horário da carreira de Passageiros entre
Castelo Branco (est.) e Sertã
Concessionário Companhia Viação de Sernache, Ltd.a

	Cheg.	Part.		Cheg.	Part.
C. Branco (estação).	—	9,00	Sertã.....	—	15,30
Castelo Branco.....	9,05	9,15	Moinho do Cabo.....	15,45	15,45
Taberna Sêca.....	9,35	9,35	Vale do Pereiro.....	15,50	15,50
Cabeça do Infante....	9,55	9,55	Moinho Branco.....	15,55	15,55
Sarzedas.....	10,00	10,10	Proença a Nova.....	16,15	16,20
Monte Gordo.....	10,25	10,25	Sobreira Formosa....	16,50	17,00
Catraia Cimeira.....	10,40	10,40	Catraia Cimeira.....	17,20	17,20
Sobreira Formosa....	11,00	11,10	Monte Gordo.....	17,35	17,35
Proença a Nova.....	11,34	11,45	Sarzedas.....	17,50	18,00
Moinho Branco.....	11,05	12,05	Cabeça do Infante....	18,05	18,05
Vale do Pereiro.....	12,10	12,10	Taberna Sêca.....	18,25	18,25
Moinho do Cabo.....	12,15	12,15	Castelo Branco.....	18,45	18,55
Sertã.....	12,30	—	C. Branco (estação)..	19,00	—

Efectuam-se diáriamente

ÉVORA

Francisco Barriche Falcão — Constructor Civil
O maior empreiteiro das obras do Estado
TRAVESSA DA ZANGUELA — EVORA

Farmácia Ferro, Suc.
com o exclusivo de preparação das pilulas ANTI-PALUDICAS do dr. Mayer — EVORA

A actividade nacional

Ao visitardes **Evora** deveis confiar o vosso automovel aos cuidados de

«TUDAUTO», tudo para auto

— A maior organização automobilista no Sul do País —

A que dispõe de oficinas próprias com o apetrechamento completíssimo e de pessoal de toda a competência profissional

Serralharia Mecânica — Reparações Eléctricas — Soldadura a Autogéneo — Pintura e Bate-Chapa — Vulcanização e Adérisagem — Afinações de Travões Carro «Pronto-Socorro» com guindastre duplo de 5 toneladas

Estações de Serviço Automovel em:
EVORA — Rua da Republica, 129 Telefone 283
ESTREMOZ — Rocio Marquês Pombal Telefone 37

Agente Geral no Alto Alentejo, de: Shell Company of Portugal, Ltd. Pneus Firestone Lusitano, L.ª

Concessionário Oficial « F O R D »

Automóveis e Camions em Exposição. Assistência Técnica. Serviço Especializado. Peças Legitimas

«TUDAUTO» é uma organização industrial de

Archiminio Caeiro

Escritório Central 68 — Praça do Giraldo — EVORA

Telefones: 101 e 385 — Telegramas: «Tudauto»

Sempre as ultimas novidades e aos melhores preços

RADIO EBORENSE

TELEFONE 402

E V O R A

Estrêla d'Ouro CAFE—PASTELARIA TABACARIA

Secção especializada em Pastelaria

R. MIGUEL BOMBARDA—EVORA Telefone 240

Visita Evora?

— Se visitar procure o CAFÉ GERALDO
— O mais central da cidade
— O Café que melhor serve os seus clientes

Café—Cerveja—Fiambres—Wisks—Vinhos do Porto das melhores marcas

PRAÇA DO GERALDO, n.º 20 Tel. 438

Defenda o seu dinheiro

Fazendo todas as suas compras na

Casa Pita Praça do Geraldo n.os 1 e 2 Telefone 225

E V O R A

F A R O

Gremio dos Exportadores de Frutos e Produtos Horticolas do Algarve

Telegramas «GREMIO» FARO Telefone 49

Organismo Corporativo criado pelo decreto n.º 23.791, de 23 de Abril de 1934

Inscrição obrigatoria de todas as firmas exportadoras de

Amendoas do Algarve

as mais saborosas e preferidas em todo o Mundo.

os finissimos e incomparaveis

Figos do Algarve

Alfarrobas

fruto de grande riqueza alimentar para os gados, e que só o Algarve produz no nosso País.

Conservas de Peixe no Barlavento do Algarve

Esta industria, que antes estava desorganizada, caminhando a passos largos para a ruina, encontra-se hoje dentro do Estado Corporativo, com reconhecido proveito para os Industriais e principalmente para os operários que nela se empregam.

Além do Contrato Colectivo de Trabalho que lhes garante o mínimo de salário em todo o ano há em Portimão e Lagos uma assistência aos doentes, que recebem medicamentos e subsídios pecuniários, havendo ainda Cantinas Operárias onde podem tomar as suas refeições por preços compatíveis com as suas posses; nessas Cantinas vai dar se durante o inverno comida ás crianças orfãs e filhos de pais doentes que não podem angariar os meios de subsistencia.

E á medida que as receitas se forem avolumando irá crescendo a obra social com a criação de escolas, edificação de Sanatorios, etc.

Em Portimão existe igualmente um Bairro Social de casas confortaveis com seus jardins que o sol banha numa exuberancia de luz alacre e criadora.

Além dos beneficios apontados, a indústria com a sua organização aperfeiçoou a sua técnica, gozando hoje nos mercados externos consumidores dum crédito que os incrédulos nunca julgaram poder atingir se

SOCIEDADE COMERCIAL DE TECIDOS, LIMITADA

PROPRIETARIA DA CASA VERDE

F A R O

O maior estabelecimento de tecidos de lã, algodão e seda no Sul do País

Soc. An. Angelo Parodi Fu Bmeo.

GENOVA (ITALIA) Casa fundada em 1879

CONSERVAS DE PEIXE EM AZEITE E SALMOURA

Com fabricas em: Portugal, Olhão e Vila Real de St.º Antonio (Sucursal)

Espanha — Italia — Inglaterra — Marrocos — Tunisia

Telegr: PARO-Genova—PARODI Vila Real de St.º Antonio

Telefone: N.º 24 — Vila Real de St.º Antonio

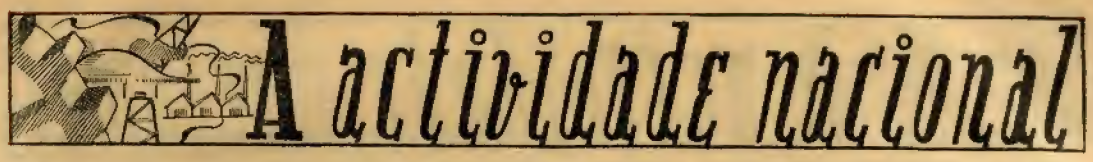
Telegramas: GREINER—Telefone: 87—Apartado n.º 10

Praça Afonso III, 14

Greiner, Limitada

FABRICANTES E EXPORTADORES DE CORTIÇAS, QUADROS ROLHAS E SEUS DERIVADOS

Faro — Portugal



José V. Louro & Com.ta
FABRICANTE EXPORTADOR DE CORTIÇA
E SEUS DERIVADOS
MARCA REGISTADA V. L.

José Alexandre da Fonseca
CORTIÇA E APARAS
Está sempre comprador de amadias, virgens, refugos e bocados
FARO

Eugénio Ricardo
RUA DO MATADOURO — FARO
FABRICANTE DE QUADROS
E PRANCHA DE CORTIÇA

Manuel Pereira Viegas
FARO
CORTIÇA EM PRANCHA — QUADROS — ROLHAS
APARAS PRENSADAS

BIVAR & C.A, L.DA
FABRICANTES DE CONSERVAS DE PEIXE
Telegramas: RABI — Telefone n.º 29
Marcas registadas: «Sarah», «Guerreiro», «New-York», «Bivar», «Barrabás», «Traveller»
PORTIMÃO ALGARVE-PORTUGAL

PORTUGALIA INDUSTRIAL, LIMITADA — Preserved fish in olive oil — Selected Quality — Sardines-Boneless-Plain-Skinless-Marques deposées: «Super Omnia», «Portugalia», «Annie», «Eagle», «Le Plaisir» — Import Export
Telefone n.º 35 Telegramas: PORTUGALIA
Codigos: A. B. C. 6 TH ED. PRIVATE - PORTIMÃO

Viuva de JOSÉ JOAQUIM CAPA & FILHOS — Cambistas — Estabelecimento de fazendas de algodão, lã, linho e seda — Mercearia — Farinhas e ferragens — Quinquilharias, etc — Agencia de vendas da Companhia Portuguesa de Tabacos — Deposito de Conservas de Peixe, Arroz, Amendoim, Pimentão e Papel de Fumar
VILA REAL DE SANTO ANTONIO

Ramirez, Perez, Cumbrera & C.a
Litografias sobre Folha de Flandres e Fábricas de Vazio para Conservas, Chaves, Pregos e Grelhas
SEDE: VILA REAL DE SANTO ANTONIO
SUCURSAIS: OLHÃO, PORTIMÃO E SETUBAL

A Electro Fabril
Telegramas: ELECTRO FABRIL
Telefone N.º 27
ELECTRICIDADE, MOAGEM, MASSAS ALIMENTICIAS E PANIFICAÇÃO MECANICA
VILA REAL DE SANTO ANTONIO

Moagem Lauletana, L.da
FARINHAS
EXPOADAS
E SEMEAS
Telefone 19 LOULÉ

PORTO

A CAMIONAGEM NA VIDA NACIONAL

A camionagem é hoje um sólido pilar, sôbre que assenta a garantia do desenvolvimento e laboração de muitos ramos de industria e comércio, e a importancia da sua poderosa influencia em tôda a vida da Nação é o que me proponho relembrar, despretenciosamente.

A primeira impressão que a camionagem forneceu ao publico, do seu valor de conjunto, deu-a a Grande Parada de Viaturas, realizada em Março do ano passado, com o alinhamento de mais de mil unidades de tôdas as categorias.

Ao mesmo tempo que se ofereceu um espectáculo de rara beleza e inédito, permitiu-se saber o que é o formidável poder de locomoção da camionagem, que, graças á sua mobilidade e á sua organização corporativa, pode responder á chamada em qualquer altura e para qualquer lugar, na realização das grandes concentrações populares, do que já deu bastas e convincentes provas.

Apenas com três dias de antecedência se fez o convite, a título voluntário, da representação, em unidades, de todos os industriais dos mais afastados pontos do País, na Grande Parada de 1939, para, decorrido êsse escasso tempo, se registar a afluência de centenas de viaturas, que conduziram milhares de pessoas das localidades mais dispersas á cidade do Pôrto.

Mas, a incomparável utilidade da sua missão verifica-se diàriamente sem interrupção, com método e precisão. — Pelas estradas que recortam o nosso solo nacional, em tôdas as direcções, serpenteiam milhares de unidades, continuamente, na mais civilizadora missão que uma industria pode desempenhar.

As deslocações das populações, as trocas comerciais entre as pequenas localidades, tornaram-se possíveis e asseguram-as apenas a camionagem.

As matérias primas e os reabastecimentos da industria e comércio dessas localidades têm na camionagem o mais seguro e rápido meio de transporte. O emprego, nas cidades, de milhares de pessoas que habitam os arrabaldes, assegura-o também a camioneta em carreiras diárias, com horários apropriados, de cumprimento pontualíssimo, que 'todos os dias garante a êsses trabalhadores a ida e o regresso.

Todos os recantos de Portugal, dispersos do Minho ao Algarve, são percorridos anualmente por milhares de portugueses, ávidos de conhecerem as nossas belezas naturais, os nossos monumentos artísticos e históricos; e isto graças, exclusivamente, á camionagem, que provocou a criação de centenas de grupos de excursionistas, cujo único fim da sua existência é o passeio anual dos seus associados, ao que só a camionagem dá realização.

A camionagem acabou com o isolamento a que centenas de agregados populacionais estavam forçados, por carência de meios de locomoção. Esses milhares de portugueses têm hoje ao seu alcance os meios de se pôrem em íntimo contacto com os povos das localidades vizinhas ou distantes, na permuta e difusão de conhecimentos e costumes, todos sãos, mas, de características tão acentuadamente diferentes, em bizarria, de uma terra para outra.

A excursão ou o passeio, pelo País, ensina ao português a conhecer melhor, a tomar mais completa consciência do valor intrínseco da nacionalidade, agarrando-o mais ao solo nacional, avivantando ou despertando nele generosos e patrióticos sentimentos, na recolhida admiração de um cruzeiro, de uma inscrição ou simples monumento de recôndito lugarejo, que de tudo isto se nos depara com abundancia, jornadeando por Portugal.

Ainda agora se realizarem-se as festas do DUPLO CENTENARIO é a camionagem que vai contribuir, principalmente, para a beleza e grandiosidade da REUNIÃO FAMILIAR, em Guimarães, conduzindo ao berço da nossa nacionalidade, em íntima comunhão de sentimentos e alegria, milhares de portugueses de escondidas e afastadas aldeias; milhares de portugueses simples e bons que vão extasiar-se na contemplação do mais belo espectáculo que se pode oferecer a olhos portugueses, á alma portuguesa: — A EVOCAÇÃO DO NASCIMENTO DE PORTUGAL!

E como é, a um tempo, consolador e saudoso, verificar estas duas etapas da nossa história, tão separadas pelo tempo e pela técnica; tão íntimas e ligadas pelo mesmo clarão espiritual que animou uma e anima outra: — o engrandecimento de Portugal, imorredoiro, uno e indivisível, para o que a camionagem tem concorrido grandemente!

ALBERTO FERREIRA PINTO

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: SANDIM E PORTO

PARTIDAS DE SANDIM DESDE AS 5,15 A'S 18,45
PARTIDAS DO PORTO DESDE AS 6,15 A'S 19,45
EXCELENTES AUTO-CARS DE LUXO PARA EXCURSÕES
AUTO SANDINENSE, LD.ª
SANDIM — VILA NOVA DE GAIA

CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: PAÇOS DE FERREIRA E PORTO

PARTIDAS DE PAÇOS DE FERREIRA 7,00 E 12,25
PARTIDAS DO PORTO 10,00 E 18.00
BONS AUTO-CARS PARA SERVIÇO DE EXCURSÕES DE:
JOAQUIM ALVES DE SOUSA
N. B. — PARTIDA NO PORTO DA RUA DE CAMÕES

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: LOUROSA E PORTO

PARTIDA DE LOUROSA, 6,35 — 7,15 — 9,15 — 11,40, — 16,00 — 19,10
PARTIDA DO PORTO 8,20 — 15,00 — 17,15 — 18,15 — 20,15 — 20,25
ESTAS CARREIRAS EFECTUAM-SE SÓ DE 1 DE MAIO A 30 DE SETEMBRO
ÓPTIMOS AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE:
ANTONIO PINTO TAVARES
N. B. — PARTIDA NO PORTO DO LARGO DA CIVIDADE

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: VILAR DE ANDORINHA E PORTO

PARTIDA DE VILAR DE ANDORINHA, DESDE AS 7,00 A'S 19,45
PARTIDA DO PORTO DESDE AS 7,35 A'S 20,20
ESPLENDIDOS AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE
JOSÉ PEREIRA RODRIGUES
N. B. — PARTIDA NO PORTO DA GARAGEM DO LARGO DA CIVIDADE — TELEFONE 6383

A actividade nacional

CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: ALPENDURADA E PORTO

PARTIDA DE ALPENDURADA — 7,00
PARTIDA DO PORTO — 17,30

ESTA CARREIRA SÓ SE EFECTUA A'S 2.as, 4.as E SABADOS

ÓPTIMOS AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE
JOSÉ VIEIRA PINTO, MENDES, PAIVA & CORREIA, LD.ª

N. B. — PARTIDAS NO PORTO DA GARAGEM ATLANTICO—TEL. 2689

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: ESCAMARÃO E PORTO

PARTIDA DE ESCAMARAO AS 8,20
PARTIDA DO PORTO AS 17,30

EXCELENTES AUTO-CARS DE EXCURSÃO DE:
JOSÉ RODRIGUES FONTES & LOURENÇO DA SILVA GRANJA, LTD.ª

PARTIDA DO PORTO, GARAGEM ATLANTICO — TELEF. 2689

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: LAVADORES E PORTO — MADALENA E PORTO

CARREIRAS DIARIAS DE 20 EM 20 MINUTOS

EXCELENTES E LUXUOSOS AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE:
J. ESPIRITO SANTO & IRMAOS

N. B. —PARTIDA NO PÓRTO, DA RUA SOUSA VITERBO

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO E CARGA ENTRE: SANTO TIRSO E PORTO

PARTIDA DE SANTO TIRSO, 7,45—12,30—13,30
PARTIDA DO PÓRTO, 9,45—17,45—18,45

ÓPTIMOS AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE:
ANTONIO PENHA FERREIRA
TELEF. 117 — SANTO TIRSO

N. B. — PARTIDA NO PÓRTO, RUA DE CAMÕES

AUTO VIAÇÃO
CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: VALADARES E PORTO — SERZEDO E PORTO

PARTIDA DE VALADARES — 8,00—9,10—10,25—13,30—18,00—19,00
PARTIDA DO PORTO — 8,35—9,55—12,15—17,30—18,30—19,30
ESTA EMPRESA TEM EXCELENTES AUTO-CARS PARA SERVIÇO DE EXCURSÕES
SEQUEIRA LUCAS, VENTURAS & C.ª, LD.ª
VALADARES — VILA NOVA DE GAIA
PARTIDA DO PORTO DA R. ALEXANDRE HERCULANO

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: S. COSMADO-RÉGUA

EXCELENTES CAMIONETES PARA EXCURSÕES

DE: DANIEL DA SILVA GOMES

S. COSMADO — ARMAMAR

CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: MACIEIRA DE CAMBRÁ-PORTO, OLIVEIRA DE AZEMEIS-PORTO E OLIVEIRA DE AZEMEIS-AROUCA

ÓPTIMOS AUTO-CARS DE EXCURSÕES DE:
MANUEL ANAGLETO

PARTIDAS DA GARAGEM COMERCIO DO PORTO — TELEF. 21

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: MONDIM DE BASTO-PORTO DE: AUTO MONDINENSE, LD.ª

MONDIM DE BASTO, PARTIDA AS 6,30
PÓRTO, CHEGADA AS 10,30
PÓRTO, PARTIDA AS 17,00
MONDIM DE BASTO, CHEGADA AS 21,15
N. B. — ESTAS CARREIRAS EFECTUAM-SE AS 2.as, 5.as E SABADOS
PARTE DO PORTO, NA GARAGEM GALIZA — AVENIDA RODRIGUES DE FREITAS — TELEF. 317

CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: ALVARENGA E PORTO

ALVARENGA, PARTIDA AS 9,15
PORTO, CHEGADA AS 15,30

EXCELENTES AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE:
SOARES DE OLIVEIRA & C.ª

N. B. — PARTIDA DO PORTO, DA GARAGEM GALIZA — TELEF. 317

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: CASTELO DE PAIVA-PORTO DE: — PINTO & MOREIRA

SOBRADO DE PAIVA, PARTIDA AS 7,05
PÓRTO, CHEGADA AS 9,15
PORTO, PARTIDA AS 17,00
SOBRADO DE PAIVA, CHEGADA A'S 19,10
N. B. — A PARTIDA NO PORTO EFECTUA-SE NA GARAGEM ATLANTIC (RUA ALEXANDRE HERCULANO).

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: OLIVEIRA DO DOURO E PORTO

PARTIDA DE OLIVEIRA DO DOURO, DESDE AS 7,25 AS 20,00
PARTIDA DO PÓRTO, DESDE AS 8,00 AS 20,35

EXCELENTES AUTO-CARS DE EXCURSÃO DE:
ALBINO DA COSTA REIS

N. B. — PARTIDA DO PÓRTO, GARAGEM DO LARGO DA CIVIDADE
TELEF. 6383

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: RIO DE MOINHOS-PORTO

EXCELENES AUTO-CARS DE EXCURSÕES

SANTOS & FILHOS

RIO DE MOINHOS — PENAFIEL

N. B. — PARTIDA DO PÓRTO, DA GARAGEM COMERCIO DO PORTO. — TELEF. 21

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: CELORICO DE BASTO E PORTO — CELORICO DE BASTO E FAFE — FAFE E FELGUEIRAS

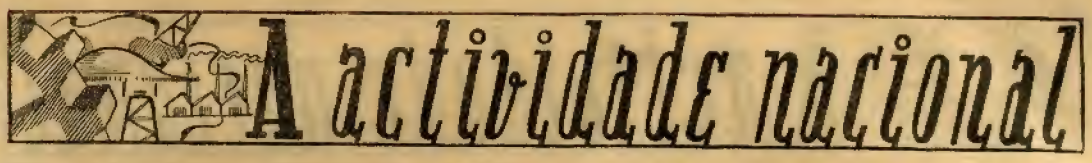
PARTIDAS DE CELORICO DE BASTO AS 6,25
PARTIDAS DO PÓRTO AS 18,15
EXCELENTES AUTO-CARS PARA EXCURSÕES DE:
MARINHO & COSTA
N. B. — PARTIDA NO PÓRTO, GARAGEM DA RUA DO BONJARDIM, 495 — TELEF. 1569

CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: POVOA DE VARZIM E VILA DO CONDE

EXCELENTES AUTO-CARS PARA EXCURSAO DE:

ALVARO DE CARVALHO & FILHOS, LTD.ª

VILA DO CONDE



CARREIRA DE SERVIÇO PÚBLICO ENTRE: GRIJÓ E PORTO

AUTO VIAÇÃO GRIJÓ & C.ª

PARTIDAS DE GRIJO: 6,25—7,10—8,00—8,55—10,00—12,30—13,30—15,00
PARTIDAS DO PORTO: 8,00—11,00—12,00—14,00—16,30

EXCELENTES AUTO-CARS PARA EXCURSÕES

PARTIDA DO PORTO DA GARAGE AVENIDA — TELEF. 6115
TELEFONE GRIJÓ 31

TRANSPORTE DE CARGA DE JOSÉ LOPES ESTEVES

ENCARREGA-SE DO SERVIÇO DE CAMIONAGEM DE CARGA PARA TODO O PAIS

TRAVESSA DE CAMÕES — TELEF. 270

GUIMARÃES

TRANSPORTE DE CARGA DE CARLOS ANJOS

ENCARREGA-SE DE TODO O TRANSPORTE DE CARGA PARA TODO O PAIS E DOMICILIO A DOMICILIO

ESCRITORIO EM GUIMARÃES

BRAGA & CARVALHO — TELEF. 78

NO PORTO: RUA DUQUE SALDANHA, 52 — TELEF. 1281

TRANSPORTE DE CARGA DE ANTONIO PINTO DA SILVA

CAES DA RIBEIRA N.º 25 — PORTO

ENCARREGA-SE DE TODO E QUALQUER SERVIÇO CAMIONAGEM PARA TODO O PAIS

TELEF. 2399

TRANSPORTES DE CARGA «A RECOVEIRINHA»

ENCARREGA-SE DE TODO O SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA E CAMIONAGEM PARA QUALQUER PARTE DO PAIS.
DE: ROGÉRIO SILVA CRESPO, LIMITADA

RUA EGAS MONIZ, 121 — TELEF. 218 — GUIMARÃES

ANTONIO DA COSTA OLIVEIRA CAMIONAGEM DE CARGA

TRAVESSA DA SENHORA DA LAPA, 5 — PORTO

ENCARREGA-SE DE TODO E QUALQUER SERVIÇO DE CAMIONAGEM, TANTO NA CIDADE COMO NA PROVINCIA.—TELEF. 9124

TRANSPORTES DE CARGA VICTÓRIA

CAMIONAGEM DE CARGA PARA TODO O PAIS
DE: FRANCISCO FERNANDES BARBOSA

CANELAS — VILA NOVA DE GAIA. — TELEF. SANTO OVIDIO 6

SOUSA CRUZ & C.ª, L.DA
BANQUEIROS

PRAÇA DA LIBERDADE, 13 — PORTO
EFECTUAM-SE TODAS AS TRANSACÇÕES BANCARIAS.
SERVIÇO ESPECIAL DE SOBRETAXAS DE EXPORTAÇÃO.
FILIAL EM MATOSINHOS: R. BRITO CAPELO, 262
DELEGAÇÃO CENTRAL DA COMPANHIA DE SEGUROS GARANTIA

TRANSPORTES DE CARGA RECOVEIRA

ENCARREGA-SE TRANSPORTES DE CARGA PARA QUALQUER PARTE DO PAIS

ABEL MACHADO FARIA & C.ª, LTD.ª

GUIMARÃES TELEF. 217

Telefone: PBX 2310 Telegramas: POPULAR

J. TORRES, L.DA

Peças legitimas "Fargo" "Dodge"
Acessorios para automóveis

194 — Rua Sá da Bandeira — 198

PORTO

TRANSPORTES DE CARGA DE MANOEL RODRIGUES

ENCARREGA-SE DE TODO O SERVIÇO DE CARGA PARA QUALQUER PARTE DO PAIS

RESIDENCIA: RUA EGAS MONIZ

GUIMARÃES

SOCIEDADE DE CRISTAIS, LIMITADA

ANTIGA CASA ERNESTO VIANA
(FUNDADA EM 1868)

Vidro de Segurança contra acidentes, para automoveis. Fábrica de Lapidação e Espelhagem. Gravuras em Vidros. Vitrais em latão

25, RUA DO ALMADA, 29 — PORTO
(PROXIMO A' PRAÇA DA LIBERDADE)
TELEFONE 416

TRANSPORTE DE CARGA DE TEODORO DE FREITAS

ENCARREGA-SE DE TODO O SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA QUALQUER PARTE DO PAIS

GARAGEM ESTARREJA — TELEFONE 7

RESIDENCIA: PARDILHO — TELEFONE 2

Armazens de Ferro,
Aços, Ferragens
e Ferramentas

M. CARDOSO

TELEF. 4914 73, Rua do Almada 75-PORTO

Fundição de Ferro e Metais

F. BRINDLE & C.ia, LIMITADA
(Casa Fundada em 1900)
Rua do Pinheiro Manso, 388
PORTO

TELEGRAMAS — Brindle
Telefone — 15160 (P. B. X.)

Delegados de:

G. W. Thornton & Son, de Manchester
e de Tweedales & Smalley (1920) Ltd., de Castleton
Fabricantes de máquinas de Fiação

CONSTRUIMOS:

Secção A — Engrenagem para automóveis abertas á plataforma para todos os tipos de dentes.
Secção B — Transmissões modernas, uniões de fricção.
Secção C — Concêrtos de máquinas a vapor.
Secção D — Especialidade em reparações de qualquer maquinismo.
Secção E — Tubagens fundidas em qualquer diametro e comprimento, tubos alletes para estufa de aquecimento e para máquinas a vapor.
Secção F — Prensas hidraulicas para todas as aplicações, bombas centrifugas verticais e horizontais.
Secção G — Fabricação de teares para qualquer largura; lisos e de caixão, com as rodas do comando frezadas e as chumaceiras de apoio de lubrificação automática. Orgãos completos com pratos de chapa de aço macios estampados.

Instalações completas, para fabricas de tecelagem.
Montagens executadas por pessoal habilitado.
Reparações de todas as máquinas de fiação e tecelagem.
CONSULTEM A NOSSA CASA
ORÇAMENTOS E PLANTAS GRATUITOS

Fábrica da Areosa

Fiação, tecelagem e acabamento de tecidos de algodão e mistos com sêda

Fabrico especializado nos seguintes artigos: Merinos, Gabardines, Kakis, Zanelas, Tafetás, Sarjas, Sebins de fôrros, Flanelas, Tecidos Coloniais — Cores absolutamente firmes—Os tecidos da «Fábrica da Areosa», cuidadosamente fabricados com matérias primas de primeira qualidade dão aos seus consumidores a garantia de uma longa duração

Preferindo nas vossas compras êstes tecidos economizareis largamente o vosso dinheiro

FABRICA NACIONAL DE BICICLETAS

DE

Vilarinho & Moura, L.da

Fabrico esmerado de todos os modelos de bicicletas e respectivos acessórios, rivalizando em absoluto com o que de melhor se fabrica no estrangeiro

Rua do Bomjardim, 826
PORTO—Telefone 4878

Carreira de Serviço Publico
entre
Castelo da Maia e Porto

Excelentes Auto-Cars para excursões

A. MAIA & C.a

Telefone 8

CASTELO DA MAIA

Tudo para ciclismo
Bicicletes a prestações
Pneus e Câmaras
«Michelin»

Crespo & Borges
Limitada
R. Candido dos Reis, 58
PORTO

Grandes Armazens de Ferro e Aço

Canoneiras, Vigas, Ferro U, Ferro T, Chapa de ferro e zincada, Arame de ferro e zincado, Tubos de ferro e metais para camas, Zinco, Cobre, Estanho e Folha flandres. Pastas de caldear: Laffitte e Ligot. Perfis especiais para caixilhos de janelas, Chapas para portadas. Aços de calçar

Telefone 4624 PBX

Antonio Augusto da Silva & C.a

Principais armazens de retem: N.º 1—Rua do Almada, 565—N.º 4—Rua de Monchique

Escritório—289, Rua do Almada, 291—Pôrto

Restaurante Palmeira

PORTO—Trav. Passos Manuel, 38—Telefone 5824
LISBOA—R. do Crucifixo, 69-73—Telefone 28372

O serviço de mesa mais popular e económico, satisfazendo todos os paladares, ainda os mais exigentes. Recomendavel aos bons apreciadores da Cosinha Portuguesa

Estação de Serviço «LUCAS» da Auto-Porto, L.da

R. Firmeza, 485 (Prolongamento da R. Sá da Bandeira)

Telefone: P. B. X. 5852 — Dotada com os mais modernos maquinismos. Pessoal absolutamente especializado. Representante no Norte de Portugal das aparelhagens genuinas: LUCAS, C. A. V. ROTAX, M. L. AUTO LITE, MARELLI, SEV. DUCELLIER E R. B.

Auto-Porto, Ld.a—Rua Sampaio Bruno, 16, — Telefone P. B. X. 5852

Alfaiataria Fernandes

DE **Joaquim Fernandes**

Sortido completo em todos os artigos civis e militares—Fornecedor oficial de fardamentos para a Mocidade Masculina e Feminina—Legião Portuguesa, Civis e Militares

RUA CONDE DE VIZELA, 40 (Antiga Rua do Correio)
PORTO

A actividade nacional

Transportes

Manuel Antonio de Oliveira

Sede – Rua do Rosario, n.º 140—Telefone 5883

Garagem—(Casa dos Chauffeurs) R. Miguel Bombarda

Telefone 773 PORTO

Mais antigo na exploração da camionagem de trafego de carga em todo o país

Material do melhor Garantia em todas as transações
Pessoal escolhido e habilitado nas diversas modalidades de transportes por camionagem

Grande Casino de Espinho

ZONA DE JOGO E DE TURISMO A 18 QUILOMETROS DO PORTO

MAGNIFICO SERVIÇO DE RESTAURANTE

2—ORQUESTRAS—2

CENTRAL CAFE'

Casa especializada em: serviço de lunches e pequenos almoços. Vinhos do Pôrto gelados, cocktails, aperitivos, etc.

TELEFONE 126

AVENIDA DOS ALIADOS—PORTO

Banco Ferreira Alves

Praça da Liberdade, 22 — Pôrto

Agencias em Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão

Todas as operações bancárias

Endereço telegráfico —Zenith

Telefones: 39, 7039, 15-Estado

Maquinas de furar, fornos, cavaletes e foles
FERRO—AÇOS

José F. Magalhães C.ª, L.da

239, RUA DO ALMADA, 241

Telefone: 5851 PORTO

LISBOA

Germano Nunes Alves

TRANSPORTES EM CAMIONETAS E CARROÇAS DE ALUGUER DENTRO DA CIDADE E EM TODO O PAIS

Pessoal habilitado para todo o serviço

GERMANO NUNES ALVES

Escritório:
TRISTE FEIA, 8
(ALCANTARA)

Telefone 63725 LISBOA

Sena Sugar Estates, Ltd.

REFINARIA COLONIAL

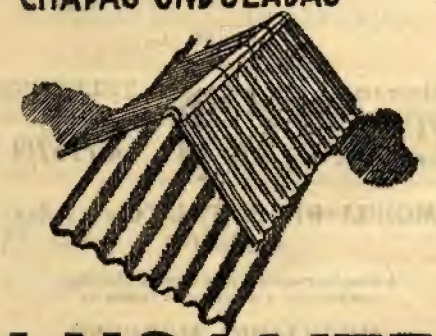
Açúcares Refinados

Avenida da India, 10

LISBOA

LUSALITE

EMPREGANDO CHAPAS ONDULADAS



LUSALITE
OBTERÁ
AS MELHORES COBERTURAS

123, R. S. NICOLAU, TEL 23948, 28941

Telefone { 20575
P. B. X. { 20576

End. Telegráfico
Arrasto

GRÉMIO DOS ARMADORES DA PESCA DE ARRASTO

Praça Duque da Terceira, 24-3.º Esq.

A actividade nacional

DELEGAÇÕES:

PORTO
Rua de Santo Ildefonso, 553

MADRID
Plaza Isabel II, n.º 3

BARCELONA
Diputacion n.º 237 Pral.

CORRESPONDENTES:

EM

NOVA YORK
LONDRES
GENÉBRA
RIO DE JANEIRO

Estabelecimentos Comerciais Import.-Export. L.da

Telefone 2 4391 Telegramas: ASEGO

LISBOA—Rua do Crucifixo, 76-4.º

As melhores ligações comerciais com os Estados Unidos da América

Fábrica Portugal

S. A. R. L.

Telegramas: FIELSA LISBOA

TELEFONE: P. B. X. 47157/9

MOBILIARIO METALICO em todos os géneros

Instalações completas para Clinicas, Hospitais, Sanatórios, Cinemas, Hotéis e esplanadas

MOBILIARIO MODERNO

para escritórios, Escolas e Bibliotecas

FABRICAS E ESCRITORIOS:

Regueirão dos Anjos — Lisboa-Portugal

Armazéns de venda e exposição:

Rua Febo Moniz, 2 a 20 - Avenida da República e Avenida Elias Garcia - Praça dos Restauradores, 49 a 57 e Rua da Graça, 82 a 84

Fornecedores dos Ministérios e principais administrações públicas

RODRIGUES & RODRIGUES

Alfaiates-Mercadores

Camisaria, Gravataria, Chapelaria, e Sapataria — Fornecedores da Brigada Naval da Legião Portuguesa — Fornecedores do Estado — Casa especializada em bivaques e fardas da Legião Portuguesa

66--RUA NOVA DO CARVALHO--76

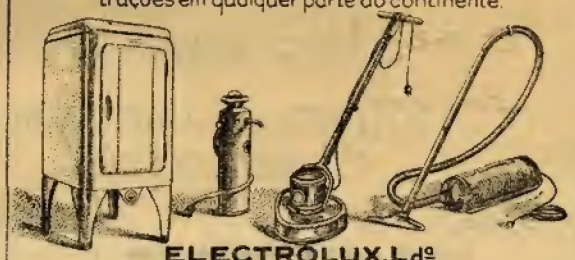
Telefone P. B. X. 24005

LISBOA

A actividade nacional

FRIGORÍFICOS ASPIRADORES
ENCERADORAS E FILTROS

Enviam-se preços e fazem-se demonstrações em qualquer parte do continente.



ELECTROLUX, L.da

LISBOA — Avenida da Liberdade, 141

PÔRTO — Praça da Liberdade, 123

INSISTIMOS:

Confeitaria NACIONAL de BALTAZAR CASTANHEIRO, Estabelecimento fundado HÁ' 111 ANOS, pertencendo sempre á mesma familia, premiado nas exposições de Filadelfia, Viena de Austria, Paris e Lisboa, EXISTE SÓ UM, NÃO TEM FILIAIS e a sua casa de vendas é unica e exclusivamente na RUA DA BETESGA, 59 a 65, esquina da Rua dos Correeiros — Telefones 2 4470 — 2 5840

Graxas e Cremes
GOMES & NUNES
6-A — Caminho do Forno do Tijolo, 8
LISBOA

Carvalho & Freitas, L.da
Rua da Madalena, 97, 1.º
LISBOA

Benigno Francisco
Drogaria, Ferragens e Vidros
Sub-Agente da «Shell Company of Portugal Ltd.»
Rua Costa Pinto, 126
Telef. P. A. 96
PAÇO D'ARCOS

GRANDELLA
DEVE A SUA REPUTAÇÃO DE
OS UNICOS GRANDES ARMAZENS DO PAIS
Á
QUALIDADE, VARIEDADE E BAIXO PREÇO DOS SEUS ARTIGOS
ACTUALMENTE
EXPOSIÇÃO DE NOVIDADES D'INVERNO
E DE
BRINQUEDOS DO NATAL

Pensão Santa Marta
Rua de Santa Marta, 161-1.º
Telef. 4 9688 — LISBOA

MADEIRAS SÊCAS
DOS PINHAIS DE LEIRIA

Para entrega imediata, Soalhos, Forros e, tôda a espécie de guarnecimentos aparelhados com a máxima perfeição.
Executam-se por encomenda vigamentos e soalhos à inglesa do PINHAL DO ESTADO da Marinha Grande.
Fornecedor dos principais estanceiros de Lisboa

JOÃO RAMOS
Fábrica em LEIRIA-GARE — Armazem em EVORA
CORRESPONDÊNCIA: R. PASCOAL DE MELO, 47

TABACARIA BRASIL
Variedades em artigos para fumadores e papelaria, perfumaria, bijuteria, etc.
Especialidade em Postais Ilustrados
Rua das Pretas, 6 LISBOA

Pinheiro & Filhos, L.da
Fábrica de Passamanaria, Sirgueiria e Cobertura de Fios Eléctricos
14-A, Rua Serpa Pinto, 14-D
Tel. 24704 — LISBOA

A actividade nacional

COLÉGIO
DE SANTA
DOROTEA

INTERNATO
PARA
EDUCAÇÃO
DE MENINAS

QUINTA DAS CALVANAS

Alameda das Linhas de Tôrres, 2

LISBOA (N)

AVIZ HOTEL

Opinião de um ilustre hóspede:

O Hotel "Aviz" é digno do seu nome.

Afranio Peixoto

Lxa.

Fac-simile exarado no nosso «Livro d'Ouro»

AVIZ HOTEL — Avenida Fontes Pereira de Melo
Telefone 4.8103 — PBX 3 linhas

Ferragens e Ferramentas
Cutelarias e Utilidades
A. J. Moreira, L.da
Rua do Comércio, 15 a 17
Telef. 2 4662 LISBOA

Orrico & Carricchio

Louças de ferro estanhado, cobre e alumínio. Fabrico esmerado e garantido

58-Rua do Loreto-58

Telefone 2 4008

LISBOA

Não comprem adubos sem pedir preços e condições de venda à

Companhia União Fabril

RUA DO COMÉRCIO, 49 — LISBOA
RUA SÁ DA BANDEIRA, 82 — PORTO

ou suas agências e depósitos em:

Águeda, Alferrarede, Alvega, Aveiro, Barreiro, Benavente, Bombarral, Braga, Caldas da Rainha, Cantanhede, Castelo Branco, Celorico da Beira, Chaves, Coimbra, Covilhã, Extremoz, Evora, Fábrica das Fontainhas (Lisboa), Rua dos Douradores, 170 (Lisboa), Fundão, Faro, Gouveia, Lagos, Louzã, Mealhada, Mértola, Miranda do Corvo, Mirandela, Mogofores, Moita do Ribatejo, Obidos, Oliveira do Bairro, Paialvo, Pampilhosa, Pôrto, Régua, Santa Comba Dão, Santarém, Sabugal, Setúbal, Sines, Soure, Tomar, Tondela, Torres Novas, Torres Vedras, Vale do Pêso, Vizeu, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, etc.

Superfosfatos — Sulfato de amónio — Nitro-Chalk Adubos elementares — Adubos especiais — Massa de purgueira — Adubos orgânicos — Adubos potássicos — Sulfato de ferro — Sulfato de cobre — Enxôfres — Sulfureto de carbono

BAGAÇOS OLEAGINOSOS

Tourteaux alimentares

Farinha de linhaça — Linhaça britada — Mendobi em farinha — Coconote em farinha — Côco em farinha.

Fábricas em: Barreiro, Lisboa, Pôrto, Alferrarede, Obidos e Mirandela

A fábrica do Barreiro tem 1.000.000 de metros quadrados de superfície. Tem 25 quilómetros de linha férrea privativa. Tem 2.600 operários. Capacidade anual de produção de superfosfatos 280.000.000 de quilos

Endereços telegráficos

FABRIL — LISBOA
SABÕES — PÔRTO
AZEITES — ALFERRAREDE

Telefones

LISBOA: P. B. X. 2.0512 (4 linhas)
PÔRTO: 318

Revendedores em tôdas as localidades do país.

A Casa
Travassos
Rua da Palma, 43
é das mais felizes na venda de
SORTES GRANDES
e outros prémios da lotaria

Auto Electricidade
A. A. SILVA
Avenida 24 de Julho, 26 B. 26 C
LISBOA

CARLOS PEDRO FRANCO
DESPACHANTE OFICIAL
Telefone 27716
R. Fanqueiros, 122-2.º
LISBOA

Sociedade de Malhas
LUSA L.da
R. Gonçalves Crespo, 49
LISBOA

Hotel Bragança
Gerência: J. Xara Brasil
R. do Alecrim, 12 LISBOA

Gomes & Irmão, L.da
Lisboa — Africa
Rua de S. Julião, 11, 1.º
LISBOA

A actividade nacional

A. C. MAGNO & C.ª (FILHO)

Sucessor A. G. MAGNO

(AGENCIA MAGNO)

4 3180 — Idem (P. A. B. X.) «SEDE - FUNERAIS E TRANPORTES FUNEBRES» — R. de Santa Marta, 172 - 174

4 3180 — Idem — «ESCRITORIO CENTRAL» — R. St.ª Marta, 192 r/c.

2 5968—Idem—«Garagem e Oficinas»—C. M. Abrantes 113 - 117

6 2772 — Idem — «1.ª Sucursal» — TRANSPORTES FUNEBRES» — C. M. Abrantes, 113 - 117.

2 8236 — Idem — "2.ª Sucursal" — R. José A. Serrano, 26 - 28.

CC 22 — Idem — "4.ª Sucursal" — Cascais.

Os mais sobrios e imponentes Auto-Funebres

Pensão Estação Central

Vasconcelos, Figueiredo & Vasconcelos, L.da

Telefone 2 3308

C. DO CARMO, 17, 2.º ROCIO-LISBOA

(Frente à Estação Central)

Sociedade Agricola do Cassequel

Capital Social: Lbs. 300.000

Fábrica de Açucar Fábrica de Alcool

Séde em CATUMBELA

Africa Ocidental Portuguesa

Administração em Lisboa

Largo do Carmo, 18, 1.º-D.

INDUSTRIA SOCIAL, LIMITADA

Sucessora da Corporativa Industria Social

Fundada em 1872

Engenheiros

Séde em edificio próprio—Avenida 24 de Julho, 64
LISBOA

FABRICA DAS MAIS ANTIGAS E IMPORTANTES DO PAIS NA SUA ESPECIALIDADE

TELEFONE 62665

Possui instalações completas para: Fundição de ferro, bronze e latão, aluminio, zinco e outros metais. Secções de serralharia mecanica e civil, caldeiraria e forjas. Construtora de máquinas para todas as industrias. Montagem e reparações de máquinas. Instalações completas de fábricas. Reparação de vapores. Coberturas metálicas. Gradeamentos. Transmissões. Prensas para vinho e azeite. Guindastes, etc.

Consulte-nos na certeza de que obterá as melhores cotações

ORÇAMENTOS GRATIS

Máquinas — Motores — Acessórios

J. A. TRINDADE

7, Largo das Fontainhas, 8 (a Alcantara) – LISBOA

TELEFONE 81-851

Compra, vende e troca máquinas de todas as industrias

Recebe máquinas á consignação sem qualquer despesa para o consignatário, até á sua venda

E. I. Repenicado & Bengala

Séde própria: Rua Bartolomeu Dias, 21-23 – LISBOA

Telefones — 81-280 e 81-686

FABRICA DE BORRACHA — Manufactura de Alpargatas e Calçado

Sempre as melhores qualidades e os mais baixos preços

Soc. Continental de Representações, L.da

ENGENHARIA NAVAL E MECANICA—COMERCIO GERAL

AGENTES DE ESTALEIROS ESTRANGEIROS, especializados em Rebocadores, Dragas, Batelões, Lanchas a motor, Navios de carga e passageiros, Ferry Boats, etc.—MASCARAS ANTI-GAS para população civil e militar—Drogas e produtos químicos

Sede social: TRAVESSA DA ESPERA, 8, 1.º, D.

Telefone: 2 0505 — Telegramas: MAGNET

LISBOA — PORTUGAL

Explosivos da Trafaria, S. A.

Privilegios NOBEL E CHEDDITE—Explosivos para todas as aplicações e respectivos acessorios—Pólvoras das melhores marcas

Sede e Fábricas — Trafaria

TELEFONE: 206

Escritório em Lisboa: R. da Prata, 81, 3.º

TELEFONE 2 2663

TINTAS

The Red Hand Composition Company Limited

Anticorrosivas da marca MAO VERMELHA (HARTMAN e RAHTJEN'S)

Para habitações (interiores e exteriores) resiste ao calor do Sol e ar do Mar

LACVELVA esmalte branco de optimo efeito.

ALUMINIO já preparado para todas as tempera turas.

Tinta para fundos e costados de navios.

(Mão Vermelha) Anticorrosivo Paints

Agentes em Portugal

D. A. KNUDSEN & C.ª

CAIS DO SODRÉ, N.º 8, 2.º

LISBOA — Telef. 2 2790

Colégio da Imaculada Conceição

Dirigido pelas Religiosas Filhas de Jesus

Internato, Semi-internato e Externato
Para educação de meninas e aulas infantis para ambos os sexos

94, Rua da Junqueira, 104—LISBOA

Telef. 8 1838

FABRICA AGUIA

Lisboa — Porto

Rebuçados — Drops — Caramelos
Sempre preferidos pelo seu Excelente Fabrico e Conservação
Assucar em quadrados (de Pura Cana de Moçambique) e em pacotinhos com 3 pedras
Avulso, em pacotes de 1 quilo

Ernesto Ferreira, Limitada

Rua Vieira da Silva, 32 — LISBOA

Emprêsa Vidreira Fontela, L.da

Figueira da Foz — Fontela

Telefone 13 — Telegramas—VIDROFONTELA

Garrafas prêtas e garrafas brancas

De todos os formatos e capacidades

Garrafões

Vulgares, Especiais para exportação

Empalhamento de luxo

Vidro impresso:

Instalação modernissima de vidro impresso em chapas de vários tamanhos e padrões de grande efeito decorativo para interiores e exteriores de casas

Vidro impresso estriado

Para telhados, lanternins e marquises

Garrafas-Mosqueiros

Proprias para combate às môscas que atacam as frutas

Os Queijos SALREU (Tipo Flamengo) e LUNCHE FLOR

Pelas excelentes qualidades que sem duvida rivalizam com as melhores marcas holandesas é êste o melhor manjar—Vendem-se em todas as casas da especialidade—Pedidos para revenda aos depositarios gerais

Ribeiro Ferreira & Alves, L.da

RUA DOS FANQUEIROS, 81, 1.º — LISBOA

PAPELARIA CARLOS

Especializada em livros para escrituração

ARTIGOS DE ESCRITORIO

Artigos de fantasia—Canetas com tinta—Lapiseiras—«Carnets»—Carteiras—Pastas—Albuns para fotos—Tinteiros—Papeleiras—Facas para papel, etc., etc.

Rua Aurea, 34-38

LISBOA

Telef. 2 0244

CASA DAS BALANÇAS

(NOME REGISTADO)

FONSECAS, L.DA

158, R. Augusta, 160 - LISBOA

TEL. 25632

Balanças de todos os sistemas e forças para todos os misteres.—Pesos e medidas.—Fogões de cosinha COFRES A' PROVA DE FOGO do sistema antigo cj peanha e cimalha e dos modernos MONOBLOCOS totalmente metalicos. MAQUINAS DE PICAR e para ENCHIDOS, TALHERES, FORMAS para pudings e pasteis. Sorveteiras, geleiras

Baterias de cosinha em aluminio da melhor marca. Artigos de ménage. Oficina para construção de todos os artigos da sua especialidade. - Consertos e reparações

Aliança Agricola e Comercial, L.da

(LISBOA-SEIXAL)

Produtora de Adubos e Farinhas de Peixe da acreditada marca;

SEREIA

ESCRITORIO:

Calçada do Duque, 3-1.º — LISBOA

Joaquim Braz

Armazem e Escritório: Travessa Nova de S. Domingos, 42, 2.º
LISBOA — TELEFONE 2 1903

SUCURSAIS

94, Rua do Amparo, 96
64, Rua Prior do Crato, 66
5, Rua Edith Cawel, 7
7, Rua dos Remédios, 9
105, Rua da Misericórdia, 107
57, Rua de Campolide, 59

Louças, vidros, metais, porcelanas, esmaltes, talheres, aluminios e cristais

AMADOR A. DOMINGUEZ & C.ª (FILHO)

ARMAZEM DE PAPE'IS

Papéis para Escrita, Impressão, Revistas, Edições, etc.
Cartolinas e Papéis Couché, Cartolinas para Fotografias

Rua dos Correeiros, 70 — LISBOA
Telefone 2 5854

A actividade nacional

Vinhos recebidos do lavrador
Aguardente de bagaço
Fornece refeições aos concelhos
Vinhos finos e licores
Petit Restaurante de Algés
DE
J. Fernandes, L.da
Esmerado serviço de Cozinha. Asseio e conforto
Rua Major Afonso Paia, 32 a 38
Telefone 118 – ALGÉS

OLIVA & C.A
VINHOS E SEUS DERIVADOS
ARMAZENS
Rua de S. Mamede, 93
e em DOIS PORTOS
ESCRITORIO
Rua de S. Mamede, 105
Telefone 25909 — LISBOA

LOJA DE SOLA E CABEDAIS
para sapatarias e correarias
das principais fábricas nacionais
de AGOSTINHO MACHADO AMORIM
Rua dos Poiais de S Bento, 11
LISBOA (Proximo às Côrtes)

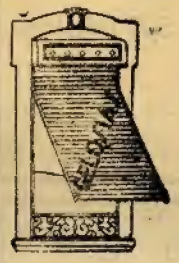
Composição e impressão
de livros e revistas
Imprensa Lucas & C.a
59, Rua do Diário de Noticias, 61
Telef. 21469 LISBOA

Gomes & Irmão L.da
Lisboa — Africa
Rua de S. Julião, 11, 1.º
LISBOA

Casa «MILA»
DE
António Custódio Júnior
Completo sortido de artigos de Capelista, Retroseiro, Brinquedos, Bijouterias, Miudezas e Figurinos recebidos directamente das melhores casas da especialidade
Lã «MILA»
Tabacaria, artigos de Papelaria e Escolares
Rua António Pereira Carrilho, 40 = LISBOA-NORTE
Telefone 46807

Farmácia Gonçalves
Manipulação escrupulosa de todo o receituário // Especialidades farmacêuticas nacionais e estrangeiras // Águas minerais // Produtos esterilizados // Análises Clínicas
SERVIÇO NOTURNO
AS SEXTAS - FEIRAS
326 — Rua da Junqueira — 328
LISBOA Telefone 81 111

Casa das Malas
FUNDADA EM 1887
CARTEIRAS, SACOS PARA SENHORA. TODOS OS ARTIGOS DE VIAGEM E MONOGRAMAS
JOAQUIM DA SILVA & C.ª (FILHOS)
110, RUA DA PRATA 112 E 114
SUCURSAL-RUA DO OURO 180 E 182
TELEF. P. B. X. 2 0659 LISBOA



STORES
GELOSIAS
O AZ DOS STORES
Construidos pelos primeiros fabricantes do GENERO
CASA FUNDADA EM 1902
Unica que tem pessoal especializado nesta INDUSTRIA
Pedidos a GELOSIAS, L.DA
Telefone 4 6102—LISBOA
Rua Maria Andrade, 11
Rua do Almada, 377-389—PORTO
Preços de concorrencia **Orçamentos gratis**
Não confundir esta casa com outras que pretendem imitá-la

Lotarias
Os Cambistas
Campião & C.a
Têm sempre à venda Bilhetes e suas Fracções para todas as Lotarias
116
Rua do Amparo
LISBOA

Agência Argos
Jornais — Revistas — Livros
Assinaturas
SEDE:
Rua da Assunção, 42-2.º
Telefone 2 0925
LISBOA

DROGARIA E PERFUMARIA
De JOSÉ PIMENTA
84, RUA DO ALECRIM, 86
LISBOA Telefone 2 3438
Especialidades Farmaceuticas
Aguas minero medicinais e de mesa, Esponjas, Tintas, Pinceis e Vernizes.
Depositario do afamado Verniz Brilhante «BLONDEAU» especial para chapeus de palha, para encadernador e Metais, tinge e renova todos os cabedais.
Vende se em garrafas de 1 litro BRANCO, PRETO E CORES

Casa de Santa Marta, L.da
RUA DE SANTA MARTA, 149
Telefone 4 0062
e
Leitaria Esmeralda
RUA DE SANTA MARTA, 180
Telefone 4 4446
COM
Completo sortido de Pastelaria, Bolachas e Biscoitos, Vinhos do Porto, de Mesa e Licores. Frutas frescas, dôces e cristalizadas
LISBOA

1140
Fundação
1640
Restauração
1940
Renascença
Imperial
S. E. de C.
Babcock & Wilcox
Especializada em caldeiras para utilizar Carvões Nacionais
P. dos Restauradores, 78
LISBOA

Benigno Francisco
Drogaria, Ferragens, e Vidros
Sub-Agente da «Shell Company of Portugal, Ltd.»
Rua Costa Pinto, 126
Telef. P. A. 96

Representações
Jaime Soares Ribeiro
Rua dos Bacalhoeiros, 195
LISBOA

ANTIGA CASA
Viuva Castro & C.a
Fundada em 1855
Sucessor ALVARO H. C. CASTRO
Latoeiro de folha branca
63, Calçada do Carmo, 63
LISBOA

Manuel Gonçalves Rodrigues
Talho n.º 202 e Salchicharia 5—Mercado 24 de Julho—5
Talho n.º 452—25 Mercado 24 de Julho, 25—Talho n.º 181 e Salchicharia—41, Mercado 24 de Julho, 43
Telefone N.º 28211 LISBOA

A actividade nacional

Companhia de Seguros
«Comercio e Industria»

Fundada em 1907

Capital e reservas . . . . . 19.779 contos

Premios processados em 1939 . . . 17.192 contos

Sinistros pagos até 1939 . . . . . 65.529 contos

Agencias e Delegações em todas as terras do País

Drogaria e Perfumaria
de
Evaristo José Pereira & C.ª

Petroleo, sabão, vassouras, piassabas, limpa metais em latas e avulso, louça de esmalte, tintas e vernises nacionais e estrangeiros aos melhores preços, cera em latas e cera preparada avulso

Telefone 4 4662
Rua da Penha de França, 17-A e 17-B
L I S B O A

RAPOSAS

Argenté, Bleu, Canadá, Izabelle e nacionais na côr da moda, etc., a preços de armazem.

Casa Anão
R. FANQUEIROS, 376, 2.º

Loja do Japão

137, R. Morais Soares, 139
A MELHOR MERCEARIA DO BAIRRO
Encontram V. Ex.as neste bom estabelecimento o mais completo sortido de
Mercearias finas, chás e cafés torrados e moídos à vista dos clientes
Recebem-se pedidos pelo telefone 4 3680

Carlos Patacão, L.da

AGRICULTORES
Mercado 24 de Julho, Lojas 46 a 48
Telefone 2 8485

Fornecimentos a navios nacionais e estrangeiros, Hospitais, Quarteis, Asilos, aos principais Hoteis, etc.

Vendas directas ao público, recebendo-se encomendas para fornecimentos ao domicilio

Linimento 308

E' um dos melhores medicamentos até hoje conhecido para combater o reumatismo e a sciatica

Modo de usar

Duas fricções ao dia sendo uma de manhã e outra à noite, fricção lenta pondo em seguida uma flanela quente

Deposito Geral
FARMACIA PINTO
FUNDADA EM 1876
Director Técnico
RAUL ARTUR NUNES
FARMACEUTICO
Rua de Campolide, 11 - LISBOA
Telefone 4 4806

OFICINA DE CARPINTEIRO
A Portugalia
DE
Albino Lopes da Silva
LISBOA

Encarrega-se de todos os trabalhos de construção, limpeza de prédios, estuques, pinturas, construções de prédios, consertos em telhados, canos de esgôto, etc.
ORÇAMENTOS GRATIS
Rua de Santa Marta, 65
Tel 4 5350

Aliança Agricola e Comercial, L.da

LISBOA-SEIXAL

Produtora de Adubos e Farinhas de Peixe da acreditada marca:

SEREIA

ESCRITORIO:
Calçada do Duque, 3-1.º LISBOA

CASA DE PASTO FORTES

vulgarmente conhecido
FARTA BRUTOS
T. Espera. 20

Carvão vegetal e casca para cortume

Francisco Rodrigues Vaquinhas & C. Ltd.ª

R. dos Caminhos de Ferro, 96
LISBOA

Fabrica Lisbonense Sedas e Veludos, L.da

R. 2 à R. Pinto Ferreira, n.º 6
LISBOA Telefone 81-943

Artigos Nacionais que rivalizam com os melhores estrangeiros, especializados na fabricação de tecidos de:

Sedas, Veludos, Peluches, Pat-Kids, Breitschewautz e Agnaux

MENDES, VALLADAS & C.ª, L.da

LISBOA e LUANDA
End. Telegr. Alenval

LISBOA - Telef. 20559 - Rua dos Douradores, 69, 3.º Esq.

LUANDA - Telef. 34 - Aven. Salvador Correia e Rua da Alfandega

«OLEOS SOBALI»

Representante em Portugal:
J. F. Baudouin
Telefone 2 2089
Avenida 24 de Julho, 14 - 1.º
LISBOA

Tabacaria Polar
de
DUARTE & MESSIAS, L.DA

Rua Regimento 19, N.º 23 a 31
Telef. 33 - CASCAIS
Sucursal: Havaneza de Cascais
Praça 5 de Outubro, 1 e 2
CASCAIS

A actividade nacional

Salchicharia Nacional
TALHO N.º 456
Francisco Vaz d'Oliveira Benedito
Especialidade em fabrico de Chouriços, Banhas, Toucinhos, Linguiças, Farinheiras, Salchichas, etc.

Mercado Agrícola 24 de Julho, Loja n.º 31 — Telef. 2 1263. Filial: Rua D. Francisco Manuel de Melo, 26-A — Telef. 4 9721. Armazém: Rua dos Cordoeiros, 23. — Telefone da Residencia, 2 6012

Talhos — Salchicharias
DE
Américo Soares & Irmão, L.da
Comércio Geral de Carnes e seus derivados

Séde: 33, Mercado 24 de Julho, 35. Armazém e Escritório: 20, Praça de D. Luiz, 21 — Telefone 2 8675. Sucursais: 104, Rua Pascoal de Melo, 108 — Telefone 4 5506. Mercado 24 de Julho 47. Mercado de Campo de Ourique, 20, Mercado 24 de Julho, 1

João Alfredo Ribeiro Soares
Depósito de leite, natas e manteigas
157, Rua da Rosa, 159
LISBOA
Telefone 26079

A. Ferreira
Industrial
Casa fundada em 1919

Vernises e secantes extra, marca «A. Ferreira» tipo inglês. Vernizes e secantes, liquidos e em pó, marca «Melro», tipo nacional. Preferido sempre pelos melhores pintores

A' venda em tôdas as boas drogarias e armazens

Depósito - R. Giestal, 16-18 - **Telefone 81.629**

Companhia de Moagem Lisbonense

Fábricas em Lisboa (Olivais) e em Setúbal

SEDE:
RUA DE S. NICOLAU, 119, 1.º

TELEFONES { 2 2712-Sede
38 170-Fábrica dos Olivais
112-Fábrica de Setúbal

End. Teleg.: MOAGENSE

UNIÃO
DE ESTAMPARIAS, LDA.
FABRICAS EM ALCATANRA E OLIVAIS—LISBOA

Estamparia, Tinturaria e Branqueação de Tecidos

Especializada em artigos para o ULTRAMAR

Pintado Angola 27" e 38" (tipo alemão)
Pintados diversos em 19", 24" 27" e 38"
Lenços, Samacàcas de 50" X 70", etc.

Artigos do Continente
Todos os usuais tintos e estampados em algodão e mistos

ESCRITORIO
Rua dos Douradores, 126, 1.º-LISBOA
Telefone: 2 6362

OFICINAS GERAIS DE
Material Aeronautico

Reparação e construção de aviões e motores

ALVERCA DO RIBATEJO

HOTEL FRANCFORT -- Santa Justa
Fundado em 1867
Situado no centro da cidade
PREÇOS MODERADOS · RECOMENDADO PARA GRUPOS E EXCURSÕES, 150 QUARTOS
Telegramas: «Hortfort»=Telefones: 2 1054-2 1055
R. de Santa Justa, 70-Lisboa

A actividade nacional

A Marinha Mercante ao Serviço do Império

Nos ultimos dez anos a

Companhia Nacional de Navegação

mandou construir para o serviço das Colónias cêrca de vinte mil toneladas assim descriminadas:

«QUANZA», da linha rápida da Africa Oriental	6.500	Tons.
«S. THOMÉ», navio-motor da linha da Africa Ocidental	9.100	»
«INHARRIME», vapor do serviço de cabotagem de Moçambique	1 665	»
«FAGUS», navio-motor do serviço de cabotagem Porto-Lisboa	1.600	»

A C. N. N. dispõe ainda, para os serviços de carga e passageiros, das seguintes unidades:

«NYASSA», da linha rápida da Africa Oriental	9.000	»
«ANGOLA», » » » »	8.300	»
«CUBANGO», de serviço de carga da Africa Ocidental	8.300	»
«LOURENÇO MARQUES» linha rápida da Africa Ocidental	6.400	»
«CABO VERDE», do serviço de carga da Africa Ocidental	6.200	»
«CONGO», de reserva em Lisboa	5 000	»
«LUABO», do serviço costeiro de Moçambique	1.385	»
«CHINDE», » » » »	1.382	»
«SAVE», » » » »	763	»

Serviço regular de carga e passageiros: Para a Africa Oriental, no quarto sábado de cada mês Para a Africa Ocidental, no primeiro sábado de cada mês PEDIR INFORMAÇÕES A' C. N. N.

SEDE
Rua do Comércio, 85
LISBOA

SUCURSAL
Rua do Infante D. Henrique, 73, 2.º
PORTO

Soc. Com. Luso Italiana, L.da

OFICINAS MECANICAS e METALURGICAS

Construções aero-mecanicas, secadores para cereais, frutas, tecidos, etc.

Concessionária para Portugal das patentes «DE PONTI» e «CARLONI»

Travessa das Salgadeiras, 7 (ao Destêrro)

LISBOA Telef. 4 2563

EMPRESA DE LIMPEZA DE CHAMINÉS

"A Inimiga da Fuligem"

Telefone n.º 2 7859

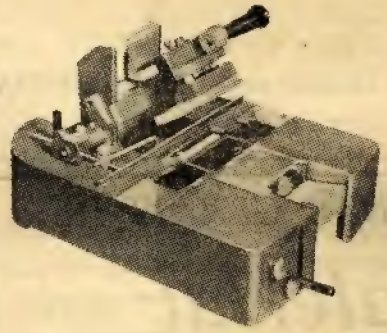
ESCRITORIO

Rua dos Fanqueiros, 207, 2.º E.

LISBOA

Activa os negocios
Reduz as despesas
Aumenta os lucros

Addressograph
PRINTS FROM TYPE



MAQUINAS AUTOMATICAS DE ENDEREÇAR

Modelos electricos e manuais

O **ADDRESSOGRAPH** garante a qualquer empresa um bom rendimento, uma economia apreciavel, a eliminação de todos os riscos de enganos e portanto aumentará sensivelmente os lucros.

Pedir detalhes e demonstrações aos AGENTES EXCLUSIVOS PARA PORTUGAL E COLONIAS

The Modern Office, Ltd.

107, Rua do Alecrim, 109

LISBOA **Tel. 2 3465**

Telefone 4 5205

Teles & Parente, L.da

Serração, Carpintaria e Marcenaria Mecanica, Trabalhos de Construção Civil

R. CIDADE CARDIF, 54 B—LISBOA

Carvalho & Freitas, L.da

Rua da Madalena, 97-1.º

LISBOA

Gambrinus
R. Eugenio dos Santos, 25
Lisboa

Especialidades:
Carnes grelhadas
Peixes grelhados
Pratos frios
Charcuterie
Marruscos
Cervejaria
Bar

Depositários dos melhores vinhos de Portugal, «Ouro d'Anadia» e «Corte Real», Espumantes Naturais, das Caves de Monte Crasto, Vinhos do Porto da Sociedade dos Vinhos Santiago, Ltd.ª. Casa fundada há 70 anos. Verde Amarante dr Lago Cerqueira, Aguieira (Conde de Agueda), S Miguel (Miralhada), Quinta da Roda (Alcobaça). Fabricantes do «Ala dos Namorados» (Espumoso Gasificado)

Policarpo dos Santos Alves, Limitada

Séde em Anadia

Filial em Lisboa

Rua Antonio Maria Cardoso, 21 — Telef. 27632

Casa das Manteigas

A PRIMEIRA DO PAÍS

Produtos finos de alimentação especializados em Manteigas, Queijos, Carnes fumadas, Chás Cafés e Confeitarias, recebidos directamente

JOAO AFONSO JUNIOR, L.DA

Rua da Prata, 273
LISBOA — Telef 2 4319

Fernando Rocha

Com oficina de reparações e afinações de automóveis, soldaduras a autogénio, bate chapas e trabalhos de serralharia mecanica

Rua do Saco, 2
30-C, Rua Nova do Destêrro, 30-D
Telefone 41691 — LISBOA

Dunkel & Antunes, L.da

MAQUINAS DE ESCREVER «UNDERWOOD»

Rua Augusta, 56—LISBOA—Telefone 2 4251

A actividade nacional

O NOSSO
NOVO **Seiberling**
Special Service
VENTILADO PELO AR
dá-lhes 3 vezes mais de vantagem e rendimento do que qualquer outro pneu...

CAMIONISTAS

Eis 3 razões por que podem reduzir o custo dos vossos pneus!

1 — O novo processo de ventilação é de forma que o peso do Camion força a saída do ar quente pelo achatamento dos **respiradoiros** que logo em seguida se abrem recebendo ar fresco.

Nenhum outro pneu lhe oferece esta vantagem!

2 — O pneu permanece mais frio devido ao novo processo de **entrelaçamento** das fibras levando-as a produzir menos fricção quente.

As cordas tornam-se consideravelmente mais fortes.

3 — O novo **processo de caldeamento** descoberto por SEIBERLING liga o piso á carcaça de forma que o pneu aguenta o maior dos aquecimentos sem se desintegrar ou enfraquecer.

Depois de ter sido submetido a provas em grandes viagens e nas piores condições, concluiu-se que a «quilometragem aumentou 105 %» em comparação com os pneus construidos pelos processos anteriores, além de que desapareceram por completo as quebras prematuras

Venha hoje mesmo ver o nosso novo pneu para camion!

Pneus SEIBERLING

Distribuidores exclusivos para o País:

Francisco José Simões, L.da

LISBOA—RUA DO COMERCIO, 32-36

Agentes no Porto: **AUTO PORTO, LTD** — Rua Sampaio Bruno, 16-18

Parceria
Geral de
Pescarias

Armadora de Navios para a Pesca do Bacalhau
Fundada em 1891

Lugres-motores:

Argus
Creoula
Hortense
Gazela 1.º

Sede e Secadouros:

Azinheira Velha
BARREIRO

A. S. Musgueira

Fabrica de carimbos
Numeradores, Datadores, selos a branco
Chapas de ferro esmaltado
Rua Augusta, 70--Lisboa
Telef. 26503

Colégio Mestre Aviz

Calçada de Santo Amaro, 3

TELEFONE 8 1620

Internato masculino—Pensionato: Escolas Industriais e Comerciais-Externato-Curso dos liceus e instrução primaria — Curso de explicações

---

Fábrica
de Massas
Alimenticias
«Itali»
S. A. R. L.

Massas extra Luxo — Massas de luxo — Massas de 1.ª qualidade -- Massas de 3.ª qualidade

TELEFONE 57-373
CAMPO 28 DE MAIO, 33
LISBOA

AUTOMOVEIS de 5 e 7 lugares e limousines

DODGE

CAMIONS a gasolina e oleos pesados

A MARCA PREFERIDA E UMA DAS MAIS ACREDITADAS

SPIDA

Sociedade Peninsular Industrial de Automóveis, Ltd.ª

67, R. Alexandre Herculano — **LISBOA** — 27, R. Rodrigo da Fonseca

A actividade nacional

OTTO WANG

Rua do Arsenal, 160-1.º — LISBOA

Telef. 2 7220 Telegr. OTWANG

Agentes das Companhias de Navegação

Wilhelmsen Lines

Linhas regulares directas com Navios Motores rápidos de Lisboa para os portos da CHINA, JAPÃO, AUSTRÁLIA e INDIA, incluindo os de MACAU e INDIA PORTUGUESA, recebendo carga e passageiros de 1.ª classe

Standard Line

Serviços regulares:

dos Portos Portugueses para BORDEUS, HAVRE e ROUEN e vice versa e de SWANSEA para os Portos Portugueses

Zegluga Polska S. A.

carreira regular de LISBOA e LEIXÕES directa para GDYNIA e DANTZIG, e com transbordo para os demais portos do Baltico

Manuel Vieira da Cruz & Filhos, L.da

(CASA FUNDADA EM 1888)

Sede: PRAIA DO RIBATEJO

FORNECEDORES DE:

Caixotaria

em tôsco e aplainada para todas as embalagens

Madeiras de pinho

para construção

FABRICAS DE SERRAÇÃO EM:

PRAIA — POMBAL — MOGOFORES — LUSO — MUGE

Telefone n.º 3 — Telegramas Vieira Cruz
Praia do Ribatejo

C. SANTOS, L.DA

Automoveis STUDEBAKER 6 e 8 cilindros
Automoveis STUDEBAKER CHAMPION
Automoveis WILLYS-Automoveis STANDARD
Camionetas STUDEBAKER

Acessorios e sobrecelentes para todas as marcas de automoveis

Velas CHAMPION—Baterias WILLARD—Farois MARCHAL—Buzinas SPARTON—Carburadores ZENITH—Cintas para travões GRAFILD—Rolamentos TIMKEN

TINTAS ANTI CORROSIVAS BITUMASTIC

PNEUS ROYAL

NOVAS INSTALAÇÕES

Av. da Liberdade, 29 a 41
LISBOA

PARTICULAR

AZEITE E VINHO DE MESA

Marca L. V. S.

DA MELHOR REGIÃO DE PORTUGAL

Sertã e Sernache do Bonjardim

Ide á Avenida Almirante Reis, 62-I

TELEFONE 45503

Todas as pessoas de fino PALADAR devem EXPERIMENTAR

Pachecos & Borges L.da

PADARIA

Estrada de Benfica, 423. Telef. 5 8437 LISBOA

TINTALUSA

S. A. R. L.

TINTAS, ESMALTES, VERNIZES, SECANTES — AS MELHORES QUALIDADES EM TODAS AS ESPECIALIDADES

Quinta do Almargem (á Junqueira)

LISBOA TELEF. 81 432

HOTEL BRISTOL

SITUADO EM FRENTE DO JARDIM S. PEDRO D'ALCANTARA

Telef. 2 2084

Instalado com todo o conforto moderno,

aposentos completos. Panorama maravilhoso dominando a cidade e o Tejo

Cozinha excelente, «chauffage» central

Dirigido pelo proprietario

Grandes Armazens das Ilhas

CASA FUNDADA EM 1893

120, RUA DE S. BENTO, 130 — TELEF. 6 4156

Sucursal AVENIDA ALMIRANTE REIS, 64-A a 64-D—TELEF. 4 3527

Mobilias Alentejanas—Mobilias de Malaca—Mobilias de Verga—Carpetes de Cairo, Chinesas, Japonesas e Nacionais—Cestos para todas as aplicações—Capachos e esteiras para automoveis—Passadeiras e tapetes—Berços de verga—Stores para janelas, etc.

A PRIMEIRA CASA DO GENERO NO PAÍS

A actividade nacional

A grande marca de
Fio para calçado
Leão
—REGISTADA—

Rotulo Azul-Dourado

Numeração e metragem exactas

Vinte anos de exito!

Em maços de 400 gramas.

Peso liquido de fio 370 gramas.

Por ser melhor é o mais barato!

NOS CABELOS BRANCOS

BRILHANTINA VEGETAL CORANTE, produto sem rival. Estojo 28$00. Drogarias Silva Pires e Azevedo, rua 1.º de Dezembro. Pelo correio s/ mais despesas, pedir a A. L. Matos, rua Neves Costa, 35.

LISBOA

MALAS
e todos os artigos de viagem
PELES
nos mais distintos modelos
para agasalho e adôrno
Loja do Galeão
190, Rua Augusta, 196
LISBOA

Electromontante
de
HUMBERTO LOPES
Instalações - Reparações
Agua, Gás e Electricidade
55, R. D. Pedro V, 55
Telef. 21573 LISBOA

Oficina de canteiro e serração de mármores
V.ª DE ANTÓNIO JOSÉ MOREIRA, L.DA
R. VITOR CORDON, 16-18 LISBOA

Leitaria Ultramarina
de
JOÃO JACINTO
R. Moçambique, n.º 34-A, 36
Praça do Ultramar, n.º 50
(Tel. 42904)
A casa do seu género mais bem sortida do Bairro das Colónias

Companhia Colonial de Navegação

Serviço de carga e passageiros

Carreira rápida da Costa Oriental

SAIDAS mensais regulares com escala por *Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Porto Amboim, Lobito, Mossamedes, Lourenço Marques, Beira* e *Moçambique* e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação em *Luanda* ou *Lourenço Marques.*

Carreira rápida da Costa Ocidental

SAIDAS mensais regulares, com escala por *Principe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Porto Amboim, Novo Redondo, Lobito* e *Benguela* e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em *Luanda.*

Carreira da Guiné

SAIDAS mensais regulares, com escala por *S. Vicente, Praia, Bissau* e *Bolama.*

Carreira do Brasil

para Rio de Janeiro e Santos, com escala por *Funchal* e *S. Vicente.*

ESCRITORIOS

LISBOA	*PORTO*
Rua Instituto Vergilio Machado, 14	Rua Infante D. Henrique, 9
(á R. da Alfandega) Tel. 20051	Telefone 2342

LIVRARIA
Sociedade Biblica Britanica e Estrangeira
Praça de Luiz de Camões, 20
LISBOA

CAFÉ RESTAURANT ROYAL
PRAÇA DUQUE DA TERCEIRA, 14 A 17

Belarmino Antunes
Proprietário do
Restaurante Leão do Carmo
31, Rua da Oliveira ao Carmo, 33 Telef. 25539

Mercearia Aguiar
O melhor e mais bem sortido estabelecimento de viveres
Frutaria e Vinhos
ANIBAL MARQUES
Manteiga recebida diáriamente de Avanca
68, Av. António Augusto de Aguiar, 72 Telefone 40863

A actividade nacional

TELEFONE 2 5079

Joaquim Maria Ramalho

DROGAS, TINTAS E PRODUTOS QUIMICOS

Calçada de Santa Apolónia, 32

LISBOA

TABACARIA BRASIL

Variedades em artigos para fumadores e papelaria, perfumaria, bijuteria, etc.

Especialidade em Postais Ilustrados

Restaurante Clementina

Este restaurante, situado no ponto mais central da cidade

(Aos Restauradores)

Recomenda-se pelo seu serviço de Cozinha á Portuguesa

Possuindo amplas salas, apropriadas para casamentos e baptizados

Refeições á Lista ou Mesa Redonda

Rua do Jardim do Regedor, 37, 1.º

Telefone 2 4669

TELEFONE 6 1719

GARAGE MARVILENSE

Raul José de Campos

Recolha e lavagem de Automóveis, Venda de Gazolina e Gazoil. Vendas de Pneus. Oleos de tôdas as marcas. Lubrificações especializadas da SHELL e da ATLANTIC, Cargas de Baterias e Baterias. Afinações de motores e travões hidráulicos

Oficina e Estação de Serviço

Rua Fresca, 15

Rua de S. Bento, 10

LISBOA

A Iluminadora Artística

de PEDRO DE SOUSA CASTELO BRANCO e SEBASTIÃO CARVALHO

Encarrega-se de instalações eléctricas, canalizações de água e gas reparações de luz, campainhas eléctricas, força motriz, telefones, etc. Aparelhos de telefonia, a pronto e a prestações. Utilidades domésticas

3-A, R. Lucinda Simões, 3-B – LISBOA. Tel. 50361

VINHOS DO DÃO

Os melhores vinhos de mesa

Protejei V. Ex.as a vossa saude bebendo sómente estes deliciosos vinhos

Rua D. Estefania, n.º 64

TELEFONE 51275

Agua Minero-Medicinal de S. Marçal

Bacteriológicamente puríssima.

Incontestàvelmente é a melhor água de mesa.

As maiores sumidades médicas a recomendam e aconselham na cura das dispepsias atónicas, litiases, cálculos, gastro interites, doenças do figado e rins.

Verificai a sua análise e consultai o vosso médico.

Experimentai as suas garrafas de 1|4 no vosso whiskey e na vossa mesa.

E' estomacal, eupéptica, digestiva e diurética.

Os refrigerantes (S. MARÇAL) são os unicos higiénicamente fabricados com água mineral.

Não vos deixeis iludir com produtos que não vos ofereçam absoluta garantia de genuinidade.

Consumi só água e produtos S. MARÇAL, se estimais a vossa saúde

Pedidos á sede—Telefone Algés 88. Vendem-se nos melhores estabelecimentos de Lisboa.

António de Paula Lopes

ARMADOR

5, Rua Nova da Palma, 5 LISBOA

Sapataria Chiado Castella, L.da

FABRICANTES

96, R. Garrett, 98 – Telef. 26412

A primeira e única casa no País especializada em calçados para crianças de tôdas as idades, e que apresenta sempre a maior colecção de modelos para todos os preços

Vejam o nosso sortido—Confrontem os nossos preços

A Graciosa

Artigos de confeitaria Chá e Café

F. PIMENTEL

CALÇADA DA GRAÇA, 12-C

Telefone 2 1509

FRANCISCO DIAS, L.da

Fabrica de Xaropes, Licores, Aguardentes, Vinhos Abafado e Licoroso. A genebra «Fakir» é a melhor de todas

6, Largo das Portas do Sol, 7

Telefone 2 2924 LISBOA

MENDES & MENDES

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

Telefone: 2 3406

Telegramas: REIDENDES

Rua Nova do Carvalho, 15, 3.º

LISBOA

Viuva de Augusto Francisco Vieira, Sucessora

EXPORTADORA DE VINHOS E FRUTAS

Largo de S. Julião, 12, 2.º, E.

TELEFONE 2 5320

End. Teleg.: OTSUGUA

LISBOA

DROGARIA ESMERALDA

TELEFONE 6 4082

6, Rua das Janelas Verdes, 6-A

Fábrica de alvaiades e tintas de esmalte «Caravela», K. 8$50

Armazens de Lisboa

DE

Amaral & Gouveia, Ltd.a

Fanqueiro e Modas—Especialidade em panos brancos, meias e atoalhados—Completo sortido em camisaria — Preços sem competencia

12, Rua dos Retroseiros, 18

78, Rua dos Fanqueiros, 82

TELEFONE 2 8744

A actividade nacional

J. Melo & C.ª (Irmãos)

Marca registada PAULINOS

Importação de:

café, coconote, oleo de palma, ricino, gergelim, couros, etc.

LUANDA

Telefone 170

Telegramas: «Irmelos»

Caixa Postal: 118

Exportação de:

todos os artigos próprios para permuta com o gentio

LISBOA

Telefone 22042

Telegramas: «Irmelos»

Rua do Comércio, 28, 2.º

Vendas só por atacado

J. Marques, L.da

CASA DA VELHA

Grande sortido

em fazendas de algodão, lã e seda

151, 153, R. dos Fanqueiros, 155, 157

2, Rua da Vitória, 4

LISBOA

Enxovais para baptizados

Telefone 2 6069

O restaurante que todos devem frequentar

Café Restaurante Suisso

8 L. D. João da Camara, 10

LISBOA

M. Pinhão L.da

OFICINA DE CONDECORAÇÕES ESMALTAGEM, EMBLEMAS PARA CLUBES E MEDALHAS DESPORTIVAS

Rua das Pedras Negras, 3-1.º

Telefone 2 9630 LISBOA

V. Ex.ª vai a Lisboa?

Para se hospedar deve preferir a acreditada

Pensão Universal

Avenida Duque de Loulé, 83 (rez do chão)

Onde encontrará todo o conforto aliado a um bom serviço de mesa, inclusivé com dietas, para doentes. Preços módicos e condições especiais para permanencia

Junto ao Marquez de Pombal

---

a Fundição Tipografica GINI assegura a independencia das Artes Gráficas Portuguesas

Manuel Guedes, Limitada

A maior organização fabril nacional de Fundição de Tipo

Séde: Portugal — Lisboa

Rua Nova da Piedade 62-62-B

TELEFONE 25928

Telef. 2 1762

Armazem de Ferragens, Ferramentas, Louças de esmalte, etc.

Francisco Ramos, L.da

Rua Eugenio dos Santos, 1 a 5

Largo do Regedor, 17 a 21

LISBOA

A Água, eis o Inimigo!

A água que bebemos contém milhares de micróbios. E' inútil filtrá-la. Essas falanges de bacilos penetram no organismo e são a origem da maior parte de doenças que afligem o homem. Substitua a água vulgar, sujeita a tôda a espécie de impurezas, pela

A'gua das Lombadas

Mineral, carbo-gasosa natural

A' Venda em tôda a parte

Chapas Peliculas e Papeis

„Ferrania„

REPRESENTANTES

J. C. ALVAREZ, L.da

Tudo para fotografia e cinema

205, Rua Augusta, 207

A actividade nacional

JOSÉ MADEIRA

— COM —

Fabricação de Asfaltos

ENCARREGA-SE DE TODOS OS TRABALHOS EM ASFALTO EM: CELEIROS, TERRAÇOS, ISOLAMENTOS, ETC. — PARA ESCLARECIMENTOS DIRIGIR-SE A

R. Fabrica da Polvora, 18

ou Telefone 8 1274

A IDEAL, L.DA

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES

Rua da Assunção, 88, 1.º

MOLECOS EM PELES NA

PELARIA PAMPAS

63, R. Retrozeiros, 65

Pensão Santa Marta

Rua de Santa Marta, 167

Telef. 4 9088 LISBOA

Joalheiro fabricante

NUNO PINHEIRO

Rua da Madalena, 249-1.º

ABEL L. MARTINS, L.DA

Import. — Export. — Representações

R. DOS SAPATEIROS, 112-1.º LISBOA

Telefone 25477 — Telegramas: MARTIBEL

Agentes gerais e vendedores exclusivos para Portugal e Império Colonial Português

Lampadas electricas MAYBEL

Porcelanas Japonesas—Artigos de celuloide—Tecidos japoneses

Botões de madreperola Artigos de novidade

FRANCISCO RIBEIRO

ARMAZEM DE VINHOS E SEUS DERIVADOS

Sede e Armazem: Rua Fernando Palha, 44, 46 e 48

BRAÇO DE PRATA Telef. 127 Poço do Bispo — LISBOA

Depósitos: CARTAXO (Vila Chã de Ourique)

12 Sucursais em Lisboa — 1 Sucursal em Evora — 1 Sucursal em Vendas — 1 Sucursal em Vila Chã de Ourique (Estabelecimento Misto Viti-vinicultor) — Vinhos e Azeites com fornecimentos na Praça de Lisboa e Pais

---

TERMÓMETROS HICKS

GARANTIDOS COM O N.º DE AFERIÇÃO

Allen & Hanburys, Ltd.

Pastilhas, Glucose, Insulina «AB», etc.

Representantes: COLL TAYLOR, LDA.—R. Douradores, 29-1.º

CARNE DE CAVALO

A mais nutritiva e saudavel

Fazem-se entregas ao domicilio e vende-se ao balcão por empregados muito atenciosos, aos seguintes preços (por kg.)

Lombo	10$00
Limpa	8$00
Assar (c/osso)	5$00
Guisar	2$00
Coser	2$00

Talho de Carne de Cavalo de MATHEUS H. JORGE

PRAÇA DO CHILE, N.º 14-C

Telef. 4 9002

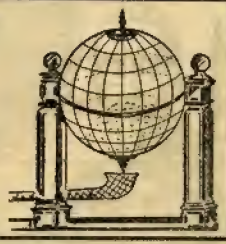
Ser feliz todos podem!!!

Para isso jogue na

ESFERA DA SORTE

66-Rua do Arsenal-66

Telefone 2 0740 LISBOA



PADARIA LIBERAL

LOPES & NUNES

Avenida Almirante Reis, 148-A LISBOA

COMPANHIA NACIONAL DE FIAÇÃO E TECIDOS DE TORRES NOVAS

Fábrica em Tôrres Novas Telef. Tôrres Novas 117

Sede em Lisboa:

RUA DE S. NICOLAU, 2, 1.º LISBOA Telef. 2 4884

Lopes dos Santos, L.da

Armazem de oleados, tapetes, estofos, móveis estofados, decorações, papeis pintados e étamines

Rua Augusta, 82 e 84 LISBOA

Telefone 23637

RIVOLI-BAR

DANCING

Rua Alves Correia, 55-1.º

Aberto toda a noite

O melhor passatempo de Lisboa

COMÉRCIO ALGODOEIRO LIMITADA

11, P. Duque Terceira, 1.º

LISBOA

TELEFONE 14120

CASA PEKIN

TRINDADE & RAPOSO, Ld.ª

MERCEARIAS FINAS

Casa especializada em chás e cafés. Grande variedade de artigos nacionais e estrangeiros

RUA DOS CORREEIROS, 323 LISBOA

Casa Taboada e Casa Cabrita

Herdeiros de António José Gonçalves

Rua da Arrabida, 91

Tel. 63631

Briquetes, Coke, Sôbro, pinho. Entregas rápidas

A actividade nacional

Escola Portugalia
Rua Palmira, 14
LISBOA

Papelaria a Planeta
de *Albano Tomaz dos Anjos*
Telefone 29707
R. Poço dos Negros 82
LISBOA

OURIVESARIA
Maia & Pinheiro, Lda.
Platina, ouro, prata
R. de S. Paulo, 31—LISBOA

Oleos VEEDOL e TYCOL
S. I. O. L.—Sociedade Importadora de Oleos Lda.
Avenida 24 de Julho, 94
LISBOA

ADEGA ESTRELA
Mercearias e Carvão, etc.
José Miguel Concia & C.ª F.ª
Estrada Nacional PAREDE

Auto Electricidade
A. A. SILVA
Av. 24 de Julho, 26-B, 26-C
LISBOA

NOVA TORREFACÇÃO UNIÃO
ALMEIDAS SANTOS & SERRA, L.DA
T. dos Prazeres, 5, 9 LISBOA

Belmiro Adan Andion
Depositário de A Tabaqueira
Rua Eugénio dos Santos, 4
LISBOA

António de Carvalho Gomes
Perfumarias
A. GOMES
Rua do Barão, 9 LISBOA
Telefone 29749

MERCEARIA GIL
MANUEL LUDGERO GRAÇA
Av. Emídio Navarro
Telefone 113 CASCAIS

NORWICH UNION
Fire Insurance Society Limited
Estabelecida em Portugal desde 1824
Companhia Inglêsa de Seguros com agência em Portugal há mais de
CEM ANOS
INCENDIO
AUTOMOVEIS
BAGAGENS
Agentes Gerais em Portugal:
James Rawes & C.º
R. Bernardino Costa, 47, 1.º—LISBOA

Sociedade Agrícola da Quinta da Cardiga, L.da

Administração e Escritório	21334	Praça Rio de Janeiro, 27
Estabelecimentos.....	24650	Calçada da Patriarcal, 34
	44071	P. D. de Saldanha, 4 a 7
	63210	R. Franc. Metrass, 6 C

Vinhos, azeites, manteiga, queijo, legumes, ovos e outros produtos da Quinta da Cardiga

Auto Fundição, L.da
Rua do Cardal, a S. José, 56
LISBOA—TELEFONE N.º 42371

Premiada nas Exposições Industriais de 1932 e 1933 com 2 medalhas de ouro. Executa todos os trabalhos de fundição em bronze, latão, cobre, alumínio, metal branco e silumin metal (Especial para pistons)

Fabricação de pisos e resguardos com emblema, em alumínio, para automóveis e todos os acessórios para os mesmos

Niquelar e bronzear todos os metais pelos processos mais práticos e de maior duração

Juntas metálicas para todos os motores de explosão

Casa especializada em chás e cafés
A MARQUEZINHA
Rua Fernão Lopes, 25-A
LISBOA

EFREM RODRIGUES LIMITADA
R. da Prata, 185, 2.º-Dt.º
LISBOA

Farmácia Lusitana
de
Abilio R. da Silva Carvalho
CACIA

Companhia Colonial do Buzi
Rua da Conceição, 107-1.º
LISBOA

Farmácia Ferreira
Telf. 41201
109, R. Morais Soares, 111
LISBOA

Colchoaria e Mobiladora Popular
de *Manuel Fernandes Mendes*
179, Rua do Sol ao Rato, 183
LISBOA

CAFÉ BOM
Rua da Betesga, 6-10
LISBOA

CHAPEUS
DE HOMEM, limpam-se ou tingem-se, ficando como novos, na moda; consertos desde 4$00.
Oficina, Rua da Palma, 268 (1.º andar ao fundo do pátio)
Telefone 21516 LISBOA

Artigos para desenho e pintura Telefone 22567
PAPELARIA
Veríssimos Amigos
30, Praça Luiz de Camões
LISBOA

CHÁ CAFÉ e
Mercearia fina
102, R. Santos-o-Velho, 104
Telef. 63456 LISBOA

O ARCO IRIS
Drogaria e Perfumaria
Vicente, Silva & Real, Lda.
127, Rua da Misericórdia, 129 (Antiga Rua do Mundo)
LISBOA

Companhia de Cabinda
Telef. 25068
Teleg. «Chilcango»
Sede Social:
Rua Ivens, 56-1.º, E.—Lisboa

Comprem os fatos mais elegantes e mais económicos na
Alfaiataria Relvas
Grande sortido de fazendas em todos os géneros para homens, senhoras e crianças
Calçada do Carmo, 50 LISBOA

A actividade nacional

Toda a boa dona de casa deve saber que se obtem *Luz brilhante e económica*

usando as lampadas

PHILIPS

A LAMPADA DURADOURA

Roldão, Silva & Cipriano, L.da

Construtores Civis
(DIPLOMADOS)

Inscritos na Camara Municipal de Lisboa

Encarregam-se de todos os trabalhos de Construção Civil

ORÇAMENTOS

ESCRITORIO
RUA PONTA DELGADA, 56, r/c.
Telefone 4 1977
LISBOA

ACENCIA FUNERARIA
José Guilherme Paulo dos Santos
Sucessor
José Antonio Lourenço

Encarrega-se de funerais de todas as classes

Trasladações, Armações, Corôas, Franjas e Fitas

Urnas funerarias em todos os tamanhos e quantidades
Corôas de Pano e Biscuit

396, 398—RUA DA JUNQUEIRA
Telefone: Belem 81 355

Sucursal:
11, Rua Major Afonso Pala, 13
Telefone: Algés 133

FAZENDAS E RETROSEIRO
de JAIME DANTAS
Artigos de Fanqueiro e Retroseiro
A Barateira
Camisaria, Gravataria, Papelaria, Perfumaria e Brinquedos
AVENIDA VALBOM, N.º 4
Telefone 142 CASCAIS

Alberto Pinho
ADVOGADO
R. Augusta, 100, 1.º LISBOA

Os mais modernos modelos de
Armações d'óculos «NIGURA»—N. G.
Binóculos prismáticos Busch-Zeiss, etc.

J. A. Ribeiro & C.a

222—Rua Aurea, 226—LISBOA

Telefone 22188

Antiga Casa Teofilo
(Fundada em 1898)

Fardamentos, Bonés
Artigos Militares
da Legião e Mocidade Portuguesa
Grande sortimento a preços sem competência
Executa qualquer encomenda para o Continente, Ilhas e Colónias, em 24 horas
41—R. Barros Queiroz--43
Telefone 2 3555 LISBOA

VICTOR GONÇALVES, L.DA
Cambistas
Rua Aurea, 152 Lisboa

A actividade nacional

Fábrica de Porcelana de Vista Alegre, L.da

FUNDADA EM 1824

Sede — Largo da Biblioteca, 17 — LISBOA

FABRICA EM ILHAVO - AVEIRO

Porcelanas para usos domésticos e industriais, decorativas e eléctricas

DEPOSITOS

LISBOA	PORTO
Largo do Chiado, 18	Rua Candido dos Reis, 18

CASA CONDEIXA

de João Condeixa

LOTARIAS

Rua Arco Bandeira, 217

Microscópios Zeiss

e todos os aparelhos opticos de precisão

Representante geral:

Sociedade Optica Técnica OPTEC L.da

LISBOA—Rua 1.º de Dezembro, 101, 2.º

Telef. 2 6540

Companhia de Seguros «LA PRESERVATRICE»

Seguros de:

Acidentes de Trabalho, Automóveis, Responsabilidade Civil, Desastres pessoais, Incêndio, Roubo, Maritimo e Guerra

Delegação Geral em Portugal

Rua Nova da Trindade n.º 2 — LISBOA

TELEFONES P. A. B. X. 29193 e 29194

PORTO — Rua dos Clerigos, 82-2.º

Agências em todo o País

Construções e Urbanização — Telef. 25885

URBIS

S. A. R. L.

Rua do Alecrim, 39 — LISBOA

Sociedade Industrial Metalurgica

R. S. Tiago, 13 — LISBOA

A actividade nacional

FARMÁCIA PAIVA DA COSTA

de *Alberto C. Nogueira*

106, Rua da Lapa, 107

LISBOA

Talho n.º 296 e Salchicharia

Telefone 61615

Ventura & Santos, L.da

114, Rua do Poço dos Negros, 116 LISBOA

A Central de Malpique

MERCEARIA E VINHOS

Francisco Patricio Dias

Estrada de Malpique, 29 a 29-B

Farmácia Salutar

de

Augusto Maximo Prates

Farmaceutico

7-A, R. Conde Redondo, 9-B

Telef. 43314 LISBOA

Calçado Barato

Só na

SAPATARIA ESMERALDA

Rua dos Fanqueiros 21-23

PENSÃO COSTA

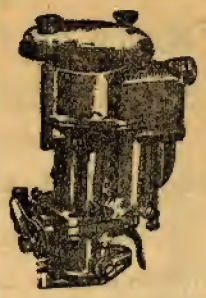
C. do Carmo, 7-2.º LISBOA

Telefone 28510

FOTOGRAVURA NACIONAL

R. da Rosa, 273-275

LISBOA



Não hesite!

Monte no seu automóvel, seja qual fôr o seu estado, um carburador

SOLEX

O Mais Económico no consumo
Rapido no arranque
Pratico na montagem

Facilitam-se a experiencia sem compromisso de compra

Aceitam-se os carburadores usados

Agencia: Comptoir Français d'Accessoires

Telefone 2 4790 — 22, Rua das Pretas, 24 - LISBOA

—Por mais que queira, nada consegue!...

—Pobre macaco de imitação a pretender fazer café!

Saiba o Bairro da Mouraria e a população de Lisboa em pêso que café — do bom, do aromático, do saboroso—só o encontra na Mulatinha!

A Mulatinha é uma casa que, completando hoje três anos, tem demonstrado bem e nitidamente a excelência dos incomparáveis produtos que vende.

No próprio interêsse de V. Ex.ª não deixe de experimentar o café de A Mulatinha, se ainda o não conhece e prefere.

A MULATINHA

de Alves & Lopes, L.da

106, Rua dos Cavaleiros, 108

(Ao Teatro Apolo)

Telefone 2 2395 LISBOA

J. SANCHEZ HERNANDEZ

Arco Escuro, 17, 2.º — LISBOA

Frutas verdes especiais

«IMPERIAL» Marca Registada

Azeite Extra «Flor do Minho»

Marca Registada

Escolha e apresentação esmerada para mercados externos

End. Tel.: Luizito — Telef. 2 6490

MARTIAL JOSEPH BECQUART

TALHO E SALCHICHARIA N.os 26 e 246

Venda de todas as carnes das mais finas qualidades

RUA DO AMPARO, 31 Telefone 2 9440 Praça da Figueira

RUA BARTOLOMEU DE GUSMÃO, N.º 21

CIMENTO TEJO

CANTARIAS

e outros materiais de construção

ANTONIO MOREIRA RATO & F.os Lda.

54-F, Avenida 24 de Julho, 54-F

Telefone 60879 LISBOA

COSTA & MORAIS

RUA SERPA PINTO

(antiga Rua 15 de Outubro)

Telef. 29642

SILVA & FEIJÓ, L.da

ARMAZEM DE CORDOARIA

R. dos Bacalhoeiros, 117 a 119

Telefone 22910 LISBOA

ED. GUEDES, L.da

RUA AUGUSTA, 124

LISBOA

Compra e vende

em grandes e pequenas quantidades Sucata de Cobre, de Zinco e de Bronze, Chumbo, Metal, Ferro fundido e forjado e mais artigos

José Maria Gomes & Irmão

COM ARMAZEM DE SUCATAS E METAIS

Rampa dos Marinheiros, J. M. G. (Alcantara)

Telefone 81 069

LISBOA

Cooperativa Fabril Naval

ARSENAL DA MARINHA

LISBOA

A actividade nacional

Banco Fonsecas, Santos & Vianna

S. A. R. L.

Capital e Fundo de Reserva: Esc. 57.900.000$00

Rua do Comércio, 132 — *Lisboa*

Montepio Geral

SEDE EM LISBOA — Rua Aurea, 219 a 241 Tel. 23001-23002-23003
FILIAL NO PORTO — Avenida dos Aliados, 90-Tel. Porto 2381

Efectua as seguintes operações:

EMPRESTIMOS HIPOTECARIOS A PRAZO E EM CONTA CORRENTE às taxas de 5,5 e 5 3/4 % ao ano

EMPRESTIMOS SOBRE TITULOS à taxa de 5 % ao ano

EMPRESTIMOS SOBRE METAIS E PEDRAS PRECIOSAS à taxa de 7,5 % ao ano

ALUGUER DE COFRES FORTES

GUARDA DE VALORES NAS SUAS CASAS FORTES

COMPRA DE COUPONS

nas melhores condições do mercado

Aceita depósitos na sua Caixa Económica

Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência

Estabelecimento Autónomo do Estado

Serviços anexos | **Caixa Nacional de Crédito** / **Caixa Nacional de Previdencia**

Telefone (P. B. X.) 26181 a 26189

DEPOSITOS Á ORDEM E A PRAZO — EMPRESTIMOS HIPOTECARIOS E SOBRE PENHOR DE TITULOS — OPERAÇÕES DE TRASFERENCIAS E COBRANÇAS — EMPRESTIMOS SOBRE PENHOR DE OURO, JOIAS E PRATAS PELA CASA DE CRÉDITO POPULAR — EMPRESTIMOS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS PELA CAIXA NACIONAL DE CRÉDITO

Filiais em todas as sedes de Distrito
Agencias e Delegações nas sedes de Concelho

Banco Lisboa & Açôres

Capital e Fundos de Reserva—Esc. 21:400.000$00

Filial no Pôrto e Agências e Correspondentes no País e principais cidades do Estrangeiro

Tôdas as operações de Comércio Bancário

Confeitaria Universo

ANTONIO E. BRITO

Fabrico especial de todo o artigo de confeitaria

R. da Alegria, 22 Telef. 25628

LISBOA

Chapas Peliculas e Papeis

"ferrania"

REPRESENTANTES

J. C. ALVAREZ, L.da

Tudo para fotografia e cinema

205, Rua Augusta, 207

A actividade nacional

Grémio dos Industriais de Panificação de Lisboa

Rua Vitor Cordon, 14-1.º

JUNTA NACIONAL DO AZEITE

R. Rodrigo da Fonseca, 15-2.

Federação Nacional dos Industriais de Moagem

Séde -- Avenida da Liberdade, nºs 268 e 270

LISBOA

Constituida em 18 de Julho de 1934, pelo Decreto-lei n. 24.185

Tem por fim:

Orientar e fiscalizar a actividade e condições técnicas de trabalho de todas as fábricas de moagem de farinhas espoadas do Continente;

Promover, de acôrdo com a F. N. P. T., a distribuição dos trigos da colheita nacional por todas as fábricas associadas, em harmonia com as quotas de rateio de cada uma;

Regular a distribuição de farinhas e todos os produtos de moagem pelo mercado, assegurando ao publico consumidor a estabilidade de preços e a regular a existência, em quantidade e qualidade, dos seus produtos;

Promover a unificação dos fretes de trigos, farinhas e sub-produtos para todos os seus associados e importar e distribuir pelas fábricas o trigo necessário ao consumo publico;

Ajustar com os Sindicatos Nacionais, Contratos Colectivos de Trabalho, promover a criação de Caixas ou instituições de previdência e auxiliar o Govêrno na assistência aos operários.

Federação Nacional dos Produtores de Trigo

De 1934 a 30 de Abril do corrente ano o capital mobilizado em transacções atingiu o montante de:

4.106.993.094$00

Manifestos de trigo para venda

1934	550.897.251
1935	399.043.707
1936	85.783.135
1937	214.832.280
1938	252.153.335
1939 a)	323.802.863
	1.826.512.571

a) numeros apurados até 30 de Abril de 1940

Bónus pagos até esta data, sôbre os adubos utilizados nas sementeiras de 1937, 1938 e 1939;

20.604.783$25

Importancias cobradas para as Casas do Povo até 31 de Dezembro de 1939;

6.210.619$45

Sindicato Nacional dos Operários da Industria de Conservas do Distrito de Setubal

SEDE: AVENIDA LUIZA TODI

Ismael Rodrigues, presidente; Luiz Adriano da Costa Veiga, secretário; José Casimiro Péra, tesoureiro; José Rodrigues Cambaio, 1.º vogal. (Secção de Almada) Maria Nazaré Justa Vêia, 2.º vogal.

Sindicato Nacional dos Artistas Teatrais

Direcção — Samuell Deniz, Presidente; Augusto Soares, Secretário; Alvaro de Almeida, tesoureiro; Augusto Costa e Gil Ferreira, vogais.

S. N. dos Operários da Industria Ceramica e Oficios Correlativos do Distrito do Pôrto

SEDE — RUA JOSÉ MARIANI, N.º 3 — VILA NOVA DE GAIA

Direcção — Presidente, António Ferreira Laberco; Secretário, Mateus Teixeira Cardoso; Tesoureiro, João Pinto; Vogais, José Rodrigues Pinto Gomes e Joaquim Ferreira Lages

A actividade nacional

FÓSFOROS

para o País
e para exportação

Soc. Nacional de Fósforos
Fosforeira Portuguesa
Comp. Lusitana de Fósforos

Lãs, Sedas, Algodões
e Retroseiro

Eduardo Martins & C.ª Lda.

R. Garrett—R. Nova do Almada LISBOA

Ourivesaria e Joalharia

Jaime Seguro & Affonso Portas

83 — Rua da Prata — 85
Telef. 28446 LISBOA

Sapataria

filozel

Apresenta sempre os mais recentes modelos de calçado para Alta Toilett—Sport—Passeio

201, Rua da Prata, 203 Telef. 2 8606

LISBOA

Enviamos «croquis» a todos os nossos clientes

Centro Comercial

de MARQUES & MARQUES
Armazem de Viveres
Sede: 18-Rua do Garcia-20
Telefone. 4 8513
SUCURSAL—475-A, R. Maria Pia, 475-C—Telefone. 6 3028—LISBOA
Preços sem competencia

Mercearia Pascoal

Um estabelecimento que agrada pelo preço e qualidade dos seus generos

Calçada da Estrêla, 17
Telef. 61612

Estofos Decorações

(Orçamentos Gratis)

Papeis pintados As melhores colecções das principais fábricas estrangeiras

ZAGAL Tapetes e Carpetes Beiris

A marca que se impõe, pela sua Qualidade, Desenhos e Preço

Visite V. Ex.ª a

Sociedade de Tapeçarias, Ltda.

126, Rua Augusta, 130 — LISBOA

Telefone 2 6669

A actividade nacional

FABRICA DE LANIFICIOS

MATOS CUNHA, L.DA

(Beira Baixa) — S. GABRIEL PORTUGAL

COLEGIO NOSSA SENHORA DA BOAVISTA

PARA O SEXO MASCULINO

Telef. 15 — PALACETE DAS VIRTUDES — VILA REAL

Instrução Primária — Admissão aos Liceus — Curso dos Liceus

Os alunos do Curso Liceal podem frequentar, como alunos internos, o Liceu Central de Camilo Castelo Branco, desta cidade, sendo no Colégio devidamente orientados na preparação das suas lições e na boa execução dos deveres escolares

Educação e Instrução Religiosa **Pedir informações à Direcção**

JORGE ALVES DE MORAES, FILHO

DESPACHANTE OFICIAL

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO — SEGUROS

Escritório na Alfandega 1.ª Cabine D — Telef. 899 PORTO

SOCIEDADE INDUSTRIAL DO BOMFIM, L.DA

Sede: Verderena — BARREIRO

Telefones P. B. X. 29 e 58

Concessionária da produção e distribuição de energia eléctrica nos concelhos de Barreiro e Estremoz

---

COLEGIO CASTILHO

DIRECTOR: Prof. José Cerqueira de Vasconcelos

Diplomado pela Faculdade de Letras da Universidade de Paris

S. JOÃO DA MADEIRA

PADARIA E CONFEITARIA PRIMOROSA

MARQUES & ALVES

195, Rua 5 de Outubro, 199

Telefone 1 5798 PORTO

CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Aquecimento Central — Optimo Tratamento

MANUEL DE MATOS

Telef. 24 — *CARAMULO*

Telefone 423 — *Cafés* — *Bacalhaus*

MANUEL DA SILVA

ARMAZEM DE MERCEARIAS

RUA JOÃO CABREIRA, 38

(Esquina da Rua da Nogueira) COIMBRA

JOÃO ALVES CERQUEIRA

Exportador de Toros de Pinho

Comércio de Sal em grande escala

VIANA DO CASTELO — *Telef. 8*

MATIAS & C.ª, L.DA

Armazens de Mercearias, Azeites, Cereais, Sulfato de cobre e enxofre

Agentes do cimento LIZ nos concelhos de Nelas, Ceia, Mangualde e Castendo

Depositários dos Tabacos da Tabaqueira

TELEFONE N.º 4

Endereço telegráfico ARMAZEM — NELAS

Café A Brasileira Velha

Mário Joaquim de Queiroz & C.ª

L. do Barão de S. Martinho, 17

Telefone, 459 BRAGA

Francisco Manuel Durães & Filhos, Lda.

Fábrica de Tecidos

Real-Gandra Tel. 19 VALENÇA

Abel Alves de Figueiredo

Fios de algodão de tôdas as qualidades

SANTO TIRSO

Collares Pinto, Irmãos

CASEINA—Colas a frio OVARLINE (Galalite)

Quinta «Dr. Pinto» Tel., 80

Carregal OVAR

JOÃO ALVES CERQUEIRA

COMÉRCIO DE SAL E FIGO EM GRANDE ESCALA — EXPORTAÇÃO DE TOROS DE PINHO

Largo 5 de Outubro, n.º 7

VIANA DO CASTELO

SÓ NA

VICRILANA

V. Ex.ªs podem comprar Vidros, Cristais e Porcelanas

191, Rua da Palma, 203

LISBOA

Construtora Abrantina, Lda.

Construções civis e materiais de construção — Carpintaria mecanica — Serração de madeiras Telefone 68

ABRANTES—ALFERRAREDE

Moagem de Cereais

V.ª António de Brito Ramos

GARVÃO

Sociedade de Malhas LUSA, L.DA

Rua Gonçalves Crespo, 49

LISBOA

Matias, Filhos & Carvalhos, Lda.

Armazem de Mercearia e Azeite. Fábrica de Cera

Largo das Olarias, 10

Telef. 202 COIMBRA

TELEFONE 5

Emprêsa Industrial de Chapelaria, Lda.

S. JOÃO DA MADEIRA

Salão Americano

Bilhares e jogos de vaza lícitos

(aberto toda a noite)

Largo do Regedor, 7-1.º

Telefone 22397

Miguel & Irmão

LANIFICIOS

Telefone 6610

Telegramas: Milans — Pôrto

325, R. de Santa Catarina, 329

PORTO

Armazem de Mercearias

Tavares & Irmão, Lda.

ESTARREJA

José d'Oliveira Queiroz & C.ª

Fundada em 1880

Importadores Armazenistas de Bacalhau e Arroz

215, R. Mousinho da Silveira, 221 Telef. 2115 PORTO

A actividade nacional

J. Chaves & Matos, Lt.da

10-12, Rua José Falcão, 16-18 — Tel. 42262

LISBOA

Dinheiro sobre: Ouro, prata, brilhantes, máquinas de costura, moveis, roupas, etc.
Compra-se ouro velho — PAGA-SE BEM

Temos em liquidação: maquinas de costura de marcas diversas, relogios, pendulas, cordões e outras obras de ouro e prata a pêso
Concertos em ouro e prata, gravações e cravações em joias — Grande sortido de joias em pedras finas, em segunda mão

EMPRESTIMOS SOBRE PENHORES DA LEI

ROYAL REMINGTON UNDERWOOD

NOVAS E USADAS, POR PREÇOS SEM COMPETENCIA

Trocam-se máquinas usadas reparações garantidas. Vendas a pronto e a prestações

TELEFONE 2 5741

Rua Arco Bandeira, 133, 2.°

Companhia do Pôrto da Beira

R. Ivens, 49-2.° P — LISBOA

INSECTICIDAS

para a agricultura e para tratamento de madeiras

ABECASSIS (IRMAOS) & C.A

P. do Municipio, 32 LISBOA — R. 31 de Janeiro, 15 PORTO

GRANDES DESCONTOS PARA REVENDA

SOCIEDADE POLLUX, L.DA

Quinquilharias, Bijouterias, Cutelarias, Brinquedos, Malhas, Peugas, Meias, etc.

132-1.°--Rua da Palma, 138 — LISBOA

Telef. 22294

Só um Ciné-Kodak Oito os fará reviver logo...amanhã...sempre...

É o casamento de ontem, o baptisado de hoje, os vossos passeios, tôdas as cênas da vossa vida filmadas por vós próprios.
Os dias passam, vossos filhos crescem, mudam os amigos.
Guarde, pois, vivas lembranças dêsses dias... relembre os gestos, as atitudes dos que vos são queridos.
Filmar com Ciné Kodak Oito é simples, prático, económico.
Cada cêna não custa mais do que uma vulgar fotografia.
Decida já.
Peça uma demonstração sem compromisso.

CINÉ-KODAK 8

KODAK L.da R. GARRETT, 33 — LISBOA

G. PINHEIRO DA COSTA

FUNDIÇÃO DE METAIS E GALVANISMO

R. Arrábida, 46-A — Telef. 61069 — LISBOA

A Industrial Typewriter

DE

Mendes & Caeiro, L.da

2, Calçada do Ferregial, 4 — LISBOA

Telef. 22422

Maquinas de escrever

Reparações e Reconstruções

Grande stock de máquinas de todas as marcas, peças e outros acessórios. Compra, venda e aluguer.

CONTRACTOS DE LIMPEZA

A actividade nacional

COMPANHIA INSULAR DE MOINHOS, L.DA

FUNCHAL MADEIRA

Fabrica de Moagem dos Lavradores e Fabrica de Moagem do Anadia

Moagem mecanica de cereais:—FARINHAS, SEMOLINAS e SEMEAS

Fabrica de Panificacão dos Lavradores
Massas alimenticias e de LUXO
Pão de todos os tipos e de LUXO
BOLACHAS E BISCOITOS

Todos os produtos da Fabrica de Panificação dos Lavradores, são confeccionados exclusivamente com farinhas e semolinas que rivalizam com as melhores que são importadas do estrangeiro e que são produzidas nas fabricas da

Companhía Insular de Moinhos, L.da

Escritorio Central: Telefone 189—R. Hospital Velho
Escritorio de Vendas: .elefone 225—R. Hospital Velho
Endereço Telegrafico: PANIMOAGEM—Funchal

Companhia de Navegação Carregadores Açoreanos

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Sede em Ponta Delgada — AÇORES

Frota: Côrte-Real, Gonçalo Velho, Pero de Alenquer, San Miguel, Vila Franca, no serviço regular de transportes de carga e passageiros para os portos do norte da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte

Drogaria Americana

de

ANTONIO AVELINO

Perfumaria, Tintas, Ferragens, Artigos eléctricos, Vidraceiro, etc.

79, Rua de S. Domingos, á Lapa, 83 Tel. 60959

Livraria Editora Andrade
Manuel Joaquim de Andrade
ALMANAQUE AÇORES
ANGRA DO HEROISMO

Fábrica Nacional de Optica e Aparelhos de Precisão

ZEFERINO SILVA

Rua do Barão, 12-A LISBOA
Telefone 20483

Manuel do Espírito Santo

Vinhos e mercearias—Vinho tal qual a uva o deu, recebido directamente das melhores procedencias—Tabacos, etc.

57, Rua das Escolas Gerais, 57-A
LISBOA

Emprêsa Madeirense de Tabacos Limitada

RUA 5 DE JUNHO, 3

Funchal MADEIRA

MOAGEM TERCEIRENSE, L.DA

Angra do Heroismo Ilha Terceira-Açores

Fazendas nacionais e estrangeiras

MACIEL, L.DA

Telefone 587

Rua Antonio José de Almeida, 11 e 13

PONTA DELGADA—S. MIGUEL—AÇORES

Caixa de Crédito Agricola Mutuo

do Sindicato Agricola dos Cultivadores de Ananazes da Ilha de S. Miguel

Ponta Delgada AÇORES

Grémio do Comércio de Exportação de Frutas

Criado pelo decreto-lei n.º 22.800 de 4 de Julho de 1933
Sede — Rua Eugénio dos Santos, 89 — Lisboa — Portugal —
End. Teleg. Comerfruta, telefones 27179 e 27289
Delegação — Rua Ferreira Borges, 26, 1.º—Pôrto—Telefone 5216

A actividade nacional

Misericórdia de Lisboa

Lotaria Nacional Portuguesa

Os lucros revertem a favor da MISERICORDIA DE LISBOA, HOSPITAIS CIVIS, CASA PIA ASSISTÊNCIA PÚBLICA, MENORES EM PERIGO SOCIAL E ASSISTÊNCIA PÚBLICA DA COLONIA DE MOÇAMBIQUE

1940 — **Lotarias Ordinárias** — Extracções Semanais — 1940

Primeiro prémio **400.000$00** (Quatrocentos contos)

Lotarias Extraordinárias — 21 de Dezembro de 1940

Grande Lotaria do Natal - Primeiro prémio **6:000.000$00** (Seis mil contos)

28 de Dezembro de 1940

Lotaria do Fim do Ano

Primeiro prémio 1:000.000$00 (Mil contos)

Favorita de Bento Amaro
Mercearias e outros artigos
RIBEIROS & RODRIGUES, LD.ª
R. dos Lusiadas, 128

Ginginha Popular
Capilé, ginginha, limonadas e licor NATAL
R. Eugénio dos Santos, 61

Chá e Café
Manuel Nunes dos Santos
R. da Esperança, 1 a 5
Av. Presidente Wilson, 67-A
LISBOA

Retrosarias, Sedas Novidades
PARIS NO ROSSIO
Rossio, 104—LISBOA

Sociedade Luso Colonial de Representações Limitada
Rua dos Sapateiros, 92, 1.º
LISBOA

Orrico & Caricchio
Rua do Loreto, 58-Tel. 24008
UTENSILIOS para Hoteis, Restaurantes e Pastelarias—TACHOS caçoletes, batedores e alguidares CALDEIROS de ferro estampado de todos os tamanhos—ALAMBIQUES para destilação—BOMBAS para canalizadores. O melhor estanho e consertos — TRABALHOS GARANTIDOS

Estabelecimentos
JERONIMO MARTINS & FILHO, L.DA
Grandes Armazens de Viveres
Papelaria e Perfumaria
O mais completo sortido de artigos de alimentação
13, Rua Garrett, 23-Lisboa

Artigos para Militares
Casa Belo de Jorge & Santos, Limitada
T. 26292
Rossio, 103 LISBOA

Tavares & Tavares
Rua dos Fanqueiros n.º 253
LISBOA

Fábrica de Cartonagens
F. DUARTE & C.ª
R. Santo António dos Capuchos, 18 LISBOA

VALLET & BOHM
R. da Alfandega, 108-2.º
LISBOA

Leitaria Globo, Lda.
29, R. dos Condes, 35
LISBOA

CASA FONSECA
Telef. 21911
Rossio, 5 LISBOA

Papeis nacionais e estrangeiros
Artigos para escritorio
Carimbos de borracha
Tipografia e Litografia
Papelaria Ferros
Sucessores
Agostinho Paixão, Ltd.ª
64, Rua S. Julião, 66
LISBOA Telefone 24615

MARCENARIA E CARPINTARIA MECANICA
TRIUNFO, L.DA
R. Nova do Desterro, 16 a 22
LISBOA

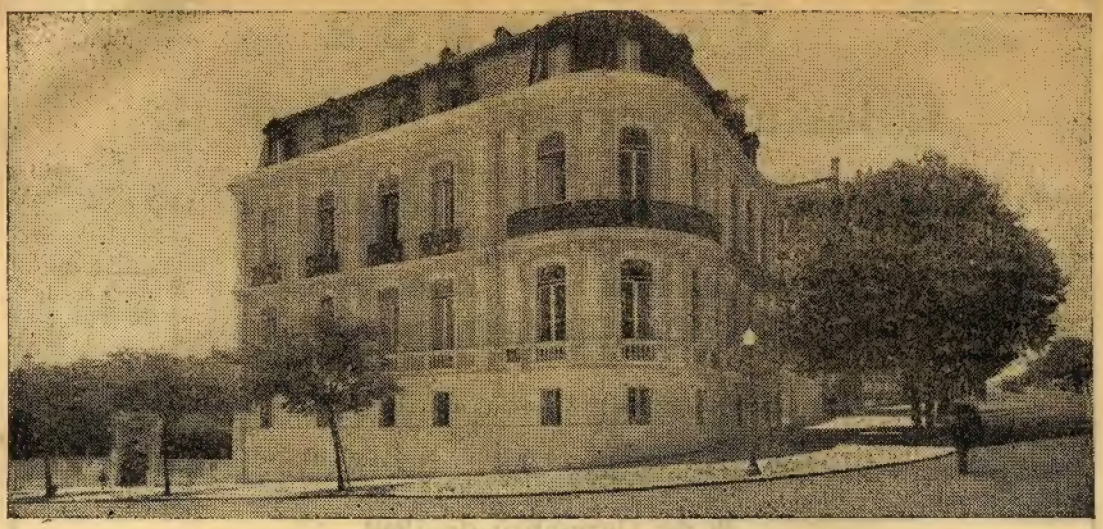
Carpintaria mecanica
CENTRAL, L.DA
Telefefone 27506
72, Rua de S. Lazaro, 82
LISBOA

Laboratórios Andrómaco
Rua Arco do Cego, 90
LISBOA

Leitaria Trevo, L.da
P. Luiz de Camões, 47 e 48
LISBOA
Telefone 28592

A actividade nacional

Junta Nacional do Vinho



A JUNTA NACIONAL DO VINHO, EXERCE A SUA ACÇÃO DE ORGANISMO DE COORDENAÇÃO ECONÓMICA EM TODO O TERRITÓRIO METROPOLITANO — COM EXCEPÇÃO DAS REGIÕES DEMARCADAS—ATRAVÉS DAS SUAS DELEGAÇÕES, QUE SÃO EM NÚMERO DE 38

Junta Nacional dos Produtos Pecuários

Organismo dependente do

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Coordena as Actividades Económicas ligadas á produção e ao comércio de:

CARNES

LÃS

LACTICINIOS

através de:

2 — DELEGAÇÕES

44 — COMISSÕES CONCELHIAS DE ABASTECIMENTO DE CARNES

4 — BRIGADAS TÉCNICAS DE LÃS

3 — BRIGADAS TÉCNICAS DE LACTICINIOS

que abrangem todo o território do Continente Português

Federação Nacional dos Industriais de Lanificios

R. S. Nicolau, 13. 2.º LISBOA

S. N. dos Trabalhadores do Tráfego do Pôrto e Distrito de Lisboa

Rua do Barão, 2, 1.º *Telefone 29427*

S. N. do Pessoal dos Carros Eléctricos do Distrito de Lisboa

José Clemente dos Anjos — João Farinha Figueiredo — Manuel Lopes Junior — José Trindade Costa — Agostinho de Almeida Cardoso

S. N. dos Operários da Industria da Construção Naval do Distrito do Pôrto

Séde — Cais do Cavaco — Vila Nova de Gaia Telef. 3720

Direcção — Presidente, José de Pinho; Secretário, Francisco da Silva; Tesoureiro, António Monteiro de Lima; Vogais, Alfredo Teixeira Bastos e Manuel Soares da Luz

S. N. dos Operários da Industria de Ceramica e Oficios Correlativos do Distrito de Aveiro

Direcção — Angelo Chuva — Domingos Francisco Damas — Edmundo Trindade Silva — António Antunes — Manuel Rodrigues de Paiva

S. N. dos Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Lisboa

Manuel Rodrigues — Raul Nunes — António Caldas Junior

Corpos directivos do Sindicato Nacional dos Motoristas do Distrito de Lisboa

Direcção — Presidente, Francisco Marques; Secretário, João Correia Gonçalves; Tesoureiro, António Martins dos Santos; 1.º vogal, João Plácido Junior; 2.º vogal, José Pereira Xavier

Assembleia Geral — Presidente, Henrique dos Santos; 1.º Secretário Raul de Jesus Ribeiro; 2.º secretário, Fernando da Costa Montes

A actividade nacional

Antonio Rodrigues
Especialidade
em alfaiataria
Preço muito em conta
R. Caamo 57

CROMAGEM
Francisco da Conceição
Niquelagem e cromagem propria para automoveis, bicicletes, maquinas de escrever e de costura e em geral sobre todo o genero de artigos metálicos
Prateamento de talheres, de bandejas, e de todos os artigos de mesa — Oxidação a frio de espingardas, relogios, etc. Douradura a ouro fino e a verniz. Fazem-se consertos em todos os artigos de mesa. Fazem-se etalagens para montras e quaisquer outras construções metalicas. 23, Largo do Carmo, 23
LISBOA—TELEFONE 2 7446

SABOARIA
Luso-Brasileira
DE
Manuel Teixeira de Moura Limitada
Especializada em «Saboes Amendoa»
Luso e Alcantara
Escritório e Fábrica:
Rua Tôrre da Pólvora, 17
(à Cova da Moura)
Telefone 61751 - LISBOA

Manuel Henriques Varandas
Talhos n.os 348, 53 e Salchicharia
Especialidade em chouriços e farinheiras da provincia.
Sede, Rua da Atalaia, 173
Telef. 2 8232.
Sucursal
Largo Rodrigues de Freitas 23 e 24

Antiga Agencia Funeraria
de Mauricio Lopes Mega & C.ª
Grande sortimento de urnas e corôas
Trata-se de funerais completos. Trasladações em todas os cemitérios e para o estrangeiro. Preços modicos
41, Largo das Olarias, 42—LISBOA
TELEFONE 2 7832
N. B:—Na Agencia acha-se um empregado permanente

Representações
Telef. 2 9667
T. das Pedras Negras, 8-1.º
Jorge Freire, L.da
LISBOA

Valadoil
o mais poderoso lubrificante
Num automóvel, numa camioneta ou num camião, empregando-se os lubrificantes «VALADOIL» há a certeza de se defender a vida dos motores, pois todas as peças ficam revestidas daqueles componentes que neutralizando-as, impedem o seu desgaste e lhes dão o máximo de duração.
Valadas, L.da
SEDE EM LISBOA
ARMAZEM—na sua propriedade
26, 27—Calçada do Marquês de Abrantes—31
66, 70—Avenida Presidente Wilson—73
FILIAIS:
PORTO—Rua Mousinho da Silveira, 73, 75 e 77
Telefone 739
COVILHA—Rua Visconde da Coriscada, 31 e 33
Telefone 103

ASMA
Os seus mais violentos acessos são rapidamente acalmados com uma simples fumigação de
PÓ PINHEIRO
Depósito
Farmácia Pinheiro
Rua Presidente Arriaga, 16
Enviam-se amostras mediante pedido, acompanhado de 15 centavos

Rodrigues Oculista
E. A. RODRIGUES & C.ª
CASA FUNDADA EM 1787 — OPTICA MODERNA
Aviam-se receitas dos Ex.mos medicos oculistas
O maior sortido em todos os artigos das suas especialidades
Preços sem competencia
142, Rua da Prata, 146 — LISBOA
Telefone 2 0335

José Furtado Leite, Ltd.ª
RUA DA JUNQUEIRA, 26-28
Endereço Telegr. FILIOSA
Telef. Belem 402 — Codigo Ribeiro—LISBOA

PEROLA DO ROSSIO
Casa especializada em Cafés, Chás, Chocolates e Bolachas
ROSSIO, 105
Telef. 20744

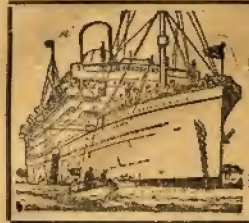
Carpintaria Mecânica Lis, L.da
RUA JOSÉ FALCÃO, 57
TELEF. 4 5336—LISBOA
Execução rápida e perfeita de todos os trabalhos — Madeiras nacionais e estrangeiras — Materiais de construção
ORÇAMENTOS GRATIS

A HIGIENICA
DE
Bastos. Viegas & C.ta
a unica fabrica do País exclusivamente montada para o fabrico de
Algodão hidrofilo
E
Gaze Hidrofila
sob a direcção tecnica do dr.
LUIZ VIEGAS
(assistente da Faculdade de Medicina do Porto)
Fabrica: GUILHIFE Penafiel
Escritorio: P. da Batalha, 119-1.º
Telefone 2547—Porto
AGENTES
No Porto: A. de Sousa Andrade, Sucrs. Ltd.ª—Rua Santa Catarina, 299—Telef. 1197
Em Lisboa: ABEL MARTINS DE PINA—Estrada das Garridas, 16
Telef. 5 8019
Escritorio, Rua das Canastras, 25-1.º
Telef. 2 3864
Em Africa: José E. A. Brito
Caixa postal, 311—Luanda

Talho n.º 28 de
Manuel Agostinho Duarte
Praça da Figueira, 14
Telefone 2 8460 — **LISBOA**

Ourivesaria da Guia
Rua Martim Moniz, 2 a 10
Rua da Mouraria, 7 a 11
LISBOA

A actividade nacional



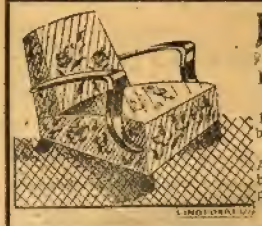
Antonio Thomé d'Oliveira

Telefone 2 9814

Agente habilitado de Passagens e Passaporte

Praça Duque da Terceira, 11-2.º

LISBOA



Julio Rocha

Fabricante de Maples

Estofos e Decorações e toda a classe de Mobiliário

Esta casa, pela apresentação dos seus trabalhos, tem sido a preferida por diversas dependências do Estado.

Algumas referencias: Ministérios, Assembléa Nacional, Câmaras Municipais, Hospitais, Regimentos, Liceus, Hoteis, Clubes e Associações, etc.

Rua de S. Lazaro (Antiga Rua 20 de Abril), 48, 1.º

LISBOA

Telefone 2 8215

Passagens e Passaportes

Para Brasil e Argentina

Se deseja embarcar para qualquer dêstes Países deve consultar esta casa, que se encarregará de toda a documentação necessaria

Bento Guerreiro Matias

AGENTE HABILITADO

RUA DO CRUCIFIXO, 19-2.º

LISBOA Telefone 2 8686

AGENCIA FUNERARIA **BARATA** REGISTADA

de Gastão Mendes Barata

Fornecedor do Hospital Militar de Lisboa

SEDE — Rua Saraiva de Carvalho, 200

TELEFONE (P. B. X.) 44181

Garage: Rua Francisco Metrass, 69 a 73

Cocheiras e Oficinas: Rua Tenente Ferreira Durão, 55

PREFIRAM, se querem ter confiança nas suas pinturas,

os ALVAIADES S. B. L.

e as tintas em pó "S. P. T."

produtos nacionais de que são vendedores

Salvador Barata, L.da

R. das Gaivotas, 19-A Telef. 6 4316

LISBOA

Aliança Metálica, L.da

Rua do Telhal, n.º 25

Lisboa

(ao Poço do Bispo) — TELEFONE 38-087

Construções Metálicas

Extracções de óleo por dissolventes

Refinarias para Azeite

BENTO JOSÉ PEREIRA JUNIOR

Sucessora ALDA P. PEREIRA GOMES DE MELO

CASA FUNDADA EM 1797

Rua Vitor Cordon, 24, 1.º — Lisboa-Portugal

EXPORTACAO

Vinhos comuns, Tinto, Clarete, Branco, e Licorosos (Extramadura) e Vinagres

Marcas Registadas: PACOU e ALFARROBEIRA

Fabrica Portuguesa de Cartonagens

Cartonagens de luxo, Bocetas para amendoas, Estojos e Caixas para bonbons

JOSUÉ DA SILVA CARVALHO

Trabalhos para todo o genero de Perfumaria, Especialidades Farmaceuticas, etc. etc.

CALÇADA DO MARQUÊS DE TANCOS, N.º 2

LISBOA — Telefone 2 6965

FERRAGENS E FERRAMENTAS

Rafael Lopes, L.da

LISBOA — RUA DE S. PAULO, 43 a 47

TRAVESSA DOS REMOLARES, 50 e 52

Polycarpo Sabino, L.da

Vidraceiro — Molduras

Espelhagem — Biselagem

42 — Rua do Telhal — 46

LISBOA

Telefone 2 8977

Vidros para Automóveis

Senhores Automobilistas

Evitem graves acidentes e ferimentos, equipando o vosso carro com

Vidro inestilhaçavel

Rapidez e modicidade de preços

Espelhos, Vidros polidos e de fantasia, Vidraça Nacional e Estrangeira — Molduras e Estampas — Colocação de vidros em obras. Orçamentos

A actividade nacional

ESTORIL

COSTA DO SOL — PORTUGAL

a 23 quilometros de Lisboa

O clima mais temperado da Europa

Todos os Desportos—Golf (18 buracos), Tennis, Tiro, Natação, Hipismo, Esgrima, etc.
Estoril Palacio-Hotel—Luxuoso e confortavel. Magnifica situação.
Hotel Parque—Elegante e Moderno.
Hotel de Italia—Preços moderados.
Estoril Termas - Estabelecimento Hidro Mineral e Fisioterápico—Gimnastica—Cultura Fisica—Sala de Armas—Piscina de água tépida.
Tamariz—Pavilhão, Restaurante, Bar, Magnifica esplanada sôbre o mar
Casino—Aberto todo ano, Concertos, Cinema, Dancing, Restaurante, Bars, Jogos autorizados pelo Govêrno: Roleta, Banca Francesa, Bacará.

«Stand» de tiro — Escola de Equitação—Parque Infantil

Para informações detalhadas dirigir-se a

Soc. Propaganda da Costa do Sol

Estoril **Portugal**

TABACARIA do Parque

de

J. E. Grave Rosa

Telefone 281

Tabacos e Revistas

Artigos fotográficos

Trabalhos para amadores

Galerias do Parque

ESTORIL

RENDEZ-VOUS DU PARC

(Pastelaria)

Fabrico especial de Bolos de Ovos e Bolos sêcos

Five o'clock tea

Proprietário:

Domingos Augusto da Silva

ESTORIL

Cabeleireiro LEÃO

Especializado em todos os trabalhos da sua arte

ENGLISH SPOKEN

Marcações pelo telefone

Parede 120

PAREDE

«ESTORIL-PLAGE»

S. A. R. L.

ESTORIL

Instituto de Beleza Feminina

Cabeleireira de Senhoras e Creanças

TELEFONE E. 351

Salão France

CHALET JUVENALIA

Avenida Saboia

Entrada pela Avenida Trouville, 1.º

Monte Estoril

On parle Français

English Spoken

António Fonseca da Silva

Encarrega-se de todo o serviço de carga e passeios

Materiais de construção

Cruz Quebrada

Telefone 77 ALGÉS

Restaurante

Casa da Laura

Explendido serviço de cozinha Especialidade em mariscos

Pastelaria e Bar

Magnificos terrasses com vista sôbre a baia

Restaurante de 1.ª classe, Bar e Pastelaria

R. Tenente Valadim, 8 *Avenida da Republica, 24*

Telefone Cascais 64

COLÉGIO PORTUGUÊS

CARCAVELOS

Telef. 110

Pedro Duarte & C.ª L.da

Fanqueiro Retrozeiro

e malhas

CASCAIS

Sucursais

ALTO ESTORIL E PAREDE

GOURINHO, Limitada

ESTORIL — Parque, Loja n.º 20

Telefone P. B. X., 96

Electricidade, Canalisações, Aquecimento, T. S. F.

Oficinas metalurgicas

As instalações sanitarias dos Pavilhões de Honra e de Lisboa, Portugueses no Mundo, Formação e Conquista e da Independencia, da Exposição do Mundo Português, foram executadas pela nossa casa

Orçamentos grátis

Farmácia Arthur Brandão

Director Técnico: *Arthur Augusto Brandão* de Curso Superior

Avenida da Republica

Telefone 54 PD.

PAREDE (Costa do Sol)

COLÉGIO BARTOLOMEU DIAS

Av. da Republica 73—ALGÉS

Telefone: Algés 232

Cursos: Primário, Comercial e Liceal

Excelente situação, esplendidas instalações

Farmácia Oeiras

Especialidades Farmacêuticas — Perfumarias — Análises

Rua Candido dos Reis, 98

Telef. Oeiras 90

Direcção Técnica Artur José Lobo da Silva

OS MELHORES CAFÉS da Costa do Sol são os da

CASA CHINESA

de

ALFREDO PAULINO

Rua Regimento XIX, 37 e 39

CASCAIS.

A actividade nacional

Conservaria Pomona

Fundada em 1892

Especialidade em frutas conservadas e bombons finos de seu fabrico

Novidades em pastelaria fina

Casa recomendada para servir Lanches de Casamentos, Baptizados e Portos de Honra

111, 113—RUA DA PRATA

35, 39—R. DE S. NICOLAU

LISBOA Telefone 2 6671

ANTONIO VEIGA

CONSTRUTOR

Trabalhos de Construção Civil
Hidraulicos e de Betão Armado

Praça dos Restauradores, 13, 3.º D.

Telefones | 2 7845 / 4 5847 **LISBOA**

PAULINO FERREIRA

ENCADERNADOR-DOURADOR

As maiores oficinas do País movidas a electricidade — Casa fundada em 1874
Premiada com medalha de ouro em todas as exposições a que tem concorrido
Diplomas de Honra na Exposição da Caixa Económica Operária
e na Exposição de Imprensa

Trabalhos tipográficos em todos os géneros, simples e de luxo

ORÇAMENTOS GRATIS

RUA NOVA DA TRINDADE, 80 a 92

LISBOA — Telefone 2 2074

A PRESTAMISTA DINHEIRO SOBRE PENHORES

BAPTISTA & C.ª

R. JARDIM DO REGEDOR, 24-1.º — Telef. 2 3886 — LISBOA

FREITAS BRITO, L.da

Socio gerente: JOSE CUNHA

TIPOGRAFIA—ENCADERNAÇAO

Trabalhos tipograficos para o Comércio e Industria
Novos modelos de cartazes, programas e bilhetes
para corridas de touros

12-Rua Fernegial de Baixo-20—Telefone 27620—LISBOA

Urbano Costal

CARNES

TALHO N.º 166 TELEFONE 2 2101

Rua da Betesga, 115, 116 LISBOA

Especialidades farmaceuticas
Acessórios para farmacias

A. SOEIRO, L.DA

Rua dos Correeiros, 214. 1.º

REPRESENTAÇÕES

LISBOA—TELEFONE 2 0379

Perfumarias e artigos de borracha

Ribeiro & Lopes, Ltd.ª

CAMBISTAS

Moedas e Notas Estrangeiras
Papeis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, RUA AUREA, 105 — LISBOA

Telefone: 2 3818 Telegramas: APINO

Garland, Laidley & C.º Limited

Estabelecidos há mais de um século

Agentes Gerais em Portugal das seguintes Companhias de Navegação:

Blue Star Line
Brocklebank Line
Furness, Withy & Cº. Ltd.
United Fruit Cº.
Booth Line
Cunard White Star Line
Lamport & Holt Line
Yeoward Line

Tr. do Corpo Santo, 10, 2.º — LISBOA

R. Infante D. Henrique, 131 — PORTO

MADEIRAS

Importação directa de casquinha, pitch-pine, carvalho, nogueira americana, faia, mogno, macacaúba, freijó, pau santo, etc.

Madeiras contraplacadas

Unicos fabricantes do País—Marca registada SEVERO

Aduelas e Arco de Ferro

Em todas as medidas para tanoaria no nosso armazem do Poço do Bispo

TORRENS & MARQUES PINTO, L.DA

Rua Vasco da Gama, 33 a 37 LISBOA

TELE | FONES: 6 0176, 6 0177 e 6 0178 P B X
GRAMAS: FLORESTAL

Vestidos para soirée, passeio, praias e campo

M.ME BETTENCOURT

R. N. da Trindade, 26, 1.º—Telf. 25316

Preços convidativos—Não confundir, é só no 1.º andar
Casacos, chapeus, etc. Pede-se uma visita a esta casa
Preço sem igual

A actividade nacional

Joalharia e Prataria

J. M. & Pedro Fraga

Rua da Palma, 82

Lisboa

As Rouges ALBINE são incomparáveis

"O Marisqueiro"

Rua Nova da Trindade, 111

(Antigo 101)

Camarão do Porto recebido diáriamente, lagostas, lagostins, pernes, santolas, etc.

Telefone 2 2284

Cunha & Veras

Encarrega-se de todos os transportes, e em especial de farinhas

Trata do pagamento das guias no Grémio dos Industriais de Panificação e respectivas Delegações e ordens nas Fábricas de Moagem.

Recebimento e entrega de sacaria, para o que tem casa propria no

Largo do Terreiro do Trigo, 7

Telefone 2 6487

A casa mais antiga neste serviço

Viçoso & Santos, Lt.da

Largo Dr. Afonso Pena, 71-72

Telef. 42722

Carlos Pedro Franco

DESPACHANTE OFICIAL

Rua dos Fanqueiros, 122, 2.º

Telef. 27716 LISBOA

TABACOS

Salgado & Ribeiro, Limitada

17-R. do Amparo-19 LISBOA

Mário da Cunha

Fornecedor de calçado de luxo

R. dos Douradores, 107 4.º Dt.º

Telef. 2 1900 LISBOA

Mercearia e Frutaria

A IDEAL DAS AMOREIRAS

R. Amoreiras, 173-175

Telefone 49723 LISBOA

A casa que mais barato vende, e que tem os melhores stocks do seu género A fornecedora das melhores casas no Bairro Especialidades em carnes fumadas e manteigas finas

JOSÉ MARIA RODRIGUES, L.da

Casa fundada em 1815

Grossarias, Sacos, Fios e Lonas Tapetes, Capachos, Passadeiras e Carpetes

18, Rua dos Fanqueiros, 22

LISBOA

TELEF. 22958

AOS ESTUDANTES

Do 7.º ano dos Liceus que se destinem aos exames de aptidão do Instituto Superior Técnico, recomendam-se as lições de habilitação em desenho técnico rigoroso do engenheiro J. Mugnisteln optimos resultados obtidos nos anos anteriores

A. da Republica 35, 2.º

Telf. 4 1442 LISBOA

Nova Pensão «Camões»

PRAÇA LUIZ DE CAMÕES, 22

VIUVA DE

Joaquim Busto Romero

Quartos com o maior conforto — Casas de banho — Serviço de mesa esmerado

Telefone 2 2943 LISBOA

Solicitador encartado

Ayres de Oliveira

R. Nova do Almada, 24-2.º E.

LISBOA

Companhia de Lanificios de Arrentela

Fabrica — Torre da Marinha

Séde—R. da Conceição, 85-1.º—LISBOA

Telefone 2 6854

Fabricação de tecidos de lã de todas as qualidades, Mocidade Portuguesa, Brigada Naval, cobertores, mantas de viagem, panos de bilhar, fiação de fios de estambre e cardado para malhas, etc., etc.

TELEFONE 2 8791

Sociedade Nacional de Engenharia, L.da "SNEL"

EMPREITADAS PUBLICAS E PARTICULARES

PROJECTOS E ORÇAMENTOS

Rua do Comércio, 73-4.º

LISBOA

Armindo Ferreira

Tecnico de canalizações

Executa todos os trabalhos de reparações, montagens completas

Encanamentos de ferro para aquecimento de água

Encanamentos para gaz e montagem de casas de banho Trabalhos de tanileiro

Trabalhos de caldeiras e fogões de toda a espécie, etc.

Reparações em instalações electricas

TELEFONE 21572

Rua da Atalaia, 34

T. da Espera, 51

LISBOA

Artigos para calçado

Severo A. Moreira

R. Fanqueiros, 90-92 LISBOA

Casa Tókio

DE

António Pereira Júnior

Mercearias finas

Chá, Café, Víveres e Confeitaria Completo sortimento em Chocolates e Bombons

Bolacha Nacional e Biscoitos

Vinhos do Porto e Champanhes

Calçada da Estrela, 89 e 91-Telf. 6 4160

Borracha, Correias, Empanques

Henrique Antunes & C.a

23, Calçada Marquez de Abrantes, 25

LISBOA

Costa & Costa, L.da

A casa que maior sortido tem em chaves para acertar em todos os géneros de fechaduras

Preços especiais para marceneiros e construtores civis

9, RUA DO AMPARO, 9

LISBOA Telefone 25744

Negociantes de batatas, cereais, legumes e outros artigos

Morais & Magalhães

Importação — Exportação

Telef. 2 1605

72, R. dos Caminhos de Ferro, 74

LISBOA

Telefone 2 5764

FOTO-ZINCO GRAVURA

A Ilustradora, L.da

Tricromia, Foto-gravura Zinco-gravura—Desenho

RUA DE S. PAULO, 232, 2.º

LISBOA

Cantinho da Sorte

D. Martins & Martins, Lda.

Poço do Borratem, M. M. L.

Lotarias, Valores Selados e Tabacos

Telef. 2 2340 LISBOA

Ribeiro & Branco, L.da

Rua Silva e Albuquerque, 75

Telef. 2 8532

Esta casa é uma das mais antigas do seu género que se recomenda pelos seus preços

Agência Funerária

Francisco Duarte Nogueira

Fundada em 1 de Julho de 1905

Telefone 2 6476

Funerais completos dos mais modestos aos de maior pompa. Decorações para salas e igrejas e artigos de armador. Trasladações em todo o País e estrangeiro

39, RUA DO MIRANTE, 39

(Ao Caminho de Ferro)

A actividade nacional

NACIONAL

A mais antiga Fábrica de Malas, Peles e Confecções
de António Ferreira Veiga

A CASA QUE MAIS BARATO VENDE OS ARTIGOS DA SUA ESPECIALIDADE

Telefone: 2 7928

34, 1.º andar, Rua da Palma, 34, 1.º LISBOA

(Em frente da Casa Alemã)

Viuva Reis & C.ª L.da

Casa fundada em 1876

Carnes verdes, miudesas de vaca, vitela e carneiro, fornecimentos a hoteis, casas de caridade, etc. — Gado vacum, lanigero e suino, sebos, tripas, sangue, etc.

Telef.: P.B.X. 29321-29322-29323-Teleg.: Viuvareis-Lisboa

Codigos: A. B. C. e 5.ª e 6.ª ed. Guedes Bentley's e Ribeiro

SEDE — Rossio, 108, 1.º — LISBOA

Fabrica de Papel de Matrena

MATRENA—TOMAR

Telefone: TOMAR 36

Telegramas: Fabrica Matrena—Tomar

Depositos:
- **LISBOA** R. dos Douradores, 96-104 Telefone 2 5013
- **PORTO** R. Duque de Loulé, 96-100 Telefone 854

Papéis de todas as qualidades

Dominguez & Lavadinho, L.da

SEDE:	FABRICA
Rua da Assunção, 79 a 85	Av. Casal Ribeiro, 18 a 24
Rua dos Sapateiros, 135 a 143	
Telefones: 2 5201—2 5202	Telegramas: Sobrescritos
Codigo: A. B. C. 5.ª Edição	LISBOA

Papelarias Nacionais e Estrangeiras

FABRICA de Sobrescritos, Manipulação de Papeis de Escrever e Sacos de Papel

TINTAS DE ESCREVER Nacionais e Estrangeiras

ARTIGOS DE ESCRITORIO, DESENHO E PINTURA

PAPEIS QUIMICOS, LAPIS, ETC., ETC.

Escola de Pedro Nunes

Instrução Primaria, Secundária, Superior, Laboratórios e Salas de estudo — Preparação para exames de admissão às Faculdades

EXAMES TRIMENSAIS

Corpo docente seleccionado entre professores das Universidades e antigos professores dos Liceus, sob a direcção de ADRIAO CASTANHEIRA, Bacharel em Letras, antigo professor agregado dos Liceus

Lisboa — R. Saraiva de Carvalho, 216

Eléctricos da Estrêla — Telefone. 6 1943

Fábrica de Cartuchame e Polvoras Quimicas

CHELAS

(Estabelecimento Produtor do Ministério da Guerra)

Polvoras de caça s/ fumo | **Tipo Nacional n.º 1 «Diana» e «Chelite»**

A carreira de tiro desta Fábrica, encontra se á disposição dos srs. Caçadores para todas as experiencias que desejem realizar

Casa das Bandeiras

Temos para entrega imediata Bandeiras Nacionais e Estrangeiras, da Fundação e da Independencia, Legião e Mocidade Portuguesa, etc.

Confeccionamos todos os generos de bandeiras e estandartes

D. Costa & Monteiro, Ltd.

Rua dos Fanqueiros, 223 a 229

Telefone 2 6126

SOCIEDADE DE CHOCOLATES CAMERANA L.DA

CHOCOLATES, CACAUS, BONBONS, CARAMELOS, REBUÇADOS, DROPS, CARTONAGENS

RUA 2 A' RUA PINTO FERREIRA, 8, à JUNQUEIRA

A. DA COSTA FEIO, L.DA

R. Augusta, 253 a 257 — R. Santa Justa, 66, 68

LISBOA — TELEFONE 2 4564

LOJA DAS GRAVATAS

ESPECIALIDADE EM:

Camisaria Pyjamas, Peugas, Meias e Artigos de Malha

SEMPRE NOVIDADES EM GRAVATAS

Izidoro M. d'Oliveira & C.ª (Irmãos)

A maior organização da industria preparadora de carnes em Portugal
Preparadores do conhecido «FIAMBRE IZIDORO»

FABRICAS EM MONTIJO

SEDE EM LISBOA — RUA DOS FANQUEIROS, 136

A actividade nacional

Banco Espirito Santo e Comercial de Lisboa

Capital.... Esc. 14.400.000$00 Fundo de Reserva.... Esc. 55.200.000$00

Séde—Rua do Comércio, n.os 95 a 119—Dependencias—Rua Prior do Crato, n.os 135 e 137-Rua do Grilo 42 e 44—LISBOA

FILIAIS—Porto, Braga, Coimbra, Faro e Covilhã. AGENCIAS—Abrantes, Estoril, Figueiró dos Vinhos, Gouveia, São João da Madeira, Torres Novas, Torres Vedras, Tortozendo e Mangualde

EDEN-TEATRO

o maior cinema e o mais confortável de Lisboa com os melhores programas

Empreza Lopo Lauer

LISBOA

TAVERNA IMPERIAL BAR

Praça dos Restauradores *LISBOA*

OLIMPIA CLUB

Cabaret Restaurant e Variedades Dancing

O Salão mais divertido de Lisboa

ABERTO TODA A NOITE

Sociedade Avenida Parque

CINEMA CAPITOLIO

Parque Mayer LISBOA

Olimpia Cinema

LISBOA

Matinées todos os dias

Carvoaria e Vinhos

Depósito de Petróleo

R. da Barroca, 1-7

LISBOA

Fabricante de mobílias

Modernas. Holandezas, Ficheiro e Secretárias comerciais.

Execução rapida e perfeita

Calçada de Sant'Ana, 160

HOSPITAL DA VENERAVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

L I S B O A

Talho n.º 145

de ANTONIO AMARAL DA SILVA

Rua das Olarias, 1—LISBOA

Vaca, Vitela, Porco e Carneiro das melhores procedencias

Vendas por grosso e a retalho

Confeitaria Santos

de M. DUARTE & LOPES, LD.ª

94, R. Santos-o-Velho, 96

Serviços de Lanches para Casamentos e Baptizados

RODRIGUES

João António Rodrigues & C.ª

ARMAZEM DE LANIFICIOS

Para homem e senhora

SEDAS E VELUDOS

R. Augusta 76-78-80

LISBOA Telef. PBX 26998

Nicolau, Silveira & C.ª

R. Caminhos de Ferro, 16—C. Cesteiros, 7

TELEF. { Escritório / Cais . 23067

Batatas | CONSUMO / SEMENTE

MONTEIRO

Chapéus modelos

Av. Almirante Reis, 34-A

Telefone 40627

LISBOA

Chapas Peliculas e Papeis

"Ferrania"

REPRESENTANTES

J. C. ALVAREZ, L.da

Tudo para fotografia e cinema

205, Rua Augusta, 207

TRANSMISSÕES

Dificilmente se faz ideia dos enormes esforços a que estão sujeitos os dentes das engrenagens de certos diferenciais de automóveis que desta forma necessitam ser protegidos com Mobiloil de película extra resistente que se não deixe esmagar.

Mas os carretos das caixas de velocidades, bem como a embraiagem e as juntas universais, requerem também lubrificação adequada que as Estações de Serviço MOBILOIL-VACUUM estão habilitadas a fazer, de forma rigorosa, no carro de V. Ex.ª.

SERVIÇO MOBILOIL-VACUUM

1832

CASA PENIM, L.DA

184, Rua Augusta, 186 Lisboa

Artigos de Analises de vinhos e seus derivados

Estabelecimento Vino Vito

R. Cais de Santarém, 10 Telef. 27130 LISBOA

A actividade nacional

Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos

Fábrica de Carboneto de Cálcio

com Escritório em Lisboa:

Largo do Directório, n.º 4, 2.º Esq.

Telegramas: Electrofornos

Telefone 25343

YANKEE CLIPPER

AMERICAN CLIPPER

DIXIE CLIPPER

ATLANTIC CLIPPER

PAN AMERICAN AIRWAYS

Serviços aéreos regulares semanais para passageiros e correio entre: LISBOA—HORTA—NOVA YORK e vice-versa

Transcontinental & Western Air, Inc.

Serviços aéreos regulares para passageiros de Nova York através do Continente Norte-Americano

AGENTES GERAIS EM PORTUGAL PARA PASSAGENS

Germano Serrão Arnaud

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º — Lisboa

TELEF. 2 4051 / 2 8659 / 2 0214 — TELEGR. GERARNAUD / PANTRA

Agentes no Porto

Agencia Maritima Lusitano-Americana

Rua da Nova Alfandega, 108, 2.º

Nas Febres aplique Termómetros **Negretti & Zambra** São uma garantia da nossa Firma

---

Thomaz dos Santos & Henriques, L.DA

Transacções sobre penhores e ourivesaria

Rua da Graça, 168, 1.º

LISBOA

Drogas, Produtos Quimicos — Oleos Essenciais, Essencias

Tintas, Vernizes — corantes, Vaselinas

ZEPA

J. DUARTE

Telef 2 3390 — R. Inst. Virgilio Machado, 19

SAPATARIA NITA

CASA FUNDADA EM 1852

CALÇADO DE LUXO

Rocha Santos & Filho, L.da

31, Rua do Arco Marquês de Alegrete, 35 — LISBOA

A actividade nacional

Atum em Azeite?!
PURO DE OLIVEIRA

Só TENORIO...

Recomendavel também aos debilitados

Luiz Miguel

Casa de vinhos, comidas e refrescos

Poço Borratem, 18-Lisboa

Manuel G. Rodrigues

Carnes frescas e ensacadas

Fornecedor das principais Companhias de Navegação

5, Mercado 24 de Julho, 5
Telefone: 2 8211
LISBOA

Amidos---Dextrinas---Glucose

AMIDEX, L.DA

Estrada de Chelas, 84—Telef. 2 3707

«SALUZENA»

Flor de milho vitaminada. O MELHOR ALIMENTO PARA CRIANÇAS.
A Farinha da saude!

FARINHA DE PAU

Agradavel--Higienica—Economica
EM SACOS DE 1 QUILO

Distribuidores:

EM LISBOA
Agencia Colonial e Comercial
Rua do Comercio, 8, 1.º

NO PORTO
Agencia de Navegação e Comercio
R. Infante D. Henrique, 9

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.ES 62177-62178
AVENIDA 24 DE JULHO, 158-LISBOA TELEG.S LAMPAR

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

LÂMPADAS
LUMIAR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE

Fabrico nacional

Manuel Antonio da Cruz

CONSTRUTOR CIVIL

Inscrito na Câmara Municipal de Cascais s/o n.º 12

Os mais modernos desenhos e projectos de Chalets Bungalows

Todas as informações e orçamentos gratis

ESCRITÓRIO

GALERIA DO PARQUE

ALA ESQUERDA

Tel. ESTORIL 66

SE PRETENDE BONS CAFE'S

experimente os nossos lotes de Esc. 5$00—7$60—10$00—12$00, torrados e moidos diariamente
Chás nacionais e estrangeiros
Farinhas especiais

Não hesite, prefira sempre

«A ROMARIA»

R. do Amparo, 52—Telef. 22009

Brindes a todos os clientes
Enviamos encomendas para a provincia e estrangeiro

Precisa das suas pneus reparados ou recauchutados? Novos ou em 2.ª mão aos mais baixos preços do mercado?

Fazemos a montagem grátis, de pneus novos e recebemos os velhos aos melhores preços do mercado

OFICINA DE VULCANISAÇÃO

SANTOS & AFONSO

LARGO DE ANDALUZ, 5

LISBOA TELEF. 4597:

Os nossos trabalhos são executados pelo processo moldagem

STOCK: «Dunlop», «Goo -Year», «Firestone», «Kelly» e «Michelin»

PERFEIÇÃO, RAPIDEZ, ECONOMIA E RESISTENCIA

Adega de Alcobaça

Casa de Pasto

Esmerado serviço de cozinha á lista e mesa redonda—Aceita comensais e manda comida aos domicilios—Tem sala de jantar reservada—Especialidades em presuntos de Lamego e fumeiro—Vinhos dos melhores da Região de Alcobaça e a especial ginja—Vinhos verdes de Viana do Castelo, branco e tinto

Rua Almirante Pessanha n.º 6-10

TELEFONE 2 7529

Farmacia S. Tomé

Direcção Técnica

D. Maria Leonor Valongo

R DO OLIVAL, N.º 290

R. TORRE DA POLVORA, 43

Aviamento escrupuloso de receituário. Especialidades farmaceuticas e acessorios de farmácia

Laboratórios de esterilizações

JACQUES & BRAZ, L.DA

Canalizações para agua, gas e esgotos

Torneiras de todos os sistemas, valvulas, aguilhões e todos os artigos metalurgicos. Mangueiras de lôna e borracha. Consertos em candieiros e lanternas para gás, petróleo ou velas, tanto em Lisboa como fora. Tubos de chumbo, de ferro e latão. Esquentadores e Etalágens. Retretes bidés, autoclismos, urinois e lavatórios nacionais e estrangeiros

Rua Silva e Albuquerque, 20 e 24

LISBOA Telefone 2 8355

Empreza de Navegação

WIESE & C.A

R. do Alecrim, n.º 12 LISBOA

Talho n.º 19

JOSÉ BARATA

Vaca, Vitela e Carneiro das mais finas qualidades

75, MERCADO DA PRAÇA DA FIGUEIRA, 76

Telefone 2 5386 LISBOA

Manteigaria Açoreana

DE

Martins & Santos Ltd.ª

Especialidades em Manteigas, Frutas, Queijos, Artigos de verga e diversos da Madeira e Açores

CAFÉ E REFRESCOS

Preços sem competencia

Mercado 24 de Julho, 2

Armazem de bananas para revenda na

Avenida 24 de Julho, 96-1.º

Telefone 2 4581 LISBOA

Armazem de Lanificios LINO

O maior reclame de todos os tempos

FAZENDAS PARA FATO DE 16$ A 100$ O METRO

Restos de peças, dando alguns para fatos, a preços baratissimos.

5.000 GABARDINES. O mais colossal sortido de todo o País. Mesmo que não precise de comprar, visite este Armazem, pois ficará sendo freguês. Para seu proprio interesse, aceite um conselho: Venha escolher a gabardine que pretende, deixando-a apartada, sem precisar de deixar sinaes.

REVENDEDORES, SE QUEREIS GANHAR DINHEIRO, COMPRAI NESTE ARMAZEM

Enviam-se amostras para a provincia Oferecem-se balões a todos os clientes que façam compra de qualquer importancia.

Armazem de Lanificios LINO

SEDE: Calçada do Carmo, 17, 1.º, E (Esquina da Rua Primeiro de Dezembro (ao Rossio)

TELEFONE 22 66 LISBOA

Sociedade Nacional de Cortiças

Anonima de Responsabilidade Limitada

Premiada com Medalha de Ouro na Exposição Universal de Paris de 1900 e 2 Medalhas de Ouro na Grande Exposição Industrial Portuguesa, 1.º ciclo

Telegramas: EUREKA-LISBOA

TELEFONES: 2 4449-Poço do Bispo, 49—Barreiro, 17

Codigos: «Bentley's Mascote», «A. B. C.» 5.ª (5 letras) 6.as edições

Cortiça em prancha, virgem, refugos, aparas finas e comercial, discos, palmilhas, chapeus, buchas de caça, etc.

FABRICAS:

Quinta 4 Olhos = Braço de Prata = LISBOA

Quinta Braamcamp = BARREIRO

Mesurado = ESTREMOZ, etc.

Escritório: Rua Vitor Cordon, 27, 1.º LISBOA

Precisais de Dinheiro?

Habilitai-vos nas casas

FIDALGO

Que tambem ás vezes vendem a sorte grande, loterias semanais, bilhetes, meios decimos a preços correntes.

Tabacos nacionais e estrangeiros, selos, papel selado e letras.

Rua do Comércio 10

Rua Moraes Soares 141

Telefone 27517

Prefiro este FIDALGO

CENTENO & NEVES, L.DA

Drogas, Tintas e Perfumarias

Produtos quimicos e farmaceuticos

Depositarios da «Loção Higiene Capilar»

Fabricantes dos Alvaiades ZEBRA, FIEL E NAVIO

204, 206, Rua da Prata, 208, 1.º

Telefone 2 6058

LISBOA

ARTIGOS para todos os desportos

April

Telef. 22797 Lisboa

R. do Loreto, 34-2.º

Garage Conde Barão, Ltd.ª

Reparações mecanica e de carrosserias em automoveis de todas as marcas

Maquinas das mais modernas Pessoal escolhido.

Cromagem, niquelagem, zincagem etc.

Seriedade. Competencia. Esforços constantes de servir bem

Dão-se pronto orçamentos

Conde Barão, 50

Telefone 60156 LISBOA

Banheiras Esquentadores

CANDEEIROS DOS MAIS RECENTES MODELOS

Vende a pronto e a prestações

A LOJA SOL, LD.ª

RUA DA ASSUNÇÃO, 82

Telef. 2 7411 — LISBOA

A actividade nacional

VINHO DE COLARES

V. S.

VISCONDE DE SALREU

Grandes Caves em Colares

O melhor entre os melhores

DEPOSITO EM LISBOA:

Rua Rodrigues Sampaio, 33

Telefone 4 7154

Fatos feitos por medida, e para a provincia sem prova, restituindo-se a importancia ao cliente que não ficar satisfeito

OLD ENGLAND

SARMENTO & C.ª

Rua Augusta — Esquina S. Nicolau

Enviam-se amostras e catalogos grátis

Fábrica de Lanifícios de Arroios

Telefone 4 8295

Manuel Diniz Junior & Irmão, L.da

Lisboa

Rua Passos Manuel, 86-A
Rua de Arroios, 89

Os Vinhos «S. Martinho» são seleccionados

Triunfam entre os melhores, por essa razão preferidos pelos apreciadores

Rua da Atalaia, 152 a 156

TELEFONE 25925

Empresas gráficas!

Querem tornar a vossa sessão de composição rendosa? Informem-se sôbre o

Sistema de composição «LUDLOW»

junto do representante

Rudolf Bornhöff

C. DO COMBRO, 129 — LISBOA

Telf. 2 6262

Ano XIV da Fundação de

Pimentel & Casquilho, L.da

ENGENHEIROS

Instrumentos de Precisão, Material Topográfico
Material de Desenho, Material Pedagógico
Instrumentos Opticos, Ferramentas de Precisão
Construção, Reparações, Livros Técnicos e Científicos

Rua Eugénio dos Santos, 75 — LISBOA

Telef. — 2 0777
Telegr. — TCNA

LIVRARIA AVELAR MACHADO

(Casa Fundada em 1876)

19, Rua do Poço dos Negros, 21

Telefone 2 7368 LISBOA

O maior sortido em livros de estudo, novos e usados, para todos os estabelecimentos de Ensino

Livros novos e usados sobre todos os assuntos. O maior sortido em músicas para todos os instrumentos

CAFÉ GARRIDO Telef. 2 8970

Viuva de João Manuel Garrido & F.os

90, Rua do Amparo, 92 LISBOA

A actividade nacional

Laboratorio Brasil

Farmácia com laboratório de produtos farmaceuticos, especialidades e análises clinicas

Lisboa, Rua Alves Torgo, 29-33

Telefone 4 6843

Especialidades

ALPECIN—Loção, Sabonete e Emulsão.—BALSAMO ANALGESICO—contra o reumatismo —BISMUZIL—hydroxido de bismuto.—CODONAL—Xarope e Comprimidos—contra as tosses. — CRÊSILINA—para uso das senhoras. —DIAPULMINA—para tratamento das bronquites, pneumonias, etc.—ECZEFUG—nos eczemas úmidos e sêcos.—FAGOGENOL—Ampôlas, Elixir e Granulado—especifico das doenças de nutrição —IODOPEPTONAL—Iodo com peptona.—OXOVULOS—Simples e compostos—nos tratamentos uterinos.—PSORIMED—Simples e reforçado, nos eczemas crónicos.—PICROMOL—liquido e pomada—no combate das frieiras.—PÓ FUMIGATÓRIO BRASIL—Na asma, sufocações e bronquites.—PURGOLAX—Na prisão de ventre —SANOCALCIO—Ampôlas e gotas (gluconato de calcio a 10 % e 20 % e Cloreto de calcio em solução concentrada)—TETRACALCINA—Pó, granulada e comprimidos.—Na recalcificação do organismo.—XAROPE DE DENTIÇÃO—Nas enfermidades de dentição.

Oculos
Lunetas
Oculos
para sol

Avia-se todo o receituário
Lanternas eléctricas
Pilhas sêcas e lampadas
Quinquilharias, Brinquedos
Artigos para feirante

Machado & Garcia, Ltd.ª
R. ALVES CORREIA, 144

Lembramos esta casa como uma das melhores no género em fatos de homem, sendo o acabamento o mais esmerado.

R. GARRETT, 69-71

Secção especial de fatos para criança

TODOS OS ESTILOS. RIGOROSO ACABAMENTO

TELEFONE 2 6721

HOTEL TIVOLI

AVENIDA DA LIBERDADE, N.º 179 — LISBOA-PORTUGAL

TELEFONE: 41101 — P. B. X. TELEGRAMAS: HOTIVO

80 quartos — 30 casas de banho — 20 quartos com casa de banho, telefones em todos os quartos — Ascensor — Aquecimento central — Água corrente fria e quente — Restaurante e Bar Barbearia e Tabacaria

No centro da cidade. Na principal artéria de Lisboa. Situação desafogada. Local saùdavel e tranquilo. Frequência seleccionada.

Fábrica de Artigos de Verga e Vimes

EM COIMBRA — TAVEIRO

Brioso & C.ª (Irmãos)

Cestos, Cadeiras, Mobilias completas em todos os generos e Depósito de CHAPEUS DE PALHA

Sede em Lisboa — Calçada de Santo André, 93 — Telef. 2 7837

CORRENTES RENOLD

A Transmissão mais Prática

Economia de espaço

Economia de força

Transmissão positiva com cêrca de 99 % de eficiencia

Funcionamento suave

Longa duração

Harker, Sumner & C.ª L.da

14, Largo do Corpo Santo, 18 — LISBOA

112, Rua José Falcão, 156 — PORTO

Antiga "Casa Rafael"

Suc. EDUARDO RIBEIRO LOPES

CARNES

Uma das mais antigas casas do género, fornecedora dos principais Hoteis e Restaurantes de Lisboa

TELEFONE P. B. X. 22115

Escritório: Rua da Betesga, 41-1.º

Talho e Salsicharia: 100, R. da Betesga, 101-LISBOA

Filial — Talho N.º 461

Aven. Defensores de Chaves, 153-A — Telefone n.º 47662

Armazem e Frigorifico: Rua dos Vinagres n.º 10

Engomadaria Ideal e Tinturaria de B. SANTOS

Ex-Lisbon Pressing — Largo Trindade Coelho, 22 (a S. Roque) Telefone 2 4802

SUCURSAIS:
Rua dos Poiais de S. Bento, 120-C—Telefone 6 3205
Rua de S. Bento, 206—Telefone 6 3733
Avenida Miguel Bombarda, 15-19—Telefone 4 8524
Rua José Falcão, 1-A, 1-B, 1-C—Telefone 4 8525

Limpa-se a banho ou seco pelo sistema americano ou tinge-se toda a qualidade de tecido feito ou desmanchado por mais fino que seja

MECO, LIMITADA

FABRICA DE SOBRESCRITOS

20, Largo Rafael Bordalo Pinheiro, 25

Telef. 2 0496-2 7316 — LISBOA

A actividade nacional

PASTELARIA
Antonio Tavares da Silva
Especialidade em Bolos de Cascais
PRAÇA 5 DE OUTUBRO, 5 e 6
CASCAIS=Telef. 55 Cascais

CABELEIREIRO
J. CORREIA
V. Ex.ª penteada ou permanentada por este artista, laureado em concursos internacionais distinguir-se-á pelo seu bom gosto
Queira V. Ex.ª telefonar para 40318
Largo dos Actores, 40-1.º

A Funerária Lisbonense
DE
António Francisco das Neves
Encarrega-se de funerais na Morgue e Hospitais, Trasladações, Urnas, Coroas e Armações. Orçamentos grátis
A única casa que tem contrato com a Liga dos Combatentes da Grande Guerra
Rua Herois de Quionga, 61-B—LISBOA
TELEFONE 5 0098

E. Rau, L.da
Importadores de carvão
R. da Madalena, 48
LISBOA

Armazem de Viveres
DE
Antonio da Silva Mendes
Completo sortido de mercearia
Géneros de 1.ª qualidade
Especialidade em chás e cafés
Licores, Champagnes e Vinhos do Porto das melhores marcas
Carnes fumadas das melhores procedências, etc., etc.
63, Rua Luciano Cordeiro, 65
Telefone 45674

Casa Campos
V.ª Campos, L.da
R. Augusta, 119, 123-Tel 27926
Lindos e modernos serviços de louça, vidros e cristais.
Variado sortimento de faqueiros e artigos de metal fino.
Muitos e lindos objectos para brindes
Quadros, Molduras, Candeeiros, Louças e Vidros regionais.
Tudo aos melhores preços!

Mannheimer V. G.
Companhia de Seguros
Fundada em 1879
Estabelecida em Portugal desde 1908
Ramos: Incendio, Agricola, Maritimo, Transportes, Automoveis, Acidentes no Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil Geral
Agentes Gerais em Portugal:
Seguradora Internacional, L.da
Largo da Anunciada, 9 1.º — (Esq. Av. da Liberdade)
Lisboa
Telefones 2 7773 / 2 7777 P. B. X.
Telegramas ASSECURANZ

Fábrica Manual
de Rêdes de Pesca d'Arrasto, Limitada
Rua Pinto Ferreira (á Junqueira) LISBOA-PORTUGAL
Telef. Belém 378 End. Teleg. REGELO

Encarrega-se do fabrico de todos os modêlos de rêdes de pesca de arrasto (do alto), assim como de as fornecer armadas e prontas a pescar. Grande «stock» de rêdes completas e em peças soltas. Também fabrica rêdes para todos os sports e para repouso. Depositários da Cordoaria Electro Mecânica do Pôrto, tendo em depósito cabos armados de 2 1/4 e 2 1/2, bem como malhetas de 4 1/4 e 4 1/2 de 100 metros, podendo fabricar-se de qualquer outra medida

Tanto as rêdes como este material têm dado esplendidos resultados

Colégio de S. Jorge
Largo de Arroios, 265, 1.º
LISBOA

Fábrica Argos
de Ferreira & Silva, L.da
Fundada em 1927
Telefone n.º 26349
Rebuçados, Cafés e Chás
91, R. de S. João da Praça, 91-A
LISBOA

Foto - Cinema
Execução de todo o género de fotografia a preços populares
Sugestivas posições e deslumbrantes efeitos de luz
Rua do Sacramento, 26-1.º
Frente à Rua Tenente Valadim
Telef. 63391
(à PAMPULHA)

António Freire da Silva, L.da
Telef 62803
Dinheiro sobre tudo que ofereça garantia aos juros da Lei
Largo Conde Barão, 4, 1.º, E.
LISBOA

Restaurante Campo Grande
Limitada
TELEFONE 23804
Esmerado serviço de cozinha
Mariscos, bom vinho e cerveja
Rua Nova do Carvalho, 55-61
LISBOA

A actividade nacional

Gremio Distrital dos Garagistas de Lisboa
Rua da Palma, 272, 1.º — Lisboa
Telefone 2 0527

S. N. dos Operários da Industria Textil do Distrito de Braga
Sede em Guimarães — Rua de Alcobaça, 15 — Telefone 259
Presidente, Manuel Magalhães; Secretário, Manuel Araujo; Tesoureiro, Francisco Gomes Alves Ferreira

S. N. dos Manipuladores de Pão e Ofícios Correlativos do Distrito de Setubal
Elias Domingues — José Rosa — Alberto Cortez — Manuel Pires Barreira — Marcolino Gomes Neto

S. N. dos Operários Tanoeiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Aveiro
SEDE ESMORIZ
Presidente, Franklim Ferreira Ramos, Secretário, Joaquim Alves Ferreira; Tesoureiro, Manuel Ferreira Soares; Vogais, Jacinto Ferreira da Costa e Manuel Rodrigues da Silva

Sindicato Nacional dos Farmaceuticos
Dr. Manuel Rodrigues Loureiro — Mário Augusto Azevedo da Costa Santos — Alberto Coelho Nogueira — Gerardo Rodrigues Maria da Mata — João Alberto Ferreira da Silva

Sindicato Nacional dos Musicos
Direcção — Dr. Ivo Cruz — João Dias — Carlos Sá — João Bulelão d'Avila e Raul Lemos

Grémio Concelhio dos Industriais Barbeiros e Cabeleireiros de Lisboa
Rua dos Fanqueiros, 135, 2.º *LISBOA*

S. N. dos Ferroviários do N. de Portugal (Pessoal do Movimento, Tracção, Via e Obras e Serviços Regionais) — Pôrto
Manuel Monteiro Bonifácio—Paulo Rodrigues de Morais—Alvaro Esteves de Almeida Vales — Francisco da Fonseca — António Monteiro

Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa

Contando no seu efectivo de realizações de carácter social três contratos e um acôrdo colectivos de trabalho, e estando em vésperas de assinar outros documentos da mesma natureza, com os quais julga lançar as bases da resolução do problema máximo da profissão que representa, o S. N. dos Caixeiros do Distrito de Lisboa saúda calorosamente a Revolução Nacional na data gloriosa do III Centenário da Restauração e na pessoa dos seus gloriosos Chefes e materializadores, General António Oscar de Fragoso Carmona e Doutor António de Oliveira Salazar.

SUCATAS
DE
Cobre, Latão, Bronze, Chumbo, Zinco, Aluminio, Ferro Fundido, Ferro Forjado e Folha de Flandes.
Bem como: Carris da C. P., Linha Decauville e Vagonetas, Barris, Bidons, Tubagem, Veios de transmissão, Tambores e chumaceiras, Tanques de Ferro, Chapa onduiada, Maquinas e Acessorios, etc. etc.
Não comprem nem vendam sem consultarem
A CASA
Antonio dos Santos e Silva
Avenida 24 de Julho, 172 — Travessa do Baluarte, 1, 3 e 5
Telefone 6 1732 — Telegramas: NEWTINCUT

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE EDUCAÇÃO E RECREIO
R. da Palma, 256-A, 1.º
LISBOA

AZEVEDO & PEREIRA, L.DA
Suc. de JOAO DE AZEVEDO
CASA FUNDADA EM 1906
R. DA ARRABIDA, 48
TELEFONE 60 257
LISBOA
Fabricantes e Exportadores de
AZEITONAS
ERVILHAS
PICKLES
TOMATE E SEUS DERIVADOS
Frutas verdes e sêcas

Portugal inteiro usa o chapeu **OPTIMUS**
(Marca registada)
A ultima criação da
Chapelaria Universal
DE
JULIO CESAR GONÇALVES, L.DA
8—Rua Bernardino Costa—10
(Antiga Rua do Corpo Santo) - LISBOA

Armazem de Tecidos de Algodão
Completo sortido de forros para alfaiate
União Tecidos, L.da
Rua da Assunção, 52, 1.º — Lisboa — Telefone 2 4320

Metalurgica do Giestal, L.da
Rua do Giestal, n.º 14

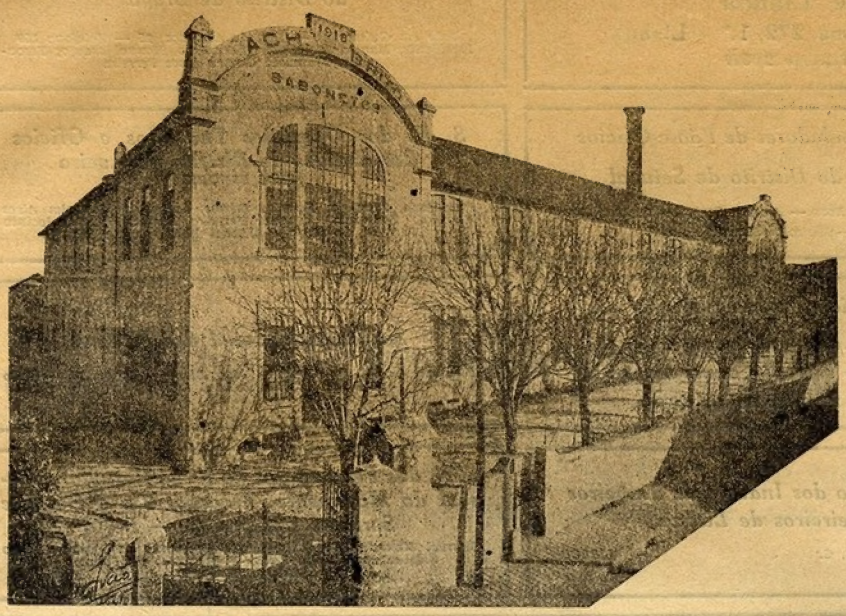
Fábrica de Tecidos de Sêda
Telefone: 63 013
Textil Sedeira, L.da
R. Saraiva de Carvalho, 207-R.
LISBOA

Francisco Manuel Durães & Filhos, L.da
Fábrica de Tecidos
Real-Gandra—Tel. 19
VALENÇA

CH. LORILLEUX & C.ia—PARIS
Sucursal em Lisboa: Rua Paiva de Andrade, 5
Tintas especiais para tipografia-litografia sobre papel e fôlha de Flandres, Fotogravura e demais processos gráficos conhecidos. Vernizes. Massas para rolos.
CASA FUNDADA EM 1818
137 Fábricas, Sucursais e Depositos no Estrangeiro

Kurt Porst
Teleg.: PORSTUS
EXPORTADOR—IMPORTADOR
TELEFONES 2 6697 = 2 2337
RUA DA PRATA, 51, 2.º
LISBOA

A actividade nacional



A Fábrica

Ach. Brito

onde são preparados aqueles magníficos

SABONETES
E PERFUMARIAS

que, sem contestação, honram:

— A INDÚSTRIA NACIONAL

— OS ESTABELECIMENTOS ONDE SÃO VENDIDOS E

— O BOM GOSTO DOS CONSUMIDORES.

Almoça ou janta V. Ex.ª na Baixa?
Não hesite...!

CENTRAL DA BAIXA

94, Rua do Ouro, 98—33, Rua do Arco
Bandeira, 37—Telefone 2 0280

Asseio, Conforto,
Higiene e Economia

As mais arejadas e amplas salas para refeições

Baixela em cristofle executada especialmente para esta casa

CHÁS

Esmerado serviço de chás

A mais fina pastelaria

Fornecem-se banquetes e lanches para casamentos e baptizados

RESTAURANTE—PASTELARIA—BAR—CHARCUTERIE

J. WIMMER & Co.

CASA FUNDADA EM 1864
LISBOA

Avenida 24 de Julho, 34

AGENTES EXCLUSIVOS DE:

Motores Diesel «MWM-BENZ» modelos marítimos e estacionários

Tintas «GLASURIT»
Tintas especiais para todas as industrias e aplicações
Tintas para automóveis

Aços «MARATHON»
Aços especiais, aços rápidos para ferramentas e industrias
«TITANIT» metal duro para corte

Companhia de Seguros de Acidentes de Trabalho

«Mutualidade na Construção Civil»

Largo do Carmo, 18-1º
Telefo P. B. X. 2 5364
LISBOA

SAPATARIA

Garcia

O melhor fabrico — Os melhores preços

78, Rua de Santa Justa, 80
193, Rua do Arco do Bandeira, 195
LISBOA *Telefone 2 1178*

Dr. Borges de Pinho

ADVOGADO

NOVAS INSTALAÇÕES

Rua do Ouro, 184, 1.º Esq.

Telefone 23352 — LISBOA

Oleados — Vidros — Brinquedos — Louças

Augusto Pinto

Rua da Boa Vista, 55-1.º—LISBOA

OLD ENGLAND

SARMENTO & C.A

Rua Augusta — Esquina S. Nicolau

LISBOA

Esta importante Alfaiataria, que ocupa todo o edifício que se vê na gravura ao lado, executa por medida e com provas, todo o género de vestuário desde o simples fato de sport até à mais perfeita casaca!

Secção especial de vestuário confeccionado para homens e meninos, onde o cliente encontra todo o género de vestuário já confeccionado, em todas as medidas, desde a simples calça ao fato de cerimónia.